

Organização

Aluisio Ferreira de Lima

Deborah Christina Antunes

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare



PSICOLOGIA SOCIAL E OS ATUAIS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS NO BRASIL



ADRAPSO EDITORA

A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil

Organizadores

Alúcio Ferreira de Lima

Deborah Christina Antunes

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare



Porto Alegre
2015

P974 A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil
[Recurso eletrônico on-line] / organizadores: Alúcio Ferreira
de Lima, Deborah Christina Antunes e Marcelo Gustavo Aguilar
Calegare. – Porto Alegre : ABRAPSO, 2015.
510p. ; tabs.

ISBN: 978-85-86472-28-2

Inclui referência bibliográfica

1. Psicologia social. 2. Ética. 3. Políticas públicas. 4. Movimentos
Sociais. I. Lima, Alúcio Ferreira de. II. Antunes, Deborah Christina.
III. Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar.

CDU: 316.6

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Revisão: Jussara Raitz

Editoração: Spartaco Edições

Capa e Projeto gráfico: Spartaco Edições



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Diretoria Nacional da ABRAPSO Gestão 2014-2015

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima

Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves

Primeira Tesoureira: Deborah Christina Antunes

Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia

Suplente: Carlos Eduardo Ramos

Primeira Presidenta: Sílvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)

ABRAPSO Editora

Ana Lídia Campos Brizola

Cleci Maraschin

Neuza Maria de Fatima Guareschi

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina

Benedito Medrado-Dantas - Universidade Federal de Pernambuco

Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal

Francisco Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lupicínio Íñiguez-Rueda – Universidad Autónoma de Barcelona, España

Maria Lívia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense

Pedrinho Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Peter Spink – Fundação Getúlio Vargas

Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

Sumário

Apresentação	1
Aluisio Ferreira de Lima, Deborah Christina Antunes e Marcelo Gustavo Aguilar Calegare	
Londres 1948. La guerra, la paz y la familia. Salud mental y “ciudadanía mundial” en los comienzos de la Guerra fría	5
Hugo Vezzetti	
Esse título todo é pra que eu diga como eu aprendi a lutar?	19
Simone Maria Huning e Marcos Mesquita	
Educação e mídia: o que a Psicologia Social tem a ver com isso?	36
Luciana Lobo Miranda	
Formação em Psicologia Social – ou quando a vida imita a arte	51
Jefferson de Souza Bernardes	
Desafios contemporâneos do cuidado na saúde mental	68
Aluísio Ferreira de Lima	
Judicialização da saúde: anotações a partir de Michel Foucault	75
Flavia Cristina Silveira Lemos	
Redes de cuidado e a formação/atuação de psicólogos: como “amarrar buracos”?	90
Bárbara Eleonora Bezerra Cabral	
Podem as políticas públicas emancipar?	110
Fernando Lacerda Júnior	
La función de la psicología en contextos carcelarios	128
Omar Alejandro Bravo	

Política, movimentos sociais e as vicissitudes da democracia brasileira atual	140
Pedrinho Arcides Guareschi	
Cartografias psicopolíticas do cotidiano: tecnopolítica e movimentos sociais	157
Domenico Uhng Hur	
Direitos humanos e movimentos sociais: desafios à democracia (e à psicologia) brasileira	175
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	
Sujeito contemporâneo e as sexualidades “desviantes”: continuando o debate	191
Maria Juracy Filgueiras Toneli	
Lições para uma psicologia das oprimidas	208
Jaqueline Gomes de Jesus	
Dissidências sexo-eróticas-gendradas: da pornografia à pós-pornografia como arte de gozar gostoso	218
William Siqueira Peres	
Compartilhando afetações: trilhas entre figurações e imaginações de gênero e sexualidade	236
Benedito Medrado	
Interfaces disciplinadoras e emancipadoras	257
Silvio José Benelli	
O justiceiro e o menino: a educação é alternativa para a (des) criminalização da juventude?	277
Daniele Nunes Henrique Silva e Candida de Souza	
Extermínio de jovens e redução da maioria penal	297
Esther Maria Magalhães Arantes	
Cultura e Arte: questões para o nosso tempo	315
Deborah Christina Antunes	

A ciber(cultura) e o redimensionamento da experiência (semi) formativa na produção artística de hiper(textos)	326
Isabella Fernanda Ferreira	
Arte dos limites, limites da arte e releituras sobre identidade	346
Nancy Lamenza Sholl da Silva	
O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em Assistência Social	364
Katia Maheirie	
Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades	375
Zulmira Bomfim	
Quilombos e conflitos territoriais no Brasil: o caso do Vale do Ribeira, SP	390
Gustavo Martineli Massola, Bernardo Parodi Svartman, Alessandro de Oliveira dos Santos e Luís Guilherme Galeão-Silva	
Investigación y política ambiental: el papel de la psicología ambiental	413
Ricardo García Mira	
Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social	437
Marcelo Gustavo Aguilar Calegare	
Psicología Social y desarrollo rural: actualidad y desafíos en América Latina	458
Fernando Pablo Landini	
Comunidades indígenas nas áreas rurais de Mato Grosso do Sul	476
Sônia Grubts	
Reestruturação produtiva à brasileira: as condições concretas de vida dos trabalhadores	488
Odair Furtado	
Sobre os Autores	505

Apresentação

A Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil: um livro de encontros e diálogos

Aluísio Ferreira de Lima
Deborah Christina Antunes
Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

O livro que aqui apresentamos, *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*, foi preparado a partir das contribuições de alguns dos participantes dos simpósios realizados durante o XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Ele expressa o resultado dos **vários encontros** realizados ao longo dos últimos dois anos pela gestão Nacional 2014-2015, composta por Aluísio Ferreira de Lima (Presidente), Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (primeiro secretário), Leandro Roberto Neves (Segundo Secretário), Deborah Christina Antunes (Primeira Tesoureira), Renata Monteiro Garcia (Segunda Tesoureira) e Carlos Eduardo Ramos (Suplente), representantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil, e vice-presidentes, secretários e tesoureiros das regionais da ABRAPSO.

Trata-se, portanto, de um resultado de um projeto coletivo realizado no esforço de diálogo democrático entre profissionais de diversas partes do país com um interesse comum: construir um espaço de encontro no qual a intenção inicial desta Associação pudesse reverberar, a saber, o posicionamento crítico frente a toda e qualquer forma de indignidade humana, de violência objetiva e subjetiva cotidianas, explícitas ou mascaradas, da naturalização tanto dos fenômenos psíquicos, individuais e humanos, quanto dos acontecimentos e fatos sociais que tanto contribui para a manutenção de uma sociedade desigual e injusta, e para a perpetuação do autoengano e do sofrimento.

Não é sem consequências que o tema escolhido pela Comissão Científica deste encontro foi justamente “A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil”, isso porque, como colocamos no site do encontro, de modo a apresentá-lo:

Atualmente temos convivido com violências de diversas ordens, com o aviltamento de direitos humanos e o recrudescimento de práticas de sujeição, a medicalização da vida, a militarização, a precarização e diversos retrocessos nas políticas de governo. Ao mesmo tempo, assistimos à convocação e presença cada vez maior de psicólogos(as) atuando junto a essas políticas.¹

Na mesma medida em que a Psicologia – e em especial, a Psicologia Social – tem ganhado cada vez mais espaço de atuação na sociedade brasileira, aumenta nossa responsabilidade por pensar política e eticamente esses lugares, formas de atuação da Psicologia neles, bem como seus desafios para a construção de uma sociedade emancipada de tais relações deletérias. Por isso, esse espaço de encontros e diálogos é principalmente um espaço formativo e reflexivo que está muito além de dizer ou ditar regras sobre as temáticas aqui abordadas, mas busca questionar as problemáticas da existência na sociedade hodierna, bem como pensar possibilidades outras, inimaginadas.

É importante lembrar que a elaboração deste encontro, em todas as suas fases, contou com a participação dos vice-presidentes, dos coordenadores de núcleos e demais membros, colaboradores e representantes da ABRAPSO em diversos momentos entre os anos de 2014 e 2015. Esses momentos foram possibilitados tanto nas reuniões ampliadas promovidas pela diretoria nacional — no IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (novembro de 2014, em São Paulo) e no IX Congresso Norte Nordeste de Psicologia (março de 2015, em Salvador) — quanto nos encontros regionais: nas discussões realizadas durante o XV Encontro Regional Sul da ABRAPSO: “O clamor das ruas: as demandas sociais e as práticas da psicologia social” (setembro de 2014, Londrina – PR); no IV Encontro Regional N-NE da ABRAPSO: “Movimentos Sociais e Políticas Públicas: construções entre saberes e práticas” (outubro de 2014, Ma-

¹ <http://www.encontro2015.abrapso.org.br/apresentacao>

naus – AM); no VIII Encontro Regional Rio de Janeiro da ABRAPSO: “O Psicólogo social na cidade: ações territoriais, lutas políticas e subjetividade” (novembro de 2014, Rio de Janeiro – RJ); no XIX Encontro Regional da ABRAPSO Minas: “A política no cotidiano: contribuições teórico-práticas da psicologia social” (novembro de 2014, Betim – MG); no XII Encontro ABRAPSO Regional São Paulo: “Práxis em Psicologia Social: Desafios e Perspectivas” (março de 2015, Santos – SP) e o II Simpósio da Regional Centro-Oeste da ABRAPSO: “O que é a Psicologia Social?” (26 a 27 de julho, Campo Grande – MS). E também por discussões virtuais (muito reais) através dos grupos de e-mails criados para este fim.

Há de se considerar relevante a importância e o esforço de possibilitar – o melhor possível – o diálogo de Norte a Sul do país de modo a agregar os diversos olhares críticos, questionamentos e *práxis*, uma vez que esses encontros serviram de base para os detalhes da organização do encontro, para o reconhecimento dos temas e problemáticas atuais e para a indicação da Comissão Científica, composta por 26 membros da ABRAPSO, de diferentes regiões do país. Comissão que, por sua vez, acolhendo as preocupações das diretorias regionais e coordenações de núcleo, definiu o tema, a programação, a proposição da conferência de abertura, os eixos temáticos e os simpósios deles derivados: (1) Educação, tecnologias e sociedade; (2) História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social; (3) Políticas Públicas e Saúde Coletiva; (4) Políticas públicas, direitos sociais e emancipação; (5) Movimentos sociais e desafios à democracia brasileira; (6) Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais; (7) Assistência Social, vulnerabilidades e violências; (8) Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares; (9) Mídia, cultura e arte; (10) Políticas e questões socioambientais, emergências e desastres; (11) Relações étnico-raciais e contextos rurais-urbanos e (12) Psicologia social e trabalho.

Esses últimos, cujas produções críticas de sócios e convidados estão presentes nesse livro, oferecem reflexões críticas, análises teóricas e interpretações a respeito do cenário atual vivido especialmente no Brasil a partir de suas temáticas e expressam a busca de estratégias de superação da ordem atual através do reconhecimento do existente problemático e de propostas de novas possibilidades.

Em um momento no qual experienciamos o enrijecimento de posições políticas sectárias, que se constituem em verdadeiros desafios éticos e políticos para a atuação dos psicólogos e sobretudo para a vida em sociedade, acreditamos que os textos com os quais o leitor irá se deparar aqui podem contribuir com o debate a respeito de uma sociedade que se realiza de forma cada vez mais complexa e que produz e reproduz incessantemente aviltantes processos de barbárie.

Fortaleza, 29 de outubro de 2015

Londres 1948. La guerra, la paz y la familia. Salud mental y “ciudadanía mundial” en los comienzos de la Guerra fría¹

Hugo Vezzetti

El III Congreso Internacional de Salud Mental se reunió en Londres en agosto de 1948, organizado por la *British National Association for Mental Hygiene*. Continuaba los anteriores congresos de higiene mental. No voy a detenerme en la historia de la higiene mental. Sólo señalo que se trata de un movimiento nacido en los Estados Unidos y que alcanzó una proyección mundial. Existía un Comité Internacional que había organizado ya dos congresos, en Washington (1930) y en París (1937). Estaba previsto un tercer congreso que se realizaría en Brasil en 1942, y que fue postergado por la guerra.² Pero también buscaba reemplazar el término “higiene”, un poco viejo, que venía del siglo XIX, por “salud” mental. Es posible indicar dos razones para ese cambio. Primero, en el curso del mismo congreso se instituía un cambio significativo en el vocabulario: el término “higiene” será reemplazado por “salud mental”. Ese mismo año había sido creada la OMS (Organización Mundial para la Salud) a partir de una definición y un programa ampliado de la *salud*. Pero además, segundo, la higiene arrastraba todavía sentidos asociados a la tradición eugenésica que ahora quedaba relegada. De hecho, luego del congreso, el *International Committee on Mental Hygiene* fue reemplazado por la *World Federation for Mental Health*.³ El congreso reunía tres coloquios consecutivos, sobre psiquiatría infantil, sobre psicoterapia y, el más importante y prolongado, el de higiene mental.

¹ La conferencia expondrá fragmentos de una investigación sobre psiquiatría, psicoanálisis y cultura comunista (1949-1964), que forman parte de un libro que se publicará próximamente: H. Vezzetti, *Batallas ideológicas y 'espíritu de partido'. Variaciones sobre psiquiatría, psicoanálisis y cultura comunista. Buenos Aires y París, 1949-1964* (título provisorio), Buenos Aires, Siglo XXI editores.

² *International Congress on Mental Health. London 1948*, 4 vols., London, H.K. Lewis & Co., 1948, vol. I, pp.33-34.

³ Ver José Bertolote, “The roots of the concept of mental health”, *World Psychiatry*, 2008 June; 7(2): 113–116; en <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2408392/>

¿Por qué se realizaba en Londres? El propósito era doble: por un lado, recuperar los lazos con colegas pertenecientes a naciones que habían sido enemigas durante la guerra; por otro, incluir la cuestión de la salud mental en un proyecto de reparación y de edificación de la *paz*, un proyecto básicamente europeo. El congreso puede ser abordado en el tiempo más largo, entonces, como una herencia del movimiento de la higiene mental en el período de entreguerras; o puede ser analizado en la coyuntura corta de la inmediata posguerra. En esta conferencia me voy a limitar a considerarlo en el tiempo más corto, dominado por los fantasmas de la guerra y por la cuestión de la paz.

La psiquiatría había cambiado mucho a partir de las enseñanzas surgidas de las experiencias de la guerra. La Segunda Guerra Mundial constituyó un gigantesco laboratorio de pruebas para las disciplinas *psi*, aplicadas en el frente, en centros de tratamiento y rehabilitación y en la sociedad civil, sobre todo en la sociedad norteamericana. Nacía un cambio de paradigmas en la disciplina psiquiátrica que dependía de la incorporación de otros especialistas: psicólogos y psicoanalistas, sociólogos, trabajadores sociales, antropólogos. A partir de un creciente reconocimiento de la importancia de los vínculos humanos y de las condiciones grupales en el origen de los trastornos subjetivos (y en las acciones de prevención) la medicina tendía a perder su posición dominante. Lo que quiero destacar es que el reducto tradicional de la vieja psiquiatría terminaba asediado desde dos flancos: el psicoanálisis y las ciencias sociales. Y esas experiencias tuvieron su repercusión en Occidente, a partir sobre todo de trabajos realizados en Inglaterra y en Estados Unidos. Esto es más conocido, creo. Las experiencias de la psiquiatría y la psicología de guerra contribuyeron al desarrollo de enfoques grupales, de las relaciones humanas, las comunidades terapéuticas, la prevención enfocada a la familia y la infancia, en fin, el programa de una psiquiatría que salía del hospital psiquiátrico hacia la comunidad.

Por supuesto, al enfrentar los males en la sociedad, también impulsaba, para algunos al menos, una mirada política y reclamos hacia el Estado, de modo que el proyecto de salud colectiva a menudo entroncaba con un programa social de reformas. Desde los años treinta, por lo menos, existía un higienismo de izquierda, en los Estados Unidos y Europa pero también en América Latina. En la URSS el proceso iba en la dirección

opuesta. El movimiento de la “psicohigiene” había sido importante en los primeros años de la revolución pero terminó aplastado por el estalinismo que promovió las visiones neurológicas de los trastornos y volvió a instalar a la psiquiatría en el hospital cerrado.

Condiciones y objetivos. El congreso fue precedido por reuniones preparatorias, comisiones e informes que, de acuerdo con los organizadores habían abarcado 27 países. La organización apuntaba a convertirlo en un acontecimiento internacional más allá de Europa. Se proponía no sólo retomar contactos e intercambios interrumpidos por la guerra sino “desarrollar algunos conceptos nuevos en el ámbito de las relaciones humanas”. No estaba pensado como un congreso sólo científico, tampoco como una reunión dedicada a la psiquiatría o la psicopatología, sino que apuntaba a un conjunto de disciplinas y profesiones consideradas relevantes para los problemas de salud mental en una perspectiva global.⁴ La psiquiatría, la psicología y el trabajo social eran las profesiones más representadas, pero también participaron en el congreso y en las reuniones previas especialistas de la sociología y la antropología, el derecho, la educación, la filosofía y las ciencias políticas, de la teología y la administración.⁵

El modelo de la reunión científica se veía alterado también por la decisión de culminar con recomendaciones a las autoridades públicas y las organizaciones de la sociedad. Una comisión internacional pluridisciplinar fue la encargada de preparar una extensa declaración a partir de una encuesta y de los informes recogidos del trabajo de grupos en unos veinte países, con un predominio abrumador de los Estados Unidos e Inglaterra.⁶ La Comisión preparatoria recibió informes del trabajo de unos 350 grupos: Estados Unidos encabeza la lista con 205 informes e Inglaterra sigue con 67; Suiza: 13, Francia y Holanda: 11; de América Latina enviaron informes Brasil y Puerto Rico, uno cada uno. Por otra parte, la organización de las discusiones, en pequeños grupos, procuraba que la propia actividad del congreso constituyera una intervención que iba más allá del conocimiento, hacia la conciencia y las motivaciones de los participantes.

Ahora bien, esa proyección mundial que se buscaba tenía referencias y un marco preciso. Surgía un objeto nuevo, las *relaciones humanas*,

⁴ *International Congress on Mental Health, London 1948*, vol. I, pp.35-37.

⁵ p.56.

⁶ p.53.

ampliado en la escala del planeta. La idea predominante era que las amenazas de la guerra y por consiguiente la edificación de la paz dependían mayormente de factores psicosociales. Esta idea fue incluida en la Constitución de la UNESCO y persiste todavía hoy: “puesto que las guerras nacen en la mente de los hombres, es en la mente de los hombres donde deben erigirse los baluartes de la paz.”⁷ De allí deriva el propósito de estudiar y discutir tópicos que emergían como centrales en este proyecto de una psicología y una psicopatología social aplicadas a la guerra y la paz: la agresión, el prejuicio, el conflicto grupal, el nacionalismo. Y entre ellos se destacaba la importancia atribuida a la familia como agente y espacio de construcción de ese ideal ampliado de salud mental. Es más, la figura de una “familia de naciones” era propuesta por uno de los participantes (un psiquiatra infantil norteamericano) como una representación de los objetivos que Congreso promovía en su proyección mundial.⁸

Programas y promesas. La Comisión Internacional era pluridisciplinar y multinacional. Los psiquiatras estaban en minoría; y varios de ellos eran psicoanalistas o incorporaban el psicoanálisis, como el norteamericano Harry S. Sullivan o el británico Henry V. Dicks de la Tavistock Clinic. Había un buen número de psicólogos, entre otros, John C. Flügel psicoanalista británico; Otto Klineberg, canadiense especialista en psicología social, Jean Stoetzel, sociólogo y psicólogo social francés y Nina Ridenour, psicóloga con actuación en el movimiento de la salud mental en los Estados Unidos. Otros miembros pertenecían a las ciencias sociales, como la antropóloga norteamericana Margaret Mead, muy conocida por su libro sobre sexo y adolescencia en Samoa, Lawrence K. Frank, cientista social con una amplia actuación en temas de infancia, educación y orientación familiar, en los Estados Unidos y ligado a la Rockefeller Foundation y Torgny Segerstedt, filósofo y sociólogo sueco. También integraba la comisión David Mitrany, un académico rumano, naturalizado británico, especialista en historia y teoría política. El grupo se completaba con varias profesionales del trabajo social y un par de teólogos, entre ellos un sacerdote católico, el Rev. E.F. O’Doherty que era además profesor de psicología.

⁷ La cita corresponde al primer considerando de la Constitución de la UNESCO. Ver *Textos fundamentales*, UNESCO, En http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

⁸ Ver Frederik Allen, *International Congress on Mental Health, London 1948*, vol. II, p.11.

Mental Health and World Citizenship es el informe preparado por la Comisión Internacional que, con mínimas alteraciones, fue aprobado como declaración final del Congreso.⁹ Una serie de preguntas habían sido enviadas a cada uno de los miembros de la comisión y a partir de los textos resultantes había sido redactado el documento preparatorio. El tenor de algunas de las preguntas daba cuenta de la escala de los problemas. Por ejemplo, “¿qué constituye una buena sociedad? o ¿qué es la ciudadanía mundial?”¹⁰ De las respuestas surgía la posición central de la familia y la postulación de una sección en el congreso dedicada al desarrollo humano. Concluía que el objetivo último de la salud mental apuntaba a ayudar a la gente a “vivir con otros en el mismo mundo”; “promover en los pueblos y naciones el mayor nivel posible de salud mental en la dimensión más amplia, médica y biológica, educacional y social.”¹¹

De entrada surgía la cuestión acuciante, “¿puede ser prevenida la catástrofe de una tercera guerra mundial?” y el propósito a largo plazo de que los pueblos aprendan a cooperar por el bien de todos y puedan sentar bases para una paz duradera. Esos objetivos eran convergentes, por no decir idénticos, a los que se proponía la UNESCO. El objetivo de la preservación de la paz se cumpliría mediante la colaboración internacional y en ese sentido convocaba a formar “una comunidad mundial edificada sobre [...] el respeto por las diferencias individuales y culturales” así como a la promoción de la salud mental para “todos los pueblos del mundo”. En la visión que ofrecía, los temas de la prevención se ampliaban a una escala global que abarcaba la idea de una gestión internacional de los problemas, definidos con un criterio social.

El problema mayor, en el que los especialistas no entraban, es que ya en 1948, con el bloque soviético a Berlín, los sentidos de la “paz” estaban sometidos a enconadas disputas en el plano internacional. Desatada la Guerra fría, para los Estados Unidos la paz significaba consolidar el nuevo orden, expandir la democracia y prevenir el fascismo, pero también el comunismo, que se consolidaba como el enemigo principal después de la “doctrina Truman”. Para la URSS, los partidos comunistas del mundo y los

⁹ *Mental Health and World Citizenship, International Congress on Mental Health, London, 1948*; disponible en www.americandeception.com. La composición completa de la comisión puede ver en las pp.1-3.

¹⁰ p. 4..

¹¹ <http://www.wfmh.org/aboutus/annualreports/annualreport2001/about.html>

"compañeros de ruta" la paz era otra cosa: se trataba de prevenir la amenaza de un ataque contra las posiciones soviéticas, sobre todo en Europa, y de impulsar la lucha antiimperialista. El discurso de la salud mental proponía otro sentido de la paz, una utopía humanista, de reforma subjetiva, que ciertamente encontraba posibilidades de exponerse y discutirse en Occidente y no en la URSS. Dependía de condiciones psicosociales que se construirían en la familia y la educación inicial para ampliarse hacia el trabajo y la vida social y política. La paz quedaba asociada a una edificación de hábitos, valores y actitudes contrarias al autoritarismo.

La disputa concernía a la idea misma de *democracia*. No puedo desarrollar aquí los sentidos y los modos en los que la cuestión de la democracia se convertía, ya durante la guerra y en la inmediata posguerra, en un problema para las disciplinas *psi* y para la psicología social en particular. Estaba presente en el conocido ensayo de Erich Fromm, *El miedo a la libertad* publicado en 1941. En línea con sus trabajos anteriores, exploraba las condiciones psicológicas que habían sostenido la adhesión de las masas al nazismo. Y establecía diversas vías de escape a los costos de la libertad: autoritarismo, destructividad y conformismo. Por otra parte, en 1939, en la Universidad de Iowa, Kurt Lewin había desarrollado su investigación sobre estilos de liderazgo, a través de la dinámica de pequeños grupos, y destacaba los rasgos de lo que llamó liderazgo "democrático" en contraposición con los estilos autoritario y *laissez-faire*. También en este caso el impulso venía de un autor alemán y judío que había sido profesor en la Universidad de Berlín y había huido a los Estados Unidos en 1933.¹²

En esos años nacía también el interés por investigar temas que no habían formado parte del corpus anterior de la disciplina, como el prejuicio, el autoritarismo y el antisemitismo. El discurso de la salud mental recogía esa nueva agenda, ampliaba el elenco de problemas respecto de los temas tradicionales de la higiene mental y consiguientemente convocaba a las ciencias sociales y políticas. Se trataba, como se vio, de iluminar las condiciones de la "buena sociedad"; y un objetivo explícito, en el documento preparatorio, apuntaba a exponer lo que las ciencias sociales y humanas, la psiquiatría incluida, podían aportar.

¹² Ver K. Lewin; R. Lippit; R.K. White (1939). Patterns of aggressive behavior in experimentally created social climates. *Journal of Social Psychology*, 10. Para una reseña biográfica de K. Lewin ver <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/lewin.htm>.

Ante todo, el documento, casi como un postulado de las nuevas corrientes de pensamiento, insistía en la “modificabilidad” y la “plasticidad” de comportamiento y de las instituciones humanas. Exponía, en ese sentido, los cambios en los paradigmas del saber sobre el hombre y la sociedad que se situaban en el tiempo más largo de la caída de la psicopatología médica. La otra contribución se orientaba a un diagnóstico de los “obstáculos” (“prejuicios, hostilidad o nacionalismo excesivo”) que se opondrían a un desarrollo óptimo de la personalidad, afincados en las relaciones tempranas, en la familia y en las instituciones básicas del aprendizaje social, como la escuela.¹³ Nacía un nuevo vocabulario para las disciplinas *psi*, impregnado de un clima progresista: derrotados los fascismos, el espíritu de los tiempos daba por asegurada una era de cambios en las costumbres y las instituciones. Se implantaba la idea de la “modernización” económica, social y cultural; y la confianza en la dinámica de un movimiento histórico global que dejaría atrás los patrones tradicionales de comportamiento se trasladaba al discurso de las disciplinas sociales y el psicoanálisis.

En ese marco, la “ciudadanía mundial” era presentada como un objetivo que empezaba a realizarse en los cambios atribuidos a la victoria sobre los fascismos. Definida en el documento como “lealtad al conjunto de la humanidad” nacería de un movimiento que abarcaría y superaría las lealtades tradicionales, a la familia, la comunidad y la nación.¹⁴ En verdad no dejaba de plantearse un problema en los modos de concebir las relaciones entre el grupo familiar y esa ansiada comunidad política mundial. En la medida en que prevalecía una visión tradicional que trasladaba el modelo de grupo primario a la sociedad concebida como una gran familia, surgía una básica desconfianza en las intervenciones del estado o las organizaciones políticas. Para otros, más radicales, por el contrario, la desconfianza se refería a la familia misma y las costumbres debían ser objeto de intervenciones reformadoras bastante drásticas por parte de la autoridad.

Por un lado, la psiquiatría abandonaba el molde médico, se ampliaba de lo individual a lo social y se proponía fundar lo que se presentaba como una “psiquiatría de los pueblos”.¹⁵ Por otro, a la luz del documento preparatorio, el alcance de la salud mental no sólo excedía la psiquiatría

¹³ Mental Health and World Citizenship, p.7.

¹⁴ p. 7.

¹⁵ Eugene B. Brody. Origins of the World Federation for Mental Health. Disponible en: <http://www.psych.org/pnews/98-01-19/hx.html>.

hacia la psicología y las ciencias sociales sino que conformaba un núcleo de ideas y una visión hacia el futuro, hacia un programa de acción política sobre la sociedad y los grupos y una nueva sociedad planetaria. El suelo de esos cambios, como se vio, no podía provenir de las formas habituales de la política o el derecho; dependía de un sustrato subjetivo, en individuos, grupos e instituciones. Así como, para los nuevos paradigmas de la salud pública, la salud no era sólo la ausencia de enfermedad, del mismo modo para la visión ambiciosa de los especialistas de la mente, la paz no era sólo la ausencia de guerra y exigía bases positivas, psicológicas y morales, que proyectaban una nueva humanidad. Si el síntoma era la guerra, el mundo entero terminaba abarcado en el diagnóstico de la enfermedad y en las vías posibles de la prevención y el tratamiento. La idea del desarrollo adquiriría un sentido más allá de los modelos evolutivos en el individuo, hacia un ideal de progresiva ampliación asociativa, hacia el grupo y la comunidad. Y en el desenvolvimiento de las potencialidades humanas la mira estaba puesta en el salto que conduciría de la comunidad nacional al mundo:

Los principios de la salud mental no se pueden promover con éxito en las sociedades a menos que exista una progresiva aceptación del concepto de ciudadanía mundial. Y la ciudadanía mundial puede ser ampliamente extendida entre los pueblos a través de la aplicación de los principios de la salud mental.¹⁶

Varias de las figuras que organizaban el congreso (como el caso de Chisholm) formaban parte de un nuevo elenco de funcionarios y especialistas nucleados en torno de las actividades de la ONU. El documento buscaba intervenir de algún modo en las políticas del organismo a través de diversas recomendaciones: la salud mental, en esas proyecciones, se constituía en un capítulo importante de las relaciones internacionales. Pero al mismo tiempo, a través de la propia organización que había movilizó docenas de comisiones y grupos en diversos países, también se buscaba mantener y ampliar una iniciativa desde la sociedad civil, con efectos extendidos sobre los profesionales y las organizaciones locales. De modo que no sólo se ampliaba más allá de las ciencias médicas, sino que igualmente desbordaba el modelo de los congresos o las entidades científico-profesionales en la medida en promovía la cooperación de los

¹⁶ pp.6-7.

especialistas de la salud mental con los funcionarios políticos y los administradores. Desde la propia organización del congreso se procuraba crear una red internacional con capacidad de acción en los distintos países, conectada al mismo tiempo con una entidad centralizadora, la Federación Mundial para la Salud Mental, y con los organismos internacionales, la OMS y la UNESCO.

¿Hasta qué punto el concepto mismo de salud mental, nacido en Occidente, era exportable a otras culturas? El problema no podía ser ignorado en un elenco de especialistas en el que descollaban antropólogos, como Margaret Mead. El documento admitía el problema; lamentaba la ausencia de representantes del este (la URSS) y del Extremo Oriente. Y señalaba la preocupación por no quedar confinados a las naciones de Occidente, sobre todo a los Estados Unidos e Inglaterra que, como hemos visto, aportaban la gran mayoría de los participantes. Pero igualmente confiaba en que los valores asociados y el sentido mismo atribuido a la salud mental, al igual que el de la salud pública, podían constituir la base para un entendimiento común que comprometiera a otras naciones.

Ahora bien, ese propósito se revelará de imposible cumplimiento en los años de la Guerra fría. Las dificultades se eludían y el texto se deslizaba rápidamente del diagnóstico a la promesa cuando anunciaba una “nueva era de la ciencia del hombre”.¹⁷ Arrastraba una idea ilustrada, asociada al progreso, que evocaba el pensamiento del siglo XVIII, pero se distanciaba básicamente por dos rasgos novedosos. Primero, ese nuevo corpus de conocimiento no encontraba sus fundamentos en la filosofía; y en la relación proyectada de los especialistas con los funcionarios anunciaba también una ciencia de la administración de las personas. Segundo, en el énfasis que ponía en señalar obstáculos y distorsiones del *desarrollo* (concebido como el progreso en el nivel subjetivo) se exponía una visión menos ingenua, que reconocía el papel del prejuicio, el autoritarismo y la agresividad.

El documento exponía una visión alarmada del mundo contemporáneo. Pero las amenazas de una nueva guerra eran expuestas de un modo genérico, como si pudieran provenir de cualquier lado. No se hablaba de la Guerra fría ni de la confrontación estratégica entre los Estados Unidos y la URSS; sin embargo, en la medida en que esa amenaza se especificaba como el miedo a una conflagración atómica o biológica, era claro para

¹⁷ p. 4 y p. 10.

todos que eran lo que comenzaba a llamarse las “superpotencias” las que podían realizar ese futuro sombrío.¹⁸

La primera tarea en pos del propósito de reforma de las relaciones internacionales procuraba convencer a los que decidían, a los gobiernos, los políticos, los funcionarios. Las ciencias de la salud mental, a partir del conocimiento y la experiencia acumulada, se ofrecían para intervenir y contribuir. Y se consideraban en condiciones de aplicar los conocimientos adquiridos en la guerra a crear y mantener la paz, a intervenir en las cuestiones del orden colectivo y a la edificación de una comunidad mundial. En esa misión combinaban el conocimiento y la teoría con la promesa.

Por otra parte, el horizonte de la salud mental llevaba fuera de los hospitales, hacia la sociedad, la infancia, la familia; y desembocaba necesariamente en propuestas educativas, en un sentido amplio: la paz, los valores y actitudes de solidaridad y entendimiento debían inculcarse tempranamente en el niño. Un término clave era la “plasticidad” del sujeto humano que justificaba el proyecto de formar y guiar el desarrollo desde la infancia y debía prolongarse en instituciones sociales igualmente flexibles. En el niño se concentraban los esfuerzos y los sueños: una de las recomendaciones proponía que los servicios de salud mental en el mundo debían dedicar el mayor esfuerzo a crear centros de orientación infantil de un modo que convertía al niño en el foco de la acción preventiva sobre el futuro de la familia y los grupos.¹⁹

La guerra, la paz y la familia. El nuevo discurso de la salud mental destacaba la importancia de las relaciones humanas como un objetivo estratégico en la prevención y sobre todo en la promoción de una ideal ampliado de salud. Para J.C. Flügel, *Chairman* del congreso de 1948, la salud mental “es la condición que permite un óptimo desarrollo, físico, intelectual y emocional, del individuo, en tanto es compatible con el de otros individuos”.²⁰ Era la definición de salud de la OMS con el agregado significativo de los “otros individuos”. No hay salud mental posible, venía a decir, para un individuo aislado. El objetivo de vivir felizmente con otros

¹⁸ p.12.

¹⁹ p.30.

²⁰ “Mental health is regarded as a condition which permits the optimal development, physical, intellectual and emotional, of the individual, so far as this is compatible with that of other individuals.” Citado en José Bertolote, The roots of the concept of mental health, *World Psychiatry*, Jun 2008, 7(2): 113–116. En <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2408392/>

podía interpretarse de maneras diversas. Pero la mención del “óptimo desarrollo” introducía un punto de vista genético que inmediatamente evocaba las funciones de la familia ¿Dónde si no podría formarse ese estado de plenitud que abarcaría el cuerpo, la mente y las vida afectiva?

La cuestión familiar emergía por todos lados. Jonathan Toms ha indagado en la higiene mental británica la mezcla de visiones conservadoras tradicionales e iniciativas modernizadoras sobre la familia.²¹ Lo más destacable es que la familia deseada mezclaba los rasgos tradicionales propios de una comunidad jerárquica natural con el ideal de un aprendizaje flexible necesario para el ajuste a las condiciones cambiantes de la vida social contemporánea.

Ese vuelco hacia la edificación primaria, íntima, de un ajuste subjetivo que sería transferible en términos de adaptación a la vida social no era nuevo; ya estaba en el conocido libro de Flügel de 1921.²² El ideal de ciudadanos maduros y adaptados se anclaba en una suerte de transposición del modelo de la familia nuclear a la sociedad y las visiones que exaltaban la importancia de la comunidad primaria familiar se extendían al orden político. Pero también fundaban una doble crítica. Por un lado, en nombre del individuo y sus derechos naturales surgían las prevenciones respecto del crecimiento del Estado, no sólo en las experiencias del totalitarismo sino incluso en las políticas públicas de asistencia y bienestar. Por otra, esa misma defensa de un orden jerárquico básico, afincado en el grupo familiar, llevaba a juzgar negativamente el crecimiento de las demandas de participación e igualitarismo en movimientos de protesta y organizaciones políticas de izquierda. No era el tradicionalismo familiar, no se trataba de una simple preservación de las formas premodernas: la familia era exaltada no tanto como reducto de la tradición sino como organización formadora de individuos. En ese sentido, no se trataba, idealmente al menos, de la simple obediencia o subordinación a la autoridad, sino también de “promover el desarrollo de una mente autogobernada”.²³

Después del freudismo, la promoción de una familia moderna y ra-

²¹ Jonathan Toms, Political dimensions of ‘the psychosocial: The 1948 International Congress on Mental Health and the mental hygiene movement, *History of the Human Sciences*, 25, 2012, p.94.

²² J. C. Flügel, *The psycho-analytic study of the family*, Londres, The International Psycho-Analytical Press, 1921; traducción castellana: *Psicoanálisis de la familia*, Buenos Aires, Paidós, 1961.

²³ Sigo el análisis de J. Toms, pp.97-99; la cita es de p.97.

cional debía admitir la pervivencia de emociones y anhelos primarios, de seguridad y dependencia, en la subjetividad adulta. Las prevenciones y las críticas frente a la situación contemporánea tenían un motivo explícito: la guerra había exigido “la obediencia al Estado” y a sus representantes civiles y militares, había justificado incluso una suerte de “infantilización” de un individuo descargado de sus responsabilidades. Allí afincaban los riesgos que se señalaban en el Estado providencial, los temores de un excesivo dominio estatal y el fantasma político de la disolución del individuo en la masa anónima. La peor amenaza afectaba a la familia. Un régimen de masiva participación en el Estado (no sólo en las experiencias extremas del totalitarismo fascista o comunista) podría “erosionar” las funciones de la familia, “la única institución capaz de moralizar al individuo con éxito”.²⁴

Pero el tema de la “ciudadanía mundial” en los propósitos del Congreso aludía a una idea de las relaciones humanas que en parte se separaba de los vínculos primarios y movilizaba otras referencias emparentadas con la política como actividad asociativa y con el programa de una acción directa sobre la sociedad. La mirada psicoanalítica resultaba insuficiente y se exigía la convocatoria a otros especialistas. Eso había empezado bastante antes. Margaret Mead se había incorporado al Comité Nacional por la Higiene Mental en 1945.²⁵ Y el encuentro de la disciplina psiquiátrica con las ciencias sociales había sido impulsado por Harry Stack Sullivan desde los años veinte, en la Universidad de Chicago, en contacto con Edward Sapir, antropólogo y Harold Lasswell, politólogo. Más adelante se incorporó al círculo psicoanalítico y tomó partido por la disidencia culturalista. Esos antecedentes fueron decisivos en la elaboración de su teoría “interpersonal” para la psiquiatría. Apenas terminada la guerra Sullivan participó activamente en las iniciativas que llevaron a la realización del Congreso de 1948 y a la creación de la *World Federation for Mental Health*.²⁶ La otra figura destacada en la nueva organización era John Rees, presidente del Congreso, quien traía la experiencia de la Tavistock en Londres. Rees había visitado varias veces los Estados Unidos y estaba en contacto con George Brock Chisholm, *director de los servicios médicos del ejército de Canadá y*

²⁴ p.98.

²⁵ p.100.

²⁶ Ver Lucy D. Ozarin, History Notes. Harry Stack Sullivan: Early Influences and Creative Years, en <http://www.psych.org/pnews/98-05-15/hx.html>

primer director de la OMS.

Los tres, Sullivan en los Estados Unidos, Rees en Inglaterra, y Chisholm en Canadá, había cumplido funciones muy importantes en los servicios psiquiátricos durante la guerra. En ellos se concentraba el pasaje desde los objetivos de la higiene mental al nuevo movimiento de la salud mental. Aunque provenían de ámbitos de experiencia no gubernamentales, habían tenido una actuación destacada durante la guerra y en esas circunstancias habían forjado el perfil de funcionarios estatales. Su experiencia abarcaba no sólo la labor estrictamente profesional (en los métodos de tratamientos, rehabilitación y la labor cumplida en la selección y orientación de personal, en la formación de oficiales, etc.) sino la gestión y la dirección de una empresa colectiva que movilizaba hombres y recursos. Por otra parte, el ámbito público de la salud mental se había constituido y afianzado durante la guerra también en relación con la población civil. De modo que si se atiende al papel cumplido por profesionales que se habían formado a la vez como jefes militares en la organización de la psiquiatría de guerra, las iniciativas que llevaron a la primera organización de la salud mental y a su programa aparecen como una derivación directa de lo que había sido construido durante la guerra.

La familia y la guerra sintetizan, puede decirse, dos tópicos mayores de la nueva formación de saberes de la salud mental. En un caso, el foco eran las relaciones más privadas, íntimas, la comunidad primaria en la que se consumaría el aprendizaje capaz de edificar las bases subjetivas del ajuste social. En el otro tema, la anormalidad de la guerra llevaban hasta el límite las capacidades y resistencias del sujeto, en el interjuego entre las pulsiones destructivas, el miedo y el contacto con la muerte. La figura utópica de la "ciudadanía mundial" anudaba los dos tópicos. Por una parte, con la entrada en la era atómica, las amenazas de la guerra alimentaban el fantasma de la destrucción global. En ese sentido, la figura de una comunidad mundial unida y solidaria adquiriría un sentido particularmente dramático. La primera interdependencia en el mundo de la posguerra se cumplía, no tanto a partir de un ideal positivo para la humanidad sino por la fuerza de una defensa reactiva frente a los efectos mortíferos de las modernas maquinarias militares. Por otra, la ciudadanía debía construirse subjetivamente. A partir de la situación infantil y las relaciones primarias se establecía el destino público del sujeto en las instituciones fundamen-

Vezzetti, H. (2015). Londres 1948. La guerra, la paz y la familia. Salud mental y "ciudadanía...

tales de la sociedad: en la escuela, el trabajo, el matrimonio, es decir, en las funciones generales de la reproducción social y cultural. Positivamente, el modelo, o la utopía si se quiere, de la nueva familia encarnaba las esperanzas de un cambio que anudaba el destino de los sujetos con el de las naciones y la entera humanidad.

Septiembre de 2015

Esse título todo é pra que eu diga como aprendi a lutar?

Simone Maria Hüning

Marcos Ribeiro Mesquita

Nas margens, os contornos da resistência

Os processos de urbanização no Brasil, como discutem vários autores (Ivo, 2010; Rolnik, 1999; Santos, 1993; entre outros), andaram lado a lado com a exclusão social e econômica. Atualmente, longe de termos resolvido os problemas decorrentes dessas formas de exclusão, vemos a exacerbação de projetos urbanísticos que privatizam espaços públicos das cidades e, em nome do desenvolvimento econômico de alguns, empurram para as margens aqueles que são considerados como não merecedores de habitar os espaços de maior visibilidade, intensificando os processos de periferização da pobreza. Esse modelo de desenvolvimento exacerba o fato de que, embora nos últimos 30 anos a urbanização esteja relacionada aos processos de democratização no Brasil, isso não significa uma distribuição igualitária de direitos ou do exercício da cidadania (Holston, 2009).

Considerando essa problemática que passa a produzir cada vez mais questões para a Psicologia Social, já que concerne ao modo como pessoas vivem, trabalham, habitam e se relacionam nesses espaços, buscamos aqui compartilhar algumas reflexões que se imbricam com essas questões dos projetos de planejamento urbano, formas de exercício de cidadania, educação e formação política, a partir de uma experiência que acompanhamos desde 2009 na cidade de Maceió. Assim, trazemos neste texto depoimentos e notas de campo produzidas ao longo de nosso trabalho de extensão na Vila de Pescadores do Jaraguá. Porém, antes de entrarmos nos aspectos mais singulares dessa experiência, gostaríamos de abordar de forma mais ampla alguns elementos que nela se imbricam.

Nos trabalhos que analisam historicamente as configurações urbanas brasileiras são feitas, com frequência, referências às cidades partidas, fragmentadas, divididas, principalmente a partir de questões econômicas e da divisão de áreas associadas à pobreza e à violência (Caldeira, 1996; Koonings & Kruijt, 2007). Ainda que em muitos espaços urbanos contemporâneos possamos ver que as fronteiras que dividem uns e outros são, muitas vezes, mais simbólicas do que geográficas, assim como também existem situações em que essas fronteiras não são tão nítidas, algumas cidades brasileiras desenvolvem-se com espaços de segregação claramente demarcados e divididos, tanto em termos sociais como territoriais. Assumimos aqui a compreensão de que, apesar das complexidades das configurações urbanas contemporâneas, o cenário do conflito que trazemos para debate expressa uma configuração de nítida fragmentação. A cidade de Maceió organiza-se a partir de uma série de marcadores de espaços diferenciados por questões econômicas, sociais e culturais, que constituem núcleos que, embora algumas vezes se avizinhem, mantêm a diferenciação entre as que são consideradas áreas nobres e áreas de exclusão ou áreas seguras e áreas perigosas.

Nesses espaços segregados, se, por um lado, a negação do acesso a direitos e a marginalização que incide sobre esses sujeitos lhes confere uma forma de vida nua (Agamben, 2004; Scisleski & Hüning, no prelo), por outro lado, tem, em muitas situações, impulsionado movimentos de resistência, luta e recusa a essas formas de exclusão. Exemplo disso são os movimentos sociais situados nas periferias urbanas do Brasil, que, desde o final do período ditatorial, têm participado diretamente da conquista de direitos relacionados com questões de moradias, ocupação e legalização de espaços (Holston, 2009; Ivo, 2010).

Atualmente, a exacerbação dos processos de desigualdade e a racionalidade de desenvolvimento da cidade a partir da lógica econômica sobreposta aos interesses sociais, o que Santos (1993) chama de “urbanização corporativa” (p. 95), novamente mobiliza coletivos na construção de novas formas de cidadania que se articulam com o direito à habitação urbana, dignidade, segurança e mobilidade. Embora em muitos casos as questões relativas à moradia constituam o ponto inicial da pauta desses movimentos, esses acabam por ganhar ampli-

tude pela reivindicação por políticas e reconhecimento sociais de forma mais ampla. Nesse sentido, compreendemos as conexões da ação política com os processos de educação e exercício de cidadania, que buscamos aqui abordar.

Holston (2009), a partir da análise da produção de periferias pobres e da desigualdade no Brasil, afirma que se produzem aí novas formulações de cidadania, que ele chama de “cidadania insurgente” (p. 246), ideia que gostaríamos de trazer aqui. De acordo com o autor, a cidadania insurgente emerge da demanda por “direito à cidade e direito a direitos” (Holston, 2009, p. 245), principalmente nas periferias pobres urbanas, onde se fundam novas formas de organização e luta, constituindo movimentos de cidadania que confrontam as condições de desigualdade e segregação dos centros urbanos. São novas formas de cidadania intrinsecamente ligadas aos movimentos de resistência das periferias que, embora se articulem diretamente à reivindicação de elementos como moradia, direitos, saneamento, segurança, infraestrutura, afirmam principalmente a luta pelo direito de viver na cidade com dignidade de cidadão (Holston, 2009). Esses cidadãos, “no processo de construir e defender seus espaços de moradia, não apenas constroem uma grande nova cidade, mas, com base nisso, também propõem uma cidade com uma cidadania de outra ordem” (p. 246, tradução nossa).

Compreendemos a trajetória de luta dos moradores da Vila de Pescadores do Jaraguá, a partir dessa ideia de cidadania insurgente, como uma trajetória que, na contramão dos processos econômicos hegemônicos, não se reduz ao consumo, mas opera a partir da noção de um coletivo político, fortalecido pelo sentimento de solidariedade e da vida em comunidade¹.

A Vila de Pescadores do Jaraguá

A história da Vila dos Pescadores do Jaraguá, como tantas outras, tem como elemento central a luta de uma comunidade por seu território, por moradia digna e saneamento, visibilidade e reconhecimento de

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio do CNPq através do Edital Universal 2013 e Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação 2014 (PROEX/PROPEP/UFAL).

suas práticas culturais e de trabalho. Uma comunidade que se constituiu através de uma tradição que tem como principal mote a cultura e a economia da pesca, a Vila surge em meados dos anos 1940 com o encontro ou convergência de diferentes famílias advindas de distintas partes do litoral nordestino que ali se instalaram com o intuito de viver e trabalhar.

Talvez sem saber, naquele momento reconfiguram o espaço e dão sentido a uma das versões reconhecidas acerca do surgimento da cidade. Uma das narrativas históricas sobre a origem de Maceió fala do povoamento da região portuária do Jaraguá por famílias de pescadores.

Assim, a vila se constitui e consolida um jeito de ser, uma cultura e economia específicas, baseadas em práticas comunitárias e de trabalho; desenvolve uma linguagem própria do lugar, marcada por uma concepção de mundo e por práticas culturais que reforçam o pertencimento e a singularidade característicos de uma comunidade pesqueira; produz saberes sobre a pesca artesanal, a construção de barcos, a confecção de redes, sobre os modos de tratar o pescado, assegurando elementos que a legitimam enquanto comunidade tradicional.

Com o processo de desenvolvimento e urbanização da cidade, a aposta no turismo e o crescimento do setor imobiliário, todos ancorados numa perspectiva empresarial, a vila de pescadores ficou secundarizada, cada vez mais invisibilizada e negligenciada pelos poderes públicos e pelo Estado, passando por um forte processo de favelização: o projeto de revitalização do bairro do Jaraguá não contemplou a comunidade, um dos poucos espaços não comerciais da região.

A falta de infraestrutura, de um planejamento de moradia, de coleta de lixo ou ainda de equipamentos de saúde são algumas das marcas da ausência do Estado que deu as costas para a comunidade, forjando na mídia e no senso comum da população discursos higienistas que tinham como centro a necessidade de retirada da comunidade para um lugar mais “digno”. Nesse momento, dois movimentos complementares se engendram: a produção de discursos a partir de imagens negativas em torno da vila e uma série de projetos de reestruturação do lugar com foco na construção de empreendimentos que atendessem aos interesses da elite econômica local. O primeiro legitimava o segundo; o segundo satisfazia os interesses e sonhos de setores econômicos e empresariais médios e altos da cidade.

Uma série de discursos desfavoráveis à vila começa a ser construída. A vila, como era conhecida, começou a ser chamada de favela de pescadores, e nesse *continuum* se transformou para a grande mídia um lugar de tráfico e prostituição. Inicia-se assim todo um processo de marginalização da comunidade que, para além do “esquecimento” do poder público, começou a sofrer os estigmas produzidos pelos discursos de discriminação (Hüning, 2014).

Foi nesse contexto de insegurança e ameaça à comunidade, ao perceber que o direito ao território e à vida comunitária estava sendo colocado em questão, que se iniciou um processo de luta e resistência que teve como principal bandeira a permanência e urbanização da vila, mas que, certamente, foi para além dela: tratou também do reconhecimento da comunidade, de suas práticas culturais como forma de existência daquela população e do próprio direito à cidade. Como afirma Enaura Nascimento, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro do Jaraguá (AMAJAR),

*a luta é pela moradia, pelo direito à cidade, pelo direito ao espaço porque a gente já está aqui há anos e aí é muito difícil. E as pessoas me perguntam por que a gente que ficar aqui e por mais que se explique que não é só a questão da distância, e sim a questão de ser comunidade que vai deixar de ser, saindo daqui vai deixar de ser. Então aquela vida que se vive na comunidade conhecendo todos os moradores, desde os mais velhos aos que nasceram agora, a gente conhece todos os moradores. E a convivência é diferente morando e comunidade. Só quem vive é quem sabe como é que se vive, ajudando uns aos outros, olhando os filhos uns dos outros ... É muito bom, morar em comunidade é muito bom.*²

A negação do direito de permanência desencadeou uma série de resistências e lutas dentro e fora da comunidade, promovendo um processo de aprendizado político coletivo. A vila, que já tinha uma tradição organizativa desde o surgimento de sua Associação de Moradores (fundada em 1988), se fortalece enquanto ator social e se desdobra em outros coletivos e projetos que a ela dão visibilidade. A participação no Pro-

² Fala extraída do documentário “Quem tem juízo resiste e luta” produzido e coordenado por nós, através do edital PIBIP AÇÃO 2014 (PROEX/PROPEP/UFAL). O filme mostra o cotidiano da vila, suas práticas culturais e de trabalho, a luta pela permanência e o despejo da comunidade em junho passado.

grama de Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes (PELC) e na rede dos Pontos de Cultura, a partir da criação do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, aproxima ainda mais os moradores de uma identidade demarcada por suas práticas e tradições, mas também de seu território. Muitos dos trabalhos e atividades organizados por esses programas colocavam no horizonte as dimensões da cultura e da comunidade: o olhar que tinham sobre o território, seu cotidiano, suas práticas e tradições. As práticas de lazer, o trabalho com a capoeira e o maracatu, a representação da comunidade pelas crianças a partir da fotografia e da pintura traduzem esse processo que fortalece uma imagem positiva de si.

A inserção na associação, os projetos desenvolvidos por ela, as questões políticas que emergem do problema da permanência produzem estratégias de luta ao mesmo tempo em que reforçam formas de se ver, de se perceber enquanto comunidade. A luta pelo reconhecimento e registro de suas práticas culturais e de trabalho, mais especificamente a cultura da pesca e a construção de barcos, como patrimônios imateriais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi expressão desse momento que mesclou política e cultura.

Mas se a organização interna da vila foi fundamental no processo de resistência, sua força política para além das fronteiras da comunidade também o foi. A partir da AMAJAR e de suas principais lideranças, a vila catalisou uma série de outros atores sociais que com ela sustentaram ações de resistência importantes. Seguindo as ações desencadeadas pelo processo de direito de permanência naquele território e investimentos de infraestrutura, a luta empreendida pela AMAJAR desde o final dos anos 1990, inicialmente em parceria com alguns outros atores da sociedade civil, como professores e estudantes universitários e representantes de outros movimentos sociais, ganha amplitude e visibilidade na cidade.

Em 2014, ano em que o conflito com a prefeitura de Maceió se agrava pela iminência de uma ação de despejo da comunidade, a articulação desses diferentes atores cria o Movimento Abrace a Vila, um coletivo que se alia às ações de resistência e luta da Vila de Pescadores, ampliando o debate sobre a permanência da Vila para uma questão que não diz respeito apenas a esse coletivo, mas à cidade.

Um processo coletivo de luta e aprendizagem

A Vila dos Pescadores se projeta para a cidade por meio das parcerias e diálogos que faz com outras organizações e movimentos sociais. As articulações se desdobram e, através da AMAJAR e do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, a Vila se insere e participa de uma rede de movimentos que atua no sentido de pensar a cidade, resistir aos processos de invisibilização, valorizar as manifestações culturais e populares, discutir os desafios urbanos e denunciar os projetos de desenvolvimento excludentes. A partir de sua problemática, dialoga com outros atores sociais da cidade e assume o desafio de coletivamente enfrentar um Estado que cotidianamente nega direitos.

Nesse sentido, inicialmente a vila dialoga e estabelece parcerias com grupos como o Centro de Estudos e Pesquisas Afroalagoano Quilombo (CEPA QUILOMBO), o Movimento Cultural da Zona Sul, Núcleo de Capoeira, Coletivo Afro-Caeté e Maracatu Baque Alagoano, ou seja, a rede de Movimentos de Cultura Popular; com a Faculdade de Alagoas (FAL) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a partir de projetos de pesquisa e extensão lá realizados; articula-se com a Rede Estadual de Pontos de Cultura e, de modo mais pontual, com outras instituições como o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).

Esse processo organizativo é resultado de uma experiência política e educativa, de um aprendizado que se tece paulatinamente na medida em que suas principais lideranças compreendem a importância da luta pelos direitos. Certamente a radicalidade e compreensão dessa luta pela comunidade está intimamente ligada aos processos de inserção por suas lideranças no campo político como uma experiência libertadora. Um processo das lideranças que se espraia para o coletivo. Mais uma vez, Enaura Nascimento, ao falar de sua experiência, traduz com simplicidade e força um processo educativo que repercutiu na própria comunidade:

Fomos fazer a escolha da pessoa que seria o presidente da associação. Então eu entrei realmente no empurrão: não, é você, é você! Me escolheram e aí houve eleição e aí então eu comecei a ser presidente da associação desde 2008. E hoje não me vejo fazendo outra coisa que não seja a luta pela comunidade. Mesmo depois, se a gente conseguir a urbanização, eu sei que tem

Hüning, S. M. & Mesquita, M. R. (2015). Esse título todo é pra que eu diga como aprendi a lutar?

*muita coisa que a gente precisa lutar de direito do cidadão, de direito que a população tem, que as pessoas têm, e eu sei que são vários direitos que não são dados principalmente pra quem mora em comunidade, e a gente vai estar correndo atrás. E eu com certeza nunca vou deixar, aprendi a lutar e agora ficou difícil dizer que isso tá no passado. Cada dia a gente aprende muito mais das leis e tudo, e eu vou continuar.*³

Esse movimento político e educativo produz uma sustentação e apoio importantes na base da coletividade de pescadores e marisqueiras que se traduz numa associação cada vez mais forte, com a compreensão daquilo que precisa ser feito para defender e garantir sua permanência e todos os outros direitos que possui. Assim, o processo dialógico que se estabelece entre um movimento mais interno de coesão comunitária, resultado de uma experiência que demarca processos de identidade coletiva, e uma inserção política que extrapola os limites da comunidade se torna um elemento fundamental na constituição de uma resistência. Diferentemente do discurso da mídia e do Estado, que frequentemente associou os moradores a um coletivo desorganizado e anômico, a vila se fortalece enquanto sujeito coletivo, cada vez mais consciente de seus direitos e da necessidade de lutar por eles.

A importância da associação de moradores como polo de resistência converge para a análise apresentada por Holston (2009), em relação aos movimentos que reivindicavam moradia no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Porém, como esse mesmo autor indica, a questão da luta por moradia é extrapolada pelo processo político e educativo que se constitui pela própria experiência de luta, na recusa às formas de exclusão da cidade, aos discursos de marginalização e na afirmação de uma cultura e modos de vida singulares, ligados, nesse contexto, à relação com a atividade de pesca e o território.

Numa trajetória de aprendizagem coletiva, um grupo de mulheres, que protagoniza a representação da Vila junto à associação de moradores, passa a se posicionar de forma diferente diante da própria comunidade e do Estado, estabelecendo uma nova relação com a lei e seus agentes (Holston, 2009), participando ativamente de novas e alternativas esferas públicas, ao passo em que busca o fortalecimento de sua luta social e sua cultura.

³ Fala extraída do documentário “Quem tem juízo resiste e luta” produzido e coordenado pelos autores, através do edital PIBIP AÇÃO 2014 (PROEX/PROPEP/UFAL).

Destacam-se, assim, mulheres marisqueiras que aprenderam no próprio processo de luta o exercício e a força política de sua organização. São mulheres que, desafiadas a garantir a continuidade de suas práticas, a vida comunitária que conhecem e vivem tão profundamente, começam a perceber que a luta política é essencial para a conquista de direitos. Assim, tornam-se lideranças importantes e começam a desafiar os poderes públicos que insistem em negá-las. Neide, outra liderança comunitária, fala da descoberta da luta em suas vidas e dos desdobramentos subjetivos após a inserção na política.

Eu entrei na luta da associação pela injustiça que meu pai sofreu. Eu tinha cerca de 12, 13 anos. Foi quando meu pai que tinha um barraquinho, ele perdeu sem direito a nada ... A prefeitura disse que ele escolhesse: ou a moradia ou o ponto de trabalho. Só que na época minha mãe era doente e ele escolheu a moradia. Foi quando eu fui entender a importância da vila tanto pra mim, quanto pro meu pai. Então, foi através daí que eu amadureci e decidi a lutar, através de pessoas que nos deu o direito de nos mostrar os direitos que nós tínhamos, a lutar por eles. Então, me orgulho muito em lutar, de não desistir jamais, porque eu vou dizer, se for pra lutar por essa vila eu vou lutar até o fim, seja com o prefeito, seja com quem for, porque prefeitura tem de quatro em quatro anos. A gente tá aqui há décadas.⁴

Enaura afirma:

Hoje eu tenho uma visão diferente pela luta de tudo: da política, o povo acredita muito no que se faz, eu tenho uma visão diferente da política; eu tenho uma visão diferente dos direitos, e a luta, a luta mesmo e a coragem. Todo mundo tem coragem, todo mundo tem uma defesa, mas a partir do momento em que você descobre que você pode, que você pode brigar, não tem prefeito, não tem vereador, não tem governo, não tem nada, você diz eu vou lá, e eu vou sem medo mesmo e enfrento. E aí tem que falar? Tem que falar mesmo.⁵

A participação das mulheres na luta da Vila dos Pescadores corresponde à imagem da própria comunidade, referida como uma mãe provedora por muitos moradores: podemos dizer que a vila é uma mulher, negra, inicialmente com poucos recursos da educação formal, que para

⁴ Depoimento gravado pela equipe de produção do documentário “Quem tem juízo resiste e luta”.

⁵ Fala extraída do documentário “Quem tem juízo resiste e luta”.

viver com mais dignidade, sem tutela, aprendeu a lutar por seus direitos, por sua existência e pelo reconhecimento de suas práticas culturais e de trabalho solidárias. Há aqui uma sintonia perfeita entre a composição da vila e sua representação na luta. Certo dia, ao convidarmos Enaura para uma mesa intitulada “Processos Políticos e Pedagógicos da Luta”, ela retruca: “esse título todo é pra que eu diga como eu aprendi a lutar, como eu me inseri na luta?”. A história de como Enaura e as outras mulheres aprenderam a lutar parece sim a maior expressão ou analogia da história de toda uma comunidade, a Vila dos Pescadores.

Esse processo coletivo de luta e aprendizagem articula dimensões da política e da cultura. Assim, embora a questão da moradia sempre tenha demandado atenção especial da associação de moradores e suas lideranças – pela própria urgência e gravidade que representava em relação à própria condição de existência da Vila –, sempre foi acompanhada de uma luta também no campo da afirmação cultural, principalmente por meio do Programa de Esporte e Lazer da Cidade do Ministério dos Esportes (PELC) e das atividades desenvolvidas pelo Ponto de Cultura Enseada das Canoas.

A Vila, como já destacamos anteriormente, constitui-se como um polo de resistência à política de urbanização da cidade, articulando diferentes movimentos e promovendo mobilização popular, através de atividades voltadas para a própria comunidade e para o público em geral. Através de exposições fotográficas e de pinturas produzidas pelas crianças da vila, atividades culturais na própria comunidade e em outros espaços públicos, oficinas de artes e percussão, debates em diferentes esferas da cidade, participação em audiências públicas e espaços de planejamento urbano, entre outras atividades, a comunidade empenhou-se em dar visibilidade a dimensões de seu cotidiano negadas pelos discursos desqualificadores promovidos pelo poder público e amplamente disseminados pela mídia local.

A luta inicial pela moradia tornou-se uma luta de afirmação de sujeitos políticos que se compreendem a partir desse processo e de sua importância para suas vidas, como declarava Enaura, meses antes da demolição da Vila:

Hoje a Vila está de pé porque a gente resiste. Então hoje pra mim a vila é o que eu tô vivendo hoje. A vila é que tá me dando coragem pra lutar, de se não ter medo de seguir em frente, apesar do que o pessoal fala de que

a gente vai sair, de que a gente não pode continuar, de que não tem jeito... E vai ficar o aprendizado, ou ganhando ou perdendo, tudo aquilo que eu aprendi, aquilo não vai acabar, aquilo vai ficar pra vida toda. Então, foi através da vila, através da luta, através da resistência que a gente aprendeu...⁶

Sobre a coragem de lutar mesmo diante da assimetria das forças

A desigualdade social e econômica é uma marca histórica que caracteriza as relações políticas em Maceió, capital de um estado onde a propriedade do latifúndio sucroalcooleiro confunde-se com as posições político-institucionais nas diferentes instâncias do poder estatal. Mesmo nesse contexto tão adverso, a luta da comunidade ao longo dos anos foi simultânea ao fortalecimento político de seus atores como sujeitos singulares e como coletividade.

Infelizmente, mesmo com a mobilização e intensa luta da comunidade, a assimetria das forças políticas e econômicas levou em 17 de junho deste ano ao despejo e demolição quase total da vila de pescadores, restando na área apenas alguns barracos destinados a servirem como depósitos provisórios e um imenso armazém de açúcar.

Num processo combativo da comunidade representada por suas lideranças junto à AMAJAR, a Vila percorreu diferentes caminhos políticos e jurídicos buscando a garantia de seus direitos mesmo quando esses eram negados e desqualificados pelo próprio poder público municipal: o direito de lutar por investimentos em seu território e resistir a um projeto de urbanização que excluía seus moradores. Considerados como invasores pela prefeitura da cidade, que judicializou a disputa pelo território e negou-se a viabilizar um projeto de urbanização que contemplasse sua permanência, os moradores foram tratados como estorvos ao desenvolvimento urbano e econômico do lugar. A forma como se expressou a pressa em retirar os moradores e demolir a Vila, no dia do despejo (cuja data não havia sido comunicada aos moradores), elucida o não reconhecimento do direito legítimo de resistência desses sujeitos, inclusive no campo jurídico. Expressões como “não tem conversa”; “isso já se arrastou demais”; “não temos mais tempo a perder”, “você sabiam

⁶ Fala extraída do documentário “Quem tem juízo resiste e luta”.

que teriam que sair”, utilizadas pelos agentes responsáveis pelo despejo diante das solicitações dos moradores para que lhes dessem tempo para que organizassem seus pertences para sair de suas casas, manifestam a compreensão de que o próprio exercício de defesa e luta dessa comunidade no campo jurídico, a partir do processo instaurado pela prefeitura, era considerado uma afronta ilegítima ao poder institucional. Para além disso, o despejo ocorreu permeado por inúmeras violações de direitos, desde a falta de aviso sobre a data de sua realização, como a falta de informação de para onde seriam levadas as mais de 100 famílias que ficaram sem moradia, violações à dignidade, falta de atenção especial a crianças, idosos, gestantes e doentes, entre outras.

Entendemos que tanto o não reconhecimento do direito de luta por direitos quanto a violência que acompanhou as violações de direitos durante o despejo relacionam-se à ideia de uma “cidadania desigual” ou “diferenciada”, como refere Holston (2009, p. 256), na qual diferenças econômicas, de raça, gênero e ocupação resultam em tratamentos diferenciados para determinadas categorias de cidadãos. Essa compreensão resulta numa distribuição desigual de direitos políticos, civis e sociais e torna possíveis formas de tratamento que seriam consideradas inaceitáveis em outros espaços e para com outros grupos sociais. Mas é exatamente nos espaços onde essa desigualdade se impõe de forma mais violenta, como na Vila de Pescadores, que se produzem formas de participação política impulsionadas pela resistência, o que mais uma vez indica o quanto essas lutas extrapolam as questões relativas à moradia ou infraestrutura, colocando em questão a própria construção da cidadania e sua relevância para a sociedade de forma mais ampla, e não apenas no que concerne às demandas locais específicas. É também contra essa cidadania diferenciada que essas pessoas lutam e afirmam sua dignidade e valor. Como diz Marina, uma das lideranças da comunidade, no dia do despejo: *“a gente não tá reagindo não. A gente sabe que perdeu, a gente lutou até o fim com dignidade”*.

E seguir lutando...

Após três dias de trabalho de demolição da Vila de Pescadores, ergueu-se em frente à mesma um tapume, isolando-se sua área, junto

ao qual, um tempo depois, foi colocada a placa com os dizeres “Obra da Prefeitura. Urbanização da favela de Jaraguá”. A cena da placa com seus dizeres revela a forma desrespeitosa como a prefeitura desde o primeiro momento se relacionou com a comunidade. Indica também formas de violência do Estado que se expressam através da usurpação dos direitos.

Nesse sentido, duas questões nos chamam a atenção e parecem simbolicamente importantes para compreender o grau de violência e perversidade do Estado frente à comunidade. A primeira, talvez mais óbvia, expressa o grau de cinismo e desprezo à Vila de Pescadores quando, depois da realização do despejo, coloca na placa o título “urbanização da favela do Jaraguá” como finalidade da obra⁷, humilhando ainda os antigos moradores que lutaram por décadas pela urbanização da comunidade e que já não têm mais aquele lugar como espaço de moradia. A segunda indica mudança na destinação dos recursos federais, que previam, inicialmente, a urbanização da área com a permanência da comunidade (conforme comprovam documentos de concessão da área pela Superintendência do Patrimônio da União e projetos anexados ao processo judicial), e desprezo pelos desejos, projetos e modos de vida dessas pessoas, já que se empreende essa urbanização desvinculada daqueles que lá habitavam e sem considerá-los. Nos dois sentidos, a negação dos direitos e o desrespeito à comunidade se fazem presentes.

A Vila, que era composta por aproximadamente 450 famílias de trabalhadores, em sua grande maioria em atividades de pesca ou correlatas, já havia sofrido seu primeiro ataque pela prefeitura em maio de 2012, quando retirou, de forma mais ou menos voluntária (houve inúmeros relatos de coação nesses processos), em torno de 300 famílias do local, transferindo-as para um condomínio de apartamentos. As 150 famílias que permaneceram resistiam por acreditar na luta por seus direitos, como aqueles expressos pela própria legislação para regularização fundiária e concessão de imóvel público para fins de moradia no Brasil (Medida provisória n. 2.220, 2001).

No dia do despejo, 20 dessas famílias foram destinadas a unidades habitacionais nesse mesmo condomínio. Após tentativas sem sucesso de

⁷ O atual projeto da prefeitura prevê a construção de um centro pesqueiro, lugar de tratamento e comercialização do pescado e um grande estacionamento.

alojamento dessas pessoas em duas escolas, uma centena de famílias dispersou-se buscando abrigo em casas de familiares ou foi precariamente abrigada em uma creche municipal inacabada, sendo informadas que teriam o prazo de três dias para saírem do abrigo e alugarem uma casa, para a qual receberiam três meses de aluguel social no valor de R\$ 250,00.

O Estado, que nas últimas décadas tratou de tornar mais precárias as condições de habitação daquelas pessoas em sua comunidade de origem para, assim, justificar a necessidade de sua extinção pautada em argumentos como falta de infraestrutura, tráfico de drogas e prostituição, protagoniza um espetáculo diante da mídia local, afirmando que finalmente acabou com a favela do Jaraguá, como se essa fosse a solução para os alegados problemas atribuídos a essa área. Não se fala, no entanto, no fato de que o aluguel social é insuficiente para que essas pessoas encontrem nova moradia e, tampouco, que longe da área da vila suas atividades econômicas ficaram comprometidas.

A opção do poder público pela retirada da comunidade de seu local de habitação e trabalho (sendo a viabilidade desse diretamente relacionada à permanência nesse território), transferindo-a para uma área mais distante e separando do convívio comunitário muitas dessas famílias, “colabora para o aprofundamento de diferenças sociais sobre o solo urbano, dificultando a mobilidade desses trabalhadores entre casa e trabalho e o compartilhamento de códigos comuns de convívio, integração e sociabilidade” (Ivo, 2010, p. 19). Hoje, os pescadores e marisqueiras transferidos para os apartamentos encontram, entre outros problemas, dificuldades para o pagamento do transporte necessário ao deslocamento para o local de trabalho (a área onde se encontrava a Vila) e dificuldade de acesso das crianças a escolas, situação ainda mais agravada para aqueles que se dispersaram por diferentes bairros da cidade na precária condição do aluguel social provisório.

Santos (1993) afirma que “é um equívoco pensar que os problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social” (p. 113). E a ação de demolição da comunidade do Jaraguá, veiculada na mídia de massa como uma operação de sucesso e bem planejada, foi sem dúvida um importante passo para um projeto de urbanização segregacionista, que, a exemplo de tantos outros no Brasil, empurra cada vez mais

para as periferias as populações mais pobres. Foi a execução bem sucedida de uma planificação urbana voltada para

aspectos da cidade cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolvê-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo. Trata-se de planificação sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena. (Santos, 1993, p. 113)

Mas a trajetória de formação política e cidadã desses sujeitos não se apaga. A associação de moradores permanece atuante na denúncia da violência e violações de direitos sofridas pela comunidade e na busca por soluções para as mais de 100 famílias que, nesse momento, contam com o recebimento de apenas mais um mês de aluguel social. No último mês, o atraso do pagamento da segunda parcela do benefício levou a uma manifestação dos moradores em frente à área em que se localizava a comunidade, colocando abaixo o tapume e, mais uma vez, de forma insurgente, afirmando o efeito de formação política de uma luta coletiva e da relação com o lugar.

De nossa parte, como professores e pesquisadores da Psicologia Social, juntamente com nossos estudantes que têm nos acompanhado, contribuímos a partir de nosso lugar, e numa perspectiva de horizontalidade, no apoio institucional e representativo da universidade, na reflexão contínua sobre as práticas de resistência, na escrita e sistematização de documentos e relatórios oficiais em defesa da comunidade, no acompanhamento político e jurídico da questão, nos processos de organização comunitária, na mobilização coletiva de outros atores sociais, no pedido de registro das práticas culturais e de trabalho como patrimônios imateriais, na denúncia de toda forma de desrespeito aos direitos humanos pelo Estado e seus agentes. Sempre deixando-nos ser afetados pela experiência dessa relação, questionando e refletindo sobre as nossas próprias práticas acadêmicas e psicológicas.

Assim, como tantos outros atores e movimentos, abraçamos a Vila com a admiração por esses cidadãos e cidadãs insurgentes e rebeldes

que se afirmam no enfrentamento às violências institucionais cotidianas. No trabalho que desenvolvemos com a comunidade, desde 2009, tivemos a oportunidade de trocar saberes e abrir espaços de diálogo entre a universidade e a comunidade que certamente constituíram-se como espaços de aprendizagem política e cidadã para todos os envolvidos. Essas aprendizagens perpassam formas de relação entre a universidade e a sociedade, entre a psicologia e as pessoas com quem trabalhamos. Aprender sobre a relação que possuíam com seu lugar, sobre suas formas de organização e luta, sobre os limites de uma lógica econômica e desenvolvimentista diante de outras formas de vida, sobre uma cidadania que não se produz a partir da lógica predominante do consumo. Em um processo mútuo de aprendizagem, construímos e afirmamos uma psicologia social que se faz como prática política, uma psicologia também insurgente e rebelde.

Referências

- Agamben, G. (2004). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Caldeira, T. P. R. (1996). Fortified enclaves: the new urban segregation. *Public Culture*, 8(2), 303-328.
- Holston, J. (2009). Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries. *City & Society*, 21(2), 245-267.
- Hüning, S. M. (2014). Encontros e confrontos entre a vida e o direito. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 491-501.
- Ivo, A. B. L. (2010). Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. *Cadernos CRH*, 23(58), 17-33.
- Koonings, K. & Kruijt, D. (2007). Fractured cities, second-class citizenship and urban violence. In K. Koonings & D. Kruijt (Eds.), *Fractured cities: social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America* (pp. 7-22). London: Zed Books.
- Medida Provisória n 2.220*, de 04 de setembro de 2001. (2001). Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 15 de agosto, 2015, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm

- Rolnik, R. (1999). Exclusão territorial e violência. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 100-111.
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- Scisleski, A. & Hüning, S. (no prelo). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Polis e Psique*.

Educação e mídia: o que a Psicologia Social tem a ver com isso?

Luciana Lobo Miranda

Cena 1: Em uma escola pública de ensino médio, como que em um jogo de “gato e rato”, alunos tentam descobrir a senha de *wifi* da instituição, que apenas funcionários e professores podem acessar, para fins exclusivamente pedagógicos. Quando descobrem, vão para um canto onde o sinal é melhor, se aglomeram, riem e compartilham até a senha ser novamente trocada pela direção, para depois ser novamente descoberta...

Cena 2: Professores da rede pública falam dos conflitos e das dificuldades de “disciplinarem” seus alunos atualmente. Alguns evocam cenas em que chegam a trocar insultos ou mesmo segurar no braço de um aluno que se recusa a sair de sala. Ao se perceberem perdendo o controle da situação, param, com temor, e pensam: Será que algum aluno me filmou?

Cena 3: Novamente em uma escola pública, uma professora grava no celular parte de sua aula para provar aos alunos que a tarefa foi passada e será devidamente cobrada, pois, na aula anterior, eles disseram que ela não havia passado a tarefa. Alguns alunos reclamam: Querem o direito de imagem...

Cena 4: Alunos de uma escola particular de classe média alta preferem tirar foto da lousa (quadro-negro) ao invés de copiar o conteúdo. Alguns professores permitem, outros não. As fotos são tiradas mesmo assim¹.

Nos últimos anos, temos ocupado o lugar enunciativo de professora na Universidade Federal do Ceará (UFC), através de distintas atividades: professora da graduação do curso de Psicologia Escolar/ Educacional; supervisora de estágios com ênfase em processos psicossociais e construção da realidade; Orientadora de monografias, dissertações e

¹ Estas cenas estão presentes em trabalho *Escola e mídia: “Encontros possíveis, despedidas necessárias”* publicado nos Anais do VII Colóquio Internacional de Filosofia da Educação. (Miranda 2014b).

teses; Coordenadora do Programa de Extensão TVEZ: educação para o uso crítico da mídia²; coordenadora de pesquisas, dentre outras. Todos esses espaços se encontram marcados pela inquietação na investigação da relação entre os modos de subjetivação, a mídia e a educação na contemporaneidade.

As cenas, ligadas aos lugares enunciativos anteriormente descritos, foram ouvidas, presenciadas e discutidas com diversos atores envolvidos no processo educacional: estudantes, professores, gestores. Seleccionamos estas, mas poderiam ser outras... O que tais cenas têm em comum? A nosso ver, dentre outras questões, a presença da mídia e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) de forma NÃO autorizada, periférica no ambiente escolar, mas também são emblemáticas da sua interpenetração nos modos de subjetivação contemporâneos, marcados pela hiperconectividade.

Assim, atuamos no campo da Psicologia Social (já que, no meu modo de entender, a Psicologia Educacional faz parte desse domínio), na interface entre a educação e as tecnologias de comunicação, também chamadas de mídia. O título do presente trabalho “Educação e mídia: O que a Psicologia Social tem a ver com isso?” carrega na interrogação o seu objetivo, isto é: discutir os possíveis deslocamentos que a interface com a Educação e com a Comunicação Social convoca à Psicologia Social realizar. Para tal, vale a pena problematizar o conceito de sujeito, historicamente delegado ao saber psicológico. (Guattari, 1990, 1992; Huning & Guareschi, 2005; Miranda, 2000). Posteriormente, discutiremos a educação escolar e a mídia como tecnologias de época para então analisá-las como campo de pesquisa e atuação da Psicologia Social. Uma Psicologia menos preocupada com a localização de seu saber, e mais afeita à inovação e ao convite à transversalidade.

Modos de subjetivação para além da individualização do sujeito

Nos últimos três séculos, a Psicologia, bem como as Ciências Humanas de maneira geral, a fim de alcançar a racionalidade científica,

² Desde 2005 coordenamos com a Prof^a. Dra. Inês Vitorino (comunicação UFC) o Programa de Extensão *Tvez: Educação para o uso crítico da mídia*, que atua na formação de alunos e professores em prol do uso qualificado da mídia nas escolas.

alinham-se às ciências da natureza, buscando modelos matemáticos baseados em testagens e verificação experimental (Huning & Guareschi, 2005).

Neste movimento, o social normalmente foi considerado como instância secundária, numa ciência que tem como objeto o sujeito individual. O núcleo psíquico visto como a priori das instâncias coletivas ou sociais, sob a mira das investigações *psi*³, reduziria a influência do social muitas vezes à esfera familiar (Miranda, 2000). Na relação cindida entre indivíduo e sociedade, caberia ao primeiro adaptar-se ou não à norma social, que, por sua vez, instauraria um campo de normalidade/ anormalidade (Foucault, 1977). Segundo Huning e Guareschi (2005), a Psicologia Social emerge baseada tanto na estatística de medição de comportamentos coletivos, quanto na perspectiva adaptacionista, sobretudo na Psicologia Social norte-americana. Para as autoras, mesmo a Psicologia Social crítica, que se contrapõe a esta tradição e discute toda a Psicologia como eminentemente social, não avança muito na “discussão epistemológica sobre as dicotomias individual/social e sujeito/objeto” (p. 108).

E ainda:

A psicologia constituída como ciência positivista propõe, assim, a noção de um sujeito universal que tornaria inquestionável a generalização a partir de pesquisas fundadas metodologicamente em testes de probabilidades estatísticas. Disso resulta a naturalização tanto de fenômenos psíquicos, dessa ‘substância psicológica’, quanto dos conhecimentos que buscariam dar conta deles. (p. 111)

A negação da base social para a formação do sujeito tem ganhado força na segunda metade do século XX através da biologização da vida, fenômeno que reduz o comportamento, as sensações e os sofrimentos humanos à ação de neurotransmissores, ao código genético, dentre outros fatores, normalmente ligados ao funcionamento cerebral. Aqui não apenas a dicotomia sujeito e sociedade se mantém, como há a própria redução do primeiro a um conjunto de fatores de ordem estritamente

³ De acordo com Rose (2014), as práticas *psi* extrapolam o campo disciplinar da psicologia, mas encontram-se em distintas práticas sociais ligadas ao gerenciamento da subjetividade: “A disciplina da psicologia certamente não está unificada em um nível de seu objeto, seu conceito, sua harmonia teórica, seu “paradigma”; a unidade que tem adquirido desde o final do século XIX é uma unidade pedagógica e institucional” (p. 24).

biológica. Como consequência, produz-se a medicalização, na qual o sofrimento e as vicissitudes do processo de aprendizado, por exemplo, são descritos como transtorno, tendo quase sempre como tratamento um ou mais medicamentos. (Guarido, 2010).

Neste breve percurso até aqui traçado, há a primazia do “sujeito desde sempre aí” (Veiga-Neto, 2007, p. 107), e não como efeito de contingências históricas. Pensar o engendramento dessas contingências, isto é, suas condições de possibilidades de emergência, é colocar uma centralidade na história. Trata-se de colocar não apenas o sujeito, mas a própria ciência inserida numa dimensão discursiva, onde o que é considerado saber verdadeiro encontra-se inevitavelmente inserido nas relações de poder que circunscrevem o próprio campo da ciência em um determinado contexto histórico-sócio-político. No caso do sujeito, passa-se a analisá-lo como efeito da modernidade histórica⁴.

Para inserir a Psicologia em sua dimensão não apenas eminentemente social, mas problematizar o seu objeto, isto é, o sujeito, sua psique, não mais naturalizado, mas circunscrito em práticas históricas que o ajudam a formá-lo (ou ainda forjá-lo), tomamos como matriz teórica o pós-estruturalismo, sobretudo Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Em outros escritos, já discutimos a contribuição dos referidos pensadores para a problematização do sujeito como formado pelos atravessamentos das diversas instâncias que compõem a sociedade, ressaltando a materialidade de sua construção histórica, em detrimento de uma concepção abstrata e apriorística de entidade universal (Miranda 2000; Soares & Miranda 2009). Aqui se trata de apostar nesta questão para abordá-la visando à interface com questões ligadas à educação e às tecnologias de comunicação.

⁴ Foucault (1988) trabalha a ontologia histórica através da genealogia. Longe de ser um método que busca a origem das coisas, e sua universalidade, a genealogia é antes um ethos que se atém tanto na desnaturalização dos objetos que pesquisa, quanto no que difere, nas suas especificidades. Diz Foucault: “Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona: espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos: apreender seu retorno não para traçar a curva lenta da evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de lacuna, o momento em que aconteceram” (p. 15).

Trabalhar no campo da Psicologia, nesta perspectiva, significa tentar romper com a ideia de subjetividade constituída a partir da interioridade do sujeito, buscando, ao contrário, a prevalência de uma visão *transversalista* da subjetividade, em que a caracterização do que é interno e externo ao sujeito perde sentido. No âmbito do conhecimento, a oposição tradicional entre sujeito e objeto sucumbe, e a delimitação que definiria esferas próprias a tais entidades encontra-se borrada.

Guattari (1992, p. 11), por exemplo, diz que a subjetividade transcende ao próprio sujeito e é “produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais”, sem qualquer hierarquia entre elas. O autor adota o conceito de “Produção de subjetividade” (Guattari, 1990, 1992) para demarcar que as subjetividades são produzidas socialmente e que o indivíduo se situa como uma função de terminal, mas que, por sua vez, também produz subjetividade. As interações sociais, em suas diversas instâncias (família, escola, trabalho, religião, hábitos culturais, etc), funcionam como vetores de subjetivação (Guattari, 1992; Miranda, 2000).

Foucault também problematizou o sujeito individual como efeito da modernidade. O termo *sujeito* assume dois sentidos: “Sujeito ao outro através do controle e da dependência e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita” (Foucault, 2013, p. 278). O pensador nos provoca ao colocar o sujeito como invenção moderna, marcado por contingências históricas. Uma invenção menos engendrada pela autonomia e soberania, como crê o pensamento iluminista, e mais ancorada na sujeição. Dessa maneira, ao invés de pensar o sujeito, o autor analisa os modos de subjetivação preponderantes em determinados contextos históricos, isto é, discute as práticas que performatizam sujeitos. Assim, os modos de subjetivação, no final do século XVII e início do século XVIII no contexto europeu, foram marcados pelo disciplinamento dos corpos individuais e que tiveram o exército, o hospital, a prisão e a escola como instituições protagonistas (Foucault, 1977).

A disciplina, discute Foucault (1977), se centra na vida do homem-indivíduo, em seu corpo, empreendendo uma anátomo-política com vistas a um melhor aproveitamento de suas forças, o que envolve a docilização e a disciplinarização. As práticas disciplinares têm como finalidade o domínio de cada um sobre si mesmo, visando à produtividade. Diz Foucault: “O

indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas também uma realidade fabricada por essa tecnologia do poder que se chama a ‘disciplina’” (p. 172). Posteriormente acoplados às práticas disciplinares, já na segunda metade do século XVIII, engendraram-se outros processos de subjetivação caracterizados pelo controle da população, por meio de dispositivos de segurança (Foucault, 2008). Analisar os diferentes modos de subjetivação que ajudaram a constituir o sujeito individual, muitas vezes atreladas a uma lógica individualista, implica não apenas na sua desnaturalização, como na busca de processos mais coletivos de subjetivação. Diz Foucault: “Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (Foucault, 2013, p. 283)

Chegamos aqui a um ponto importante para avançar no campo argumentativo: os modos de subjetivação engendrados nas mais diversas dimensões sociais: família, religião, educação, trabalho, mídia etc. trazem para a esfera da psicologia essas diversas instâncias. Dentre elas, temos nos dedicado a duas: a educação, especialmente a escolar, e as tecnologias midiáticas.

Escola e Mídia: Tecnologias de época, modos de subjetivação distintos?

Todo projeto educacional envolve um projeto de sujeito que se quer formar: desenvolver potencialidades, intervir nas etapas evolutivas, barrar comportamentos indesejáveis, por vezes buscando um “ser social autônomo, moralmente livre e empreendedor, apto à vida social e produtiva” (Costa, 2006, p. 15). As práticas e os saberes, nos últimos séculos, ajudaram a consolidar o projeto de Modernidade e de sujeito, em que a educação escolar ocupa um lugar privilegiado. Conforme Veiga-Neto (2007, p. 15): “Foi com base em Foucault que se pôde compreender a escola como uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a enformam e aí se ensinam, sejam eles pedagógicos ou não”.

Por outro lado, a contribuição da Psicologia no território educacional tem servido para dar um certo status científico às práticas pedagógicas, ao mesmo tempo que se coloca como lugar de resolução de proble-

mas ligados à inadaptação e às dificuldades de aprendizagem (Hunning & Guareschi, 2005).

As transformações relacionadas às tecnologias de comunicação e à crescente inserção da mídia em grande parte das práticas culturais atuais, constituindo a chamada sociedade midiaticizada (Moraes, 2006), acabam por inseri-la como um lugar de formação do sujeito, como um “dispositivo pedagógico” da atualidade, (Fischer, 2002). Fischer analisa as tecnologias de comunicação de massa, principalmente a televisão, visto que o conceito é de 2002, como produtora de imagens, significações e saberes que incidem na relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo. Além de ser uma fonte de informação e entretenimento, a mídia dirige-se à educação das pessoas, ensinando-lhes “modos de ser e de estar na cultura em que vivem” (p. 151).

Assim, acreditamos ser necessário discutir a escola e a mídia como tecnologias de época que vêm atuando nos modos de subjetivação, sobretudo das novas gerações (Sibilia, 2012).

Voltemos à escola: ampliada no contexto europeu do século XVIII, a instituição escolar foi um dos lugares que ajudaram a consolidação do projeto de industrialização do capitalismo e da constituição do sujeito moderno (Foucault, 1977). A sociedade capitalista é resultante de três revoluções: a Revolução Industrial, ocorrida, em meados do século XVIII, na Inglaterra; a Democrática, que se passou na França, em 1789; e a Educacional, que, enraizada no Iluminismo, somente se completa na Europa do século XX (Oliveira, 2004). Segundo Sibilia (2012), o projeto de educação escolar expandida a TODOS, de um lado, diz respeito a uma sociedade moderna que pensou a si própria (mesmo que idealmente) como igualitária, fraterna e democrática, e de outro, pela maximização da força produtiva dos corpos através do poder disciplinar. Na verdade, trata-se de dois lados da mesma moeda.

Dessa forma, o poder disciplinar encontra na escola um território fértil, utilizando-se de instrumentos simples como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame (Foucault, 1977). No primeiro, cria-se uma subdivisão montada hierarquicamente para que uns possam vigiar os outros, em uma nova subdivisão de trabalho com mestres, supervisores, coordenadores. A sanção normalizadora, voltada não apenas para a pu-

nição, mas também para a prevenção de comportamentos, cria a norma que diferencia e classifica o desenvolvimento e o comportamento de cada indivíduo em relação aos outros, com base em uma medida quantitativa de normalidade, a exemplo dos testes psicométricos utilizados na educação. Por fim, o exame, a combinação entre ambos, baseado em avaliações e exercícios regulares, traça o mapa de aprendizagem e a conduta de cada um. Portanto, o sujeito moderno é um efeito das relações de poder-saber produzidas em diversas instituições, dentre elas a escolar.

O próprio Foucault reconhece que talvez com relação ao corpo, após a revolução sexual do século XX, novas formas de controle estariam emergindo: “Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma do controle-repressão, mas do controle-estimulação: “Fique nu ... mas seja magro, bonito, bronzeado” (Foucault, 1988, p. 147). As resistências perfiladas na revolução sexual teriam sido, em parte, capturadas por novas práticas. Foucault então sentenciava: “É preciso aceitar o indefinido da luta ... O que não quer dizer que ela não acabará um dia” (Foucault, 1988, p. 147). Modos de subjetivação assujeitados se entrecruzam com formas de resistências, performatizando novos campos de lutas e de capturas.

Deleuze, retomando Foucault, diz que estaríamos passando por uma transição entre modos de subjetivação predominantemente disciplinares (marcados pelo confinamento da escola, hospital, prisão, etc.) e sociedade de controle com formas mais fluidas e flexíveis, mas cada vez mais capilares. Novas formas de controle em que participam máquinas, dentre as quais se destacam as tecnologias de comunicação, a mídia:

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las ... as sociedades de controle operam por máquinas de terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e o ativo, a pirataria e a introdução de vírus. (Deleuze, 1992, p. 223)

Máquinas de visibilidade e de vigilância que se estendem ao ar livre; máquinas que expõem nosso cotidiano banal ao olhar do outro; máquinas que articulam controle e prazer, na contração espaço-temporal (Bruno, 2013). São “as sociedades de controle que estão substituindo as socieda-

des disciplinares” (Deleuze, 1992, p. 220). Para o filósofo, significa que as novas formas de controle, mais fluidas, estão por toda parte, atreladas à nova ordem capitalista voltada para o consumo.

Antes de continuar a presente reflexão, vale uma breve delimitação conceitual de mídia. O termo vem do latim *medium*, *media* no plural, que significa meios. De acordo com o dicionário Aurélio, trata-se de uma designação genérica dos meios, veículos e canais de comunicação, como, por exemplo, o rádio, a televisão e o jornal (Ferreira, 2001). Apesar de ser considerado amplo, pois pode abranger a comunicação oral, escrita e imagética desde a antiguidade, a grande explosão tecnológica comunicacional com o advento do telégrafo, do telefone, do rádio, da fotografia e do cinema consolidou-se ao longo do século XIX (Brigs & Burke, 2006). Se o modelo de comunicação *broadcasting* (rádio, televisão) - de base analógica, onde um emissor que se conecta a vários receptores, divulgando a mesma informação - seria um dispositivo pedagógico que ajudaria a constituir formas de ser sujeito (Fischer, 2002), como ficaria a relação com a mídia, no contexto da Web.2.0⁵ em que, através da comunicação em rede, tem-se apostado na dimensão colaborativa, onde todos podem potencialmente não só compartilhar, mas produzir conteúdos?

Guattari, ainda nos anos 1990 do século passado, dissera:

Devem-se tomar as produções semióticas dos *mass* mídia, da informática, da telemática, da robótica etc. ... fora da subjetividade psíquica? Penso que não. Do mesmo modo que as máquinas sociais podem ser classificadas na rubrica geral de equipamentos coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. (Guattari, 1992, p. 14)

O autor defendia ser a mídia e as novas tecnologias formas hiperconcentradas e hiperdesenvolvidas da subjetividade. Elas não são o fora da subjetividade, mas ajudam na sua constituição, sendo também formadas por ela.

⁵ Até o final do século XX, a Web 1.0 dominava, e tinha como principais ações a navegação e o consumo de informação na internet, tais como, leitura de jornal e troca de e-mails. A Web 2.0 passa a ganhar espaço no século XXI, não por ser uma nova tecnologia de acesso, mas pelo desenvolvimento da conexão de banda larga que permite novas formas de participação na internet, possibilitando mais oportunidades de interação e produção de conteúdos pelos usuários. (Ribeiro, 2015)

Os modos de subjetivação interpelados pelas práticas culturais da mídia não são, portanto, recentes. Desde a emergência do cinema, passando pela televisão, os modos de vida das chamadas celebridades nos chegam cotidianamente. Conforme Bruno (2013), a visibilidade de suas vidas sempre foi estampada, seja na mídia impressa, no rádio ou na televisão: “As tecnologias de comunicação de massa, sobretudo o cinema e a televisão, incrementam esse regime de visibilidade, conferindo às práticas de ver e do ser visto novas significações sociais, estéticas, subjetivas” (p. 46). Vidas “íntimas” compartilhadas com milhões. Se a mídia *broadcasting* já trouxera a possibilidade de compartilhamento do dia a dia das chamadas estrelas ou celebridades, na contemporaneidade, a comunicação digital, as redes sociais digitais parecem inaugurar um novo tempo, que traz a possibilidade de cada um compartilhar pensamentos e opiniões em fração de segundos, onde agora todos podem publicizar sua vida privada (Bruno, 2013; Sibilia, 2008).

Basta zapear na TV ou navegar pela internet que percebemos a atualidade do dispositivo confessional problematizado por Foucault ao pesquisar a genealogia da sexualidade moderna (Foucault, 2007)⁶. Seja em *reality shows*, programas de variedades ou em *blogs* e redes sociais digitais, não faltam exemplos nos quais pessoas confessam o que fazem para um governo de suas condutas. Modos imediatos, fluidos, mas extremamente potentes e dirigidos à educação das pessoas.

Duas tecnologias: escola e mídia. Ambas marcadas pelas condições de possibilidade de suas épocas que se encontram diretamente relacionadas com o processo de subjetivação de contextos distintos, mas que muitas vezes estão no território escolar: seria possível estabelecer um diálogo entre essas duas tecnologias de época para além da docilização dos corpos, ou de novas formas de controle?

⁶ A confissão, tecnologia de si, originalmente ligada à penitência cristã, se redimensiona a partir do século XVIII. O sexo, antes inscrito numa pastoral católica através da confissão dos pecados da carne, dos desejos, da vontade, passa a ingressar na esfera da ciência, que estimula e incita a confissão de si, como vontade de verdade, como terapêutica: “A confissão ganhará sentido e se tornará necessária entre as intervenções médicas: exigida pelo médico, indispensável ao diagnóstico e eficaz, por si mesma, na cura. A verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável”. (Foucault, 2007, p. 77)

O coeficiente de transversalidade e as práticas psi

Retomemos as cenas descritas na primeira parte do texto, que têm em comum um tensionamento destes dois lugares institucionais, escola e mídia. De um lado, a escola, *locus* tradicional de transmissão de saber voltado ao passado, guiada pela lógica da razão, da durabilidade, do sujeito cidadão, do *telos*, tentando, na contemporaneidade, demarcar o seu lugar legitimado de transmissão cultural e de disciplinamento. De outro, a mídia, cujo conteúdo, na maioria das vezes, é voltado para a atualidade, para a promoção do impacto e do emocional, para a velocidade, para o sujeito consumidor, para o privilégio do agora e do efêmero, marcada pela sedução da imagem, da instantaneidade da informação que coloca corpos infantis e juvenis em conexão, sem necessariamente autorização prévia do professor (Vivarta, 2004).

Se pensarmos em ambos como lugares privilegiados de produção de modos de subjetivação contemporâneos, muitas vezes em conflito, temos aí um território para a pesquisa /atuação da Psicologia Social, mas, para tal, talvez devamos nos abrir para outros tensionamentos que povoam o território escolar, para além dos problemas de aprendizagem e/ou comportamentos individualizados no sujeito, ou no máximo de suas famílias. Também não podemos esquecer o fato de o cotidiano escolar ser marcado pela precarização laboral docente, onde muitas vezes professores não conseguem refletir acerca de sua ação pedagógica. Ao falar da interface Psicologia/Educação, Rocha (1999) é contundente na necessidade de se trabalhar de modo mais transdisciplinar:

A escola ... não vive só com os problemas de aprendizagem pedagógica, ou, antes, estes problemas estão cada vez mais intrincados com a complexidade da vida contemporânea, com desafios como violência, o desemprego, o excesso de população e a velocidade midiática – questões que requerem novas análises ... que abordadas de modo transdisciplinar, para além das divisões entre saberes e poderes, podem redimensionar as problemáticas educacionais. (Rocha, 1999, p. 189)

Conforme Huning e Guareschi (2005), Foucault desacomoda a Psicologia, provocando-a a se deslocar, de um lado, da “unidade-sujeito para a rede discursiva em que é produzido” (p. 123), e de outro, por discutir

a própria Psicologia na produção dessa teia, “assumindo o caráter interventivo da produção teórica da psicologia e dando um adeus à neutralidade científica” (p. 125). Para isso, faz-se necessário trazer para as nossas práticas *psi* a dimensão da criação: abandonando os “aventais brancos” que nos fala Guattari (1990, p. 22), “a começar por aqueles invisíveis que carrega na cabeça”, aproximando-nos da arte:

Um pintor não tem por ideal repetir indefinidamente a mesma obra ... Da mesma maneira, cada instituição de atendimento médico, de assistência, de educação, cada tratamento individual deveria ter como preocupação permanente evoluir sua prática tanto quanto suas bases teóricas. (pp. 22-23)

Fazendo uso da imagem das viseiras dos cavalos, que, quanto mais abertas, maior a possibilidade de abrir o campo de visão, Guattari diz que os profissionais *psi* deveriam ampliar o seu coeficiente de transversalidade. Este estaria associado à ativação de circulação, de agenciamentos, ligados à produção de outros modos de ser, de sentir e de atuar, em que os profissionais de diversos campos de saber exerceriam práticas mais transdisciplinares (Guattari, 1981).

Por fim, acreditamos que nossa prática no território *psi* tem sido marcada por este encontro transdisciplinar. Ensaíamos, em nosso cotidiano acadêmico-profissional, forçar a abertura das viseiras laterais, aumentando o coeficiente de transversalidade. Estar na escola problematizando *com* jovens e *com* professores o seu cotidiano marcado pelo tensionamento entre os modos de subjetivação escolares e os modos de subjetivação midiáticos, através de práticas que transversalizam psicologia, educação e comunicação, tem sido um desafio. Estar no território escolar *com* estudantes e professores de Psicologia e de Comunicação Social tem sido uma convocação ao exercício da transdisciplinaridade.

Nas escolas, temos desenvolvido trabalhos com o vídeo, como dispositivo interessante para a análise dos modos de subjetivação atuais. Utilizar uma tecnologia audiovisual, na qual a comunidade escolar assiste, discute, aprende a linguagem e cria vídeos sobre a relação com a mídia e sobre o próprio território escolar, tem sido um convite ao exercício de novas práticas (Miranda, 2014a; Miranda, Souza, Queiroz, Viana, & Coelho, 2015). Abrir o coeficiente de transversalidade de nossa prática *psi* no campo educacional, discutindo e produzindo vídeo com a comunidade es-

colar sobre os modos de subjetivação contemporâneos, ajuda a expandir um campo de possibilidade para que as cenas descritas no início sejam problematizadas com alunos, professores e gestores, promovendo, assim, a sua ressignificação. A potência desse encontro não tem qualquer pretensão de ser um novo método, mas uma espécie de lugar para se pensar a diversidade das situações concretas vividas tanto na relação com a mídia, quanto com a própria educação no âmbito das práticas em psicologia social.

Referências

- Brigs, A. & Burke, P. (2006). *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia, subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Costa, S. G. (2006). Educação, políticas de subjetivação e sociedade de controle. In A. Marcondes, A. Fernandes, & M. L. Rocha (Orgs.), *Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação* (pp. 15-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34.
- Ferreira, A. B. H. (2001). *Mini Aurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa* (4ª ed., rev. e ampliada) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fischer, R. B. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, 28(1), 151-162. Acesso em 28 de agosto, 2015, em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11662.pdf>
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2007). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 273-295). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guarido, R. (2010). A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In Conselho Regional de Psicologia-SP (Org.),

- Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais e doenças de indivíduos* (pp. 27-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guattari, F. (1981). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo* (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas, SP: Papyrus.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: o novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Hunning, S. & Guareschi, N. (2005). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In N. M. F. Guareschi & S. M. Hunning (Orgs.), *Foucault e a Psicologia*. (pp. 107-127). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Miranda, L. L. (2000). Subjetividade: a (des)construção de um conceito. In S. Jobim & S. Souza (Orgs.), *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura* (pp. 29-46). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Miranda, L. L. (2014a). Uma câmera na mão e um dispositivo na cabeça: carta aos pesquisadores. In G. Tavares, M. Moraes, & A. Bernardes (Orgs.), *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia* (pp. 77-88). Vitória: EDUFES.
- Miranda, L. L. (2014b). Escola e mídia: encontros possíveis, despedidas necessárias. [Trabalho Completo]. Em *Anais do VII Colóquio Internacional de Filosofia da Educação: O que pode a escola hoje em nossa América?* Rio de Janeiro: UERJ. Acesso em 28 de agosto, em http://www.filoeduc.org/trabalhos_2014/TR420.pdf
- Miranda, L. L., Souza, J. A. , Queiroz, L. L. ,Viana V. M. M , & Coelho, D. O. C. (2015). Modos de subjetivação e redes sociais digitais: dialogando com jovens estudantes de escolas públicas de Fortaleza-CE. In C. A. M Sousa (Org.), *Juventudes e tecnologias: sociabilidades e aprendizagens* (pp. 293-314). Brasília, DF: Liberlivro/ UNESCO.
- Moraes, D. (2006). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Maud.
- Oliveira, M. M. (2004). As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. In *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 12(45), 945-958. Acesso em 28 de agosto, 2015, em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf>
- Ribeiro, S. R. O. (2015). Educação a distância no Brasil: questões de políticas públicas, tecnologias e interatividade [Trabalho completo]. In *VIII Seminário Internacional As redes educativas e as tecnologias: movimentos sociais e educação*. Acesso em 28 de agosto, 2015, em <http://www.seminariore-des.com.br/adm/diagramados/TR1254.pdf>

Miranda, L. L. (2015). Educação e mídia: o que a Psicologia Social tem a ver com isso?

- Rose, N. (2014). Poder e subjetividade: história crítica e psicologia. In N. M. F. Guareschi, S. M. Hunning, & M. A. Azambuja (Orgs.), *Foucault e a psicologia na produção do conhecimento* (pp. 21-50). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Sibilia, P. (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sibilia, P. (2012). *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Rocha, M. L. (1999). A formação na interface psicologia/educação: novos desafios. In E. Vilela & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos* (pp. 183-194). Rio de Janeiro: Uerj.
- Soares, L. B. & Miranda, L. L. (2009). Produzir subjetividades: o que significa? In *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 408-424. Acesso em 28 de agosto, 2015, em <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf>
- Veiga-Neto, A. (2007). *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Vivarta, V. (2004). *Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes*. São Paulo: Cortez.

Formação em Psicologia Social – ou quando a vida imita a arte

Jefferson de Souza Bernardes

Formação em Psicologia Social? Estranhei tal expressão no título deste Simpósio. Estão querendo discutir as especializações? Ou, como já ouvi por aí, uma graduação em Psicologia Social? Será que tem sentido uma formação em Psicologia Social que se afasta da formação em Psicologia como um todo? Será que é interessante continuarmos a fragmentar nossos cursos como, historicamente, o fazemos?

Fragmentação que isola, aparta, separa, disjunta (para usar uma expressão mais cartesiana) a ciência da política, o social da clínica, o individual do social, o macro do micro e, por que não, as áreas de conhecimento da Psicologia. Apresentarei meu argumento de que não creio ser interessante pensar uma Formação em Psicologia Social isolada de toda a formação em Psicologia. Ao contrário, prefiro refletir como a Psicologia Social pode ajudar a construir uma formação em Psicologia mais crítica, contextualizada, orientada para o pleno desenvolvimento da cidadania e para transformações sociais. Para isso, apresentarei breves discussões sobre as articulações entre duas áreas em especial que marcam, de certa forma, as possibilidades do fazer Psicologia Social ao longo da formação: as áreas da Educação e do Trabalho.

Assim, este texto busca debater como as relações entre os processos da Educação e do Trabalho delimitaram, em nossos cotidianos, a formação em Psicologia. Para isso, apresentarei alguns dos desafios e das possibilidades na formação em Psicologia, a partir das relações históricas entre estas duas áreas e os sentidos produzidos no cotidiano da formação, problematizando o conceito de competências.

Parto de uma metáfora com o campo das artes visuais, pois a arte pode ser um caminho interessante para auxiliar o debate para a formação em Psicologia. Tenho certa sensação de que a Arte sempre está um passo à frente de leituras, invenções, novos saberes e fazeres em nosso cotidia-

no. Ao menos, com potência para ajudar a tornar a formação mais leve e alegre, visto que perdemos há tempos a leveza e a alegria no olhar de boa parte de nossos alunos.

A relação entre as áreas da Educação e do Trabalho é complexa e não tenho pretensões em respondê-la na profundidade que merece. Entretanto, arrisco-me a rascunhar algumas considerações, com base nas experiências como professor, supervisor e militante no campo da Educação. Tais considerações são melhor tipificadas como dúvidas e reflexões e, em alguns momentos, na fronteira com desabafos.

Trabalho no campo da Educação. Mais especificamente, no campo da educação e do ensino na saúde. É a partir deste lugar que falo, inspirado por diálogos com autores como Paulo Freire (2002), Pedro Demo (2001), Ricardo Ceccim e Laura Feuerwerker (2004a; 2004b), dentre outros.

Divido o presente texto em três tópicos: (a) Formação e Arte – e a vida imita a arte! (b) Educação e Trabalho – que relações foram/são possíveis? (c) Educação e Trabalho na formação em Psicologia – que competências?

A argumentação principal aqui é o posicionamento favorável à formação generalista. Já foram exibidas, em outros momentos, as bases da formação generalista: grosso modo, as possibilidades de articulação entre atenção, gestão e educação nas práticas e saberes da atuação profissional (Bernardes, 2004; 2007). Para isso, sugere-se complexificar e ampliar o conceito de competências, central nas discussões educacionais atuais no país.

Formação e Arte - e a vida imita a arte!

Concordo com Paulo Freire quando ele afirma que a ingenuidade é nociva ao pensamento crítico e ao desenvolvimento da autonomia. Todavia, não são opostos a ponto de ser anulado um pelo outro. O importante é, nas relações recíprocas, poderem transcender-se e transformarem-se em posturas libertárias (Freire, 2002).

É neste espírito que inicio falando em “ingenuidade”. E para isso, lanço mão de alguns elementos do universo da Arte, portanto, externos à Psicologia, para o auxílio da compreensão da formação na área.

Falo especificamente de um estilo de Arte Visual, a Arte Naif ou Arte Ingênua, em livre tradução. O termo Arte Naif foi utilizado pela primeira vez no virar do século XIX, para identificar a obra do francês Henri Rousseau (1844-1910), especialista em cores, considerado por muitos como precursor deste estilo. Henri não possuía educação geral, nem tampouco conhecimento em arte ou pintura (<http://www.infoescola.com/artes/arte-naif/>). Em sua trajetória foi severamente criticado por ignorar princípios básicos de geometria e da perspectiva.

A Arte Naïf firmou-se como uma corrente que aborda os contextos artísticos de modo espontâneo e com plena liberdade estética e de expressão. É a Arte *“livre de convenções”, como afirmam seus seguidores*. Abaixo um dos quadros de Rousseau:



A Centennial of Independency – Henry Rousseau - 1892 http://www.zazzle.com.br/um_centennial_da_independencia_henri_rousseau_cartao_postal-239557725157987975.

O quadro de Rousseau (“A Centennial of Independency” – alusão aos 100 anos da Revolução Francesa) caracteriza-se, em termos gerais, pela simplicidade e pela ausência de elementos formais dos estilos artísticos mais tradicionais: perspectiva, cores e tons distribuídos de forma harmoniosa, desenhos clássicos refletidos a partir de regras acadêmicas importantes, ou mesmo referências tradicionais aos estilos de pinturas existentes.

Mas quero utilizar a Arte Naif por meio de uma de suas características mais marcantes para falar de formação: a regionalidade. Apresento a obra abaixo:



Trata-se de um quadro de uma artista plástica alagoana, chamada Tania de Maya Pedrosa. O quadro intitula-se “Sertão Sempre Vivo”. É deste quadro que quero falar. E de como ele pode nos ajudar a refletir sobre a formação em Psicologia.

É a “arte ingênua” ou a “arte primitiva”, com características muito próprias, por exemplo, artistas sem preparação acadêmica específica. Preparação no sentido da hegemonia técnica acadêmica. Mas não se deixem enganar, pois em absoluto significa que não estudem. Ao contrário, não se

orientam pelo formalismo academicista marcado pelas figuras com as leis regidas pela geometria ou a anatomia.

O traço da Arte Naif é leve, quase pueril, mas com presença marcante, vibrante. Assemelha-se a desenhos de criança, porém com alto grau de complexidade. Na criação da obra há, por parte do autor, liberdade de relações, agregados e desagregações. Para usar expressão latouriana, o autor segue quem quiser, incorporando em sua obra as histórias, relações, narrativas cotidianas que fazem parte de seus percursos. Segue a igreja, o mercadinho, o artista de rua. Há, portanto, uma aparente simplicidade contrastando com a enorme complexidade da vida vivida em público. As cores são vibrantes e simultâneas. Não há preocupações em harmonizá-las. Convivem lado a lado como velhos companheiros: brigam, se esfolam, se digladiam, mas permanecem juntas. A harmonia cromática depende mais dos olhos atentos que admiram a obra que das intenções do artista. Ainda há, neste estilo, certa ruptura com os formalismos geométricos e anatômicos hegemônicos, caracterizado pelos traços quase sempre bidimensionais.

Os conteúdos e as temáticas das obras de Arte Naif são caracterizados, grosso modo, por certa preocupação com as tramas, as redes, os laços e as relações entre os diversos atores que compõem cada obra. Tais tramas e redes apresentam exercícios democráticos radicais, pois há constantemente a produção de encontros entre diversos. A vida é vivida em público, com transparências nas relações (todos no mesmo plano). As pinturas, no geral, retratam cenas de valorização da cultura/saberes/fazeres locais, principalmente os vinculados aos processos de trabalho, culturais e religiosos. É o artesão homenageado no canto inferior direito do quadro, o pescador no canto esquerdo inferior, ou a quadrilha de forró no centro. Enfim, manifestações da vida e da cultura popular preenchem cada canto da tela. Aliás, destaca-se o protagonismo em cada um destes detalhes, em cada personagem. A cada canto da obra, abrem-se muitas histórias e a riqueza de narrativas se apresenta. Por fim, são características expressivas: a leveza, alegria, felicidade, espontaneidade e a produção de imaginários complexos.

A Arte Naif mostra grande riqueza de temáticas cotidianas. Riqueza também encontrada nas experimentações e vivências da formação em Psicologia, por exemplo, quando orientada para a produção da autono-

mia e do protagonismo dos sujeitos envolvidos nos processos formativos (estudantes, supervisores, professores, usuários diversos) ou em processos co/autogestionários de grupo, organizações e instituições. As aproximações em relação ao quadro são muitas: na tela, cada ator organiza e dá sentido ao seu espaço, suas trajetórias e histórias agregados/desagregados nas relações com os demais atores.

A problematização das práticas, dos saberes/fazer do cotidiano, a partir das realidades e contextos locais – são as cenas do cotidiano, com sua potência, diversidade, explosão de cores e diferenças. Tal aspecto é fundamental para a formação em Psicologia. As Diretrizes Curriculares Nacionais apontam para esta preocupação, assim como a Resolução n. 350/2005 da Comissão Intersectorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde (CIRH/CNS)¹.

Na formação há, também, a preocupação com o trabalho em grupos ou em equipe – multi/inter/trans/inter profissional/disciplinar – uma vez que produzem redes mais potentes, transparentes, de sujeitos menos isolados e solitários, e profissionais mais articulados entre si e mais solidários – na tela as pessoas vivem em público, conectando-se à sua maneira, tecendo relações a todo instante. Salta um dançarino aqui, passa uma moça ali e a vida segue.

Além do trabalho com outros profissionais/outras áreas, é possível pensar nos encontros entre diversos (promoção de diálogos, conversas, encontros, conexões) com comunidades, grupos, instituições distintas das acadêmicas – nas redes comunitárias e sociais, culturais, escolar, trabalho, assistência social, saúde etc. As perguntas para a formação em Psicologia, neste sentido, são: como são os encontros com os diversos nos cenários de prática? Que justaposição de cores e tons é possível? A que atores e diálogos é permitida a circulação pelos vários espaços? Que processos democráticos e cogestionários podem ser produzidos?

Uma formação que foque a aprendizagem no contexto da própria comunidade/trabalho, em que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano da vida, com suas histórias, narrativas etc. Processos de forma-

¹ Estes são os principais documentos que orientam a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em Psicologia, além, claro, das reformas curriculares.

ção profissional com referências nas necessidades sociais das pessoas e das populações.

Por fim, conforme irei explorar mais adiante, que permita o encontro entre os processos nos campos do trabalho e da educação, e não de sobreposição ou uso de um dos campos pelo outro. Que problematize a formação em Psicologia, orientada para perspectivas críticas, transformações sociais e atenção às necessidades das pessoas e das populações.

Educação e Trabalho – que relações foram/são possíveis?

Transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no ato educativo: o seu caráter formador
(Freire, 2002, p. 16)

Por que, historicamente, a academia (educação) e os serviços (trabalho) estabelecem, no que concerne à formação, uma relação tão tensionada e conflituosa? Uma mirada rápida nos cotidianos de nossas práticas e estágios acadêmicos e percebemos tais tensionamentos. São raros os cursos em que professores, supervisores locais e estudantes discutem juntos as reformas das propostas pedagógicas, os modelos de estágio e de práticas, os sistemas de avaliação... convivem como dois mundos estranhos um ao outro: à academia é destinado o saber. Aos serviços fica destinado o fazer. Relação burocratizada, cindida, binária, sempre entre os polos da teoria, por um lado, e da prática, por outro.

Em algum momento da história, as universidades se afastaram do mundo do trabalho. Vale lembrar que a origem das universidades é exatamente a origem dos ofícios e das corporações. Ullmann (2000), ao falar das origens da universidade, afirma que:

Por toda a parte, fervilhava, naquele tempo, a tendência de se formarem associações ou grêmios ou corporações, sob o nome de *universitates*, para defesa dos direitos. No ocaso do século XII e, por longo tempo, depois, *universitas* aplicava-se à corporação dos comerciantes, dos artifices, dos barbeiros, ou seja, a uma associação de pessoas com ocupações idênticas, a fim de salvaguardarem seus interesses. A mesma terminologia passaram a usá-la os estudantes e professores (Ullmann, 2000, p. 101).

Ullmann argumenta ainda que, com o passar dos tempos, as *universitates* foram se desvinculando dos ofícios e das corporações e ficando restritas a estudantes e a professores. Este longo processo atinge seu apogeu na Era Moderna, principalmente, após a Revolução Industrial.

Por que os campos da educação e do trabalho se afastaram tanto ao longo dos tempos? O que aconteceu com as universidades? Por que boa parte delas se afastou tanto do cotidiano da vida e do trabalho? As origens da universidade não são associadas ao universo dos ofícios? Por que os ofícios deixaram de ser, paulatinamente, trabalhados em nossos cursos? Por que não estamos desde o primeiro dia de aula imersos nas redes de saúde, escolar, assistencial, do universo do trabalho etc? O que fizemos das salas de aula e dos processos de ensino e aprendizagem?

Por outro lado, o que aconteceu com o campo do trabalho? Com as práticas e formas de organização do trabalho? Por que a educação neste contexto foi reduzida aos procedimentos técnicos? Por que a aprendizagem neste campo foi retirada de cena? Por que reduzimos ofícios a um aglomerado de técnicas? Por que identificamos a exclusividade do ofício do psicólogo a um conjunto de técnicas? O que aconteceu conosco neste processo? Por que tanta dificuldade em trabalhar com outros ou em grupos, sendo profissionais diversos ou mesmo com pares? Quem, ou o que, garante que fragmentar os objetos, e produzir conhecimentos a partir destes recortes, está proporcionando conhecer melhor as coisas do mundo e a nós mesmos?

Penso que uma boa formação é aquela em que as relações entre educação e trabalho estejam bem articuladas.

Aqui, há uma recusa a definir, por exemplo, como comumente ouvimos, a formação acadêmica, enquanto teórica, e a formação profissional, enquanto prática... O sentido produzido por isso é claro: a dicotomia entre teoria e prática. É aquele aluno que, no primeiro dia de aula na graduação, já entra em estado de moratória educacional afirmando que não adianta estudar agora, visto que só aprenderá “realmente” quando chegar no estágio (geralmente realizado no último ano do curso). Chegando ao estágio... não sabe o que fazer e culpabili-

za o curso por isso. Enquanto profissional, responsabiliza a graduação, e assim vai.

Desabafo: é dolorido ouvir que “a culpa pelo profissional não desenvolver tal ou qual questão” em seu universo de trabalho deve-se à má formação na graduação... Coitada da graduação... É dolorido ouvir colegas, de níveis mais adiantados na formação, culpabilizarem os níveis anteriores por formações que consideram mal realizadas.

Desafio: como pensar a graduação (e, por que não dizer, a pós-graduação) que articule teoria e prática em todo o seu percurso, rompendo fronteiras territoriais entre instituições (acadêmicas e de serviços). Ora, o ensino e a aprendizagem se dão só na academia? Como articular os campos da educação e do trabalho no próprio cotidiano da vida? Por que não aprender nos diversos ambientes da vida (trabalho, escola, comunidades, redes de saúde etc)?

Claro, isso talvez requeira modificações em nossas formas de conceber relações de ensino e aprendizagem, relações professor/aluno, assim como nas relações institucionais (academia e cenários de práticas), mas, também, nas relações de trabalho. Os atos de estudar, pesquisar, conhecer, aprender podem ser constitutivos do mundo do trabalho, por que não? Por outro lado, por que da resistência de alguns locais de trabalho a receber estudantes? Por que, parte das vezes, é tão tensionada a relação entre professores/estudantes e supervisores/preceptores?

Para finalizar este segundo tópico, um último desafio, talvez dos maiores: como pensar a formação articulando a Educação e o Trabalho? E que, nesta articulação, agregue também a Atenção (clínica, assistência, saúde etc)? Que não dissocie, portanto, independentemente do campo de atuação do/a psicólogo/a, modos de educação, gestão e atenção? Ou seja, que problematize a formação generalista e avance em direção a formações e a atuações profissionais menos fragmentadas. Que demarque um compromisso com o exercício profissional que seja ético, crítico e orientado para transformações em diversas dimensões de nossa vida social. Que, feito a Arte Naif, demarque compromissos com a diversidade (constitutiva da Psicologia) de posicionamentos, atores, locais e relações que compõem nossas relações sociais.

Educação e Trabalho na formação em Psicologia – que competências?

Vários historiadores salientam que boa parte da Psicologia inventada no século XIX foi fortemente influenciada pelos movimentos da Revolução Industrial, sobretudo nos campos da educação e do trabalho. As concepções mecanicistas derivadas do mundo do trabalho - que passava a conhecer a máquina, a divisão social do trabalho, a concentração de renda em torno da classe burguesa -, provocaram o surgimento do que conhecemos hoje como Psicologia. Foucault nos alerta para tal questão:

Não resta dúvida que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas se deu por ocasião de um problema, de uma exigência, de um obstáculo de ordem teórica e prática; certamente foram necessárias as novas normas que a sociedade industrial impôs aos indivíduos para que, lentamente, durante o século XIX, a psicologia se constituísse como ciência (Foucault, 2002, p. 476)

A tradição do caráter disciplinar, normativo e adaptativo da criança na escola, ou da classe trabalhadora na fábrica, por meio dos processos de recrutamento, seleção e treinamento fala das condições que possibilitaram a emergência da Psicologia.

Neste processo histórico, o pensar e a reflexão foram, paulatinamente, sendo colocados para fora da escola e do universo do trabalho. As crianças ficam com o dever de prestarem atenção (o pensamento do indivíduo é considerado efeito de um jogo intrincado de forças ambientais que devem ser controladas, principalmente a frequência com que determinado estímulo apareça ao indivíduo). Tudo na escola passa a ser orientado para o controle do corpo da criança. A arquitetura, as salas, a ornamentação, a distribuição dos espaços por onde se circula, por onde se aprende etc. Das instituições modernas, talvez a escola tenha sido a que menos evoluiu nos últimos anos. As fotos abaixo mostram uma sala de aula em institutos educacionais em princípios do século XX.

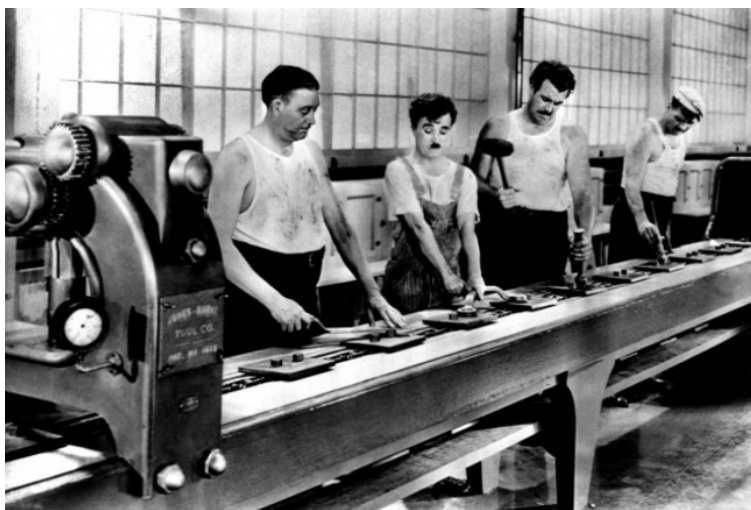
Por outro lado, no universo do trabalho, aos trabalhadores resta o movimento perfeito, direto, mecânico, automático. Qualquer interrupção no processo de repetição de um gesto na linha de montagem retira-o do foco da maior produtividade. A retirada de cena do pensar (e de todos



Instituto Disciplinar - Salas de aula. Acesso: 18 de setembro de 2015 em: <https://rosemarie-dubinskas.wordpress.com/page/17/>.

os processos psíquicos, afetos etc), pois este “atrapalhava” o movimento, produziu distanciamentos do ato de aprender nos processos de trabalho (ou foi reduzido ao ato procedimental, técnico). A aprendizagem agora se dá sempre fora do trabalho: na universidade, nos cursos fora do horário de trabalho, nos treinamentos aos finais de semana, nos eventos todos etc. Essas questões marcam os modos de fazer a Psicologia, a formação e as práticas profissionais.

Tal contexto produziu a invenção de Psicologias em que o pensar estava fora do sujeito da ação e centrava-se na máquina, no ambiente etc. Todo o surgimento de perspectivas experimentalistas vem desta concepção que o pensar era consequência e não motor (para usar uma expressão mecanicista), do psiquismo. Aliás, o próprio psiquismo começa a ser lido utilizando-se metáforas mecanicistas: relações de causa e efeito automáticas entre o ambiente e o psíquico, os jogos de forças do operante (“contingências de reforçamento”) determinando o mundo interno do sujeito etc. “Tempos Modernos” de Chaplin ilustra bem este universo em que a máquina determina todos e quaisquer comportamentos, sentimentos, ações do sujeito.



Tempos Modernos – Charles Chaplin

Contudo, atualmente, o pensar volta a fazer parte do motor do sujeito psicológico, novamente, em função do universo do trabalho: as novas mudanças no universo do trabalho, especialmente com o advento das novas tecnologias, produzem um “sujeito pensante” distinto do anterior. Se antes o pensamento era consequência, hoje, o pensamento é retomado com toda a força cartesiana e volta a ser o foco do psiquismo. O mundo interno do sujeito, em termos cognitivos, ganha relevância, principalmente, por meio de saberes orientados às Ciências Cognitivas, da Psicologia Cognitiva à Neuropsicologia ou dos saberes mais claramente orientados a perspectivas biologicistas como as Neurociências.

Desta forma, percebe-se no debate sobre formação no ensino universitário certo deslocamento entre uma perspectiva de educação voltada para o currículo mínimo (aprendizagem fora do sujeito – na sala de aula, no professor, no ambiente, disciplina, matéria, conteúdo, memorização do conteúdo) para uma perspectiva em que a aprendizagem passa a se dar, sobretudo, por conceitos cognitivistas, internamente aos sujeitos: suas competências e habilidades. A influência maior está centrada em pesquisadores das ciências cognitivas como Perrenoud (1999; 2001; 2002), Perrenoud et al. (2001), Thurler (2001), dentre outros.

No entanto, alguns autores, por exemplo, Marinho-Araújo, apresentam o argumento de sua preocupação em não reduzir o desenvolvimento de competências ao treinamento de um conjunto de capacidades que realcem, essencialmente, a dimensão técnica da ação profissional (Marinho-Araújo, 2004, p. 87). A autora argumenta ainda que a noção de competência possui origens nos universos jurídicos e do trabalho, mas sempre associada a quem detém o direito sobre algo (competência) ou quem detém a capacidade de fazer algo (técnico). Ao longo dos tempos, tal conceito foi se complexificando, tornando-se polissêmico e multifacetado. Mas, apesar desta complexificação, o campo da educação se apropria destas origens, em especial da advinda do campo do trabalho, de forma acrítica, psicologizando tal discurso.

Nesse cenário, se, por um lado, o conceito de competência assumiu novos significados, atrelados à ampliação do trabalho abstrato e do trabalho não material, e a uma tentativa de reestruturação produtiva integradora de distintas formas de trabalho, das mais precárias às mais sofisticadas, em contraponto, se validou a competência quando essa é sustentada por meio

de extensa, continuada e bem qualificada escolaridade. O conceito de competência se universalizou e refletiu-se no campo da Educação, porém, de forma pouco clara, lacunar e superficializando as contradições (Marinho-Araújo, 2004, p. 88)

Ou seja, a educação e os conceitos de competências e habilidades foram usados pelo universo do trabalho como forma de flexibilizar os processos de produção e de trabalho, provocando adaptações de aquisições individuais às exigências do mercado.

Freire já afirmava que:

Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas e por que não dizer também da quase obstinação com que falo de meu interesse por tudo o que diz respeito aos homens e às mulheres, assunto de que saio e a que volto com o gosto de quem a ele se dá pela primeira vez (Freire, 2002, pp. 9-10).

Os conceitos centrais nas Diretrizes Nacionais Curriculares em todos os cursos de graduação no país, atualmente, são os de competências e habilidades. Tais conceitos foram introduzidos nesta discussão, em termos institucionais, em 1997 pelo Edital n. 04/97 do Ministério da Educação na época, como sendo balizador das reformas curriculares na graduação (Bernardes, 2004).

É importante, portanto, ressignificar tais conceitos, transgredindo a égide cognitivista imperante. Apresentar concepções que falem de uma competência de outras ordens que não reduzidas às questões e aos aspectos cognitivos/individuais/internos é fundamental. De forma geral, o conceito de competências sempre foi tratado como da esfera do individual, como atributo individual, sem implicar um caráter coletivo, contextual e relacional e sua construção (Marinho-Araújo, 2004).

A configuração das competências em uma dimensão educacional mais ampla, indo além do atendimento imediato do mercado de trabalho, e envolvendo potencialidades do desenvolvimento humano sob a mediação das subjetividades individual e social, não se revelavam nas interpretações e estudos sobre competências (Marinho-Araújo, 2004, p. 89)

Desta forma, produzir a formação centrada nas competências é processo longo, que envolve tempo, que se enriquece com experiências as

mais diversas, rotinas e acontecimentos únicos. A vivência e a longitudinalidade tornam-se princípios importantes, por exemplo, para a configuração das relações entre teoria e prática ao longo do curso. O tempo deve ser aliado generoso para o planejamento, execução e avaliação dos processos de construção do conhecimento. A vivência em campos diversos, possibilitados por momentos de práticas ao longo do curso, desde o seu início, é fundamental para isso. A vivência em redes que compõem tais campos é mais importante ainda.

Ressignifica-se, assim, o conceito de competências, ampliando-o e complexificando-o para as dimensões afetivas e socioculturais, mas também, para as muitas possibilidades de vivências grupais, organizacionais e institucionais:

Ao vincular a noção de competências aos contextos sociais, produzidos em espaços e tempos histórico-culturais, pretende articulá-la a parâmetros de atividades coletivas, com objetivos compartilhados em prol de metas comuns (Marinho-Araújo, 2004, p. 92)

A autora ainda conclui que, ao ampliarmos o conceito de competências, trabalha-se diretamente a autonomia dos sujeitos, por meio de processos auto ou cogestionários, ampliando o protagonismo em suas atividades, fortalecendo as opções solidárias e articulando a formação profissional às dimensões éticas e políticas.

A metáfora com a Arte Naif, anteriormente apresentada, não é à toa. Esta potência encontra-se presente ali. Muitos processos, aqui exibidos, se veem descritos quando ampliamos o conceito de competências: autonomia e protagonismo dos sujeitos, preocupação com as tramas, as redes, os laços, os encontros e as relações entre os diversos atores que compõem cada obra; exercícios democráticos radicais, pois há constantemente a produção de encontros entre diversos; a vida vivida em público, com transparências nas relações (todos no mesmo plano); valorização da cultura/saberes/fazeres locais; a riqueza das diversas narrativas e temáticas cotidianas; as práticas, o contexto e o cotidiano são o ponto de partida para a produção da obra; o trabalho coletivo tornando-se central, por meio dos encontros, entre diversos (promoção de diálogos, conversas, encontros, conexões, redes). Por fim, a produção da leveza, alegria, felicidade, espontaneidade e de leituras complexas da sociedade.

Questão: os debates nas reformas curriculares da graduação e constituição de programas de pós-graduação são debates no campo político, das relações de poder. Modelos políticos naturalizados de formação e de atuação.² Vários autores se debruçam sobre tal questão, apresentando a ideia de que os currículos são produtores de cultura e modos de ser e de viver. Não são peças neutras.

Assim, finalizando, como fazer e inventar novas formas e modos de formação que levem em consideração os saberes e fazeres já produzidos em Psicologia Social? Que a Psicologia Social dê as cores e os tons necessários para apresentar o debate sobre a formação em Psicologia. Por mim, espero que traga questões mais leves e alegres. Que encante a todos de novo. Ou, como diz Ferreira Gullar, o poeta, ao justificar a arte em nossas vidas: “Que a arte existe porque a vida não basta”.

Referências

- Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil: permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Bernardes, J. S. (2007). A psicologia no SUS – 2006: alguns desafios na formação. In M. J. Spink (Org.) (2007). *A psicologia em diálogo com o SUS - prática profissional e produção acadêmica* (pp. 105-128). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ceccim, R. B. & Feuerwerker, L. C. M. (2004a). Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. *Cad. Saúde Pública*, 20(5), 1400-1410.
- Ceccim, R. B. & Feuerwerker, L. C. M. (2004b). O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 14(1), 41-65.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez.
- Dimenstein, M. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81.

² Para aprofundamento desta questão, sugiro, no campo da Psicologia: Bernardes (2004); Dimenstein (1998; 2001); Ferreira-Netto (2010); Spink (2007). No campo da Educação: Silva (2000); Veiga-Neto (2004), dentre outros.

- Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 57-63.
- Ferreira-Neto, J. L. (2010). A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2) 390-402.
- Foucault, M. (2002). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia* (25ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Marinho-Araújo, C. (2004). O desenvolvimento de competências no ENADE. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, 9(4), 77-97.
- Perrenoud, P. A. (1999). *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (2001). *Ensinar, agir na urgência, decidir na incerteza*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (2002). *A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P., Thurler, M. G., Macedo, L., Machado, N. J., & Allesandrini, C. D. (Orgs.). (2002). *As competências para ensinar no século XXI – a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed.
- Silva, T. T. (2000). *Teorias do currículo: uma introdução crítica*. Porto: Porto Editora.
- Spink, M. J. (Org.). (2007). *A psicologia em diálogo com o SUS - prática profissional e produção acadêmica* (1ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Thurler, M. G. (2001). *Inovar no interior da escola*. Porto Alegre: Artmed.
- Ullmann, R. A. (2000). *A universidade medieval*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Veiga-Neto, A. (2004). Currículo, cultura e sociedade. *Educação Unisinos*, 5(9), 157-171.

Desafios contemporâneos do cuidado na saúde mental

Alúcio Ferreira de Lima

Colocar concretamente em discussão os processos que impedem o homem de viver e de expressar suas próprias necessidades em um mundo de repressão e de violência: a miséria imaterial e não apenas material, a exclusão, a marginalização, a existência de uma racionalidade que define, divide, controla, classificando tudo que não lhe assemelha, ou seja, que tutela o mundo produtivo de tudo que “atrapalha”; a norma que domina e organiza o conflito fazendo desaparecer o polo mais frágil (Basaglia, 2015, p. 26).

Esse, — disse Franca Ongaro Basaglia na Conferência proferida no Seminário comemorativo dos 15 anos do curso de especialização em Psiquiatria Social¹ da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), ocorrido em 1996, no Rio de Janeiro —, é o desafio principal da proposta de desinstitucionalização em saúde mental, da luta contra o manicômio. Na ocasião da conferência, Franca aproveitou o título amplo apresentado para sua fala (Saúde/Doença) para fazer uma reflexão centrada nos fundamentos das ciências médicas. Para ela, o sofrimento, que poderia chamar aqui de sofrimento psicossocial, como discutido em muitos trabalhos de Vera Paiva, por revelar-se ao mesmo tempo mais complexo e mais simples, precisaria de um acolhimento organizado a partir de estruturas e serviços que, “além de garantir tratamento e assistência, sejam, ao mesmo tempo, lugares de vida, de estímulo, de confronto, de oportunidades, de diversas relações interpessoais e coletivas, visando uma mudança cultural e política, antes social que sanitária” (Basaglia, 2015, p. 28).

Faz quase 20 anos que escutamos a conferência de Franca Basaglia, que era a expressão de um modo de pensamento mais amplo de “cuidar” do sofrimento psicossocial frente ao modo tradicional iniciado com a implementação de práticas derivadas da antipsiquiatria iniciadas nos anos de 1950, após as denúncias e trabalhos de David Cooper, Ronald Laing, Thomas Szasz, Franco Basaglia, entre outros. Autores que influenciaram, no final da década de 1970, a fundação do Movimento de Traba-

¹ Atualmente denominado Curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

lhadores em Saúde Mental (MTSM) e inauguraram a implementação da Reforma psiquiátrica brasileira, a qual teve como marco a aprovação da Lei 10.216/2001. Praticamente após 20 anos, ainda presenciamos “novas cronicidades” nos serviços de saúde mental (Pande & Amarante, 2011).

Certamente, essas “novas” cronicidades são resquícios de algo não superado, efeitos da contemporaneidade, que é uma relação singular com o próprio tempo, que adere a ele e simultaneamente toma distância, um tempo em que o presente deve viver com o anacronismo (Agamben, 2009). Nesse tempo, a persistência dos problemas tem relação direta com as dificuldades que se seguiram após a implementação da reforma psiquiátrica brasileira, de um lado, resultantes da necessidade de defender a própria reforma dos ataques políticos e ideológicos, realizando o possível em condições precárias, e, de outro lado, do uso instrumental, econômico e político da reforma psiquiátrica.

O foco no objeto, na busca pelo órgão doente e seu diagnóstico, e, portanto, a suspensão de todo elemento subjetivo presente na experiência do indivíduo; o relacionamento diferenciado entre quem é imputável e pode gerir os problemas da vida e quem está submetido a um outro que decide sobre sua vida; a implementação dos serviços substitutivos, balizados, conforme assinalado por Simone Almeida (2015), especificamente por critérios relacionados à lucratividade; e a manutenção da cultura da exclusão e da marginalização têm sido reflexos de uma pobreza que cresceu na mesma proporção que o capitalismo.

Ficamos pobres, como bem ressaltou Walter Benjamin (2012), em 1933, ao discorrer sobre o anseio das pessoas pela libertação das experiências e submissão ao progresso técnico, por estarem “cansadas das infinitas complicações da vida quotidiana, e para as quais a finalidade da vida se descortina apenas como ponto de fuga longínquo numa infundável perspectiva de meios” (Benjamin, 2012, p. 90).

Como forma de pensamento dominante, esse progresso técnico, que se refere aos indivíduos como objetos biopolíticos, tem servido a uma nova configuração de um Estado que passa agora a oferecer alguns possíveis direitos políticos e de cidadania como um gesto secundário, de acordo com considerações biopolíticas estratégicas, reconhecendo, por um lado, as vulnerabilidades e os direitos de minorias, e mantendo, por outro lado, seu lugar enquanto origem de todos os males sociais, administrando

as contradições sociais. Não é um acaso o fato de que a ocupação central na administração da sociedade contemporânea seja a do saber médico.

Afinal, como bem descreveu Agamben (2002, p. 139), uma das características essenciais da biopolítica moderna é a integração entre medicina e política, o que “implica que a decisão soberana sobre a vida [seja deslocada], de motivações e âmbitos estritamente políticos, para um terreno mais ambíguo, no qual o médico e o soberano parecem trocar seus papéis”. Nesse terreno, as relações de poder que envolvem os interesses do mercado têm transformado, cada vez mais, o território da saúde em uma fonte lucrativa para o sistema, principalmente através da venda de medicamentos. (Lima & Santos, no prelo²)

É possível dizer ainda, considerando a hegemonia do progresso técnico, que a transitoriedade do lugar da loucura, junto a um conjunto maior de doenças que são destinadas aos espaços limites, ganharam outra configuração na sociedade capitalista atual, que está totalmente distante do ideário da desinstitucionalização. Afinal, incorporada aos interesses do poder político, e utilizada como instrumento de produção da vida nua (Agamben, 2015), ela serve como mais uma das formas de reconhecimento ideológico (Honneth, 2012) e de inclusão/excludente, que serve para controlar, a céu aberto, a vida de determinados indivíduos. Flávia Lemos (2015) fala a respeito disso nesse simpósio ao mencionar como a organização das práticas de saúde funciona na contemporaneidade.

Fazendo uso da linguagem foucaultiana, que não é o meu caso, mas creio que seguindo de forma muito próxima a minha argumentação, ela enfatiza como os indivíduos, enquanto objetos da biopolítica, são reduzidos a produtos, contribuintes ativos e consumidores de mercadorias (sobretudo medicamentos) e serviços (representantes de uma cidadania fraca que os torna usuários [dependentes] dos serviços de saúde mental), para somente depois se tornarem objetos de reabilitação e de inclusão na comunidade.

A mercantilização da vida e da saúde faz parte do cálculo de custos e benefícios neoliberais, em que a política como dissidência e complexidade é esvaziada. O tempo é acelerado, na economia política dos investimentos da

² Lima, A. F. & Santos, B. O. (no prelo). O diagnóstico psiquiátrico como prática de reconhecimento perverso. In J. B. Dantas (Org.), *A infância medicalizada: um debate sobre os processos de patologização na atualidade*. Curitiba: CRV.

saúde como dívida, e os corpos entram em um controle social pelo regramento da vida enquanto direito e da saúde como disputa judicial. (Lemos, 2015, p. 90)

É possível, aliás, dizer que, se antes o manicômio, com sua função de exclusão, aniquilação de subjetividades e de vidas, era o território de destino e disciplina de todos os tipos de indesejados³, agora, sua existência, enquanto estrutura material, tornou-se obsoleta. Obviamente, isso não significa que tenhamos superado nossos “desejos de manicômio”, como identificaram Leila Machado e Maria Cristina Lavrador (2001), ao se referirem especificamente ao processo de aprisionamento dos técnicos às categorias tradicionais que configuram o estereótipo do louco, que, em sua materialização cotidiana, se expressam como formas de reconhecimento perverso (Lima, 2010) e, quando muito, tentam resolver problemas de ordem social com a administração de medicamentos (Szasz, 2008, p. 7).

O que se transformou, na verdade, ao longo dos anos, não foi a ideologia psiquiátrica e a implementação de um novo projeto de subversão da instituição psiquiátrica, mas sim a apresentação de novos planos, mais humanizados, em relação ao tratamento destinado às pessoas com sofrimento mental. Lembrando que o plano é apenas um momento fragmentário e provisório do projeto, o momento técnico de uma atividade, quando se determina a forma de trabalho mais eficiente, uma etapa para a implementação de programa⁴. No que tange à instituição psiquiátrica, muitos planos foram criados e abandonados, programas foram implementados e ultrapassados, mas o projeto permaneceu (Lima, 2010).

O Estado tem recebido apoio e apoiado os movimentos de luta anti-manicomial, seja porque muitos dos representantes do governo são antigos militantes, seja porque o apoio às suas políticas representa (pelo menos hipoteticamente) uma melhoria nos aparelhos públicos de cuidado, garantia de medicamentos, previdência e aumento de empregos para os

³ Uma vez que não se restringia ao internamento dos chamados insanos, mas também de homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos etc., como, mostra-nos, por exemplo, a pesquisa de Daniela Arbex (2013), ao apresentar os horrores da Colônia de Barbacena – MG.

⁴ Conforme foi assinalado por Cornelius Castoriadis (1982, p. 97), o programa é a “concretização provisória dos objetivos do projeto quanto aos pontos considerados essenciais nas circunstâncias dadas, na medida em que sua realização provocaria ou facilitaria, por sua própria dinâmica, a realização do conjunto”.

técnicos, ou ainda, por força das pressões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, após a condenação do Brasil no caso de Damião Ximenes Lopes como país violador dos direitos humanos (Pontes, 2015).

Entretanto, o reconhecimento das complexidades e dos desafios que produzem o sofrimento psicossocial ainda tem se dado a partir de uma redução do fenômeno do sofrimento à condição de problema técnico-assistencial, reproduzida pela compreensão de que existe uma doença passível de ser identificada e medicalizada pela psiquiatria, que direciona e ainda organiza muitas vezes os serviços substitutivos. Além disso, percebe-se atualmente a persistência de um abandono de atenção e investimentos, em todos os níveis, especialmente na dimensão sócio-cultural, “apesar de apresentar uma relevância fundamental na proposta de desinstitucionalização e reinserção da loucura” (Dimenstein & Liberato, 2009, p. 8). Carência que, inclusive, também se faz evidente no meio acadêmico, conforme assinalam os trabalhos de Sardigursky e Tavares (1998); Colvero, Ide, e Rolim (2004); Alverga e Dimenstein (2006); Fontes (2007); Lavrador (2007); Lima, (2010); Koda, (2002); Kyrillos, (2007) e Aragaki, (2006), entre outros.

É nesse sentido que concordo com Bárbara Cabral quando esta nos fala que a “normatização de modos de vida, com classificações pouco precisas ou evidentes, calcadas na oposição normal-patológico, segue sendo uma grande questão a que se deve atentar” (Cabral, 2015, p. 102). Superar o que foi denominado como “prática e/ou pensamento manicomial” continua a ser, a meu ver, um dos grandes desafios do cuidado em saúde e requer, como o tempo tem ensinado, uma ruptura com a objetificação, o trabalho da história, a constante luta de direitos, a mediação das experiências e da potência.

Para tanto, é preciso que superemos ainda muitas coisas, a começar pela coragem de realizar a crítica qualificada das instituições que foram criadas a partir de nossas conquistas históricas no território da saúde coletiva. É certo que tais instituições são a expressão da força de nossa vontade frente aos problemas de nosso tempo, mas nas condições atuais do capitalismo e progresso técnico, como espero ter discutido, elas não podem mais ser tratadas como promotoras de potência e/ou emancipação. É preciso ter coragem de olhar para o abismo que reflete a escuridão de nosso tempo, como algo que nos diz respeito e não cessa de interpelar-nos.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: ARGOS.
- Agamben, G. (2014). Identidade sem pessoa. In *Nudez* (pp. 75-86). Belo Horizonte: Autêntica.
- Agamben, G. (2015). *Meios sem fins*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Almeida, S. C. (2015). *A política antimanicomial brasileira (2008-2013): repensando a implementação e seus condicionantes a partir do nível local*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Alverga, A. R. & Dimenstein, M. (2006). A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. In *Interface: Comunic, Saúde, Educ.*, 10(20), 299-316.
- Aragaki, S. S. (2006). *O aprisionamento de Selves em diagnósticos na área de Saúde Mental*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Arbex, D. (2013). *Holocausto brasileiro: genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial.
- Basaglia, F. O. (2015). Saúde/doença. In P. Amarante & L. B. Cruz (Orgs.), *Saúde mental, formação e crítica* (pp. 17-36). Rio de Janeiro: LAPS.
- Benjamin, W. (2012). Experiência e pobreza. In *O Anjo da história* (pp. 83-90). Belo Horizonte: Autêntica.
- Castoriadis, C. (1982). *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Colvero, L. A., Ide, C. A. C., & Rolim, M. A. (2004). Família e doença mental: a difícil convivência com a diferença. *Rev. Esc. Enfermagem USP*, 38(2), 197-205.
- Dimenstein, M. & Liberato, M. T. (2009). Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersectorialidade e do trabalho em rede. In *Caderno Bras. Saúde Mental*, 1(1), 1-10.
- Fontes, B. A. S. M. (2007). Redes Sociais e Saúde: sobre a formação de redes de apoio social no cotidiano de portadores de transtorno mental. In *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, 26, 87-104.

- Honneth, A. (2012). Recognition as Ideology: the connection between Morality and Power. In *The I in We: studies in the Theory of Recognition* (pp. 75-97). Cambridge: Polity Press.
- Koda, M. Y. (2002). *Da negação do manicômio à construção de um modelo substitutivo em saúde mental: o discurso de usuários e trabalhadores de um Núcleo de Atenção Psicossocial*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Kyrillos, F. (2006). *Efeitos de circulação do discurso em serviços substitutivos de Saúde Mental: uma perspectiva psicanalítica*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Lavrador, M. C. C. (2007). A Psicologia e os desafios contemporâneos da Reforma Psiquiátrica. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em Psicologia Social* (pp. 361-369). Porto Alegre: Evangraf.
- Lima, A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP/ EDUC.
- Machado, L. D. & Lavrador, M. C. C. (2001). Loucura e subjetividade. In L. D. Machado, M. C. C. Lavrador, & M. E. B. Barros (Orgs.), *Texturas da psicologia: subjetividade e política no contemporâneo* (pp. 45-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pande, M. N. R. & Amarante, P. D. C. (2011). Desafios para os Centros de Atenção Psicossocial como serviços substitutivos: a nova cronicidade em questão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4), 2067-2076.
- Pontes, M. V. A. (2015). *Damião Ximenes: a condenação da "saúde mental" brasileira na Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua relação com os rumos da reforma psiquiátrica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Sardigursky, D. & Tavares, J. L. (1998). Algumas considerações sobre o processo de desinstitucionalização. In *Rev. Latino-americana de Enfermagem*, 6(2), 23-27.
- Szasz, T. S. (2008). *Psychiatry: the Science of Lies*. Syracuse, New York: Syracuse University Press.

Judicialização da saúde: anotações a partir de Michel Foucault

Flávia Cristina Silveira Lemos

O presente capítulo pretende analisar práticas da judicialização da saúde, no presente, a partir de algumas ferramentas de Michel Foucault. Afirma-se que a inflação jurídica na política de saúde está ligada a um conjunto de efeitos do dispositivo de segurança, na sociedade contemporânea. Foucault (2008a) assinalou que o poder pastoral era a gestão do indivíduo e do grupo, simultaneamente, em que o pastor daria a vida pela ovelha e cuidaria de uma delas com a mesma importância que resolveria zelar pelo rebanho.

Os hebreus, na Antiguidade, exerciam um poder, na modalidade denominada de pastoral, com o objetivo de salvar almas, séculos depois de Cristo, na Idade Média. O poder pastoral fora apropriado pela Igreja Católica e pelos Protestantismos variados, na lógica caritativa e doutrinadora das comunidades religiosas, instituídas em vilas e cidades nascentes. Esse mecanismo foi recorrentemente utilizado, para governar as condutas do rebanho. A racionalidade dos cristianismos na regulação das condutas foi apropriada pelos adeptos do liberalismo utilitarista, paralelamente à emergência do capitalismo, na modernidade.

A partir de então, o poder pastoral foi deslocado para a condução da população e dos indivíduos, em nome da segurança e na gestão dos territórios. Mas, ao invés de salvar almas, passou a ser um governo voltado à salvação da saúde, na criação do Estado Moderno, da medicina social e da economia política liberal, em que os estilos de existir se tornaram empreendimentos e investimentos, no mercado da vida (Foucault, 2008a). A governamentalidade das condutas se tornou, assim, um modo de poder, baseado na segurança e na inflação jurídica, associada, cada vez mais, aos processos de medicalização das condutas, de cálculos de custo e benefícios dos mínimos atos às decisões macropolíticas, em nome da vida, da defesa da sociedade e da segurança (Foucault, 1979).

O Estado Democrático de Direito nasce juntamente com a emergência de uma sociedade de direitos e, correlata extensão da medicina social enquanto política securitária, pautada no governo da saúde da população e dos indivíduos, em prol do aumento de capacidades e dos desempenhos.

Ainda é possível ressaltar o quanto a segurança está atrelada ao neoliberalismo que investe empresarialmente nas relações e na soberania jurídica, constitutiva do sujeito de direitos. A produção da saúde ocorre na esfera da criação de autonomia e do ativismo dos sujeitos biológicos, usuários de um sistema de saúde, organizados em comitês e comunidades, avaliados em grupos de risco e perigo, mapeados em dados demográficos, calculados em probabilidades e geridos pela vigilância das condutas cotidianas e das mais amplas. Esses corpos, denominados de biocidadãos, seriam demandantes do acesso à saúde, ao exercício de capacidades e à possibilidade de escolher formas de viver.

A gestão de riscos e perigos é colocada no centro das encomendas pelo direito à saúde e dispara uma inflação judicial como pedido de segurança. Problematizar tal racionalidade produtora de biocidadanias por uma bioletigimidade é uma preocupação. Este ensaio teórico tem o objetivo de explicitar algumas indagações sobre a constituição do que poderia ser denominado letigimidade biológica. Dessa maneira, afirma-se o quanto o acesso à cidadania tem se configurado pelo direito à vida. O sujeito de direitos passou a ser um sujeito vivente (Foucault, 1988; 1999). A objetivação da cidadania biológica está vinculada à produção do Estado Democrático de Direito, funcionando pela racionalidade de segurança.

O direito à vida: saúde e cidadania como capacidade

A vida, como valor, é efeito de um conjunto de práticas, baseadas na entrada da vida na história dos corpos enquanto espécie biológica. O governo da população se tornou um procedimento fazer viver e deixar morrer, em que a saúde é uma racionalidade fundamental para o Estado Moderno. O contrato social é articulado à gestão calculada da vida, tanto pela probabilidade estatística quanto por regras jurídicas, associadas à medicina social (Foucault, 1988).

O direito à saúde ganha destaque na legitimidade biológica, porque é regulador da expansão da medicina social simultaneamente às práticas jurídicas de defesa da sociedade e para promover a segurança. No Brasil, na Constituição de 1988, a saúde é definida como direito do cidadão e dever do Estado. Dessa forma, cuidar da saúde passou a ser uma obrigação do Estado Moderno, e receber o cuidado em saúde, por exemplo, se tornou um direito do cidadão, que tem se desdobrado em uma série de contingências e encomendas, disputadas no espaço do Poder Judiciário, no tempo presente (Bobbio, 1992).

Os indicadores de gestão da vida ganharam espaço no planejamento das políticas públicas, e os aparatos nomeados de saúde se tornam um dispositivo que asseguraria supostamente o acesso aos direitos de tratamento, aos medicamentos, às cirurgias, aos seguros, às coberturas de internação (Scliar, 2007). Ser livre é ter saúde e conseguir usar a autonomia jurídica de cidadão em benefício do aumento da vida ativa e autônoma, mediada por tecnologias econômicas e políticas, como condição para a salvação da civilização (Sen, 2000). A saúde se tornou a verdadeira religião da modernidade, conforme Foucault (2008a).

Por isso, Castel (1987) assinalou o quanto a perícia ganhou relevância, nos encaminhamentos e nas triagens dos acontecimentos remetidos à lógica da saúde e à ampliação dos desempenhos, em inúmeras atividades cotidianas pela educação e por meio da assistência social compensatória de riscos e perigos.

Já não há problema social que não seja tratado em termos de risco; higiene, saúde, poluição, inadaptação, delinquência. E a instituição da segurança social faz do seguro a própria forma da relação social. Movimento geral senão de normalização, pelo menos de normatização a partir da tecnologia do risco. Tal como não há norma que não seja social, não poderia existir norma isolada. Uma norma nunca se refere senão a uma outra norma da qual, por isso mesmo, depende. As normas comunicam entre si, de um nível ou de um espaço a outro, de acordo com uma espécie de lógica modular. Uma norma encontra o seu sentido numa outra norma: só uma norma pode dar valor normativo à outra norma. (Ewald, 1993, pp. 106-107)

Os exames, tais como diagnósticos, anamneses, triagens, perícias e pareceres de especialistas vão balizando a organização das práticas de

saúde, entrecortadas pelo risco e perigo de adoecer, de demandar tratamentos, do acesso de medicamentos, da reivindicação de cotas em concursos baseados em diagnósticos específicos e de uma série de encomendas face aos abusos de planos de saúde e dificuldades as mais diversas no plano da seguridade social.

O cálculo dos denominados fatores de risco foi construído pela epidemiologia, pela demografia, pela geografia política, pela promoção da saúde, pela psicologia do desenvolvimento e psiquiatria preventiva comunitária. O mercado de direito à saúde cresce, na mesma medida em que são reivindicados os cuidados variados, em nome da vida a ser mantida, promovida, garantida e defendida (Castel, 1987; Foucault, 1979).

O imperativo de saúde, na sociedade contemporânea, é efeito de um dispositivo formado por amplo mercado, como uma religião do cuidado biomédico, adjacente ao recurso judicializante (Foucault, 2008b). A própria participação social opera pelo pedido de mais saúde e mais vida. As relações sociais e os processos de subjetividade vão ganhando nuances jurídicas e biológicas, no plano da construção de uma cidadania biomédica (Ortega, 2004).

A busca rápida e, muitas vezes, em primeira instância, de ações no Poder Judiciário vem acontecendo, imanente à criação de subjetividades denunciadoras, protegidas e vítimas de danos, em uma sociedade de segurança. A inflação jurídica anda junto com a abertura do mercado de saúde, mediado pelas regras do Estado Neoliberal. Os critérios e as regulamentações dos planos de saúde, do funcionamento das políticas sociais e das prioridades em atendimentos vinculadas às normas sociais, as quais operam a gestão de riscos e perigos, em saúde e segurança. As práticas sociais contemporâneas têm forjado subjetividades que buscam judicializar as tensões, ao invés de pensar e conversar sob a égide dos desentendimentos (Foucault, 2008a; 2008b).

O risco de usar um medicamento e de se submeter a tratamento, o acesso a um exame específico, o custo de adotar um tipo de cuidado, o chamado investimento em patentes, as dimensões bioéticas das pesquisas em saúde, a denominada inovação tecnológica e as patentes de medicamentos, a educação compensatória e a prevenção de doenças variadas são diversas faces de um complexo biopolítico contemporâneo, pautado na oferta de segurança para viver e fazer a vida proliferar (Rose, 2013).

Os riscos, na verdade, não existem, são fenômenos criados pelas companhias de seguro. Os riscos são a objetivação de determinados acontecimentos: morte, acidente, ferimento, perda, acaso, sua regularidade, no tempo e no espaço ... As companhias de seguro e as políticas previdenciárias passam a dar o referencial para as perdas do sistema capitalista e financeiro e, nesse sentido, servem de modelo para as práticas de observação e as práticas judiciais. Os sistemas de observação abrem um campo de visibilidade no qual o que conta são as probabilidades, os cenários em que determinadas configurações e acontecimentos podem penetrar na ordem do cálculo racional. O risco é a colonização do futuro; ele labora as minúcias, os detalhes das configurações numéricas do passado e do presente. O delito, as violências, as depredações, as greves, as rebeliões, assim como o incêndio, o furacão, a avalanche e o desmoronamento entram na ordem do seguro. O crime que se tornara desvio agora é risco, não é mais construção única do jurídico nem das disciplinas. (Souza, 2006, p. 251)

Castel (1987) salientava que, cada vez mais, a gestão de riscos seria pensada como aumento das oportunidades acessadas, por meio da intensificação dos desempenhos realizados e potencializados. O direito às oportunidades de trabalho, educação, saúde e assistência social funcionaria pelo vetor da performance, agenciado em nome da segurança e do crescimento das capacidades produtivas. Alargar a faixa de liberdade com a manutenção da segurança seria um imenso desafio para os países, nessa racionalidade. O sujeito de direito se torna também um sujeito econômico, de sorte que a soberania do Estado, em termos do direito público, se entrecruza com os interesses econômicos de homem empresário de si mesmo.

Foucault (2008b) define governo como práticas concretas que estão sustentadas em determinadas racionalidades dinâmicas, heterogêneas e entrecruzadas, singulares, constituindo acontecimentos em uma rede de relações móveis e múltiplas, em deslocamento e em composição perpétua. O governo é de condutas e funciona tal como uma arte de governar e não como atos apenas do Estado versus uma suposta unidade chamada sociedade civil organizada, como se ambos fossem entes universais.

Governar de certa maneira e com táticas específicas, perguntando a melhor forma de agir, pensando o tempo, a intensidade das práticas e os corpos aos quais essas estratégias de governo visam atingir e de que

modo devem ser realizadas para alcançar alguns resultados esperados, em contextos de complexidade. Por exemplo, os das medidas denominadas de riscos e perigos a calcular, no plano neoliberal e mundial integrado, que é o da atualidade, é uma questão política, econômica, histórica, filosófica e cultural do presente e, de alguns séculos atrás, com suas descontinuidades e continuidades.

Performances judicializadas em nome da saúde e do desempenho

Uma nova categoria emerge nessa maneira de organizar a vida: a racionalidade da possibilidade de escolher, de ter autonomia e garantir a saúde e a ampliação da vida por meio dos direitos e da modulação das capacidades de manter e fazer agir os potenciais supostamente chamados de humanos a desenvolver e comercializar (Fassin, 2001). Ser privado de melhorar as capacidades e/ou ser impedido de acessar direitos ligados ao governo da vida, com liberdade de negociação das práticas de cuidado da saúde, traz um campo de problemáticas, na biopolítica, designadas como dispositivo de segurança.

Perder capacidades se torna uma disfunção social, a qual impacta a economia, a política, a segurança, o mercado de interesses empresariais, as decisões jurídicas, a limitação das liberdades e dos desenvolvimentos sociais e culturais (Castel, 1987; Foucault, 2008b). Não haveria direito sem liberdade, para Sen (2000), e só poderia ocorrer aumento da produção e mobilidade do mercado pela gerência das capacidades ampliadas.

O direito à saúde é relacionado às condições sociais e econômicas, às condições de moradia, ao acesso à alimentação e à educação e também a uma política de saneamento básico e segurança (Camargo, 2007). Governar em nome da vida se torna, assim, uma biopolítica, organizada pela visão de que há uma cidadania biológica a cuidar com atenção. Uma política econômica é constituída, especificamente enquanto um investimento na mercantilização da saúde e no direito à vida, simultaneamente.

Em uma perspectiva de empresariamento das condições de governo em nome do aumento dos direitos à saúde são empreendidas inúmeras práticas chamadas de biocidadania. Fazer viver e deixar morrer

é um jogo permanente de cálculo de direitos e de mercado, no campo da segurança, território e população, do Estado Democrático de Direito, na atualidade. No bojo das tensões entre interesses variados, no mercado da saúde e na luta por direito à vida, observam-se a formação de sociedades pautadas na cultura do desempenho, das performances, das populações ágeis, da busca dos modos saudáveis de existir, da gestão das capazes de fazer escolhas e arcar com suas consequências; em um jogo ininterrupto de mediações do contrato social pelas regras jurídicas da política pública e privada de governo das condutas (Rose, 2011; 2013). Um dos efeitos dessas práticas é a judicialização da saúde, que passou a ocorrer sistematicamente, no Brasil, nos últimos anos.

Para Scliar (2007), a saúde é produzida por um campo de garantias sem as quais não é possível promover cuidado ativo de si, constituído pelas políticas públicas, sendo integradas, intersetoriais e sustentadas por um eixo de equidade. Um aumento significativo de processos judiciais, em prol do acesso à saúde, é resultante do cálculo dos danos causados pela ausência da garantia da saúde, prevista como obrigação do Estado na Constituição Brasileira de 1988. Nesse aspecto, a cidadania biológica é colocada em cena, através da biopolítica contemporânea, forjando subjetividades biocidadãs e ativas na solicitação da política da vida. Em nome do que poderia ser designado como viver com qualidade, a partir das regras e dos valores estabelecidos pelo dispositivo de segurança, novas encomendas são criadas para promover um bem comum baseado no Estado Democrático de Direito, atrelado à busca da biopolítica enquanto segurança (Foucault, 2008b).

Na relação entre cidadania e biologia, verificam-se investimentos de uma economia política neoliberal, amparada na lei e na ordem biojudicial (Foucault, 2008a; 2008b). Um dispositivo é forjado por leis, normas, documentos, equipamentos, saberes, técnicos, operadores do Direito, tecnologias, criação de casos, cálculos matemáticos, análise de custos e benefícios, gestão do território e das comunidades etc. (Foucault, 2004; 2008b). Em *O nascimento da biopolítica* e em *Segurança, território e população*, Foucault (2008a; 2008b) demarca que a questão a ser gerida é a vida com segurança, em um meio e diante dos fluxos de circulação em um território, pois neste circulam não apenas pessoas e populações, mas produtos e informações, tecnologias e valores.

Disciplinar tais circuitos e organizá-los demanda normas compartilhadas e negociadas em fóruns multilaterais, bilaterais, em segmentos com conselhos e representantes/delegados que vão efetuar a todo instante tomadas de decisão, nas políticas, em nome da suposta defesa social. Nesse aspecto, opera-se a governamentalidade pela ordem e lei, na busca interminável de mais segurança, sendo que esta é definida como um:

Conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (Foucault, 1979, pp. 291-292)

Efetiva-se o controle social das políticas públicas, por meio da presença em conselhos e conferências de direitos, a proposição de projetos de lei e a tentativa de criar uma formação, sustentada em biodiagnósticos relacionados à perícia técnica judicial. Castel (1987) salienta essa prática de avaliação, baseada em especialistas e técnicas de gestão de riscos, mediando decisões e encaminhamentos na esfera dos direitos e das compensações de danos e perdas sofridos por alguma falta de acesso às oportunidades de aumentar e modular capacidades produtivamente e com rentabilidade, no mercado dos direitos.

A busca da sociabilidade, pautada na saúde e pelo desempenho expandido no trabalho, na família e na educação, vem crescendo, em vários países, tendo ganhado dimensões gigantescas enquanto um negócio altamente rentável no mercado da saúde e significativo na esfera profissional do Direito (Rose, 2013). Os profissionais das mais variadas áreas, como os médicos sanitaristas, os psiquiatras da reforma, os trabalhadores sociais, os psicólogos e psicanalistas, pedagogos dos movimentos de base e educação popular, artistas, lideranças comunitárias, familiares e usuários da rede de saúde mental e coletiva intersetorial e integrada, assumiram o compromisso de forjar outras maneiras de cuidar orientadas para os direitos humanos.

A tentativa de criar práticas de redução de danos, de organização militante por um atendimento com participação social, opera um punitivismo à esquerda, com a encomenda de justiça como vingança e retribuição dos danos sofridos. A judicialização antecipada realiza a busca pela

ideia de restauração de uma paz fictícia (Miller & Rose, 2012). Muitos movimentos sociais têm lutado pela punição do Estado e de grupos sociais, colocando a problemática da saúde mental e coletiva. No plano da ordem jurídica, incentiva-se a inflação jurídica como resposta à sociedade de lacunas nas coberturas dos direitos, implementados em políticas sociais e do acesso aos mesmos, em diferentes territórios e por segmentos da população (Nunes, 2009).

Desse modo, as pessoas não só recorrem, cada vez mais, ao Judiciário, a fim de que se cumpram as leis, mas também há uma expansão da capacidade normativa do sistema jurídico, com a criação de leis que traduzam os interesses – individuais ou de grupos – em direitos. Por exemplo, a encomenda pela equidade na justiça opera pela procura de compensações judiciais para diferentes grupos, definidos como vulneráveis e que se sentem prejudicados, na esfera da oferta de oportunidades.

Com efeito, uma judicialização é acionada na lógica de reparação dos danos dessa racionalidade de equiparação face aos prejuízos nas perdas de oportunidades, calculadas, em comparação com outros grupos sociais. Ademais, a reivindicação da reparação de danos é definida de justiça equitativa e se tornou um princípio do Sistema Único de Saúde, no Brasil. Um caso para exemplificarmos é o da avaliação dos danos à saúde, em função dos preconceitos sofridos e de várias discriminações negativas vividas pelos grupos estigmatizados, tais como: negros, mulheres, povos indígenas, pessoas com diagnósticos de sofrimento psíquico e também de portadoras de necessidades especiais etc. A busca desses grupos por uma contínua demanda de direitos à reparação é agenciada por uma prática de judicialização, no presente do governo da saúde, em políticas afirmativas.

Assim, a busca de equidade e acesso à saúde pela via judicial tem configurado uma encomenda biopolítica, pautada em um dispositivo de segurança pela judicialização da vida. As práticas jurídicas são propostas como uma suposta solução para reivindicar o direito à saúde e a governar a vida. A reivindicação de políticas sociais reparadoras dos danos sofridos vem ganhando espaço na sociedade e grande incidência política. A não garantia de acesso aos medicamentos e tratamentos, por exemplo, está desembocando em lutas pela compensação de danos e faltas de acesso às oportunidades de desenvolver capacidades, de tratar perdas de desempe-

nhos por variadas situações, avaliadas como incapacitantes por peritos da norma e gestores de riscos.

A saúde e o direito vão ganhando dimensões de segurança e defesa da sociedade, no fazer viver e deixar morrer. Recorrer ao Poder Judiciário e ao saber médico-psicológico, a fim de modular tensões e reivindicar direitos à vida, traz uma oferta anterior da promessa de seguridade frustrada de acesso às políticas públicas. O ressentimento de não ter garantido um direito à saúde e um cuidado com a vida promove mais judicialização e encomenda de compensação discriminatória pela equidade jurídica como pauta de movimentos sociais. A segurança se efetua basicamente na relação entre gestão da saúde e governo da vida, ao circular no meio e a se relacionar com os outros.

A emergência do valor de viver e por um longo tempo com uma perspectiva de acessos variados às políticas públicas foi resultante de uma série de acontecimentos, da modernidade. Entre os quais, as promessas das revoluções francesa, inglesa e norte-americana de fazer valer os direitos civis, políticos e sociais como princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direitos. As ressonâncias dessas promessas se materializaram na criação dos ideários republicanos e liberais da igualdade, da fraternidade e da liberdade, os quais foram modulados pelo aparecimento da política do direito à vida, na história (Foucault, 1988).

A economia neoliberal passa a ser gerida na era dos direitos pelo governo da saúde como busca permanente de um bem-estar, como qualidade de vida e como investimento, em uma dívida infinda de mais saúde e mais acesso a tudo que esse direito pode propiciar. Santos (1996) ressalta como o protagonismo do Judiciário, nas democracias contemporâneas, não é recente, em termos de soberania jurídica, nesse caso (Foucault, 1979).

A diferença do comportamento dos tribunais, no passado, era o alto grau de conservadorismo e de suas intervenções ocorrerem pontualmente (Santos, 1996) e, hoje, há um protagonismo jurídico, o qual aponta para uma inflação do direito, na sociedade, alçando a vida como direito uma judicialização da política e da economia em nome da gestão da saúde e da governamentalidade. Prado (2012) pondera que a justiça deixa de ser litígio entre indivíduos para ser um problema de manutenção de soberania pela regulação do Poder Judiciário e da cidadania biológica, na história.

O Estado Democrático de Direito realizou um controle sobre todos e sobre cada um, de modo a aumentar o governo de sujeitos de direitos que são seres viventes. Dessa forma, não só há uma intervenção na maneira de estar vivo, mas também há uma intervenção que dita como se deve viver (Foucault, 1999). O Estado apenas é um regulador como uma realidade compósita e plural e não uma entidade abstrata organizada somente pelo contrato social de soberania; apesar desse arcabouço, possibilita definições do Direito Público para mediar relações entre Estado e sociedade. Nesse sentido, o governo é uma prática a delimitar regras de um jogo negociadas de forma permanente por todos os que integram a sociedade.

De alguma maneira, implica movimentos, posições e estratégias relacionais, móveis e históricas sempre tensas e de resistência, com tentativas de submissão frustradas, já que opera por meio de forças com forças, forças contra forças, forças em composição com outras e em deslocamentos ininterruptos (Foucault, 2008b). No caso específico da biopolítica e da judicialização, estas vão sendo agenciadas no plano dos contratos de empresariamento da vida que se tornam cada vez mais recorrentes, na medida em que somos incentivados a contratar e a estabelecer cláusulas para os chamados empreendimentos cotidianos.

A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípio igualitários era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas Aparentemente, as disciplinas não constituem nada mais que um infradireito. Parecem prolongar, até um nível infinitesimal das existências singulares, as formas gerais definidas pelo direito. (Foucault, 1999, p. 183)

A luta pela vida e pela sua defesa passou a ser um assunto do Direito e da democracia, com o aumento indiscriminado de encomendas por justiça, medida por tribunais da lei e da norma permanentes, em um clamor pela lei e ordem, pela prisão e pelo recrudescimento penal, em nome da vida. Os discursos de proteção/prevenção andam lado a lado com discursos e práticas que preveem penas mais duras. É o encarceramento em nome da proteção e em nome da vida.

As demandas por direitos são realizadas juntamente no plano da economia política e das racionalidades governamentais que tais práticas

de gestão da conduta mobilizam, em termos de impacto econômico e político mundial, nos Estados governamentalizados e em contextos neoliberais, nos quais os direitos humanos figuram em um plano do Estado de Direito soberano, em arranjos sobrepostos e articulados com a economia política neoliberal (Foucault, 2008b). Assim, os chamados indicadores de crime, de cultura, de saúde, de educação, de habitação, de emprego, de saneamento básico, de acesso à cidade e ao transporte são maneiras de governar condutas em nome da baliza entre liberdade e segurança de uma sociedade neoliberal e democrática, que operam por meio da governamentalidade.

Considerações finais

As forças reativas entram em cena e são mais solicitadas com proeminência pela racionalidade da segurança, a qual amplia a judicialização, de sorte que a biocidadania é um dos seus efeitos. O litígio pelo jogo de normas e leis, mediado pela política da vida e pelo empresariamento das relações, despontencializa a trama das tensões e da diferença como possibilidade de existência. A mercantilização da vida e da saúde faz parte do cálculo de custos e benefícios neoliberais, em que a política como dissidência e complexidade é esvaziada. O tempo é acelerado, na economia política dos investimentos da saúde como dívida, e os corpos entram em um controle social pelo regramento da vida enquanto direito e da saúde como disputa judicial.

Nesse cenário, uma das encomendas mais reivindicadas é a criação de mais e mais leis e mais punição. Acredita-se que uma proliferação legalista e punitiva dará conta de aplacar o trágico da existência e amenizar a tensão das relações afirmativas. É como se lutar pela liberdade fora do esquadro da lei produzisse medo e um pânico social cada vez mais alimentado pela encomenda de mais e mais direitos, de maior regulação securitária.

Enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam. (Foucault, 1999, p. 183)

Apenas as populações consideradas vulneráveis receberão políticas compensatórias atreladas aos indicadores de equidade social e de justiça caracterizados por cotas e níveis de pobreza diferenciados. Os governantes e os governados negociam, avaliam e definem juntos, por diversos acordos, discussões, concessões recíprocas, transações e agendas construídas, as maneiras de serem governados, por quem serão e como serão, de que modo o serão e, ainda, até quando e em que medida. O Poder Judiciário parece converter-se em uma espécie de possibilidade inicial e única, para a qual convergem todas as preocupações sociais.

Os discursos em nome da diminuição de deficiências e aumento das performances instituem terapias para variados níveis de supostas anormalidades e desvios de desempenho. Em meio a este campo de questões, o profissional da saúde é um diagnosticador que julga por perícia comportamentos em níveis de desvio das normas e os registra em dossiês, em laudos, ofícios de encaminhamentos e prescrições de tratamentos e compensações de deficit (Castel, 1987).

A judicialização é um acontecimento, o qual se manifesta na ascensão das democracias: representativa e participativa, embora de modo heterogêneo em ambas. Foucault (1999) já havia assinalado que a guerra é a política continuada por outros meios e que, quando estamos supostamente em paz, não estamos de fato, porque há jogos de poder-saber e de governamentalidade permanentes que não cessam nunca.

O cálculo da seguridade não se restringe somente aos direitos, mesmo no Estado de Direito, porque o que vem antes, para a racionalidade neoliberal que o sustenta, é a economia política, e os direitos só são acionados na medida em que poderão ser agenciados pelo mercado, em especial em sua dimensão de ordem e lei. Por isto, a oferta de segurança e de liberdade oscila em paradoxos de governo das condutas, em nome da defesa da sociedade.

Concluindo, é nesse sentido que Castel (1987) declara que o estatuto do diagnóstico de deficiência confere um *status* e um lugar social, bem como define circuitos especiais e direitos específicos. A política social é organizada como um mercado dos desadaptados, dos suspeitos e dos diagnosticados com anomalias diversas, racionalizados em bancos de dados. O Estado e a sociedade são chamados a funcionar como empresas

que devem ter máxima eficiência, eficácia e produção, avaliando desempenhos, aumentando performances, exaltando méritos, fomentando associacionismos e a iniciativa privada.

Referências

- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Camargo, K. R. (2007). As armadilhas da “concepção positiva de saúde”. *Physis*, 17(1), 63-76.
- Castel, R. (1987). *Gestão de riscos: da pós-psiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: São Francisco.
- Ewald, F. (1993). *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega.
- Fassin, D. (2001). The biopolitics of otherness: undocumented immigrants and racial discrimination in the French public debate. *Anthropology Today*, 17(1), 3-7.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Miller, P. & Rose, N. (2012). *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal*. São Paulo: Paulus.
- Nunes, J. A. (2009). Saúde, direito à saúde e justiça sanitária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 143-169.
- Ortega, F. (2004). Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, 8(14), 9-20.
- Prado, K. (2012). Uma breve genealogia das práticas jurídicas no Ocidente. *Psicologia & Sociedade*, 24(N. spe.), 104-111.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rose, N. (2013). *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus.

- Scliar, M. (2007). História do conceito de saúde. *Physis*, 17(1), 29-41.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, L. A. (2006). Paradoxos da modernidade vigiada: Michel Foucault e as reflexões sobre a sociedade de controle. In L. Scavone, M. C. Alvarez, & R. Miskolci (Orgs.), *O legado de Foucault* (pp. 241-259). São Paulo: UNESP/FAPESP.

Redes de cuidado e formação/atuação de psicólogos: como “amarrar buracos”?

Barbara Eleonora Bezerra Cabral

Para que essa comunicação, afinal?

Dentre as mais instigantes definições de “rede” com que me deparei ao longo do meu processo formativo, na busca de me constituir psicóloga/profissional de saúde e, nos últimos sete anos, docente – obviamente tendo sempre como pano de fundo a minha formação permanente e infindável como pessoa –, está uma anedota apresentada por Guimarães Rosa: “Uma porção de buracos, amarrados com barbante...”¹.

Essa foi seguramente a primeira lembrança que tive ao começar a preparar este relato, instigada pelo tema: “Desafios para a produção de redes de cuidado em saúde”, a ser apresentado e debatido em mais um Encontro Nacional da ABRAPSO (o XVIII), no Simpósio de Políticas Públicas e Saúde Coletiva. Lancei-me o desafio de pensar como a Psicologia vem se situando nesse cenário, ou melhor, como tenho percebido esses movimentos em relação à atuação do psicólogo.

Fiz, então, a opção de elaborar um texto de caráter meditativo em torno do tema, recorrendo às minhas memórias relativas à minha inserção no campo das políticas públicas e recortando a minha atuação como professora em universidade pública federal, relativamente recente, em que sigo me sentindo trabalhadora do SUS e reafirmando a necessidade de um grau de militância no exercício docente. De algum modo, o convite a este Simpósio me garantiu a oportunidade de revisitar essa trajetória, identificando alguns *incômodos* que me parecem indicar, ainda, a importância de debates e reposicionamentos relativos à atuação da Psicologia

¹ Anedota contada no prefácio intitulado *Aletria e Hermenêutica*, em *Tutaméia (Terceiras estórias)*, de Guimarães Rosa, na página 37 de sua 8ª edição, pela Editora Nova Fronteira do Rio de Janeiro.

no contexto das políticas públicas e articulando algumas notas críticas a partir desses marcadores aos desafios da tessitura de redes de cuidado.

Não me preocupei em dar ao texto um caráter conceitual, embora visite alguns conceitos e tenha referências que dialogam ou fundamentam cada provocação apresentada, as quais explicitarei na medida em que isso se tornar imprescindível. A rigor, investi em uma escrita mais fluida, conectada à dimensão da oralidade, do conto, da narrativa do que vivi (e vivo) nesse âmbito de atuação, já imaginando a minha comunicação no evento. Decidi, outrossim, resgatar produções anteriores, em especial minhas pesquisas de mestrado e doutorado. Pretendi, desse modo, elaborar um texto fincado na experiência, atentando ao que aconteceu comigo – e, sobretudo, o que me tocou – nos diversos encontros cotidianos, seja em sala de aula, nos momentos de pesquisa, extensão, supervisão ou reuniões diversas com colegas professores ou profissionais da rede de saúde. Desde a minha entrada na universidade, como professora do Colegiado de Psicologia, tenho delineado um plano de trabalho que inclui a graduação em Psicologia e as residências multiprofissionais em saúde, além de inserção em projetos de extensão e pesquisa, que adota como característica a interface da atuação do psicólogo (e outros profissionais de saúde) com as redes públicas de atenção.

Apesar de mergulhar em um dado plano interpretativo/reflexivo, como costuma se caracterizar a escrita, esforcei-me por não me afastar do plano acontecimental/experiencial, guiando-me pela compreensão de experiência apresentada por Larrosa (2002). A escrita deste texto foi, assim, uma chance de me distanciar da correria, item presente no cardápio de cada dia, e sentir o sabor do que faço, reafirmando-me como uma docente que decidiu assumir o protagonismo em defesa do público e de uma formação que se alimente do mantra “aproximação ensino-serviço”, atentando à importância de manter a universidade em conexão direta e viva com o real da produção de cuidado nos diversos dispositivos das redes delineadas pelas políticas públicas.

Fundamental esclarecer que o tema da formação – especialmente do profissional de saúde, mas compreendendo saúde do modo mais alargado possível – tem se tornado central em minha trajetória docente e penso que, nisso, posso ter encontrado um certo ponto de equilíbrio entre ser docente e ainda me perceber como trabalhadora do SUS. Em geral,

a frase “O SUS é lindo na teoria, porém, na prática...” é entoada em diversas configurações, nos mais diversos contextos, o que nos alerta acerca da necessidade de constante defesa do que já foi conquistado em termos de direitos sociais – dado que, no campo político, nada parece estar jamais garantido – e de seguir atualizando modos de produção de cuidado sintonizados com a existência das pessoas.

Oportunizar esse tipo de debate nas mais diversas instâncias formativas me parece imperativo. Considero que protagonismo e militância docente se respaldam nessas necessidades e, ainda, que refletir sobre a própria formação e empreender modos arrojados para que essa formação aconteça é seguramente uma das vias para configurar redes que possam de fato sustentar as pessoas que, em sofrimento, buscam os profissionais que assumem o cuidado como ofício. Nós, os psicólogos, estamos nesse rol...

Redes têm necessariamente buracos, lacunas, vazios. Paradoxalmente, elas devem sustentar, apoiar, não deixar passar ou cair... Que fios seria pertinente tecer para alinhar os buracos? Que modos seriam possíveis para “amarrar os buracos” e sustentar o sofrimento, produzindo vias para, legitimando-o, encaminhá-lo de modos diferentes? Como coser redes que de fato apoiem as pessoas que surtam e sofrem com isso? Dos seus familiares? Das mulheres que são violentadas cotidianamente por seus parceiros? Das crianças negligenciadas? Dos gays, lésbicas, transexuais e transgêneros vítimas de preconceitos? Como acolher tantos outros modos de sofrimentos engendrados em nosso convívio humano? Como coser redes para amparar a dor e potencializar as brechas de vida, expandindo-as?

Redes, como a de pescar ou a de dormir, são artefatos... Redes de atenção e cuidado são também artefatos: construídas a partir da ação de humanos, que ocorre entre humanos. Agir é próprio dos humanos que, por essa via, da ação, iniciando processos, são capazes de produzir milagres, como defende Arendt (2001). As redes precisam ser quentes, vivas e acolhedoras... O motor crucial são as pessoas que as constituem, para além dos dispositivos já desenhados nas diversas redes dos mais variados campos das políticas públicas – sendo exemplos bem interessantes as Redes de Atenção à Saúde do SUS e a Rede SUAS. A partir dessa compreensão, tentarei dar conta de discutir os desafios na produção de redes de

cuidados, pelo viés da formação dos profissionais do cuidado, com destaque aos psicólogos, expressando e refletindo sobre alguns velhos – mas espantosamente ainda novos – incômodos que sinto em minha prática docente.

Incômodo 1: por que, ainda, o estranhamento na articulação Psicologia e Políticas Públicas no âmbito da formação?

Na contemporaneidade, parece-me clara a compreensão de que a Psicologia deve se relacionar com o campo das políticas públicas, havendo uma indução histórica importante a partir da atuação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CFP e CRPs). A criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), aprovada em 2005, é um reflexo desse movimento. Seu objetivo principal é o de “sistematizar e difundir conhecimento sobre a interface entre práticas psicológicas e políticas públicas”, a partir de uma cartografia das práticas em andamento, em consultas sistemáticas aos profissionais que atuam nos diversos setores das políticas de saúde no país. Dentre os objetivos específicos dos CREPOP – que se estruturam em rede, com instância nacional no CFP e representações em todos os Estados, vinculadas aos CRPs –, destacaria o de “oferecer possíveis contribuições para a construção de políticas públicas humanizadas, fortalecendo a compreensão da dimensão subjetiva presente nessas políticas”².

A partir disso, podemos afirmar que há um reconhecimento de que o campo das políticas públicas constitui um profícuo cenário para a prática de psicólogos, desde o âmbito da execução e atenção quanto da formulação e gestão de políticas e serviços. A crescente atuação de psicólogos nos diversos cenários das políticas públicas, envolvendo-se, portanto, em “questões sociais”, demandou a construção de outros paradigmas de intervenção, pondo em questão a função do psicólogo na realidade brasileira. Eis um dos fatores que impulsionaram o surgimento do conceito de compromisso social da Psicologia, que se caracterizou como uma conexão entre esse núcleo de saber e as políticas públicas (Conselho Federal de Psicologia, 2011).

² Informações disponíveis em <http://crepop.pol.org.br>

Assumir que há um compromisso social da Psicologia implica redimensionar radicalmente um projeto profissional que se alinhou, historicamente, ao projeto da elite de modernização do país, nas décadas de 50/60, culminando na condição de primeiro do mundo a regulamentar a profissão e a formação em Psicologia, com a aprovação da Lei n. 4119/62. De acordo com Bock (2008), a legitimação da Psicologia não se tratava de uma demanda da maioria da sociedade brasileira, que mal conhecia esse saber ou suas possibilidades práticas. Interessava apenas à elite “instalar e desenvolver a Psicologia no Brasil, pois ela prometia com sua tecnologia – os testes psicológicos – contribuir para a previsão e o controle dos comportamentos, tarefas necessárias naquele momento de instalação de um novo projeto de sociedade” (Bock, 2008, p. 2).

A rigor, a autora indica que, ainda que regulamentada, a profissão não tinha um projeto próprio, sintonizado a uma corporação que estivesse identificada, a partir de objetivos comuns, para sustentar a Psicologia e seu lugar na sociedade. Portanto, a grande tarefa era “inventar a profissão”, como destaca Bock (2008), em uma sociedade que não havia reivindicado esse núcleo de saber. A tese de autora é de que a Psicologia sempre manteve um compromisso com a sociedade, ou uma pequena parcela dela: as elites e seu referido projeto de modernização social. Indica, entretanto, que a entrada do psicólogo no contexto da Saúde Pública e as experiências da Psicologia Comunitária foram cruciais para a reconfiguração do lugar social da Psicologia, tornando explícita a necessidade de um compromisso da prática desse profissional com a maioria da população brasileira, voltando-se para as políticas públicas, para a ética, para os direitos humanos, redimensionando-se, assim, a perspectiva de compromisso social.

A inserção no contexto público demandou a articulação com profissionais de outras categorias. Como apontei em outro trabalho (Cabral, 2011), destaca-se que, apesar de a inserção de psicólogos em equipes de saúde no contexto público vir ocorrendo desde a década de 1970, inúmeros estudos apontam as discrepâncias entre a formação profissional e os desafios da intervenção nesse contexto, indicando a urgência e alguns caminhos para uma reinvenção dessas práticas.

Construir um novo projeto de profissão – processo que acredito estar ainda em curso – necessariamente passa pela reflexão em torno da formação. Em pleno século XXI, apesar dos enormes avanços que alcança-

mos na construção de um lugar social que garanta à Psicologia uma expansão de seus horizontes conceituais e de intervenção, temos significativos desafios que implicam ir além do discurso “politicamente correto”, superando efetivamente perspectivas naturalizantes, universalizantes e normatizadoras, que ainda parecem sustentar as práticas cotidianas desses profissionais nas redes de cuidado. Isso remete, em significativa medida, à formação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (Conselho Nacional de Educação, 2004) destacam, entre os princípios e compromissos que devem respaldar a formação do psicólogo, a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país e a atuação em diferentes contextos, levando em conta necessidades sociais e direitos humanos. Assim, aponta-se a importância de uma formação que se conecte à vida humana e aos modos como ela se configura nas mais diversas realidades, requerendo um olhar-intervenção que se renda à complexidade e se desvincule de modelos de subjetivação abstratos e naturalizados, tão próprios da história desse núcleo de saber (Cabral, 2015).

Assim, os avanços no projeto profissional da Psicologia, em que se realça seu compromisso com a realidade social do país e sua população, são precisos e circunscritos, em várias instâncias legislativas, inclusive, com respaldo do Sistema Conselhos de Psicologia, havendo já diversos documentos que referenciam essas práticas nas redes de cuidado e em vários de seus dispositivos. Porém, a mudança de atitude profissional é um desafio real para a produção de redes de cuidado. Diante de problemas extremamente complexos que se apresentam nas diversas realidades de um país que ainda carrega tantas desigualdades, tanta violência, tanta desassistência, tanto preconceito, tanto desrespeito à condição cidadã, os desalojamentos provocados no profissional de psicologia que se aventura nesses cenários são contínuos e, por vezes, paralisantes. Não é difícil que se recorra, assim, na tentativa de garantir um reconhecimento, aos antigos paradigmas e modos de atuação do psicólogo, que se relacionam ao modelo clínico tradicional, como praticado em geral nos consultórios, que, apesar de seu mérito, reconhece-se que não parece (cor)responder às demandas que se revelam nos territórios.

Complexificar o olhar e a capacidade de intervenção desse profissional, discutir modos possíveis para construir projetos terapêuticos

singulares nos territórios diversos (e não apenas entre quatro paredes), discutir a importância da articulação de redes, refletir sobre o sentido ético-político da atuação, ampliar a habilidade de promover encontros e de dialogar, expandir uma atitude de acolhimento e escuta para além de *settings* pré-formatados, estimular a disponibilidade de trabalhar coletivamente – o que implica correr o risco de “sair do umbigo” da Psicologia, por vezes –, instituir a reflexão em torno do que se faz, alargar a capacidade de lidar com a alteridade e a diversidade da condição humana: eis alguns dos pontos a serem trabalhados em um processo formativo, com vistas à constituição de um profissional com possibilidades ampliadas de atuação nas complexas teias da vida, nos territórios “vivos” em que se inserem as redes de cuidado. A produção de redes de cuidado só pode acontecer na conexão direta com as pessoas e a vida que levam, sem julgamentos, classificações, interpretações, imposição de saberes.

Sim, ainda percebo que há um certo estranhamento nessa articulação da Psicologia com as Políticas Públicas no âmbito acadêmico. Claro que isso fica mascarado sob discursos politicamente corretos, mas se revela em detalhes, bastante sutis, como a escolha de um divã para representar a atuação do psicólogo em convites de formatura – e obviamente, com essa afirmação, não quero desmerecer a Psicanálise, abordagem teórico-prática que respeito tanto quanto todas que se puderem constituir e legitimar no âmbito da Psicologia! Como é difícil nos livrarmos de nosso ranço histórico de compromisso inicial com um projeto elitista...

Pensar e estimular a que se pense *para que* e *para quem* a Psicologia pode e deve servir é uma responsabilidade dos formadores... Pode ser para quem quer que possa se beneficiar, mas é necessário refletir permanentemente sobre o lugar social desse saber: suas funções, suas possibilidades interventivas no contexto em que vivemos. Penso que a formação deve se comprometer com isso.

Incômodo 2: toda psicologia não deveria ser social?

Levando adiante minhas reflexões, apresento aqui, para debate e reflexão, um outro incômodo. Mesmo reconhecendo a Psicologia Social com um núcleo de saber-fazer/fazer-saber, com suas produções teórico-

-epistemológicas e articulações metodológicas, dentro do campo comum da Psicologia, sempre me questionei se toda Psicologia não deveria ser tomada como social. Uma vez, estudando Medicina Psicossomática na graduação (de Psicologia), intriguei-me com a afirmação do professor de que toda a Medicina deveria ser psicossomática. Não se valorizaria, assim, uma dicotomia corpo-psíquico, mas a tentativa de uma perspectiva de compreensão complexa e integral do humano e seus processos de adoecimento e, por que não dizer, de produção de saúde.

Ao me deparar com a Psicologia Social, também ainda como graduanda, achei que fazia muito sentido – aliás, óbvio! – pensar o sujeito em seu contexto social, inserido no mundo. Ficava a me questionar: “não deveria toda a Psicologia ser Social, então?”. Com apoio da Filosofia e Epistemologia, dei-me conta da perspectiva dicotômica que costuma embasar nosso modo ocidental de pensar e boa parte das produções teóricas a que temos acesso, o que valia também para a Área de Psicologia. Requer muito esforço escapar dos dualismos e da força do paradigma racionalista, que nos guia a pensar o mundo de modo binário, ressaltando-se opostos e contraposições. Ou é claro ou é escuro!

A possibilidade de pensar a vida como um grande jogo de forças em conflito e embate, em que permanentemente se sustenta uma tensão, foi apresentada a mim por meio do contato com o pensamento nietzschiano, que me alargou a capacidade de leitura da vida. Não necessariamente tem que ser isto ou aquilo; não necessariamente as sínteses ocorrem. Pode ser isto e aquilo; pode ser uma terceira coisa, que não necessariamente resulta de uma síntese de duas coisas anteriores: é simplesmente um outro, diverso, e não diferente em relação a um padrão ou norma – algo que sempre se inventa, no mais das vezes com objetivos de controle bem precisos, mas nem sempre revelados.

Na contemporaneidade, era que alguns caracterizam de pós-moderna, variadas questões se apresentam aos humanos, de forma que o sofrimento assume as mais inusitadas e surpreendentes configurações. A compreensão do sofrimento contemporâneo deve levar em consideração o contexto em que vivemos. Fica cada vez mais patente que os processos de subjetivação se conectam ou são atravessados pelos modos de vida contemporâneos e o sofrimento expresso carrega as marcas dessas configurações de vida. Com todo o avanço tecnológico, não conquistamos o

mundo melhor garantido pelo projeto científico da modernidade, em fins do século XIX. O mundo segue marcado por contradições, desigualdades, violência, exploração e injustiças. A normatização de modos de vida, com classificações pouco precisas ou evidentes, calcadas na oposição normal-patológico, segue sendo uma grande questão a que se deve atentar, sob pena de movimentos de restrição dos modos de vida e patologização de fenômenos da existência.

A Psicologia precisa se posicionar nesse cenário, ampliando suas ferramentas de compreensão do sofrimento humano, em sua multifacetada manifestação, e escapando à perspectiva de controle e normatização do comportamento. O que seria “natural” no âmbito humano, tendo em vista os atravessamentos constitutivos de aspectos culturais, sociais, econômicos? Em que o paradigma racionalista e os modelos de explicação produzidos nas ciências naturais contribuem efetivamente para compreender esse humano? O quão estamos convencidos dos seus limites? O quanto agimos em respeito à complexidade dos fenômenos humanos? Será que de fato conseguimos escapar de uma atuação classificatória, impositiva, normativa?

O caráter normativo que aqui retomo está relacionado ao poder disciplinar que sustenta, especialmente a partir do século XVIII, a organização de nossas sociedades ocidentais, como indicado por Foucault (2007). A normatização, fincada no poder disciplinar, restringe a ação humana: há que se respeitar o que se convencionou como padrão – fazendo-se crer que se trata de algo natural, que tem que ser, da ordem da obrigação. Interessante perceber que Canguilhem (1990) recorre à capacidade normativa dos humanos, ou seja, à habilidade de criar regras, normas e modos possíveis de configuração da vida, como o cerne de sua compreensão de saúde, ao discutir normal *versus* patológico. Saúde seria uma margem de tolerância às infidelidades do meio, que se apresenta tanto maior quanto maior for a capacidade de lidar com as adversidades que a própria vida apresenta.

Ao defender sua tese, o autor destaca a atenção necessária ao caráter singular de cada ser vivo, para que se analise sua condição de saúde: é imprescindível comparar o sujeito com ele mesmo. Ainda é necessário acrescentar que o autor põe em questão a dicotomia saúde-doença, rompendo com a equalização, bastante comum, de saúde com normalidade e

de doença com anormalidade. Normas estão presentes tanto em estados saudáveis como patológicos, com a diferença de que nesses há uma capacidade normativa mais restrita.

Percebo que essa compreensão de Canguilhem potencializa a ampliação do conceito de saúde também no âmbito das políticas públicas – o que inclui o nosso Sistema Único de Saúde –, em que já se assume (ao menos teoricamente) que os determinantes e condicionantes dos processos de saúde/doença se relacionam às próprias condições de vida das populações/pessoas. Cuidar da saúde de alguém, de uma comunidade, implica conhecer os modos como se transita nos territórios, o grau de acesso aos dispositivos de cuidado e das redes de apoio, a condição socioeconômica, a organização familiar, enfim, como a vida é levada.

Um profissional de saúde precisa estar atento a esses modos de vida para que possa propor projetos terapêuticos, preferencialmente com o outro, e não para o outro. A fim de conhecer isso, a aproximação com as pessoas que buscam cuidado – ou às vezes nem buscam – precisa ocorrer com a criação de vínculos, possível mediante uma atitude inicial de acolhimento e interesse. As tecnologias de cuidado mais importantes nessa aproximação e tentativa de (re)conhecimento de quem sofre e como sofre – e, por isso, demanda cuidado – são as leves, a partir da classificação proposta por Merhy (2002). Tecnologias que remetem à dimensão relacional, ou seja, a como eu encontro o outro, como legítimo seu modo de ser, de como, por uma sintonia com o que sente e com o modo como vive, afetando-me, posso me abrir às possibilidades de construção de modos de cuidar junto a esse outro. Fundamental considerar: esse outro compreende que precisa de cuidado? Esse outro revela uma compreensão da importância do cuidado de si? Caso não, há ainda uma delicadeza maior requerida na atuação profissional.

No processo de construção de projetos de cuidado, o profissional de saúde precisa conhecer minimamente as redes dispostas e se posicionar como um “costureiro” dessas redes, dispondo-se a articulá-las e ativá-las. Como profissional do cuidado, o psicólogo deve transitar nesses territórios onde a vida acontece, sendo desalojado a ponto de precisar ir além do “modelar” e do “tradicional”. Invenção de modos de cuidado é uma habilidade exigida no âmbito das redes de cuidado: criatividade, comunicação, articulação, sempre a partir de aproximação com a situação

e com quem requer cuidado. Chegamos à necessidade de um destaque: romper com a ideia de “settings” de atuação, exercitando uma atitude-plantão³.

Em um dado fórum de debates, no contexto da discussão de projetos terapêuticos envolvendo profissionais de dispositivos públicos diversos de um município do sertão, chamou-me atenção a referência que um psicólogo de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) fez à atuação nesse dispositivo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como tendo um caráter “mais social”: seria uma Psicologia “mais social”. Realmente fiquei intrigada e incomodada, refletindo que aquele talvez fosse um modo de tentar garantir maior segurança a uma prática profissional realizada, que, porém, me parecia revelar a velha dicotomia sujeito-mundo. Pensei que, provavelmente, por ser um profissional inserido na Rede SUAS, a importância do adjetivo “social” se fizesse pertinente, a partir de sua visão. Mas fiquei pensando na atuação do psicólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs), nas Equipes de Consultório na Rua e tantos outros: não precisamos ser tão clínicos quanto sociais e também políticos, em nossa prática nesses dispositivos? Como dar conta de “integrar” e “complexificar” o olhar – e sobretudo a intervenção – no contexto das redes de cuidado? Eis um significativo desafio à produção de cuidado em rede.

Correntemente uma grande preocupação dos núcleos profissionais é aquela de circunscrever a especificidade da atuação. Retomo essa preocupação nesta altura do texto – e a retomarei mais adiante, quando da discussão do trabalho em equipe – apenas para pontuar que talvez o mais próprio da Psicologia, no contexto do redimensionamento do compromisso social da profissão com a sociedade brasileira, seja o de agir como agente de mudança no âmbito das políticas públicas, sendo agenciador de práticas que respeitem os processos e modos de subjetivação e os afetos aí implicados, desnaturalizando compreensões, provocando

³ Faço essa discussão a partir da experiência de Plantão Psicológico, tal como proposta pelo Instituto de Psicologia da USP, onde primeiro se elaborou essa modalidade de atenção psicológica, cuja marca principal é a plasticidade e o acolhimento a quem chega, como chega, sem necessidade de marcação prévia, de classificações nosológicas ou urgência de encaminhamento. Recebe-se “quem sofre”, experimentando-se o acolhimento e uma atitude clínica voltada à tentativa de compreender, na relação plantonista-usuário, a situação que faz sofrer, no sentido de construir rumos possíveis ao próprio sofrimento.

outros olhares, promovendo a circulação da palavra. Pro-mover cuidado implica se movimentar na direção da abertura à diversidade, de uns com outros, de cada um consigo próprio. Morato (1999) destaca a função de promoção de cuidado, pela via da formação, na atuação do psicólogo, no contexto das redes de apoio da Saúde e da Educação: os psicólogos seriam, assim, agentes sociais de mudança. Mas seguramente a discussão do cuidado e das tecnologias relacionais, conforme discussões contemporâneas, precisa atravessar a formação de todos os profissionais de saúde.

Incômodo 3: será que toda psicologia não deveria ser clínica (e política)?

Como indica Amarante (2003), Basaglia sofre algumas críticas relativas a um certo descuido da clínica em suas propostas de desinstitucionalização da atenção em saúde mental na Itália. Tais críticas indicam o privilégio de uma ação de caráter mais político. Entretanto, Amarante argumenta contra esse posicionamento, destacando que a proposta basagliana implicava uma relação direta dos agentes de cuidado com os sujeitos institucionalizados ou em intenso sofrimento psíquico. Respalda na compreensão de que era fundamental “pôr a doença entre parênteses”, para efetivar práticas genuínas de cuidado a um segmento populacional violentado socialmente, como é o das pessoas diagnosticadas como tendo transtornos psiquiátricos. Fundamentalmente isso quer dizer: encontrar o outro, abrir-se à sua alteridade, não patologizar modos diversos de existir. A partir dessa afirmação de Basaglia, não parecia haver uma negação da condição patológica – que imprimia uma restrição da capacidade normativa, se resgatarmos a compreensão de Canguilhem –, mas tão somente o reconhecimento de que essa não poderia ser a característica definidora da existência da pessoa. Os italianos reformistas defendiam que a atenção maior deveria ser à existência que sofre, como via para a construção de qualquer possibilidade de cuidado.

Parece-me haver nisso uma oportunidade de aprendizado imensa aos profissionais que tomam o cuidado como ofício. Não se pode separar uma atuação clínica de uma perspectiva política, ou vice-versa, quando estamos tratando de projetos terapêuticos nos mais diversos setores das políticas públicas. Como aponta Benevides (2005), a inseparabilidade en-

tre clínica e política é fundamental à atuação do psicólogo no contexto do SUS – e penso que isso pode ser estendido a qualquer cenário de atuação. Em nossa profissão, essa afirmação faz muito mais sentido, pela história de nossa constituição; contudo, penso fazer sentido para todos os profissionais que têm como campo comum a atuação nas políticas públicas, sobretudo na Saúde e Assistência Social (mas não só), convocados que são a práticas em parceria, para encaminhar projetos de cuidado mais pertinentes.

Intervir é inventar modos possíveis de cuidado entre humanos, partindo de um exercício de compreensão da questão-problema. Intervenção só se torna possível mediante a valorização da experiência dos envolvidos, como fonte primeira de produção de cuidado/saúde. Valorizando-se a experiência, aprende-se a reconhecer e legitimar os modos diversos de existir, sem julgamento ou preconceções. Penso que encontrar vias para, no processo formativo, promover a experimentação de experiência é um imperativo. Projetos de extensão, de pesquisa interventiva, de ensino conectado às redes podem fornecer oportunidades para um tal aprendizado, significativo, em que se estimule a reflexão permanente acerca da dimensão ético-política da atuação do psicólogo. Afirmar isso remete à consideração de que também a formação docente precisa urgentemente avançar; inevitável pensar nas significativas contribuições do pensamento de Paulo Freire, que se contrapunha a um ensino transmissivo, focado no repasse de conteúdo, sem conexão com a própria vida – sobretudo a vida de quem é aprendiz.

Resgatando a compreensão originária de “clínica”, Simonetti (2004) aponta a origem do termo “clínica” no verbo grego *inclinare*, a partir da prática dos médicos na Grécia antiga, que se inclinavam sobre o leito de seus pacientes, para com eles conversar, como parte do ato de cuidar/tratar. Indica também, nessa garimpagem etimológica, o vocábulo grego *klíne*, que indica leito, cama, repouso. Tal sentido etimológico revela o caráter primordial de investigação e produção contínua de sentidos por meio do debruçar-se sobre um determinado fenômeno, na busca de compreendê-lo, contudo parece preservar a relação com o aspecto patológico.

Não à toa a discussão em torno do sentido da prática clínica de todos os profissionais de saúde – e, por que não, profissionais do cuidado,

como campo comum? – segue como algo extremamente atual. A introdução da perspectiva da Clínica Ampliada (Campos, 2003), largamente incorporada – ao menos em tese – nas propostas de atuação nas redes de atenção do SUS, apresenta um prisma que nos põe no campo de tensão entre saúde-doença, singular-coletivo: demanda-se uma atuação que perceba o sujeito, além do processo de adoecimento, porém sem desconsiderá-lo, mas também sem torná-lo um ente. Já ouvi argumentos, em debates de que participei, de que esse conceito apenas retoma algo que já era próprio da clínica em seus primórdios, atualizando uma perspectiva originária, apenas com nova nomenclatura. Eu, particularmente, acredito na força das produções em torno de uma atuação clínica que se amplia, pela própria ampliação do objeto – não mais a doença abstrata, mas a pessoa e sua existência “concreta”, que adjetiva de modo muito próprio qualquer “adoecimento”.

Referir-se a uma ampliação da clínica remete a uma mudança paradigmática na atuação em saúde – na atualidade ainda marcada pela hegemonia da racionalidade biomédica –, visando uma compreensão que ultrapassa a questão sintomatológica apresentada pela pessoa – sem, contudo, negá-la –, valorizando sua inserção no mundo e, portanto, suas características existenciais. Há aqui uma ressonância da proposta basagliana, de “pôr a doença entre parênteses”. A expressão Clínica Ampliada pode parecer redundante, pois toda atuação em saúde deveria se pautar numa perspectiva ampliada de consideração do humano; entretanto, marcar essa diferença me parece um caminho interessante, escapando-se à sua utilização como mero jargão ou modismo (Cabral, 2004).

Aposto que qualquer atuação do psicólogo, no âmbito da produção de redes de cuidado, precisa ser clínica, social e política, em respeito à complexidade das situações com que nos deparamos e que demandam cuidado: investigar, sem a pressa de classificar ou explicar por nexos causais, compreender, ultrapassar a dicotomia sujeito-mundo, considerar a multiplicidade dos fatores que atravessam a constituição de ser gente e, só assim, pensar conjuntamente caminhos possíveis de promover atenção/cuidado. Como me parece difícil, na condição de docente, estimular essas reflexões, diante de uma primazia do tecnicismo, que ainda parece imperar em nosso mundo ocidental.

Incômodo 4: o trabalho transdisciplinar tem que ser pensado como sendo da ordem “transcendental”?

De acordo com Michelazzo (2000), a razão tecnológica se configurou como diapasão totalitário afinando todas as atividades humanas no mundo contemporâneo. Ainda que tal privilégio pareça “natural”, legitimando-se a partir da hegemonia do saber científico, importa apreciar cautelosamente *o lugar da técnica*, sobretudo quando se trata de compreender campos de atuação em que a relação entre pessoas tem preponderância, como é o caso da produção de redes de cuidado.

A atenção em saúde, particularmente no contexto das políticas públicas, não pode prescindir da relação profissional-usuário, em que se destacam as tecnologias leves. A forma como esse contato acontece é via crucial na destinação das situações com que se defronta o profissional de saúde/cuidado no cotidiano de sua prática. Então, impõe-se a reflexão – *como esse profissional se situa em sua prática diária: caracteriza-se um mero técnico ou assume o lugar de cuidador?*

Desse modo, retomar o sentido de técnica importa. Assim, a garimpagem feita por Heidegger (2002) sobre tal tema contribui a essa discussão. Comumente pensada como um meio para que se atinja um determinado fim ou como uma atividade do homem, sobressaindo-se a perspectiva de causalidade, define-se a determinação instrumental e antropológica da técnica. No entanto, Heidegger defende que tal caráter instrumental, ainda que correto, não deixa aparecer a essência da técnica.

Apontando o sentido originário de causa (*aitía*, em grego), Heidegger discute que, antes de ser ponto de partida, algo que desencadeia um efeito, causa é o que conduz qualquer coisa ao seu aparecer, fazendo uma coisa vir à sua presença, ou seja, causa seria o que conduz do encobrimento ao des-encobrimento, pela via da *poiésis*, a produção. A técnica se revelaria como uma forma de desvelamento, aproximando-se do sentido grego de verdade, como *alethéia*, algo que se produz na medida do desvelamento, não se deixando aprisionar em um sentido único, correto. Para esse filósofo, a essência da técnica implica desvelamento, pois nesse se funda toda produção, repousando a possibilidade de elaboração produtiva.

Resgata, assim, a relação de técnica com *techné*, que se refere ao descobrimento que levava a verdade a fulgurar em seu próprio brilho, ou à produção da verdade na beleza, e, ainda, à *poiésis* das belas-artes. Esse sentido originário de técnica enquanto *techné*, que remete ao fazer do artesão, foi se perdendo ao longo da história. Uma das razões foi o aprisionamento da técnica atrelada ao sentido de verdade, em latim, como *veritas*, o correto de uma representação.

Retomar esse sentido originário de técnica também pode ser uma vereda para o redimensionamento do fazer-saúde, implicando a produção de redes de cuidado. Não podemos nos desvencilhar do sentido que a técnica assumiu no mundo contemporâneo, mas, recorrendo à poesia de Hölderlin, Heidegger aponta uma saída: “Ora, onde mora o perigo, é lá que cresce o que salva”.

Na sua compreensão do dizer do poeta, Heidegger (2002) indica que salvar não diz apenas “retirar, a tempo, da destruição o que se acha ameaçado em continuar a ser o que vinha sendo”, mas diz ainda “chegar à essência, a fim de fazê-la aparecer em seu próprio brilho” (p. 31). Da própria técnica pode medrar a força salvadora. O pensamento que medita, que reflete sobre o sentido de tudo, seria uma saída, a partir de uma atitude de serenidade (Heidegger, 1959) para com o mundo que privilegiou a técnica e o controle, pela supremacia do paradigma científico tradicional – das ciências naturais.

Essa incursão pela discussão do sentido de técnica me transportou, durante a composição deste relato, ao que Arendt (1999) discute: a capacidade de pensar é nossa única via para escapar da banalidade do mal. Assim, estaríamos fadados a refletir continuamente sobre os nossos rumos, nossas decisões, nossos modos de encaminhar nossos projetos. Considero que isso é bastante pertinente para o nosso trabalho nos diversos setores das políticas públicas: garantir espaços/momentos de reflexão sobre o que fazemos e, por essa via, construir o sentido ético e político de nossa atuação, permanentemente...

Assim, em minha trajetória profissional, fui constituindo uma compreensão: a de que o trabalho em equipe é fundamental para alargar as possibilidades de intervenções mais consistentes e pertinentes. Decidi pesquisar isso em tese de doutorado (Cabral, 2011) que, em certa medida,

deu continuidade à pesquisa do mestrado (Cabral, 2004), ambas brotadas no contexto de minha prática profissional como trabalhadora do SUS.

Aposto, assim, na possibilidade do trabalho em equipe na perspectiva entredisciplinar (Ceccim, 2008), que compreendo como muito próxima à compreensão de uma ação transdisciplinar como produção coletiva (Cabral & Andrade, 2012). Algo possível, da ordem da imanência, como coisa concreta, mas apenas arduamente conquistada, pois demanda reuniões, debates e construção coletiva do sentido do trabalho. A disponibilidade de parar para refletir sobre o que se faz, pôr em análise/investigação, pelo exercício da comunicação, é requisito básico.

Optei, assim, por recortar fragmentos da tese, na expectativa de fomentar esse debate:

O trabalho em equipe que extrapole a simples soma de diversos olhares e perspectivas se respalda na noção de que, do encontro entre profissionais de diferentes áreas, havendo uma direção partilhada do(s) projeto(s) de atenção em saúde, surgem outros modos, que não correspondem meramente ao que é trazido por cada um, decorrendo da invenção e construção conjunta. A principal direção-sentido emergente é de que o fundamental são os encontros, dado representarem fontes possíveis de produção e criação de novos modos, estratégias, métodos. Nisso reside o fundamental da aposta *trans*. (Cabral, 2011, p. 175)

E, ainda:

O que se revelou como caminho auspicioso para ação transdisciplinar como produção coletiva foi a garantia de espaços coletivos, com investimento na expansão da capacidade de sustentar a tensão que continuamente virá à tona no contexto da atenção à saúde, alargando-se o exercício de comunicação entre integrantes, pela disponibilidade de falar/escutar comentários, sugestões, críticas, elogios, e estimulando-se a atuação criativa e inovadora nas propostas de intervenção ... O *trans* não cabe nas prescrições, passando pela criação na hora, em ato, ganhando contornos próprios em cada contexto, a partir dos encontros e misturas que ali ocorrem. Passa, portanto, pela criação, pela poíesis. A aposta *trans* está, conseqüentemente, para além das especialidades – embora não as negue –, caracterizando-se como inventiva e jamais prescritiva. Não cabe nas normatizações, implicando ou-sadia, transformação e, fundamentalmente, a sustentação de tensão, pelo exercício de borrar as fronteiras que sua ação põe em ato. Qualquer possi-

bilidade de ação transdisciplinar, como produção coletiva, só se sustenta no hiato do que está prescrito, em meio ao inusitado das situações com que se depara na atenção à saúde ... não comporta ênfase nos ‘especialismos’, mas sim nas pessoas que estão se relacionando na feitura das práticas. As forças que compõem a aposta *trans* não medram das categorias, mas, sobretudo, da disponibilidade de saltar das ilhas disciplinares – e, acrescentaria, de qualquer ilha: pessoal, ideológica, sentimental ... – sustentando o medo da travessia. (Cabral, 2011, pp. 174-175)

Considerações finais, na perspectiva de expandir...

Finalizo recorrendo novamente a Larrosa (2002), em sua retomada do sentido etimológico da palavra “experiência”, que passa pelas noções de *perigo* e *travessia*... Sustentar a tensão... Saltar das ilhas... Não se deixar seduzir por perspectivas totalitárias ou reducionistas... Respeitar a complexidade da vida... E agir... Iniciar... Disparar processos... Transitar nas redes, valorizando os encontros...

Aprendi, até esse ponto de minha trajetória, que é necessário sair do umbigo da Psicologia, inclusive para também compreender melhor suas possibilidades interventivas. Expandir pode provocar medo, especialmente pelo risco de perder um chão, pretensamente seguro. Não penso que essa tendência à expansão, típica da contemporaneidade, no que tange às múltiplas compreensões de humano, de saúde, de vida, seja algo ruim. Escapar de modelos rígidos, ou de modelos como roteiros fechados de atuação, parece-me potente para uma prática consistente na produção de redes de cuidado.

Referências

- Amarante, P. (2003). A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In M. Scliar & P. D. C. Amarante (Coords.), *Arquivos de saúde mental e atenção psicossocial* (pp. 45-65). Rio de Janeiro: NAU.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2001). *A condição humana* (10ª ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Cabral, B. E. B. (2015). Redes de cuidado e formação/atuação de psicólogos: como “amarrar

Benevides, R. (2005). A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 21-25.

Bock, A. M. B. (2008) O compromisso social da Psicologia: contribuições da perspectiva sócio-histórica. *Psicologia em Foco*, 1(1), 1-5.

Cabral, B. E. B. (2004). *Cartografia de uma ação territorial em saúde: transitando pelo Programa Saúde da Família*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Cabral, B. E. B. (2011). *Sustentando a tensão: um estudo genealógico sobre as possibilidades de ação transdisciplinar em equipes de saúde*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Cabral, B. E. B. (2015) Práticas psicológicas na rede-sus e estágio profissionalizante: (trans)formação como desafio. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 1(02), 24-48.

Cabral, B. E. B & Andrade, A. N. (2012). Ação transdisciplinar como produção coletiva: percussões e repercussões no trabalho em equipes de saúde. In R. Pinheiro, R. Silveira, J. Lofego, & A. G. Silva (Orgs.), *Integralidade sem fronteiras: itinerários de justiça, formativos e de gestão na busca por cuidado* (pp. 229-244). Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO,

Campos, G. W. S. (2003). Por uma clínica reformulada e ampliada. In *Saúde Paidéia* (pp. 51-67). São Paulo: Hucitec.

Canguilhem, G. (1990). *O normal e o patológico* (3ª ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Ceccim, R. B. (2008). Equipe de Saúde: a perspectiva entre-disciplinar na produção dos atos terapêuticos. In R. Pinheiro & R. A. Mattos (Orgs.), *Cuidado: as fronteiras da integralidade* (4ª ed., pp. 261-280). Rio de Janeiro: IMS/ UERJ-CEPESC-ABRASCO.

Conselho Federal de Psicologia. (2011). *Senhoras e senhores gestores da Saúde, como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS* (1ª ed.). Brasília, DF: Autor.

Conselho Nacional de Educação. (2004). Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 205-208.

Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder* (24ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Heidegger, M. (1959). *Serenidade* (Coleção Pensamento e Filosofia). Lisboa: Instituto Piaget.

- Heidegger, M. (2002). A questão da técnica. In *Ensaaios e conferências* (2ª ed., pp. 11-38). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28.
- Merhy, E. (2002). *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec.
- Michelazzo, J. C. (2000). Heidegger e a questão da técnica moderna. In D. S. P. Castro et al. (Orgs.), *Fenomenologia e análise do existir* (pp. 97-116). São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo; Sobraphe.
- Morato, H. T. P. (Org.). (1999). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Simonetti, A. (2004). *Manual de Psicologia Hospitalar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Podem as políticas públicas emancipar?¹

Fernando Lacerda Júnio

Entre direitos iguais, quem decide é a força.
(Marx, 1890/2013, p. 309)

Introdução

Não é difícil identificar a importância das políticas públicas nos debates sobre a relevância social da Psicologia brasileira. Além da crescente participação de profissionais em equipamentos públicos, há diversas publicações problematizando questões ético-políticas e teórico-metodológicas na atuação da Psicologia nesse campo. O deslocamento que houve na curta trajetória da Psicologia Comunitária brasileira é um exemplo ilustrativo: das experiências pioneiras que enfatizavam a ação direta na comunidade provocada pelo ceticismo em relação ao papel do Estado (Góis, 2003), passou-se para uma crescente ênfase nas políticas públicas (para citar apenas alguns exemplos: Freitas, 2007; Oberg & Zamora, 2013; Ximenes, Paula & Barros, 2009).

O exemplo é ilustrativo porque, como se sabe, a Psicologia Comunitária é um espaço que aglutinou esforços de pessoas engajadas com a crítica do conhecimento dominante em Psicologia e com a transformação da sociedade brasileira (Lacerda, 2010; Ximenes & Góis, 2010; Ximenes, Cidade, Nepomuceno & Leite, 2014). Também é ilustrativo porque mostra que muitos dos esforços – para não dizer a totalidade – envolvidos na análise das interfaces entre Psicologia e políticas públicas não escondem a implicação com processos de mudança social e emancipação. Grande parte das publicações acerca das interfaces entre Psicologia e políticas públicas ou políticas sociais problematiza compromissos ético-políticos e limites do

¹ O presente texto contém algumas reflexões que são parte do desenvolvimento do projeto de pesquisa “Ontologia do ser social e a história da psicologia: buscando as contribuições teórico-metodológicas do marxismo para a Psicologia”, que recebeu aporte financeiro do CNPq.

conhecimento psicológico, além de apresentar importantes críticas à função social tradicional da Psicologia².

Em outras palavras, a articulação entre Psicologia e políticas públicas se converteu em uma das principais tentativas contemporâneas de “salvar a Psicologia” de seu característico conservadorismo (sobre este tema, ver: Yamamoto, 1987). Assim, parte da literatura sobre a Psicologia e as políticas públicas aponta caminhos para superar a natureza normativa e adaptativa de determinadas práticas psicológicas (Reis & Zanella, 2015) ou enfatiza a exigência de a Psicologia tomar posição nas disputas por “uma ou outra forma de sociabilidade” (Guzzo, Mezzalira, & Moreira, 2014, p. 232). Porém, tais preocupações raramente são acompanhadas de uma análise crítica a respeito dos insuperáveis limites das políticas sociais na sociedade capitalista e de uma adequada angulação sobre as possibilidades reais de um profissional assalariado fortalecer processos de emancipação humana por meio de sua ação em seu local de trabalho³.

Ao se ignorar os limites das políticas públicas, pode-se, facilmente, hipertrofiar o protagonismo do papel da Psicologia em processos de transformação social. Isto é: para se afirmar que a atividade profissional da Psicologia pode contribuir para a emancipação, apresenta-se o terreno das políticas públicas e, especialmente, das políticas sociais como espaços que possibilitam o florescimento da emancipação. No entanto, se emancipação não rima com capitalismo, então esperar das políticas públicas contribuições emancipatórias significa esperar que brotem forças de natureza anticapitalista no interior de mediações políticas estatais.

Mas e se as políticas públicas forem estruturalmente incapazes de contribuir para a emancipação humana? Então, reduzidos serão os resultados das diversas exigências para que a Psicologia apresente posicionamentos explícitos contra a ordem existente, mude o seu compromisso

² O livro organizado por Oliveira e Yamamoto (2014) reúne um conjunto de textos que analisam esses temas (críticas ao papel da Psicologia, preocupações com os modelos de atuação, etc.) em diferentes áreas das políticas sociais: saúde, educação, assistência social, etc.

³ Isto não significa que não existem explícitos alertas e cristalinas preocupações frente aos projetos em disputa no interior de nossa sociedade e nos aparatos estatais (ver, por exemplo: Ximenes, Paula & Barros, 2009). Apenas significa que raramente se aponta o estreito laço entre políticas sociais e capitalismo. Como exceção que confirma a regra, há um conjunto de trabalhos que mostra a necessidade de se analisar as políticas sociais fazendo remissão à questão social, ou seja, ao conjunto de problemas que nascem do conflito entre capital e trabalho (Oliveira & Amorim, 2012; Yamamoto, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010; 2014).

social, invente práticas para além da normatização, elabore mudanças na formação em Psicologia ou construa novas bases teórico-metodológicas⁴. Se as políticas públicas são incapazes de produzir mudanças substanciais no funcionamento de uma sociedade estruturalmente desigual, então a superação da função normativa e adaptativa do psicólogo ou dos defeitos congênitos das teorias psicológicas dominantes não resultará, no longo prazo, em emancipação humana.

Pensar este problema é de especial importância, sobretudo para quem não quer fazer falsas ou demagógicas promessas para trabalhadoras e trabalhadores assalariados que, normalmente, atuam em condições extremamente precárias e se frustram cotidianamente com a incapacidade de seu “compromisso social” produzir mudanças significativas no cotidiano da classe trabalhadora⁵.

Este trabalho explora uma pergunta que foi abordada apenas superficialmente em outro momento (ver Lacerda, 2013): será que, ao trabalhar com as políticas públicas, a Psicologia brasileira contribui para a emancipação? Ou a preocupação da Psicologia com as políticas públicas é o subproduto do processo de acomodação do pensamento crítico em Psicologia ao clima ideológico conservador criado pela ofensiva neoliberal?

Para tanto, o trabalho começa problematizando os termos políticas sociais e políticas públicas, além de apresentar uma concepção específica

⁴ Para evitar mal-entendidos: o presente texto não tem a pretensão de infirmar a importância dos esforços que almejam mudar profundamente a formação em Psicologia, superar referenciais teóricos individualistas e limitados ou construir práticas que não favorecem processos de dominação e exploração. A questão levantada é: podem os limites das políticas públicas impossibilitar e interditar as melhores práticas e intenções de psicólogas e psicólogos que buscam criticar e transformar a Psicologia e a sociedade?

⁵ Há ainda um agravante nesta situação: a entrada da Psicologia nos serviços públicos não é produto de uma tomada de consciência sobre o elitismo e conservadorismo que caracterizou a profissão. O que houve foi um processo de crescente assalariamento dos profissionais da Psicologia que, raramente, foi precedido ou acompanhado por uma reflexão sobre a inadequação dos modelos de atuação dominantes na Psicologia brasileira em relação às necessidades da classe trabalhadora (Yamamoto, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010). Assim, a crescente atuação da Psicologia no campo das políticas públicas indica que hoje há profissionais mais pobres que buscam sobreviver em um mercado cada vez mais restrito para aqueles que alimentam o sonho de ser um profissional liberal. O trabalho em equipamentos públicos e ONGs apenas nos revela que há pessoas trabalhando com contingentes que sofrem com a pobreza, ou seja, não são atividades efetivadas por profissionais que, necessariamente, estão preocupados em problematizar a função social da Psicologia.

de emancipação humana. Isto é especialmente importante em uma época na qual pululam teorias que fetichizam a individualidade isolada e, conseqüentemente, o seu contraponto teórico: o perspectivismo pós-moderno. Por isso, especificar o que significa emancipação é uma necessidade básica para o estabelecimento de qualquer análise crítica. Se emancipação é apenas uma mudança no olhar ou nas práticas específicas do sujeito, então não há muito o que se debater: praticamente qualquer coisa pode promover emancipação. Todavia, se emancipação supõe mudanças estruturais em nossas condições de vida, então a questão presente no título deste trabalho se torna um problema a ser enfrentado.

Em seguida, o trabalho exhibe duas hipóteses sobre as razões pelas quais a defesa das políticas sociais exerce uma força magnética para setores progressistas da Psicologia: (a) a implicação com certos projetos políticos de mudança social que hegemonizaram as lutas sociais no século XX; (b) o ceticismo produzido pelo fracasso das revoluções sociais do século XX; (c) o fato de as políticas sociais serem alvo de ataques dos agentes do capital que buscam eliminar qualquer conquista ou concessão feita aos setores explorados e oprimidos da sociedade burguesa.

Por fim, nas considerações finais, destacam-se, de maneira esquemática e polêmica, algumas implicações da análise anterior para aquelas e aqueles implicados com a luta por emancipação humana. A ideia é que, para além da atividade profissional com políticas sociais, a emancipação humana exige ativismo insurgente e anticapitalista com e nos movimentos sociais.

Políticas públicas, políticas sociais e emancipação

Apresentar uma definição geral dos termos “políticas públicas” ou “políticas sociais” é uma tarefa ingrata e problemática. Em primeiro lugar, porque, como todo processo social, as “políticas públicas” mudam de acordo com a particularidade histórica. Em segundo lugar, há diversas definições que se confundem. Höfling (2001) define políticas públicas como “estado em ação”, isto é, toda ação de um governo que, partindo do Estado, busca implementar seu projeto específico para setores da sociedade. As políticas públicas passam pelo Estado, mas articulam diversos agentes: organizações não governamentais, órgãos públicos e agentes privados. Já

as “políticas sociais”, para a autora, são ações ligadas ao padrão de proteção social implementado pelo Estado. As políticas sociais redistribuem benefícios sociais que enfrentam desigualdades com a finalidade de dar respostas às movimentações da classe trabalhadora.

Seguindo caminho parecido, Souza (2003; 2006) também sublinha a existência de diversas definições do termo “políticas públicas” e afirma que o que há de comum é a ênfase no lócus das políticas públicas: o governo. A soma de ações de governo buscando resultados específicos caracteriza as políticas públicas, enquanto as políticas sociais são um tipo específico de política pública. Vianna (2009) também apresenta a definição de política social como um tipo de política pública. Porém, a autora afirma que a definição de política social como ação de governo com objetivos específicos é marcada por dois problemas: em primeiro lugar, não especifica o tipo de governo que está atuando e, em segundo lugar, não especifica os objetivos almejados. Tudo isso só se revela por meio de uma análise histórica, ou seja, a autora está, justamente, enfatizando a importância de se entender que as políticas sociais (sua abrangência, suas ações, seus fins, etc) mudam de acordo com contextos históricos específicos.

Para além de intermináveis debates sobre as definições, são as análises que consideram a historicidade e as *determinações* das políticas sociais que oferecem melhor esclarecimento acerca da sua natureza e seus limites. Nesses trabalhos (ver, por exemplo, Behring, 2009; Behring & Boschetti, 2009), as políticas sociais são processo e resultado de relações entre Estado e sociedade civil. Assim, as lutas de classes no processo de produção e reprodução do capitalismo, as opções políticas, econômicas e sociais de governos e a inserção de uma formação social específica no capitalismo mundial são determinantes fundamentais das políticas sociais. Nesta concepção, o Estado continua sendo agente central, mas a constituição das políticas sociais é entendida como processualidade definida pelas respostas que as classes sociais com hegemonia política dão às lutas sociais e aos movimentos da sociedade burguesa. Por isso, é preciso analisar as políticas sociais no interior de uma particularidade histórica.

Não obstante as diferenças na configuração das políticas sociais em distintas conjunturas históricas, o fato é que elas sempre são determinadas pelas lutas de classes, isto é, sempre estão relacionadas com a contradição estrutural entre capital e trabalho. Ao serem mediatizadas

pelo conflito estrutural de classes e, portanto, pelo Estado, as políticas sociais, ainda que marcadamente contraditórias, sempre estão sob a regência do capital (Behring, 2009; Behring & Boschetti, 2009; Faleiros, 2004; Lessa, 2013).

É importante mencionar que as diferenças nas definições de “políticas sociais” e “políticas públicas” também se manifestam no campo da Psicologia. Por exemplo, Saadallah (2007) afirma que o Estado trabalha com políticas públicas para enfrentar problemas da vida social. Desse modo, segundo a autora, as políticas públicas são projetadas para a vida em comum, enquanto as políticas sociais são políticas públicas específicas projetadas para garantir condições de sobrevivência. Além de trabalhos semelhantes ao citado anteriormente, há importantes contribuições provenientes de um grupo de pesquisadores na Psicologia que destacou a necessidade de se compreender e analisar as políticas sociais fazendo remissão à questão social (Oliveira & Amorim, 2012; Yamamoto, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010; 2014).

A expressão “questão social” surgiu praticamente no mesmo momento histórico em que apareceu a expressão “socialismo”. O termo aparece quando, após a Revolução Francesa, distintos críticos sociais insatisfeitos com os descaminhos da sociedade burguesa começaram a problematizar o fato de que a derrubada da aristocracia não produziu um mundo de igualdade, fraternidade e liberdade (Bronner, 2001).

Para Netto (2010; 2012), a expressão aparece quando críticos sociais começam a perceber algo novo na dinâmica do pauperismo massivo produzido pela industrialização capitalista: a existência da pobreza em condições sociais que, cada vez mais, explicitam a possibilidade de sua superação. Por isso, ainda conforme Netto (2010; 2012), a expressão “questão social” refere-se ao pauperismo da classe trabalhadora na sociedade capitalista e suas refrações são múltiplas: desemprego, fome, “carências”, etc. A “questão social” é a manifestação da desigualdade social em sociedades regidas pelo capital, ou seja, formações sociais marcadas por uma dinâmica em que a pobreza convive com o permanente crescimento da capacidade humana de produzir riquezas.

A lógica da acumulação capitalista se desenvolve de tal maneira que a questão social não é um pequeno defeito no funcionamento da máquina

capitalista, mas corolário necessário. Enquanto existir exploração e acumulação capitalista, existirá questão social⁶. Em outras palavras: “A *‘questão social’* é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar” (Netto, 2012, p. 206). Por isso, o autor conclui: “Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos” (Netto, 2010, p. 157).

As políticas sociais jamais tratam da questão social, mas de suas refrações. Não há uma política social que dá resposta à desigualdade social, mas sim políticas sociais setoriais que enfrentam “problemas sociais” parciais: moradia, pobreza, saúde, etc. Ao tratarem da refração e não da questão fundamental, as políticas sociais não respondem cabalmente ao problema fundamental posto pela contradição antagônica entre capital e trabalho (Behring & Boschetti, 2009; Faleiros, 2004; Yamamoto & Oliveira, 2010; 2014).

Do que foi afirmado não se pode concluir que não existem desdobramentos importantes produzidos pelas políticas sociais. A concessão de direitos sociais resulta de importantes lutas sociais. Dessa maneira, Marx (1890/2013) ressaltou que as disputas sobre regulamentação da jornada de trabalho sempre são “uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora” (p. 309)⁷.

Contudo, ao não tratarem da causa fundamental, as políticas sociais podem apenas repor sobre novas bases o processo de produção e reprodução do capitalismo. Em outros termos: as políticas sociais não podem produzir, por si só, a superação do capitalismo, isto é, não podem produzir emancipação humana.

⁶ Isso não significa que não seja necessário investigar a especificidade da questão social em diferentes formações sociais em distintos momentos históricos. “Se a *lei geral* opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza” (Netto, 2012, p. 208).

⁷ Há importantes polêmicas a respeito das implicações teóricas e políticas das análises de Marx sobre a redução da jornada de trabalho que não podem ser abordadas aqui. No entanto, pode-se citar a existência de dois exemplos que demonstram alguns dos principais pontos da polêmica: de um lado, o trabalho de Behring e Boschetti (2009) e, de outro, o de Paniago (2003).

Na tradição marxista, o termo “emancipação humana” possui um significado muito preciso. Marx (1843/2010) diferencia emancipação política e emancipação humana. A primeira foi produto de revoluções burguesas que libertaram o Estado da religião e da nobreza, mas não libertaram os seres humanos, pois a nova sociedade está marcada pela alienada oposição entre indivíduo privado e cidadão público.

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* sem que o homem seja um homem *livre*. (Marx, 1843/2010, pp. 38-39)

A emancipação humana busca a superação da cisão entre indivíduo privado e cidadão público, busca ir além da mera constituição de direitos jurídico-políticos, ou seja, busca igualdade real e não mera igualdade formal. Ao discorrer sobre a emancipação humana, Marx (1843/2010) enfatizou a necessidade de se superar as condições materiais que produzem a alienação: há emancipação humana quando o indivíduo estabelece uma relação consciente com o gênero humano. A superação das alienações na sociedade burguesa supõe a supressão da propriedade privada, a “viga mestra” da oposição entre indivíduo privado e cidadão público (Löwy, 1978).

A oposição entre indivíduo privado e cidadão público manifesta-se nas disputas e articulações entre sociedade civil e Estado, que, por sua vez, possuem um núcleo central: a propriedade privada. Nesta conclusão marxiana está implícito um pressuposto teórico: é absolutamente impossível compreender as condições e as possibilidades da emancipação humana sem uma análise que considere a relação dialética entre formas de sociabilidade e configuração do poder político (Chasin, 1984/2000).

Chasin (1984/2000) aponta para o desdobramento desta contribuição de Marx ao afirmar que o Estado, democrático ou não, é o reino da sociedade cindida pelo conflito entre capital e trabalho. Mais precisamente: é o “circuito institucional do capital” (p. 93). Por isso, o autor afirma que os limites das ações do poder político são sempre os limites das formas materiais de sociabilidade organizadas em torno do conflito entre capital e trabalho. Identificar emancipação com a defesa de uma forma mais humanizada de domínio do capital sobre o trabalho não passa de

um perigoso reducionismo. Emancipação supõe superação da alienação e efetivação da liberdade humana.

Lutas sociais e o aparente potencial emancipatório das políticas sociais

As considerações anteriores sinalizam a importância de não se identificar desenvolvimento de políticas sociais com emancipação humana. Entretanto, é necessário explicar por que expressivos setores progressistas, inclusive na Psicologia, apostam nas possibilidades emancipatórias das políticas sociais. Da mesma forma, também é preciso explicar por que, na conjuntura atual, as políticas sociais de caráter público são o principal alvo de críticas dos principais agentes do neoliberalismo⁸. São dois problemas extremamente complexos que não podem ser detalhadamente analisados aqui, mas podem-se apontar três hipóteses explicativas: (a) a defesa das políticas sociais foi, e segue sendo, subproduto das duas concepções de transformação social que dominaram as lutas sociais do século XX; (b) o “possibilismo” que advoga como horizonte apenas reduzir os danos da pobreza aviltante, ao invés da radical superação da desigualdade social, é o desaguadouro do ceticismo produzido pelo fracasso das experiências que intentaram, ao longo do século XX, superar o capital; (c) as lutas em defesa das políticas sociais, ainda que não levem à emancipação humana, são importantes para aqueles preocupados em mudar o mundo, porque, na conjuntura atual, entram em contradição di-

⁸ Significativamente, o processo de desqualificação dos beneficiados pelo “Programa Bolsa Família” pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira nos últimos anos expressa como a mera sombra da “redistribuição de renda” aparece como uma ameaça à estrutura de comando e poder das classes dominantes atuantes no país. Todavia, os críticos da Bolsa Família só problematizam a intervenção do Estado quando este desvia recursos dos bolsos do capital. Quando se trata da “Bolsa Banqueiro” paga pelo atual governo para os detentores de títulos da dívida pública, não há qualquer crítica dos comentaristas que adotam o ponto de vista da burguesia. A Bolsa Banqueiro, apenas em 2014, destinou 45,11% do orçamento executado no ano, ou seja, R\$ 978 bilhões para o mercado financeiro (Fattorelli & Ávila, 2015). Este é um exemplo que ilustra o fato de que o incremento no desenvolvimento de políticas sociais não entra em contradição com o movimento do capital, mas, pelo contrário, é parte importante dele (sobre este tema, ver a detalhada análise apresentada por Lessa, 2013). Assim, não há nada de novo na existência de um governo que combina o desenvolvimento de políticas sociais e a implementação de ajustes neoliberais. Desse modo, a natureza neoliberal dos governos Lula e Dilma (Maciel, 2013; Netto, 2012) não deixa de existir apenas porque apareceram algumas políticas sociais que impactaram efetivamente a vida dos setores mais aviltados pela estrutural desigualdade de nosso país.

reta com o processo de erosão dos direitos sociais defendido pelos agentes do neoliberalismo.

Para descrever a primeira hipótese explicativa, é importante começar lembrando que as lutas sociais por emancipação humana do século XX foram marcadas pela hegemonia de duas estratégias: a “socialdemocracia” e o “stalinismo”.

A primeira estratégia defendia a tese de que a transição do capitalismo para o socialismo dependeria de conquistas parciais obtidas, prioritariamente, por ações institucionais ou parlamentares. O acúmulo de reformas no interior do capitalismo necessariamente conduziria para a realização, em algum momento de um futuro abstrato, do comunismo. Trata-se de uma estratégia que busca “reformatar” (ou humanizar) o capital, ou seja, trata-se de “investir as energias de um movimento social na *tentativa de reformatar* um sistema substantivamente *incontrolável* (Mészáros, 2011).

A segunda estratégia foi, fundamentalmente, produto do fracasso da revolução russa de 1917. O socialismo soviético, ou o marxismo-leninismo, foi uma produção da burocracia que vivia da exploração do sobre-trabalho na União Soviética (Mandel, 1978). Era, portanto, expressão teórica da máquina de exploração e opressão que se constituiu como “porta-voz oficial” do marxismo no movimento comunista (Konder, 1984). Esta corrente propôs uma concepção de socialismo que transformou o termo em sinônimo de estatização de setores amplos da economia de um país e concentração do poder político e econômico nas mãos de uma minúscula, parasitária e, muitas vezes, violenta burocracia pertencente a algum partido comunista. Tal camada burocrática buscava por meio de planos econômicos uma tentativa de controlar burocraticamente o capital. Por isso, Mészáros (2011) afirma que as experiências de transição do século XX criaram sociedades pós-capitalistas em que o capital continuava vigente. Consequentemente, quando o sistema global do capital entra em um período de crise estrutural, também entra em crise o “bloco soviético”.

Desenvolver políticas sociais é o caminho prioritário das estratégias descritas anteriormente. Enquanto o sistema do capital continuou vigente nos governos reformistas ou stalinistas, estes ampliaram a função legitimadora do Estado pelo desenvolvimento de políticas sociais. No entanto,

como aponta Mészáros (2011), nenhuma dessas estratégias resultou em qualquer movimento rumo à extinção da exploração do trabalho.

Na atualidade, tanto as propostas socialdemocratas ou reformistas, quanto as propostas stalinistas, perderam a importância que tiveram no século XX. De um lado, a “socialdemocracia” conseguiu alcançar o poder estatal em diversos países, mas, para isso, abandonou qualquer programa de “reformular o capital” e adotou o programa neoliberal. De outro, os regimes pós-capitalistas que tentaram “controlar o capital” resultaram em restauração do capitalismo, da mesma maneira que ocorreu no Leste Europeu, na URSS e na China (Mészáros, 2011; Paulino, 2008).

O fracasso das experiências de transição do século XX produziu enorme desmoralização das ideias e lutas socialistas. Afirmações sobre a impossibilidade ontológica de se superar o capital tornaram-se lugar comum. O resultado político foi a emergência fortalecida do “possibilismo”: já que não é possível superar o capital, cabe reduzir os sintomas da pobreza por meio de políticas sociais, ações voluntárias no terceiro setor e evitar a erosão de direitos sociais (Montaño, 2012; Netto, 2012; Pinassi, 2009). Aceita-se como único caminho possível uma impossibilidade comprovada historicamente: controlar o movimento do capital.

A tese de que as políticas sociais podem produzir emancipação e a tese de que o único caminho possível é a redução de danos dos malefícios produzidos pela sociedade do capital alimentam-se da hegemonia das tentativas de se reformar e controlar o capital e do ceticismo imperante após a queda do muro de Berlim. Porém, há um terceiro e nuclear ingrediente que faz da defesa das políticas sociais uma questão especialmente valorizada pelos sujeitos implicados com a tarefa de transformar o mundo: a ofensiva neoliberal.

Como se sabe, o neoliberalismo “é a ideologia mais bem-sucedida da história mundial” (Anderson, 2000, p. 17). Sua concepção de homem como ser atomizado, competitivo, possessivo e calculista combinada com a tese de que a sociedade é apenas o meio de realização dos fins privados individuais converte a desigualdade em força-motora da vida social. Reticamente o neoliberalismo defende o “Estado mínimo”, efetivamente converte o Estado em instância-chave de domínio de classe e efetivação dos interesses do capital financeiro (Netto & Braz, 2006; Netto, 2012).

O principal alvo do neoliberalismo foi o conjunto de funções “legitimadoras” do Estado criadas em resposta às lutas sociais, especialmente do proletariado organizado politicamente (Behring & Boschetti, 2009; Netto, 2012). Esse conjunto de ataques para dismantelar a intervenção “social” do Estado começa na década de 1970, quando se inaugura o período de crise estrutural do capital⁹.

Ao entrar em crise, o capital, para continuar seu permanente e incontrolável¹⁰ movimento em busca de expansão e acumulação, amplia sua dimensão destrutiva. Isso significa que para continuar se reproduzindo o capital precisa destruir: seja a natureza, seja o ser humano. Por isso, há: ampliação dos processos de exploração; crescimento da importância do complexo industrial militar; intensificação do processo de destruição do meio ambiente; e, o que especialmente interessa aqui, redução ou eliminação de qualquer mecanismo que onere o capital no processo de produção e reprodução da força humana que trabalha (Mészáros, 2011).

Em outras palavras, a crise estrutural diminuiu o campo de possibilidades que antes existia para o estabelecimento de mecanismos de controle do movimento do capital. Para continuar reproduzindo, o capital foi obrigado a eliminar todo tipo de barreira ao seu processo de circulação e expansão. “Sob o impacto devastador de uma taxa de lucro declinante, a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital” (Mészáros, 2011, p. 1000).

⁹ A partir da década de 1970, esgota-se a onda expansiva do processo de reprodução do capital. Após o esgotamento dos “trinta anos dourados” do capitalismo, inicia-se uma profunda crise que se manifesta sintomaticamente por meio da redução das taxas de lucro e crescimento econômico. A partir de então, a ofensiva neoliberal articula-se para: retirar direitos sociais e aprofundar a exploração da força de trabalho – a “flexibilização”; ampliar a liberdade de movimentação do capital financeiro – a “desregulamentação”; e entregar riquezas e empresas públicas ao mercado ou garantir intervenções estatais tão-somente para favorecer o movimento do capital – a “privatização” (Netto & Braz, 2006; Netto, 2012). Análises mais aprofundadas acerca da “crise estrutural do capital” podem ser encontradas sobretudo nos trabalhos de Mandel (1990) e Mészáros (2011).

¹⁰ “Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação* ... Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (Mészáros, 2011, p. 100).

Em síntese, a entrada do capital em um período de crise estrutural significou: (a) ampliação da dimensão destrutiva do capital; (b) bancarrota de todas as tentativas de controlar ou impor limites à expansão do capital. Netto (2012) afirma que esse processo esgotou qualquer tendência civilizatória do capitalismo. Manifestação visível do esgotamento deste potencial é a ofensiva contra os direitos sociais que foram concedidos em resposta às lutas da classe trabalhadora que não foram capazes de quebrar o domínio de classe da burguesia. As únicas políticas sociais que interessam ao capital na atualidade são aquelas que desresponsabilizam o Estado e colocam para a sociedade civil (o “terceiro setor”) a responsabilidade por resolver os “problemas sociais” (ver a crítica de Montañó, 2002).

Para o movimento irracional do capital em busca de lucro, as políticas sociais de caráter público e suas contribuições civilizatórias (condições de vida menos aviltante, formação humana, seguridade social, etc) são algo impossível de se efetivar. Daí que, em um período de crise estrutural do capital, a existência dos direitos sociais se torna, cada vez mais, um problema para a existência do capital – mesmo no caso de “quase-direitos” que nem mesmo arranham a existência do domínio do capital sobre o trabalho (tal como é o caso do Programa Bolsa Família). Emerge a situação, aparentemente paradoxal, em que a mera demanda para que o Estado responda a alguma das múltiplas refrações da questão social se converte em um problema para burocratas, gestores e governantes.

Por isso, não obstante todos os limites das políticas sociais, a sua defesa ganha uma face de contestação. A defesa de políticas sociais, especialmente aquelas universais, cria inúmeras tensões na ordem social vigente e é precisamente este ponto que produz a força magnética das políticas sociais para psicólogas e psicólogos progressistas. No entanto, se é fato que a defesa de políticas sociais que oneram, ainda que minimamente, o capital coloca sujeitos sociais em rota de colisão com apoletas da ordem, também é fato que a ideia de recriar um mundo de políticas sociais que enfrentam as refrações da questão social é limitada e utópica. Limitada porque emancipação humana não significa meramente distribuir migalhas para os miseráveis. Utópica porque, no longo prazo, ela é irrealizável.

O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado

intervencionista de tipo soviético, juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a “hibridização” do sistema do capital, comparado a sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro), mas não soluções estruturais viáveis. (Mészáros, 2000, p. 9)

As possibilidades de emancipação humana só se efetivam em uma estratégia de mudança social que conduz à estruturação de uma ordem para além do capital. Dessa forma, ainda segundo Mészáros (2011), a *ofensiva socialista* é historicamente atual.

Para além da democratização das políticas públicas

Em um trabalho de balanço das “propostas alternativas” de Psicologia que emergiram da crítica ao elitismo e conservadorismo da Psicologia brasileira, um arguto crítico afirmou que:

A despeito do valor que possa ter como “alívio do sofrimento humano”, ou como denúncia da dominação, deve-se perder a ilusão de um papel que historicamente não está reservado ao psicólogo enquanto um trabalhador intelectual geralmente pertencendo às camadas médias, muito menos à Psicologia, no processo de transformação estrutural da sociedade, por mais tênue que seja a ligação. (Yamamoto, 1987, p. 80)

Assim, toda atividade da psicologia que busca a defesa consciente de direitos sociais e a criação de políticas sociais voltadas para os setores mais injustiçados de nossa sociedade é, obviamente, algo muito melhor do que as clássicas atuações que giram em torno da “ética do umbigo” de setores abastados e do que aquelas práticas que fortalecem diretamente o processo de extração de mais-valia.

A relação da Psicologia brasileira com as políticas sociais abriu espaço para que um maior número de profissionais olhasse para uma parcela da população que historicamente foi negligenciada, quando não foi patologizada, por nossa profissão. Tal relação também revelou o quanto é limitada a formação em Psicologia no Brasil e incentivou reflexões de psicólogos e psicólogas sobre algumas das mais graves fraturas sociais da sociedade brasileira. Porém, a oferta de precarizados serviços para vidas

precarizadas não é um processo de ruptura com a lógica do capital (Yamamoto, 2007). Em outras palavras, a atuação com as políticas sociais não pode resultar e não resultará em emancipação humana.

Se emancipar não é tentar humanizar a vida inerentemente desumanizante, então as iniciativas de pessoas na Psicologia que buscam um mundo diferente devem ser mais ousadas do que o trabalho, nada fácil, com as políticas sociais. Se, como afirmou Chasin (1984/2000), a construção de uma sociedade democrática só é possível a partir de mudanças econômicas estruturais, então o horizonte daqueles que buscam emancipação humana deve ser o de produzir uma sociedade em que há soberania da força humana que trabalha, isto é, da classe trabalhadora.

Assim, se existe alguma possibilidade de psicólogas e psicólogos, de alguma maneira, oferecerem contribuições para a emancipação humana, então o foco destes profissionais dever estar nas possíveis alianças com movimentos sociais insurgentes e anticapitalistas. Uma tarefa ainda mais difícil do que o trabalho com políticas sociais. Se queremos revolução social (e é disso que se trata qualquer ação que busca emancipação humana), então temos que fazer mais do que ser bons profissionais... precisamos ser militantes socialistas.

Referências

- Anderson, P. (2000). Renewals. *New Left Review*, 1, 5-24.
- Behring, E. R. (2009). Política social no contexto da crise capitalista. In E. R. Behring & I. Boschetti (Orgs.), *Serviço social: direitos e competências profissionais* (pp. 301-322). Brasília, DF: CFESS/ABEPSS.
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2009). *Política social: fundamentos e história* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Bronner, S. E. (2001). *Socialism unbound* (2ª ed.). Oxford: Westview Press.
- Chasin, J. (2000). Democracia política e emancipação humana, *Ad Hominem* 1(3), 91-100. (Original publicado em 1984)
- Fattorelli, M. L. & Ávila, R. (2015). Gastos com a dívida pública em 2014 superam 45% do orçamento federal executado. *Auditoria Cidadã da Dívida*. Acesso em 18 de setembro, 2015, em <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012>

- Góis, C. W. L. (2003). *Psicologia comunitária no Ceará*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Guzzo, R. S. L., Mezzalira, A. S. C., & Moreira, A. P. G. (2014). Desafios, ameaças e compromissos para os psicólogos: as políticas públicas no campo educativo. In I. F. Oliveira & O. Yamamoto (Orgs.), *Psicologia e políticas sociais: temas em debate* (pp. 215-238). Belém: UFPA.
- Höfling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, 21(55), 30-41.
- Faleiros, V. P. (2004). *O que é política social?* (5ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Freitas, M. F. Q. (2007). Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 329-341). Porto Alegre: Evangraf.
- Konder, L. (1984). *O marxismo na batalha das ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lacerda, F. (2010). Notas sobre o desenvolvimento da psicologia social comunitária. In F. Lacerda & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia e sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 19-41). Campinas, SP: Alínea.
- Lacerda, F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 3, 216-263.
- Lessa, S. (2013). *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Löwy, M. (1978). *Método dialética e teoria política* (R. Di Piero, Trad., 4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Maciel, D. (2013). De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. *Marxismo 21*. Acesso em 18 de setembro, 2015, em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>
- Mandel, E. (1978). *Introdução ao marxismo* (A. Castro, Trad.) Lisboa: Edições Antídoto.
- Mandel, E. (1990). *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista* (J. Guimarães & J. M. Borges, Trad.). São Paulo: Ensaio.
- Marx, K. (2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1843)
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad.). São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1890)
- Mészáros, I. (2000). A crise estrutural do capital. *Outubro*, 4, 7-15.
- Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (P. C. Castanheira & S. Lessa, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Lacerda, F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar?

- Montaño, C. E. (2002). O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Lutas Sociais*, 8, 53-64.
- Netto, J. P. (2010). *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964* (15ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2012). Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, 4(1), 202-222.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Oberg, L. P. & Zamora, M. H. (2013). A psicologia comunitária e a conquista das políticas públicas. *Emancipação*, 13(1), 117-129.
- Oliveira, I. F. & Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566.
- Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. (Orgs.). (2014). *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*. Belém: UFPA.
- Paniago, C. (2003). As lutas defensivas do trabalho: contribuições problemáticas à emancipação. *Serviço Social & Sociedade*, 76, 78-92.
- Paulino, R. (2008). *Socialismo no século XX: o que deu errado?* Goiânia: Kelps.
- Pinassi, M. O. (2009). *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo.
- Reis, A. C. & Zanella, A. V. (2015). Psicologia social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. *Revista de Ciências Humanas*, 49(1), 17-34.
- Saadallah, M. M. (2007). A psicologia frente às políticas públicas. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 159-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Souza, C. (2003). Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, 39, 11-24.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.
- Vianna, M. L. W. (2009). Voz, alívio e oportunidade ou a política social de Arquimedes no Brasil: Receita infalível ou abordagem discutível? *Revista em Pauta*, 6(23), 17-42.
- Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Nepomuceno, B. B., & Leite, J. F. (2014). Pesquisa e intervenção a partir da realidade social: desvelar das implicações psicossociais da pobreza. In C. Stella (Org.), *Psicologia comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 87-110). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ximenes, V. M. & Góis, C. W. L. (2010). Psicologia comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In F. Lacerda & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia*

- e sociedade: interfaces no debate da questão social* (pp. 45-64). Campinas, SP: Alínea.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe.), 09-24.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2014). Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras. In *Psicologia e políticas sociais: temas em debate* (pp. 21-45). Belém: UFPA.

La función de la psicología en contextos carcelarios¹

Omar Alejandro Bravo

Introducción

Las políticas públicas hacen parte siempre de modelos de Estado, que son los que marcan el verdadero sentido de las mismas y su capacidad de impactar socialmente. Para entender entonces el marco estructural en que estas políticas se instalan, es necesario primero analizar al propio Estado, en su estructura y funcionamiento.

Para este propósito, y entre las varias formas de interpretar el carácter, sentido y funcionamiento del Estado, es preciso rescatar el análisis que el marxismo realizó (en sus varias vertientes) y la lectura posterior de Bourdieu (2013).

El marxismo considera al Estado como una forma de dominación de una clase sobre la otra, siendo quizás Lenin (1917/2006) quien expuso esta idea de forma más contundente. Luego Althusser (2005) desde un enfoque estructuralista, mantendría esta consideración general, distinguiendo entre las formas en que los aparatos del Estado se configurarían y actuarían, a la manera de aparatos ideológicos destinados a la reproducción del sistema capitalista. Se combinan aquí prácticas y discursos más directamente coercitivos, con otros que actuarían de manera más velada, pero con los mismos propósitos (la educación, por ejemplo).

Para Bourdieu (2013) este análisis resulta muy general e impreciso. En su opinión, el Estado no es apenas una instancia que marca un orden social ni la universalización del interés particular de los dominantes que se imponen a los dominados. Esto indica la complejidad de la institución estatal, donde se encuentran y conviven discursos y prácticas que parecen

¹ Parte de las reflexiones contenidas en este texto hicieron parte de la ponencia presentada en el coloquio organizado en el año 2014 por la Universidad Autónoma de Occidente, de Cali, denominado HUMANIDADES, TERRITORIO Y CULTURA y van a ser publicadas en las memorias de dicho evento.

reflejar una cierta tensión entre políticas represivas y otras, supuestamente de carácter más humanista y progresista, pero que pueden acabar funcionando como complemento de las primeras.

La prisión, en su enorme complejidad y particularidades, es un espacio de encuentro entre estas dos perspectivas mencionadas como supuestamente contradictorias, pero que acaban abonando a un propósito común.

En este sentido se pueden diferenciar, por un lado, a las prácticas de encierro y retiro del orden social de determinados sujetos y grupos cuyas conductas fueron tipificadas como ilegales, como una forma de castigo que se apoya también en una creciente expectativa social de punición cada vez más amplia y contundente y, por otro lado, a un discurso basado en lo que Zaffaroni (2006) denominó como paradigma “re”, que supone la posibilidad de que a través de la aplicación de técnicas e intervenciones profesionales, estos sujetos podrían pasar por un proceso de conversión moral que les permitiría reinsertarse socialmente, evitando de esta manera que cometan futuros delitos.

Para poder ejercer un análisis crítico de esta segunda perspectiva, es necesario analizar los efectos reales del encarcelamiento. En este sentido, y a pesar de haber transcurrido casi medio siglo desde su publicación, la obra de Goffman, *Internados. Ensayo sobre la situación social de los enfermos mentales* (2001), mantiene una indudable vigencia.

Goffman destacó la mortificación sistemática y la mutilación del yo que las instituciones totales (entre ellas, la cárcel) producen en las personas que por ellas transitan, sujetas a rutinas de despersonalización y desculturación, como el reemplazo del nombre propio por un número o un rótulo clínico y la eliminación de la privacidad. Esto contribuye a anular la condición de sujeto de los internos, borrando cualquier diferencia relativa a su singularidad o condiciones culturales o sociales.

Esta vigencia del análisis goffmaniano puede ser interpretada desde varios lugares. En primer término, cabe destacar su pertinencia en relación a las condiciones institucionales y las formas de socialización que principalmente las cárceles promueven, que tienen que ver con la continuidad de unas prácticas y discursos que defienden la privación de libertad como medida casi exclusiva para los infractores a la ley, sostenida en general

desde el eufemismo de un tratamiento penitenciario que permitiría tornar a este sujeto asocial en una persona capaz de respetar la ley.

Por otro lado, esta recurrente apelación al texto de Goffman, junto a la célebre obra de Foucault, *Vigilar y castigar* (1975), puede indicar también la falta de una producción significativa, de carácter crítico, que coloque en cuestión a estos dispositivos carcelarios.

En parte, la falta de una acción crítica más contundente permite que las instituciones carcelarias se reproduzcan de manera acelerada apoyadas, en términos de consenso social, por un cierto afán de revanchismo social que apunta a separar socialmente a los infractores a la ley, de la forma más prolongada y cruel posible (Ariza & Iturralde, 2011; Kessler, 2009).

Puede mencionarse inclusive una radicalización actual de estos dispositivos de reclusión, perceptibles en la aparición de las cárceles denominadas de máxima seguridad, que impiden en algunos casos que las personas allí recluidas puedan tener cualquier contacto o diálogo con visitantes o agentes penitenciarios, como si la peligrosidad que se les atribuye pudiese tener un cierto carácter viral.

Esta exasperación del potencial antisocial de ciertos sujetos está presente en los trabajos de Charles Murray, *Losing ground* (1984), Richard Herrnstein denominado *Q. I. na meritocracia* (1973) y *The bell curve: intelligence and class estructure in american life* (Herrnstein & Murray, 1994) En ellos se considera que las uniones ilegítimas y las familias monoparentales, entre otras causas, afectan el desarrollo intelectual de las personas y las predispone a infringir la ley.

La ya célebre definición de la vidriera rota de Wilson (1982), es heredera de estas suposiciones anteriores, afirmando que quien rompe un vidrio futuramente cometerá crímenes peores, caso no haya una intervención correctiva temprana, de carácter penal.

Producto de esta arquitectura discursivo institucional, en Colombia en particular el número de personas privadas de libertad ha sufrido un crecimiento acelerado, superando hoy los 115.000 reclusos, la mayoría en condiciones de hacinamiento y maltrato (INPEC, 2014).

Contra la explicación simplista e interesada, que sitúa en los propios sujetos la exclusiva responsabilidad por su situación legal, cabe destacar

otros factores, como por ejemplo las políticas económicas neoliberales, que provocaron un proceso brutal de exclusión social en los países donde fueron aplicadas, principalmente en el contexto latinoamericano (Martínez, 2005). Esto trajo como consecuencia un desgarramiento del tejido social y un aumento de la violencia social e institucional en las sociedades que sufrieron estos procesos.

Cabe en este sentido citar a Herbel (2002), cuando indica que

La fragilidad del sistema social urbano produce una violencia estructural cuya respuesta trasvasa los diversos mecanismos legales, para ubicarse en sintonía con la demanda social de represión generada por múltiples factores de entre los que podemos destacar, en primer orden, el posicionamiento de los sujetos que hegemonizan el discurso punitivo en una comunidad, al colocarse como definidores tanto de la realidad delictual cuanto de la necesidad de una cierta estrategia punitiva. (Herbel, 2002, p. 16)

Por esto, el Grupo de Derecho e Interés Público indicó que

El trato que reciben los internos de las cárceles colombianas, bajo las condiciones que se han probado, les genera un sufrimiento físico y mental intenso y severo, que resulta violatorio de la dignidad humana y de derechos como la vida, la salud y la integridad física y psicológica. (Grupo de Derecho e Interés Público y Carlos Costa Immigration and Human Rights Clinic, 2010, p. 91)

De esta manera, si considerados los efectos subjetivos de la prisión así como, desde una perspectiva jurídica, los altos niveles de reincidencia entre población penitenciaria, las cárceles muestran su absoluto fracaso en relación al propósito de provocar un proceso de reflexión en los sujetos presos que les permita su futura inserción social y evite la realización de nuevos delitos (Zaffaroni, 2006)

Por este motivo, Cesano (2003) considera que las penas de prisión constituyen un fracaso histórico: no solamente no socializan, sino que, a partir de las investigaciones sociológicas desarrolladas desde el enfoque del interaccionismo simbólico, han aportado valiosos datos para demostrar lo contrario. No obstante, anclada en su lógica de mero espacio de castigo y aislamiento social, la cantidad de sujetos presos y de instituciones penales aumenta rápidamente. (Cesano, 2003, p. 865)

La psicología al servicio del sistema

Dentro del paradigma “re” mencionado, la psicología suele cumplir una función esencial, desde la expectativa institucional de que sus técnicas facilitarían una conversión moral del sujeto y podría contribuir a evitar su reincidencia criminal. Eventualmente, y respondiendo a una demanda de la justicia, la psicología podría también establecer un pronóstico que permitiría detectar la permanencia de tendencias asociales en los sujetos, sugiriendo eventualmente la necesidad de postergar salidas anticipadas parciales.

De esta forma, el dispositivo benthamiano de vigilancia y control descrito por Foucault (1975), se extiende hacia una suerte de vigilancia interna del sujeto a cargo de profesionales que podrían ejercer una mirada regular y certera de aspectos ocultos de su personalidad.

Pudorosamente, dada la triste historia asociada al término, se suele evitar mencionar la palabra peligrosidad a la hora de hacer estos diagnósticos, utilizándose lenguajes más sutiles o categorías psicopatológicas, pero del mismo carácter.

La historia de este concepto es también, parcialmente, la historia de la propia psiquiatría, disciplina fuertemente marcada por la suposición de la relación entre locura y peligrosidad. Ya el propio Pinel (1793/2007) había alertado de la existencia de sujetos que mostraban conductas agresivas, sin presencia de delirios, que los harían objeto necesario de un examen particular y de un eventual tratamiento institucional diferenciado.

Más tarde, Esquirol intentará responder a esta pregunta desde la figura clínica de la monomanía, que en sus varias formas afectaría la conducta, el intelecto o el afecto, pudiendo por esto provocar su agresividad. A este respecto, resulta de interés consultar el dictamen que Esquirol realiza sobre el caso descrito por Foucault (2009) en *Yo, Pierre Riviere, habiendo degollado a mi madre, mi hermana y mi hermano*, donde se expresa esta perspectiva clínica en relación al crimen considerado y su autor, un humilde campesino de la campiña francesa que atentó contra su propia familia.

Posteriormente Morel consigue situar el origen de ciertas conductas socialmente reprochables (sea locura o crimen) en la degeneración que se adquiriría y reproduciría por las malas costumbres de generaciones anteriores, que se transmitirían familiarmente, como el alcoholismo, por ejemplo. La novedad aquí es que estos desórdenes conductuales adquieren base etiológica, a diferencia de caracterizaciones clínicas anteriores, que situaban el origen de estos disturbios en una esfera moral.

Lombroso (1913/1979) encontró las bases de esas conductas en etapas pretéritas del desarrollo humano, lo que denominó como atavismo. Esta perspectiva recogió varias tendencias de la época, la frenología por ejemplo, para poder afirmar que la peligrosidad de un sujeto estaría estampada en su cuerpo y sería posible de medir a través del tamaño de su cráneo, brazos, orejas o la presencia de tatuajes, entre otros registros. A diferencia de Morel, no se degeneraría un tipo ideal de sujeto, sino que los sujetos portadores de estas anomalías representarían una forma humana anterior, primitiva y violenta.

El lombrosismo no consigue afirmarse en este grado de radicalidad, entre otras cosas, por su enfrentamiento con los jueces, cuya función perdería sentido en los dispositivos institucionales derivadas de esta teoría (¿para qué un proceso jurídico donde determinar culpabilidad o inocencia, si la maldad estaría en el propio sujeto, en grado actual o potencial?)

No obstante, la herencia lombrosiana se prolongó en varios sentidos, tanto en las prácticas y discursos expresados en los campos de exterminio nazi, como en ciertos modelos psicopatológicos de la psiquiatría, parcialmente compartidos por algunas áreas de la psicología.

En la actualidad, la noción de psicopatía propuesta por Hare (1991) domina buena parte de las intervenciones en el campo forense y viene a sintetizar esta relación entre personalidad y peligrosidad. El formato de entrevista que permitiría detectar las bases psicopáticas de la conducta se resumió, de forma de poder ser utilizado de manera más rápida y efectiva. Se evalúan aquí la locuacidad de las personas, su estilo de vida parasitario y su inconstancia laboral, entre otros ítems.

Esta perspectiva convive con un creciente auge de los modelos neuropsicológicos, que mapean el funcionamiento cerebral a la búsqueda

da de regularidades que permitan detectar patologías y formas de funcionamiento social, como la peligrosidad, entre otras.

La función de la psicología en los sistemas penitenciarios está entonces fuertemente atravesada por esta historia y perspectivas, que se hacen presentes aún en los discursos que pretenden apuntar a la resocialización de las personas privadas de libertad.

Pueden citarse aquí, a manera de ejemplo, los programas de tratamiento descritos por Castillo Monge (2011), englobados en lo que se denomina como programa de Pensamiento social, que intenta incentivar el desarrollo de habilidades sociales y control emocional y modificar eventuales pensamientos impulsivos, así como facilitar una reflexión personal en torno a las consecuencias de determinadas conductas.

Se aplica, dentro de este programa, la denominada Intervención en ansiedad que se propone reducir el impacto en la conducta de los estímulos estresantes y evitar así respuestas impulsivas. En el mismo sentido, actuarían las técnicas denominadas como de control de la violencia intrafamiliar, de la drogodependencia, del comportamiento agresivo y de la agresión sexual.

La aplicación de este programa requiere de una clasificación inicial de la población objeto de la misma, que considere la diferencia entre infractores, donde no habría un padrón conductual vinculado a la ilegalidad; delincuentes, con una forma de vida vinculada regularmente al delito por motivos económicos y los delincuentes que encontrarían placer en infringir la ley. Para los delitos sexuales existe un esquema interpretativo particular.

Desde el análisis de este tipo de modelos teóricos y las prácticas asociadas, Cesano (2003) define a esta ideología del tratamiento como “un mero conductismo; una manipulación de la personalidad del interno; una negación de sus derechos y libertades fundamentales” (Cesano, 2003, p. 866).

De esta forma, esta tradición teórica y funcional de la psicología y la psiquiatría en el ámbito carcelario ha sido performativa de una forma de relación entre la población penitenciaria y los/as profesionales de este campo, lo que dificulta cualquier forma de diálogo y objetivos de trabajo

que se distancien de la expectativa de las personas privadas de libertad en mostrar su grado de resocialización y distancia respecto de ese otro (él mismo), que cometió el delito.

De esta forma, este entramado de discursos y prácticas, tanto las que afirman la necesidad de radicalizar las políticas de encarcelamiento y las condiciones del mismo, como las que pretenden contribuir a resocializar a los sujetos presos a través de un tratamiento o técnicas, confluyen en un instituido (Baremlitt, 2005) que reproduce la necesidad de separar socialmente a determinados grupos y sujetos a partir de su supuesta anormalidad y el riesgo que la misma significaría.

Hacia una crítica radical y necesaria del sistema

La crítica a estos modelos institucionales debe ser entonces categórica, de forma de eliminar la continua suposición de que ciertas reformas podrán otorgarle un funcionamiento adecuado y permitirle responder a sus propósitos formales.

Esta crítica estructural puede sostenerse desde varios puntos de vista y teorías. Se prioriza aquí el de la salud mental, entendiendo que desde este campo se ha hecho una crítica radical de las instituciones manicomiales (lo que en buena media contribuyó a su progresivo desmantelamiento) pero escasamente se ha hecho hincapié en las consecuencias que para la salud mental acarrear las prácticas carcelarias.

La definición de salud mental impulsada por Galende (1997) ofrece un soporte interesante en este sentido, al situar a la misma en un plano que excede de la mirada médica para colocarla en el seno de las relaciones sociales por las cuales la persona transita, dimensionando así “las relaciones que permiten pensar conjuntamente al individuo y su comunidad” (p. 31)

De esta forma, la salud mental puede ser entendida como

un ámbito multidisciplinario destinado a prevenir, asistir y propender a la rehabilitación de los padecimientos mentales, y lo hace desde una comprensión de los lazos sociales deseables, implementando determinadas políticas dirigidas a la integración social y comunitaria de los individuos involucrados. (Galende, 1997, p. 108)

En este caso, la referencia a padecimientos mentales debe ser entendida como el sufrimiento psíquico que la cárcel produce en los sujetos, al ser despojados de cualquier atributo de singularidad, privacidad y respeto. Este impacto se produce de manera diferenciada, atendiendo a la singularidad de las personas y sus características culturales y sociales.

La noción de integración comunitaria apunta a romper con los paradigmas de resocialización o reinserción, siendo que la integración supone un doble movimiento: del sujeto hacia la comunidad y de esta hacia el sujeto. Esta integración, según Galende y Kraut (2006), supone la posibilidad de disolver los rasgos de identidad dados por la institución “para posibilitar al individuo una participación plena en los intercambios sociales y simbólicos” (Galende & Kraut, 1996, p. 32).

Ya dentro de la cárcel resulta más difícil pensar en comunidad como tal. Si quizás, y a manera de resistencia contra esas condiciones de vida, sería posible colocar la posibilidad de producir lazos sociales comunitarios, de carácter fraterno, que permitan atenuar los impactos del encarcelamiento.

Esta es una tarea difícil, dado que, como Bauman (2003) afirma compartir el estigma y la humillación pública no convierte en hermanos a los que sufren; alimenta la irrisión, el desprecio y el odio mutuos. Una persona estigmatizada puede simpatizar o no con otro portador del estigma, los individuos estigmatizados pueden vivir en paz o estar en guerra entre sí, pero es muy improbable que desarrollen respeto mutuo. (Bauman, 2003, p. 144)

Por esto, cabe reivindicar lo que Pacheco (2010) denominó como clínica de la resistencia, que se dirige a aumentar el coeficiente de autonomía y autocuidado de los sujetos en contextos sociales e institucionales agresivos.

También en términos de reducir esta forma de agresión institucional, puede mencionarse a los dispositivos de justicia reparatoria, que, representan una alternativa a la prisión y una manera diferenciada de tratar las infracciones a la ley.

En estos modelos, se apunta a incorporar a la víctima y a la comunidad en la solución del conflicto, ya que parte de la definición del crimen

como un problema de orden interrelacional. En este modelo, entre todos debe intentarse reparar la relación quebrada; cuando alguien delinque, no sólo viola una norma, un bien jurídico abstracto, sino que lesiona concretamente a una persona, a una comunidad, y es por ello que en el proceso de reparación deben intervenir activamente todas las partes involucradas (Fortete, citado por Cesano, 2003, p. 875).

Se plantea entonces la necesidad de dirigir la acción del profesional de la psicología hacia otros objetivos, diferentes a los comprendidos en los paradigmas resocializantes aquí criticados. Estos objetivos deben partir del principio ético de promover y respetar la voz y el deseo de la población a la que se dirigen, sin la intención de guiarlas desde una postura paternalista, basada en una supuesta imposibilidad (institucional, estructural, del orden que sea) de que estos sujetos de tomar las decisiones adecuadas.

Una verdadera práctica emancipadora es aquella que promueve una acción catalítica (Montero, 2008), que permite el despliegue de potencialidades y deseos, no reglados ni mediados por quienes impulsan inicialmente esos procesos ni sujetos a los imperativos que las instituciones carcelarias y judiciales colocan.

Por lo ya expresado, un proceso instituyente debe plantearse, como objetivo estratégico, la necesidad de acabar con los sistemas carcelarios. La crítica a estos sistemas y su funcionamiento no debe suponer la obligación de ofrecer alternativas, cuya creación dependerá de cambios estructurales en el modelo económico y social que permite las prisiones y las justifica.

En definitiva, la cuestión de las cárceles, su sentido y sus efectos subjetivos, sociales y personales merece una mayor atención y producción de carácter crítico por parte de las ciencias sociales y humanas en general y de la psicología en particular, en la medida en que las mismas mantengan el compromiso de contribuir con una sociedad más justa y solidaria.

Referências

Althusser, L. (2005). *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Bravo, O. A. (2015). La función de la psicología en contextos carcelarios

- Ariza, L. & Iturralde, M. (2011). *Los muros de la infamia: prisiones en Colombia y América Latina*. Bogotá: Uniandes.
- Baremlitt, G. (2005) *Compendio de Análisis Institucional*. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: en busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI:
- Bourdieu, P. (2013). *La nobleza de Estado: educación de elite y espíritu de cuerpo*. México: Siglo XXI.
- Castillo Monge, O. (2011). *Psicología penitenciaria en El Salvador*. Acceso em 18 de janeiro do 2015, em www.psicologiapenitenciaria.org.
- Cesano, J. (2003). De la crítica a la cárcel a la crítica de las alternativas. *Boletín mexicano de derecho Comparado*, 36(108), 863-889.
- Foucault, M. (1975). *Vigilar y castigar*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Foucault, M. (2009). *Yo, Pierre Riviere, habiendo degollado a mi madre, mi hermana y mi hermano*. Barcelona: Tusquets.
- Galende, E. (1997). *De un horizonte incierto: psicoanálisis y salud mental en la sociedad actual*. Buenos Aires: Paidós.
- Galende, E. & Kraut, A. (2006). *El Sufrimiento Mental: el Poder, la Ley y los Derechos*. Buenos Aires: Lugar.
- Goffman, E. (2001) *Internados. Ensayo sobre la situación social de los enfermos mentales*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Grupo de Derecho de Interés Público y Carlos Costa. Immigration and Human Rights Clinic (2010) *Situación carcelaria en Colombia*. Informe presentado al CIDH de las Naciones Unidas. Acceso em 04 de fevereiro do 2015, em <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrc/docs/ngos>
- Hare, R. (1991). *Manual for the hare psychopathy checklist – Revised*. Toronto: Multi-Health Systems.
- Herbel, G. (2002). El sistema penal en la sociedad mediática. *ILANUD al día*, 11(26), 11-30.
- Herrnstein, R. (1973). *Q. I. na meritocracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Herrnstein, R. & Murray, C. (1994). *The bell curve: intelligence and class structure in american life*. New York: Free Press.
- Instituto Nacional Penitenciario de Colombia – INPEC. (2010). Acceso em 9 de setembro, 2014, em www.inpec.gov.co.
- Kessler, G. (2009). *El sentimiento de inseguridad. Sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Lenin, V. (2006). *El Estado y la revolución*. Madrid: Alianza Editorial. (Original publicado em 1917)

- Lombroso, C. (1979) *L'uomo allienato*. Roma: Fratelli Bocca. (Original publicado em 1913)
- Martínez, A. A. (2005). *Cárcel y trayectorias psicosociales. Actores y representaciones sociales*. San Sebastián: Alberdania.
- Montero, M. (2008). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Murray, C. (1984). *Losing ground: American social policy 1950-1980*. New York: Basic Book.
- Pacheco, P. (2010). Cenários e desafios da práxis psicológica no sistema prisional: ética e compromisso social. In *Atuação do psicólogo no sistema prisional* (pp. 43-71). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Pinel, P. (2007). *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania*. Porto Alegre: Editora UFRGS. (Original publicado em 1793)
- Wilson, J. (1982). Broken windows: the police and the neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38.
- Zaffaroni, E. (2006). *El enemigo en el derecho penal*. Madrid: Dykinson.

Política, movimentos sociais e as vicissitudes da democracia brasileira atual

Pedrinho Arcides Guareschi

Introdução

Talvez não haja tema mais atual, no Brasil dessa segunda metade do ano de 2015, do que o proposto para esse simpósio. A primeira coisa que me veio à mente foi que, ao exibir tais reflexões, já possa ter havido rupturas profundas em nossa sociedade, não excluída a mudança do próprio governo. Tão sérias se apresentam, no momento atual, as vicissitudes da democracia brasileira. Não tenho lembrança de ter experimentado uma situação semelhante em minha história de vida. Tendo isso em consideração, vou tentar colocar essas reflexões de tal modo que, tanto no caso de ruptura, como no de continuidade, elas nos possam ajudar a avançar na busca de uma democracia autêntica, uma vida social digna e plena. Essa seria também, para mim, a finalidade principal da psicologia social: a consecução de uma *vida boa*.

Vou organizar tais reflexões do seguinte modo:

- Primeiramente, discutirei o que entendo por *política*. Creio que nem poderia ser diferente e, se quiser ser honesto, tenho de dizer o que entendo pelos termos que emprego. Esses termos possuem diferentes entendimentos, são polifásicos, carregam muitos sentidos.

- Em segundo lugar, situarei o que se pode entender – e o que eu pretendo significar – com o conceito de *movimento social*. Vou precisar as possibilidades de sua formação e as contradições que ele implica.

- Finalmente, arrisco introduzir uma reflexão que julgo extremamente pertinente para o momento atual e que, no meu entender, não é suficientemente levada em consideração: refiro-me ao papel central dos meios de comunicação social na dinâmica tensional de uma sociedade.

O que vou entender por *política*

Vou me restringir a uma reflexão crítica, a partir de um referencial histórico, filosófico, mas também sociológico, ou psicossocial. Com isso, quero dizer que farei um esforço de oferecer um referencial tal que torne possível a interpretação, em diferentes épocas, de diferentes práticas de estruturação e funcionamento das diversas formações sociais.

Não é possível falar em política sem que se faça referência, com base na história que conhecemos, às práticas que deram origem e às experiências que marcaram o nascimento e desenvolvimento de muitos povos. Todos os analistas desse tema são unânimes em buscar elementos em tais experiências históricas. Entre os referidos analistas, seleciono apenas uma, Hannah Arendt (2011, 2012), que se distinguiu nessas reflexões, e sublinho alguns pontos que julgo pertinentes a nossa análise.

Hannah Arendt foi uma mulher que viveu - e sofreu - intensamente as difíceis vicissitudes do século XX. Não fugiu ao compromisso e à responsabilidade de procurar entender e decifrar os sinais dos tempos e contribuiu, de maneira inteligente e inovadora, para aferir sentido às lutas da humanidade, num século conturbado por duas guerras mundiais.

Arendt vai buscar na *polis* grega e na *civitas* romana inspirações para poder entender, por um lado, e sugerir, por outro, como nossa política pode ser.

Como era a *polis* grega? Certamente não se poderia dizer que ela era, ou mesmo tenha chegado a ser, um modo de vida universal e generalizado para todos os gregos. Ela pretendia se constituir, isto sim, numa situação ideal em que as pessoas, já libertadas do *labor* (trabalho), necessário para satisfazer às necessidades vitais (o espaço da necessidade), e também já tendo superado o domínio da *obra*, isto é, da fabricação e transformação da natureza para a construção de bens (o espaço da utilidade), poderiam viver com mais plenitude aquela dimensão em que se situaria o verdadeiramente humano, o espaço da *ação* como *discurso*, ou seja, o espaço político, onde se poderia falar e viver em *liberdade*. Explícito melhor: a proposta de Arendt é refletir sobre o que fazemos. Para isso, ela se detém em três atividades humanas fundamentais: o trabalho, que corresponde ao processo biológico do corpo humano, das necessida-

des vitais e cuja condição humana é a própria vida; a obra, ou fabricação, que corresponde ao artificialismo da existência humana, produção de um mundo “artificial” de coisas, e cuja condição humana é a mundanidade; e, por fim, a ação (discurso), que é a única atividade que se exerce diretamente entre seres humanos sem a mediação das coisas ou da matéria e que corresponde à condição humana da pluralidade (Arendt, 2011).

Qual a argumentação que Arendt segue para chegar a essas afirmações? Não é possível afirmar que a interpretação que damos seja a única correta, se é que alguém pode dizer que possui uma interpretação correta de algum escrito ou fala. Mas ela pode ser justificada. É o que arrisco fazer aqui.

Arendt começa asseverando que “o que distingue o convívio dos homens na *polis* de todas as outras formas de convívio humano, que eram bem conhecidas dos gregos, era a liberdade” (2012, p. 47). Mas a política não era um “meio” para possibilitar a liberdade. “Ser livre e viver- numa-*polis* eram, num certo sentido, a mesma e única coisa” (idem). E logo adiante explicita mais: “O sentido da coisa política aqui, mas não seu objetivo, é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio... (eles) regulamentavam todos os assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco” (2012, p. 48).

A coisa política se centra em torno da liberdade, entendida negativamente como não ser dominado e não dominar; e, positivamente, como um espaço que só pode ser produzido por muitos... “sem esses outros, que são meus iguais, não existe liberdade alguma” (p. 48).

Arendt assinala que, normalmente, ao falarmos de igualdade, vinculamos tal conceito ao de justiça, e não ao de liberdade. E insiste: “*Isonomia* não significa que todos são iguais perante a lei, nem que a lei seja igual para todos, mas sim que todos têm o mesmo direito à atividade política ... *isonomia* é, antes de mais nada, liberdade de falar e como tal o mesmo que *isegoria*; mais tarde, em Políbios, ambas significam apenas *isologia*” (Arendt, 2012, p. 49). Há aqui um detalhe importante: “O falar na forma de ordenar, e ouvir na forma de obedecer, não eram avaliados como falar e ouvir originais; não era uma conversa livre ... mas sim (comprometida) por um fazer que pressupunha o forçar e o ser forçado” (p. 49). Por isso, conclui Arendt, os gregos diziam que os escravos e bárbaros

eram *aneu logou*, não dominavam a palavra, encontravam-se em uma situação na qual era impossível a conversa livre.

Assim, política, liberdade e comunicação (fala, discurso) estão intimamente ligadas. A ação autêntica, no pensamento de Arendt, é a possibilidade de dizer a palavra, expressar a opinião, manifestar o pensamento, na comunidade-sociedade, necessariamente com os *outros*, indispensáveis para a realização do ser humano: “o acessório indispensável, a constante presença de outros, o relacionamento com iguais na publicidade da *ágora*, a *isegoria* torna-se o verdadeiro conteúdo do ser-livre. Ao mesmo tempo, a mais importante atividade para o ser-livre desloca-se do agir para o falar, da ação livre para a palavra livre ... o próprio falar era compreendido *a priori* como uma espécie de agir” (2012, p. 56).

Há dois anos decidi pesquisar um ponto que sempre me inquietava e que permanecia como uma interrogação constante e sem resposta: que pensam nossos políticos da comunicação, especificamente dos meios de comunicação? Teriam eles consciência da importância da mídia e da situação da comunicação no Brasil? Arrisquei-me nesse entendimento e fui perguntar a eles próprios, os que vivenciavam esse problema, o que eles pensavam.

Entrevistamos 14 atores políticos, entre senadores, deputados federais e estaduais, vereadores, de seis dos principais partidos políticos, e conferimos alguns dos achados com dois pesquisadores que trabalham essa questão. Duas conclusões principais que julgo centrais:

A primeira é a indiscutível subordinação dos políticos à mídia. Apesar de não concordarem que isso deva ser assim, eles confessam que a mídia os apavora. Não dizem claramente, mas dão a entender que, de qualquer maneira, é preciso estar bem com a mídia. Os que já usufruíram dela para poderem se eleger negam que tenha sido através dela e em parceria com ela – antes ou durante sua atividade política – que tenham chegado até lá. Os que não puderam fazer uso dela afirmam que nunca tiveram coragem de enfrentá-la e que, se não tivessem tido uma convivência pacífica com ela, não teriam conseguido se eleger. Mas todos eles, tanto os que defendem sua atuação como é, como os que questionam seu poder auto-atribuído – pois os donos dos meios não re-

ceberam esse poder do povo, uma vez que, como afirma a Constituição, em seu primeiro artigo, todo o poder promana do povo e em seu nome é exercido – todos, repito, dobram os joelhos diante de seu indiscutível poder, inclusive em assuntos referentes à política, tanto geral, como específica.

A outra constatação, talvez mais dolorosa, é o absoluto desconhecimento da relação intrínseca entre mídia e política. Nenhum deles fez referência ao papel da mídia na construção da cidadania, seu papel fundamental para a possibilidade de uma verdadeira política que garanta a liberdade – no sentido que Hannah Arendt fala da política. Para eles, a mídia é um apêndice da política, não é a verdadeira política, o espaço do discurso e da fala livres, em que os/as cidadãos/ãs se realizam como seres humanos em sua completude e autenticidade.

A verdadeira política é, pois, garantir o espaço da fala, situação específica de exercício da liberdade. Dito com outras palavras, ser cidadão é participar. Mas precisamos estar atentos e discernir de imediato sobre o que queremos significar com o ato de participar. Numa distinção primeira e central, podemos distinguir ao menos três tipos de ações participativas: participar no *planejamento*, na *execução* e nos *resultados*. O que se nota, ao primeiro exame de nossa política, é que os/as cidadãos/ãs são convocados e participam, de corpo inteiro, na *execução*: são eles os construtores da nação com seu trabalho árduo. Quanto à participação nos *resultados*, basta dizer que o Brasil é o vice-campeão mundial de má distribuição de renda. A questão crucial, precisa ser dito com clareza, é a participação no *planejamento*, visto que é no planejamento que se decidem os outros dois tipos de ação: quem faz o que (execução) e quem fica com o que (resultados). Ação política, ação cidadã é, consequentemente, participar no *planejamento*. É a esse nível que todo/toda cidadão/ã é convocado a dizer sua palavra, externar sua opinião, manifestar o seu projeto. E tudo isso de maneira livre, sem coação. A ação participativa no planejamento da cidade é o que se pode chamar de verdadeira ação política.

Democracia implica participação no sentido de ter o direito de “apresentar seu projeto”, dizer sua palavra, original e única, indispensável para a construção da cidade. Sem que isso exista, não há verdadeira

democracia. E liberdade é a própria condição da verdadeira política, isto é, de um tipo de vivência social que se dá quando existe a possibilidade da livre expressão do pensamento de todos, e não apenas de alguns.

Formação e estratégias dos movimentos sociais

O objetivo, nesse segundo ponto, é tentar situar e deixar, enquanto possível, compreensível o que entendemos e por *movimentos sociais*. Para isso, proponho um referencial de como se pode entender uma formação social e, dentro dela, a formação e o desenvolvimento de movimentos sociais. Uma sociedade não é, como muitos imaginam, algo parado e estático. Estamos acostumados a ver organogramas e gráficos de uma sociedade, e não nos damos conta de que a sociedade é um mar revolto, é um rio que corre. Por quê? Porque o que define uma sociedade são as *relações* que se estabelecem entre as pessoas, por um lado, e entre as pessoas e as coisas que as rodeiam, por outro. As relações de produção, que se não são preponderantes em determinado momento histórico, são sempre necessárias, pois sem comer ninguém vive. E no caso de nossa sociedade – refiro-me ao Brasil, mas pode-se estender essa visão a todas as formações sociais capitalistas - são extremamente tensas, conflitivas e contraditórias (Guareschi, 2014).

Não é segredo para ninguém que o Brasil se alinha dentro de uma formação social que é chamada de capitalista. Tal sociedade se define por duas relações específicas, que denominamos de dominação e de exploração. Dominação significa que são poucos, ao redor de seis por cento, os que possuem os meios de produção, os que são *donos*, enquanto os outros trabalham para eles. Nas relações entre pessoas, no referente aos meios de produção, a relação fundamental é então de *dominação*.

Junto com a dominação, há outra relação estruturante que se costuma chamar de *relação de exploração*. Sendo que é apenas o trabalho que pode produzir riqueza, isto é, valor *econômico*, os que detêm os meios de produção somente se podem enriquecer a partir da expropriação do trabalho humano. A tal relação se costuma chamar de exploração.

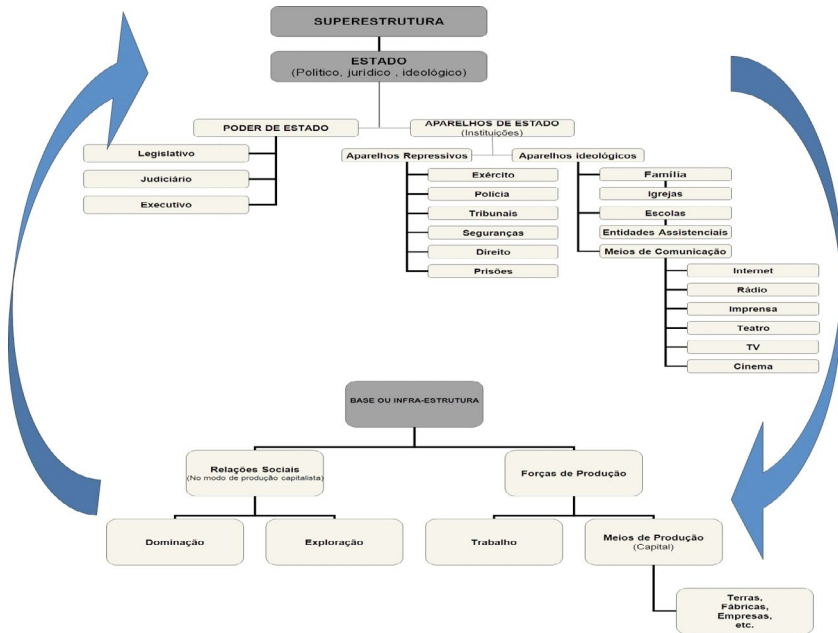
É fácil constatar que essas relações nem sempre são pacíficas. Ao contrário, à medida que elas se generalizam e que as pessoas tomam

delas consciência, o resultado é a tensão e o conflito. Aqui está a origem, por um lado, e o segredo, por outro, para se compreender toda a estruturação de uma sociedade: ela é muito mais que um conjunto de organizações referentes às dimensões econômicas, políticas, culturais, sociais. Essas relações se apresentam tensas e contraditórias. Para superar tais conflitos e contradições, é necessário criar e legitimar normas, leis, acordos, negociações, com o intuito de reproduzir e garantir essas relações, muitas vezes desiguais e injustas, chamadas por alguns de superestrutura, ou *Estado*. Compreende-se bem o que seja *Estado* quando se vai à sua raiz: estado é o particípio passado do verbo *estar* e, em sua origem, não significa nada mais do que *aquilo que ficou*, aquilo que se solidificou, estabeleceu-se como resultante das tensões existentes nas relações conflituosas na produção. Ele vai tomar as feições e responderá aos interesses de quem mais *poder* possuir nas relações conflituosas ali presentes. O *Estado* é, pois, o resultado das negociações construídas a partir das tensões entre diferentes interesses originadas nas relações de produção. Quando tais interesses, ou negociações, conseguem se materializar, temos o que se costuma chamar de “instituições”. Nenhuma instituição caiu do céu pronta, ou foi fruto de geração espontânea. Elas têm sua origem nas tensões existentes entre os membros e grupos de determinada sociedade. Resumindo: é das relações de tensão existentes dentro de uma sociedade que nascem as instituições, as quais têm como função a continuidade, a reprodução social e a legitimação dessa sociedade.

Algumas dessas instituições criadas usam a força, a coerção, a repressão. São intituladas de instituições ou aparelhos repressivos. Outras empregam práticas e processos que usam a persuasão ou a ideologia, conhecidas como instituições ou aparelhos ideológicos (Althusser, 1985).

Gostaria de chamar a atenção e enfatizar, com base na Figura 1, a seguir, a importância dos meios de comunicação. Eles ocupam um lugar específico e estratégico: são imprescindíveis para que uma sociedade se reproduza *socialmente*, ou seja, no que concerne a seus padrões de vida, seus valores, seus costumes, sua ética etc. Para que uma sociedade se reproduza *materialmente*, é necessário que haja alimentos, moradia, estradas etc; mas a reprodução *social* é bem mais complexa. Mais: a reprodução *social* vai contribuir para que determinada sociedade se reproduza *materialmente* de *determinado modo*.

Figura 1. A dinâmica conflitiva de uma sociedade capitalista



É a essa altura de nossa análise que podemos entender o que são os *movimentos sociais*. Eles se originam das tensões existentes nas relações estruturantes de uma sociedade e se organizam de muitas maneiras diferentes, conforme as tensões predominantes em determinados momentos e a partir de temas e propostas dos diferentes grupos de interesse.

Podemos assim ver movimentos que se originam do próprio capital, principalmente movimentos ideológicos que usam ideias e crenças para legitimar situações de dominação e exploração. A maioria dos movimentos sociais nasce, contudo, de quem sofre relações e situações de dominação e exploração. A lista seria longa se quiséssemos enumerar a todos, mas eles perpassam os diferentes estratos de uma sociedade, podendo surgir de problemas originados no campo econômico, como os sindicatos; movimentos ligados à terra, à água, à ecologia; como podem se originar

de relações que podemos chamar de culturais, como gênero, raça, etnia, religião, identidade social. O que é comum a todos eles é sua luta pela superação de situações injustas, desiguais, discriminatórias. À base de todas essas situações podemos entrever, ao menos indiretamente, relações de cominação ou exploração. Evidentemente, todos os movimentos sociais carregam consigo também valores que, na sua concepção, não são respeitados e aceitos no espectro ético de uma sociedade.

Não é sempre fácil identificar os verdadeiros interesses de determinados movimentos sociais. É preciso muita perspicácia e análise crítica para se poder descobrir e identificar estratégias camufladas por detrás de muitos deles que, muitas vezes, se apresentam e são considerados até mesmo como espontâneos.

Seria possível analisar alguns das centenas de movimentos que existem hoje, tanto em âmbito mundial, como brasileiro. Vou me arriscar, então, a comentar alguns movimentos, ou melhor, mobilizações, que tomaram conta de nossa sociedade nos últimos anos. Estou consciente de que essa é uma análise arriscada e polêmica. Mas é para isso que estamos aqui: para refletir, termos visões plurais de nossa vida social, constituída por tensões e contradições.

Vou me ater à análise de duas mobilizações que aconteceram no Brasil nos últimos dois anos: as manifestações de junho de 2013 e as manifestações ocorridas principalmente neste ano de 2015, após a vitória da atual presidenta do Brasil. Analiso nesse item a primeira, pois, no meu entender, é um bom exemplo de como “*tensões*” existentes numa sociedade vão se transformar em atos de reação, resistência e até mesmo certa estruturação de determinadas mobilizações. Deixo para o item seguinte a análise das manifestações deste ano de 2015, já que elas só foram possíveis, ainda dentro do meu entendimento, devido a uma variável que está sempre presente em qualquer movimento nas sociedades modernas que, se não é a preponderante, está sempre presente: os meios de comunicação.

Por onde se poderia iniciar uma análise das mobilizações de junho de 2013? Estudos mais minuciosos e posteriores às mobilizações são unânimes em localizar o início dos atos generalizados em certos grupos sociais que há alguns anos já vinham reagindo e lutando contra situações de extremo stress social que foi se agravando e se tornando quase insuportável. Entre essas situações, talvez as principais seriam as condições desumanas

no transporte. O estopim foi o aumento de 20 a 30 centavos nas passagens em algumas capitais, primeiro em Porto Alegre, depois em S.Paulo e Rio de Janeiro. As reações se alastraram como pólvora e pegaram de surpresa prefeitos, governadores, legisladores, aparelhos de segurança e outros órgãos oficiais. As articulações eram feitas através das mídias sociais e os supostos líderes não se apresentavam claramente como líderes, ou disfarçavam seus papéis.

A análise de tais atos deixa evidenciada, de modo paradigmático, a contradição fundamental contra a qual eles se rebelavam, não se sabe com que grau de consciência: em primeiro lugar, os bancos, os representantes primeiros e centrais do capitalismo financeiro internacional; depois, algumas organizações, muitas vezes multinacionais, com claro viés capitalista (McDonald, etc). E não ficaram de fora, também, os próprios edifícios que abrigam poderes políticos – estaduais e municipais – numa clara demonstração de que, para esses jovens, o governo e o Estado são a cara exposta do capital.

É bastante ilustrativo examinar as estratégias da Grande Mídia¹ na cobertura desses acontecimentos (Guareschi & Guerras, 2015). Inicialmente, as mobilizações foram totalmente ignoradas. É a estratégia típica da *invisibilização*: se um acontecimento não é veiculado, para a imensa maioria da população ele não existe. Essa estratégia se deu em nível nacional e os movimentos só saíram da invisibilidade quando a Grande Mídia percebeu que não podia mais deixar de noticiar as manifestações, as quais estavam sendo constituídas por multidões cada vez maiores e espalhadas pelas mais diversas cidades de todo o país. Desse momento em diante, a estratégia utilizada passou a ser a de *criminalização*: tais ações eram crimes contra a ordem pública e a propriedade privada. Mas a essa altura, alguns fatos novos e inesperados aconteceram: os repórteres que cobriam as manifestações passaram a ser agredidos e até mesmo feridos pela polícia que a própria mídia tinha conclamado a que “pusse ordem nas manifestações”. A partir daí, a estratégia passou a ser de *cooptação*, ou de *recuperação* (Guareschi, 2001, p. 56), isto é, tentar apropriar-se das expli-

¹ Por *Grande Mídia* entendemos o fenômeno de ter-se materializado entre nós um sistema de comunicação em que a maior parte dos meios, sobretudo os eletrônicos, ter sido *apropriada* por um pequeno grupo de famílias que possuem fundamentalmente a mesma orientação ideológica, defendendo e legitimando os pressupostos liberais capitalistas (Guareschi, 2013).

cações possíveis e admissíveis de tais manifestações e apresentá-las como suas. A ação colocada em prática foi a mesma dos conquistadores romanos: *divide et impera*, ou seja, discrimine e então você poderá dar uma nova versão coerente com os “donos” da mídia. Os manifestantes foram, desse modo, divididos em dois grupos: por um lado, os bons, os legítimos, que estavam mostrando sua vontade de participar democraticamente, exercer sua cidadania; e, por outro lado, os baderneiros, “vândalos”, desordeiros, um pequeno grupo que deveria continuar a ser reprimido.

O que gostaria de ressaltar, com esse exemplo, é que os movimentos sociais e outras mobilizações da sociedade se originam das tensões e contradições existentes nas relações que constituem uma sociedade; e entre essas relações, as mais importantes são as relações de produção. Os proprietários das empresas de transporte, respaldadas pelo Estado, exageraram a dose de exploração sobre os milhões de trabalhadores que dia a dia têm de suportar várias horas de deslocamento para seu local de trabalho onde, muitas vezes, continuariam a ser ainda explorados. E o incêndio se alastrou.

Evidentemente não pretendo afirmar que essa situação de *stress* social tenha sido a única que originou os movimentos, ou que tenha estado presente em todos eles. Outras contradições foram também se apresentando. O que desejo mostrar é que as mobilizações e movimentos têm, na maioria das vezes, origem nas tensões existentes nas relações de uma formação social, principalmente nas relações de produção.

Tais movimentos são imediatamente combatidos, primeiramente, pelos aparelhos ideológicos que empregam estratégias de persuasão e consentimento, em especial os meios de comunicação em seus diversos modos de ação. Somente quando essas estratégias deixam de funcionar, são postas em execução ações de coação e repressão, com a convocação de aparatos que usam a força e a violência, como as polícias e, em último caso, o exército.

A mediação *invisível* da mídia

Vou, nessa última parte, sublinhar algumas estratégias da nossa “Grande Mídia”, tentando mostrar como as mobilizações que vêm se

repetindo, e parecem nunca terminar, nesses primeiros meses de 2015, passam a ser mais inteligíveis no momento em que nos concentramos na variável mídia.

Como já mencionamos acima, os meios de comunicação se constituem hoje numa mediação indispensável para a compreensão da dinâmica das sociedades modernas. Se, em determinados momentos, não são os preponderantes, eles são, contudo, sempre necessários. Uma análise perspicaz vai identificar suas estratégias sutis. Numa sociedade como a nossa, isto é, numa formação social capitalista, os próprios conglomerados midiáticos se transformaram em empresas de capital. Exercem, então, um duplo efeito nas relações sociais: como uma empresa capitalista e como aparelhos de reprodução e legitimação das relações centrais de nossa sociedade.

As mobilizações atuais, para quem as toma à primeira vista, mostram-se difusas, múltiplas, polivalentes, aparentemente plurais, declarando,, inclusive não possuírem uma “ideologia” específica; todas elas, porém, insistem em se declararem “representantes” da população brasileira. Não pretendo que a análise que passo a fazer seja a única, ou completa. Apresento-a como ainda precária, para ser discutida.

Busco elementos para este estudo, num trabalho do filósofo e analista social Boaventura de Sousa Santos (2014), que apresenta uma análise cuidadosa das referidas mobilizações, indicando como elas têm suas origens já nos meses que antecederam as eleições de outubro de 2014. Ele mostra como aquelas eleições eram assunto frequente dos grandes meios de comunicação mundiais que faziam uma cobertura hostil à candidata Dilma, do mesmo modo que a “Grande Mídia” brasileira. Afirma até mesmo que a revista *Veja* chegou ao ponto de enveredar “por uma via provavelmente criminosa”. Mostra que todas as vezes que o *New York Times* se referia à candidata era com o epíteto de ex-guerrilheira. *The Economist* e *Financial Times*, junto com as agências de *rating*, criaram um terrorismo econômico. Qual seria a razão de tão desesperada hostilidade, que continuou após as eleições e se prolonga até os dias de hoje?

Na afirmação do estudioso, tudo isso aconteceu, e acontece, pois “o Brasil é hoje o exemplo internacionalmente mais importante e consolidado da possibilidade de regular o capitalismo para garantir um mínimo de

justiça social e impedir que a democracia seja totalmente capturada pelos donos do capital, como acontece hoje nos EUA e está para acontecer um pouco por todo o lado”. Essa a razão de ter havido, e ainda haver, um enorme investimento para derrotar a atual Presidenta do Brasil.

Um exame minucioso dos embates que se prolongam no Brasil vai evidenciar que há por detrás de todas essas mobilizações dois *projetos*, que vão revelar a contradição fundamental persistente no Brasil, que é ainda a existente entre a Casa Grande e a Senzala. Aqui estaria a origem *comum* das inúmeras manifestações dos últimos meses. Há uma tensão, um receio, de que alguma ruptura, ou alguma mudança, possa ser levada a efeito com o avanço de um novo projeto que venha ferir, ao menos de leve, os interesses do capitalismo financeiro nacional e mesmo internacional.

Os estudos qualitativos realizados durante os principais movimentos deste ano, principalmente os de abril e agosto, vão mostrar com clareza o perfil dos manifestantes contra a presidente. Ao redor de 75% são pessoas as quais, na eleição de outubro, votaram no candidato da oposição que, se não chegava a se apresentar claramente, era considerado como representante das elites e do capital. A maioria deles ganhava mais de quatro salários mínimos. Os que ganhavam até um salário não chegavam a 3%. As referências e rejeição a personalidades que claramente se identificam à busca de uma sociedade mais justa e democrática, como Paulo Freire, são fortemente reveladoras dos interesses de quem coordenava essas manifestações.

Mas há ainda alguns dados muito significativos: as pesquisas apontaram que chegava a quase 30% o número dos que não tinham clareza dos motivos pelos quais estavam protestando. As explicações foram as mais diversas possíveis, desde motivos pessoais contra determinadas pessoas, até formulações contraditórias aos próprios propósitos declarados dos “organizadores” do movimento. Isso sugere que boa parte dos que participavam possa ter sido levada apenas por propaganda da mídia. Isso é corroborado pelo fato de que surpreendeu, nessas mobilizações, a fraca, ou mesmo contraditória, representatividade dos supostos organizadores. Mas ao mesmo tempo, sobretudo na manifestação de abril, ficou claro que, sem a “coordenação” da Globo News, que de 15 em 15 minutos intervinha por aproximadamente 5 a 7 minutos na divulgação e, segundo

alguns, orientação do movimento, não teria havido outro agente que poderia ser chamado de “integrador” das mobilizações. Não há estudos sobre o papel da mídia no ‘antes’ e no ‘depois’ dos movimentos, mas os noticiários foram, de qualquer modo, extremamente pródigos.

Ficam evidentes nas análises o papel e a postura da “Grande Mídia”. Nas palavras de Santos, “a agressividade da ‘Grande Mídia’, o desespero que levou alguns deles a cometer atos considerados por muitos como próximos a crime, assenta no interesse da grande burguesia em recuperar o pleno controle da economia e realizar os lucros extraordinários das privatizações por fazer, especialmente a Petrobras e o Pré-Sal. Não tendo podido derrotar a candidata, essa burguesia transnacional, sob a égide do capital financeiro, continua a pressionar abertamente pela composição de uma equipe econômica que satisfaça os imperativos dos mercados. Esse braço arrastou consigo setores importantes da classe média que é, em boa parte, um produto das políticas de inclusão do próprio governo dos últimos 13 anos, que assumem o discurso da agressividade que transforma o adversário em inimigo.”

Estas análises poderiam ser ainda muito ampliadas. Gostaria, contudo, de trazer à discussão uma estratégia bastante comum e muito empregada pela mídia para incrementar as contradições da sociedade no intuito de fazer prevalecer os interesses dos grupos dominantes. Como é impossível mudar a direção de uma nação – ou, em outras palavras, dar um golpe – sem que haja o apoio, ao menos silencioso, da maioria da população, a mídia, quando a serviço da elite dominante, vai dia a dia construindo o que poderia ser chamado de “fato consumado”, ou a naturalização de determinados pressupostos, como: “Estamos em crise; o desemprego está incontrolável; a inflação cresce dia a dia; os preços explodem”, etc. Isso vai criando na população uma “convicção generalizada” de que a situação está insuportável. É o trabalho diuturno e contínuo de *fabricar assustados para produzir insatisfeitos*. Esse é um exemplo ilustrativo de *profecia autorrealizada*: repetir continuamente que algo está mal, até que isso se transforme em realidade. Vou exemplificar tal estratégia aproveitando as informações de uma pesquisa.

O Instituto Vox Populi fez uma pesquisa sobre os “sentimentos e expectativas a respeito da economia” (Dias, 2015, p. 53). A pesquisa mostra que a quase totalidade dos brasileiros, depois de serem bom-

bardeados durante tanto tempo com a noção de “crise”, perdeu a capacidade de enxergar com realismo a situação da economia. Alguns dados impressionantes:

- Acerca da quantia imaginada para comprar, *daqui a um mês*, o que se compra hoje com 100 reais, 98% desconfiam de que vão precisar mais, ou muito mais: 73% temem uma alta superior a 10%. Quase a metade, 47%, estimam uma inflação acima de 20%. E 35% receiam que os preços subirão mais de 30%. Isso num mês!

- Perguntados sobre como estará a situação *no fim do ano*, 1% diz que os preços subirão em média 5%. Outro 1% estima uma alta entre 5 e 10%. Resumindo: 1% errou para menos, e 1% está na média. Agora vejam: 98% erraram para mais, desmesuradamente: quase a metade se apavora com a perspectiva de uma inflação superior a 50%! E destes, um terço fantasia uma inflação de 80%!

- Quanto ao desemprego *hoje*: apenas 7% sabem que hoje o desemprego é menos de 10%. Um quarto (25%) acredita que o desemprego varia de 10 a 30%. E 38% imaginam que a proporção de brasileiros sem emprego ultrapassa 40%!

- Desemprego *no fim do ano*: 40% acreditam que o desemprego em dezembro vai castigar metade da população ativa!

Além dessa prática que é generalizada na mídia, ainda poderiam ser elencadas outras estratégias que se prestam a interesses de uma mídia comprometida com o capital. Michel Carvalho da Silva (2015) fez um estudo sobre o que ele denominou como a “viralização do senso comum”, uma espécie de “envenenamento” da opinião pública com notícias falsas, ou alarmantes, colocadas comumente na boca de determinados personagens políticos ou auto-promovidos analistas da política, que se escondem atrás de blogs e outras mídias sociais.

Questões para continuar a pensar

Pretendeu-se, nessa comunicação, pensar os movimentos sociais dentro de uma sociedade capitalista como a brasileira. Tentamos, a partir

de um referencial crítico – histórico e filosófico - uma breve reflexão a respeito do que se poderia entender por política. Passamos a discutir como poderiam ser compreendidos os movimentos sociais numa formação social capitalista. Finalmente, arriscamos fazer uma análise – certamente incompleta e polêmica – de mobilizações que chamaram a atenção nos últimos dois anos no Brasil: os movimentos de junho de 2013 e as mobilizações frequentes registradas principalmente após a eleição de outubro de 2014.

Demos especial atenção ao papel dos meios de comunicação social nessas mobilizações. É nosso entendimento que a política nas sociedades modernas não pode prescindir da mídia. Sem chegar a afirmar, como alguns pensadores atuais, que a mídia é, hoje, a política e, vice-versa, que a política é a mídia – pois deixamos espaço ao surgimento de mobilizações sociais que parecem brotar de sentimentos coletivos reprimidos e repressados e de vivências sofridas de ingentes contingentes de populações, como seria o caso da primavera árabe e, para alguns, as mobilizações de junho de 2013 no Brasil – não vemos como se pode prescindir da mídia, especificamente da “Grande Mídia”, para um entendimento mais profundo e completo dos fenômenos políticos nas sociedades modernas.

Referências

- Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Arendt, H. (2011). *A condição humana* (11ª ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2012). *O que é política?* (R. Guarany, Trad., 10ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand.
- Dias, M. (2015, 03 de junho). Rosa dos ventos. *Carta Capital*, p. 53.
- Guareschi, P. (2001). *Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina* (13ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. (2013). *O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. (2014). *Sociologia crítica: alternativas de mudança* (64ª ed.). Porto Alegre: Edipucrs.

Guareschi, P. A. (2015). Política, movimentos sociais e as vicissitudes da democracia brasileira...

Guareschi, P. & Guerras, A. (2015). “Um experimento bem (mal) sucedido com a Grande Mídia: a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre”. *Ecos-Revista* – Revista da Escola de Comunicação da UCPel (no prelo).

Santos, B. S. (2014). A grande divisão. In *Canal Ibase*. Acesso em 30 de agosto, 2015, em <http://www.canalibase.org.br/brasil-a-grande-divisao/>

Silva, M. C. (2015, 21 de agosto). A viralização do senso comum. Observatório da Imprensa. Acesso em 30 de agosto, 2015, em <http://observatoriodaimprensa.com.br/redes-sociais/a-viralizacao-do-senso-comum/>

Cartografias psicopolíticas do cotidiano: tecnopolítica e movimentos sociais

Domenico Uhng Hur

Introdução

Discutir a Psicologia Social e as práticas políticas na atualidade nos confronta com as novas configurações que as formações sociais vêm assumindo, com a sua correlata produção de subjetividade. Já não há aquele bipolarismo político que marcou a guerra fria no século XX, os atores sociais não se definem apenas pelo conjunto de ideais que defendem, a esquerda política, ao tomar o poder do Estado, não mudou o mundo, como pretendia, e houve o ressurgimento de grupos ultraconservadores com discursos e pleitos que beiram o fascismo. Mas o que deu errado? O que mudou e o que permanece o mesmo? Por que os processos de transformação social parecem mais difíceis que outrora? Por que a democracia exercida no cotidiano não levou à autonomia e emancipação, mas ao esvaziamento do político? Qual é o papel do intelectual e da Psicologia Social e Política mediante este quadro? O que as práticas dos movimentos sociais podem nos ensinar frente à intensificação da gramática neoliberal?

Com este ensaio visamos realizar uma cartografia psicopolítica do cotidiano, em que discorreremos sobre a transição de modelos políticos que estamos atravessando, a produção de uma subjetividade capitalista e as práticas de insurgência fomentadas pelos movimentos sociais a partir da política nômade. Realizamos uma reflexão acerca dos desafios para uma autonomia dos coletivos sociais mediante a transformação dos cenários políticos através da intensificação da axiomática do capital. Não nos centramos num exemplo empírico concreto, pois optamos discutir teoricamente os vetores de forças atuantes no campo social. Como método para nosso ensaio utilizamos conceitos de autores pós-estruturalistas, como Gilles Deleuze, Félix Guattari e René Kaës.

Da política à tecnopolítica

As disputas políticas no século XX foram marcadas pela crença de que, ao se tomar o poder do Estado, seja pela via eleitoral ou armada, poderia ser realizada a transformação social. Objetivava-se assim dominar a aparelhagem estatal como forma de operacionalizar os objetivos políticos. Entretanto, a experiência histórica nos mostrou que muitas vitórias da esquerda política resultaram no contrário, havendo mais rigidez nas formas hierárquicas de poder do que a autogestão pretendida. Ao invés de trazer a transformação social almejada, houve uma maior estratificação das estruturas de poder (Holloway, 2003), numa espécie de reatualização das formações imperiais-despóticas, quando o soberano entrava num regime de sobrecodificação dos fluxos sociais a partir de seu desejo (Deleuze & Guattari, 1976).

Nesse tipo de formação, existe uma fixação do investimento desejante aos estratos de poder institucional, no polo paranoico (Deleuze & Guattari, 1976), gerando um agenciamento psicopolítico em que a instituição e os processos de institucionalização ocupam lugar central, que denominamos de estratopolítica:

É o agenciamento político que se baseia em estratos, lugares e posições que se ocupa dentro da estrutura institucional, numa prática que valoriza mais o instituído e o cristalizado, ao invés do instituinte; os processos de fixação, ao invés do fluxo e do movimento; os resultados ao invés do processo; mais a uma lógica do ser e do estado de coisas, do que pela lógica do devir. (Hur, 2014, pp. 21-22)

Nesse agenciamento psicopolítico há uma fusão (Bleger, 1975) entre ator-coletivo político e instituição, em que esta se torna uma espécie de prótese psíquica para sua atuação (Kaës, 1979). Por isso erigem-se linhas de segmentaridade rígida (Deleuze & Guattari, 1996), nas quais os processos de conservação e estratificação são predominantes. As condutas são codificadas e normalizadas da mesma forma do diagrama disciplinar (Foucault, 1984), constituindo-se práticas políticas codificadas e com uma identidade padronizada. Na estratopolítica, busca-se uma totalização das práticas e pensamentos; a diferença é negada. Por exemplo, isso pode ser visto com a intolerância de partidos políticos com novos enunciados e pro-

postas. Fazemos um paralelo com o que Byung-Chul (2012) afirma sobre o funcionamento social desde uma forma *imunológica*, através da defesa e do ataque, na qual se tenta exterminar o estranho, o externo e o diferente. Consideramos, assim, que a estratopolítica opera por uma dialética da negação, em que o outro é visto como inimigo e deve ser extirpado e eliminado da instituição.

Entretanto, com a intensificação da axiomática do capital na segunda metade do século passado, constatou-se uma modificação nas instituições sociais e nas práticas políticas. A axiomática do capital surge como um novo maquinismo social que não opera através de códigos e normas, mas a partir da desterritorialização dos fluxos sociais codificados. Todavia, não atua apenas pela descodificação, assume um segundo movimento, que é a reterritorialização dos fluxos descodificados desde a sua lógica (Deleuze & Guattari, 1976). É como se o *socius* deixasse de operar predominantemente por códigos e significantes e passasse a atuar por um funcionamento capitalista, substituindo o molde pela modulação (Deleuze, 1992). “A axiomática do capital opera a partir da lógica de funcionamento do capitalismo, que consiste na incitação à produtividade, competitividade, livre iniciativa e atualização da lógica privada e do acúmulo” (Hur, 2013b, p. 205). Portanto, proporciona uma *estratégia* de ação, e não uma *forma*; um *programa*, e não um *tipo*; uma *fórmula*, e não um *código*. Desse modo, a axiomática do capital tirou a primazia e determinância dos estratos institucionais para a prática política, substituindo-os pela lógica da gramática neoliberal. É a intensificação da axiomática do capital que incita a transição das sociedades disciplinares às sociedades de controle (Deleuze, 1992), ou melhor, denominadas como sociedades de rendimento (Byung-Chul, 2012).

Então não é que o Estado se fluidifica, ou se desterritorializa, conforme o pensamento pós-moderno defende (Lewcowicz, 2004), mas seus códigos e sua pragmática passam a ser modulados pela axiomática do capital, conformando o conhecido Estado neoliberal. A instituição estatal permanece, mas seus códigos são norteados pela matriz capitalista. Então as práticas políticas e a razão governamental não serão mais guiadas por ideologias, crenças políticas, ou o desejo do governante, mas sim a partir da axiomática do capital. Isso significa que as práticas políticas estarão vetorizadas pela lógica do *rendimento*, ou que chamamos de *diagrama de*

empresa (Hur, 2015b)¹. E para alcançar esse melhor rendimento na gestão governamental, os saberes e tecnologias psi são fundamentais. Dessa maneira, cada vez mais os saberes psi estarão acoplados ao governo da vida, tornando-se importante ferramenta biopolítica e noopolítica (Lazzarato, 2006), exercendo o poder sobre a vida e sobre o pensamento, os afetos e a memória. Emerge assim um novo agenciamento psicopolítico, que,

ao invés da função estratégica de ocupar lugares institucionais para realizar práticas políticas, focaliza-se mais no desenvolvimento de saberes e técnicas que fomentem uma gestão mais eficaz do social. Enfim, há todo um desenvolvimento de uma tecnologia da política, de uma tecnologia de governabilidade, que conforma outra lógica de processos políticos frente às práticas políticas tradicionais, que chamamos aqui de tecnopolítica. (Hur, 2013a, p. 11)

Assim, na tecnopolítica há uma mudança em que não se importa mais quem gere o Estado, mas sim se as práticas políticas estão respaldadas pelo saber técnico de gestão da vida, mas um saber que siga o diagrama de empresa, reduzindo os gastos e maximizando os rendimentos. Por isso, independentemente das ideologias políticas do governante, o que importa é como gerir os fluxos financeiros e políticos de maneira a gerar mais lucros e menos prejuízos. Há, dessa forma, a substituição da política enquanto debate ideológico e utópico, para a política enquanto saber técnico de governo da vida e dos coletivos sociais e que traga resultados práticos de seu rendimento e eficácia.

Na tecnopolítica não há mais a antítese do inimigo político, pois, para a gestão da vida na axiomática do capital, deverá haver a composição e a gestão das diferenças. Não há como governar isolado dos distintos setores, visto que a política agora se trata da gestão e da maximização da produção de fluxos sociais, materiais e imateriais. Transita-se, assim, de um modelo pautado na negatividade do outro para a positividade deste outro, em realidade, a multiplicidade das positivities de inúmeros outros. O desafio de gestão aos governantes, além do saber técnico, é: como gerir e compor com a variação das diferenças que se coloca para o governo da vida? Como gerir os múltiplos e contraditórios interesses? Portanto, neste novo diagrama, há uma descentralização do governo, de

¹ Hur, D. U. (2015b). *Axiomática do capital e instituições: abstratas, concretas e imateriais* (mimeo.).

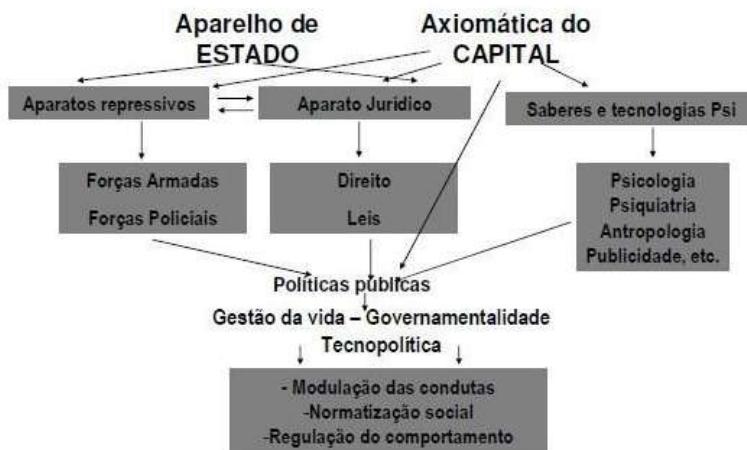
um antigo centro (o Estado) para uma rede ramificada, dispersa e cada vez com mais conexões.

Então não há mais o antigo modelo imunológico da defesa e do ataque, mas um *modelo neuronal* (Byung-Chul, 2012) em que se deve manter as diferentes sinapses. Não é mais o antigo modelo piramidal, mas um modelo horizontal em rede, constituído por células de trabalho. O perigo na governabilidade não é mais a crise do antigo sistema estatal, pois agora se está em perpétua crise. O problema na gestão tecnopolítica não é a defesa e o ataque, mas sim as possíveis fraturas e desconexões na rede, os curtos-circuitos e sobrecargas no sistema; a demência e o acidente-vascular cerebral. Não é à toa que, na gestão da presidenta do Brasil que se reiniciou em 2015, seu terror foi perder as conexões com o empresariado. Este setor, consciente de sua força, atua a partir da chantagem e da especulação dos fluxos financeiros para manter seu quantum de poder econômico. Tomado pelos leigos como “neutro”, o mercado historicamente é operado pelos megainvestidores como forma de persuasão e chantagem política sobre um governo. E vem obtendo êxito, pois, na recessão econômica brasileira, os bancos continuam a bater recordes de lucros.

Esquematzamos na figura 1 a articulação da axiomática do capital à aparelhagem do Estado. Partimos da discriminação realizada por Althusser (1980) entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos de Estado. Distinto de Althusser, diferenciamos os aparelhos repressivos em duas modalidades: repressivos e jurídicos. Ao invés de aparelhos ideológicos, substituímos pelos saberes e tecnologias psi, como a psiquiatria, psicologia, antropologia, estatística, publicidade e comunicação. Demos ênfase à axiomática do capital que passa a incidir diretamente na gestão da vida, em que o Estado, a mídia, os saberes e as tecnologias psi atuam a partir de seu funcionamento. A governamentalidade resultante segue o agenciamento tecnopolítico, buscando maior rendimento e eficácia em suas ações políticas. Vale ressaltar que as políticas públicas são a “formação mista” entre aparelhagem estatal, saberes psi e axiomática do capital. Portanto, estão muito mais a serviço da governamentalidade e da neocolonização, ao invés de processos de autonomia e emancipação. Entendemos a neocolonização como a transmissão dos valores dominantes numa sobre-codificação dos fluxos sociais na lógica do capitalismo e nas normas adaptativas do Estado, sendo uma espécie de colonização e doutrinação

subjetiva dos coletivos sociais (Hur, 2013c, p. 50). Com tal perspectiva, a política pública assume um caráter maior de captura do que de contribuição ao social, como era propagado recentemente pelo Sistema-Conselhos de psicologia.

Figura 1. Estado e axiomática do capital: a tecnopolítica



Este agenciamento psicopolítico, a tecnopolítica, passa a produzir uma modalidade subjetiva conformada nas mesmas linhas preconizadas pela axiomática do capital. Agencia os processos de normatização conforme as sociedades disciplinares, bem como a modulação e regulação das sociedades de controle. Então os indivíduos e coletivos também sofrem uma descodificação dos valores tradicionais, para terem seus fluxos psicossociais reterritorializados a partir da fórmula capitalista. Passam assim a ser programados por tal lógica, naturalizando-a como a forma correta de agir e operar no mundo. A mais-valia e o lucro nas relações de troca passam a ser pressupostos em qualquer tipo de relação, até nas relações afetivas. O indivíduo reatualiza o diagrama de empresa e o assume para si: o indivíduo se torna a sua própria empresa (Hur, 2015b). Logo, nesse diagrama do rendimento, não é mais necessário confinar o indivíduo dentro dos muros institucionais, pois no campo aberto ele continua a operar

na lógica da axiomática do capital, buscando sempre aumentar e maximizar sua produção: ele está programado para operar nesse funcionamento, que, a princípio, não tem fronteiras, nem limites. “A autonomia do self não é, portanto, a eterna antítese do poder político, mas um dos objetivos e instrumentos das mentalidades e estratégias modernas de condução da conduta” (Rose, 2011, p. 216).

Dessa forma, resulta-se uma subjetividade capitalista que busca uma hiperprodução não apenas no âmbito do trabalho, mas em todas as suas esferas de vida. Seus indicadores de realização serão o aumento financeiro no extrato bancário, o aumento quantitativo de conquistas afetivas na festa, o aumento de artigos no seu currículo lattes e o aumento de músculos no corpo. A prática “amadora” cotidiana do fisiculturismo é a expressão da axiomática do capital no âmbito corporal. Maximizar e hipertrofiar os músculos, fazendo-os adquirirem dimensões desconhecidas. Queimar as gorduras, obtendo índices quase mínimos de gordura corporal. E alimentar-se de suplementos e hormônios que levarão a esse corpo idealizado, hipertrofiado e livre dos “excedentes econômicos corporais” (a gordura). A testosterona se torna o hormônio paradigmático da subjetividade capitalista, empreendedora de si e hipertrofiada, tanto para homens como para mulheres. Não se para de crescer, mas nunca está suficiente. O fisiculturista amador se vê no espelho, mas sempre acha que deve treinar para ficar mais forte e queimar mais gorduras. Nunca está satisfeito com o corpo e se sente em perpétua dívida com o ideal. A subjetividade capitalista é o sujeito endividado (Lazzarato, 2014). Ou então o sujeito esgotado e cansado (Byung-Chul, 2012).

Constata-se que, nesse ideal da hiperprodutividade técnica em todos os âmbitos da vida, há o declínio do debate e da participação política. Participar de reuniões, de debates e manifestações políticas é visto como perda de tempo, pois, ao invés de perder horas ali, o indivíduo pensa que poderia estar trabalhando, ou se divertindo de outra forma. Prefere utilizar seu tempo para extrair alguma mais-valia, visto que os espaços políticos não são *a priori* rentáveis. Com a intensificação da axiomática do capital, a política converte-se em tecnopolítica, o indivíduo em empresa e há um declínio da política mediante o ideal da hiperprodução.

Não apenas o Estado, como a população de uma forma geral e até os movimentos sociais, padecem da modulação da axiomática do capital.

Para Deleuze e Guattari, a axiomática do capital assume sua concretude no Capitalismo Planetário Integrado. Poucos anos mais tarde, Hardt e Negri (2005) passam a denominar essa aparelhagem como Império, a forma paradigmática de governo na sociedade atual. É uma

nova forma de poder que não se localiza mais no Estado-nação e consiste numa outra forma de soberania, trans-nacional, descentrada, desterritorializada e em rede; um Capitalismo transnacional. Nessa nova configuração, nas relações internacionais, há um processo de diluição das fronteiras dos Estados e eliminação das distâncias espaciais, como se houvesse uma linguagem universal e compartilhada por todos: a gramática neoliberal. O Império passa a ser a nova forma de soberania, tornando-se uma instância transcendente aos Estados-nação. O imperialismo, pautado nas tradicionais relações de dominação de um país sobre o outro, torna-se secundário frente à constituição de uma rede mundial difusa e descentrada. O Império passa a axiomatizar o funcionamento de todos os Estados. Já não são países que dominam outros países, mas a lógica imperial que axiomatiza o funcionamento de todos esses países. (Hur, 2013b, p. 212)

Não apenas como funcionamento global, o Império, tal como a axiomática do capital, fomenta a produção local, da subjetividade capitalista. Quando afirmamos que os movimentos sociais podem padecer dessa mesma lógica, é quando vemos antigos militantes que passam a brigar por um salário do movimento, ou quando recebem um cargo de assessor em determinado governo ou município, e muitas vezes quando o movimento social se converte em organização não governamental - ONG. Nessa transição de movimento para ONG, há a mudança de militante político para militante remunerado empregado, em que se tornam mais importantes as atividades de “captação de recursos” do que a militância política anteriormente assumida. Outros tempos, outras práticas. Não queremos entrar em juízos de valores, apenas salientar que tal transição dos movimentos às ONGs expressa a incidência da axiomática do capital também nestes movimentos políticos. Constitui-se assim a democracia do capital.

As manifestações a favor do impeachment são movimentos sociais?

Os movimentos sociais têm inúmeras definições. Utilizamos uma concepção que ressalta o caráter de transformação do movimento so-

cial. Nela, não se categoriza qualquer coletivo de pessoas como movimento social, mas sim uma “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (Melucci, 2001, p. 35). Entendemos assim um movimento social como um conjunto de indivíduos articulados por um regime de sociabilidade que tem uma ação insurgente de reivindicação e que porta relações de forças que buscam uma transformação das relações sociais instituídas. Um movimento social está invariavelmente ligado à transformação, ao fomento das forças instituintes e de acordo com demandas direcionadas à autonomia, sendo assim uma ação eminentemente de uma sociedade contra o Estado. Os movimentos sociais são a expressão da resistência e da insurgência, lutando contra a captura do Aparelho de Estado e a modulação da axiomática do capital.

Nessa definição, não consideramos como movimentos sociais a ação de coletivos sociais que buscam a sua conservação e a sua reprodução, seja da lógica estatal, ou do capital. Estes não lutam pela transformação, mas pela manutenção do *status quo*. Citamos os grupos conservadores que atualmente saem às ruas pedindo o impeachment do governo da Presidenta Dilma Rousseff. A princípio, pode parecer que estão clamando pela transformação do país, pois imaginam que, com a saída do Partido dos Trabalhadores do poder, toda a corrupção seria extirpada da esfera pública. Algo inalcançável devido às inúmeras denúncias de corrupção envolvendo políticos de quase todos os partidos.

Porém, o que se constata é que a manifestação destes grupos conservadores não é nada mais que a expressão da axiomática do capital, mas de duas formas. A primeira refere-se à afirmação exaltada, orgulhosa e superiora da subjetividade capitalista. Os grupos lutam contra as políticas sociais do governo e um partido da esquerda política no poder. Posicionam-se também contra as instituições tradicionais políticas, clamando pelo fim do Congresso, do Senado e até do Supremo Tribunal Federal. Compreendem que o sistema público acarreta apenas prejuízos ao contribuinte e deve ser enxugado, senão extirpado. Expressam assim a luta política de um neoliberalismo, constituído pela axiomática do capital, contra uma social-democracia. É a expressão declarada e intensificada do projeto neoliberal reinante.

A segunda forma refere-se à indeterminação e insegurança sofrida por estes grupos pela desterritorialização dos fluxos sociais proporcionada pela axiomática do capital. Em virtude da descodificação dos códigos institucionais, gerou-se uma indefinição, uma incerteza sobre os sentidos e as finalidades da vida e da sociedade, uma vez que as instituições proporcionam esse processo de regulação psíquica (Kaës, 1991). Com a fratura dos códigos institucionais e dessas formações sociais, muitos perderam suas referências identitárias e psíquicas. A axiomática do capital, ao constituir uma subjetividade capitalista em que toma o indivíduo como empresa de si, investe num individualismo que pode levar a um isolamento na vida pessoal e afetiva, incitando afetos de ressentimento e angústia. Paradoxalmente nunca estivemos tão conectados, mas tão isolados, que é um dos problemas político-existenciais vividos no cotidiano. Compreendemos, desse modo, que as expressões fascistas clamando pela intervenção militar, pela defesa família e contra o marxismo nas escolas são sintomas do mal-estar pela descodificação generalizada. É uma forma de codificação e identificação de urgência (Kaës, 2011) frente à desterritorialização fomentada pela axiomática do capital. Clamar pela disciplina (exército), pela família, pela religião são mecanismos defensivos para lidar com o mal-estar e o desconhecido. Pedem o retorno do código, dos moldes, das normas e formatos instituídos, pois não se consegue suportar as transformações do cotidiano moduladas pela axiomática do capital. Nesses processos de identificação de urgência, não apenas se buscam significantes para se amparar, como também se criam os bodes expiatórios para se culpar (Pichon-Rivière, 1986), por isso que o ódio e a vontade de aniquilar o outro, o diferente, são tão intensos. O totalitarismo imaginariamente é visto como uma forma de salvação frente às ansiedades primitivas que circulam. E esta é uma forma de atuação bastante regressiva, do ponto de vista cognitivo e afetivo. Perante as incertezas trazidas pela tecnopolítica, investe-se novamente na estratopolítica.

A bandeira do impeachment da Presidenta Dilma apenas foi hasteada em função de uma disputa pelo poder entre os distintos atores políticos partidários, mas parte significativa da população acreditou que fosse por um ideal mais “nobre”. Pois os setores que gestionam a sociedade na axiomática do capital percebem que grandes desconexões na rede da governabilidade não são bem vistas. Da mesma maneira que o governo cede às chantagens para que o empresariado não se desconecte da rede, este

setor também precisa do governo. Não é à toa que importantes empresários alicerçados no discurso neoliberal opinaram publicamente contra o impeachment. Até a maior emissora televisiva do país se posicionou contrariamente ao impeachment. Uma quebra de tal magnitude significaria uma diminuição do investimento financeiro externo no país, o que contraria a lógica do capital e dos setores que governam o Brasil. Não haverá impeachment; renúncia, quem sabe.

Dessa forma, compreendemos que tais manifestações não são movimentos sociais, conforme a definição de Melucci (2001), já que os grupos manifestantes conservadores não estão implicados na transformação, ou numa luta contra o Estado, tal como está estruturado, mas apenas na afirmação reiterada da axiomática do capital e da subjetividade capitalista, ou à regressão e codificação em estratos mais rígidos que impeçam quaisquer processos de mudança.

Movimentos sociais: multidão e insurgência

Não é de hoje que os movimentos sociais não necessitam dos intelectuais e da Universidade. Eles têm um saber e valores que norteiam suas ações. Para a Psicologia Social e Política, enquanto saberes psi, resta uma certa ferida narcísica ao constatar que o movimento social prescinde do saber do técnico e do intelectual. Por um lado, isso é positivo, pois o movimento social foge dos processos de normatização e regulação social que a Psicologia está historicamente envolvida, mas, por outro, também pode expressar um certo fechamento do coletivo social, que se cerra em si não aceitando possíveis contribuições de nossas disciplinas e campos de saberes. Entretanto, devemos insistir e procurar processos de composição com o movimento social, de tal maneira que com nossos dispositivos teóricos e técnicos possamos amplificar seu potencial de pensamento, de afecção e de ação, e nos fortalecermos a partir de seus processos de insurgência. Contudo, devemos sair do lugar de messias, de professor e de oráculo e aprender a escutar as demandas dos movimentos sociais, tal como o zapatista Subcomandante Marcos disse, que, quando chegaram na Selva Lacandona, apenas sabiam falar. Porém, quando aprenderam a escutar os indígenas, é que o movimento zapatista realmente se constituiu. Portanto, não devemos assumir o lugar de doutrinadores, mas sim de poten-

cializadores dos saberes e fazeres desses coletivos. Assim, ao invés de a Psicologia, tão axiomatizada pelo capital, querer ensinar os movimentos sociais, por que não é a Psicologia que pode ser ensinada pelos movimentos sociais? De forma semelhante que Pavón-Cuellar² traça alguns posicionamentos que a organização guerrilheira mexicana Exército Popular Revolucionário pode trazer à Psicologia crítica, mapeamos enunciados gerais que os movimentos sociais podem incitar na Psicologia social. Traçamos apenas características de movimentos sociais que apelam a novas práticas e formas de ser em sua polaridade mais radical e insurgente, pois sabemos que sua atuação é muito ampla e variada.

Autogestão e afetos potencializadores

Nos movimentos sociais, seus participantes prescindem da modalidade competitiva e de rivalidade de relação social que a subjetividade capitalista assume. Atuam a partir da solidariedade, considerando o outro não como inimigo, ou rival, mas como companheiro, que etimologicamente significa aquele que compartilha o pão. Agenciam-se através de uma forma de poder horizontalizada, numa autogestão em que todos têm direito à voz e voto. Quando há uma diretoria, uma federação, ou um comando, é pela necessidade de tomar as decisões mais pragmáticas e operacionais. Mas quando se tomam decisões importantes para o movimento, é utilizado o dispositivo das assembleias, crucial para o exercício democrático. Desse compartilhamento do poder geram-se bons encontros, os quais aumentam os afetos potencializadores de seus membros. Os afetos e corpos mais potencializados também podem aumentar o potencial de ação dos coletivos (Deleuze, 2002), visto que os participantes estão em uma relação de composição, e não de decomposição, tal como é marcada a rivalidade capitalista. Em pesquisa recente, encontramos correlação estatística significativa entre o aumento do grau de afetividade e a vontade de participar coletivamente em participantes da Parada LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros - de Goiás (Hur, Lacerda et al.)³.

² Pavón-Cuellar, D. Para além do comportamento agressivo: luta guerrilheira e determinação estrutural-institucional da violência no discurso do Exército Popular Revolucionário (EPR) do México (mimeo.)

³ Hur, D. U., Lacerda, F., Castro, T. C., Silva, T. M. G., Silveira, G. M., Menezes, N. R. C. et al. As políticas da afetividade na Parada LGBT de Goiânia (mimeo).

A autogestão generalizada não se restringe à política, mas atinge também as distintas esferas da vida, em que o militante passa a compartilhar o poder no seu trabalho, na sua família, com seu grupo de amigos, no âmbito do desejo, etc. A autogestão nos movimentos sociais é uma autêntica revolução molecular (Guattari, 1987).

Política nômade

Os movimentos sociais atuam a partir do que denominamos como a política nômade, ou nomadopolítica, que é o agenciamento psicopolítico que traça movimentos centrífugos, de mudança, ao invés das tradicionais instituições políticas que traçam movimentos centrípetos, de conservação. Caracteriza-se “por um agenciamento fugidivo, fluido, que atua na primazia dos movimentos e dos deslocamentos, numa ação mais autônoma, fluida e molecular” (Hur, 2015a). O nomadismo político não busca as fixações às ideologias, ao partido, ao Estado, ou à modulação capitalista, mas tem como implicação o movimento e o deslocamento em si. “Atua pelo primado da desterritorialização, numa luta contra as práticas instituídas de Estado e do Capitalismo Mundial Integrado. Assume um potencial instituinte de uma máquina de guerra contra o Aparelho de Captura, atualizando a lógica do guerreiro frente à do legislador” (Hur, no prelo). Então esse nomadismo é o que faz com que os movimentos sociais fujam do sedentarismo da lógica estatal e não se enredem na axiomática do capital. O conceito de máquina de guerra (Deleuze & Guattari, 1997) foi criado para pensar num agenciamento que não estivesse sobrecodificado pela lógica do Estado, e fosse derivado do agenciamento de forças de um *fora*. Movimentos sociais, a guerrilha contra o Estado, indígenas sem Estado, constituem exemplos de máquinas de guerra (Hur, 2012). Tal agenciamento psicopolítico atualiza o potencial disruptor e insurgente do que denominamos como *movimentos sociais nômades* históricos brasileiros, como a impetuosidade da malta dos cangaceiros de Lampião e Corisco, bem como a insurreição indígena de trinta tribos indígenas nômades, articulada por Mandu-Ladino, contra os colonizadores portugueses no nordeste brasileiro.

Linhas de luta e não apenas linhas de fuga

Os movimentos sociais com suas reivindicações e organização não apenas traçam linhas de fuga frente ao aparelho de Estado e a axiomá-

tica do capital, traçam linhas de luta. As linhas de fuga referem-se à possibilidade de agenciarem-se diferentemente das linhas estratificadas, de segmentaridade rígida, do Estado, ou de segmentaridade aparentemente maleáveis, da axiomática do capital. É a possibilidade de criar novos regimes que desterritorializem o instituído e estratificado.

Entretanto, fugir não basta aos movimentos sociais. Discordamos de Deleuze e Parnet (1987), pois não é na fuga que se busca uma arma. Mas sim na luta e no confronto direto com os setores que causam a opressão aos coletivos sociais, sejam os latifundiários, o Estado, o patriarcalismo, o falocentrismo, etc. Os movimentos sociais traçam linhas de luta, de combate, se potencializam e se singularizam a partir dessa atuação, beligerante, seja no âmbito direto, seja no da negociação. As linhas de luta são como marretadas contra os estratos duros, aumentando assim seu potencial para fissurar e destruir os bloqueios que limitam suas possibilidades de vida.

“Método da insurgência”

Consideramos que os movimentos sociais utilizam o método da insurgência em suas práticas políticas. A revolta, a desobediência e a insurgência são o combustível de sua ação política. A insurgência é o ato que fomenta a desterritorialização dos estratos, o embaralhamento dos códigos, a fissura no instituído, a intensificação da crise. Aqui vemos a crise como o momento potencial de desterritorialização e reelaboração da experiência para possibilidades mais produtivas e potencializadas de vida. Compreendemos que a atuação insurgente dos movimentos sociais é uma esquizoanálise em ação, já que opera a partir das duas tarefas enunciadas por Deleuze e Guattari (1976): as tarefas negativas e positivas. Com suas linhas de luta, tratam de operar a tarefa negativa de raspagem e demolição dos elementos coercitivos, sejam sociais, sejam psíquicos, seja o capitalismo, seja o Édipo. Em seguida, operam as tarefas positivas de cartografar o funcionamento das máquinas sociais, de criar suas teorizações e tomadas de consciência sobre as contingências psicossociais que lhes atingem, para conectar, desse modo, os investimentos desejan-tes ao campo social. Seja criando suas novas modalidades de sociabilidade, através da autogestão, e por conseguinte, uma nova modalidade subjetiva. Fomentam em suas práticas processos de elaboração que superam os sofrimentos existenciais advindos da axiomática do capital, para a criação de

novas modalidades de vida. O método da insurgência é um grito da vida contra a opressão.

Constituição de uma subjetividade nômade e insurgente

Constitui-se, assim, com base nas práticas políticas dos movimentos sociais e do método da insurgência, uma nova modalidade subjetiva, em contraposição à subjetividade capitalista, que denominamos de subjetividades insurgentes (Hur & Lacerda, 2013)⁴. Utilizamos no plural, pois se trata de um processo de subjetivação múltiplo, heterogêneo e variado, mas que se articula pela insurgência e rechaço da lógica estatal e da axiomática do capital. Assemelha-se ao conceito de multidão, por tratar-se dessa multiplicidade híbrida, que não foi capturada pelo Império:

A multidão está engajada na produção de diferenças, invenções e modos de vida. Deve, assim, ocasionar uma explosão de singularidades. Essas singularidades são conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre reiterado e aberto ... A multidão é a forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento. (Hardt & Negri, 2006, p. 7)

De tal forma que as subjetividades insurgentes não são aquelas que atuam apenas através da revolta e do rechaço, mas principalmente pelas suas capacidades de agenciamento coletivo que lhes possibilitam a invenção e a criação de novas formas de vida, que vão além da axiomática do capital. Mas talvez no que podemos denominar como uma dialética destruição/criação, em que se deve lutar contra as formas de sujeição social e desejante, para desbloquear o investimento desejante e libertar/construir as potências de vida. Em todo processo de demolição, há criação.

Considerações finais

Neste ensaio, buscamos realizar uma cartografia psicopolítica do cotidiano, primeiramente discutindo a transição da política tradicional à tecnopolítica, desde a intensificação da axiomática do capital. A nosso

⁴ Hur, D. U. & Lacerda, F. Ditadura e insurgência na América Latina: psicologia da libertação e resistência armada. Artigo vencedor do Prêmio Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e repercussão sobre a Psicologia como Ciência e Profissão, concedido pelo Conselho Federal de Psicologia em 2013. (mimeo).

ver, as manifestações contemporâneas a favor do impeachment da Presidenta Dilma apenas expressam a axiomática do capital, não portando nenhum tipo de transformação, não sendo consideradas, portanto, como movimentos sociais. No último tópico, trouxemos cinco modos de funcionamento dos movimentos sociais que podem inspirar os saberes e as práticas da Psicologia Social e Política. Assumir formas de sociabilidade que privilegiem a autogestão e os afetos potencializadores, ao invés de nossas estruturas piramidais e afetos muitas vezes de decomposição. Adotar uma política nômade e não as tradicionais formas sedentarizadas de fazer política, em que nos inspiraríamos a partir dos deslocamentos e experiências dos movimentos sociais nômades. Abandonar, ou melhor, sofisticar as conhecidas linhas de fuga, pelas linhas de luta; é no combate que se encontra uma arma, forja-se o ser e o coletivo. Utilizar o método da insurgência, e não da obediência, nem do rendimento da axiomática do capital, em nosso trabalho. E para finalizar, transmutar-se da subjetividade capitalista em direção às subjetividades insurgentes. Concluímos, assim, que os movimentos sociais trazem modalidades de ser e devir que atualizam relações de resistência à axiomática do capital, que pode potencializar a vida e inspirar a Psicologia Social e Política latino-americana para novas práticas e configurações. Com o Império e a axiomática do capital, não se chegou ao fim da história, pois os movimentos sociais nômades e insurgentes instauram modos de ser que estão levando à produção de um novo comum.

Referências

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.
- Bleger, J. (1975). *Simbiosis y Ambigüedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Byung-Chul, H. (2012). *La sociedad del cansancio*. Barcelona: Herder.
- Deleuze, G. (1992). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In *Conversações* (pp. 219-226). São Paulo: 34.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta. (Original publicado em 1981)
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1976). *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). São Paulo: 34.

- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5). São Paulo: 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1987). *Diálogos*. New York: Columbia University Press.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guattari, F. (1987). *A revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.
- Hardt, M. & Negri, A. (2005). *Imperio*. Barcelona: Paidós.
- Hardt, M. & Negri, A. (2006). *Multitud: Guerra y democracia en la era del Imperio*. Barcelona: Debolsillo.
- Holloway, J. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo.
- Hur, D. U. (2012). Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra. *Mnemosine*, 8(2), 51-69. Acesso em 08 de agosto de 2015, em http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/254/pdf_239
- Hur, D. U. (2013a). Tecnopolítica: da guerrilha armada à gestão da vida. *Polis e Psiq*, 3(2), 4-25. Acesso em 08 de agosto, 2015, em <http://seer.ufrgs.br/PolisePsiq/article/view/38487/26486>
- Hur, D. U. (2013b). Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze. *Lugar comum*. 40, 201-215. Acesso em 08 de agosto de 2015, em http://uninoma-de.net/wp-content/files_mf/111012130335Da%20biopol%C3%ADtica%20%C3%A0%20noopol%C3%ADtica%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Deleuze%20-Domenico%20Hur.PDF.
- Hur, D. U. (2013c). Psicologia comunitária e política: entre a autonomia e o Estado. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 8(1), 47-62. Acesso em 08 de agosto de 2015, em http://www.ufsj.edu.br/revistalapip/revista_volume_8_numero_1.php
- Hur, D. U. (2014). Da guerrilha ao Estado: a estratopolítica. *Revista electrónica de Psicología Política*, 32, 16-36. Acesso em 08 de agosto de 2015, em <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/agosto%202014/2.pdf>
- Hur, D. U. (2015a). A política nômade: a guerrilha contra o Estado. *Cahiers de Psychologie Politique*, 27. Acesso em 08 de agosto de 2015, em <http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=3010>
- Kaës, R. (1979). *Crisis, ruptura y superación*. Buenos Aires: Ediciones Cinco.
- Kaës, R. (1991). *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2011). *O singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola.

Hur, D. U. (2015). Cartografias psicopolíticas do cotidiano: tecnopolítica e movimentos sociais

Lazzarato, M. (2006). *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires: Tinta Limón ediciones.

Lazzarato, M. (2014). *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições SESC.

Lewcowicz, I. (2004). *Pensar sin Estado: la subjetividad en la era de la fluidez*. Buenos Aires: Paidós

Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pichon-Rivière, E. (1986). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Direitos humanos e movimentos sociais: desafios à democracia (e à psicologia) brasileira

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

A tarefa que habitualmente se espera da Psicologia é de individualizar (e interiorizar) a subjetividade, para que o saber (cada vez mais “suposto”, ou “suspeito”) promova o desvelamento de uma determinada “essência” do sujeito. Em meio a tal hegemonia, problematizamos a discussão que articula direitos humanos, movimentos sociais e democracia à emergência de determinados processos de subjetivação, articulados a um debate localizado na Psicologia Social. Apostamos na construção de um comum, capaz de acessar (e construir) um território articulado aos processos psicossociais, junto à análise das demandas dos movimentos sociais. Com quais políticas do comum nos aliamos e com quais concepções nos comprometemos ética e politicamente? E de que modo tais alianças e comprometimentos auxiliam nos desafios de problematização da democracia (e da Psicologia) que cotidianamente vêm sendo construídas em território brasileiro?

Colocamos em análise, aqui, discursos hegemônicos que têm o poder de marcar, estigmatizar e matar o outro, pela força e presença de certa perspectiva epistemológica de corte positivista, que insiste em um projeto objetivista, asséptico, neutro, inodoro e incolor para a Psicologia, cujas demandas são endereçadas a intervir e resolver problemas de desajustamento em situações definidas como problemas.

A Psicologia, hegemonicamente, tem se constituído como ferramenta de adequação e ajustamento intimizado, universal, natural e a-histórico, não se colocando, assim, a questão que se refere a práticas datadas historicamente, instituindo modelos de ser e de estar no mundo segundo padrões de normalidade produzidos como únicos e verdadeiros, inferiorizando e desqualificando os lugares ocupados pelos chamados diferentes, anormais, perigosos, desvinculando-os dos seus contextos sócio-histórico-político-sociais, tornando-os não humanos. A estes seria endereçado um constante monitoramento, vigilância e tutela. Caberia,

a esta Psicologia, a tarefa de desvelar (sob o estatuto do diagnóstico) a diferença.

Aos que fogem aos modelos pré-constituídos de cidadania, a condição de cidadão parece não se fazer valer. Uma vida que, a exemplo do *homo sacer* de Agamben (2004), nada vale, ou vale muito pouco, ou vale mais aprisionada, pois movimenta a indústria de segurança, com maior segurança que estando liberta; a essa vida não é merecida a proteção integral, mas uma coerção e controle em nome da ordem.

E os indesejados, de algum modo, serão geridos ou exterminados – ainda que em vida, mediante a supressão de seus modos singulares de existência.

Tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. (Foucault, 2002, p. 306)

Atualmente, dentro do proclamado contexto de incerteza e insegurança pública, cada vez mais o psicólogo é convocado a atuar nas agências oficiais de manutenção da ordem e de promoção da segurança. Nada para se estranhar. A própria constituição da regulamentação da Psicologia no Brasil, por meio da lei 4.119 de 1962, aponta como uma das funções do psicólogo a “solução de problemas de ajustamento”. Complementar as engrenagens de vigilância e disciplinarização com técnicos competentes, supostamente capazes de produzir disciplina, com vistas à tarefa de “defender a sociedade” de seus refugos parece ser, neste contexto, um bom modelo de intervenção. A atuação do saber-fazer psicológico vai sendo convocada pelas instâncias da ordem e, paradoxalmente, ampliam-se também as possibilidades de articulação com os movimentos sociais. Às vezes como aliados, às vezes na qualidade de opressores.

Movimentos sociais, aqui, não serão reduzidos como a ação de grupos sociais voltados à promoção de interesses morais, éticos e legais específicos, mas como toda a possibilidade de transformações drásticas da ordem, incluindo sistemas normativos, políticos e econômicos vigentes,

sob a égide dos mais variados suportes ideológicos e em diferentes contextos históricos e sociais (Touraine, 1973). Movimento social, portanto, como prática de promoção de singularização. Movimentos sociais como prática de promoção (e garantia) de direitos humanos.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, foi criada em 1945, pela Carta de São Francisco, a Organização das Nações Unidas (ONU), propondo-se à comunidade internacional a discussão e o resgate da noção de direitos humanos. Tais propostas “consumaram-se”¹ redundando na promulgação, em 1948, de uma declaração que, embora destituída de força legal, constituía-se como uma carta de recomendações, composta por um preâmbulo com sete considerações e mais trinta artigos. Os vinte e um primeiros abrangiam direitos civis e políticos (direitos e garantias do indivíduo), os sete seguintes tratavam dos direitos econômicos, sociais e culturais e os dois últimos, respectivamente, da responsabilidade do indivíduo em relação à sua comunidade e da vedação de qualquer interpretação da Declaração de modo a “destruir” os direitos e liberdades nela estabelecidos.

Desta forma se transmite o tema direitos humanos: como se não houvesse uma história anterior à Declaração Universal de 1948, com suas implicações na Segunda Guerra Mundial e na criação da ONU². De modo análogo, os movimentos sociais: como se fossem apenas aqueles instituídos com demandas específicas em torno de certa concepção de vida em sociedade.

Trindade (2002) chama a atenção para o fato de que, em nome dos ideais de igualdade e fraternidade contidos nas inúmeras concepções de direitos humanos, foi erigido, por meio do AI-5, um dos regimes que mais crimes cometeu contra os mesmos direitos em toda a história brasileira. Ou o *Main Kampf* de Adolf Hitler, livro sobre o qual o mesmo escrevera: “Os direitos humanos estão acima dos direitos do Estado”. Resta para nós, enfim, a questão: se os direitos humanos são argumentos utilizados por tão diferentes práticas sociais, afinal, de que direitos se trata, ou ainda, de que humanos está se tratando? Como nos diz Trindade (2002):

¹ Para aqueles que acreditam que os temas “direitos humanos” e “movimentos sociais” esgotam-se no direito positivo (e, portanto, normativo).

² Esta é a história instituída. A questão dos direitos humanos, porém, já se anunciava há muito mais tempo, em especial com o advento das Revoluções Burguesas.

Talvez não tenha havido opressor nos últimos duzentos anos, ao menos no Ocidente, que não tivesse, em nenhum momento, lançado mão da *linguagem* dos direitos humanos. Hitler foi apenas mais um a adotar esse procedimento ... Por que tem sido tão fácil falar em direitos humanos e por que essa expressão tornou-se assim maleável, tão complacente e moldável, a ponto de a vermos ser pronunciada sem rubor pelos mais insólitos personagens? O que significa ela exatamente? (pp. 5-16)

Movimentos sociais, do mesmo modo, pode servir para denominar experiências contraditórias. Touraine (1976) aponta que, para se compreender os movimentos sociais, mais do que pensar em valores e crenças comuns para a ação social coletiva, seria necessário considerar as estruturas sociais nas quais os movimentos se manifestam.

Foucault pensa o homem como a fisionomia de uma forma dominante, como uma resultante de relações de força que compõem tal forma (Deleuze, 1992). Homem, assim, é pensado como relação, como “um singular que não pode existir sem o outro” (Conselho Federal de Psicologia, 2004). Homem, desta maneira, é pensado como subjetivação. Formahomem como resultante de relações de força (sempre em relação com outras forças) que constituem o poder. Do mesmo modo, Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas o termo ‘subjetivação’ como processo. Trata-se da invenção de modos de existência e de possibilidades de vida que não cessam de se recriar, e não pessoas ou identidades (Deleuze, 1992).

É neste sentido que Foucault nos ensina que o homem não possui uma interioridade, pois é formado como resultante de forças que o atravessam. Forças que se configuram enquanto práticas históricas que o objetivam, que o subjetivam e que provocam um exercício ético (Revel, 2005). São produções que dizem respeito a um solo histórico, com arranjos políticos, com jogos de saber, de poder e de técnicas de si. O homem é, portanto, efeito de uma constituição que se dá na imanência histórica, sem essências, sem naturalizações, sem um caráter de a-prioris ou de transcendência.

Partimos, então, do pressuposto de que o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e suas práticas sociais são produzidos historicamente, não tendo, assim, uma existência em si, coisas já dadas, essência ou natureza. Somos solicitados, de acordo com Guattari

e Rolnik (2000), “o tempo todo e de todos os lados a investir a poderosa fábrica de subjetividade serializada, produtora destes homens que somos ... Muitas vezes não há outra saída ... Corremos o risco de sermos confinados quando ousamos criar quaisquer territórios singulares³, independentes das serializações subjetivas” (p. 12) Ainda segundo eles:

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um *‘être-là’*, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquina, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida ... A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção ... A problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade ... Todos os fenômenos importantes da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade. (pp. 25-28)

Hegemonicamente produzem-se subjetividades normalizadas, articuladas por sistemas hierárquicos, por sistemas de valores e sistemas de submissão, internalizados por uma ideia de subjetividade que precisa “ser preenchida”, oposta a um modo de subjetivação singular, conceituado por Guattari e Rolnik (2000) como “processos de singularização” – que recusaria os modos de manipulação preestabelecidos.

Direito humano é, como nos diz Almeida (2002), “direito de viver bem, direito de acesso às políticas, direito de conviver na diversidade, direito de viver com todos em um mundo melhor” (p. 23).

Os ‘Direitos Humanos’ (substantivo), ao contrário, são concebidos – desde a sua gênese – enquanto um objeto natural, como prerrogativa inalienável à essência de um determinado modelo de homem.

Pensar direitos humanos como produção de subjetividade é a afirmação de direitos locais, descontínuos, fragmentários, processuais, em constante construção, produzidos pelo cotidiano de nossas práticas e ações. Deste modo, não entendemos a noção de direitos humanos a partir

³ O termo ‘singularização’ é usado por Guattari para designar os processos de ruptura com o modo de produção da subjetividade capitalística. Guattari chama a atenção para a importância política de tais processos, entre os quais se situariam os movimentos sociais, as minorias – enfim, os desvios de toda a espécie. Guattari utiliza também outros termos, como revoluções moleculares, minorização ou autonomização. Conforme ele: “É um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística” (Guattari & Rolnik, 2000).

de uma história linear assinalada por grandes eventos marcados e discriminada em períodos históricos, mas a partir da noção de acontecimento⁴, como condições de possibilidade que assinalam formas diferentes de saber e poder, que representam rupturas na forma de conhecer as coisas ou na forma das relações de poder.

Assim, não faz sentido continuar falando de “direitos humanos” de modo genérico, sem pôr em questão de que humanos ou de que direitos – e de que concepção de cidadania – se fala. Políticas do comum como um “estar com”, em detrimento de um “conhecer sobre”.

Podemos lembrar das lutas por direitos humanos, de modo encarnado, ao pôr em questão o escravismo e o tráfico de ‘carne humana negra’⁵ ou a primeira greve de mulheres operárias, em 8 de março de 1857, na cidade de Nova York, em que 129 tecelãs pararam seu trabalho e exigiram redução de carga de trabalho – até então de quatorze horas – em que a polícia cercou e incendiou o prédio, terminando o protesto em tragédia.

Pode-se citar a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki ou a Comuna de Paris, experiência de construção de um poder popular em que mais de 20 mil parisienses morreram combatendo – milhares fuzilados logo após se renderem –, além de 43 mil aprisionados e 13.400 condenados à deportação, à prisão perpétua com trabalhos forçados ou à morte.

Temos ainda os movimentos operários europeus e o 1º de maio de 1886, em Chicago, quando, em uma greve que reivindicava oito horas de trabalho diário, a polícia matou e feriu operários e explodiu uma bomba sobre grevistas remanescentes em uma praça.

⁴ “Acontecimento, para Deleuze, Guattari e Foucault, mesmo em suas sutis diferenças, é um efeito sem corpo, um traçado de linhas e percursos que cruzam estruturas diversas e conjuntos específicos. O acontecimento não se dá a partir de uma intenção primordial ou como resultado de algo; ele põe em cena o jogo de forças que emerge no acaso da luta. Produz rupturas, decompondo o que se apresenta como totalidade excludente; é datado, localizado e funciona por conexão e contágio. Nele não há sujeito. As quebras que produz podem se irradiar, encontrar ressonância em uma multiplicidade de outros acontecimentos ainda invisíveis, e suas potenciais invenções numa forma de atualização” (Neves, 2002, pp. 2-3)

⁵ Referência à “A carne mais barata do mercado é a carne negra/ E vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico/ E vai de graça para o sub-emprego e para os hospitais psiquiátricos”, trecho da canção “A carne”, de Marcelo Yuka, Wilson Capelletti e ‘Seu’ Jorge, gravada por Elza Soares (álbum “Do cóccix até o pescoço”, 2002)

Lembremos, inclusive, do período pós Primeira Guerra e seus efeitos sobre uma infância vitimada, bem como o fomento da formação educacional de uma nova geração pautada na paz e na democracia. Tal contexto produz a primeira Declaração para os Direitos da Criança em 1924 sob uma prerrogativa de proteção da infância.

Pode-se falar ainda do holocausto vivido pelos judeus ou do movimento que ficou conhecido como ‘Stonewall’, de 28 de junho de 1969, data em que se comemora o dia Internacional do Orgulho Gay, quando homossexuais frequentadores do bar Sonewall Inn, em Greenwich Village, revidaram, pela primeira vez, às habituais agressões e abordagens da polícia, dando início a um confronto que durou dias na região. Ou ainda ‘analísadores locais’ (e que não são poucos), como as chacinas da Candelária, Vigário Geral ou a que ficou conhecida como a ‘chacina do pan’, ocorrida em 2007 no denominado Complexo do Alemão; e tantas outras que habitualmente ocorrem nos “redutos pobres” do Brasil⁶ – subjetividades que unem indissolúvel e naturalmente pobreza e criminalidade. A propósito: onde está o Amarildo?

Há, portanto, que se perguntar, em relação aos direitos humanos, não somente quais (ou o que) são esses direitos, mas também o que é o humano, tarefa à qual a Psicologia não pode se esquivar, por mais embaraçoso que seja considerado seu objeto (Canguilhem, 1972). Não cabe, aqui, dizer do que realmente se trata, mas sinalizar que o modo pelo qual vem sendo tratado não corresponde a uma “natureza verdadeira” do humano, mas à construção de um modelo possível, a partir de tecnologias de controle social, advindas de um contexto e uma concepção hegemônica e burguesa do que é (ou o que é possível ser) o mundo no qual vivemos. Retomando a pergunta de Canguilhem (1972) em “O que é a Psicologia?”, podemos tentar responder: depende das forças que se apoderam dela.

Façamos, enfim, como nos sugerem Deleuze e Guattari (1997), nossas máquinas de guerra, que significam aqui a ousadia de colocar em análise algumas produções de subjetividades – umas hegemônicas, outras nem tanto – que forjam certa fisionomia para o objeto Direitos Hu-

⁶ De acordo com Negri (2003): “Na modernidade ... o mundo dos direitos humanos é, ao mesmo tempo, proclamado e rompido pelo uso produtivo e pelo assujeitamento político do pobre” (p. 123).

manos, como também são forjadas (e disseminadas) algumas tentativas de desqualificação dos movimentos sociais: estes que existem porque os direitos não são para todos os humanos. Coletivos que existem para nos alertar para que não nos acostumemos com práticas cotidianas de violações dos mais diferentes direitos, fazendo com que não percamos nossa capacidade de estranhamento e, por conseguinte, de indignação, acreditando na possibilidade de experimentação de ferramentas que afirmem diferentes potências de vida.

Significa, assim, pensar tais movimentos (e coletivos) como dados historicamente, não sendo, então, naturais, pois dizem respeito ao modo como se fala, age e pensa no mundo, a partir de um permanente processo de modelização conforme configurações de forças que são produzidas o tempo todo na história – construções competentes e eficazes advindas dos mais diversos equipamentos sociais, as quais estão sempre presentes, atravessando, influenciando e transversalizando as práticas diárias. Práticas de psicologia, inclusive; como poderosos e eficientes processos de subjetivação que forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis, vagabundos e vilões, excluídos e perigosos.

Pôr em análise nossas práticas não significa estar aquém ou além de uma adesão ou recusa de suas enunciações. O que interessa, aqui, é problematizá-las e pensá-las em seus efeitos, nos agenciamentos que produzem e atualizam, expressos nas ‘diferentes formas de se estar nos verbos da vida’ (Neves, 2002).

Autores como Foucault e Deleuze nos ensinam que a produção social da existência é tecida em meio à complexidade das combinações entre forças presentes e atuantes no homem, advindas do mundo que cerca e atravessa esse homem, produzindo, portanto, uma dada forma hegemônica sempre ‘metamorfosável’. “Cada configuração histórica exhibe suas dominâncias imbricadas nos entrelaces dos processos de saber, poder e subjetivação” (Neves, 2002, p. 40). O *socius*, aqui, não é pensado como um todo autônomo, mas “um campo de variações entre uma instância de agregação (máquinas molas – técnicas e sociais) e uma superfície de errância (máquinas desajustadas) como regimes diferentes de uma mesma produção imanente (Neves, 2002, p. 44). Tal afirmação implica, por um lado, à desnaturalização das análises que inscrevem o campo social numa dicoto-

mia totalizante e excludente entre molar (macropolítica) e molecular (micropolítica)⁷.

A Psicologia compõe o imenso aparato de saberes e práticas que, de diversas formas, vão interferir nos modos de existência do humano. Baptista (1999) aponta para o fato de que discursos hegemônicos tomam a diferença e a existência fora da norma como negativos, transformando sujeitos em carentes de cuidado e dignos de pena, que podem ainda ser eliminados pela sua condição menos que humana. O autor afirma ainda que práticas que desqualificam populações determinadas são genocidas, pois eliminam modos de existência e potências de vida.

Foucault (2005) entende o surgimento da Psicologia como uma ciência do indivíduo, como uma disciplina da norma que regula, que vigia, que realiza uma ortopedia das subjetividades. Segundo o autor, ela nasce no final do século XIX, dentro de um exercício de poder não mais centrado no corpo, mas na subjetividade. É uma ciência que tem a norma como seu instrumento técnico. Tal instrumento de poder permite estudar e comparar os indivíduos, elaborar uma curva normal por meio de uma matemática política – a estatística – criando normatizações, construindo padrões a priori de normalidade e depois normalizando os indivíduos que são encaixados nesta curva, onde são marcados seus desvios ou sua normalidade. Posteriormente, esses desvios são nomeados, instituídos, criam-se os diagnósticos e os tratamentos. Através da Psicologia, é possível avaliar e validar os comportamentos conforme as regras. Entendemos, assim, que a Psicologia surge para dar conta das individualidades, o que torna tal sistemática um problema político ao invés de um problema simplesmente técnico, já que se trata de um saber produtor de verdades, produtor de rituais e de técnicas, produtor de realidade.

⁷ Molar e molecular são dois modos de recortar a realidade, são planos indissociáveis que, apesar de terem seus modos próprios de funcionamento, se atravessam o tempo todo ... O plano molar seria o plano da segmentaridade dura, do visível, dos processos constituídos, onde encontramos a predominância das linhas duras (família, profissão, trabalho...). Estas são subordinadas a um ponto de referência que lhes dá sentido e implicam dispositivos de poder diversos que sobrecodificam os agenciamentos em grandes conjuntos, identidades, individualidades, sujeitos e objetos. O plano molecular, por sua vez, refere-se ao plano de formalização do desejo, do invisível, onde não se tem unidades, mas intensidades. Nele temos a predominância das linhas flexíveis (fluxos, devir...) que buscam se desviar da sobrecodificação totalizadora das linhas duras e das linhas de fuga que, compondo um plano submolecular, nos conectam com o desconhecido, operando aberturas para um campo de multiplicidades (Neves, 2002, p. 45).

A Psicologia contribuía (e se constituía) com (em) moldes disciplinares, propondo ortopedizar transgressores, encarcerando aqueles à margem do sistema, discorrendo acerca de personalidades com padrões transgressores. Atualmente – e não que isso tenha totalmente se extinguido –, ela opera na promoção da dignidade e dos direitos humanos dos apenados muitas vezes agenciando um “modelo-de-melhor” ao viabilizar, em conjunto com outros discursos e práticas, propostas ditas mais humanas. Produzimos, dessa maneira, formatos-modelos de dignidade e de humanidade para os que se encontram à margem do sistema, mas não estranhamos tais discursos e tais práticas, não pensamos novos modos de existência, não questionamos nossa valoração que configura um modelo para a aquisição de Direitos Humanos. Saberes e ações que, sem estranhamento, se reservam inquestionáveis e verdades únicas.

Uma prática da Psicologia compromissada com os Direitos Humanos pode produzir outras alternativas, que não envolvam a criminalização e tentativa de adequação de modos de existência. As psicólogas e os psicólogos não precisam (e não devem) ocupar o lugar de ortopedistas sociais. Pelo contrário, podem colocar em análise práticas naturalizadas e ressignificar a diferença, tomada como negativa, para a possibilidade de invenção de novos processos de experimentar o mundo e as relações, em permanente transformação.

Esta Psicologia não é ensinada em modelos. Nem exposições teóricas sobre Direitos Humanos ou explanações do Código de Ética Profissional. Há uma dimensão deste aprendizado que se dá no encontro micropolítico, pois se falamos de uma prática de Direitos Humanos, precisamos trabalhar no exercício de fato. E mais: a graduação não dá conta. Não há resposta pronta, não há uma formação em Psicologia enquanto saber pronto a ser obtido, concluído e aplicado. Há que se pensar de forma ético-política nas fragilidades da formação em Psicologia e na complexidade de seu campo problemático. Para tanto, faz-se necessário ir contra a urgência das soluções demandadas a nós, em prol da construção de um campo de indagações sobre quais forças estão atravessadas na produção de uma demanda.

Para Michel Foucault (1979), a produção de verdades é sempre transitória, política e associada aos seus efeitos. Não há uma verdade última, um ponto de origem a ser desvendado ou uma finalidade na história, mas

a construção tática de relações de poder. Neste sentido, o que entendemos hoje como violência é efeito de relações entre exercícios de poderes e produção de saberes sobre o humano.

Entendemos aqui a violência como um dispositivo - um espaço de permanente reconstrução, onde se encontram linhas de discursos, de práticas e de subjetivação. O dispositivo, de acordo com Foucault, significa:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (Foucault, 1979, p. 244)

Os dispositivos operam na invenção e conexão com outros dispositivos. Assim, tomar a violência como um dispositivo revela uma série de relações de poder. O poder, em seu aspecto tático, funciona em uma rede, um emaranhado onde as construções e disputas se atravessam e se afetam. As tensões a respeito do que é ou não aceitável como violência dão visibilidade a linhas de força, processos de produção de subjetividade.

Entre as inúmeras formas de violência, encontram-se os processos de criminalização dos movimentos sociais. E, na perspectiva de análise proposta com o presente texto, partimos de uma premissa: a de que os processos de criminalização correspondem à constituição histórica e social de sistemas normativos, não necessariamente aliados à tipificação penal (Dornelles, 1988). Tais sistemas normativos se constituem a partir de postulados aliados a uma ideologia de defesa social (Baratta, 2013) e, ao serem transgredidos, produzem ações das mais variadas relativas à ideia de punição. Os processos de criminalização indicam a constituição de critérios de definição de estigmas e periculosidade; portanto, indicam os caminhos dos efeitos de marginalização social.

Foucault (2001) apresenta as três figuras que constituem o terreno do discurso sobre o 'anormal': o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. O monstro humano, deste modo, é aquele que constitui, "em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza" (p. 69). O monstro humano combina o impossível com o proibido e, mesmo

sendo o princípio de inteligibilidade de todas as formas da anomalia, o monstro é, em si, ininteligível ou dotado de uma inteligibilidade tautológica. Neste contexto, o anormal é, no fundo, um monstro cotidiano, um monstro banalizado.

Já o “indivíduo a ser corrigido” habita a família e suas relações com demais instituições. Enquanto o monstro é sempre uma exceção e remonta ao domínio da teratologia, a existência do indivíduo a ser corrigido é um fenômeno normal, ele é espontaneamente incorrigível, o que demanda a criação de tecnologias para a reeducação, uma forma de ‘sobrecorreção’ que lhe permita a vida em sociedade. A partir da figura do ‘indivíduo a corrigir’ é possível a germinação daquilo que, no final do século XIX, emergirá em meio aos domínios disciplinares como o saber sobre o crime: a criminologia.

Por fim, há a figura da ‘criança masturbadora’, e envolve exclusivamente a família burguesa entendida como um dispositivo de poder responsável por velar pela masturbação: “O segredo universal, o segredo compartilhado por todo mundo, mas que ninguém comunica a ninguém” (Foucault, 2001, p. 74). A ‘criança masturbadora’, o ‘onanista’ será a figura que acabará por encobrir as demais e deter o essencial dos problemas que giram em torno da anomalia. Virtualmente, qualquer patologia mental, debilidade física ou vício moral poderia ser desencadeado devido à prática do onanismo segundo o então ideário médico burguês.

De toda forma, essas três figuras não permanecer claramente delimitadas somente até meados do século XIX. Após o desenvolvimento da noção de degenerescência por Morel, toda sorte de anormalidades é atribuída a uma ‘fonte orgânica difusa’ que perturba constitutivamente as funções mentais e/ou físicas de certos indivíduos e, de modo cada vez mais grave, de seus herdeiros biológicos. Essa teoria da degenerescência é a origem de todas as teorias eugênicas que irão desenvolver-se, especialmente as discussões evolucionistas spencerianas que se apoiam em Darwin para identificar estigmas físicos da anormalidade como indicativos de uma criminalidade, como é o caso da escola italiana de Lombroso e seus discípulos.

Este formato se mantém: há um modelo hegemônico de como os sujeitos devem existir. Existências que servem para fundamentar, por

meio de argumentos e da circulação de discursos, a perpetuação (e legitimação) de algumas formas de violência, e do não reconhecimento destas como tais.

Inventam-se diferentes estratégias para enfrentar um sistema perverso de produção baseado na exploração e opressão. Intencionalmente ou não, são resistências, produções de vida. Mas também são exercícios de poder, de dominação. O poder se dá na relação e, para todos estes que transgridem a norma, há efeitos sérios: processos de renormatização, de exclusão e de eliminação.

Para Baptista (1999), diversos especialistas constroem teorias, ideias e conceitos sobre determinadas categorias de sujeitos, divulgadas amplamente na mídia, e exercitadas em diferentes práticas. Falas que tomam a diferença como uma carência, algo negativo, que necessita de tutela e de pena. Justifica-se, assim, a eliminação de populações a partir de seus modos de existência que não se enquadram nas normas.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certeiro nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (Baptista, 1999, p. 46)

Os amoladores de facas, diz o autor, “à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência na cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais” (Baptista, 1999, p. 46). Onde estão, pergunta ele, os amoladores de facas? E continua:

Já que invisíveis no dia a dia, a presença desses aliados é difícil de detectar. A ação desse discurso é microscópica, complacente e cuidadosa. Não seguem as regras dos torturadores, que reprimem e usam a dor. Ávidos por criarem perguntas e respondê-las, por criarem problemas e solucioná-los, defendem um humanismo que preencha o vazio de um homem fraco e sem força, um homem angustiado e perplexo, necessitado de tutela.” (Baptista, 1999, p. 48)

O que têm como em comum, afinal, os amoladores de facas? “Apon-
tar o preconceito seria uma ingênua dedução, uma análise que justifica e
alimenta os autoritários ‘pontos de vista’, os relativismos e a ênfase na boa
ou má consciência” (Baptista, 1999, p. 49). Os ‘pontos de vista’ fundam-se
no que os amoladores de facas têm em comum: a presença camuflada do
ato genocida. “São genocidas, porque retiram da vida o sentido de experi-
mentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno
de luta política e da afirmação de modos singulares de existir” (Baptista,
1999, p. 49).

Por que trazer para uma discussão sobre direitos humanos e movi-
mentos sociais o conceito de amoladores de facas? Porque para além da
questão da criminalização está a pergunta: ‘onde estão essas práticas que
amolam facas?’ E em que sentido a prática de amolar facas são práticas
que vão de encontro a práticas de direitos humanos? Quem são os amo-
ladores de facas? E, ainda, em quais momentos amolamos facas? O que
fazer para modificar a situação cotidiana de violência e exclusão de modos
de existência?

Perguntemo-nos, recorrentemente: que efeitos têm sido produzidos
em nosso cotidiano? Que sujeitos, saberes e objetos – os quais não exis-
tem em si — estamos o tempo todo produzindo? É preciso colocar em
análise nossas práticas, discutindo que psicólogos estamos produzindo e
que saberes estamos perpetuando.

Recusamos, aqui, a perspectiva que incompatibiliza psicologia e po-
lítica, um tipo hegemônico de racionalidade que impõe a oposição dico-
tômica entre teoria e prática, ciência e ideologia. Habitualmente, intervir
como psicólogo pressupõe analisar um território individual, interiorizado
ou, no máximo, circunscrito a relações interpessoais, transferindo as pro-
duções políticas, sociais e econômicas ao campo de estudos de um “outro
especialista”. “São exteriores à realidade psíquica”, talvez seja esse o argu-
mento. Tentar percorrer outros caminhos e recusar tal destino, lançando
mão de uma ‘caixa de ferramentas’ teórico-conceitual, foi (é) o desafio.
Recusar o lugar de ‘ortopedista social’, com seus saberes prontos em pla-
nejamentos metodológicos assépticos, mesmo sabendo que inúmeras ve-
zes fomos (somos) capturados pelo enfoque positivista.

Nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade,
de homem, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalida-

de da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições.

Comum é exercício. E exercício é sempre o exercício de uma política. Aqui, política do comum. Como acessar (e construir) um mundo comum? Que esta pergunta nunca deixe de ser feita, em quaisquer intervenções que construimos como lugares a serem ocupados. E que, assim, a Psicologia, esteja a serviço da escola, da justiça ou do trabalho, constitua-se como uma Psicologia do Comum. Que este seja o sentido de uma Psicologia, de fato, articulada aos movimentos sociais. E que sirva para, no interior da própria epistemologia e da construção do saber psicológico, revolucionar nossas ordens e constituir, de dentro, como um movimento social. Movimento que opere revoluções drásticas ao que hegemonicamente temos construído.

Referências

- Agamben, G. (2004). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Almeida, T. M. S. (2002). Homenagem a D. Paulo Evaristo Arns. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia e Direitos Humanos – práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos* (pp. 5-7). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Baptista, L. A. (1999) A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In *Cidade dos sábios* (pp. 45-49). São Paulo: Summus.
- Baratta, A. (2013). *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan.
- Canguilhem, G. (1972). O que é a Psicologia? In *Revista Tempo Brasileiro*, 30/31, 104-123.
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos*. Acesso em 23 de agosto, 2015, em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf
- Deleuze, G. (1992). Michel Foucault. In *Conversações* (pp. 103-149). São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra. In *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5, pp. 7-96). São Paulo: Ed. 34.

- Dornelles, J. (1988). *O que é crime?* São Paulo: Brasiliense.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2001). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2000). *Micropolítica; cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Negri, A. (2003). *Kairòs, Alma Vênus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Neves, C. E. A. B. (2002). *Interferir entre desejo e capital*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, SP: Claraluz.
- Touraine, A. (1973). *La production de la société*. Paris: Éditions de Seuil.
- Touraine, A. (1976). *Em defesa da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Trindade, J. D. L. (2002). *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Fundação Peirópolis.

Sujeito contemporâneo e as sexualidades “desviantes”: continuando o debate

Maria Juracy Filgueiras Toneli

Pensar a questão do sujeito e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo tem se mostrado uma tarefa desafiadora que não cessa de me interpelar. Ao realizar um mapeamento de minha trajetória acadêmica com a finalidade de ser avaliada para a categoria de professora titular, identifico agora mais claramente algumas escolhas que parecem dizer algo acerca dessa interpelação. É possível considerar que se evidencia, nesse percurso, um certo nomadismo teórico-metodológico alicerçado, entretanto, em uma sólida (creio eu) e clara escolha ético-política que privilegia interlocutores na/da pesquisa e na/da extensão – se é que possa separá-los – que, grosso modo, constituem parcelas da população aviltadas em seus direitos sociais (quicá “naturais”), os “desprovidos” ou “despossuídos”, como discutirei mais adiante. São crianças, jovens e adultos, em geral pobres e discriminados por motivos diversos. Minha via de acesso a eles e elas tem sido, com frequência, serviços e políticas públicas em áreas distintas como educação, saúde, assistência social e segurança pública, assim como os movimentos sociais. Mais recentemente, nos últimos cinco anos, a parceria com uma organização não governamental e a proximidade cada vez maior com os movimentos LGBT permitiram um acesso mais direto a essa população e têm me colocado novos desafios teórico-metodológicos.

A despeito desse nomadismo teórico¹, considero que um eixo importante transversaliza essas diversas concepções no que diz res-

¹ Chamo aqui de nomadismo teórico os deslocamentos teórico-conceituais que venho efetuando em minha trajetória acadêmica. Ele inclui incursões pelo materialismo histórico-dialético, em especial pela teoria vygotskiana, uma formação no psicodrama de base fenomenológica-existencial, e, *last but not least*, uma dedicação – por vezes intermitente – desde meu Mestrado, concluído em 1988, pela obra de Michel Foucault e pelas teorias feministas pós-estruturalistas.

peito aos processos de subjetivação. Trata-se da assertiva da produção discursiva de sujeitos históricos imersos na cultura, posicionados na ordem societária de forma assimétrica/desigual marcada por registros de classe, raça/etnia, sexo/gênero, dentre outros vetores fundantes daquilo que podemos chamar ainda que precariamente de sujeito. Aqui entendo sujeito, portanto, o efeito dinâmico e provisório dessa malha/rede de poder que, a partir de pontos nodais, produz a ficção de substância, unidade e coerência que a metafísica da presença busca afirmar na modernidade.

Aprendi com os feminismos, dentre tantas coisas, a problematizar os pressupostos modernos e cartesianos que, entre outros pilares, apostam “na ciência e no método científico”² como vias de acesso para a descoberta da “verdade”. Objetividade, imparcialidade/neutralidade, universalidade são construtos fundamentais nessa/para essa perspectiva, assim como a ideia de uma Razão incorporada no/pelo sujeito moderno uno, indivisível, coerente e consistente, masculino, branco, heterossexual, como denunciou a crítica feminista. Os pares binários como corpo-mente, sujeito-objeto, interno-externo, masculino-feminino, natureza-cultura, bem-mal, transversalizam essa racionalidade constituindo sujeitos no mundo por eles marcados. O mal-estar gerado em mim por essas concepções levou-me cada vez mais a me posicionar academicamente a partir da intenção de me manter questionando-as, sabendo, de antemão, de sua impossibilidade absoluta, cunhada que sou por essa “racionalidade” moderna.

A posição que escolho parte das ideias de “fundamentos contingentes” (Butler, 1998), “saberes localizados” (Haraway, 1995) e “ciência engajada” (Haraway, 1995). Tenho travado, então, pequenos e grandes exercícios cotidianos de combate comigo mesma, na tentativa constante de desconstruir minhas concepções normativas e classificatórias, formada que sou, também, no âmbito de uma disciplina “normatizadora e normalizadora” como a Psicologia. Dos feminismos também trago a ideia de posicionalidade, uma vez que, ao sermos pro-

² Quando coloco esses termos-conceitos entre aspas quero enfatizar que eles “estão sob crítica”, na busca por problematizá-los e designá-los “como lugares de debate político” (Butler, 1998, p. 28).

duzidos como sujeitos no mundo, sempre o somos a partir de um sistema de referência posicional³.

Mais recentemente (últimos cinco anos), enveredando pela obra de Judith Butler, em diálogo constante com as problematizações empreendidas por Michel Foucault, venho me dedicando às chamadas “sexualidades desviantes”. De volta do pós-doutorado, desloquei meus interesses para os processos de subjetivação no mundo contemporâneo que de alguma maneira problematizam a (cishetero)norma⁴, cada vez mais dedicada às teorias feministas de base pós-estruturalista com forte diálogo com a obra de Michel Foucault. A parceria com a organização não governamental ADEDH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade)⁵, consolidada ao longo dos últimos cinco anos como já mencionado, tem se mostrado de fundamental importância para o desenvolvimento de trabalhos de investigação (pesquisas financiadas pelo CNPq, Ministério da Saúde e Secretaria de Direitos Humanos), extensão (projetos desenvolvidos no âmbito da ONG, como Segundas Trans-tornadas, Cine D, Clínica da Diversidade, De Volta às Aulas, dentre outros), capacitação (técnicos das Secretarias Municipal e Estadual – Florianópolis e Santa Catarina – nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública) e ensino (disciplinas da graduação e da pós-graduação, bem como estágio curricular em Psicologia Social).

O caráter relacional do conceito gênero, somado ao seu franco binarismo, obriga-me a manter uma perspectiva que orientou e orienta o meu olhar para a assimetria e o caráter de poder que as relações de gênero

³ Penso mais especificamente na proposta de Adrienne Rich (2002) com a ideia de uma “política de localização”, ao denunciar a constante secundarização das questões raciais e de classe pelo feminismo branco liberal, propondo o corpo como o primeiro lugar da experiência. Rich não foi a única. É preciso destacar a importância de feministas como Bel Hooks, Gloria Anzaldúa, Gayatri Spivak, Audre Lorde, Cherríe Moraga, Judith Butler, dentre tantas outras que colaboraram para a elaboração de uma analítica interseccional, posicionada, entre sexo/gênero, raça/etnia, classe social, geração, dentre outros marcadores que nos constituem e posicionam como sujeitos no mundo. Nessa perspectiva, a despeito das diferenças entre as autoras, o pessoal, o público e o político são vistos como inexoráveis e profundamente interligados.

⁴ Compreendida aqui como o modelo normativo que toma a heterossexualidade e a correspondência entre identidade de gênero e a genitália de nascença como “naturais”, normais e o único modelo aceitável, configurando expectativas, demandas, restrições e obrigações que regulam a vida societária e modos de subjetivação.

⁵ Organização não governamental sediada em Florianópolis que tem sua origem em um grupo de travestis e se mantém, há 22 anos, trabalhando pelos direitos da população LGBTTT.

comportam. Nesse cenário complexo, senti-me inquieta com o que identifiquei como uma insuficiência das categorias marxistas para dar conta das modulações presentes nos processos de subjetivação que produzem sujeitos posicionados não apenas em conformidade com sua origem de classe. O sistema sexo/gênero⁶, os marcadores de raça/etnia, gerações, território, dentre outros, mostram-se fundamentais para o entendimento das hierarquizações e discriminações por meio das quais os sujeitos são produzidos no mundo.

Nesse cenário tenho em mente o que Foucault (1995, p. 235) afirmou sobre uma das três formas de lutas contemporâneas por ele identificadas: “aquela contra o que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e de submissão)”. Explicita o autor, no mesmo texto, que entende sujeito como “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (Foucault, 1995, p. 235).

O fato de considerar o sujeito como sujeito a (alguma coisa, pessoa, instituição, sistemas normativos, formas de dominação e exploração, dentre outros), no entanto, exige o avanço na compreensão, por um lado, das lutas contra a submissão da subjetividade e, por outro, daquelas que, mais ou menos difusamente, como vêm se expressando nas manifestações de rua, opõem-se às formas de domínio de uns sobre os outros, seja através dos arranjos econômicos, dos saberes instituídos e seus privilégios, dos efeitos do poder que operam a despeito dos limites nacionais ou de formas particulares de governo. É notório, por exemplo, o rechaço de parte expressiva dos manifestantes a partidos políticos, sindicatos, organizações religiosas e demais instituições que, tradicionalmente, congregaram interesses chamados de coletivos.

Ao mesmo tempo, os desafios das novas realidades sociais e tecnológicas me colocaram frente a problemáticas – ainda que não necessariamente novas, ao menos produzidas e visibilizadas de maneiras diferentes – que me incitaram à busca de formas outras de pesquisar distintas

⁶ Para Gayle Rubin, o sistema sexo-gênero “é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1975, p. 159). Note-se que aqui a autora parte de uma separação entre natureza e cultura que, embora já bastante problematizada, ainda parece funcionar como importante regulador da vida societária.

daquelas nossas “velhas” conhecidas. Trata-se de oportunidade rica no sentido da reflexão teórico-metodológica que potencializa o movimento da pesquisa. No meu caso, o conjunto de investigações empreendidas levou-me a algumas considerações fundamentais que se centram na discussão da (cishetero)norma que regula os processos de subjetivação e conforma sujeitos normatizados (assim como os “desviantes”, sua outra face constitutiva).

Nesses processos que incidem sobre a matéria e produzem corpos sexuados, a violência parece ser um efeito (e uma estratégia) sempre presente, adquirindo inclusive o formato daquilo que se convencionou chamar de homofobia⁷. As relações entre gênero, sexo e corpo, no entanto, permanecem polêmicas (teórica e politicamente) e, nesse contexto, os corpos desviantes são alvo de discriminação encarnada em situações de injúria e humilhação cotidianas que, por vezes, culminam em atos de crueldade extrema (como os assassinatos de travestis demonstram). Que efeitos esses corpos produzem? Quais entrelaçamentos propiciam a aversão que geram? Como investigar essas produções? Como enfrentar a violência da (cishetero)norma? Como subvertê-la?

Com o intuito de avançar no aprofundamento dessas questões, coordenei o projeto que incidiu sobre o corpo em sua intersecção com o sistema sexo/gênero. A pesquisa intitulada “*Gênero, sexo e corpo travesti: abjeções e devires*”⁸ possibilitou conhecer mais de perto a realidade cotidiana das pessoas travestis, assim como suas trajetórias de vida, permitindo, portanto, visualizar suas dificuldades no que diz respeito ao enfrentamento dos preconceitos. Essas dificuldades se tornam mais agudas quando do momento/percurso das transformações corporais mais radicais. Ou seja, esses corpos que parecem não se adequar à (cishetero)

⁷ Compreendida aqui genericamente como a discriminação (em suas várias dimensões e formatos) contra pessoas com orientação sexual e/ou identidade de gênero distintas do modelo heteronormativo.

⁸ Coordenada pela professora Maria Juracy Filgueiras Toneli do Núcleo de Pesquisa *Margens*: Modos de vida, família e relações de gênero, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, teve como parceiros os núcleos LabESHU (Laboratório de Sexualidade Humana) da UFPE e o Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais em Políticas Públicas e Saúde (P.P.S) da UFJF, equipes que incluem ex-doutorandas do Núcleo *Margens*, hoje docentes pesquisadoras e orientadoras, Karla Galvão Adrião e Juliana Perucchi (respectivamente). Contemplada pelo Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e com Bolsa PQ (2011/2015).

norma inquietam, afetam os demais, suscitando, não raro, reações extremadas. Ainda assim, as travestis insistem em não abrir mão de seu desejo e seguem buscando a produção de um corpo, na maioria das vezes idealizado a partir daquilo que o imaginário social atribui ao corpo feminino (novamente o binarismo aqui se faz presente). Simultaneamente, nesse caso, subversão e submissão à norma desafiam a racionalidade moderna que determina que tudo “é ou não é”.

Penso o denominado corpo, portanto, no entrelace do material com o simbólico, bem como do sexo com o gênero. Assim, por um lado, problematizo a disjunção operada pelo binarismo e pela hierarquia presente no sexo e gênero entendendo o contínuo deslizamento e interface entre esse par. Por outro lado, entendo a materialidade posta no corpo como associada tanto à dimensão simbólica e discursiva quanto à biológica e concreta. Ou seja, parto da premissa de que, a despeito do biológico, não há *a priori* uma materialidade real inegável, uma verdade irreduzível sobre/do corpo, e sim uma série de discursos estratégicos que produzem corpos de acordo com certos regimes de verdade, conforme Cavarero e Butler (2007) propõem.

Essas pontuações incidem na necessidade da utilização de recursos teóricos e estratégias de produção de conhecimento afeitas à concepção epistêmica e ontológica adotada. Dessa forma, o recurso à imagem, na pesquisa, possibilitou o contraponto à linguagem calcada de forma acentuada no simbólico e no conceito, uma vez que é na própria auto(re)produção imagética dos corpos das pessoas travestis que a fluidez entre corpo biológico e corpo simbólico (penso eu) pode ser analisada.

Uma das preocupações que tem me mobilizado é a de compreender melhor os modos de assujeitamento nos contextos urbanos modernos, nos quais imagens idealizadas do feminino e do masculino tornam-se hegemônicas, o que quer dizer que se trata de um modelo que se impõe sobre todas as demais formas de ser no mundo. Como modelo, deve-se considerar sua incapacidade de corresponder diretamente ao que as pessoas vivenciam concretamente. No entanto, a posição de modelo hegemônico implica a constrição de outras possibilidades que, embora existentes, são desqualificadas, deslegitimizadas, menosprezadas, invisibilizadas e, portanto, violentadas em suas expressões.

Chama atenção aqui qualquer forma de sexualidade e de corporalidade que não corresponda àquela da (cishetero)norma, expressa pelo binômio masculino-feminino colado a corpos de homens e mulheres vistos em sua dimensão biológica (machos e fêmeas). Uma das conclusões a que cheguei a partir das pesquisas que tenho realizado foi a de que na base da discriminação e do preconceito, mais do que a homofobia tal como a conhecemos hoje, encontra-se exatamente a (cishetero)norma. São sua força e seu imperativo que parecem possibilitar as várias modalidades de violência, inclusive a doméstica contra as mulheres. A despeito dos sistemáticos posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia no Brasil⁹ e de outras organizações científicas estrangeiras (que incluem as Associações Americanas de Psiquiatria e de Psicologia), os preconceitos e patologizações dos “desvios” da (cishetero)norma são lugar-comum. As sexualidades desviantes/divergentes mantêm-se, no entanto, como uma realidade desafiadora do clichê “a biologia é o destino”.

Na continuidade desse percurso, outra pesquisa em fase de conclusão com apoio do CNPq, intitulada *“Direitos e violências na experiência de travestis e transexuais em Santa Catarina: construção de perfil psicossocial e mapeamento de vulnerabilidades”*¹⁰, tem possibilitado caracterizar essa população do ponto de vista sociodemográfico, bem como identificar suas vulnerabilidades e formas de acesso (ou não) às políticas públicas no Estado de Santa Catarina. Para tanto, contamos com procedimentos diversificados (assim como na pesquisa anterior) que incluem questionário especialmente elaborado para essa população (n=100), entrevistas em profundidade e grupos focais com pessoas travestis e transexuais, bem como entrevistas com gestores e análise de documentos. Os resultados demonstram bem as vulnerabilidades a que estão expostas/os.

O conceito de vulnerabilidade, no entanto, merece uma discussão mais cuidadosa. Em seu diálogo com Judith Butler sobre a noção de

⁹ Ver o documento do CFP, em resposta ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, reafirmando a resolução nº 01/1999. A normativa do CFP acerca da homossexualidade tem sido alvo constante de resistência por parte de grupos marcados pelos fundamentalismos religiosos, haja vista os projetos de lei na tentativa de descaracterizá-la ou mesmo de anulá-la.

¹⁰ Chamada Pública MCT/CNPq - N.º 14/2012 - Universal / Universal 14/2012 - Faixa B. Projeto desenvolvido em parceria com o NUH/Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT do Departamento de Psicologia da UFMG, coordenado pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado.

“*dispossession*”, (Butler & Athanasiou, 2013) afirma que, em termos da condição politicamente induzida a que certos grupos são diferenciadamente expostos, como injúria, violência, pobreza, debilidade e morte, podemos considerar que a ideia de “precariedade” corresponde ou descreve as vidas daqueles cujo “lugar próprio é ‘não-ser’”. Afirma, ainda, que essa condição é certamente relacionada com uma posicionalidade/distribuição assinalada socialmente (fundamental para o regime neoliberal), assim como com várias modalidades de valorações como morte social, abandono, empobrecimento, racismo, fascismo, homofobia, assédio sexual, militarismo, desnutrição, acidentes industriais, injúrias no trabalho e uma governamentalidade liberal da “aversão e da empatia”.

É importante considerar a relação dos conceitos desposseção e posicionalidade com a noção de precariedade de Butler (2004) e seu duplo sentido: precariedade como uma categoria existencial que presumiria um compartilhamento equânime, e precariedade como uma condição de indução de desigualdade e destituição. A raiz dessa ideia encontra-se no pressuposto ontológico da vulnerabilidade. A vulnerabilidade é o centro do eu relacional, o eu que não se consegue considerar totalmente: ser exposto aos outros, *ser essa exposição*, é o que qualifica o humano como tal. Ou seja, a condição humana é exatamente a de precariedade, dependência e vulnerabilidade, uma vez que nossos corpos e nossa existência subjetiva são socialmente constituídos, sujeitos a outros, ameaçados pela perda, expostos e suscetíveis a outros tipos de violência em razão dessa exposição (Butler, 2004). Diz Butler,

Isso significa que cada um de nós é em parte constituído politicamente pela fragilidade de nossos corpos, como um campo de desejo e vulnerabilidade física, ao mesmo tempo assertivo e exposto. A perda e a vulnerabilidade parecem prover do fato de sermos corpos socialmente constituídos, vinculado a outros, com o risco de se perder esses vínculos, exposto aos outros, sob o risco da violência em virtude da exposição. (Butler, 2004, p. 20)

Todos vivemos esta vulnerabilidade particular, uma vulnerabilidade para o outro e para uma chamada repentina (interpelação) de outro lugar que não podemos prever. A autora esclarece que, desde o início da vida, mesmo antes da individuação em si e em virtude de nossa

existência corporal, somos “dados ao outro”, e esta “condição inicial de desapropriação” (ou desposseção) é uma condição geral do ser humano (Butler, 2004). Essa constituição está intrinsecamente relacionada à normatividade vigente na cultura na qual o sujeito está inserido, que em geral impõe e sinaliza quais corpos e estilos de vida são legitimamente “reconhecidos”, “aprovados” e “apoiados” pela sociedade que os institui como “normais” e “de valor” (Butler, 2003).

A vulnerabilidade é acentuada sob certas condições sociais e políticas, especialmente naquelas onde a violência é um modo de vida e os meios para que garantam a autodefesa são limitados (Butler, 2004). Se desde a infância somos “algo que se entrega para ser cuidado”, por outro lado e simultaneamente, nem toda vida é destinada à proteção que merece (Butler, 2006). Algumas vidas são muito mais protegidas, e o atentado contra a sua integridade física ou psicológica basta para mobilizar as “forças da guerra”. Outras vidas não gozam de um apoio tão imediato e zeloso, e não se qualificam a ser incluídas nas “vidas que valem a pena”, como Butler (2004) argumenta a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, que justificaram que os Estados Unidos da América ceifassem a vida de dezenas de crianças e famílias iraquianas e afegãs. Ou ainda, como temos acompanhado, Israel justifica ao mostrar ao mundo toda sua capacidade de eliminação da população civil palestina.

No caso das pessoas travestis e transexuais, penso que essa lógica combina, no cenário brasileiro, processos de fazer e deixar morrer, incluindo simultaneamente negligência por parte do Estado e eliminação por parte de membros da sociedade civil (homicídios). Os movimentos sociais vêm há tempos demonstrando tal combinação e reivindicando o acesso a direitos e cidadania para essas pessoas. Isso inclui evidentemente o alargamento de direitos assegurados à população heterossexual como o casamento, adoção e tecnologias reprodutivas, herança, seguros e pensões, hormonioterapia, dentre outras possibilidades, mas também, e sobretudo, o alcance do *status* de sujeito político, ainda que sob a via da judicialização desse. O fato, por exemplo, de nem fazerem parte das estatísticas “oficiais” de governo (embora possam ser problematizadas sob a ótica das estratégias de controle e das biopolíticas) demonstra sua invisibilidade e, portanto, sua “inexistência”.

Pessoas travestis e transexuais em Florianópolis

Em nossa última pesquisa aqui mencionada, chamam a atenção alguns aspectos mapeados, por sua importância na relação com as violências e o (não acesso) a direitos. Os dados obtidos confirmam o que há muito o movimento de travestis e transexuais vem denunciando. Violência, desassistência, invisibilidade e negligência são palavras que surgem quando se trata dessa população. Das pessoas entrevistadas: 40,3% pararam de estudar entre 14 e 18 anos, 41,9% saíram da casa da família entre 14 e 18 anos, 33,9% afirmam ter saído da casa da família em decorrência do trabalho e 19,4% pela violência e o preconceito sofridos dentro de casa. Delas, 82,3% afirmaram já ter feito sexo por dinheiro ou outros benefícios, 58% se declararam prostitutas e 72,4% começaram a usar roupas do gênero oposto ao designado no nascimento antes dos 18 anos. A grande maioria já fez sexo por dinheiro ou outros benefícios quando era bastante jovem: 40,3% o fizeram entre 8 e 17 anos.

Há, portanto, uma relação evidente entre o momento da experimentação mais explícita do gênero oposto ao que lhes foi atribuído e a escalada de violência a que são submetidas. Essa se inicia na família de origem, levando à saída de casa, passa pela escola, levando ao “abandono” da escolaridade, e chega à idade adulta com o direcionamento ao mercado do sexo, uma vez que outras possibilidades são sistematicamente negadas a essas pessoas.

Com relação às outras formas de violência, 76% dessas pessoas declararam já ter sido vítimas de violência psicológica, 62% de violência física, 43% de violência institucional, dentre outras modalidades. É preciso pontuar que, durante a aplicação do questionário, tornou-se necessário esclarecer o que definia cada uma delas e que, não raro, foi possível identificar uma certa “naturalização”, uma vez que comentários como “isso é normal”, assim como a dificuldade de nomear o episódio, mostraram-se presentes. Nesse caso, é possível concordar com o que afirmam Amorim, Vieira e Brancaloni (2013):

A vivência constante da discriminação faz com que muitas travestis acabem por significar a condição de exclusão como inexorável, não se reconhecendo enquanto sujeitos de direitos, mas sim enquanto pessoas que até podem receber pequenos benefícios dados por órgãos governamentais ou

não governamentais. Assim, acabam por acreditar que devem “se contentar” com a vida que possuem. (p. 526)

Dentre os agentes de violência, a população em geral foi mencionada por 65% das pessoas, 53% identificam colegas de trabalho, 52% clientes e 30% as “donas de casa” (cafetinas), assim como 41% citam familiares. Chama a atenção que 46% identificam a polícia, 42% os profissionais dos serviços de educação, 40% os profissionais dos serviços de saúde e 15% os do SUAS. Quanto aos serviços de saúde, por exemplo, na pergunta “nos últimos 12 meses, alguma vez você achou que precisava de consulta médica ou odontológica, mas não procurou?”, 68% das pessoas participantes responderam que sim, e quando questionadas sobre o acompanhamento de doenças das quais já receberam diagnóstico, 88% disseram que não fazem acompanhamento médico. Ou seja, um espaço supostamente de cuidado, para essas pessoas, mostra-se hostil, por medo da discriminação já vivenciada ou imaginada a partir de outras experiências. Essa situação faz com que muitas vezes busquem auxílio entre amigos ou em outros lugares e espaços, como os das religiões.

A partir de suas experiências etnográficas com travestis de Santa Maria, Souza, Signorelli, Coviello e Pereira (2014) dizem:

Para compreender como as travestis percorrem trajetórias para o cuidado é importante conhecer as estratégias utilizadas em seus itinerários, e as soluções encontradas para evitar espaços em que sabidamente sofrerão preconceitos e violências por suas opções de gênero, por sua sexualidade e pelas modificações corporais. (Souza, Signorelli, Coviello, & Pereira, 2014, p. 2278)

Portanto, o extermínio das vidas abjetas nem sempre é visível, homogêneo e diretamente letal. Pode ser encontrado no alijamento dessa população das instituições públicas de saúde, assim como nas dificuldades de acesso a serviços públicos de educação, assistência e segurança (Amaral & Toneli, 2013). É localizado nas violências físicas e psicológicas vivenciadas cotidianamente por pessoas travestis e transexuais no contexto escolar, do trabalho, da família e nos relacionamentos próximos.

Por sua vez, os dados divulgados pela *Transgender Europe* (TGEU), organização europeia que mantém o monitoramento sistemático dos assassinatos de pessoas trans a partir de relatos ao redor do mundo, con-

firmam o alto índice de mortalidade e descaso para com essa população, especialmente no Brasil. O último monitoramento, divulgado em 30 de outubro de 2014, demonstra que, no período de outubro de 2013 a setembro de 2014, foram assassinadas 226 pessoas trans em 28 países. O país com o maior número de vítimas é o Brasil – em doze meses foram registradas 113 mortes –, seguido do México com o segundo maior número, 31. É importante salientar, também, que muitas dessas vítimas sequer são identificadas, uma vez que lhes faltam documentos ou que neles não houve alteração do nome e do sexo.

De acordo com esses dados, não parecem sobrar muitos locais seguros de circulação para as pessoas travestis e transexuais. Conseguimos, por exemplo, identificar que poucas circulam pela cidade, com exceção dos locais de trabalho (ruas). Quando não estão trabalhando, permanecem em casa dedicando-se aos cuidados estéticos, vendo televisão, conversando com as “colegas” ou nas redes sociais por meio do telefone celular.

Também não são raras as situações de pessoas travestis e transexuais sem local de moradia ou com moradia itinerante. De 2014 a 2015, somente na ADEDH, foram identificadas três dessas pessoas sem teto e com sérias dificuldades de encontrar abrigo na rede de assistência em função de sua identidade de gênero. Quanto ao nomadismo, pode-se relacioná-lo com dificuldades relativas à própria sobrevivência, que fazem com que se desloquem autonomamente em busca de novos locais de trabalho na prostituição ou por pressão das “donas de casa”, por exemplo, em represália por terem ampliado sua rede de sociabilidade para além do círculo de influência e controle das cafetinas. Mesmo residindo em casa própria, muitas das que se mantêm na “pista” devem pagar pelo uso do território, uma vez que a cidade é zoneada entre elas.

O cenário, portanto, é claro no sentido do aviltamento de direitos e de sujeição a violências de todos os tipos.

Travestis, transexuais e transgêneros como sujeitos políticos: a coragem da verdade

Penso ser importante indagar, parodiando Butler (1990) quando pergunta quem é o sujeito do feminismo: quem é o sujeito dos movimen-

tos Ts¹¹? São aquelas e aqueles que, reiteradas vezes, denunciam sua invisibilidade também nos movimentos LGBT, transversalizados que são por regulações moralizadoras e higienizadoras capturadas pelo/do sistema normativo vigente.

As pessoas travestis e trans escancaram sua identidade de gênero, sua sexualidade e seu desejo, contrariando o que é esperado, subvertendo a expectativa (cishetero)normatizadora/normalizadora. Há aqui uma percepção de si marcada pela diferença e uma miríade de sentidos é aberta a partir dessa ousadia. Se a ideia de ambiguidade, de circularidade, de transitar pelos polos dos pares binários homem/mulher, feminino/masculino, macho/fêmea não é nova, não é recente, parece recente, no entanto, a forma como visibilizam esse trânsito e como o percebemos e o problematizamos.

Sobre esse trânsito, Wiliam Siqueira Peres (2012) afirma que:

As travestis inauguram um novo estilo de existência na contemporaneidade, marcado pela expressão de suas singularidades, e, por isso, produzem novas tomadas de consciência crítica, o que solicita mais discussões nas diversas esferas de convivência social, política e cultural, produzindo novas formas de perceber, sentir, pensar e agir com e no mundo que não se orientem pelos binarismos e pelos universalismos. (Peres, 2012, p. 542)

Essas pessoas quebram a norma sexo/gênero, criando a possibilidade de que essa seja questionada, posta em evidência e contestada. Inventam estilos de existência que trazem proposições éticas e estéticas em confronto com outras proposições reguladas pela (cishetero)norma. Há aqui, portanto, uma crítica à vida imposta pelas regulações do sistema sexo/gênero binário e um apelo a uma vida outra.

Frédéric Gros (2006) afirma que a vida outra será ao mesmo tempo uma crítica e um chamado para uma outra forma de vida que apela por um mundo diferente. Trata-se de uma relação do sujeito com sua própria conduta, que adota e/ou transgride as normas vigentes. O estabelecimento do político está marcado, proposto na diferença, e a estética da existência aponta a diferença e a alteridade, assim como assinala modos hegemônicos e autoritários de ser.

¹¹ Por Ts aqui situo as pessoas travestis, transexuais e transgêneras.

Trata-se de uma relação política que se dá nas relações e nos modos de existência, diversas modalidades de ser sujeito em relação com as diversas formas de orientação sexual e de gênero. Travestis, transexuais e transgêneros, em suma, são maneiras de ser sujeito e, em meio a seus modos de subjetivação, instalam uma forma política, por meio de uma experimentação de si. O elemento político da estética da existência tem a ver aqui com o que faz diferença, o que fura a norma regulatória. Trata-se de um gesto político que fura a maneira genericada e binária de viver, a (cishetero)norma e seu regime de verdade. Se o cuidado de si, o trabalho consigo, está relacionado com a ética de viver, a construção de si é então política. Pensando o político como um efeito da busca de si, há um ato político em dizer a verdade sobre si e há um ato político ao se produzir como pessoa travesti e transexual no mundo.

Gustavo Mallea (1988) indica que:

Foucault distinguió claramente las “tecnologías del yo” y las fórmulas del cuidado de sí del temperamento coercitivo de las técnicas de dominación. En ambos casos se trata del “poder” en la plena manifestación de sus efectos. Pero el camino que conduce a la propia creación del carácter moral inviste al sujeto de los atributos que lo inducen a resistir tanto el asedio de los peligros como la imposición de cualquier agente del poder. Por lo tanto quizá se pueda concluir que la ética significa “poder resistir” en el propósito consecuente de la autonomía y que siendo así, posiblemente, algunos sueños, proyectos o utopías puedan volver a reinventarse. (Mallea, 1988, p. 47)

Tornar pública uma instância individual e posicioná-la como ato político é o que o transfeminismo busca nesse momento. Considerando toda a possibilidade de serem submetidas à violência transfóbica e suas decorrências, posso pensar que a coragem da verdade que essas pessoas têm ao dizer sobre si e performatizar um estilo de existência em conformidade com seu desejo pode ser compreendida por meio da articulação entre modo de existência e parresia, com o auxílio de Foucault em seu último curso ministrado na Universidade de Berkeley, em 1984, quando afirma:

quem usa a parresia, o parresiasta é alguém que diz tudo o que tem em mente, não oculta, nada, senão, que abre completamente seu coração e sua mente a outras pessoas mediante o discurso ... na parresia, o parresiasta atua em consideração dos demais, mostrando-lhes tão diretamente como é possível aquilo que realmente acredita ... a específica “atividade

discursiva” da enunciação parresiástica, portanto, toma a forma: sou quem pensa isto e isso, sou quem pensa isto e o outro. (Foucault, 2003, p. 266)

Não sem riscos e cientes deles, as pessoas travestis e transexuais seguem em sua processualidade constitutiva inventando novos modos de vida, dizendo a verdade de si mesmas e desafiando as normatividades regulatórias. O cenário brasileiro atual é preocupante, entre outros motivos pelos constantes ataques aos direitos sociais conquistados nos últimos anos. O avanço dos grupos conservadores, dentre eles o constituído por parlamentares, colocam em risco os parques direitos a que essa população teve acesso. Os movimentos sociais LGBT¹² e diferentes setores da sociedade civil, assim como pesquisas acadêmicas, seguem, no entanto, alertando de forma insistente para a vulnerabilização dessa população. Trata-se, como aqui exposto, de um cotidiano atravessado pelo preconceito, desatendimento de direitos fundamentais e pela exclusão estrutural que configuram esse desamparo e demonstram a precariedade do acesso à cidadania (Jesus & Alvez, 2010).

Finalizo, então, com a proposta de que, para além da subversão ou captura, pensadas de forma dicotômica, a própria coragem de não abrir mão do seu desejo e inventar-se como si em um mundo marcado pela (cishetero)norma é um ato político. Cabe a todos nós desconstruirmos nosso sistema regulatório que impede as pessoas que por ele não se deixam capturar de forma absoluta a alçarem o *status* e a legitimidade humana. A Psicologia deve ter algo a dizer e a fazer sobre isso.

Referências

- Amaral, M. S. & Toneli, M. J. F. (2013). Sobre travestilidade e políticas públicas: como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade. In H. C. Nardi, R. S. Silveira, & P. S. Machado (Orgs.), *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas* (pp. 32-48). Porto Alegre: Sulina.
- Amorim, S. M. G., Vieira, F. S., & Brancaleoni, A. P. (2013). Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. *Saúde em Debate*, 37(98), 525-535.

¹² Sigla do movimento social e político de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

- Butler, J. (1990). *Gender Trouble*. New York, London: Routledge.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.
- Butler, J. (2003). Violencia, luto y política (Debate). *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, 17, 88-99. Acesso em 08 de julho, 2015, em <http://www.re-dalyc.org/articulo.oa?id=50901711>
- Butler, J. (2004). *Vida precaria: el poder de la violencia y el duelo*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- Butler, J. & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge/UK, Malden/USA: Polity Press.
- Cavareto, A. & Butler, J. (2007). Condição humana contra “natureza”. *Revista Estudos Feministas*, 15(3), 650-662.
- Foucault, M. (1982). O verdadeiro sexo. In *Herculine Barbin: o diário de um Hermafrodita* (pp. 1-9). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Orgs.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003). Coraje y verdad. In T. Abraham (Org.), *El último Foucault* (pp. 265-406). Buenos Aires: Editorial Sudamericano.
- Jesus, J. G. & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Chronos*, 11(2), 8-19.
- Gros, F. (2006). O cuidado de si em Michel Foucault. In M. Rago & A. Veiga-Neto (Orgs.), *Figuras de Foucault* (pp. 127-138). Belo Horizonte: Autêntica.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Mallea, G. (1988). Foucault: hacia la ética. In T. Abraham (Org.), *Foucault y La Ética. Seminario dirigido por Tomás Abraham* (pp. 121-132). Buenos Aires: Biblos.
- Peres, W. S. (2012). Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 539-547.
- Rich, A. (2002). Notas para uma política da localização. In A. G. Macedo (Org.), *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo* (pp. 15-35). Lisboa: Cotovia.
- Rubin, G. (1975). The traffic in Women: Notes on the “Political Economy of Sex”. In R. Reiter (Org.), *Toward an Anthropology of Women* (pp. 157-209). New York: Monthly Review Press.

- Souza, M. H. T., Signorelli, M. C., Coviello, D. M., & Pereira, P. P. G. (2014). Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, *19*(7), 2277-2286.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Lições para uma psicologia das oprimidas

Jaqueline Gomes de Jesus

Só essas modificações internas, embora vindas de fora, renovavam para mim o mundo exterior (Marcel Proust)

O meu corpo não é objeto,
sou revolução (Élie Semog)

Preâmbulo

É possível fazer Psicologia sem patologizar? É o que ambiciono no meu trabalho investigativo. A história da nossa ciência-profissão tem sido pautada por uma ânsia pelo controle, pela colonização dos corpos, pela patologização.

O pensamento religioso fundamentava a rotulação dos “anormais” – os não normais, os fora da norma – como pecadores, e o tratamento necessário (a remissão, a expulsão da comunidade ou o expurgo pela morte).

Quando o Estado – pretensamente – tornou-se laico, o que era pecado tornou-se crime.

E quando o crime já não era mais aceitável para os considerados monstros, o pensamento científico se apresentou como o portador da nova verdade sobre os corpos: eles deveriam ser patologizados.

Do pecado ao crime. Do crime à doença. Não necessariamente em estágios totalmente diversos, e de fato bastante imiscuídos. Herdamos dos padres o estatuto da confissão. Como nos mostrou um não psicólogo, tão caro e tão repudiado por tantas vertentes da Psicologia, Freud, olhamos as fraturas do cristal no afã de compreender a pedra intocada (Freud, 2010).

Pesquisa e escrevo acerca da diversidade humana, mais frequentemente a sexual, racial, de gênero. E quando faço isso, parto da aceção

dessas dimensões como eixos estruturantes das relações sociais, e não apenas como variáveis independentes.

No dia a dia, texto a texto, debate a debate, sou questionada, por alguns pares, empoderados ou não, a respeito da cientificidade daquilo que trato, como se alguns temas fossem mais “científicos” do que outros. Como se alguns cargos conferissem maior cientificidade a quem escreve o texto, a quem profere a fala.

Nessa conjuntura não me parece, tão-somente, que o problema seja o subalterno não dominar a linguagem hegemônica (Spivak, 2010). Há que se problematizar tão incensada acepção. Há os que conhecem e utilizam os vocabulários dos campos, mas nem por isso são reconhecidos como integrantes plenos deles.

A patologização de alguém está relacionada ao estigma (Goffman, 1988) que ela carrega, algum aspecto de sua interação com o mundo que, sob os olhares da sociedade, não é visto como plenamente “humano”.

Lembre-se (ou você não sabia?): vivemos numa sociedade em que há pessoas sem direito ao próprio corpo, sem direito a ocupar determinados espaços, sem direito ao próprio nome, sem direito à própria identidade, ou com esses direitos tutelados pelo Estado, sob o aval das Ciências, ou pelo menos de determinados cientistas (inclua-se uma parcela dos psicólogos), politicamente comprometidos com o controle sobre corpos (Jesus & Alves, 2010; Jesus, 2013a; 2013b; 2014; 2015).

Em verdade vos digo: fazer Psicologia é viver para amar.

Meus pressupostos

Faz-se mister estabelecer que — penso — qualquer intelectual deveria compreender por que um capítulo de livro não é um artigo científico. Ponto.

O texto que você ora lê é delineado pela intertextualidade.

Eu, pronome curioso, senão controverso, para se referir a tantas identidades, quereres e sonhos que nos fazem quem somos.

Eu, coletivo do que, na cola da consciência, organiza todos nós, num emaranhado de pensamentos, sensações e sentimentos. Nalguns momentos estranha teia por nós tecida: “Para os outros, eu não era aquele mundo que trazia dentro de mim, sem nome, todo inteiro, indivisível e variado” (Pirandello, 2001, p. 78).

Eu — tendo delineado previamente minha constituição — antevejo uma Psicologia que está em gestação, uma Psicologia que poderíamos dizer *queer*, ou melhor, hoje desconhecida e tomada, igualmente, como esquisita, estranha, porque o normal, hoje, é outra Psicologia, ou outras. Psicologia como um contramovimento.

Uma anti-Psicologia, quando fazer Psicologia significa direcionar os olhares de nossos interlocutores (comumente chamados de clientes, usuários, pacientes, sujeitos) para os melhores produtos desta sociedade, os mais bonitos, os plurais masculinos do progresso universal, espelho do universo dos bem-afortunados. O engano de um tipo de moral que encobre horrores com os mantos da religião, do entretenimento, da academia, entre outros.

Uma Psicologia estranha que questiona, outrossim, a falácia da supremacia meritocrática; desnuda psicólogos do véu confessional. Ao invés de adular, de abanar a cauda aos poderosos ou de rosnar contra os divergentes. Uma Psicologia que resmunga ante o poder instituído.

Seria essa uma Esquizoanálise? (Deleuze & Guattari, 1996). Uma Psicologia Institucional? (Bleger, 1984). Boa questão. Creio que possa ser, porém mais que isso, ou melhor, concebida fora do útero eurocêntrico. Não só uma negação; com um postura necessariamente descolonial, porque **epistemicamente desobediente**: “*La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente*” (Quijano, 1992, p. 447).

Para a maior parte de nós desconhecida, entretanto, principalmente, uma Psicologia ignorada: uma Psicologia dos Oprimidos (Freire, 2005), das Oprimidas. Para as/os Oprimidas/os. COM a/o Oprimida/o.

Uma Psicologia desavergonhada de seu gênero, feita por mulheres e homens que não se envergonham de serem representados pelo coletivo “as”, porque essa Psicologia se pretende — no mínimo — plural e feminista

– não necessariamente feminina nem masculina – e definitivamente anti-masculinista.

Ela não serve à direita privilegiada, nem à esquerda festiva, que perversamente menosprezam ou caçam os não engajados.

Mas também uma Psicologia que ama o humano. Transpira afeto pela humanidade, e não apenas sede de observar e descrever. Conhece pela empatia. Valoriza o choro e o riso.

Seus agentes seriam psicólogas/os que, em primeiro lugar, amam a si mesmas/os. Sem esse motor primeiro, não serão tais pessoas capazes de se abrirem para o outro, de estabelecerem relações sem a necessidade de introduções ao outro, antes de conhecê-lo.

Fazer Psicologia é trabalhar com o amor. E como podemos amar se não vivemos o amor, se não vivemos de amor, se viver de amor é considerado uma ingenuidade fadada ao fracasso? Vivemos todas e todos sedentos por sermos amados, mas como é difícil, para a maioria de nós, amar!

Se o amor cura (Hooks, 1995), quem sabe uma Psicologia inclusiva, que ame o humano (e não o tome como um mero objeto de estudos), possa curar o sofrimento e o ódio, quiçá promover uma vida mais plena?

Isso pode soar como um paradoxo, aos ouvidos de quem reproduz a Psicologia como uma mera aplicação de técnicas e instrumentos, a serviço das instituições. Daí pergunto: qual é a necessidade de existir um curso superior para que apenas se apliquem técnicas e instrumentos?

O trabalho com a humanidade é tão complexo, e autorreferenciado, quanto o é a própria diversidade humana (Allport, 1954).

Ser humanas/os

Eu falo de uma Psicologia que se assume, desavergonhadamente, como Ciência Humana (portanto Ciência Social), que perscruta o humano a partir de premissas e com objetivos próprios, o que a diferencia de outros campos do conhecimento científico: se a História se arroga a tratar do que o ser humano foi (curiosamente, o próprio ser humano é constituído pela História da Humanidade, uma história que ele deveras ignora) (Niet-

zche, 1887/1998); o Direito do que o ser humano deveria ser; a Psicologia foi calcada pela descrição do que o ser humano é. Agora. No seu momento de investigação.

Mas o que é a humanidade? A humanidade é um projeto em curso. É algo que somos, em parte, mas igualmente algo que buscamos, como um coletivo de pessoas. Humanizamos-nos (Jesus, 2012). Algo que cremos ser, mais do que ser algo que sejamos, *strictu sensu*, apesar de, comumente, nossa concepção do que seja humano exclua os que diferem do ideal de humanidade de nosso tempo, ou melhor, do espírito do nosso tempo (retomo aqui o *zeitgeist* hegeliano: Hegel, 1807/2011).

A humanidade é algo almejável, que vem sendo lapidado há milênios, mas que ainda – e talvez jamais – somos plenamente.

Há algo de desesperador, ao pensar que o ser humano é capaz de esperar por aquilo que nunca vem, geralmente porque, para todos, a vida é frágil e breve. E para os oprimidos e excluídos é mais precária. De geração em geração, dentro de cada geração, a promessa é repetida, sem que os pósteros a vejam concretizada. Esperamos como os que esperam Godot (Beckett, 1952/1990), somos visitados por constantes mensageiros...

Acreditamos. Temos fé. Aderimos a hipóteses.

A diferença entre os saberes científicos e outros é a dúvida que permeia nossa reflexão, é o teste daquilo que teimamos em transformar em dogma. Os fundamentalismos não são apenas religiosos. Cuidado.

Fundamentalmente, o ser humano deseja ser amado. O **amor** nos move: “*l’amor che move il sole e l’altre stelle*” (Alighieri, 1321/2015, Paraíso, XXXIII, 145).

A crueldade

Porém, uma atitude que me causa incômodo, desafia minha capacidade reflexiva e perturba o meu sono, com questionamentos recorrentes, é a crueldade.

Os colegas da Psicologia Animal que me digam se há outros animais não humanos que cultivam a crueldade tanto quanto a nossa raça humana.

Crueldade, explico, compreendida não como agressão instintiva ou decorrente da necessidade de satisfazer alguma necessidade, como a fome, mas entendida como uma tendência comportamental a fazer outrem sofrer, pelo hediondo prazer que isso traz à pessoa cruel.

Com tal afirmação estou sendo moralista, atribuindo um valor a essa atitude, que se expressa em comportamentos corriqueiros, como apanhar uma flor (pensa-se no impacto disso para a planta?), interagir com um animal doméstico, ou em atos desprezíveis, como agressões, torturas e assassinatos.

Suponho que esta sociedade tenha selecionado, ao longo dos milênios de uma pedagogia da violência, os indivíduos mais perversos entre os grupos opressores, os mais resilientes entre os grupos oprimidos, em um processo de modificação da genética pela cultural (tal como fazemos na agricultura e com os animais que escravizamos (Singer, 2004), para nosso entretenimento e satisfação de afetos, como os cães e gatos, ou para a nossa alimentação, como os bovinos e as aves — estou aqui escrevendo como brasileira, em outras culturas há outras formas utilitaristas de ver esses animais, e outros, como alimento ou passatempo), que eu chamo de **seleção artificial**.

Ainda somos tribais. Só que, ao invés de vivermos na aldeia pré-histórica de no máximo 30 pessoas (que temiam os moradores da aldeia logo ali no outro morro, por não saber se poderiam escravizá-los, matá-los ou mesmo comê-los — eis a fonte dos estereótipos), hoje vivenciamos a aldeia global, em maiores e menores proporções. Porém, os estereótipos se modificaram pouco nos últimos séculos.

Como nossa evolução nos trouxe a tudo isto que aqui está?

É inútil hoje procurarmos os responsáveis por tanta subalternização e aniquilação, são fantasmas em nossas mentes. Fantasmas do estigma, que se confundem com aquilo que consideramos mais nosso, mais único de nossas identidades pessoais, que, no entanto, é partilhado socialmente.

Engana-se quem utiliza o conceito de grupo ou coletivo como a mera soma de indivíduos. Ora, quem de nós não vive a papear consigo mesmo? Somos muitas vezes na mesma cachola. Não se engane: o coletivo, antes

de estar ao nosso redor, habita em cada um de nós, por pré-definição hereditária e por aprendizado social.

As Psicologias podem se nutrir de muitas hipóteses e teorias a respeito de como chegamos a ser quem somos, como humanidade, todavia, sua mais relevante contribuição será o desenvolvimento de uma tecnologia humana que nos permita evoluir em outro sentido, instigando relações interpessoais e intergrupais menos violentas e mais isonômicas; que nos estimulem a conviver saudavelmente entre nós, humanos, e com os demais animais, com seus graus de consciência e senciência tão diversos dos nossos.

Sermos psicólogos/os

Uma das coisas que aprendemos, para nos tornarmos profissionais da Psicologia, é a identificar padrões. Observamos os comportamentos das pessoas e reconhecemos o quanto os indivíduos agem de forma semelhante. Não importa nossa especialização, se Psicologia clínica, escolar, organizacional, do trabalho, ambiental, dos processos básicos, social *et cetera*; mudam apenas os termos e as teorias para identificar e lidar com esses padrões.

É algo que, de uma forma ou de outra, em geral involuntariamente, também acompanha nossa vida pessoal. Mais do que constatar como isso pode ser empoderador, sinto um quê, uma ponta de tristeza, ao ver padrões nos quais as pessoas se declaram únicas e diferentes.

O pior, nessas situações, é mostrar ao sujeito, secamente, que ele não está sendo original, autêntico, mas, isso sim, que está reproduzindo formas de pensar e fazer deveras naturalizadas — entenda, quando utilizo essa palavra, eu me refiro à crença de que algo é da maneira como é por uma essência imutável, e não por acasos e intercorrências históricas e culturais.

Faz-se necessário o trabalho de “comer pelas beiradas”, o cuidado com o afeto do outro, tanto quanto o respeito para com sua capacidade de conceber e elaborar racionalmente o que se lhe apresenta... E acima de tudo, reconhecer que nossa percepção, como profissionais, pode es-

tar completamente enviesada pelas limitações de nossa tecnologia corrente ou pelo senso comum.

Compaixão talvez seja a palavra certa para o sentimento que deve nortear nosso procedimento, apesar de tão menosprezada. E igualmente um tiquinho de humildade.

Escutar ativamente; comunicar-se assertivamente, contudo sem agressividade, e atuar no afã de promover o protagonismo: eis o desafio nuclear, na minha visão, para quem pretende ser psicólogo(a).

Nosso saber-fazer, nesta ignota Psicologia das Oprimidas, precisa caminhar **do estigma à vida** que se ambiciona ser plena. Entre o idealismo feérico de Dom Quixote e o realismo pedregoso de Sancho Pança.

Tomando-se referenciais brasileiros, embrenhando-se e lidando com o meio termo que predomina na psiquê nacional, pouco aberta a mudanças imediatas, porém impaciente para com as de longo prazo (como nos ensinou Câmara Cascudo, somos um povo do meio-termo, até na hora de nos alimentarmos, que usa a farinha para secar o alimento úmido, e a água para molhar o alimento seco (Cascudo, 1963/2011).

As psicólogas e os psicólogos deveriam aprender que é imprescindível pensar no contexto, no político que deriva do social e se imiscui no psíquico: generalizações geralmente não funcionam adequadamente em situações particulares, o que responde às demandas das nações centrais para o capitalismo pós-industriais, costumam não atender à nossa realidade altamente segregada e desigual, na qual não existe uma sociedade civil, como ensinado por Milton Santos (2000), e cuja elite é formada por uma autocracia burguesa, conforme descrito por Florestan Fernandes (1975).

Tola seria se pretendesse esgotar o assunto. Pelo contrário, espero ter provido os estudiosos e os observadores com um atherro que sustente suas edificações.

*Alea jacta est*¹. Não preciso falar que sou revolução, porque já sou revolução. Falo de revolução para que outros também sejam. A Psicologia

¹ “O dado está lançado”, comumente conhecida como “a sorte está lançada”, máxima latina atribuída a Júlio Cesar, para se referir ao que não tem mais retorno, não importa o que aconteça.

pode ser socialmente útil (deveria ser, por vezes é), basta os psicólogos se engajarem, visceralmente, nesse intento. A sociedade que lida com isso.

Eu já escrevi o que me deu na veneta. Mas e você, *que final você quer?*

Referências

- Alighieri, D. (2014). *La divina commedia*. (Original publicado em 1321)
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Beckett, S. (1990). Waiting for Godot. *Great books of the western world* (Vol. 60). Chicago: Encyclopædia Britannica. (Original publicado em 1952).
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cascudo, C. (2011). *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global. (Original publicado em 1963).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1974).
- Freud, S. (2010). A dissecção da personalidade psíquica. In P. C. L. Souza (Trad.), *Obras completas, volume 18* (pp. 138-160). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1933).
- Goffman, E. (1988). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Hegel, G. W. F. (2011). *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1807)
- Hooks, B. (1995). Vivendo de amor. In J. Werneck, M. Mendonça & E. C. White. (Orgs.), *O livro da saúde das mulheres: nossos passos vêm de longe* (pp. 188-198). Rio de Janeiro: Pallas.
- Jesus, J. G. (2012). Ser cidadão ou escravo: repercussões psicossociais da cidadania. *Crítica e Sociedade*, 2(1), 42-63.
- Jesus, J. G. (2013a). O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 222-233.
- Jesus, J. G. (2013b). O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18(3), 363-372.

- Jesus, J. G. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, 78, 241-257.
- Jesus, J. G. (2015). Oliveira Silveira na UnB: memória coletiva e políticas de inclusão racial. *Revista da ABPN*, 7(15), 4-24.
- Jesus, J. G. & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, 11(2), 8-19.
- Nietzsche, F. (1998). *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1887)
- Pirandello, L. (2001). *Um, nenhum e cem mil*. São Paulo: Cosac&Naify. (Original publicado em 1926)
- Proust, M. (2002). *A prisioneira*. São Paulo: Globo. (Original publicado em 1923)
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad-racionalidad. In H. Bonillo (Org.), *Los conquistados* (pp. 437-449). Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- Semog, E. (1998). Dançando negro. In E. Ribeiro & M. Barbosa (Orgs.), *CADERNOS NEGROS: MELHORES POEMAS* (p. 57). São Paulo: Quilombohoje Literatura.
- Singer, P. (2004). *Libertação animal*. Porto Alegre: LUGANO.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Dissidências sexo-eróticas-gendradas: da pornografia à pós-pornografia como arte de gozar gostoso

William Siqueira Peres

Este texto se propõe a problematizar as práticas eróticas sexuais contemporâneas e sua composição com as intensidades dos modos de gozar, situados inicialmente dentro de um viés higienista, burguês, cristão e procriativo, e a emergência de novas práticas afetivas, eróticas sexuais que intensificam os gozos em perspectivas ampliadas, nômades e marginais.

Trata-se de dissidências de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais que escapam das armadilhas normativas do sexo meramente procriativo para inventar novas corporalidades que se jogam no universo dos prazeres que ousam dizer seus nomes e atualizar desejos resistentes ao modelo hegemônico de como se deve fazer, sentir, pensar e gozar fora dos reducionismos higienistas.

De modo esclarecedor, apresenta teorizações que fundamentam o escopo conceitual e metodológico de pesquisa em andamento intitulada “Para Além do sexo doméstico-procriativo: pós-pornografia e subjetivações erótico-sexuais desejantes na era farmacopornográfica.

As sexualidades e suas práticas com finalidades meramente procriativas, restritas ao casal heterossexual, branco, classe média, casado, monogâmico, cristão, já não são mais aquelas; cada vez mais somos surpreendidos com discursos, cenas e figurações que expressam diferentes discursos, sensações e práticas sexuais nas mais diversas esferas da existência, sejam nos circuitos de amizades, nas cenas de novelas e filmes da sessão da tarde televisiva, nos espaços de putarias, no cinema e revistas pornográficas, sejam nos relatos de pacientes que frequentam os consultórios de psicólogas e psicanalistas (Navarro, 2012).

A mera proposta de práticas sexuais ensinadas pelas famílias, igrejas, escolas e certas psicologias regulatórias e adaptacionistas, inclusive mediadas pelo próprio Estado neoliberal, enviesadas pela moral burguesa

e higienismos e assepsias sobre os corpos e seus prazeres, caem nas risadas das próprias crianças e adolescentes que têm acesso às redes informacionais escritas e visuais que mostram outras possibilidades de ampliação de suas fantasias e práticas para a obtenção de prazeres e gozadas criativas e singulares.

A influência dos essencialismos biológicos, psicológicos atravessados pela moral cristã participa dos processos de subjetivação normatizadores que produzem indivíduos reduzidos a sistemas de pensamentos binários, sedentários e universalizantes, produzidos e produtores de discursos que reduzem as crenças das pessoas para que acreditem na existência de um único corpo, um único sexo, um único gênero, conforme denuncia Beatriz Preciado (2008), e que complementamos com a redução da crença em um modelo único de prática sexual e um único aparelho mental.

Partimos da ideia, junto com Gilles Deleuze e Félix Guattari (1985), de que o ser humano não se reduz a uma unidade, totalizado, mas que ele é múltiplo, diverso e polifônico, que se compõe pela multiplicidade de linhas que o tecem e o constituem como sujeito em um determinado tempo sócio-histórico, pelos efeitos de discursos normativos que apresentam regimes de verdades e de aprisionamentos identitários (Foucault, 1988), bem como, por discursos de resistências e de composição com devires outros que facilitam a emergência de estilísticas da existência, ou seja, de expressões de singularidades que pedem passagem e reivindicam direitos de existir, estar e circular no mundo.

Enquanto multiplicidade, os sujeitos se apresentam como territórios existenciais compostos por lineamentos que colocam em interseccionalidade diversos elementos, tais como marcadores de classe, sexos, raça/cor, etnias, gêneros, orientações sexuais, gerações, estilos de vida, mas também dos modos como somos autorizados a gozar e levados a perceber, sentir, pensar, desejar e agir no e sobre o mundo.

Essas demarcações podem ser tratadas como modos discursivos que se inscrevem sobre os corpos, produzem sensibilidades e modos desejantes, problematizados por Judith Butler (2003) como atos performativos de discursos que se materializam sobre os corpos e que definem os lugares dos sujeitos no mundo, compondo identidades sexuais e de gêneros, dando manutenção para o sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais

que regulam e disciplinam os corpos reduzindo-os à heterossexualidade obrigatória (Rich, 2001), a função reprodutiva e de manutenção da família patriarcal, higienista, burguesa e cristã.

Os discursos normativos, em uma perspectiva da cartografia, podem ser associados a linhas de subjetivação e, enquanto tal, nos permitem falar em modos de subjetivação individualizadora, normatizada produtora de indivíduos em série, de forma fabril, restritos a papéis e funções reguladas e disciplinadas pelo Estado neoliberal e moral fundamentalista, e que, assessoradas pelas instituições médicas, eclesiásticas, jurídicas, psicológicas, dão manutenção para o exercício de biopolíticas de indivíduos contidos, culposos, submissos, úteis e dóceis para que não questionem os regimes de verdades impostos como normas absolutas dos modos de existir (Guattari & Rolnik, 1986).

Concomitante a tais linhas de subjetivação normatizadoras, deparamo-nos com outros lineamentos que se expressam como resistências às linhas de subjetivação normatizadoras e que criam/inventam/expressam processos de singularização, logo, de subjetivação de sujeitos singulares nos modos de ser, estar e circular no mundo que se expressam enquanto vidas em diferenças transbordantes que gozam em abundância.

Quando nos atemos especificamente às linhas sedentárias de sexualidades e de gêneros, podemos dizer que, como efeito das linhas de normatização dos sujeitos, seus desejos e seus prazeres estarão restritos ao modelo procriativo das práticas sexuais, programados para a reprodução, com pouca valorização dos prazeres que excedem o modelo heterossexual (inclusive por heterossexuais) de praticar sexo de modo higienista e com finalidade de descarga e relaxamento.

Em uma perspectiva da subjetivação singularizadora de linhas nômades, encontramos a emergência de sujeitos dissidentes ao sistema sexo/gênero/desejo, que buscam diversificar as formas de prazer sexual e criar dispositivos de resistência e de busca de abertura para novas experiências, novas práticas, novos prazeres, novas sensibilidades, novas significações, novos modos intensivos de gozar nas práticas sexuais.

Como figuração dessas proposições nas quais o erótico e sexual se misturam com o político e emancipatório, em uma perspectiva queering, podemos problematizar o movimento nacional de travestis e transexuais

no Brasil que vem conquistando direitos sociais, políticos e culturais que não só expandem as possibilidades de produção de prazeres dissidentes, que se distanciam das armadilhas da heteronormatividade higienista, como inauguram novas estilísticas dos modos de gozar e viver. (Peres, 2015)

Essas possibilidades de variação dos desejos normatizados e das disponibilidades para experimentar diferentes formas de prazer sexual se dão em decorrência daquilo que Beatriz Preciado (2011) problematiza como sendo *potentia gaudendis*, isto é, os modos como a força orgástica se dirige em direção de seus objetos eróticos identificados.

De acordo com Preciado (2008), uma cartografia do presente evidencia um mapa a respeito das transformações que se seguiram no último século e que se afirmaram como o grande negócio do novo milênio: “La gestión política y técnica del cuerpo, del sexo y de la sexualidad”; isto, por sua vez, nos permite a realização de “un analisis sexopolítico de la economía mundial” (Preciado, 2008, p. 26), movida pelas demandas da globalização e da aceleração midiática informacional e tecnológicas.

As análises das transformações ocorridas nas últimas décadas clarificam a respeito do aumento da visibilidade das mulheres nos espaços públicos, a inserção ampliada no mercado de trabalho e a emergência de novos lugares políticos que até então se restringiam ao universo masculino (Braidotti, 2000); da mesma forma, podemos perceber a emergência de novas formas políticas de visibilidade das homossexualidades (casamento igualitário, adoção de crianças por pares homossexuais, leis de punição à homofobia, lesbofobia e transfobia) (Teixeira, Peres, Rondini, & Souza, 2013), assim como de garantias de direitos à identidade/expressão de gêneros advindos das conquistas sociais e políticas do movimento social, político e emancipatório de travestis e homens trans e mulheres transexuais nas mais diversas esferas da vida.

Paralelo às conquistas políticas e emancipatórias de grupos e pessoas dissidentes do patriarcado falocêntrico e da heteronormatividade compulsória, deparamo-nos com as novas tecnologias afiliadas à biomedicina que trazem notícias do surgimento de drogas potentes e de esteroides sintéticos que contribuem para a produção de corpos modificados pelo poder farmacológico e que se aliam à difusão global de imagens pornográficas em escala acelerada pela produção de cenas e

sensações trazidas pelas salas de bate papo e demais páginas advindas da web, filmes e revistas pornográficas de fácil acessibilidade, espaços de lazer e promoção de paqueras, pegação e orgasmos em suas mais variadas e diversas possibilidades de prazeres, quer normativos, quer dissidentes.

Para Beatriz Preciado (2008), essas referências aos (psico) fármacos e à produção de imagens eróticas e sexuais contribuem para o aparecimento de regimes pós-industriais, globais e midiáticos gerados desde o surgimento da pílula anticoncepcional, das revistas eróticas-pornográficas como a Playboy, entre outras, anunciando a emergência do que a autora nomeia como sendo uma sociedade farmacopornográfica.

Preciado (2008) nos alerta que durante o século XX se deu a materialização dos processos farmacopornográficos, e, neste sentido, a Psicologia, a Sexologia, a Medicina e, em especial, a Endocrinologia, no auge de seu poder de autoridade no assunto, têm proposto conceitos de psiquismo, de libido, de consciência, de feminilidade e masculinidade, de heterossexualidade e homossexualidade como relações tangíveis, como substâncias químicas e moléculas comercializáveis, em corpos e biótipos humanos, bens administráveis pelos laboratórios de empresas multinacionais farmacológicas (Preciado, 2008).

Seguindo a perspectiva da autora, podemos perceber os avanços das tecno-ciências que transformam nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade/esterilidade em pílula anticoncepcional, de modo que fica difícil saber quem vem antes, se a depressão ou o Prozac, se o Viagra ou a ereção, se a masculinidade ou a testosterona, enfim, tais marcadores seriam o auto feedback do próprio poder farmacopornográfico. De acordo com Beatriz Preciado:

La sociedad contemporánea está habitada por subjetividades toxicopornográficas: subjetividades que se definen por la substancia (o substancias) que domina sus metabolismos, por las prótesis cibernéticas a través de las que vuelven agentes, por los tipos de deseos farmacopornográfico que orientan sus acciones. Así, hablaremos de sujetos Prozac, sujetos canábis, sujetos cocaína, sujetos alcohol, sujetos ritalina, sujetos cortisona, sujetos silicone, sujetos heterovaginales, sujetos doblepenetración, sujetos viagra, etc. (Preciado, 2008, p. 33)

Essas assertivas nos permitem problematizar novos processos de subjetivação em curso e que se atualizam através das novas demandas e visibilidades humanas em consonância com as biotecnologias e a industrialização farmacológica que se mostram presentes no cotidiano das pessoas, o que, por sua vez, coloca em tela o poder das indústrias farmacêuticas enquanto liderança do capitalismo neoliberal quer seja dentro da formatação legal, quer advinda do mercado negro das drogas sintéticas e/ou ilegais do tráfico de drogas. De modo complementar se somam as diversas formas de produção de imagens e sensações decorrentes da indústria pornográfica com as ofertas gráficas e videográficas disponíveis em livrarias, sites, cines e cabines em sex-shopping e bancas de revistas.

Nesse sentido, Preciado (2008) nos adverte que:

Las verdaderas materias primas del proceso productivo actual son la excitación, la erección, la eyaculación, el placer y el sentimiento de autocomplacencia y del control omnipotente. El verdadero motor del capitalismo actual es el control farmacopornográfico de la subjetividad, cuyo productos son la serotonina, la testosterona, los antiácidos, la cortisona, los antibióticos, el estradiol, el alcohol y el tabaco, la morfina, la insulina, la cocaína, el citrato de sildenafil (Viagra) y todo aquel complejo material-virtual que puede ayudar a la producción de estados mentales y psicossomáticos de excitación, relajación y descarga, de omnipotencia y de total control. Aquí, incluso el dinero se vuelve un significativo abstrato psicotrópico. El cuerpo adicto y sexual, el sexo y todo sus derivados semióticos-técnicos son hoy el principal recurso del capitalismo postfordista. (Preciado, 2008, p. 37)

Com essas demarcações, podemos dizer que a produção farmacopornográfica participa de um novo período da economia política mundial contemporânea, aliando-se à emergência de novos processos desejanter que configuram o surgimento dos novos sujeitos apontados em consequência dos efeitos dos psico-fármacos e imagens eróticas sexuais disponíveis para o consumo neoliberal, indo desde a biotecnologia agrária até a indústria virtual de comunicação, espaços marginais dos desejos, escalas de desigualdades e de normatização.

Nas análises realizadas por Preciado (2008), fica claro como a indústria farmacopornista e de edição gráfica participa dos modos de produção e consumo das pessoas, evidenciando processos de subjetivação que mo-

dula as práticas sexuais e de expressão de gêneros, configurando modos específicos de prazeres e de intensidades de tempo masturbatório da vida que se centra em imagens normativas alucinatórias dos corpos, figurações estéticas e excitações; tais determinações normativas masturbatórias (os punheteiros/siririadeiras ainda se mantêm na invisibilidade) produzem dispositivos de autovigilância e difusão ultrarrápida de informações parciais sobre si, o que gera modos contínuos e sem repouso de desejar, resistir, consumir, destruir, evoluir e autoextinguir sensações, pensamentos, desejos e práticas que escapem dos padrões normativos autorizados e esperados das pessoas em suas relações amorosas, afetivas, eróticas, sexuais e orgásticas.

Toda essa demarcação advinda da farmacopornografia agiria sobre os corpos em geral, e, neste sentido, seu foco principal se dá através daquilo que a autora denomina “fuerza orgásmica o potentia gaudendi”, que diz respeito à intensidade de excitação total de um corpo, seja atual, seja virtual. Segundo Beatriz Preciado (2008):

Esta potentia es uma capacidad indeterminada, no tiene género, no es ni femenina ni masculina, ni humana ni animal, ni animada ni inanimada, no si dirige primariamente a lo femenino ni a lo masculino, no conoce la diferencia entre heterosexualidad y homosexualidad, no diferencia entre el objeto y el sujeto, no sabe tampoco la diferencia entre ser excitado, excitar o excitarse-con. No privilegia un órgano sobre outro: el pene no posee más fuerza orgásmica que la vagina, el ojo el dedo de un pie. La fuerza orgásmica no busca su resolución inmediata, sino que aspira a extenderse en el espacio y en el tiempo, a todo y a todos, en todo lugar y en todo momento. Es fuerza que transforma el mundo en placer-con. La fuerza orgásmica reúne al mismo tiempo todas las fuerzas somáticas y psíquicas, pone en juego todos los recursos bioquímicos y todas las estructuras del alma. (Preciado, 2008, p. 38)

Através dessas demarcações, podemos perceber que as formas de prazer catalogadas e reduzidas ao padrão procriativo limpinho moral deixam evidente que as nomações e sensações atribuídas a esses mesmos nomes que definem e dão sentido aos nossos genitais e suas práticas e prazeres, se pensados na perspectiva da potentia gaudendi, perdem seus sentidos e significados, pois a reprodução se daria por mero acaso, ou, como diria Glória Careaga (2013), como acidente de percurso: as sexualidades e suas práticas teriam como objetivos principais os prazeres gera-

dos pelas práticas sexuais ejaculatórias e orgásmicas ou não, sejam elas solitárias, a dois ou coletivas, com humanos, com animais, com vegetais e minerais e de modo secundário, a procriação propriamente dita.

Tais problematizações abrem precedentes para investigações acerca das práticas e dos prazeres que escapam das determinações dos modelos de práticas sexuais restritos à lógica da procriação heterocentrada, e dar vozes e visibilidades para outras formas de prazeres inventadas pelas pessoas, que, na maioria das vezes, são catalogadas como eróticas, pornográficas e, mais contemporaneamente, de pornoterrorismo e/ou pós-pornografia.

O erótico, o pornográfico e a pós-pornografia

Desde a publicação da obra clássica: *O erotismo* de George Bataille (1987), o autor abre discussões a respeito do conceito de erotismo e nos clarifica que:

Do erotismo é possível dizer que ele é a aprovação da vida até na morte. Para falar a verdade, isto não é uma definição, mas eu penso que esta fórmula dá o sentido do erotismo melhor que uma outra. Se se tratasse de definição precisa, seria necessário partir certamente da atividade sexual de reprodução da qual o erotismo é uma forma particular. A atividade sexual de reprodução é comum aos animais sexuada e aos homens, mas, aparentemente, só os homens fizeram de sua atividade sexual uma atividade erótica, e o que diferencia o erotismo da atividade sexual simples é uma procura psicológica independente do fim natural encontrado na reprodução e na precupação das crianças. (Bataille, 1987, p. 10)

Seguindo as problematizações iniciais feitas por George Bataille, ariscamos pensar o erotismo como uma dimensão intrínseca aos processos de subjetivação humana, de sua conexão com a *potentia gaudendi* problematizada por Beatriz Preciado que concebe as sexualidades, suas práticas, prazeres e modos de gozar antes mesmo de serem capturadas pelo sistema sexo/gênero/desejo, perpetuadores dos binarismos homem/mulher, macho/fêmea, heterossexual/homossexual, ativo/passivo, limpo/sujo.

O erotismo, na leitura de George Bataille, não é apresentado como oposição à pornografia, mas se afirma como expressão do psiquismo hu-

mano e sua relação com a própria sexualidade. A sexualidade, enquanto dimensão erótica e de livre investimento da *potentia gaudendi*, seria expressão da vontade e necessidade humana de ampliar suas capacidades desejantes e de variação de prazeres e dos modos “gozantes”, logo, autônomas e independentes em suas conexões corporais, sensoriais, afetivas, emocionais, sexuais e estéticas.

Com a emergência de dispositivos de controle e de regulação dos corpos analisados por Michel Foucault (1988), as sexualidades e seus prazeres vão sendo restritos aos padrões heteronormativos, falocêntricos e procriativos, roubando a liberdade de expressão e de gozos intensos, dando passagem somente para a repetição dos modelos ascéticos e higienistas de como praticar o sexo, favorecendo a emergência daquilo que podemos denominar de obsceno, de obscenidade, o que, por sua vez, se amplia para a definição do que seria da ordem pornográfica. Tudo o que escapa da cena autorizada para o sexo procriativo, que se expande ou transborda em excessos do ritual normativo reprodutivo, inicialmente será catalogado como obsceno, ou seja, (obs) cena, fora da cena, reconhecidos como transgressores, perigosos e passíveis de exclusão.

Porém, nas últimas décadas, podemos notar que o erotismo tem saído da marginalidade e cada vez mais vem se integrando ao cenário contemporâneo ocidental, perdendo a conotação negativa de perigo e indecência.

Jorge Leite Júnior (2006) faz um recorrido interessante a respeito da relação entre o erotismo e a pornografia se apropriando de uma proposição feita por Alain Robbe-Grillet (citado por Leite, 2006, p. 33), que afirma que “a pornografia é o erotismo dos outros”. Ao que pesa o moralismo cristão fundamentalista e os higienismos médicos e psicológicos essencialistas, a tendência dos discursos enquanto repetição e manutenção do sexo limpo e regrado para a procriação aponta os outros como eróticos/pornográficos e se fixa nos lugares da normalidade, enquanto corpo saudável e desceite, intenso de sentimentos e por isso erótico, contrapondo-se à sexualidade do outro, que é promíscua, pervertida, animalesca, vulgar, grotesca, logo, pornográfica.

Pode-se dizer que o erotismo e a pornografia compõem os dois lados da mesma moeda, em que a pornografia será sempre situada no lugar

maldito a ser evitado, enquanto o erotismo será legitimado como aceitável socialmente e administrável dentro da lógica normativa. Essas contradições entre o que seria erótico e o que seria pornográfico levou Leite (2006) a fazer a seguinte problematização:

A imagem de um pênis penetrando uma vagina pode ser então considerada de dois modos: se for estilizada, utilizando-se das mais variadas técnicas ditas artísticas para amenizar o impacto de tal cena, é considerada erótica, pois, por envolver uma “reflexão” e uma “técnica” sobre a obra, tende mais para o campo da “arte”. Por outro lado, se esta mesma figura for apresentada com a intensão de ressaltar uma certa crueza, sacrificando uma idealizada reflexão em nome de uma demonstração, é tida como pornográfica. (Leite, 2006, p. 33)

Tais proposições denunciam a respeito da hipocrisia reinante nos discursos sobre as sexualidades, suas práticas e prazeres, pois podemos constatar que a maioria das pessoas, senão em sua totalidade, em algum momento de suas vidas transitam do erotismo para a pornografia, se apropriam e usam das cenas e diálogos assim reconhecidos como pornográficos em benefícios próprios, sejam de modo solitário, a dois, em grupos, nos espaços públicos ou intimistas, etc.

Mas a pornografia não seria tão comprometidora à ordem normativa se percebermos, junto com Jorge Leite (2006, p. 41), que ela “visa, em primeiro lugar, à introdução do prazer obsceno no campo do “correto”, da “ordem”, “saúde” e “beleza”, para desta maneira transgredi-lo”. A proibição, diria Bataille (1987, p. 94), sempre vem associada à dimensão do prazer, “e nunca o prazer surge sem o sentimento da proibição”.

Se analisarmos os roteiros dos filmes pornô, quando têm, a grande maioria é voltada para os/as heterossexuais, com sequências repetitivas e exaustivas de práticas sexuais clichés que beiram ao erotismo, se considerarmos restrições ao sexo penetrativo genital; qualquer variação que se proponha a incluir sexo oral, anal, uso de brinquedos eróticos seria catalogada como filme hard core, ficando os mais “leves” – entenda heterossexual higienista – como soft core (Leite, 2006).

De acordo com Roberto Echavarren (2009), o termo pornografia tem sua origem nos vocábulos gregos porné e grafos, que significa escrituras de puta.

A pornografia, ou os textos pornográficos, tem sua origem reconhecida por estudiosos do tema, tais como Lynn Hunt (1999), Roberto Echavarren, Amir Hamed, e Ercole Lissardi (2009). Jorge Leite (2006), que aponta, como primeiro escrito reconhecido como pornográfico na era moderna, o livro do escritor inglês John Cleland de 1748, intitulado *Fanny Hill: memórias de uma mulher de prazer*.

Em pesquisa realizada junto ao *Wikipédia* acerca do filme documentário que trata da história de Fanny Hill, somos informados se tratar do primeiro romance erótico moderno, tido como um dos grandes retratos da Europa do século XVIII. Em formato de cartas e narrado em primeira pessoa pela jovem Fanny Hill, o livro relata as aventuras de iniciação sexual de uma jovem – nem tão inocente assim – que, órfã aos quinze anos, vai para Londres tentar a vida e acaba se tornando uma requisitada cortesã.

Antes da virgindade de Fanny ser posta à venda por uma cafetina, a jovem se apaixona por outro jovem chamado Charles, com quem foge. Começam a viver juntos, mas, inesperadamente, ele precisa deixar a cidade e Fanny passa, então, de menina insegura a cortesã de muitos amantes. Nesse ponto, o romance se torna inovador, já que Fanny, além de não mostrar arrependimento pelas suas ações, descreve com detalhes explícitos suas aventuras, conferindo à obra um caráter de elogio ao prazer sexual.

A publicação das tais cartas causa muita polêmica. Editado em dois volumes – o primeiro, em novembro de 1748, e o outro, em fevereiro de 1749 – Fanny Hill não agradou em nada à patrulha religiosa da época. Após o lançamento, Cleland, os editores e os impressores foram presos, acusados de obscenidade, e, posteriormente, em juramento, o escritor teve que desistir da distribuição da obra, o que, por sua vez, continuou sendo de acesso somente como edições piratas que, mesmo assim, ajudaram a divulgar os escritos.

De modo paralelo, Roberto Echavarren (2009) informa que, em 1881, surge outra obra que marcaria a pornografia voltada para o sexo entre homens, através da publicação do livro *Sins of the Cities on the plains*, que tratava de relatos autobiográficos considerados como “la primera novela inglesa que trató de las relaciones homoeróticas” (Echavarren, 2009, p. 31).

A partir de tais referências, muitas outras obras foram surgindo em outros países, como a França e a Alemanha, todavia sempre sujeitas às perseguições da igreja, por reis e outras autoridades do poder que, orientados por moralidades e higienismos, perseguiram editores e consumidores das obras, chegando, muitas vezes, a prisões e punições em níveis de trabalhos forçados, flagelação de corpos e, em última instância, enforcamentos e outros modos de aniquilamento e pena de morte.

Como enfatiza Echavarren (2009, p. 45), “el pornô se volvió un instrumento político de los derechos humanos para explorar el cuerpo em compañía, para aprender el placer”. A emergência dessas primeiras publicações na Inglaterra permitiu ao referido autor analisar, sob a forte influência da moral vitoriana, a disseminação do controle dos corpos para outras localidades em que a Inglaterra tinha domínio em colônias que eram administradas pela coroa inglesa.

Nesta perspectiva, Roberto Echavarren denuncia que a própria disseminação da homofobia em diversas localidades do mundo teria como possíveis disparadores os valores conservadores impostos pela colonização inglesa, conforme nos esclarece:

El colonialismo británico criminalizó la sodomia en Iraq después de la primera guerra mundial. El edicto fue parte de un vasto cuerpo de leyes coloniales creado por los administradores británicos sobre todo en meados del siglo XIX, al que los ingleses llamaron “ el código penal hindú”. El código no era autóctono de la India. Fue el sistema legal que los colonizadores británicos impusieron al país en 1860. El artículo 377 de esse código colonial hizo del “comercio carnal contra natura” un delito castigado con hasta veinte años de exilio o hasta diez años de prisión. (Echavarren, 2009, p. 50)

Essa prática de contenção britânica se estendeu por diversos outros países administrados pela Inglaterra, inclusive no Brasil, contudo,

en Gran Bretaña la sodomia entre adultos consintientes fue discriminalizada em 1967, la ley de 1860 del “Código Penal Hindú” fue levantada por la Corte Suprema de Nueva Delhi recién el 2 de julio de 2009, afirmando que las relaciones homosexuales entre adultos ya no pueden ser consideradas un delito en la India, Esta ley colonial sujetó al subcontinente a una prohibición que duró 150 años. (Echavarren, 2009, pp. 50-51)

Tais proibições e perseguições que se seguiram sobre as homossexualidades eram extensivas para toda e qualquer prática entre homens e mulheres que alteravam o intercuro sexual procriativo, sendo ainda hoje prevalência em muitos países gerenciados pelo fundamentalismo religioso. Dentro dessas perseguições sobre as práticas sexuais dissidentes, incluem-se toda a produção de imagens consideradas pornográficas e em desalinho com a moral dos bons costumes e suas expressões denominadas indecentes e impuras.

Em tempos atuais, o pornô ganha status de entretenimento, como nos esclarece Jorge Leite (2006), estabelecendo uma imensa indústria da pornografia que coloca no mercado da carne que goza a emergência de sex-shoppings, revistas e vídeos eróticos disponíveis em bancas de revistas, seções específicas de vídeo locadoras para filmes pornográficos, assim como, de web sites voltados para a troca de parceiras e de promoção de encontros sexuais entre as mais variadas formas de se fazer sexo, seja ela solitária, a dois, em grupos ou outros coletivos, variando desde o sexo convencional, chamado de “papai e mamãe”, até os modos de sexos entre homens, entre mulheres, com travestis, homens trans e transexuais, de práticas sadomasoquistas, de realização de fantasias e fetiches com animais, vegetais, brinquedos eróticos e outras formas em que suportar a nossa imaginação.

Embora possamos encontrar as mais diversas formas de variação de produção de prazeres e modos de gozar, em sua maioria a produção pornográfica ainda se situa em uma perspectiva doméstica e higienista, ou seja, há uma tendência de manutenção ao sexo tido como “natural”, “limpo”, “saudável”, de reprodução de modelos restritos a casais heterossexuais, sejam casados ou não.

Em contraposição à indústria do pornô doméstico e de restrição às práticas associadas às escrituras sobre putas, a pornografia passa a:

ser pensada fundamentalmente enquanto fenômeno de massa e portanto em função de uma mercantilização da sexualidade voltada para a maximização do lucro, por outro lado, quando pensada especificamente em relação às salas de projeção nas quais é veiculada, a pornografia é um dos elementos constituidores de territorialidade, onde a possibilidade de gerar um “devir minoritário” está dada na socialidade que encaminha. (Vale, 2000, p. 27)

Essas problematizações suscitam a emergência daquilo que Néstor Perlongher (2008) denominou de territorialidades marginais dos desejos, considerando sua configuração na fluidez dos corpos que criativamente rompem com os modelos normativos dos modos de se fazer sexo e dão passagens para que devires outros possam se efetivar enquanto campos existenciais. Tais devires permitem a ampliação das análises sobre as práticas sexuais e seus orgasmos, assim como de outros modos de existir no mundo que escapam do caldo normativo e se afirma como potência erótica positiva e afetiva de vida que transborda e se compõe como diversidade.

Será nesta perspectiva que Perlongher (2008) problematizará a emergência dos devires minoritários, e aqui acrescentamos os “gozos minoritários”, as expressões humanas que não coadunam com a repetição do mesmo normativo, que ousam inventar novas possibilidades de relações, de corporalidades, de putarias, de prazeres e modos de gozar. Quanto a esses devires, Perlongher nos adverte:

No se trata de una pasión morbosa por lo exótico, ni de algún liberalismo romántico o extremo sino, más bien, de pensar cuál es el interesse de esas minorias desde el punto de vista de la mutación de la existencia colectiva. Ellas estarían indicando, lanzando, experimentando modos alternativos, disidentes, contraculturales de subjetivación. Su interés, residiría, entonces, en que abren “puntos de fuga” para la implosión de cierto paradigma normativo de personalidad social ... ès preciso, entre tanto, no confundir “devenir” con “identidad”. (Perlongher, 2008, pp. 67-68)

As contribuições de Nestor Perlongher abrem perspectivas para pensarmos as relações humanas e suas invenções para além da formatação identitária, do crivo normativo e reducionista dos modos de fazer sexo e de gozar, o que, por sua vez, propõe problematizarmos os processos de subjetivação intercessora, isto é, que a subjetividade não se restringe ao indivíduo acabado e totalizado, mas que a subjetividade se encontra em construção permanente, sempre revisando posições e ampliando referências de forma genérica e, em específico, sobre as possibilidades dos corpos afetarem e serem afetados, de produzirem gozos nos outros, nas outras e consigo mesmas. Como diria Jávier Sáez e Sejo Carrascoza em sua obra *Por el culo: políticas anales* (2011, p. 14): “abre tu culo y se abrirá su mente”.

Quando problematizamos a subjetivação, a produção da subjetividade, necessariamente, temos que dialogar com as sexualidades e suas interfaces com classe, raça/cor, gêneros, orientações sexuais, gerações, práticas sexuais que atuam como reducionismos atrelados às identidades fixas e acabadas, mas também, com a produção e emergência de devires outros que atestam a diversidade humana e sua potência criadora, a emergência das diferenças das diferenças. Essas subjetivações também participam da produção de sistemas de pensamentos, de sensações, imagens e prazeres, expressões de gêneros, de desejos e práticas sexuais que ora regulam e controlam os corpos, suas práticas sexuais e modos de gozar, ora favorecem a criatividade e passagem para que novas sensações, prazeres e gozos sejam possíveis.

Dentro dessa lógica a tendência da pornografia em restringir suas práticas e prazeres a modelos absolutos perde seu sentido e abre precedentes para pensarmos outras formas de expressões pornográficas e eróticas que não se alinham às tendências reducionistas de sexo binário, higienista, heteronormativo, procriativo e falocêntrico.

Para contrapor a armadilha reducionista do pornô higienista e procriativo, urgem, nos anos 80/90, algumas problematizações trazidas por Anne Sprinkle, citada por Echavarren (2009), atriz pornô e professora universitária, que criticam a produção pornô normatizada e voltada para homens, anunciando assim a emergência do que viria a ser denominado de pós-pornô. A atriz propõe uma pornotopia:

Tengo una visión del futuro en el cual toda la educación sexual necesaria estará disponible para todos; no habrá necesidad de abortar ni transmisión de enfermedades por vía sexual... El sexo es una arma curativa poderosa que será usada regularmente en hospitales y clínicas psiquiátricas. Aprenderemos a usar el orgasmo para prevenir y curar enfermedades tal y como los antiguos tântricos y taoístas hicieron. Los trabajadores sexuales serán ampliamente respetados... y el deseo dejará de ser un crime. Los hombres serán capaces de tener múltiples orgasmos sin eyacular, por lo cual podrán mantener una erección cuanto quieran. Las mujeres eyacularán... A nadie le importará con gente de qué sexo tiene sexo cada quién. En el futuro todos estarán tan satisfechos sexualmente que será el fin de la violencia, la violación y la guerra. (Sprinkle citado por Echavarren, 2009, p. 68)

Com a pós-pornografia se fortalecerá cada vez mais que o sexo é político e, portanto, passível de negociação de poder em que toda prática sexual e erótica negociada e de comum acordo entre seus pares não deve ser catalogada, classificada ou tratada como patologia, perversão, desvio ou qualquer outra categoria que possa ser inventada.

O pós-pornô analisado por Maria Llopis (2010) seria um dispositivo pornográfico configurado através de entrecruzamentos políticos e de críticas culturais ao mesmo tempo conectados e descontínuos, mesmo porque não se tratará de reducionismos identitários, mas de expressão coletiva em que as demandas do desejo de uma pessoa estão implicadas nas demandas coletivas de uma multidão. A esse respeito, um grupo espanhol chamado Descontroladas define suas identificações:

Somos brujas, putas, refugiadas, transexuales, gordas, freaks, mujeres, sodomitas, hadas, queers, sados, locas, inmigrantes, flacas, las que abortan, desviadas, marujas, bolleras, sin-papeles, ateas, travolakas, guarras, niñas, pobres, maricas, sin techo, viejas, santas viciosas, drag, reinas y reyes, rebeldes, precárias, piratas, zorras, presas, rabiosas, seropositivas, amigas, bukkakes, madres... si tocan una, tocan todas. (Echavarren, 2009, p. 71)

A proposta da pós-pornografia se apresenta como novas formas de análises que se distanciam dos estudos de caso e se constituem como expressões de coletividades, se distanciam das marcas reducionistas do indivíduo e criticam a pornografia tradicional por venderem papéis de gêneros, modos de praticar os sexos e estereótipos de corpos que somente reificam e mantêm os padrões normativos que se mostram caducos diante das demandas contemporâneas dos modos de fazer sexo, gozar, ter prazer e ser feliz.

Dentro das análises das Psicologias biopolíticas e mantenedoras dos modelos normativos vigentes, que reduzem os comportamentos a clichês e estereótipos advindos do século XIX, surge a necessidade da revisão da formação e práticas psicológicas em uma perspectiva política e emancipatória que respeite e positivite as diferenças, de modo a reconectar com a realidade que se compõe pela multiplicidade do afetos e gozos e pelas diversidades eróticas sexuais humanas, mesmo porque não há nada mais a ser classificado, binarizado, diagnosticado, tratado ou curado diante das

expressões eróticas, sexuais e de gêneros, restando somente problematizações que respeitem a vida como valor maior.

Para problematizar a emergência de novos sujeitos do desejo e suas práticas eróticas, sexuais e expressões de gêneros, propomos colocar em análise, a partir dos processos de subjetivação que se configuram em tempos atuais, as práticas e expressões que escapam das imposições normativas advindas do sexo doméstico procriativo e da pornografia higienista tradicional.

Conforme nos esclarece Richard Sennett em texto construído juntamente com Michel Foucault (1988), não é possível problematizar a produção da subjetividade sem levar em consideração as sexualidades, e, neste sentido, problematizar as diversas nuances que as práticas eróticas sexuais contribuem para a emergência dos sujeitos e das sujeitas na atualidade, quer seja reproduzindo os modelos fixados pela pornografia tradicional, quer seja pela emergência da pós-pornografia e suas interfaces com as classes sociais, raças/cor, sexos, gêneros, estilos de vida e estéticas corporais.

Que nenhuma expressão sexual e de gênero e seus modos de foder seja juiz e polícia de outras!

Referências

- Bataille, G. (1987). *O erotismo*. Lisboa: Antígona.
- Braidotti, R. (2000). *Sujetos nômades*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Careaga, G. (2013). La sexualidad aún un desafío para la Psicología. In F. S. Teixeira, W. S. Peres, C. A. Rondini, & L. L. Souza (Orgs.), *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea* (pp. 65-78). Cuiabá: EdUFMT.
- Deleuze, G & Guattari, F. (1985). *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34.
- Echevarren, R., Hamed, A., & Lissardi, E. (2009). Prólogo. In *Porno y postporno* (pp. 07-09). Montevideo: HUM.
- Echavarren, R. (2009). La invención del pornô. In R. Echevarren, A. Hamed, & E. Lissardi (Orgs.), *Porno y postporno* (pp. 31-51). Montevideo: HUM.

- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hunt, L. (1999). *A invenção da pornografia*. São Paulo: Hedra.
- Leite, J. (2006). *Das maravilhas e prodígios sexuais*. São Paulo: Annablume.
- Llopis, M. (2010). *El postporno era isso*. Madrid: Melusina.
- Navarro, R. L. (2012). *O livro do amor: do iluminismo à atualidade* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Best Seller.
- Peres, W. S. (2015). *Travestis brasileiras - dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá.
- Perlongher, N. (2008). *Prosa Plebeia, ensaios 1980-1992*. Buenos Aires: Colihue.
- Preciado, B. (2008). *Testo Yonki*. Barcelona: Espasa.
- Preciado, B. (2011). *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama.
- Rich, A. (2001). *Sangre, pan y poesia: prosa escogida 1979 – 1985*. Barcelona: Icaria.
- Sáez, J. & Carrascoza, S. (2011). *Por el culo: políticas anales*. Barcelona: Egales.
- Sennett, R. & Foucault, M. (1988). Sexualidad y Soledad. In T. Abraham (Org.), *Foucault y la ética* (pp. 165-187). Buenos Aires: Biblos.
- Teixeira, F. S., Peres, W. S., Rondini, C. A., & Souza, L. L. (Orgs.). (2013). *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea*. Curitiba: EdUFMT.
- Vale, A. F. (2000). *No escurinho do cinema: cenas de um público implícito*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará.

Compartilhando afetações: trilhas entre figurações e imaginações de gênero e sexualidade¹

Benedito Medrado

Introdução

Este ensaio apresenta algumas ideias que visam menos à produção e divulgação de conhecimentos e mais ao compartilhamento de afetações; um exercício inspirado, sobretudo, em Jeanne Favret-Saada (1990), para quem a particularidade de uma pesquisa está na capacidade do/a pesquisador/a de ser afetado por outras experiências.

Assim, assumo aqui um compromisso com vocês de não apresentar conceitos ou afirmações acabadas, mas sim de compartilhar o desafio de pensar os limites e as possibilidades que produzimos (ou ampliamos) quando abordamos temas relativos à sexualidade, a partir de uma perspectiva feminista (portanto, crítica) de gênero (portanto, relacional), inspirada em Donna Haraway (1995). Ou seja, quando apostamos na ruptura radical da dicotomia ciência *versus* política.

Neste sentido, preciso iniciar retomando a crítica aos usos e abusos do conceito de gênero; uma crítica ainda necessária, especialmente nos dias de hoje em que “ideologia de gênero” passou a ser incorporada em discursos fundamentalistas que visam retroceder conquistas.

Mesmo fora desse uso distorcido, infelizmente, ainda hoje, gênero quase sempre é tomado como construção social sobre o sexo e as pesquisas sobre de/gênero tem produzido fotografias óbvias da dicotomia e desigualdade entre homens e mulheres ou mesmo entre feminino e masculino. Refiro-me aqui às variadas pesquisas que se dizem “de gênero”, por que estudam apenas mulheres ou porque estudam “ambos os sexos”, e

¹ Uma versão ampliada deste texto, em castelhano, foi apresentada durante o “V Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades” e encaminhada para publicação no Dossiê Temático da Revista *Sexualidad, Salud y Sociedad*.

que resultam quase sempre em uma leitura catalográfica sobre modos diversos de converter diferenças em desigualdades. Ou seja, pesquisas que já iniciam com resultados muito previsíveis e, no final, apenas afirmam que a subordinação do feminino é construída socialmente.²

Ainda que essas denúncias sejam necessárias, elas não bastam, Afinal, a construção social sobre o sexo é mais precisamente a definição de papéis sexuais, que antecedem o conceito de gênero e contra a qual os estudos de gênero se construíram. Esse é o argumento central da historiografia sobre o conceito de gênero, produzida por Henrique Gomáriz, de 1992, para pensar os homens e as masculinidades.

Essa leitura crítica de gênero se ampliou, sobremaneira, ao longo das últimas décadas, especialmente depois de Joan Scott (1999) quando define gênero como institucionalização primária do poder, Gayle Rubin (1986) e sua leitura sobre o sistema sexo-gênero e depois da ampla divulgação das leituras de Thomas Laqueur (1990) sobre a construção social do sexo, só para citar alguns.

Essas produções (principalmente as de Rubin e Laqueur) nos ofereceram uma leitura sobre o sexo e a sexualidade também como construções políticas, baseadas em (e produtoras de) uma crença numa diferenciação produzida (portanto, “não natural” como muitas vezes somos levados a crer) entre o masculino e o feminino, entre homens e mulheres, entre hetero e homo, entre cis e trans. Esta diferenciação seguramente é estratégica, política e economicamente útil, mas não dá conta da complexa teia que configuram nossos objetos de interesse científico (Costa, 1995).

O que acontece é que, felizmente, como nos adverte Joan Scott (1999), nossas vidas são sempre muito mais criativas do que o que nos oferecem nossas categorias de análise ou nossas categorias políticas (especialmente as que se baseiam em identidades). Além disso, quando aproximamos das discussões sobre gênero aos debates sobre sexualidade, a criatividade da vida e as experiências são ainda mais amplas e as análises se colocam ainda mais complexas, evidenciando os limites do nosso verbo e dos nossos sentidos, pois ousamos tocar o intocável, falar sobre o silenciado, publicizar as experiências protegidas sob o manto da intimidade, sob a égide do privado.

² Ian Hacking (1999) trás excelentes reflexões sobre o uso desmedido e muitas vezes irrefletido sobre a expressão “construção social”.

O que quero enfatizar aqui é que, por um lado, sensibilizar e falar de/com as pessoas, especialmente aquelas tradicionalmente silenciadas (negros, pobres, mulheres, pessoas trans, etc) sobre temas relativos à saúde, sexualidade e direitos é muito importante e necessário, ainda que negros, pobres, mulheres, pessoas trans etc. sejam, por princípio, uma produção do ponto de vista de um “essencialismo estratégico” (Spivak, 1989).

Ou seja, são sujeitos fabricados, tendo em conta nossos interesses ético-políticos de produzir transformações de gênero. Por outro lado, creio que é necessário entender essas categorias de sujeito sempre: (a) como categoria política estratégica, não como condição natural de existência (Laqueur, 1990; Costa, 1995); (b) como categorias situadas, portanto, construções provisórias, precárias e parciais (Haraway, 1995); (c) como uma construção que se desenvolve em dimensões relacionais/pessoal, mas também simbólico/cultural e principalmente institucional, via “pedagogia da repetição” (Spink, 2004).

Pensando, então, a partir dessa matriz crítica sobre a noção de sujeito e de um posicionamento político sobre a produção científica sobre sexualidade, resolvi compartilhar com vocês algumas ideias ou mais precisamente apresentar figurações de gênero e sexualidade, como uma estratégia para pensar sobre (im)possibilidades e resistências criativas à heterossexualidade compulsória.

Estou usando aqui o termo “figurações” tomando de emprestado as ideias do psicólogo social Tomás Ibáñez, apresentadas em um artigo intitulado “Elogio da imaginação”, publicado em 2009, no periódico *Qua-derns de Psicologia*.

Figurações e imaginação: “la locas de la casa”

Segundo Ibáñez (2009), as imagens cumprem uma função instrumental (necessárias no jogo da comunicação) de “reenvio” e de “suplência”, ou seja, a imagem “funciona” como um meio de “teletransporte” e esta função (como efeito de verdade) é extremamente útil e potente, desde que o mundo é mundo.

Por exemplo, os mapas e as pinturas foram fundamentais no tempo das grandes navegações, da colonização (ou mais precisamente explora-

ção) da Europa sobre as Américas, no século XVI. A crença de que esses mapas e outras imagens reproduziam com verossimilhança o que existia além-mar foi fundamental para este empreendimento real (ou mais precisamente, da realeza).

Assim, o que seriam das grandes navegações do século XVI se não fosse a função representativa atribuída aos mapas? Do mesmo modo, nos dias de hoje, o que seriam dos hotéis, se não fosse a função representativa das imagens *fakes* dos apartamentos de 12 metros quadrados, que mais parecem 140? O que seria da “pegação virtual” se não fosse a função representativa das imagens (*com filtro* ou *fotoshopadas*) postadas em aplicativos de encontros tais como o *Grindr* ou *Tinder*.

Certamente, crer que as imagens mantêm suposta relação com o “objeto representado” é muito útil para a produção de verdades e para produzir controle e jogos de poder ou mais precisamente de dominação.

Mas para Ibáñez (2009), apesar da potencia de sua função representativa, uma imagem não se esgota nessa função. A imagem transborda essa função. Ou seja, imagens não estão sujeitas apenas a este performativo (de produzir verdades). Quando pensamos nos problemas sociais da vida cotidiana (onde se incluem a sexualidade e as relações de gênero), a imagem e o ato de se relacionar com ela (que Ibáñez, 2009, chama de “imagem em ação”, a “imaginação”) não transita exclusivamente pelos caminhos da produção de verdades, e sim (na maioria das vezes) distorce esses caminhos.

Segundo ele, a função da imaginação “parece ser a da distorção da realidade, o da fantasia ou do delírio, do engano e do erro” (p. 45). Para desenvolver esta ideia sobre imaginação, Ibáñez (2009) produz uma encantadora distorção sobre uma obra do cartesiano Malebranche para dizer que a imaginação é “la loca de la casa”.

Segundo Ibáñez, ao caracterizar a imaginação como “la loca de la casa”, Malebranche se equivocava em parte, mas não por completo.

Malebranche errava completamente ao pensar que estava desqualificando definitivamente a imaginação ao defini-la como “la loca de la casa”... Com efeito, é precisamente porque a imaginación escapa da censura da razão, é porque ela joga livremente com as regras da lógica, e porque ela zomba das

restrições e exigências da realidade, que a imaginação pode, precisamente, desempenhar sua função de estimular o pensamento, e de gerar novidades em relação ao que existe, que está estabelecido. (p. 45)

Neste sentido, para Ibáñez (2009), a imaginação é nossa instância mais criativa, precisamente porque é a instância mais independente das restrições e limites que o mundo dos impõe. Fazendo referencia a Jean Paul Sartre, o autor afirma que:

una conciencia que no fuera capaz de imaginar, no sería propiamente una conciencia, porque se encontraría totalmente atrapada en lo existente, incapaz de captar otra cosa que lo dado. Incapaz de establecer esa distancia con lo dado que permite proceder a su evaluación y a su enjuiciamiento, es decir, que permite, 'tener conciencia de... Es porque la imaginación sobrepasa constantemente lo existente por lo cual la conciencia se hace posible (p. 45)

Inspirado nessas ideias de Ibáñez sobre imaginação, decidi não tentar fazer migrações para o formato textual das imagens que tenho visto e/ou produzido ao longo dos últimos anos em que tenho me dedicado a pesquisar sexualidade e memória (focalizando, sobretudo, em produções estético-políticas que provocam deslocamentos nas formas “existentes” no campo do gênero e da sexualidade). Ou seja, tentarei não cair no risco de produzir encarceramento da imaginação. Talvez fosse até mais fácil e mais rápido, em virtude da prática acadêmica, porém, não produziria, com certeza, os efeitos que eu gostaria de provocar com este ensaio.

Pelo contrário, o que tentarei aqui é convida-los e convidá-las ao exercício da imaginação, a partir de algumas figurações, não descritas e sim inscritas neste texto, as quais nomeio de “intervenções estético-políticas em gênero e sexualidade”.

Com efeito, essas intervenções podem nos ajudar a promover imaginação, no campo da sexualidade e de gênero e oxalá ajudem-nos a abrir possibilidades para pensar maneiras de viver nossa sexualidade de modo criativo, para além da dicotomia masculino-feminino; heterossexualidade-homossexualidade; sagrado-profano e tantas outras fixações de/ do gênero.

A festa da Chiquita

A intervenção estético-políticas que abordarei aqui é a *Festa da chiquita*, uma experiência que conheci, há quase 10 anos, quando assisti ao documentário *As Filhas da Chiquita*, dirigido por Priscila Brasil, lançado em 2006, cuja sinopse informa que:³

Há 28 anos, no segundo domingo de outubro, a bicentenária procissão do Círio de Nazaré – maior romaria católica do Brasil e uma das maiores do mundo – é obrigada a conviver com a Festa da Chiquita, o mais tradicional encontro gay da Amazônia que, contra tudo e contra todos, ocorre no mesmo dia, na mesma hora e na mesma rua. São dois milhões de católicos fervorosos de um lado e alguns milhares de homossexuais do outro. Em 2004, o IPHAN incluiu a Festa da Chiquita no processo de tombamento do Círio como patrimônio imaterial da humanidade, dando início a uma grande polêmica: afinal, a festa da Chiquita faz parte do Círio? (As filhas da Chiquita, 2006)

Afetado pelo prazer e a imaginação que aquele documentário me produziu e diante de um incômodo sobre a história “quase oficial” que se produziu sobre o movimento em favor dos direitos sexuais no Brasil (que quase sempre se referem somente às produções do eixo Sul-Sudeste do Brasil), elaborei um projeto de pesquisa, de inspiração etnográfica (Cordeiro, 2004), com o objeto primordial de dar visibilidade às experiências do Norte e Nordeste de Brasil, pouco conhecidas, ainda que densas em seu sentido estético e político (Rancière, 2005). Deste modo, comecei a frequentar esta festa, desde 2010.

Conhecendo esta experiência mais de perto passei a defini-la como uma experiência de transgressão “de dentro da barriga do monstro”, para utilizar uma expressão de Donna Haraway (1995). O monstro, neste caso, é o ordenamento religioso, porém seguramente poderiam ser muitas outras instituições.

Iniciada há quase quatro décadas (em 1976), com o nome de “Festa da Maria Chiquita”, em referência a uma Música de Caetano Veloso, (“A Filha da Chiquita Bacana”, lançada meses antes, em dezembro de 1975),

³ Este vídeo tem versão completa disponível em www.youtube.com/watch?v=7Cu_mt2SXBc

este evento envolve artistas, jornalistas, fotógrafos, intelectuais e curiosos, tendo como ponto de concentração a “Praça da República”, no centro comercial da cidade de Belém, capital do estado de Pará, no norte do Brasil (Souza, 1997).

Vários/as autores/as (entre eles/as Coelho, 2007; 2011; Milagre & Fernandes, 2013; Needell, 1993; Silva, 2005; Weinstein, 1993) enfatizam que Belém foi uma das cidades mais importantes do Brasil, entre fins do século XIX e século XX, em razão da exploração do látex, que se expressa mais fortemente entre 1890 e 1910.

Nas artes e na história política do nosso país, este período é conhecido como a *Belle Époque Tropical*, um período, cultural e político importante na história do Brasil, ainda que a maioria dos brasileiros desconheça essa informação. Este período começou no final do “Brasil Império” e se prolongou até o fim da “República Velha” (entre 1889 e 1931).

A “Belle Époque”, no Brasil, difere de outros países, seja pela duração, seja pelo avanço tecnológico e se configurou no Brasil, sobretudo, nas regiões mais prósperas do país, naquela época: a zona do café (São Paulo) e a zona do ciclo da borracha (Região Amazônica, que inclui Belém, onde havia o mais importante porto de transporte do látex do mundo).

Naquela época, viviam na região muitos europeus que, ainda que lhes incomodasse o calor úmido e a biodiversidade, que incluía insetos e outros animais raros (aos olhos verdes ou azuis dos colonizadores), suportavam toda sorte de intempéries, em função da possibilidade de se tornarem mais e mais ricos.

Em linhas muito gerais, em virtude de disputas econômicas e questões políticas no governo central de Brasil, a Amazônia foi perdendo, pouco a pouco, o protagonismo político e o monopólio da extração do látex para o Ceilão, Malásia e a África tropical, onde os ingleses, com sementes levadas da Amazônia, passaram a produzir látex com mais eficiência e produtividade.

Ainda que esta história tenha se passado há quase um século, Belém manteve algumas marcas desta época, seja em sua arquitetura, seja em sua cultura, seja em algumas tradições que persistem ao longo do tempo.

Neste cenário de tradições culturais, acontece desde muito antes do “Ciclo da Borracha”, uma das maiores manifestações religiosas da América Latina: o Círio de Nazaré.

O Círio é uma procissão católica que existe desde o final do século XVIII, mais precisamente desde 1793, organizado por uma Diretoria de Festividades da ordem de “Nossa Senhora de Nazaré”, coordenada pela Igreja Católica. A palavra “Círio” vem do latim “cereus” (cera), que significa “grande vela de cera”. Por ser essa vela a oferenda principal dos fiéis nas procissões em Portugal, com o tempo o “círio” se converteu em sinônimo da procissão em Belém e muitas outras cidades do interior do estado do Pará⁴

Participam desta procissão aproximadamente dois milhões de pessoas que advêm de diferentes lugares da região amazônica, mas também de outras regiões do Brasil de Brasil e inclusive de outros países mais próximos. Há ainda os “nativos” (ou cativos) do Pará que vivem em lugares mais distantes e que voltam todos os anos a Belém para “pedir a benção da santa” e assim poder “seguir sua vida”.⁵

Figura 01. Cartazes de divulgação do Círio de Nazaré (1926, 2012 e 2014)



⁴ Fonte: <http://www.ciriodenazare.com.br/portal/romaria.php>

⁵ Essas foram expressões recorrentes enunciadas por meus interlocutores.

Os dias mais importantes da procissão são o segundo sábado e segundo domingo de outubro. Porém, a festa dura mais ou menos um mês, com atividades em diferentes lugares e a partir de diferentes modalidades, como a *moto-romaria* (de motocicleta), *romaria fluvial* (de barcos), entre outras. A tabela abaixo ilustra a duração e o total (em quilômetros) percorrido pelas romarias, que resultam em 30 horas de duração e 107 quilômetros, tomando como referência o ano de 2013.

Tabela 1. Distâncias percorridas pelas romarias oficiais que integram o Círio de Nazaré

Nº	ROMARIAS OFICIAIS CÍRIO DE NAZARÉ/2013	DATA DA REALIZAÇÃO	DURAÇÃO DO EVENTO	DISTÂNCIAS PERCORRIDAS
01	Traslado Ananindeua	11/10/2013	12 h 40 min	55.000 km
02	Romaria Rodoviária	12/10/2013	03 h 00 min	24.000 km
03	Romaria Fluvial	12/10/2013	02 h 00 min	18.500 km
04	Moto Romaria	12/10/2013	00 h 55 min	2.400 km
05	Trasladação	12/10/2013	05 h 35 min	3.750 km
06	Círio de Nazaré	13/10/2013	06 h 15 min	3.600 km
TOTAL			30 h 25 min	107.250 km

Fonte: DIEESE/PA – Diretoria da Festa de Nazaré 2013. www.ciriodenazare.com.br

Há também a potente imagem da corda, em volta da qual se posicionam peregrinos, pessoas que estão ali para pedir algo à virgem ou para agradecer pela graça alcançada e estão ali, portanto, pagando promessa feita. Há ainda uma recorrente referência à tradição (reprodução/repetição) de práticas familiares.

Figura 02. Imagem da corda procissão do Círio de Nazaré



Fonte: www.pnsbenfica.com/2010/10/icones-do-cirio-de-nazare.html

Na configuração da procissão, por incrível que pareça, há referência a claras divisões de classe, pois as pessoas “de classe média” em geral, segundo meus interlocutores, preferem acompanhar o cortejo durante a noite de sábado, que antecede o Círio (“trasladação”) a estar pelo sol quente da tarde de domingo do Círio.

Há também divisão sexuada de corpos, pois homens e mulheres não estão juntos. Escutei algumas versões sobre as razões para esta divisão sexual em torno da corda. Há uma explicação baseada na força física, ou seja, que as mulheres se colocariam em situação de desvantagem e poderiam sofrer danos. Há outra linha de argumento que diz que esta divisão por sexo foi necessária porque alguns homens se excitavam durante o percurso da procissão entre corpos quente e suados. Muitos inclusive teriam sido advertidos e retirados das cordas, por exemplo, quando começavam ou insinuavam começar a masturbar-se, próximos à corda. Assim, separar homens de mulheres garantiria a proteção das mulheres contra a violência física ou sexual, baseando-se na ideia de que homens são sempre mais fortes fisicamente que as mulheres e de que homens se excitam apenas na fricção com corpos femininos.

É muito curioso que em Recife, não por acaso, uma boate voltada especialmente ao público homossexual masculino, exibiu por muitos anos, em uma de suas paredes, uma grande e sedutora imagem do Círio de Nazaré, na qual figuram-se apenas os duros músculos das pernas suadas de homens, em curtos shorts, um encaixado atrás do outro.

Além da corda, há também outra imagem potente na configuração do Círio: a própria imagem da santa. Esta imagem se caracteriza como típico “actante” (ou atuante), conceito central da Teoria Ator-rede, proposta por Bruno Latour (1996) e outros autores/as. “Atuante” seria qualquer coisa que atua, ou modifica uma ação (Akrich & Latour, 1992; Cordeiro, 2012).

No Círio, há uma complexa teia de atuantes, entre eles o manto da santa, que segundo meus interlocutores/as é confeccionado (ou patrocina-do) por senhoras da elite católica da cidade, porém por vezes, fica a cargo de estilistas da cidade, “assumidamente” homossexuais. Relatos sobre disputas nesta atividade foram recorrentes em minhas andanças por Belém.

Há também nesta trama de atuantes, a “Berlinda”, estrutura de madeira e vidro decorada com belos arranjos florais e uma especial instalação de luzes. Porém, a corda (abordada anteriormente) e a imagem da santa são, de fato, os atuantes mais potentes desta rede.

Figura 3. Imagem da Berlinda, que envolve a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, durante o Círio

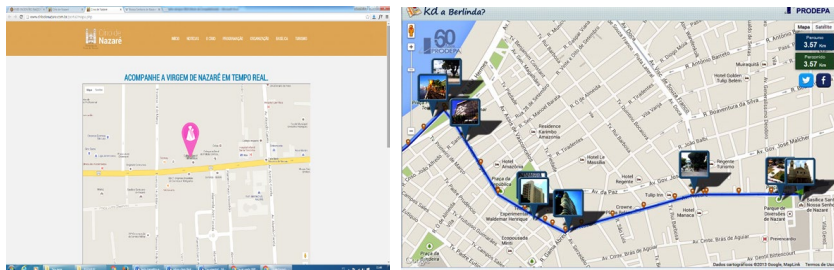


Fonte: www.ciriodenazare.com.br

Sobre esta imagem, as pessoas falam de uma maneira peculiar. Como se fosse uma viajante que passeia por vários lugares, às vezes, se vê cansada, tem que dormir numa igreja, para seguir viagem, no dia seguinte, viaja de motocicleta, de barco, muda de roupa todos os anos... A intimidade com a santa é tamanha que muitos inclusive a chamam pelo carinhoso apelido de “Nazica”.

Há duas versões oficiais sobre a aparição desta imagem, segundo informações disponíveis na página web oficial do Círio⁶ e no aplicativo “Kd a Berlinda?”, desenvolvido pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (Prodepa), disponível para *download* para aparelhos celular, a partir do qual os peregrinos podem saber a localização exata da santa, quando começam as romarias.

Figura 04. Mapa (no site e no aplicativo) para acompanhar, “em tempo real” o deslocamento da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, durante o Círio



Fonte: www.ciriodenazare.com.br

A imagem considerada “autêntica” é uma escultura de madeira (de 28 cm que leva em seus braços o menino Jesus, com um globo em suas mãos) foi encontrada no ano de 1.700, por um caboclo clamado Plácido José de Souza, filho de um português com uma indígena nativa. Esta escultura original, segundo informações disponíveis na *website* oficial do evento, fica alojada na Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e só é retirada de sua redoma de vidro uma vez por ano, durante a cerimonia da “Descida da Imagem” o a “Descida do Glória”, que ocorre na véspera do Círio, ao meio dia.

⁶ www.ciriodenazare.com.br

No entanto, por questão de segurança, desde 1969, foi criada uma versão da santa (que alguns chamam de “cover”), que é uma cópia da imagem que se encontra na Basílica. Esta se chama “imagem peregrina” porque é a figura que é transportada em todas as procissões e cerimônias oficiais da festa de Nazaré. Na página oficial do Círio, há uma informação de que esta imagem se encontra, durante todo o ano, na sacristia da Basílica.

Tive a oportunidade de estar por três vezes nesta procissão e posso assegurar que é uma emoção tão inesquecível como indescritível, que envolve um volume expressivo de pessoas, entre jovens, adultos, crianças e idosos, pessoas cisgênero⁷ e pessoas trans⁸, brancos, indígenas, mas significativamente corpos pobres e negros...⁹; um acontecimento de por lágrimas nos olhos e arrepiar os cabelos, inclusive em pessoas que, como eu, não se identifica com nenhuma matriz religiosa.

A “trasladação”, anteriormente referida, é um momento de que visa recordar o primeiro milagre da santa, quando foi “descoberta”. Sobre isso, reproduz-se uma narrativa comum a quase todos os mitos sobre origem das imagens de santos e santas católicas, ou seja, de que um pobre homem encontrou a imagem da virgem em um lugar distante (no caso, às margens do igarapé Murucutu, onde hoje se encontra a Basílica Santuário), levou-a a casa e, no dia seguinte, não estava mais lá. Voltando à beira do rio, encontrou-a no mesmo lugar. Voltou a leva-la à casa e, mais uma vez, a virgem voltou ao ponto onde havia sido encontrada. O feito (milagre) teria se repetido várias vezes até a imagem ser enviada ao Palácio do Governo.

No local onde a imagem foi encontrada, foi construída uma pequena capela, situada hoje no território de um tradicional colégio da cidade (Colégio Gentil Bittencourt), situado em uma “zona nobre” da cidade, onde, ao final, a imagem da santa, após o Recírio, fica disposta grande parte do ano. O Círio de Nazaré termina, assim, com o “Recírio”, uma curta procissão, que acontece na segunda feira, após o chamado “Domingo Fiesta” (o terceiro depois do Domingo do Círio).

⁷ Cisgênero é um termo usado para referir-se a pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao seu sexo biológico designado ao nascer.

⁸ “Pessoas trans” refere-se aqueles/as que se definem como travestis ou transexuais.

⁹ Certamente, há camarotes e outras formas de diferenciação de classe entre os fiéis que participam da procissão, mas a grande massa de romeiros é, de fato, composta por pessoas oriundas de classes populares.

No entanto, o que mais me chamou a atenção no Círio é a relação híbrida entre o sagrado e o profano. Em uma entrevista publicada no periódico “Beira do Rio” da Universidade Federal de Pará, a professora do Instituto de Arte e Ciências da Universidade Federal do Pará (UFPA), Zélia Amador de Deus, fundadora do Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará, argumenta que a única divisão que separa o sagrado do profano durante a “festa mariana” são as paredes do templo:

A festa, com o passar do tempo, agrega valores diversos e se transforma em uma manifestação que converge tradições, de forma equivalente tanto para o religioso quanto para o cultural, daí as diferentes maneiras de homenagear Nossa Senhora, que é o objetivo comum de todo o momento.¹⁰

Entre essas “diferentes maneiras”, incluem-se o “Auto do Círio” e a Festa da Chiquita, nos quais, há uma expressiva presença da população LGBT, especialmente homossexuais masculinos, travestis e mulheres trans.

De fato, a presença da população LGBT na preparação da procissão, pois, segundo meus interlocutores e interlocutoras, a santa é muito vaidosa e que precisa de um manto novo a cada ano, muitas vezes produzido por um estilista assumidamente e reconhecidamente gay, como referido anteriormente. Do mesmo modo, a berlinda, onde fica disposta a “cover”, é preparada, na maioria das vezes por “bichas criativas” da cidade, pois como me disse, em certa ocasião, uma senhora com quem puxei conversa na praça da República, “quando a decoração é feita pelas senhoras das famílias tradicionais não fica tão bonita”.

Mas, parece ser o “Auto do Círio” um momento especial de presença de corpos LGBT; um momento em que se percebe uma clara presença desta população, encenando ou assistindo.

Idealizado em 1993, pelo Instituto das Ciências de Artes da Universidade Federal do Pará, e registrado em 2004, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Auto do Círio consiste em um cor-

¹⁰ SOUZA, Jéssica. 2015. “Manifestações profanas dividem espaço no calendário”. *Jornal da Universidade Federal do Pará*. Ano XXIX Nº 126, Acesso em 12/08/2015 em <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2008/13-edicao-65/129--manifestacoes-profanas-dividem-espaco-no-calendario>

tejo pelas ruas do centro histórico de Belém, com paradas em pontos estratégicos, nos quais são feitas apresentações de teatro, música e dança.

O Auto envolve cerca de 500 artistas e de 15 mil espectadores e, como parte da programação profana da festa, articula uma matriz religiosa em uma estética carnavalesca (com muitas fantasias, adereços, palcos e cenários), com muitas cores e exposição de corpos, especialmente masculinos, lisos e musculosos. Entre os/as espectadores/as, muitos olhares (nem sempre tão) discretos, flertes e paqueras. Esta manifestação acontece na sexta-feira anterior ao domingo do Círio.

Além do “Auto do Círio”, há também o “Arrastão de Pavulagem”, promovido por um grupo musical que vêm a Belém a partir da cidade de Bragança, interior do estado do Pará. “Pavulagem” é uma palavra que vem do “pavão”, que significa “formoso”, “belo” e exuberante. No sentido coloquial, refere-se àquele/a que gosta de aparece, exibido.

A festa é organizada como um grande cortejo carnavalesco, que começa exatamente depois da chegada de centenas de barcos da Romaria Fluvial ao porto fluvial de Belém. A imagem da santa vem da cidade de Icoaraci, pela manhã, com destino à “Estação das Docas”, porto de Belém.

Enquanto a santa segue seu itinerário, agora de motocicleta, para a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, o “Arrastão do Pavulagem” cria uma “bifurcação”, em direção à Praça do Carmo, na “Cidade Velha”, centro histórico de Belém. A música mescla “carimbó” com a expressão folclórica do “boi bumbá” e o “arrastão” é regado a muita cerveja e, outra vez, é palco de muitos flertes e paqueras, não somente, mas também entre LGBT.

No entanto, a mais impressionante de todas as manifestações que compõem o Círio, sem dúvida, é a “Festa da Chiquita”.

Uma importante informação para entender o exercício de “imaginação” ou “des-marginação” que estou propondo aqui é que, a festa da Chiquita acontece durante a “trasladação”, numa praça central da cidade, por onde passa a procissão. Esta é a “Praça da República”, onde está instalado o “Bar do Parque”, um espaço boêmio, lugar de encontro não apenas, mas também de população LGBT, como os que existem na grande maioria dos centros comerciais das grandes metrópoles.

Figura 05. Praça da República em Belém do Pará: Bar do Parque, à direita e Teatro da Paz ao Fundo



Fonte: Street view do site Google Map

Além de ponto de encontro e circulação de corpos abjetos, precários e invisíveis (Butler, 2010), o “bar do parque” configurou-se, ao longo dos anos de ditadura militar no Brasil, como um espaço de produção estético-política criativa e reativa.

Em 1976, houve um importante incidente crítico (Galindo, 2003) neste espaço, quando alguns artistas, intelectuais, publicitários e *under grounds* de toda sorte, ou seja “los locos da casa” (como aludido no início deste texto) decidiram fazer uma “homenagem” à santa, a partir de uma representação (ou mais precisamente uma figuração) do Círio, pondo, em lugar da santa, a imagem de um “veado” sobre uma plataforma de madeira.

Em virtude da ironia e da grande divulgação do feito, como esperado, esse episódio gerou fortes reações da igreja católica. Apesar disso, no ano seguinte, o grupo voltou a aparecer na Praça da Republica, desta vez como uma festa, com shows especialmente de “*travestis de luxo*” e “*drags caricatas*”, entre outros artistas da cena gay paraense.

Essas apresentações, algumas de forte apelo erótico (como *strip tease* quase completo de um jovem presenciado por nós, em 2012), in-

tegram-se a apresentações de grupos tradicionais de carimbó,¹¹ sobre o mesmo palco.

Figura 06. Festa da Chiquita



Foto: Thiago Araújo Fonte: <http://www.diarioonline.com.br>

Um dos pontos altos da festa são as homenagens, em forma de “veado”, sendo mais desejado, o “veado de ouro”, que originalmente era simbolicamente oferecido aos personagens mais homofóbicos da época, mas que posteriormente, se transformou em um prêmio desejado inclusive por personalidades da cultura e política local, e mesmo nacional. Hoje não é mais um prêmio “distorcido”, e sim uma “homenagem de honra”.

Ainda que a resistência da igreja católica siga a mesma e que em todos os anos haja rumores de que a festa vai acabar, por pressão conservadora ou por falta de recursos, desde 2004, a “Festa da chiquita” é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como parte das manifestações não-religiosas do Círio.

À guisa de (in)conclusões

Em virtude das dimensões deste texto, optei por focalizar linhas e tramas que se cruzam em (e pela) Chiquita, como dito anteriormente, sem

¹¹ O carimbó compreende um dança na qual os homens cortejam as mulheres, que se exibem para eles, em longas saias rodadas.

a intensão de uma abordagem completa, mas, sobretudo, o compartilhamento/produção de afetações.¹²

Vale a pena destacar, porém, que enquanto sejam inúmeras as possibilidades de figurações e “efeitos de verdade” (Foucault, 1999) que esta narrativa pode produzir, não a compreendo como uma narrativa linear, nem tão pouco se pretende completa.

Por exemplo, as mudanças e a suposta aceitação da festa não neutralizam o recorrente rechaço de muitas pessoas à festa da Chiquita, que se expressa de maneira por vezes agressiva, quando tentam proibi-la ou quando a ignoram por completo, como se não existisse.

De algum modo, o atual organizador da Festa da Chiquita (Eloi Iglésias) muitas vezes diz que só quer um lugar ao sol, que só quer, como todos, “ver a santa passar”, para saldá-la, para fazer-lhe pedidos e/ou agradecer pelas graças alcançadas. Porém o faz à sua maneira.

O que parecem desejar, em alguma medida, é o reconhecimento, como parte do organismo do “monstro”, resgatando mais uma vez a expressão de Haraway (1995). Talvez não seja a aludida barriga do monstro, como aludido por Haraway, mas no fígado, onde por vezes se produz a não tão agradável bile. Em outras palavras, em alguma medida, ao invés de ordenar a sexualidade pelo instituído religioso, a festa consiga, pelo menos em intensão, sexualizar esse instituído.

Creio, por fim, que estas figurações ajudam-nos a produzir olhares menos ingênuos e mais capilares, mais “rizomáticos” ou pelo menos “menos dicotômicos” em nossos estudos sobre a construção de verdades sobre gênero e sexualidade, ampliando horizontes em nossas análises.

Do mesmo modo que, como nos disse Foucault (1987), onde há poder há resistência, é possível pensar que onde há dicotomias há hibridismos, e nas brechas, pistas e rastros dessa fusão talvez encontremos algumas saídas. Abandonar o exercício de buscar a relação entre significante

¹² Para uma leitura mais acurada sobre a festa da Chiquita e seus efeitos, recomendo a leitura de etnografia produzida por Milton Ribeiro, publicada em: Ribeiro, M. (2015). E a quadrilha toda grita... Viva a Filha da Chiquita: notas etnográficas da Festa da Chiquita em Belém do Pará. *Ponto Urbe* (USP), 16, 1-15; Ribeiro, M. (2014). Eu sou a filha da Chiquita Bacana...: notas antropológicas sobre a Festa da Chiquita em Belém do Pará. *Gênero na Amazônia*, 6, 183-212.

e significado que funda leituras de gênero, talvez possa nos ajudar a produzir outras figurações, potencializando a imaginação, “La loca de la casa”.

Alguns breves agradecimentos

Num texto que se baseia em afetações, não poderia deixar de registrar meu afeto na forma de agradecimentos a vários amigos/as: ao irmão Ricardo Mélo (Ercilia, Bia e Caio), que me apresentou a Belém e me levou pela primeira vez àquela cidade; a Lúcia Lima (e Erick) que me acolheu tão bem ao ponto de me fazer sentir em família, em um almoço domingo de Círio; a Mônica Conrado (e Caio) que tornou possível e agradável essa experiência; a Milton e Ramon que me acompanharam em tantas viagens e Chiquinho que me deu a mão e me acompanhou, com disponibilidade de amigo e carinho insuperáveis.

Referências

- Akrich, M. & Latour, B. (1992). A summary of a convenient vocabulary for the semiotics of human and nonhuman assemblies. In W. E. Bijker & J. Law (Eds.), *Shaping technology/building society. Studies in sociotechnical change* (pp. 259-264). Cambridge: MIT Press.
- Butler, J. (2010). *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós.
- Coelho, G. M. (2007). Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da belle époque da borracha (1890-1910). In *XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH)*. São Leopoldo, RGS. Acesso em 10 de janeiro, 2015 em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.1185.pdf>
- Coelho, G. M. (2011). *Na Belém da belle époque da borracha (1890 - 1910): dirigindo os olhares*. Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa), 5, 141.
- Cordeiro, M P. (2012). *Psicologia Social no Brasil: multiplicidade, performatividade e controvérsias*. Tese de Doutorado, Programa Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Cordeiro, R. (2004). *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Costa, J. F. (1995). A construção cultural da diferença dos sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, 2(3), 3-8.
- Favret-Saada, J. (1990). "Être Affecté". In *Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 8, 3-9.
- Foucault, M. (1987). *Historia de la sexualidad 1: La voluntad de saber*. Madrid: Siglo XXI.
- Foucault, M. (1999). *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa.
- Galindo, D. (2003). Dados científicos como argumento: o caso da redução de parceiros sexuais na prevenção ao HIV no Brasil. *Athenea Digital*, 1(4), 26-41.
- Gomáriz, E. (1992). Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In R. Rodríguez (Ed.), *Fin de siglo: género y cambio civilizatorio. Isis International* (Ediciones de las Mujeres), 17, 83-110.
- Hacking, I. (1999). *The Social Construction of What?* Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Haraway, D. (1995). "Conocimientos situados: La cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial". In *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza* (pp. 313-345). Valencia: Cátedra.
- Ibáñez, T. 2009. Elogio de la imaginación. *Quaderns de Psicologia*, 11(1-2), 39-49.
- Laqueur, T. (1990). *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Latour, B. (1996). On actor network theory: a few clarifications. *Soziale Welt*, 47(4), 369-381.
- Milagre, S. L. & Fernandes, T. F. (2013). A Belle Époque brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. *Revista História em Curso*, 3(3), Acesso em 10 de janeiro, 2015, em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/5337/pdf>.
- Needell, J. (1993). *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental.org/ Editora 34.
- Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. *Nueva Antropología*, 7(30), 95-145.
- Scott, J. (1999). El género: una categoría útil para el análisis histórico. In M. Navarro & C. Stimpson (Comp.), *Sexualidad, género y roles sexuales* (pp. 37-75). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Medrado, B. (2015). Compartilhando afetações: trilhas entre figurações e imaginações de...

Silva, M. A. (2015). *A borracha passada na história (Os Soldados da Borracha durante a Segunda Guerra)*. Monografia para obtenção do grau de Bacharel em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2005. Acesso em 10 de janeiro, 2015, em <http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000000/00000083.pdf>

Souza, I. J. (1997). *Tribos urbanas em Belém: drag queens - rainhas ou dragões?* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

Spivak, G. (1989). In a Word. Interview. *Differences*, 1(2), 124-156.

Spink, M. J. (2004). O conhecimento como construção social. In *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 1-17). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Weinstein, B. (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec.

Psicologia e Assistência Social: interfaces disciplinadoras e emancipadoras

Silvio José Benelli

Situando a perspectiva metodológica da discussão

Pode não parecer evidente – inclusive, inusitado – considerar que a Psicologia, como ciência e fazer disciplinar, possua semelhanças radicais com a Assistência Social. Esse artigo é um pequeno recorte de um trabalho teórico-prático intenso no campo da Assistência Social. As hipóteses apresentadas estão apoiadas numa visão de conjunto e contém certa novidade, podendo causar certo estranhamento e resistência no leitor, exigindo reflexão e trabalho do pensamento de sua parte.

Partindo de uma concepção institucionalista (Baremlitt,1998; Benelli & Costa-Rosa, 2011; Lourau,1995), consideramos que a lógica dos fenômenos não está explícita em supostos “fatos em si” que comporiam o cenário da realidade social, mas essa lógica precisa ser construída por um trabalho conceitual do pensamento que revele sua estrutura essencial e concreta, que seria construída por múltiplas determinações. Nesse sentido, procuramos analisar um amplo e complexo conjunto de fenômenos presentes tanto na Psicologia quanto no campo socioassistencial, constituído pelos fatores e planos que vamos explicitar ao longo desse texto, procurando formular, em raciocínios dialéticos, algumas hipóteses gerais sobre a compreensão que construímos sobre eles.

A elaboração do pensamento dialético permite a construção de categorias analíticas que alcançam o estatuto de conceitos estruturais, que por sua vez são dotados de forte capacidade explicativa e interpretativa. A construção desses conceitos fundamentais passa por uma imersão atenta num determinado campo de análise, o que pode ser realizado, por exemplo, por meio da observação participante, podendo ainda incluir uma coleta de dados quantitativos, a realização de entrevistas, bem como um

levantamento bibliográfico e uma análise cuidadosa da literatura pertinente ao tema investigado. Mas não será nunca a simples soma de todos esses elementos quantitativos ou qualitativos aquilo que permitirá a formulação das proposições conclusivas. Não se trata de colecionar todo um conjunto de fragmentos aleatórios e dispersos, procurando ordená-los de modo a exercitar um certo associacionismo mecanicista. Categorias conceituais analíticas são formulas e construídas por meio um processo de trabalho dialético do pensamento.

A interface disciplinar entre a Psicologia e a Assistência Social: dimensões normalizadoras, terapêuticas e pedagógicas

Com base numa perspectiva institucionalista (Baremlitt,1998; Benelli & Costa-Rosa, 2011; Lourau,1995), postula-se que há uma certa similitude entre a Psicologia, com suas teorias, práticas e efeitos, e a Assistência Social, enquanto uma instituição complexa (Benelli & Costa-Rosa, 2013), também produtora de realidade social. Uma análise histórica da Psicologia (Ferreira, 2005; 2006; Ferreira, 2004; Prado, 2005; Prado & Trisotto, 2007; Silva, 2004) e da Assistência Social (Benelli & Costa-Rosa, 2012a; Mota, 2010) revela que esses dois campos institucionais, compostos por saberes e práticas, dispositivos e equipamentos, discursos e poderes, inclusive num plano macro e paradigmático, promovem efeitos semelhantes de patologização do indivíduo e de adaptação social. Tanto a Psicologia quanto a Assistência Social emergem num contexto público estatal – no contexto da realidade brasileira contemporânea desses primeiros 15 anos do século XXI – com a encomenda de promover, cada uma a seu modo, tanto processos disciplinares de normalização social do indivíduo, quanto de controle da população (Foucault, 1999a; Deleuze, 1992). A interface entre esses dois campos institucionais é altamente congruente e bastante problemática: trata-se de uma potente estratégia de despoliticização e naturalização da questão social e dos seus efeitos na realidade social por meio de processos de psicologização e patologização dos problemas. Para isso, concorrem a Psiquiatria, a Psicologia, a Pedagogia, o Serviço Social (Netto, 2001) e várias outras ciências humanas (Foucault, 1999a; 1999b). A psiquiatria higienista e eugênica pode interpretar a pobreza como sendo algo da ordem da patologia psíquica, da anormalidade

mental, fruto, talvez, de uma suposta *degeneração da raça*. Essa leitura descamba rapidamente para o racismo preconceituoso. Uma psicologia psicométrica (Patto, 1997; 2010) pode diagnosticá-la como um problema de personalidade, como uma característica inata e endógena, própria do indivíduo. Esse desajuste de comportamento seria passível de mensuração, de tratamento e de cura.

Análises monocausais simplistas, calcadas em perspectivas positivistas e funcionalistas, podem levar a diagnósticos mistificadores e, daí, se pode passar a propor possibilidades de buscar sua solução por meio da criação de estabelecimentos institucionais que implementem práticas de atenção que incluem a restrição total ou parcial de liberdade, a punição, a ressocialização, o tratamento. Sobretudo, pretende-se constituir uma pedagogia capaz de promover efeitos terapêuticos e corretivos (Casella, 2004; Machado, 2004; Neiva, 2010; Silva, 2002). Isso pode ser realizado por meio de um conjunto de técnicas e práticas de vigilância hierárquica, de sanção normalizadora e de exames – fundamentando uma clínica e uma pedagogia do olhar – visando promover a ortopedia social adaptativa, a cura das possibilidades patológicas desviantes e, finalmente, fomentando a integração social dos indivíduos à norma (Foucault, 1999a).

O estudo da interface entre a Psicologia Clínica tradicional e a Assistência Social, no âmbito das políticas públicas, revela interessantes intersecções e atravessamentos entre esses dois campos, aparentemente distintos e diversos. A clínica psicológica tradicional é pautada na intervenção sobre o indivíduo, tendo como seu núcleo central a consciência racional, visando sobretudo a prevenção-tratamento-cura-reabilitação do objeto, nomeado também como caráter, conduta, comportamento, personalidade, identidade. Nessa vertente clínica psicologizante, de acordo com as críticas aos limites teórico-técnicos, sociais, políticos e éticos da Psicologia como saber e fazer, é possível afirmar que o terapêutico se baseia numa ordem que se impõe (governo do outro), na admoestação moralizante, num conselho que pretende persuadir ou no efeito imaginário mágico da sugestão (Dionísio & Benelli, 2012). Uma análise histórica, dialética e crítica, tanto da Psicologia Clínica, como a proposta por Bock, Gonçalves e Furtado (2002), quanto da Assistência Social, por Behring e Boschetti (2006) e por Benelli e Costa-Rosa (2010; 2011; 2012a; 2013), também revela que

esses dois campos institucionais compostos por saberes e práticas, dispositivos e equipamentos, discursos e poderes, tanto num plano macro quanto microfísico, promovem efeitos semelhantes de patologização do indivíduo e de adaptação social. A Psicologia Sócio-Histórica tem apresentado importantes contribuições para a Psicologia e também já tem formulado propostas visando a inserção crítica do psicólogo no campo das políticas públicas (Gonçalves, 2010). Outras perspectivas interessantes podem ser encontradas em abordagens institucionalistas (Benelli & Costa-Rosa, 2011; 2012a; 2013). Uma leitura genealógica da Psicologia Clínica e da Assistência Social revela que ambas são fenômenos que se constituíram no bojo da sociedade disciplinar, e, a hipótese de Foucault (1999a, p. 250), segundo a qual “em sua função, esse poder de punir não é necessariamente diferente do de curar ou educar”, permite uma problematização da emergência dessas duas modalidades de produção da vida social como sendo essencialmente disciplinares, correccionais e normalizadoras.

Há um conjunto importante de críticas à Psicologia – localizada no bojo maior das ciências humanas – enquanto campo de saberes e de práticas. Foucault (2002, p. 227) afirma que “toda psicologia é uma pedagogia, toda decifração é uma terapêutica, não se pode saber sem transformar.” Portanto, a Psicologia inclui práticas pedagógicas, decifradoras, terapêuticas e transformadoras, produzindo efeitos na realidade. As críticas feitas à ciência moderna também se aplicam à Psicologia, já que ela se alinha com as premissas e com as práticas metodológicas dessa forma de produção de conhecimento e realidade social. O grande problema está no processo de objetificação que as ciências em geral infligem ao homem, fazendo dele um objeto sobre o qual se pode estudar, categorizar, intervir, modelar, formatar, docilizar, disciplinar, controlar, adaptar e normalizar. Análises que explicitam criticamente a dimensão disciplinar e normalizadora da Psicologia podem ser encontradas em Foucault, (1999a), Ferreira (2005; 2006), Ferreira (2004), Huning e Guareschi (2005) e Prado (2005). A partir de uma perspectiva crítica, considera-se que a Psicologia se encontra com a Assistência Social num movimento de psicologização da vida cotidiana, bem representado pelo que já se convencionou denominar de expansão e cultivo de uma “cultura psicológica” (Castel, 1987; Ferreira, 2004). Nota-se uma tendência da Psicologia a patologizar e psicologizar o que é eminentemente social,

terapeutizando a vida social na direção da instauração e consolidação de uma cultura psicológica. Aparentemente a Psicologia, como ciência humana, parece estar superando a mera função de mistificar as contradições das relações sociais, dirigindo-se para uma prática mais ampla que visaria ao cultivo do relacional ou à expansão de uma cultura relacional de matiz psicologizante, investigada por Benelli (2009).

Faz-se necessário, nesta reflexão, destacar o intenso processo de *pedagogização da clínica psicoterapêutica*, que é observado nas ofertas por parte da Psicologia no âmbito da Assistência Social, ao buscar construir intervenções denominadas amplamente com os termos “práticas sociais”, “intervenção psicossocial”, “intervenção institucional”, etc., sem maior rigor conceitual e ético. Bons exemplares disso são os trabalhos de Silva (2002), de Casella (2004), Machado (2004) e de Neiva (2010), marcados pelo ecletismo acrítico. Isso se torna explícito quando a Psicologia propõe que finalidades terapêuticas sejam obtidas por meio de diversos processos pedagógicos, educativos e socializadores, numa perspectiva que se denomina *psicossocial*, mas que, quando examinada mais de perto, apresenta um notável viés adaptativo, corretivo e vigilante, visando o ajustamento normalizador do indivíduo. Neste artigo o termo *psicossocial* é tomado a partir da aceção conceitual apresentada por Costa-Rosa (2013), que inclui um conjunto de práticas bastante diversas das tradicionalmente disciplinares e pedagógicas, inspiradas em contribuições do materialismo histórico, da Filosofia da Diferença e, sobretudo, da Psicanálise do campo de Freud e Lacan.

Por seu lado, nota-se que a Assistência Social, enquanto instituição (Benelli & Costa-Rosa, 2013), se encontra com a Psicologia num processo de terapeutização do “problema social”, movimento no qual a contradição capital-trabalho, tal como postulada pela perspectiva marxista (Althusser & Badiou, 1979; Marx, 1987), é transmutada e traduzida em termos de dimensões psicológicas individuais, passíveis de intervenções “socioeducativas” de fortes matizes psicológico-terapêuticos, de vigilância-monitoramento dos *riscos sociais* – procurando evitar a surpresa, elemento típico das ações dos movimentos populares (Saliba, 2006) –, bem como correcional-punitivos. Assim como a Psicologia propõe uma *terapêutica pedagogizada*, a Assistência Social parece propor uma *pedagogia psicologiza-*

da (Benelli & Costa-Rosa, 2012a). Práticas pedagógicas, enquanto técnicas de socialização e de ressocialização, e práticas psicológicas, sob as formas do tratamento psicoterapêutico grupal e/ou individual, são utilizadas enquanto instrumentos promotores de correção disciplinar, de ortopedia do comportamento e de vigilância punitiva. Elas constituem as aporias epistemológicas que se pode mapear como pano de fundo paradoxal no qual se debate a Assistência Social, como política pública na atualidade, na sua interface com a Psicologia, de viés tradicional clínico e psicométrico. Vigiar e punir, educar e tratar ainda são as condições de possibilidades paradigmáticas – eminentemente disciplinares – observadas instituindo a Assistência Social como dispositivo no cenário contemporâneo. A partir do exposto, é plausível considerar a proposta oficial da Assistência Social, enquanto política pública, como sendo de caráter fortemente psicologizante; pois, a literatura oficial sobre a Assistência Social parece revelar um grau elevado de despolitização e, na mesma medida, manifesta uma notável intensidade terapêutica. Aparentemente, a pobreza, que é uma categoria de ordem política, econômica e social, seria naturalizada e retraduzida, nos documentos oficiais da Assistência Social, em termos de categorias psicológicas: “vínculos afetivo-relacionais”, “laços afetivos”, “potencialidades”, “habilidades”, no bojo de um intenso processo de psicologização do problema social e de suas refrações (Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, 2006, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 2006; 2009a; 2009b; 2009c; 2009d). Há muitas técnicas psicológicas que são adotadas nas práticas em Assistência Social: entrevistas, grupos socioeducativos, dinâmicas de grupo, oficinas, ludoterapia, psicoterapia, sendo que profissionais são contratados para executar essas ações (Benelli & Costa-Rosa, 2012a; 2013; Conselho Federal de Psicologia, 2009; Cruz, 2009; Macedo & Dimenstein, 2009). No processo de imersão concreta, realizada no campo das políticas sociais, nota-se uma ausência de quaisquer estratégias da área propriamente políticas, tais como práticas baseadas na participação, na mobilização social transformadora e revolucionária. E, certamente, toda ação transformadora exige estratégias intersectoriais: políticas de habitação, saúde, educação, trabalho, segurança, lazer e cultura, etc. Observa-se que, em diversos casos, o poder público quer apenas uma população dócil, subordinada, colaboradora e que não coloque empecilhos para a gestão da máquina municipal.

Um novo paradigma para a Assistência Social: a produção social da cidadania

A Constituição Federal de 1988 finalmente elevou as práticas assistenciais que eram realizadas para enfrentar o problema social ao estatuto de política pública de Estado. No ano de 1993, o presidente da República sancionou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (MDS, 1993), regulamentando e promovendo a implementação dos dispositivos constitucionais. A maturação desse processo de institucionalização atingiu um momento importante com a publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (MDS, 2004); foi coroada com a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (MDS, 2005, 2012), fruto de uma luta histórica na área, que finalmente se tornou lei federal no ano de 2011, quando a LOAS de 1993 foi revista e emendada (MDS, 2011).

A Assistência Social, ao ser instituída como política pública de Estado, passou a ser organizada de modo sistêmico e racional, visando a uma oferta de estabelecimentos institucionais, de programas, projetos e serviços profissionalizados e de qualidade. Mas não é difícil verificar que a promulgação do SUAS, enquanto sistema racionalizado e programático, por si só, não modifica as formas históricas de práticas assistenciais baseadas na ajuda samaritana, na filantropia assistencialista e no paternalismo clientelista, profundamente enraizadas na cultura brasileira. A racionalização das políticas públicas de Assistência Social, como resposta ao *problema social*, não representa, necessária e automaticamente, a transformação dos modelos históricos assistenciais efetivamente operantes na realidade social brasileira.

A estrutura burocrática piramidal de matiz autoritário e vertical é predominante nos serviços públicos do país. Os gestores costumam atuar a partir de uma lógica baseada em cálculos eminentemente quantitativos, que se prestam para ser organizados e apresentados em quadros estatísticos (Traversini & Bello, 2009). Tais análises estatísticas podem, então, ser capitalizadas como realizações governamentais, representando o resultado de obras que podem gerar dividendos eleitorais no plano dos interesses político-partidários que buscam hegemonia no cenário global da política oficial. Portanto, não é incomum que análises simplistas e simplificadoras,

que se pautam pela noção linear de causa-efeito postulem a existência de problemas específicos simples, desconectados e descontextualizados da globalidade social, complexa, – em suas múltiplas dimensões históricas, culturais, econômicas, políticas e psíquicas – que, uma vez detectados, circunscritos, pretensamente compreendidos e explicados, seriam passíveis de solução, com o emprego e utilização de medidas simples. Essa tradição e perspectiva são altamente nefastas para a articulação paradigmática da Assistência Social como promotora efetiva da cidadania; contudo, estão fortemente presentes na documentação oficial (MDS, 2004; 2005; 2006; 2009a, 2011).

Observando a realidade, trabalha-se com a hipótese de que as várias formas de operação das práticas assistenciais vigentes configuram modelos de assistência, modelos baseados em lógicas institucionais diversas. Postula-se a tese de que é preciso construir uma transformação radical do modelo assistencial, no plano estrutural e paradigmático da Assistência Social. Para que a Assistência Social possa buscar um efetivo equacionamento do *problema social*, é necessário que ela se pautar radicalmente pela produção social de cidadania, noção que indica que todos possuem direitos políticos (civis) e sociais (trabalho, moradia, saúde, educação, transporte, lazer e cultura) concretos e reais, que devem ser contemplados (Mariano, 2011), bem como “a competência de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino” (Demo, 1995, p. 133). Por isso, denomina-se o novo paradigma para organizar o campo institucional da Assistência Social de modelo da cidadania integral, superando a cidadania formal, típica do liberalismo, na qual a lei garante direitos abstratos que o Estado não se preocupa em concretizar para os cidadãos, tratando-os apenas como consumidores (Conselho Federal de Psicologia, 2012). Se a Assistência Social, como instituição que articula dispositivos institucionais (Benelli & Costa-Rosa, 2013), não é capaz de produzir cidadania, numa ação intersetorial politizada e ética, alinhada com os interesses das classes oprimidas, isso se deve ao fato de que, numa sociedade capitalista neoliberal, ela tende a ser atraída pela força gravitacional dos outros modos de produção social de assistência: a caridade, a promoção humana, a filantropia e o clientelismo das autoridades públicas.

O discurso oficial do Estado brasileiro, relativo à Assistência Social, enuncia o sentido ético radical que deve orientar os efeitos das práticas

assistenciais: *o sujeito cidadão de direitos*. Deduz-se, portanto, que, a Assistência Social deve ser capaz de produzir a cidadania, atuando por meio da intersectorialidade com as demais políticas públicas. Mas, para que isso possa se efetivar concretamente, é preciso reformular e explicitar essa lógica paradigmática calcada na cidadania. A construção do paradigma da Assistência Social, como produtor de cidadania, exige um conjunto de mudanças e transformações em diversos níveis: na concepção do processo pobreza-cidadania, nos modelos assistenciais diversos e, também, nas suas práticas assistenciais. Sobretudo, seria necessário modificar o modo de governo da coisa pública, da cidade, do município. E sabe-se que essa tarefa não é responsabilidade exclusiva da Assistência Social, mas do coletivo social organizado em busca das transformações, que urge.

A *concepção do objeto institucional* delinqüência/marginalidade-ressocialização e também o da pobreza-inclusão subordinada, consentida devem ser substituídos pelo binômio pobreza-cidadania. Já os *modos de atenção assistencial*, baseados na ajuda samaritana, na benemerência filantrópica e no paternalismo assistencialista, devem ser substituídos pelo modo da Atenção Socioeducativa, produtora de cidadania por meio de práticas socioeducativas críticas e politizadas, superando práticas assistenciais repressivas, alienadoras, moralizantes e normalizantes do comportamento individual (Benelli & Costa-Rosa, 2012a; 2013). O trabalho psicossocial fundamenta-se numa perspectiva teórico-técnica específica, que instrumentaliza uma série de recursos teórico-assistenciais, técnico-assistenciais, jurídico-políticos e socioculturais, para operacionalizar a Atenção Socioeducativa. A Atenção Socioeducativa se concretiza em serviços institucionais que oferecem acolhimento, escuta, atendimento especializado, técnicas grupais, oficinas, articulados com redes de apoio, com serviços, programas e projetos diversos, realizando encaminhamentos com acompanhamento e monitoramento regular e atentos, visando fortalecer a garantia de direitos, o acesso a serviços de Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Geração de Renda e de qualificação profissional, a partir de um compromisso ético-político alinhado com os interesses e necessidades dos membros das classes populares dominadas, exploradas e oprimidas. A Atenção Socioeducativa se pauta por um viés crítico e politizante dos problemas sociais em geral, sendo que seu equacionamento integral passa necessariamente pela construção de uma cidadania radicalmente democrática e popular.

O governo da cidade, ao invés de privilegiar os interesses da elite e da classe média, de modo exclusivo, promovendo práticas incipientes e de efeitos meramente simbólicos, quanto às necessidades e demandas das classes populares, deve se pautar por um ideário radicalmente democrático e participativo. Postula-se que o novo paradigma cidadão da Assistência Social exige um conjunto de transformações em diversos parâmetros: o da concepção do objeto institucional e dos meios de trabalho (teoria e técnica), relacionado com o processo pobreza-cidadania e o plano econômico, os modos e as práticas de atenção, que incidem, sobretudo, nos planos cultural e ideológico, cognitivo e tecnológico, os quais devem passar por profundas mudanças políticas.

Há um importante conjunto de atores sociais alinhados com diferentes projetos, e será necessário promover uma formação teórico-técnica crítica, politizada e profissionalizante, construir consensos e hegemonia em torno da pauta ética da cidadania. No plano ideológico, há diversos modelos a serem superados, quando se pretende estruturar a lógica da atenção assistencial pela concepção da cidadania integral, alinhada com as demandas populares; o que exige a implementação de práticas essencialmente socioeducativas politizadas. Tudo isso certamente representa a implantação de uma profunda mudança cultural; o que não se realiza de modo fácil nem rápido. O projeto de uma Assistência Social voltada para a produção social de cidadania também inclui a apropriação e a invenção, a utilização de conhecimentos, de informações, bem como de técnicas coerentes com os pressupostos ideológicos e políticos adotados.

A interface psicossocial singularizante entre a Psicologia e a Assistência Social: sujeito cidadão e sujeito de desejo

Partindo da premissa de que o usuário da Assistência Social é *sujeito cidadão de direitos*, afirma-se resolutamente que o profissional psicólogo deve, necessariamente, estar atento para as implicações ético-políticas do seu trabalho. É fundamental manter em permanente funcionamento a “análise da implicação” (Barembliitt, 1998; Lourau, 1995) do profissional *psi*, a reflexão crítica sobre o sentido da sua prática profissional. Atualmente, diversas abordagens teóricas instrumentalizam as práticas *psi*. Muitas são, de fato, eficazes como instrumentos de intervenção pragmá-

tica, abrangendo aspectos interacionais e psicológicos nas diversas áreas de ação *psi*. Mas o psicólogo não pode se limitar a ser um técnico bem treinado e munido apenas de ferramentas adequadas de trabalho, se não quiser permanecer alienado em sua atividade profissional como especialista do *campo psicológico*; entenda-se campo subjetivo, interno, interior ao indivíduo.

O psiquismo possui existência e consistência específica, mas estas são bastante distintas da perspectiva psicologizante e imaginária mais comum (Cabas, 2009). O psiquismo e as diversas teorias *psi* que procuram articulá-lo são produto/produzoras, também são fruto de complexas relações e produções sociais do mundo burguês. Portanto, o trabalho de um psicólogo num estabelecimento de Assistência Social pode prestar-se a um papel mistificador e alienante, psicologizando questões políticas, localizando-as em traços de personalidade, num espaço de interioridade psíquica; ou sociologizando as relações de poder, atribuindo aos problemas intra-institucionais, causas exógenas, localizadas no sistema social; ou, ainda, pedagogizando o jogo de forças, buscando desenvolver um controle disciplinar sofisticado para a solução dos conflitos típicos do funcionamento institucional. Nesse sentido, a Psicologia quer ser pedagógica e a Pedagogia, terapêutica. Tais práticas têm como efeito ético a correção ortopédica, no sentido da adaptação, submetimento e subordinação. Para além desse viés psicologizante, é preciso reconhecer a especificidade da dimensão psíquica do sujeito cidadão, já seja adulto, criança ou adolescente. O homem é, ao mesmo tempo, um cidadão na ordem da política e um sujeito em constante processo de subjetivação, tal como ensina a Psicanálise do campo de Freud e Lacan (Costa-Rosa, 2013), pois, a subjetividade, nessa acepção psicanalítica, inclui a noção da ausência de solução entre o individual e o social. Considerar as questões do sujeito do direito e o sujeito do inconsciente é o grande desafio que se coloca: postula-se que a Psicanálise possui importantes ferramentas teórico-técnicas para instrumentalizar os psicólogos que atuam no campo da Assistência Social, no sentido de superar práticas disciplinares e normalizadoras (Lima & Altoé, 2005; Poli & Susin, 2012). A opção é por uma ética singularizante nas práticas clínicas. *Ética*, aqui, significa produção de sujeito autônomo, capaz de ação, agente. Inclui o indivíduo como cidadão de direitos e também o sujeito do inconsciente, tal como postulado por Freud e Lacan.

É importante, ainda, considerar que – embora não seja evidente à primeira vista –, todo problema psicológico individual é também um problema situado num contexto social e institucional, no qual ele emerge, e com o qual está intrinsecamente relacionado (Costa-Rosa, 2013). Portanto, é preciso adotar uma perspectiva social crítica e institucional complexa para situar e contextualizar os problemas, dificuldades e impasses que o sujeito apresenta, como uma exigência radical da ética da Atenção Psicossocial (Costa-Rosa, 2013). A dimensão institucional deve ser problematizada pelo profissional psicólogo, sob pena dele desenvolver uma intervenção ingênua, aparentemente benéfica, mas atendendo à encomenda institucional e desconhecendo a demanda. Sendo a sociedade um tecido formado por uma rede de instituições sociais, os problemas psicossociais devem ser contextualizados nos planos institucional e sócio-político nos quais emergem, para serem adequadamente equacionados, sob pena de se permanecer em considerações funcionalistas que apenas mascaram a realidade do poder e da política, reduzindo-os a questões de ordem psicológica ou sociológica individuais. Muitas vezes, provavelmente, o que se toma como efeito colateral é, na verdade, o produto principal da ação institucional, apesar de todos os discursos altruístas, plasmados nos seus projetos oficiais.

Normalmente o psicólogo é chamado para resolver os problemas afetivos das pessoas. Ele seria alguém que poderia *dar um jeito* nos indivíduos problemáticos. Seus serviços psicoterapêuticos podem se tornar acréscimos quase luxuosos num determinado contexto institucional global. Não se espera, evidentemente, que esse profissional esteja ali para colaborar com os diversos agentes institucionais: ele deve apenas fazer psicoterapia individual. Esse é o papel clássico que se atribui ao psicólogo: como a subjetividade é reduzida à interioridade psíquica do indivíduo, a função desse profissional seria atuar numa clínica intersubjetiva e trabalhar na ortopedia da individualidade identitária. Tanto que é fácil se esquecer dele, não vê-lo, não notá-lo no estabelecimento, não avisá-lo de atividades que coincidem com seu dia e horários de atendimento. Isso indica sintomaticamente a relevância desse profissional no contexto institucional. Muitas questões pedagógicas, psicológicas, psiquiátricas, hospitalares, da saúde coletiva, etc., podem se tornar mais inteligíveis quando inseridas num marco institucional global. Os problemas institucionais são também problemas sociais, neste modo de apreensão. Soluções técnicas muitas vezes não são suficientes para resolvê-los. Eles exigem solu-

ções políticas para sua metabolização. A política não é meramente uma questão técnica (eficácia administrativa) nem científica (conhecimentos especializados sobre gerenciamento ou administração), é ação e decisão coletiva quanto aos interesses e direitos do próprio grupo social (Benelli, 2012). Os problemas psicológicos apresentados pelos indivíduos, além da sua dimensão propriamente social, também contêm um certo protesto e representam, ainda, uma contestação crítica a uma realidade social insuportável, de opressão, exploração e de exclusão. Aprende-se com a Psicanálise do campo de Freud e Lacan que os sintomas psíquicos também representam uma objeção crítica à (des)ordem social vigente (Costa-Rosa, 2013). Nesse sentido, procurar solucioná-los por meio de concepções funcionalistas e de estratégias filantrópicas, que visam a adaptação social, representa um desserviço ao sujeito cidadão.

Quanto ao lugar do psicólogo no campo da política pública de Assistência Social, é possível perguntar se haveria alguma especificidade no seu trabalho, desenvolvido nesse contexto institucional e nos seus diversos estabelecimentos. Essa é uma questão recorrente na atualidade. Ela é colocada não porque se tenha interesse em defender alguma suposta reserva de mercado, embora possa parecer assim, mas porque ela permite problematizar uma importante questão na complexa interface da Psicologia com a Assistência Social. O que distinguiria – não no sentido de ser melhor, mas no da sua singularidade – o trabalho do psicólogo em relação ao dos demais profissionais: assistentes sociais, advogados, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, sociólogos, professores, educadores e técnicos de várias áreas? Qual seria o lugar do psicólogo no campo da política pública de Assistência Social? Para responder a essa questão, foi preciso equacionar um conjunto complexo e amplo de questões referentes à Psicologia, enquanto ciência e profissão, bem como com relação à Assistência Social, como instituição.

Pode-se considerar que em geral, na atualidade, o lugar ético possível para o psicólogo estaria entre a tutela normalizadora, o agente político e a Atenção Psicossocial. Postula-se que as instituições e os estabelecimentos nos quais elas se materializam são promotores de efeitos éticos: suas práticas de atenção e de cuidados são produtoras de efeitos éticos específicos (Benelli & Costa-Rosa, 2013). Em outras palavras, as práticas desenvolvidas pelos atores institucionais – constituídas pelo atravessa-

mento de discursos e de saberes, articulados a poderes, e legitimadas por interesses políticos – são produtoras de sujeitos, de realidade social, objetiva e subjetiva. Dessa forma, trabalha-se com a hipótese de que um dos fatores principais que determina o desdobramento dos pedidos de ajuda – com suas diferentes formas de disposição transferencial inicial – está no modo específico como eles são recebidos, acolhidos, ouvidos e, finalmente, *escutados*. Isso quer dizer que os resultados da atenção assistencial – em termos de eficácia e efeitos éticos – dependem radicalmente do modo das ofertas de possibilidades transferenciais. Nesse caso, pode-se afirmar que os técnicos, os trabalhadores – e, dentre eles, os psicólogos, que são os que poderiam ter uma formação específica para compreendê-lo –, estão incluídos na produção dos efeitos institucionalmente produzidos. Tais efeitos podem ser adaptativos e de alienação (serializados) – nos quais o indivíduo se reconhece apenas nas imagens identitárias oferecidas pelo mercado, as quais consome, reproduz e a partir das quais se posiciona como uma vítima impotente e sem implicação nos problemas dos quais se queixa. Mas, numa perspectiva certamente inusual, também, podem ser efeitos que possibilitam alguma brecha na direção da implicação subjetiva e sócio-cultural (singularização) – na qual o indivíduo se posiciona como um sujeito diante dos conflitos e contradições do próprio desejo e de suas conexões com a realidade social mais ampla, sendo capaz de uma vida produtiva –, propiciando abertura para os ideais, o desejo e o carência, conceito complexo que, de acordo com Costa-Rosa: (2000, p. 163)

abarca uma dimensão do homem que inclui o desejo (como se o propõe na psicanálise) e toda a abertura para os Ideais, possíveis ou não de imediato, e para o usufruto de todos os bens da produção social, muito além do preenchimento de necessidades, no contexto de determinada Formação Social. Pode-se considerar que aqui estão incluídas também as criações da Filosofia, da Arte, da Ciência, e da Religião, porém não sem passar pela aspiração pertinente ao usufruto das comodidades socialmente produzidas no mais alto grau da sua evolução histórica. (Costa-Rosa, 2000, p. 163)

Conclusão

Quais são os pressupostos teóricos e éticos que fundamentam os documentos oficiais da Assistência Social? Para responder a essa questão,

é necessário elaborar uma grade analítica com um conjunto de parâmetros que permitam problematizar tais documentos. Também é necessário delimitar os campos disciplinares que podem estar incidindo no âmbito da Assistência Social enquanto política pública. Logo de saída, podemos relacionar disciplinas tais como o Serviço Social, a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, a Filosofia e a Psicanálise. De um modo esquemático, seria possível mapear tendências conservadoras, renovadas progressivistas, dialético-críticas e transdisciplinares em cada um desses campos. Aqui já se esboça a complexidade da visada pretendida.

Podemos observar claramente que o discurso oficial presente na documentação da Assistência Social não parte de uma “crítica da Economia Política”. Pelo contrário, ele rapidamente escamoteia questões tais como a luta de classes, a relação capital/trabalho, as práticas de exclusão/inclusão produzidas pelo modo intrínseco de funcionamento do mercado, a pobreza como efeito direto do Modo Capitalista de Produção.

Não podemos deixar de notar que a política de Assistência Social, da forma como se apresenta na atualidade, seria composta por discursos e por práticas lacunares e mais ou menos contraditórias. Ao mesmo tempo em que enunciam direitos e cidadania para os pobres, notamos que, quando passam a instituir os instrumentos para promovê-los, ela se apresenta como uma pedagogia social bastante tradicional e psicologizante. Poderíamos arriscar que a Assistência Social poderia ser considerada como uma pedagogia que produz efeitos terapêuticos e que a socioeducação consistiria em vigiar e punir, educar e tratar, assistir e proteger na atualidade. Aos psicólogos, e não apenas a eles, cabe o trabalho de subverter os discursos e práticas eminentemente disciplinares que permeiam essa área das políticas públicas nas quais atuam.

Na interface disciplinar entre a Psicologia e a Assistência Social, são realizados atendimentos cuja modalidade alcançam o estatuto de uma clínica tradicional, que visaria reparar disfunções, incluindo uma perspectiva preventiva, que pretenderia evitar que as disfunções ocorressem. A pedagogia utilizada poderia incluir inclusive a estratégia da sedução e revelar-se sutilmente manipuladora dos indivíduos sobre os quais se realiza a intervenção, com um mínimo de coerção e de intimidação. Tal conduta profissional promove claramente uma mistificação ideológica e psicologizante das causas estruturais e conjunturais de ordem social, política e

econômica envolvidas na produção da “questão social” em geral e da pobreza, em particular.

Buscando superar as aporias disciplinares e tuteladoras, pedagógicas e cuidadoras, protetoras e terapêuticas, punitivas e vigilantes, adaptativas e normalizadoras, tanto da Psicologia quanto da Assistência Social, é preciso avançar para a invenção de práticas de produção de cidadania e de qualidade de vida, de práticas sociais e ética promotoras de subjetividade singularizada. Numa perspectiva singularizante e emancipadora, o atendimento já começa com uma oferta de escuta do sujeito que emerge no indivíduo que busca por atenção nos diversos serviços assistenciais. Sabe-se que a complexidade da realidade – que é tanto social quanto subjetiva – exige medidas complexas para seu eventual equacionamento. Para tanto, é fundamental buscar soluções programáticas e estruturais, que promovam efeitos coletivos, nos mais diversos âmbitos.

Discutir sobre políticas públicas na universidade representa um esforço por conhecer, estudar e analisar com rigor os temas da Assistência Social, da Saúde, da Educação, dos conselhos municipais, da administração pública, dos movimentos sociais, na ótica dos direitos humanos, da cidadania e, sobretudo, na perspectiva da subjetividade. O psicólogo é um ator social e um profissional cuja atuação tem uma dimensão claramente política – que tanto pode promover a adaptação social, na direção de uma subjetividade serializada e capitalística, quanto a transformação social, no sentido da singularização subjetiva e desejante –, atuação certamente contextualizada em marcos institucionais do campo da Assistência Social e da própria categoria profissional. Uma formação ética, crítica e instrumentalizada de novos profissionais psi é um dos elementos significativos para que possam, com sua atenção, escuta e atuação ética, colaborar para que o SUAS promova, de modo mais efetivo, a cidadania para os seus usuários, trabalhando na direção da superação das desigualdades e das injustiças sociais.

Referências

- Althusser, L. & Badiou, A. (1979). *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo: Global.
- Baremblyt, G. F. (1998). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.

- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2006). *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.
- Benelli, S. J. (2009). A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. *Estudos de Psicologia*, 26(4), 515-536.
- Benelli, S. J. (2012). Pistas pedagógicas para a socioeducação de crianças e adolescentes na entidade assistencial. In O. C. Mattioli, M. F. Araújo, & V. R. Resende (Orgs.), *Família, Violência e Políticas Públicas: pesquisas e práticas* (pp. 59-87). Curitiba: CRV.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2010). A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In E. P. Constantino (Org.), *Psicologia, Estado e Políticas Públicas* (pp. 25-85). Assis, SP: FCL/UNESP.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2011). Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 539-563.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2012a). Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, 23(4), 609-660.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2012b). Conselhos Municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 577-586.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2013). Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. *Estudos de Psicologia*, 30(4), 283-301.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G., & Furtado O. (Orgs.). (2002). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.
- Conselho Nacional Assistência Social – CNAS. (2006). *Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Brasília, DF: Autor.
- Cabas, A. G. (2009). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Casella, M. (2004). *Estratégias em psicologia institucional*. São Paulo: Loyola.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília, DF: Autor.

- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). *Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2013). *Caderno de deliberações do VIII CNP - Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos*. Brasília, DF: Autor.
- Costa-Rosa, A. (2000). O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. D. C. Amarante (Org.), *Ensaio de loucura & civilização* (pp. 141-168). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo: Unesp.
- Cruz, J. M. O. (2009). Práticas psicológicas em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). *Psicologia em Foco*, 2(1), 11-27.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações (1972-1990)*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Demo, P. (1995). *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Dionísio, G. H. & Benelli, S. J. (Orgs.). (2012). *Políticas públicas e clínica crítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Ferreira, A. A. L. (2005). A psicanálise e a psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault. In M. S. Huning & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *Foucault e a Psicologia* (pp. 29-72). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Ferreira, A. A. L. (2006). O surgimento da psicologia e da psicanálise nos textos da genealogia foucaultiana. *Memorandum*, 10(1), 71-84.
- Ferreira, J. L. (2004). *A formação do psicólogo. Clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (1999a). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1999b). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2002). A Psicologia de 1850 a 1950. In *Ditos e Escritos I. Problematizações do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (pp. 133-151). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gonçalves, M. G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Huning, M. S. & Guareschi, N. M. F. (2005). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In *Foucault e a Psicologia* (pp. 107-127). Porto Alegre: Abrapso Sul.

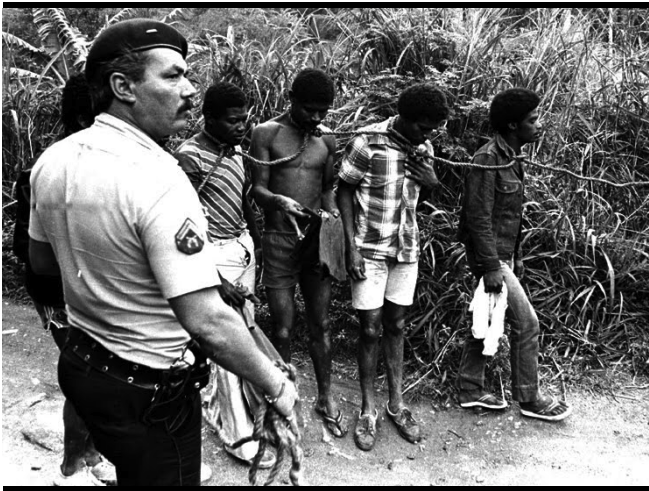
- Lima, M. M. & Altoé, S. (Orgs.). (2005). *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Lourau, R. (1995). *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300.
- Machado, M. N. M. (2004). *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Campo Social.
- Mariano, M. L. H. S. (2011). *Psicanálise e cidadania: uma intervenção do praticante de Psicanálise no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e outras questões*. Curitiba: CRV.
- Marx, K. (1987). *Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2004). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2005). *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2006). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2009a). *Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2009b). *Orientações Técnicas para o Programa Bolsa Família – PBF*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2009c). *Orientações Técnicas para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2009d). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2011). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério Desenvolvimento Social – MDS. (2012). *Norma Operacional Básica da Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Mota, A. E. (Org.). (2010). *O mito da Assistência Social*. São Paulo: Cortez.
- Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial - aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. São Paulo: Vetor.
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

- Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8(1), 47-62.
- Patto, M. H. S. (2010). *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Poli, M. C. & Susin, C. (2012). O singular na Assistência Social: do usuário ao sujeito. In L. R. Cruz & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de Assistência Social* (pp. 195-204). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Prado, K. (2005). Para uma arqueologia da psicologia ou: pensar a psicologia em outras bases. In M. S. Huning & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *Foucault e a Psicologia* (pp. 73-91). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Prado, K. & Trisotto, S. (2007). A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. In M. Rago & A. L. Martins (Orgs.), *Revista Aulas. Dossiê: Foucault*, 3(1), 1-14.
- Saliba, M. G. (2006). *O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Unesp.
- Silva, R. C. (2002). *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor.
- Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 12-19.
- Traversini, C. S. & Bello, S. E. L. (2009). O numerável, o mensurável e o audível: estatística como tecnologia para governar. *Educação & Realidade*, 34(2), 135-152.

O justiceiro e o menino: educação ou criminalização da juventude?

Daniele Nunes Henrique Silva

Candida de Souza



O fotógrafo jornalístico Luiz Morier passava pela Estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, quando percebeu uma *blitz*. Imediatamente, desceu do carro e decidiu fotografar a ocorrência policial, mas foi surpreendido com a cena de seis negros amarrados pelo pescoço. Daí decorre uma sequência de fotos intitulada “Todos Negros” (1983)¹, flagrando seis moradores de uma comunidade sendo presos por um policial militar, remetendo-nos às referências iconográficas do tempo da escravidão no Brasil.

¹ Com essa sequência de imagens, Luiz Morier ganhou o Prêmio Esso de fotografia e deu visibilidade internacional ao modo como o racismo e a pobreza eram vivenciados no Brasil.

Em entrevista sobre as imagens, Luiz Morier relatou que o que mais lhe incomodou diante da situação foi o sentimento de humilhação somado ao fato de que os negros estavam vestidos como operários e portavam carteira de trabalho. Para ele, nada justificava as cordas no pescoço. Além disso, as pessoas não representavam periculosidade e não precisavam estar contidas².



Em 11 de fevereiro de 2014, um adolescente de 15 anos foi torturado e preso nu no bairro Flamengo, no Rio de Janeiro. Depois de espancado, dois rapazes prenderam o menino no poste com uma trava de bicicleta e, após tirarem as suas roupas, cortaram-lhe parte da orelha com uma faca.

Respeitadas as diferenças de contexto histórico, as fotografias produzidas nos revelam um importante aspecto da sociedade brasileira, a saber: a sua herança escravocrata. Além disso, elas apontam para o limite da barbárie; a tensão máxima em que as questões relacionadas ao Direito são violadas ao extremo e por isso conseguem ganhar visibilidade social.

² Mais tarde, as impressões do fotógrafo se confirmariam: “Todos Negros” eram trabalhadores e não possuíam envolvimento com a ilegalidade.

A situação do menino preso ao poste foi noticiada pela imprensa, repercutindo de forma ampla na sociedade. Debates televisivos sobre o tema foram organizados; editoriais de jornais e revistas fomentaram a discussão, dando ênfase ao problema. Um grupo concordava com a atitude dos rapazes, afirmando que a violência urbana é intolerável e tem imposto aos membros da sociedade uma atitude individual, já que o Estado é ineficiente. Outro grupo, por sua vez, defendia que atitudes isoladas não resolvem o problema da criminalidade e que somente a polícia tem autoridade para solucionar as questões relacionadas à violência, principalmente, quando ela envolve adolescentes.

O antagonismo presente nesses dois grupos se acirra e confronta projetos de sociedade que são divergentes, que atendem a interesses distintos. Para além de análises lineares e rápidas, essa divergência merece ser analisada, a nosso ver, à luz de outra ótica; a relação entre função social e regulação das relações sociais em um Estado de Direito. Afinal, quem é quem nesse cenário social?

No entrever da segunda imagem, podemos deduzir a presença de dois personagens: o justiceiro e o menino. Eles estão polarizados em uma relação que subjaz a foto. Vivem a situação e dão sentido a ela. Ou seja, não há justiceiro sem menino e vice-versa. Por um lado, temos o primeiro, que corta a orelha do menino no poste, em razão de uma suposta inoperância da polícia. Por outro, encontramos o menino, que é a síntese do fracasso das políticas de proteção – da família, da assistência, da saúde e, principalmente, da educação –, que se torna bandido. Tanto no lugar do justiceiro, como no lugar do menino, o que temos representado é a crise do Estado na condução de suas políticas. Mas não apenas isso, observamos também uma distorção das funções sociais dos protagonistas – uma inversão do papel do herói e do vilão.

O justiceiro é hegemonicamente legitimado na sua ação e na sua resposta social, pois assume o papel de policial sem sê-lo. Tendo distorcida a sua função social e, comprometido com uma lógica vingativa, ele atua individualmente, em nome de um pretenso coletivo, para corrigir a falha da polícia. No clamor por justiça, ele contraditoriamente age como criminoso – torna-se o violador. Além de não possuir o uso legítimo da força – que é próprio do Estado – ainda extrapola o limite do que seria exclusivo ao Estado, ao se utilizar de mecanismos de tor-

tura e não apenas de contenção. Apesar disso, sua violação é socialmente aceita.

O menino, por sua vez, também tem distorcida a sua função social; ele furta e trafica drogas como trabalho. Mata, rouba e violenta. Para conseguir seus objetivos, utiliza-se de meios ilícitos, violando as normas e rompendo com o contrato social. Ele precisava estar brincando e estudando, mas não está nos bancos da escola. Ele deveria ter proteção integral e prioridade absoluta (Lei n. 8.069, 1990), mas está desprotegido pelo Estado. Contudo, sua violação é socialmente inaceitável.

Esse paradoxo do que é – ou não – aceito socialmente parece ser desconsiderado na análise sobre a situação que envolve o justiceiro e o menino. Mas por que isso ocorre? Por que uma violação é legítima (do justiceiro) e a outra não (do menino)? Há um desequilíbrio moral e ético, na nossa maneira de entender, entre o lugar de fala ocupado pelos protagonistas. Parece-nos que, para a sociedade, o lugar do menino é criminalizável, enquanto o do justiceiro é justificável.

O nosso foco argumentativo vai na direção de que existe um comprometimento na relação entre o Estado, a sociedade civil e os modos de atuação social. No cerne desta questão situa-se a problemática da proteção x segurança; afinal, quem deve proteger quem do quê?

No choque desses elementos, o que está em jogo, afora a evidência do fracasso das políticas, é o projeto de cidadania que se disputa. Sabemos que a cidadania é o conjunto de direitos e deveres que cada sujeito possui diante da sociedade e o seu exercício é a garantia de tais direitos e deveres (Marshall, 2002). No conjunto desse debate, no que tange à situação de crianças e adolescentes, a literatura tem privilegiado a discussão de que ambos são sujeitos de direitos (Araújo & Lopes Oliveira, 2010; Monteiro & Castro, 2008; entre outros). Isso implica em uma responsabilidade do Estado, da família e da sociedade no dever de garantir que essa condição seja vivida plenamente. Ou seja, é o adulto que deve proteger a criança e o adolescente, pois eles se encontram em situação peculiar de desenvolvimento (Nogueira, 2010).

Voltando ao tema do justiceiro e do menino, queremos sugerir que a gravidade da situação encontrada no contexto que dá origem à foto, para além de algo que evidencia as desigualdades no acesso às políticas

públicas, também revela a crise do conceito de cidadania. Tal conceito, em nossa opinião, passa a ser inviabilizado cada vez que uma situação como essa se repete e se legitima. Aqui, está questionado o sentido da responsabilidade social que cada pessoa assume no exercício de uma determinada função. Por exemplo, não é esperado que um médico deliberadamente mate seu paciente; um professor não pode ensinar errado ao aluno etc. Em última instância, o adulto tem que proteger a criança e o adolescente. Quando essas relações sociais são corrompidas, evidencia-se o cerne das contradições intrínsecas de nossa sociedade.

Nesse ínterim, as políticas sociais assumem centralidade. São elas que regulam a interface entre o Estado e a sociedade, impactando as dinâmicas sociais. A educação, em especial, é o ponto angular, já que é por meio dela que a cidadania é erigida (Monteiro & Castro, 2008). Assim sendo, a crise do sistema educacional popular é, no limite, a desintegração da cidadania e isso está intimamente vinculado ao papel do Estado, conforme discutiremos adiante. Nessa linha argumentativa, não tem como analisar a educação desvinculada do contexto geral das políticas de proteção.

De acordo com Behring & Boschetti (2010), a falta de investimento nas políticas de proteção é decorrente do projeto político burguês. Isso significa dizer que elas cumprem uma função contraditória de, ao mesmo tempo, amenizar as consequências da questão social e atender aos interesses da classe dominante, contribuindo para a manutenção do sistema capitalista. Isso faz do Estado (e suas políticas) um agente legitimador que mais se aproxima do papel assumido pelo justiceiro, distanciando-se da sua responsabilidade na vida do menino.

Nosso argumento vai na direção de que, na medida em que o Estado se desresponsabiliza das políticas de proteção social – e o menino reflete isso –, ele assume a sua face mais punitiva. Tal problemática aparece de forma contundente no debate acerca da redução da maioridade penal. Neste caso, o Estado coloca no sujeito – adolescente ou criança – a culpa por um crime que quem cometeu, primeiro, foi o próprio Estado. O Estado deixa de ser providência e passa a ser penitência, conforme adverte Waqquant (2003). Quando isso ocorre, temos o que o pesquisador denomina por Estado penal. Para ele, o pouco investimento nas políticas sociais articula-se a um aumento no investimento punitivista. O cárcere passa a

ser o local privilegiado para conter as atribuições e desequilíbrios que decorrem do desmantelamento do Estado social.

Na sociedade capitalista atual, é importante observar que a hiperinflação carcerária é caracterizada pela prisão de pessoas que cometeram pequenos delitos e que não representam a grande estrutura da criminalidade – como: tráfico internacional de drogas, armas, pessoas e as relações decorrentes das organizações criminosas internacionais. Os encarcerados, também conhecidos como delinquentes, são, em sua maioria, jovens negros e pobres da classe trabalhadora (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014). Ou seja, não são os justiceiros, mas os meninos entrevistados na foto. Podemos dizer que estamos diante da criminalização da juventude pobre e negra, como tem sido discutido por vários autores (Arantes, 2012; Coimbra, 2005; Cruz, 2010, dentre outros). Essa percepção nos convoca à problematização do conceito de juventude e como ele tem sido tratado no campo da Psicologia Social em interface com a Psicologia do Desenvolvimento (Souza, 2014). Nessa linha, indagamos: quem é o menino da foto?

A criminalização da juventude: a justiça às avessas

Nas últimas décadas, a juventude brasileira tem sido alvo de diversos estudos e investigações. No âmbito da academia, grupos de pesquisa com diferentes referenciais teóricos e em distintas áreas do conhecimento se dedicam a compreender o problema da juventude pobre (Abramo & Branco, 2008; Beozzo & Franco, 2013; Castro, Aquino & Andrade, 2009; Novaes & Ribeiro, 2010). Na esfera pública, trata-se de um segmento populacional que tem ganhado cada vez mais atenção, por meio de marcos normativos e políticas sociais específicas. Até mesmo nas políticas públicas estruturais – tais como: educação, saúde e emprego – o público jovem figura em lugar de destaque, ao menos em âmbito normativo (Organização Internacional do Trabalho, 2009; Novaes, 2007).

A construção social da juventude segue uma trajetória de ambiguidades ao longo da história. Forjada enquanto um período da vida no qual os sujeitos estão em fase de transição e ocupam um lugar de *vir a ser*, a juventude representa, ao mesmo tempo, o ideário de um futuro melhor

e, contraditoriamente, é o público mais impactado com os problemas do presente (Souza & Paiva, 2012).

Vários autores discutem essa ambiguidade presente na visão hegemônica sobre a juventude (Fraga, 2008; Iulianelli, 2003; Novaes, 2007) que, a nosso ver, está relacionada à desigualdade social; não é a juventude pobre que é vista como um agente de transformação social, tampouco é creditada a ela a esperança de perpetuação da ética e da moral. A esta cabe a pecha de protagonista da violência que assola a América Latina desde a década de 1980, o alijamento do mercado de trabalho, a exclusão do acesso a níveis mais elevados de ensino e a perpetuação perversa de um não lugar de cidadania. Assim, a expectativa depositada nesses jovens não passa de uma abstração que não possui bases concretas na realidade e tem servido para reproduzir valores que não são aqueles compartilhados pelos jovens das comunidades periféricas do nosso país. A respeito desse aspecto, Souza & Paiva (2012) afirmam que:

Essa ambiguidade se torna mais evidente na juventude, especialmente ao se analisar que a alta incidência de violências que perpassa esse público o marginaliza, enquanto que, ao mesmo tempo, a sociedade capitalista, ao forjá-lo enquanto modelo ideal, o enaltece. (p. 355)

Diante dessas contradições, perguntamo-nos: como creditar na conta dos jovens o recrudescimento da criminalidade e, simultaneamente, difundir a ideia de que a juventude é o futuro da nação?

O conflito que subjaz tal indagação está refletido e refratado no discurso hegemônico da sociedade de classes. Nela, as iniciativas estatais não superam as consequências da *questão social* e é preciso atribuir a responsabilidade a alguém pela sua existência (Netto, 2009). Cria-se, então, uma cultura de culpabilização do indivíduo que inverte a lógica do ciclo da violência: os jovens, que são as principais vítimas da violência urbana (Waiselfisz, 2015), transformam-se nos principais alvos, como ocorre com o menino da foto.

Essa contradição aponta para uma problemática inerente ao capitalismo periférico: existe um fosso abissal entre a realidade dos jovens brasileiros pobres e ricos. Isso se reflete, em termos práticos, nas políticas voltadas para aquele público, de modo que, por mais que exista priorida-

de para esse segmento, não se consegue atender às reais necessidades dos sujeitos que precisam de políticas de proteção. Como abordamos anteriormente, o resultado disso é a articulação entre o fortalecimento do Estado penal e a construção de políticas sociais insuficientes (Wacquant, 1999).

Estado, Violência (urbana) e Juventude

Uma das principais problemáticas dos centros urbanos se refere à criminalidade violenta. De fato, o processo de desenvolvimento do capital e da concentração de riqueza coexistem com o fenômeno da violência urbana.

Nessa linha, a gentrificação, a urbanização caótica e a privatização dos espaços públicos são elementos que indicam uma reorganização da civilização urbana, de tal maneira que “a informalização da urbanização é uma resposta das populações carentes à globalização e às políticas de segurança, na medida dos seus meios” (Pedrazzini, 2006, p. 23).

Os centros urbanos consolidam o seu desenvolvimento de modo a segregar os setores da sociedade de acordo com o seu nível econômico. Essa segregação aparece de forma mais ou menos visível em diferentes centros urbanos, dependendo da forma de ocupação. Para Pedrazzini (2006), a globalização econômica impactou gravemente na ocupação dos territórios urbanos, provocando o rompimento de uma coesão social e criando terrenos propícios para o recrudescimento da pobreza e da resolução de conflitos por meio da violência.

Assim, nem sempre o progresso na economia de uma determinada cidade significa a redução das problemáticas sociais e a melhoria de vida da população como um todo. Nos espaços com menor concentração de riqueza, o impacto do desenvolvimento econômico tem sido pouco ou quase nenhum. Isso quer dizer que o desenvolvimento econômico de uma região não necessariamente está relacionado ao desenvolvimento social da população (Souza, 2012). Esse abismo existente entre as duas formas de desenvolvimento faz emergir e acirrar fenômenos sociais indesejáveis, cuja compreensão ultrapassa uma explicação mecanicista, pois eles estão no âmago das injustiças produzidas no sistema capitalista.

Wacquant (2008), ao caracterizar o que seriam os *ghetos* – nos países de primeiro mundo – nos dá subsídios para compará-los às comunidades periféricas brasileiras, quanto à sua organização interna. Tanto lá como cá, observamos uma forte redução da presença do Estado como promotor e assegurador de direitos. Isso provoca a criação de outras formas de regulação do contrato social – a estruturação de um poder paralelo que tem na foto do menino, por exemplo, sua síntese dramática. Aqui, então, o Estado Penal é fortalecido, uma vez que ele precisa conter a insurreição do poder nessas lógicas paralelas. Contraditoriamente, o Estado passa a atuar para o recrudescimento da violência não só por omissão na resolução de conflitos, mas também por ação.

Dessa forma, é importante não nos limitarmos a discutir somente acerca da relação da violência em interface com a juventude como se fosse um processo de segregação *per se*. É mister entender como esse fenômeno tem contribuído para a reorganização da própria violência contemporânea e em que medida o Estado atua em seu recrudescimento.

Pensar sobre a temática da juventude nesses contextos também significa compreendê-la a partir dos sentidos que atravessam as relações sociais permeadas pela violência. Segundo Ribeiro & Lourenço (2003), a atuação do Estado nesse cenário, por vezes, exerce uma função legitimadora da violência, devido à falta de garantia de direitos sociais básicos, aliada às práticas coercitivas.

Nas comunidades periféricas, a atuação do Estado, enquanto agente catalisador da violência, se traduz de diversas formas:

- Na figura da polícia, que, em vez de estabelecer uma relação de caráter preventivo nas comunidades, opta pela coerção como principal estratégia de combate à criminalidade;
- Na manutenção de grupos de extermínio, que contam com agentes públicos e civis;
- Na atenção seletiva de abordagem aos jovens pobres e negros em territórios urbanos de classe média-alta;
- No corporativismo institucional, que faz vista grossa para a investigação do alto índice de autos de resistência seguida de morte; e

- Nas práticas de corrupção policial, que mantêm inabalada a estrutura organizada do crime por meio de acordos em troca de benefícios, muitas vezes, pecuniários.

A atuação do Estado neste processo não se dá apenas no plano de execução da política pública de segurança. Também no âmbito legislativo, encontramos recorrentes iniciativas que não são somente restritivas de direitos, mas também promotoras, de forma direta ou indireta, do recrudescimento da violência. No caso específico dos jovens, que nos interessam, o maior exemplo disso são as propostas de aumento da punição para o cometimento de delitos, que se traduzem em proposições legislativas de redução da maioria penal e de aumento do tempo de encarceramento de adolescentes.

Ocorre que, na arena de disputa institucional, setores específicos do Congresso Nacional – liderados por parlamentares com ideais conservadores e com interesses econômicos no sistema penitenciário – seguidamente apresentam propostas para a redução da idade mínima para ingresso no sistema prisional e, por consequência, redução do número de adolescentes que poderiam ser acompanhados pelo Sistema Socioeducativo. Atendendo a um clamor social baseado na desinformação, na lógica da vingança punitivista e na personificação da violência existem, atualmente, mais de cinquenta iniciativas de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre essa pauta. Tais proposições contam com forte apoio dos meios de comunicação hegemônicos, sintetizando a figura do justiceiro.

Para entender a real complexidade dessa questão, é importante destacar os elementos centrais que estão colocados na política de atendimento aos adolescentes que cometeram atos infracionais, bem como o que está por trás das propostas de maior punição para os referidos jovens. Atualmente, existem cerca de 23 mil adolescentes cumprindo medida de internação (medida privativa de liberdade) em um sistema de responsabilização diferenciado dos adultos: o sistema socioeducativo. Trata-se de uma política nacional que se propõe a realizar um atendimento não somente baseado na justiça retributiva, mas também no caráter pedagógico, possibilitando a revisão de projetos de vida. Essa dupla face do sistema socioeducativo (sancionatória e pedagógica) é uma conquista histórica, decorrente de um processo de intensa mobilização social, desde o período de redemocratização do Brasil (Arantes, 2009).

O art. 227 da Constituição Federal de 1988 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1988)

A regulamentação desse artigo, decorrente de incidência dos movimentos sociais garantistas, ocasionou a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/1990). De acordo com essa legislação, devido às características peculiares do desenvolvimento, o Estado deve reservar às crianças e aos adolescentes uma atenção diferenciada no âmbito da garantia de direitos. Seguindo a doutrina da proteção integral, tal legislação versa sobre direitos fundamentais, acesso a produtos e serviços, medidas de proteção, atos infracionais cometidos por adolescentes, acesso à justiça e criação de instituições específicas a esse público.

Acerca do cometimento de atos infracionais, foi instituído, a partir do ECA, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentado pela Lei nº 12.594/2012, que preconiza a execução de medidas socioeducativas (em meio aberto e restritivas de liberdade) a adolescentes com até 18 anos incompletos que cometeram algum tipo de delito.

Assim, a esses adolescentes cabe um regime diferenciado de acompanhamento, que visa não só segregar o sujeito da sociedade, mas ressignificar os limites da legalidade na sua trajetória. Essa seria a resposta adequada que o Estado deveria dar ao menino que foi preso ao poste, caso o justiceiro não tivesse agido primeiro: apuração judicial do suposto ato infracional cometido pelo menino, aplicação de uma medida socioeducativa e acompanhamento jurídico, psicossocial e pedagógico do cumprimento dessa medida. Entretanto, vale salientar que, mesmo que o aparato estatal houvesse chegado antes do justiceiro, isso não seria garantia de que seus direitos não seriam violados.

Violações institucionais como superlotação, tortura, carência de profissionais, de infraestrutura e de acompanhamento pedagógico ainda são desafios a serem enfrentados na efetivação do SINASE (Silveira, 2014). Além disso, é fundamental uma revisão crítica sobre o projeto pedagógico

que estrutura a educação nessa política. Não se trata de uma escola regular apenas, mas de um espaço educacional que precisa desenvolver estratégias pedagógicas que permitam a produção de novos sentidos sobre o exercício da cidadania. Não se trata também de uma proposta de ressocialização, afinal a condição de privação de liberdade não aliena o sujeito da sua condição social, pelo contrário, pode reafirmar seu lugar social: pobre, preto e periférico – inclusão perversa (Sawaia, 2014).

O desafio de diferenciar o sistema socioeducativo do sistema carcerário reside exatamente em compreender a sua função última, na qual o processo de responsabilização está, por princípio, atrelado à construção de alternativas que passem pela educação. Nesse aspecto, quando se defende a extinção dessa política (materializada nas propostas de redução da idade penal, por exemplo), está se inviabilizando um projeto de juventude, comprometendo o desenvolvimento social e econômico do país, acirrando desigualdades e concorrendo para a manutenção de privilégios e recrudescimento da violência.

Estado, Educação e Juventude

Para Monteiro e Castro (2008): *“A Educação é o que primeiro se configura enquanto direito social ... pois tem sido considerada historicamente como um pré-requisito para existência dos demais direitos”* (p. 277). Isso quer dizer que o Direito depende da educação para ser compreendido em sua plenitude. Uma sociedade que negligencia a educação de seus membros assume o risco do não desenvolvimento social.

Essa constatação é óbvia. Todos os representantes da sociedade apregoam a importância da educação. A escola virou a resposta pronta para os problemas sociais. Todavia, temos um sistema educacional falido que perpetua as contradições do sistema capitalista no interior da sala de aula (Mendonça & Silva, 2015).

De fato, no âmbito dos princípios, há uma predominância do discurso da educação enquanto potencial promotora da emancipação humana. Mas, de acordo com Tonet (2013), o modelo de educação capitalista está alinhado com o desenvolvimento da reprodução do capital. Nesse sentido, a preparação para o trabalho se constitui como o seu

principal fim. Afinal, os sujeitos estão na escola para se ajustar à lógica do mercado.

Assim, historicamente, a educação formal tem servido para dois propósitos: o de transmissão de conhecimentos úteis à manutenção do capital e o de consolidação de um conjunto de valores e crenças que legitimam os interesses da classe dominante (Meszáros, 2008). Conforme Patto (2007), a educação oferecida pelo Estado brasileiro, desde os primórdios, consistiu em uma tentativa de controle dos conflitos de classe.

Na atual conjuntura de desemprego e de permanência da barbárie que sempre marcou a relação de classes no país, está aberta a porta à destituição da escola como instituição de ensino e à transformação dela em lugar de detenção maquiada dos filhos dos pobres e de violência sem precedentes. (p. 245)

Desse modo, para uma visão crítica e abrangente acerca da sua influência na sociedade, é preciso enxergar a escola a partir desse contexto de contradições e de perpetuação de desigualdades. Portanto, não como algo descolado da realidade, mas que consolida relações sociais perpassadas pelo sistema de valores que sustentam a estrutura da lógica do capital (Silva & Morais, 2007).

Cruz (2010) aponta que há uma função seletiva e excludente na escola, que se manifesta de várias formas: nos conteúdos trabalhados, na metodologia, nas atividades e no processo avaliativo, nas regras disciplinares etc. Assim sendo, a reprodução da individualização, por meio do chamado fracasso escolar, por exemplo, evidencia o foco no estudante, como se este fosse o único responsável por não corresponder às expectativas de uma sociedade normalizadora. No caso dos alunos do Ensino Médio, isso parece ser mais grave, pois ter uma educação escolar voltada para o mercado contribui para o fortalecimento de uma noção ideológica que o responsabiliza pelo seu suposto fracasso, mascarando as relações sociais de exclusão/inclusão perversa que permeiam a sua vida no processo de escolarização (Frigotto, 2005).

No caso dos adolescentes pobres e negros, a escola é, na maioria das vezes, sinônimo de fracasso e evasão (Souza, 2014). Sabemos que a busca por explicações para o chamado fracasso escolar remonta às teorias eugênicas e ao higienismo. Posteriormente, se articulam às teorias

da carência e da diferença cultural, nas quais se defendia que o baixo desempenho escolar estaria associado à falta de condições da família em promover, no desenvolvimento do adolescente, as habilidades que este precisaria para ter um bom rendimento acadêmico (Cruz, 2010). Na nossa opinião, esta concepção se assemelha com a noção do mito da periculosidade e da associação imediata e *naturalizadora* entre pobreza e violência, proposta por Coimbra (2005). Assim sendo, as condições materiais dos setores mais pauperizados da população dão suporte ao discurso que os criminaliza. Coimbra & Nascimento (2003), no texto: *“Jovens pobres: o mito da periculosidade”*, já alertavam:

Os pobres considerados ‘viciosos’, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, eram portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios. Representavam um “perigo social” que deveria ser erradicado; daí a necessidade de medidas coercitivas também para essa parcela da população, considerada de criminosos em potencial. Assim, embora a parcela dos “ociosos” fosse a mais visada por seu “potencial destruidor e contaminador”, a periculosidade também estava presente entre os “pobres dignos”, pois por sua natureza - a pobreza - também corriam os riscos das doenças. A partir desse mapeamento dos pobres, surgia uma grande preocupação com a infância e a juventude que, num futuro próximo, poderiam compor as “classes perigosas”: crianças e jovens “em perigo”, que deveriam ter suas virtualidades sob controle permanente. Todas essas teorias estabelecem/fortalecem a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade. (p. 27)

Nesse sentido, parece-nos que a tríade pobreza-criminalização-fracasso escolar perpassa o desenvolvimento cultural dos adolescentes periféricos e se caracteriza como um elemento co-constitutivo desses sujeitos, a partir das relações sociais que estabelecem com o universo circundante (Oliveira, 2013). Percebemos, portanto, que a partir da dialética da meritocracia/culpabilização perpetua-se a padronização de um modelo educacional acrítico, a-histórico e (re)produtor da segregação social.

Sabemos que a função social da escola é controversa: por um lado, trata-se de uma instituição reforçadora dos valores mercantis e de manutenção do *status quo*, inerente ao projeto educacional burguês, que mantém no seu interior relações assimétricas na apropriação do próprio

conhecimento (Padilha & Braga, 2012). Por outro lado, constitui-se enquanto um local de mobilidade das trajetórias subjetivas e, por conseguinte, um *locus* privilegiado na transformação dos sujeitos.

Nessa linha, a educação talvez seja a única instituição burguesa com potencial de provocar fissuras no próprio sistema, visto que o acesso ao conhecimento pode ser emancipador, produzindo transformações sociais, através da “socialização do conhecimento científico, artístico e filosófico em suas formas mais desenvolvidas” (Duarte, 2013, p. 20). Concluímos, assim, que é nesta esfera, dentro do projeto político burguês, que a educação se configura como uma arena de disputa.

O debate suscitado até aqui nos redireciona ao problema dos adolescentes pobres, ao papel da escola e à questão que envolve a redução da maioria penal. Se há algum lugar em que o Estado pode fazer diferença na vida de tais pessoas, esse lugar é a escola; seja ela como política estrutural e/ou vinculada ao sistema socioeducativo. O que diferencia, por exemplo, uma prisão de uma unidade de internação é a proposta pedagógica enquanto parte constitutiva da responsabilização. Diminuir a maioria penal é, no limite, optar por restringir ainda mais o acesso às políticas do Estado que, para essa população, como podemos ver até aqui, já são bem escassas e deficientes. No discurso a favor da redução da maioria penal, presenciemos uma face da violência do Estado contra a população mais pobre.

Considerações finais

Para compreender essa totalidade social e suas contradições, decidimos contextualizar o debate da violência e sua intrínseca relação com a estrutura do sistema capitalista, problematizando as tensões entre juventude, criminalização e violência, a partir de uma perspectiva histórica. Isso nos trouxe a reflexão sobre a atuação do Estado como um dos principais responsáveis pela manutenção da violência e criminalização dos jovens, na medida em que sua omissão ou ação reforçam interesses que são legitimadores da ordem social excludente perversa.

O menino preso no poste e os trabalhadores amarrados pelo pescoço escancaram o significado perverso de ser negro e pobre no Brasil.

As imagens aqui apresentadas provocam indignação e serviram de ponto de partida para refletirmos sobre o modo como o Estado, mediante as políticas sociais e da segurança pública, tem atravessado a constituição dessas pessoas, comprometendo o exercício da cidadania e implicando em distorções nas funções sociais. Tais elementos colocam em crise o projeto societário.

Para buscar alternativas a essa crise, propusemo-nos a repensar o papel da educação para além de uma política social. Advogamos, portanto, a favor de um projeto educacional coadunado com a possibilidade de transformações subjetivas; de emancipação humana por meio do conhecimento democratizado, levando em consideração a sociedade de classe.

Concordamos com Tonet (2014) que:

Não basta, à classe trabalhadora, ter acesso aos conteúdos tradicionais. A classe trabalhadora tem necessidade de um conhecimento de caráter revolucionário, isto é, de um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que ela se veja como sujeito capaz de transformar radicalmente o mundo. Portanto, de um conhecimento que esteja, pela sua própria configuração, intimamente articulado com a transformação radical do mundo. (p. 6)

Desse modo, não é suficiente que a classe trabalhadora tenha contato com o conhecimento. Mais do que isso, é necessário que tal conhecimento seja construído de forma a permitir que ela se reconheça como capaz de transformar a realidade. Isso exige que se coloque em pauta todo o problema que envolve o sistema educacional popular (incluindo o sistema socioeducativo), questionando o projeto pedagógico que sustenta as práticas institucionais voltadas para a realidade da juventude periférica e buscando alternativas para o projeto de sociedade vigente.

Para tanto, é preciso investir em pesquisas que consolidem alternativas teóricas e metodológicas para o enfrentamento das questões levantadas até aqui. Para Mezsáros (2008):

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (p. 65)

Seguindo esse argumento de que o papel da educação é soberano, concluímos o texto respondendo à pergunta do título de que não há como pensar sobre alternativas de projeto de sociedade e nem mesmo a construção de políticas sociais para a juventude periférica sem considerar a educação como caminho principal.

Referências

- Abramo, H. W. & Branco, P. P. M. (2008). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Arantes, E. M. M. (2009). Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia. *Psicologia Clínica*, 21(2), 431-450.
- Arantes, E. M. M. (2012). Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *Psicologia Clínica*, 24(1), 45-56.
- Araújo, C. M. & Lopes Oliveira, M. C. S. (2010). Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. *Educação em Revista*, 26(3), 169-194.
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2010). *Política social: fundamentos e história* (7ª ed.) São Paulo: Cortez.
- Beozzo, J. O. & Franco, C. B. (2013). *Juventudes em foco*. São Paulo: Paulus.
- Castro, J. A., Aquino, L. M. C., & Andrade, C. C. (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, DF: IPEA.
- Coimbra, C. M. B. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *Jovens – Revista de Estudos sobre Juventud*, 9(22), 338-355.
- Coimbra, C. M. B. & Nascimento, M. L. (2003). Jovens pobres: o mito da periculosidade. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Iulianelli (Orgs.), *Jovens em tempo real* (pp. 19-37). Rio de Janeiro: DP&A.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). *Artigos e Emendas da Constituição Brasileira*. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 02 de junho de 2015, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.
- Cruz, A. V. H. (2010). *O adolescente em conflito com a lei e a escola: criminalização e inclusão perversa*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Duarte, N. (2013). Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. *Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP*, 24(1), 19-29.

- Fraga, P. C. P. (2008). Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. In M. A. Sales, M. C. Matos, & M. C. Leal (Orgs.), *Política social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 81-103). São Paulo: Cortez.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. (2014). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília, DF: Autor.
- Frigotto, G. (2005). Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. *Ciência & Opinião*, 2(1/2), 15-28.
- Iulianelli, J. A. S. (2003). Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Iulianelli (Orgs.), *Jovens em tempo real* (pp. 54-75). Rio de Janeiro: DP&A.
- Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 12.594*, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF: Presidência da República.
- Marshall, T. H. (2002). *Cidadania e classe social* (2ª ed.). Brasília, DF: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Mendonça, F. L. R. & Silva, D. N. H. (2015). *Formação docente e inclusão: para uma nova metodologia*. Curitiba: Appris.
- Meszáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Monteiro, R. A. P. & Castro, L. R. (2008). A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. *Psicologia Política*, 8(16), 271-284.
- Nogueira, W. (2010). Garantia de direitos, controle social e políticas de atendimento integral da criança e do adolescente. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção* (pp. 37-57). Brasília, DF: CFP.
- Netto, J. P. (2009). Democracia e direitos humanos na América Latina: aportes necessários ao debate. In S. M. Freire (Org.), *Direitos humanos e questão social na América Latina* (pp. 3-12). Rio de Janeiro: Gramma.
- Novaes, R. R. (2007). Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In O. Fávero, M. P. Spósito, P. Carrano, & R. R. Novaes (Orgs.), *Juventude e contemporaneidade* (pp. 253-281). Brasília, DF: UNESCO; MEC; ANPED.
- Novaes, R. R. & Ribeiro, E. (2010). *Livro das juventudes sul-americanas*. Rio de Janeiro: IBASE.

- Oliveira, I. M. (2013). *Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula*. Campinas, SP: Papyrus.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2009). *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, DF: Autor.
- Padilha, A. L. & Braga, E. F. P. (2012). Escola Básica: condições concretas de existência. *Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória-ES*, 18(35), 113-131.
- Patto, M. H. S. (2007). Escolas cheias, cadeias vazias: nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, 21(61), 243-266.
- Pedrazzini, Y. (2006). *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ribeiro, A. C. T., & Lourenço, A. (2003). Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Iulianelli (Orgs.), *Jovens em tempo real* (pp. 38-53). Rio de Janeiro: DP&A.
- Sawaia, B. B. (2014). Introdução. Exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia, M. B. Wanderley, M. Vêras, D. Jodelet, S. Paugam, T. C. Carreteiro et al. (Orgs.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 7-16). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silveira, F. F. (2014). *A derrubada não põe fim ao CAJE: análise comparativa da política de atendimento socioeducativo no Distrito Federal entre 2002 e 2012*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Silva, D. N. H. & Moraes, R. O. (2007). Dimensões de um tempo contemporâneo-neoliberal: modos de configuração da experiência criativa na sala de aula - a situação do Estado do Rio de Janeiro [Resumo]. In *Anais do III Seminário Educação, Imaginação e Linguagens artístico-culturais* (p. 6). Criciúma, SC: UNESC.
- Souza, C. (2012). *Na fronteira da exclusão: ações de enfrentamento à violência na juventude*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Souza, C. (2014). *A dialética criminalização-escolarização no desenvolvimento de adolescentes privados de liberdade*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Souza, C. & Paiva, I. L. (2012). Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 353-360.
- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.

Silva, D. N. H. & Souza, C. (2015). O justiceiro e o menino: educação ou criminalização da...

Tonet, I. (2014). Atividades educativas emancipadoras. *Rev. Práxis Educativa*, 9(1), 9-23.

Wacquant, L. (1999). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wacquant, L. (2003). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.

Wacquant, L. (2008). *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência: mortes matadas por armas de fogo*. Brasília, DF: SG-PR.

Extermínio de jovens e redução da maioria penal

Esther Maria de Magalhães Arantes

Considerações iniciais

Pensamos iniciar este texto por uma breve retomada histórica do tema da infância, para melhor situarmos os argumentos contrários à redução da maioria penal e suas relações com o extermínio de jovens no Brasil.

O nosso propósito, com estas breves considerações históricas, é oferecer algumas indicações dos caminhos pelos quais chegamos até este momento: porque estamos novamente discutindo propostas de redução da maioria penal e com quais implicações.

Assim, e correndo o risco de sermos um tanto repetitivos com respeito ao que já dissemos em textos anteriores, começamos por afirmar que:

Durante os primeiros séculos da colonização portuguesa, a prática em relação à criança indígena era a de separá-la de sua família para moldá-la aos costumes ditos civilizados e cristãos, e em relação à criança negra, era a de sua incorporação como força de trabalho escrava, tão logo atingisse a idade dos sete anos. Quanto à assistência, limitava-se ao recolhimento de expostos e órfãos em instituições caritativas. Não existia, àquela época, “a” criança, pensada como categoria genérica, em relação à qual se pudesse deduzir algum direito universal, pois não existia o pressuposto da igualdade entre as pessoas, sendo a sociedade colonial construída justamente na relação desigual senhor e escravo. (Arantes, 2008, p. 1)¹

A própria palavra criança não era comum ou frequente nos documentos do Brasil Colônia. O que existiam eram categorias diferenciadas

¹ Arantes, Esther Maria de Magalhães. A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência no Brasil da categoria de “menor abandonado”. Acessível na página no CFP: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A_reforma_das_prisoes.pdf

de crianças, como, por exemplo: o menino da “terra”, o menino do “reino”, o “negrinho” ou, então, o “cabrinha”, o “pardinho”, o “crioulinho”. E, finalmente, o “filho ou filha de família”, que era, talvez, o modelo idealizado de criança: “Filho legítimo de legítimo matrimônio cristão”, conforme documentos da época.

A escravização da criança africana, por si só, não colocava problema ao ordenamento social, uma vez que ela se encontrava sob a tutela do senhor de escravos. O que causava problemas era a existência de crianças não tuteladas, como os “expostos” e os “órfãos” - categorias da antiga caridade cristã.

Os “filhos legítimos de legítimo matrimônio cristão” não colocavam problemas à ordem social, pois que, justamente, encontravam-se sob o controle do “pai de família”, que tinha poderes quase ilimitados. Da mesma forma, os meninos da “terra”, contidos nos colégios jesuítas e os “negrinhos”, propriedades do senhor, encontravam-se controlados socialmente através destas relações de posse e assujeitamento. Os “expostos” e os “órfãos”, embora sem o suporte familiar, encontravam nos estabelecimentos mantidos pela caridade, como as Casas da Roda e os Recolhimentos das Órfãs, o seu guardião legal. (Arantes, 2008, p. 1)

Os “expostos”, como sabemos, são os recém-nascidos que não foram acolhidos no seio das famílias e sim deixados nas portas das igrejas, conventos, residências ou mesmo nas ruas, praças, beiradas de rios ou nas praias, ou mesmo nas matas, e que eram encontrados, em sua maioria, mortos ou muito adoecidos, sem que tivessem recebido o batismo – o que era motivo de muito escândalo. Para tais recém-nascidos foram reservadas, em consonância com o modelo da assistência caritativa portuguesa, as Casas dos Expostos ou Casas da Roda dos Expostos, que tiveram início no Brasil a partir do século XVIII². Estas Casas encarregavam-se, primeiramente, de batizar os expostos para salvar-lhes a alma e, posteriormente, enviá-los a uma ama de leite para alimentá-los, uma vez que, naquele momento histórico, o leite materno ou da ama de leite era o único alimento capaz de salvar a vida do recém-nascido.

² No século XVIII, três Rodas dos Expostos foram criadas no Brasil: a da Bahia, em 1726, a do Rio de Janeiro, em 1938, e a de Recife, em 1789. Outras Rodas foram criadas no Brasil no século XIX.

Para as crianças órfãs foram criados, sobretudo para as meninas, os Recolhimentos das Órfãs³, uma vez que a proteção da menina se fazia mais urgente devido ao receio de que ela viesse a ser desvirginada, perdendo a honra e a possibilidade de uma vida digna e cristã.

Seguindo o modelo português, tal assistência caritativa era prestada pelas irmandades leigas, sendo uma das mais importantes a Irmandade da Misericórdia, que teve aos seus cuidados não só órfãos e expostos, mas também os assim denominados insanos e desvalidos, dentre outros indigentes e necessitados.

Com pequenas variações de um lugar para outro, podemos dizer, de maneira genérica, que foi esta assistência caritativa que teve lugar durante todo o período colonial e que só começou a se modificar no Império, principalmente a partir do reinado de Pedro II. No entanto, o Império - que se queria moderno e cujo monarca era considerado pessoa culta, amiga das artes e das ciências -, convivia com uma grande contradição: a permanência da escravidão. Assim, ao lado de inúmeras propostas de reformas das prisões, para transformá-las em casas de correção e não continuassem sendo meros cárceres fétidos e imundos, mantinham-se os terríveis Calabouços, que eram as prisões para os escravos onde, não raro, lhes eram administradas 50, 100 e até mesmo 400 chibatadas a mando de seus senhores.

As condições sanitárias do velho Calabouço eram horrorosas, da mesma forma que o calor e a fedentina nos compartimentos sem ventilação e a escassa comida que se supunha que os carcereiros fornecessem com as taxas cobradas dos proprietários. Um dos problemas recorrentes no Calabouço era que, quando as taxas devidas pelo sustento do escravo ou pela correção que lhe fora aplicada ultrapassavam o que o dono achava que o escravo valia, ele simplesmente abandonava sua propriedade humana. Os procedimentos exigiam que os escravos assim deixados em mãos do Estado fossem vendidos em leilão para o governo recuperar o que pudesse dos custos administrativos da instituição, para se abrir espaço no cárcere e para fazer os escravos retornarem às mãos de alguém que pudesse tirar proveito. (Holloway, 2009)

³ O Recolhimento das Órfãs da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro foi inaugurado em 15 de setembro de 1740, funcionando em estabelecimento anexo ao Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia até o ano de 1842. Por decreto de 14 de março de 1852, foi criado por D. Pedro II o Recolhimento de Santa Thereza, destinado a meninas desvalidas, ficando também sob a administração da Santa Casa do Rio de Janeiro. Em 1866, os dois Recolhimentos passaram a funcionar no prédio destinado ao Recolhimento das Desvalidas de Santa Thereza.

Devemos lembrar que a Abolição da Escravatura (1988) deu-se apenas um ano antes da Proclamação da República (1889). Ou seja, a escravidão legal, formal, existiu no Brasil durante quase 400 anos. A superação do passado escravagista ainda não se deu inteiramente. Daí a importância de conhecê-lo, identificar os nós que ainda nos atam a este passado e que nos impedem de dar passos adiante e criar outros possíveis.

Especificamente no que tange às crianças, podemos dizer que o modelo tutelar até então vigente começa a se fraturar a partir da Lei do Ventre Livre (1871), dada a contradição de se ter uma criança nascida livre cuja mãe permanecesse escrava, não tendo autonomia para alimentar e cuidar do filho - situação que poderia não mais interessar ao senhor, já que a criança não era mais sua propriedade.

A Lei de 1871 produziu o ingênuo para a sociedade brasileira. Essa nova figura social era toda a criança nascida do ventre escravo a partir de 28 de setembro de 1871. Essa lei facultava ao senhor duas possibilidades: a primeira era ficar com o menor até ele completar 8 anos e então entregá-lo ao Estado em troca de uma indenização (menos frequente) ou ficar com ele até a idade de 21 anos – maioridade legal no período – usufruindo de seus serviços como forma de pagamento pelas despesas com a criação dele (mais frequente). (Cardozo, 2012, p. 89)

Apresenta-se, então, do ponto de vista jurídico e assistencial, uma situação diferente das existentes anteriormente, pois ainda não está definido qual será o lugar da criança livre e pobre nesta República que se inicia. Como tal criança não pode ser considerada órfã ou exposta, não pode ser enviada aos estabelecimentos de assistência caritativa existentes à época. Também não pode ser considerada criminosa, visto que não cometeu delito algum, situação que permitiria ao Estado enviá-la para a prisão. Tampouco é escrava, já não tendo um dono.

Até o final do Império, Igreja Católica e Estado seguiram lado a lado na administração da nação – o chamado Padroado Régio. Como religião oficial, a Igreja Católica deveria desempenhar funções administrativas tais como ter o controle sobre os registros de nascimentos, casamentos e óbitos, tanto da população livre quanto da escrava. Mas, com a Lei Rio Branco, essa instituição foi obrigada a possuir um quarto livro para registrar os nascimentos de ingênuos, pois esses não se enquadravam nem na categoria livre e nem na de escravo. (Cardozo, 2012, p. 90)

Tem início aí uma preocupação: o que fazer com essas crianças pobres e livres cujos pais não possuem o status e a condição de “pais de família”, crianças que começam a povoar as ruas das cidades brincando, pedindo esmolas, trabalhando como carregadores de verduras e frutas ou vendedores de jornais, ou eventualmente praticando algum pequeno furto?

Assim, insistentemente se pergunta: como definir tais crianças? Para onde encaminhá-las? Como prestar-lhes alguma assistência? Como o poder público deve proceder em relação a elas?

A partir da identificação das referidas crianças como sendo “menores abandonados moral e material” - significando isto dizer que são “órfãos de pais vivos” e “futuros criminosos” -, tal situação justificará a destituição do pátrio poder e o envio desses “menores” aos estabelecimentos correccionais e de reforma, aos Patronatos, às Oficinas da Marinha e às casas de família, tendo o trabalho como pedagogia preventiva e correccional.

Pelo exposto, consideramos a Assistência Pública ao Menor, gestada neste final do século XIX, com vigência ao longo de quase todo o século XX, como um grande dispositivo de sequestro da infância pobre ou de sua reescravização.

Por quais caminhos e justificativas foi isto possível? Permitam-nos uma longa citação:

O que se constata, ao longo de todo o Império, é uma preocupação constante com as mudanças na legislação penal e com a reforma do sistema carcerário que deveria advir como consequência dessas mudanças⁴, uma vez que a penalidade mais comum passa a ser a privação da liberdade e não mais as penas de morte, degredo e galé. Ao mesmo tempo em que se elogia o progresso civilizatório que as novas leis representam, equiparando-se o Brasil aos países do primeiro mundo, tais leis são constantemente combatidas, na medida em que se acredita que elas atrapalham o trabalho da polícia, servindo mais para proteger os malfeitores que os cidadãos honrados, além de que, com as prisões superlotadas, pela primeira vez depara-se o Estado com uma massa carcerária a ser administrada, passando as prisões a serem definidas como “escolas do crime”.

⁴ Código Criminal (1830) e Código do Processo (1832), antecedidos pela Constituição do Império (1924).

É neste contexto - em que se discute a situação das prisões e a criação de um sistema penitenciário em virtude das novas leis penais e do processo, onde o acusado adquire o direito de se defender e impetrar recursos, e a pena deixa de ter o caráter de vingança e adquire a função de regeneração, e apenas após as leis abolicionistas, quando cresce o número de pessoas pobres vivendo e trabalhando nas ruas das grandes cidades - que a justificativa para a apreensão da criança pobre será formulada, definindo-a como “abandonada”, passando a ser voz comum a ideia de que deveriam ser encaminhadas às “instituições preventivas”. (Arantes, 2008, p. 3)

A dificuldade de se administrar a questão prisional passa a ser pensada, retroativamente, como decorrendo diretamente do “problema do menor”:

o que servirá como justificativa “científica” para que os “menores criminosos”, mas não sujeitos à lei penal por não terem agido com discernimento, e os menores que nenhum crime haviam cometido, mas eram considerados “mendigos”, “ociosos” e “vadios”, pudessem ser encaminhados às escolas correccionais e de reforma mediante a suspensão ou destituição do pátrio poder, ou a pedido dos próprios pais, por serem os filhos considerados “desobedientes” ou “incorrigíveis”, ou a pedido da mãe viúva, por se sentir incapaz de sustentar os filhos ou de proteger a honra da filha. (Arantes, 2008, p. 3)

Ao serem recolhidos nas ruas pela polícia e levados à presença do Juiz (inicialmente ao Juiz de Órfãos e posteriormente ao Juiz de Menores) para receberem “destino”, a grande maioria destas crianças e adolescentes foi encaminhada ao trabalho ou para o aprendizado do trabalho.

A República, ao invés de redirecionar esta discussão e reverter este processo, o aprofundou, buscando instituir uma legislação específica para os ditos menores. É quando começa a ser gestada uma Assistência Pública ao Menor, assistência pensada como braço da Justiça, composta por um Juizado de Menores, um Código de Menores e um Juiz de Menores.

Como mencionado acima, consideramos este aparato tutelar como um grande sequestro da infância pobre. Isto porque, no momento em que se abole a escravidão e se institui o chamado trabalho livre, acertado mediante contrato entre trabalhadores e patrões, a criança pobre recebe uma sentença do juiz que a obriga ao trabalho - sentença da qual não

pode escapar e terá que cumprir como se fosse uma medida de assistência e em nome de sua proteção.

Tal aparato tutelar acabou por criar ou reforçar a divisão da infância brasileira entre “criança” e “menor”, divisão só questionada do ponto de vista da legislação com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), mas que atualmente corre o risco de ser desconstruída pelos enormes retrocessos que estamos presenciando e pelos frequentes ataques às lutas por direitos humanos, desqualificando-as como sendo “proteção de bandidos”.

Assim, decorridos 25 anos da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), forçoso reconhecer que as mudanças até agora obtidas não correspondem à esperança dos movimentos que lutaram por sua aprovação. Em nome do equilíbrio fiscal e do cumprimento de metas pactuadas com organismos internacionais, logo no início da década de 1990, o Brasil diminuiu consideravelmente os gastos com as políticas sociais básicas, inviabilizando, na prática, o cumprimento da legislação. A crise que se instalou, a partir daí, combinou desemprego, desesperança e violência, em que os jovens pobres do sexo masculino foram e continuam sendo as maiores vítimas, sendo que um alto percentual de mortes nesta faixa etária acontece por motivação externa: acidentes e assassinatos (Waiselfis, 2015).

Como mostram as diversas edições do Mapa da Violência, no período compreendido entre os anos de 1980 e 2012, o crescimento populacional se deu em torno de 61%. No entanto, as mortes por arma de fogo cresceram 387%, sendo que, entre os jovens de 15 a 29 anos, esse percentual foi superior a 460%. Ou seja, um verdadeiro extermínio da juventude pobre, em sua maioria negra e parda.

Embora persistindo os altos índices de mortalidade por armas de fogo entre adolescentes e jovens, podemos dizer, no entanto, que tivemos algumas conquistas e avanços na área das políticas voltadas principalmente para as crianças pequenas no período 2003-2010. Houve diminuição da mortalidade materno-infantil e cresceu de maneira significativa o acesso à educação básica.

Constatam-se, também, ao longo desses anos, esforços governamentais e não governamentais feitos através dos Conselhos de Direitos

e dos diferentes Fóruns e Conferências, para a estruturação do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Proteção e, especialmente, para a formulação de Políticas Públicas, Planos e Ações voltadas para a área⁵.

Mais recentemente, porém, a partir principalmente da segunda década do novo século, em função de uma conjuntura que alia crises política e econômica, verifica-se um crescimento da intolerância e mesmo de ódio às lutas dos direitos humanos, numa tentativa de retroceder não apenas nos direitos conquistados na área da criança e do adolescente, mas também em relação às populações indígenas, LGBT, mulheres, meio ambiente, etc, além de medidas para impor o ensino religioso confessional nas escolas públicas, bem como medidas que possibilitem maior vigilância e controle dos estudantes, numa crescente judicialização e medicalização dos comportamentos e da indisciplina escolar. Notam-se, também, tentativas de militarização do ensino fundamental, seja colocando policiais fardados e armados nas escolas, seja repassando a gestão das escolas à Polícia Militar.

Para um país que ousou sonhar com a educação libertadora de Paulo Freire, a tendência agora é militarizar as escolas públicas consideradas “problema”. Já existem 93 escolas públicas no Brasil em que os alunos têm de bater continência para policiais armados na entrada das aulas, o cabelo tem de ser quase raspado para os meninos, as meninas têm de prendê-lo. Maquiagem, brincos e esmalte nas unhas, nem pensar. O uniforme é como uma farda.

Namoros são proibidos. O afeto é substituído por aquela gritaria típica de quartéis: “Sim, senhor!” “Não, senhor!”

O argumento mais usado para defender a militarização é o de que a polícia põe ordem na bagunça e permite que, assim, a escola melhore sua capacidade de difundir conhecimentos.

Goiás tem o maior número de escolas assim (26) e ele (governador) promete inaugurar mais 24 até o final do ano. (“PM assume escolas”, 2015)

Nesta conjuntura, voltam à pauta, desta vez com maior força, impulsionados por certos setores da mídia e pela união de bancadas conserva-

⁵ Como: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, dentre outros.

doras no Congresso Nacional, projetos de leis que visam tanto a redução da maioria penal como o agravamento das medidas socioeducativas de internação, divulgando-se insistentemente, como causa da violência no país, uma suposta impunidade proporcionada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja única finalidade seria a de “proteger bandidos” – criando na população uma indiferença face ao trágico destino de milhares de jovens pobres, tanto dos que são executados sumariamente quanto dos que se encontram privados de liberdade.

Neste sentido e a título de ilustração, citamos alguns casos ocorridos no Rio de Janeiro⁶ que evidenciam atitudes de intolerância e preconceito em relação a crianças, adolescentes e jovens negros e pobres.

- Jovem negro é acorrentado nu em poste por grupo de ‘justiceiros’. Ele foi espancado e levou uma facada na orelha (“Jovem negro”, 2014).
- Aluno é barrado de entrar em escola municipal por usar guias do Candomblé (“Aluno é barrado”, 2014).
- Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada. (“intolerância religiosa”, 2015).
- Pedestre pede a morte de crianças negras que brigavam em frente ao Shopping da Gávea. Um senhor que passava chutou as crianças que já estavam no chão detidas por um policial (“Menor agredido”, 2015).
- PM impede adolescentes da periferia de ir às praias da zona sul (2015).

A gravidade deste último caso se dá não apenas pelo fato em si, mas também por ter sido protagonizado pelo poder público, nos dias 22 e 23 de agosto de 2015.

Neste final de semana, cerca de 160 jovens cariocas foram recolhidos pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro sem nenhum motivo aparente. Todos estavam a caminho das praias da zona sul da cidade e eram de diferentes regiões periféricas do Rio. Nenhum portava drogas, armas ou estava praticando nenhum tipo de ato infracional.

⁶ Limitamo-nos a fatos ocorridos no Rio de Janeiro apenas pelo nosso maior conhecimento desta realidade.

A Polícia Militar montou uma blitz especialmente para essa operação. Antes de os ônibus atravessarem o Túnel Rebouças (que liga as regiões norte e sul da cidade), a polícia fez os adolescentes descerem do transporte público e entrarem no coletivo especial da PM que os levou até o Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as únicas hipóteses que permitem a detenção de um menor são duas: quando ele é pego em flagrante ou quando há uma ordem judicial expedida pela autoridade competente, o que não era o caso dos jovens.

Procurada sobre o caso, a PMERJ declarou por meio de sua assessoria que “as ações preventivas realizadas pela Corporação têm por objetivo encaminhar para os abrigos da prefeitura crianças e adolescentes em situação de risco. Muitos desses jovens, além de estarem nas ruas sem dinheiro para alimentação e transporte, apresentam condição de extrema vulnerabilidade pela ausência de familiares ou responsáveis”.

O governador Luiz Fernando Pezão não criticou a ação da polícia e ainda afirmou que ela foi realizada para evitar arrastões e outros crimes que são cometidos nas praias por adolescentes.

Além de não poder frequentar as praias da zona sul quando bem entender, o jovem carioca pobre também precisa se esquivar do tratamento policial oferecido nas periferias. Segundo o relatório apresentado no começo do mês pela Anistia Internacional (“Polícia do Rio mata”, 2015), mais de oito mil pessoas morreram entre 2005 e 2014 por causa de intervenções policiais no Estado do Rio. As vítimas são majoritariamente homens (90%), negros (70%) e jovens entre 15 e 29 anos (75%).

Redução da maioridade penal

No dia 31 de março de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, por 42 votos a favor e 17 votos contra, aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, que visa alterar o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo a maioridade penal de 18 para 16 anos. O texto seguiu para uma Comissão Especial antes de ser votado em 1º turno no Plenário da Câmara.

Em sessão do dia 1º de julho de 2015, a Câmara rejeitou o texto de autoria da Comissão Especial sobre o tema.

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, na madrugada desta quarta-feira (1º), o texto da comissão especial para a PEC que reduz a maioria penal (PEC 171/93). Foram 303 votos a favor, quando o mínimo necessário eram 308. Foram 184 votos contra e 3 abstenções. (Câmara rejeita PEC que reduz maioria penal para crimes hediondos, 2015)

Em data posterior, o Plenário ainda teria a possibilidade de votar o texto original da proposta ou outras emendas que tramitam em conjunto.

Ainda não há data para a retomada da discussão. Eduardo Cunha disse que a proposta poderá voltar à pauta na semana que vem ou, se isso não for possível, no segundo semestre. Antes do recesso, o Plenário ainda precisa votar o segundo turno da PEC da Reforma Política.

A proposta rejeitada reduziria de 18 para 16 anos a maioria penal para crimes hediondos, como estupro, latrocínio e homicídio qualificado (quando há agravantes). O adolescente dessa faixa etária também poderia ser condenado por crimes de lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte e roubo agravado (quando há uso de arma ou participação de dois ou mais criminosos, entre outras circunstâncias). O texto original, que pode ir à votação, reduz a maioria para 16 em todos os casos. (Câmara rejeita PEC que reduz maioria penal para crimes hediondos, 2015)

Entretanto, um dia após ter sido rejeitada, a matéria volta ao Plenário da Câmara e é aprovada, ensejando protestos e contestação desta votação no STF. Para diversos deputados, o presidente da Câmara passou por cima do regimento interno e, portanto, a votação deveria ser anulada.

Apenas 24 horas após o plenário rejeitar a redução da maioria para crimes graves, a Câmara dos Deputados colocou novamente o tema em votação e aprovou na madrugada desta quinta-feira (2) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a idade penal para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), revoltou deputados contrários à mudança constitucional, gerando intensas discussões. Para virar lei, o texto ainda precisa ser apreciado mais uma vez na Casa e, depois, ser votado em outros dois turnos no Senado. (Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria, 2015)

Em segundo turno, no dia 19 de agosto de 2015, a proposta foi aprovada na Câmara, seguindo para o Senado, onde aguarda votação.

Diante disto, devemos nos perguntar sobre os motivos para tanto empenho da Câmara em reduzir a idade penal, visto que o tema se encontra bastante polarizado.

Podemos dizer, de maneira geral, que os parlamentares, assim como a opinião pública, encontram-se divididos em três grupos. O primeiro grupo é formado pelos que defendem a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, argumentando que os adolescentes que tiverem de discernimento sobre o caráter lesivo de seus atos devem ser julgados e punidos como adultos. Tem sido comum ouvir: “Se podem votar, também podem ser presos”.

Dentre este grupo, encontramos opiniões mais radicalizadas, como a do deputado federal Laerte Bessa:

“Um dia, chegaremos a um estágio em que será possível determinar se um bebê, ainda no útero, tem tendências à criminalidade, e se sim, a mãe não terá permissão para dar à luz”. Essa afirmação foi feita pelo deputado federal Laerte Bessa (PR-DF) em matéria publicada pelo jornal inglês *The Guardian* no dia 29 de junho (2015). O parlamentar é relator da PEC 171/93, que reduz a maioridade penal ... Na mesma reportagem, Bessa deixou bem evidentes suas pretensões de não se contentar com a redução de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos (estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado e outros), homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, como ocorreu no último dia 2. “Em vinte anos, reduziremos para 14, depois para 12”, disse. Para ele, a proposta, aprovada em primeiro turno na Câmara após manobra do presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ), “é uma boa lei que acabará com o senso de impunidade em nosso país.” (“Relator da redução da maioridade penal sugere aborto de bebês”, 2015)

Na matéria intitulada *Brazil's prison system faces 'profound deterioration' if youth crime law passes*, o jornal inglês menciona a situação calamitosa das prisões brasileiras, cuja população carcerária já está entre as quatro maiores do mundo – situação que se agravará com a redução da maioridade penal.

Do segundo grupo fazem parte aqueles que acreditam que não se deve reduzir a maioridade penal e sim modificar o Estatuto da Criança e

do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Apontam o tempo máximo de privação de liberdade permitido no Estatuto como sendo insuficiente, defendendo também mudança no Código Penal para endurecer a punição do adulto que aliciar adolescente para o cometimento de atos infracionais.

Neste grupo estão boa parte dos senadores, entre os quais o próprio presidente do Senado, para quem alterar o Estatuto é mais eficiente do que reduzir a maioria penal, colocando-se contrário à proposta aprovada na Câmara. Pelo projeto aprovado no Senado, os jovens que tenham cometido crimes considerados hediondos poderão ficar internados em centros de atendimento socioeducativo por até dez anos.

Nós já votamos alteração no ECA, que parece ser mais consequente, mais eficiente e que olha melhor para o futuro da juventude

Renan se referiu ao projeto de lei aprovado pelo Senado que altera o ECA e aumenta o tempo de internação de menores de 18 anos. A matéria seguiu para votação na Câmara dos Deputados. (Renan diz que alterar o ECA é mais eficiente que reduzir maioria penal, 2015).

O terceiro grupo, contrário à redução da idade penal e ao aumento do período de privação de liberdade, no qual nos incluímos, acredita que a redução da maioria penal agravará os problemas que se quer combater, não sendo os adolescentes os responsáveis pela chamada violência no país. Acredita também que o agravamento da medida de internação penalizará demasiadamente os jovens negros e pobres, dada a reconhecida e evidente seletividade do sistema prisional e socioeducativo.

Assim, em diversas ocasiões já nos manifestamos contrários à redução da maioria penal, sendo nossas principais razões assinaladas abaixo (CFP, 2013):

1. O artigo 228 é Cláusula Pétrea da Constituição Federal e não pode ser modificado, estando de acordo com o padrão adotado pelos mais importantes documentos internacionais de Direitos Humanos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990.
2. O Princípio do Direito Internacional dos Direitos Humanos que proíbe reforma normativa para pior, para patamares de direitos humanos mais baixos aos existentes;

3. Não se deve confundir inimputabilidade penal com impunidade. O fato de o adolescente ser inimputável não o exime de ser responsabilizado com as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive a medida de internação (privação de liberdade), responsabilizando o adolescente a partir de 12 anos de idade.
4. Todas as estatísticas indicam que os adolescentes não são os responsáveis pela chamada violência no Brasil, uma vez que a maioria dos crimes é praticada por adultos, sendo os adolescentes e os jovens as maiores vítimas da violência, conforme as diversas edições do Mapa da Violência.
5. O rebaixamento da maioridade penal enviará adolescentes, em sua grande maioria pobres, para as prisões de adultos, diminuindo suas chances de não reincidência e de conclusão dos estudos e profissionalização. Contribuirá, também, para o aumento da população carcerária, agravando a situação já existente nos presídios brasileiros, considerados dos piores do mundo.
6. O rebaixamento da idade penal terá implicações muito sérias para as adolescentes grávidas. Estarão impedidas de serem acompanhadas nos programas para gestantes adolescentes? Serão algemadas para o parto, conforme ainda acontece com as presas adultas? Terão seus filhos criados nas celas? Serão destituídas do poder familiar, sendo as crianças encaminhadas para abrigos ou adoção? E quanto aos adolescentes com sofrimento mental, serão enviados aos Manicômios Judiciários?
7. Reduzir a maioridade penal, além de não resolver o problema da violência, criará muitos outros, pois terá implicações nas áreas da Educação, Saúde e Assistência, por exemplo, alterando a Doutrina da Proteção Integral e a prioridade absoluta assegurada às crianças e aos adolescentes no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.
8. Há que se reconhecer a ausência de políticas públicas de promoção de direitos para os adolescentes e jovens, incluindo as políticas culturais, esporte e lazer, não se podendo permitir que o populismo penal seja a resposta dado ao vazio deixado por tais políticas. Urge que toda a população brasileira tenha acesso a serviços

de qualidade e que os projetos implementados para crianças e jovens saiam do circuito penal.

Considerações finais

Sempre que um crime choca a opinião pública e tem a participação de adolescentes, os jornais e a televisão noticiam exaustivamente o fato, recolocando na pauta nacional a discussão sobre o rebaixamento da maioridade penal. É suficiente passarmos os olhos nas cartas de leitores enviadas aos jornais de grande circulação nacional para constatarmos o quanto vem sendo difundida a ideia de que “as leis são brandas” e que “direitos humanos servem apenas para defender bandidos”.

Assim, apesar de diversos e reiterados posicionamentos contrários à redução da maioridade penal por conselhos, fóruns, comissões, entidades de classe e de defesa de direitos humanos, tramitam no Congresso Nacional, como vimos, diversos projetos de leis favoráveis à redução da maioridade penal ou do agravamento da medida socioeducativa de internação.

Na realidade, a existência de tais propostas suscita o debate de questões que há muito estão sendo negligenciadas: o lamentável e indefensável estado em que se encontram e funcionam as prisões brasileiras; o fato de o Estatuto da Criança e do Adolescente não ter sido implantado devidamente e em sua totalidade, incluindo aí o SINASE⁷; e a própria legislação antidrogas, que tipifica como traficantes pessoas envolvidas no varejo da droga.

No VII Encontro das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, em setembro de 2005, foi escolhido, por unanimidade, o tema da privação de liberdade para a campanha anual da Comissão. A escolha do tema, por unanimidade, não foi por acaso, já que vários estudos constataam um adoecimento dos profissionais que trabalham nesses lugares.

Foi realizada uma inspeção nacional às unidades de privação de liberdade de adolescentes, em ação conjunta das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia com as Comissões de Direitos Hu-

⁷ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei Federal 12.594/2012 em 18 de Janeiro de 2012.

manos e as Comissões da Criança e do Adolescente da OAB. A partir deste interesse comum, e conforme metodologia apropriada para inspeção, as visitas foram organizadas para acontecer em um mesmo dia, resultando no relatório *Direitos Humanos - Um retrato das unidades de Internação de adolescentes em conflito com a lei*, disponível na página do CFP⁸.

Finalizando, gostaríamos de chamar a atenção, principalmente de nós psicólogos, para o processo que está em curso, de caracterizar o adolescente autor de ato infracional como sendo monstro, animal, incorrigível, anormal, subespécie, perigoso, inimigo, não humano. Portanto, a partir de tal caracterização, “não importa” se ele for torturado ou executado sumariamente, uma vez que, não sendo considerado nem humano nem cidadão, nada o protege.

Atravessamos um momento difícil, de enormes retrocessos na pauta dos direitos humanos, lutando contra a maré, contra interesses variados, que insistem em dizer que os direitos humanos servem apenas para defender bandidos e não os homens de bem, não se aceitando que presos adultos ou adolescentes em conflito com a lei tenham direitos. Como psicólogos, não podemos compactuar com este processo.

Referências

- Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioridade. (2015, 02 de julho). *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)*. Acesso em 29 de agosto, 2015, em <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1480-apos-manobra-cmara-aprova-proposta-para-reduzir-maioridade.html>
- Arantes, E. M. M. (2008). *A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência no Brasil da categoria de “menor abandonado”*. Acesso em 16 de agosto, 2015, em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A_reforma_das_prisxes.pdf
- Brito, L. M. T. Redução da maioridade penal, para quê? In *Redução da idade penal: socioeducação não se faz com prisão*. Acesso em 16 de agosto, 2015, em http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/reducao-da-maioridade-penal-socioeducacao-nao-se-faz-com-prisao.pdf

⁸ <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/08/relatoriocaravanas.pdf>

- Câmara rejeita PEC que reduz maioria penal para crimes hediondos. (2015, 01 de julho). *Câmara dos Deputados*. Acesso em 29 de agosto, 2015, em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/491397-CAMARA-REJEITA-PEC-QUE-REDUZ-MAIORIDADE-PENAL-PARA-CRIMES-HEDIONDOS.html>
- Cardozo, J. C. S. (2012) A tutela dos filhos de escravas em Porto Alegre. In *Revista Latino-Americana de História*, 1(3), 88-89.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2013). *Redução da idade penal: socioeducação não se faz com prisão*. Brasília, DF: Autor. Acesso em 16 de agosto, 2015, em http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/reducao-da-maioridade-penal-socioeducacao-nao-se-faz-com-prisao.pdf
- Jovem negro é acorrentado nu em poste por grupo de justiceiros. (2014, 03 de fevereiro). *Pragmatismo Político*, Acesso em 16 de agosto, 2015, em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/jovem-negro-e-acorrentado-nu-em-poste-por-grupo-de.html>
- Holloway, T. (2009). O calabouço e o aljube do Rio de Janeiro no século XIX. In C. Nunes, Flávio Sá, M. Costa, & M. Bretas (Eds.), *História das prisões no Brasil*, Rio de Janeiro: Rocco. Acesso em 27 de agosto, 2015, em http://www.academia.edu/202170/O_Calabouco_e_o_Aljube_do_Rio_de_Janeiro_no_sculo_XIX
- Lei 8.069*, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Machado, M. (2014, 02 de setembro). *Aluno é barrado em escola municipal do Rio por usar guias do candomblé*. Acesso em 27 de setembro, 2015, em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/aluno-e-barrado-em-escola-municipal-do-rio-por-usar-guias-do-candomble.html>
- Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada*. (2015, 16 de junho). Acesso em 27 de setembro, 2015, em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html>
- Menor é agredido por pedestre em frente a shopping no Rio*. (2015, 25 de junho). Acesso em 27 de setembro, 2015, em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menor-e-agredido-por-pedestre-em-frente-shopping-no-rio-veja-video.html>
- Polícia do Rio mata e fica impune conclui relatório*. (2015, 04 de agosto). Acesso em 27 de setembro, 2015, em https://www.vice.com/pt_br/read/a-policia-do-rio-mata-e-fica-impune-conclui-relatorio-da-anistia-internacional

- PM assume escolas e impõe disciplina dos quartéis (2015, 18 de agosto). *Revista Forum*. Acesso em 27 de setembro, 2015, em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/08/pm-assume-escolas-e-impoe-a-disciplina-dos-quarteis/>
- PM do Rio impede adolescente da periferia de ir às praias da zona sul. (2015, 25 de agosto). *Folha de São Paulo*. Acesso em 29 de agosto, 2015, em <http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/08/1673548-pm-do-rio-impede-adolescentes-da-periferia-de-ir-as-praias-da-zona-sul.shtml>
- Relator da redução da maioridade penal sugere aborto de bebês com ‘tendências à criminalidade’ no futuro. *Contexto Livre*. Acesso em 29 de agosto, 2015, em <http://www.contextolivres.com.br/2015/07/relator-da-reducao-da-maioridade-penal.html>
- Renan diz que alterar o ECA é mais eficiente que reduzir maioridade penal. *G1*. Acesso em 29 de agosto, 2015, em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/renan-diz-que-alterar-o-eca-e-mais-eficiente-que-reduzir-maioridade-penal.html>
- Waiselfis, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015. Adolescentes de 16 a 17 anos no Brasil*. Acesso em 27 de setembro, 2015, em <http://www.mapadaviolencia.org.br>

Mídia, cultura e arte: questões para o nosso tempo

Deborah Christina Antunes

O presente artigo visa a introduzir a discussão proposta para o simpósio “Mídia, Cultura e Arte” do XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO, realizado em Fortaleza em 2015, e iniciar um diálogo com os textos de suas simposistas presentes nessa publicação. O referido simpósio concerne ao eixo temático que objetiva acolher trabalhos e reflexões sobre as

formas como a mídia afeta as subjetividades e relação entre as diversas expressões artísticas e os processos de subjetivação na sociedade contemporânea. Acolhe trabalhos que discutam a respeito das redes sociais virtuais, papel das mídias na cultura atual, políticas públicas de comunicação, cultura do espetáculo, público x privado, virtual x real, formas de subjetivação contemporânea, estratégias de resistência e expressão. Acolhe ainda trabalhos que realizam a interface entre diferentes Políticas e Projetos Sociais e Culturais que têm como foco a garantia e promoção dos Direitos Humanos¹ (Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, 2015)

Realizarei aqui uma visão bastante geral, mas profundamente crítica, acerca da relação entre os meios de comunicação e a formação do sujeito contemporâneo, pensando, ao final, junto com Isabella Ferreira, Nancy Lamenza e Katia Maheirie, os problemas e as potencialidades que tangem tal questão.

A revolução tecnológica dos meios de comunicação de massa é uma realidade imposta na contemporaneidade e que se configura como um caminho no qual não há retorno, frente aos avanços e à popularização dos diversos aparatos que surgem diariamente e visam a facilitar a comunicação entre as pessoas. O mundo tem assistido a uma explosão de invenções de diversos aparelhos, tais como os chamados *laptops*, *smartphones* e *tablets*. Eles conjugam em uma única interface a *possibilidade de receber informações, de enviar informações e de atuar de modo interativo* com pessoas ao redor do mundo. No ano de 2011, a organização

¹ Descrição do eixo temático *Mídia, cultura e arte* - XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO..

de grupos de pessoas que usaram essas plataformas, com acesso à rede mundial de computadores e às assim chamadas redes sociais virtuais, a fim de realizar manifestações sociais políticas apartidárias chamou a atenção de intelectuais e de chefes de Estado do mundo todo:

Houve algo de dionísio nos acontecimentos de 2011: uma onda de ca-tarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o *Twitter*, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores. (Carneiro, 2012, p. 9)

A referência aqui são os diversos movimentos realizados com força em países como Portugal, Espanha, Grécia e Estados Unidos, e que ficaram conhecidos como *Occupy*. Importante mencionar que tais movimentos também ocorreram no Brasil, embora em menor amplitude ou de forma menos divulgada pelas mídias tradicionais, e têm se dado como forma contínua de articulação². De acordo com Carneiro, “em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, *uso de redes de comunicação alternativas* e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional” (2012, p. 8 – grifo meu). Essas manifestações seriam uma forma de um novo despertar de euforia política em contradição com o “individualismo” que reina na organização social atual ilusoriamente contínua e “sem contradições”, contudo carente de projetos efetivamente coletivos para o futuro. No ano de 2013, os protestos articulados pelo Movimento Passe Livre em todo o Brasil também fizeram amplo uso dos meios de comunicação de massa digitais (Judensnaider, Lima, Ortellado, & Pomar, 2013), e ainda hoje protestos das mais variadas vertentes – das mais liberais às mais conservadoras – encontram no meio digital o ambiente propício para comunicar ideias e organizar encontros e manifes-

² Embora sem a mesma magnitude dos movimentos ocorridos em outros países, no Brasil esse movimento possui a “peculiaridade de mobilizar setores da juventude e de excluídos sociais, alvos, em 2011, de uma sistemática repressão policial, desde as marchas da maconha em São Paulo e da entrada de tropas de choque na USP até a expulsão dos moradores do Pinheirinho e dos projetos higienistas no centro das capitais” (Carneiro, 2012, p.12). Outros exemplos brasileiros são o “Ocupa Sampa” e o “Ocupe Estelita”. Para mais informações sobre esses movimentos, acessar os sítios eletrônicos: <https://ocupasampa.milharal.org/> e <https://direitosurbanos.wordpress.com>

tações políticas. Há também aqueles que buscam nas mídias digitais novas formas artísticas e estéticas, na fronteira entre arte, ciência e tecnologia, onde espaços novos de pensamento poderiam surgir de maneira crítica, pensando a arte por meio de novos recursos (Rodrigues, 2012).

Afinal de contas, quais as reais potencialidades dessas mídias digitais em termos de possibilitar a existência de sujeitos capazes de realizar movimentos emancipatórios, políticos, artísticos e mesmo revolucionários na luta por direitos humanos e libertação?

Os meios de comunicação e a formação da consciência

Não é de hoje, ou com o surgimento das chamadas novas mídias, que a comunicação é essencial para compreender o fenômeno humano. Ela define a passagem, desde os tempos antigos, do individual ao coletivo e serve à promoção da socialização, assim como à formação das identidades e decorrentes processos de subjetivação. É na alteridade que o homem adquire consciência de si, interioriza comportamentos e se forma enquanto sujeito de dada sociedade e em dado momento histórico. Contudo, os modos como tal comunicação se dá, as formas com as quais ela se encontra mediada, implicam, inclusive, transformações da consciência humana. Baseando-se nos estudos de McLuhan³, Aranha (2006) apresenta três etapas da evolução da humanidade, a partir de seus meios de comunicação. A primeira etapa é marcada pela comunicação oral dos povos e é anterior ao advento da escrita; nela, a comunicação é marcada pela presença e pelo vivido, havendo o predomínio da consciência mítica. A segunda é marcada pela escrita – apesar de inicialmente restrita a pequenos grupos e apenas posteriormente no século XVI socializada com a invenção da imprensa; o advento da escrita teria proporcionado o distanciamento necessário para a atitude reflexiva e para o desenvolvimento da consciência crítica, o que teria intensificado o processo de individuação marcado

³ Embora com ideias muito criticadas, McLuhan teve o mérito de suscitar, na década de 1960, vários debates sobre os meios de comunicação. Quando afirmou que “o meio é a mensagem”, ele inverteu o núcleo de atenção dos estudiosos e indicou que mais importante do que o conteúdo de uma mensagem é a análise de seu veículo. (Aranha, 2006). Por isso, compreende-se que é importante analisar os canais de comunicação utilizados ao se estudar determinada cultura: eles implicam os modos de recepção e também de subjetivação e identidade.

pelo confronto das ideias do sujeito com ideias alheias. A terceira etapa surge com o advento dos meios de comunicação de massa no século XX, tais como o rádio, o cinema e a TV. Aqui, o grande volume de informações influenciaria de modo marcante o homem contemporâneo. Quais seriam os efeitos dos meios de comunicação de massa? Que tipo de influência eles exercem na formação do homem contemporâneo?

Aranha (2006) indica que essa influência é ora positiva – quando possibilita a ampliação dos horizontes e ajuda a superar estereótipos -, ora negativa – quando homogeneiza e descaracteriza a cultura, em especial determinadas culturas tradicionais solapadas pela imposição de culturas imperialistas. É nessa direção que Adorno (1995) também reconhece o duplo papel da televisão, por exemplo. Para ele, a televisão poderia se colocar diretamente a serviço da formação cultural, como é o caso das TVs educativas. Por outro lado, ela teria – no caso das transmissões sem objetivo educacional explícito, como as de entretenimento e notícias – uma problemática função deformativa em relação à consciência das pessoas; contribuindo para divulgar ideologias e para dirigir a consciência dos espectadores em determinado sentido.

Indústria cultural e estereotipia

A partir dos avanços tecnológicos e científicos, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, os meios de comunicação ganham uma forma cada vez mais eficaz de atingir um número cada vez maior de pessoas. Há, nesse período, o advento dos meios tecnológicos de comunicação de massa com invenções como o telégrafo e o rádio. Trata-se de um terreno perfeito para o surgimento daquilo que Horkheimer e Adorno (1985) denominaram “Indústria Cultural”. Na *Dialética do Esclarecimento*, os citados autores se remetem ao convertimento da cultura seja popular, seja erudita em um nicho da produção industrial. Com o advento da Indústria Cultural, os bens culturais passaram a ser veiculados de forma massiva pelos meios de comunicação, transformando-se em meros bens de consumo. Desse modo, ocorreu a transformação da cultura e da arte em mercadoria. A questão aqui é que a arte, tal qual as diversas manifestações culturais, tem uma força crítica que decorre de sua oposição à sociedade. Entretanto, como aponte em outra ocasião (Antunes, 2014), essa força

crítica parece ser neutralizada quando é assimilada comercialmente pelas massas. Isso por dois motivos basilares: (a) a participação intelectual, a reflexão ativa no ato de consumo é vetada ao consumidor dos produtos da Indústria Cultural; (b) a forma original da “arte” assimilada pelas massas não é conservada, mas sim adaptada segundo padrões mercantis com o objetivo de ser vendida/consumida prontamente; nesse processo, se arruinam suas características constitutivas de oposição.

Ao consumir os “produtos culturais” sem a possibilidade da reflexão que caracteriza o processo formativo, os consumidores “aderem” aos valores invariavelmente propagados pela cultura industrializada. Se, como mencionado inicialmente, os meios de comunicação se relacionam diretamente como nosso processo formativo, com o advento da Indústria Cultural, a subjetividade acaba por ser construída no âmbito da circulação e do consumo de mercadorias culturais. Isso não significa que os sujeitos não deixem de existir, mas o que ocorre é a existência de um “sujeito da adequação”, como apontado por Maar (2000, p. 90), que se apresenta com o desenvolvimento de uma falsa consciência. É importante lembrar aqui que Adorno diferencia formação (*Bildung*) e semiformação (*Halb-bildung*). Em termos gerais, a primeira se constitui pela “experiência, a continuidade da consciência em que perdura o ainda não presente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo”, enquanto a segunda se caracteriza por “um estado informativo pontual, desvalorizado, intercambiável e efêmero, e que se deve destacar que ficará borrado no próximo instante por outras informações” (Adorno, 1992, p. 51)⁴. Tal subjetividade marcada pela semiformação representaria uma mediação deficiente entre o universal e o particular, na qual o segundo desapareceria pela imposição do primeiro. (Antunes, 2014).

Esse processo não se dá sem implicações maiores para a psicologia do sujeito, pois, ao aderir a uma ideia/produto de modo irrefletido, esse sujeito passa a estranhar aqueles que não fazem o mesmo ou, ainda, aqueles que aderem a outros estereótipos. Cabe citar o conceito de falsa-projeção (Horkheimer & Adorno, 1985). Ele se caracteriza por um mecanismo de defesa com papel fundamental na psicologia daqueles que se pautam pela visão estereotipada de mundo. O que falta à falsa-proje-

⁴ Adorno, T. W. (1992). *Teoria da semicultura* (N. Ramos-de-Oliveira, Trad.). Araraquara: UNE-SP. (mimeo.).

ção é a diferenciação entre o mundo interno e o externo, é a capacidade de reflexão e afastamento necessários para a formação do eu. Na falsa-projeção, o que é projetado no outro como “estranho” não pertence ao indivíduo, mas à cultura que faz do próprio processo de identificação, de tornar-se sujeito, falso. Os sujeitos consumidores dos produtos e das ideologias da Indústria Cultural não se tornam, nesse processo, indivíduos autônomos e livres, embora tenham introjetado ideias e valores específicos.

Está dada a forma contemporânea de propagação dos preconceitos, das visões estereotipadas de mundo e da divisão social do mundo em endogrupo e exogrupo. Adorno et al. (1969) compreenderam que essa visão é simbólica do sujeito autoritário. Foi desse modo que Horkheimer e Adorno (1985) denunciaram a Indústria Cultural como produtora de pessoas potencialmente fascistas, antidemocráticas – até mesmo e principalmente em sociedades liberais e consideradas democráticas.

Em uma das etapas dos estudos sobre o rádio realizados por Adorno (2008), ele pensou a existência de um “novo tipo antropológico de homem”, com base nas características dos meios através dos quais as subjetividades se formavam ao receber as informações. A esse tipo ele denominou *radio generation* e descreveu como segue:

Ele é o tipo de pessoa cujo ser está no fato de que ele não mais experiencia qualquer coisa por si mesmo, mas deixa o aparato todo poderoso e opaco ditar todas as experiências para ele, isso é precisamente o que impede a formação do *ego*, mesmo de uma “pessoa”. (Adorno, 2008, p. 465)

Cinco mudanças aconteceram na sociedade tardio-capitalista e teriam levado ao desenvolvimento subjetivo da geração do rádio: a falta de imagens artísticas oferecidas às crianças; a mecanização dos objetos; uma mudança estrutural no processo de trabalho; a desintegração da autoridade familiar e a quantificação tecnológica do corpo (Adorno, 2008).

O diagnóstico de Adorno (2008) é trágico, mas, se é na tragédia que também se encontra a força de libertação, ele mesmo apresenta a ideia de que o ponto de partida para a transformação desta sociedade não deve ser encontrado fora dela, mas na própria natureza da sociedade que se sedimenta nos sujeitos. Segundo ele, a ausência de algumas habilidades que outrora se revelavam nos sujeitos não ocorre sem a liberação de outras; aquelas passíveis de realizar mudanças que não seriam possíveis an-

teriormente, de acordo com o estado da sociedade e do sujeito que nela se desenvolve. Adorno aponta que a quebra de um indivíduo fechado em si mesmo é a principal característica que deve ser levada em consideração para se pensar as potencialidades desse novo homem. Será que as novas tecnologias de comunicação e interatividade seriam capazes de potencializar essas novas habilidades capazes de gerar transformação social? Quais mudanças antropológicas as gerações atuais estão sofrendo em virtude de suas novas formas e seus novos meios de comunicação?

Da virtualidade à arte da periferia e dos territórios: múltiplos tempos, espaços e possibilidades

Isabella Fernanda Ferreira, Nancy Lamenza S. Silva e Katia Maheirie nos ajudam a pensar tais questões. Em sua fala sobre “A ciber(cultura) e o redimensionamento da experiência (semi)formativa na produção artística de hiper(textos)”, Ferreira pensa a arte no ambiente digital virtual e o redimensionamento da experiência com a criação de obras coletivas mediada pelo aparato técnico digital. A autora apresenta o conceito de cibercultura e ciberespaço como o ambiente em que a interação humana adquire formas novas, fluidas, virtuais e ubíquas, onde tecnologia e interação humana se entrelaçam e associam, proporcionando uma espécie de “inteligência coletiva”, para posteriormente questionar essa concepção mediante uma análise minuciosa acerca da construção de ciber-romance, ciberpoesia e cibernarrativas – novas formas de produção coletiva de hipertextos virtuais – obras-processo sempre em estado inacabado.

Se, como apontado anteriormente, os meios de comunicação agem diretamente na formação da subjetividade daqueles que através deles se relacionam, está apropriada a compreensão de Ferreira de que “o redimensionamento, tanto das técnicas como das formas estéticas, termina também por atribuir características diferentes na esfera subjetiva da criatividade dos seus artistas” (Ferreira, 2015, P. 295). Isso porque tanto o aparato técnico, quanto a subjetividade têm características específicas concernentes ao seu tempo objetivo, social, econômico, tecnológico e histórico. Conforme a autora, as características específicas dos meios digitais virtuais, por meio dos quais ciberpoemas, ciber-romances e cibernarrativas são produzidos, determinam também certo “redimensionamento

do processo subjetivo de criação”. Para ela, anteriormente, tal processo estava fundamentado na exigência pela totalidade do processo criativo. A partir da era digital, ele se fundamentaria em um processo criativo fragmentado, pari passu à fragmentação do processo subjetivo inerente ao ato criativo - ao que se poderia comparar o trabalho em série na fábrica, onde o trabalhador é impedido do conhecimento de todo o processo de produção, que anteriormente dominava na manufatura. Com isso, a autora se coloca como radicalmente crítica da arte digital, denunciando os engodos de uma crença ingênua em seu potencial libertário, embora aponte a necessidade de realização de pesquisas empíricas aprofundadas com os grupos de artistas que a realizam.

É exatamente do empírico que parte Silva (2015), ao trazer para o debate as narrativas do Coletivo Neo muralista Neza Art Nel e da Associação Cultural Nós do Morro, o primeiro formado por artistas plásticos no México, o segundo por moradores da favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, com percurso no teatro. São grupos de artistas que não estão na “realidade virtual”, e buscam agir efetivamente no mundo material cotidiano por meio de suas intervenções através da estética da periferia que vai para além do próprio bairro, na proposição de um modo de viver outro como proposta estética que visa à alteração de consciências, ao rompimento de certa anestesia emocional e corporal, sensória, como luta e militância. Esse processo não se dá sem conflitos entre a busca por reconhecimento e a fidelidade à certa origem; conflito que ocorre a partir da consideração da existência de diversas esferas de poder, onde a própria arte tem a potencialidade, ela mesma, de subverter e pressionar a experiência numa outra direção, para além do já instituído.

É interessante como, na fala de Silva, o papel político de tais manifestações não se coloca somente em relação ao outro, àquele atingido pelas produções artísticas, mas primordialmente em relação àqueles que se colocam como os próprios artistas que, ao realizarem suas obras, se realizam também, reconfiguram sua própria relação consigo mesmo, sua história e sua sociedade – reconfiguram sua própria identidade na relação com o outro, consigo e seu olhar para o mundo.

O universo digital e a periferia se encontram e se entrelaçam no trabalho de Maheirie “O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em Assistência Social”. Nele, a autora parte de uma reflexão

sobre a arte, sua relação com o lugar de onde falamos e o devir, e pensa a estética – em sentido amplo - como uma forma de experiência correlata ao agir político como prática reconfiguradora da ordem existente, capaz de desnaturalizar a lógica da dominação em voga. Ela relata uma experiência de intervenção em um Centro de Referência em Assistência Social de Florianópolis onde se dá um trabalho de oficina de fotografia com jovens, que se utilizam de seus aparelhos celulares para a produção de imagens. Para Maheirie, essa produção de novas imagens que se dá através de um exercício e de um “estranhamento do olhar por meio da apropriação técnica” (2015, 328) é extremamente potente. Isso porque é capaz tanto de promover o fortalecimento de si mesmo enquanto indivíduo e enquanto coletividade, quanto possibilita a desnaturalização dos espaços e a invenção de novas possibilidades interpretativas desses espaços para além das visões estereotipadas existentes. Maheirie vê nessa experiência interventiva uma dinâmica de emancipação, na qual os jovens se vêem como artesãos, rompendo com o que lhes parecia caminho único no papel de trabalhadores assalariados.

Considerações finais

Mídia, cultura e arte se realizam neste momento histórico de múltiplas formas. O advento de novas tecnologias – sempre mais recentes, sempre mais novas – não anula a existência de formas estéticas “analógicas”, tampouco suas possibilidades e limites frente ao tempo presente que se reconfiguram. São múltiplos espaços-tempos que coexistem ainda que em um mesmo momento histórico repleto de contradições e lutas e que tornam esta sociedade cada vez mais complexa, tanto em termos de formas de dominação, quanto em termos de possibilidades de libertação. Poderíamos ser tentados a conceber, pelas reflexões de nossas duas primeiras autoras, que haveria um potencial libertador maior nas formas analógicas das produções artísticas, do que nas formas digitais - a primeira possibilitaria uma reconfiguração da identidade, de maneira crítica, baseada na experiência, enquanto à segunda restaria a submissão ao processo de semiformação. No entanto, o trabalho de Maheirie nos instiga a pensar nos usos das tecnologias e seus contextos, que poderiam possibilitar formas estéticas e políticas de reconfiguração da percepção, da existência e da vida em um âmbito político e emancipatório. Todas essas questões

precisam ser analisadas com muito cuidado, para não cairmos em um dualismo ingênuo sobre as benesses de determinadas formas artísticas, em detrimento de outras; e também para não acreditarmos, de modo pueril, na inocência da técnica que dependeria de seus usos. É preciso pensar em termos de racionalidades e suas apropriações como forma que inevitavelmente traz implicações ao conteúdo. Nesse sentido, a crítica precisa estar presente na análise da relação entre as formas e os conteúdos, entre os meios e os fins de cada expressão, na relação que cada manifestação artística estabelece com o momento histórico em que ela se realiza e se apresenta para nós. O grande potencial desse simpósio, frente às múltiplas análises e experiências apresentadas, está em não nos oferecer essas respostas, mas nos instigar a problematizar essas questões.

Referências

- Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. (2015). Eixos temáticos. *XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO*. Acesso em dia do mês, 2015, em http://www.encontro2015.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1038
- Adorno, T. W. (1995). Televisão e formação. In *Educação e emancipação* (pp. 75-95). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1971)
- Adorno, T. W. (2008). *Current of music: Elements of a radio theory*. Cambridge, Malden: Polity Press. (Original publicado em 1985)
- Adorno, T. W. et al. (1969). *The Authoritarian Personality*. New York: Norton. (Original publicado em 1950)
- Antunes, D. C. (2014). *Por um conhecimento sincero no mundo falso: teoria crítica, pesquisa social empírica e The Authoritarian Personality*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Aranha, M. L. A. (2006). Os meios de comunicação de massa. In *Filosofia da Educação* (pp. 67-71). São Paulo: Editora Moderna.
- Carneiro, H. S. (2012). Rebeliões e ocupações de 2011. In D. Harvey et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (pp. 7-14). São Paulo: Carta Maior; Boitempo.
- Ferreira, I. F. (2015). A ciber(cultura) e o redimensionamento da experiência (semi)formativa na produção artística de hiper(textos). *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 288-307). Porto Alegre: ABRAPSO Editora.

- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (G. A. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1947)
- Judensnaider, E., Lima, L., Ortellado, P., & Pomar, M. (2013). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.
- Maar, W. L. (2000). A produção da sociedade pela indústria cultural. *Revista Olhar*, 3, 84-107.
- Maheirie, K. (2015). O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em Assistência Social. *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 326-336). Porto Alegre: ABRAPSO Editora.
- Rodrigues, M. A. (2012). *Arte digital*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Acesso em 29 de setembro, 2012, em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8734/1/ARTE%20DIGITAL.pdf>
- Silva, N. L. S. (2015). Arte dos limites, limites da arte e releituras sobre identidade. *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 308-325). Porto Alegre: ABRAPSO Editora.

A ciber(cultura) e o redimensionamento da experiência (semi)formativa na produção artística de hiper(textos)

Isabella Fernanda Ferreira

Quem cria obras que são verdadeiramente concretas e indissolúveis, que verdadeiramente se opõem às oscilações da indústria cultural e da manipulação, é quem pensa com maior rigor e intransigentemente em termos de consciência técnica. (Adorno, 2001, p. 24)

O presente capítulo procura tecer uma análise com o auxílio dos escritos teóricos críticos, sobretudo de Theodor W. Adorno, acerca do redimensionamento da experiência técnica – intraestética e/ou extraestética – a que passa o sujeito ao produzir hipertextos com os suportes interativos propiciados pelo ciberespaço que interferem diretamente no processo criativo de obras caracterizadas como fluidas, como processuais porque construídas por uma inteligência que se pretenda coletiva.

Ciberespaço e inteligência coletiva como constitutivos da cibercultura

Com o advento das tecnologias da informação e, especialmente, a presença da internet como uma das centrais veiculadoras de informação, e promotoras de todo um aparato técnico que possibilita conexões que produzem um tipo específico de comunicação a distância – encontramos a produção de uma cibercultura. A cibercultura pode ser compreendida como um universal sem totalidade. Nas palavras de Lévy (1999):

O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas. Não quero dar a entender, com isso, que a universalidade do ciberespaço é “neutra” ou sem consequências, visto que o próprio fato do processo de interconexão já tem, e terá

ainda mais no futuro, imensas repercussões na atividade econômica, política e cultural. Este acontecimento transforma, efetivamente, as condições de vida em sociedade. Contudo, trata-se de um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta. (p. 111)

Segundo Lévy (1999), a cibercultura pode ser compreendida como um conjunto de técnicas tanto materiais como intelectuais que se manifestam no ciberespaço. Nesse sentido, podemos compreender que as implicações culturais originadas do ciberespaço compõem a cibercultura. De acordo com Mattozo e Specialski (2000, p. 1):

O termo ciberespaço foi utilizado pela primeira vez em 1984, na novela *Neuromancer*, do escritor de ficção científica William Gibson... Na concepção de Gibson, o ciberespaço aparece como uma “alucinação consensual”, formada pelo conjunto de redes de computadores, à qual os personagens conectam-se por meio de chips implantados no cérebro. A Matrix é a mãe, o útero da civilização pós-industrial povoado por diversas tribos, onde cowboys circulam sempre em busca de informações vitais para suas empresas ou suas vidas.

O ciberespaço está associado, conforme Saldanha (2001), à virtualidade do espaço que se manifesta em virtude do desenvolvimento da informática que produz novas formas de interação humana que se caracterizam por serem fluidas, virtuais e onipresentes. Tal conjunto constituído pela tecnologia e por essas interações humanas define as características do ciberespaço. Lévy (1999, pp. 92-93) esclarece-nos:

Eu defino o ciberespaço como o *espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores*. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço.

Para Saldanha (2001), além do conceito de ciberespaço, o que ajuda a elucidar a definição de cibercultura pode ser a definição de inteligência coletiva, uma vez que estaria alocada nela mesma a gênese intelectual do ciberespaço – que apresenta como consequência social a cibercultura. Especificado de outra forma, a inteligência coletiva seria a central característica das manifestações do ciberespaço, tornando-a central na cibercultura, que, definida de modo simplificado, nada mais é que a cultura produzida no ciberespaço.

A inteligência coletiva, segundo Lévy (1996, p. 68), desencadeia como determinantes essenciais um “macropsiquismo” que pode ser decomposto em quatro diferentes dimensões complementares, definidas como:

- uma conectividade ou um “espaço” em transformação constante: associações, vínculos e caminhos;
- uma semiótica, isto, é um sistema aberto de representações, de imagens, de signos de todas as formas e de todas as matérias que circulam no espaço das conexões;
- uma axiologia ou “valores” que determinam tropismos positivos ou negativos, qualidades afetivas associadas às representações ou às zonas do espaço psíquico;
- uma energética, enfim, que especifica a força dos afetos ligados às imagens.

Para que a inteligência coletiva presente nas obras textuais do ciberespaço se manifestasse, ocorreu o fenômeno de redimensionamento da cultura do texto impresso para uma cultura do texto virtual, ou seja, a transição histórica do texto para o hipertexto.

Do texto para o hipertexto e suas tipologias

Através de um breve itinerário histórico, da passagem da escrita antiga para a digitalização eletrônica do texto até a constituição do que citamos anteriormente de inteligência coletiva, é que podemos perceber com maior clareza esse processo de redimensionamento do texto e da experiência formativa:

Evoluindo quanto ao suporte material, passando pelo pergaminho e pelo papiro (e tomando a forma de rolo), a escrita encontra mais tarde a página (e as técnicas de paginação) e o livro na estrutura de códex. O manuscrito se estabelece e toda uma atividade de escribas e copistas acompanha o desenvolvimento da escrita. Durante muito tempo, ao longo de toda a Idade Média, o texto do manuscrito coroou uma série de evoluções na escrita e reinou praticamente absoluto. Até que surgiu a imprensa. (Saldanha, 2001, p. 43)

O surgimento da imprensa fez com que o livro permanecesse com a estrutura dos manuscritos, entretanto, promovendo uma nova experiência técnica de difusão que propiciou ao livro uma maior circulação e, com ela, possibilitando uma comercialização e manuseio até então nunca assistidos na história.

Estamos no início do século XV presenciando, com o surgimento da imprensa, a gênese de uma cultura de massa, de uma civilização de massa e standardização que perdurou até o século XVIII coexistindo com a cultura do manuscrito. Um período marcado pela coexistência da cultura impressa e da cultura do manuscrito e que, atualmente, se manifesta com a coexistência da cultura impressa e a cultura digital.

No que diz respeito, em específico, à cultura digital e com ela o texto digital, Saldanha (2001) considera que, sem um processo de intervenção criativa e subjetiva do escritor - esse seria tão somente a manifestação do texto impresso em outro suporte tecnológico – sendo, portanto, uma escrita eletrônica com as mesmas características das do texto impresso. Entretanto, quando essa escrita eletrônica associa formas de interação criativa e coletiva com o texto que somente são possíveis pelo suporte tecnológico presente no computador com acesso à internet, então, temos o que Levy (1996) denomina de processo de virtualização do texto. Tais processos de virtualização do texto hoje se manifestam em diferentes tipologias de hipertexto, como, por exemplo, o ciber-romance, a ciberpoesia, como também, as cibernarrativas.

Esses diferentes tipos de hipertexto – o ciber-romance, a ciberpoesia e as ciber- narrativas – são textos eletrônicos considerados virtualizados porque trazem em si mesmos o que definimos anteriormente como “inteligência coletiva” possibilitada pelo hipertexto que “mistura” o ato da escrita com o ato da leitura em uma espécie de leitura e escrita coletiva:

Assim a escrita e a leitura trocam seus papéis. Todo aquele que participa da estruturação do hipertexto, do traçado pontilhado das possíveis dobras de sentido, já é um leitor. Simetricamente, quem atualiza ou manifesta este ou aquele aspecto da reserva documental contribui para a redação, conclui momentaneamente uma escrita interminável. As costuras e remissões, os caminhos de sentido originais que o leitor inventa podem ser incorporados à estrutura mesma dos corpus. A partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de escrita. (Lévy, 1996, 46)

Nos três tipos acima já citados de hipertextos – o ciber-romance, a ciberpoesia e as cibernarrativas – ocorre essa mistura de atos imediatos de escrita e leitura possibilitados pela virtualização do computador, ou seja, o ciberespaço com seu suporte tecnológico com ferramentas interativas.

Saldanha (2001) explica que o ciber-romance, também conhecido como ciberficção, trata-se de uma narrativa que procura dar destaque à criação coletiva, na qual o texto é produzido por inúmeros leitores/escritores. É construída uma proposta de texto inicial pelo “escritor primário”, “escritor propositor”, como também, “escritor moderador”, e em seguida um grupo de interessados nessa proposta inicial vai contribuindo com outros “caminhos”, compondo o romance em um processo permanente de atualização do texto.

Desse modo, verificamos que o escritor que promove a narrativa em seu início possui um papel de moderador na participação dos leitores, que também são escritores na produção do ciber-romance, e que o faz se tornar algo distante do que inicialmente poderíamos denominar de autor, editor, e leitor, pois este tipo de confecção coletiva da obra transforma o escritor em leitor, o leitor em escritor, e ambos em editores.

Outra possibilidade de hipertexto, descrita por Saldanha (2001), seriam as ciberpoesias. A ciberpoesia ou hiperpoesia utiliza as ferramentas que a internet oferece para incorporar em seus poemas eletrônicos imagens digitalizadas, animações e até mesmo sons, alterando com isso a concepção de poesia caracterizada pelos limites impostos pelo suporte impresso. Temos uma poesia eletrônica que é criada com um suporte tecnológico que lhe permite a inserção, inclusive, de gráficos em três dimensões.

Sendo assim, Saldanha (2001) conclui que o texto confeccionado pelos ciberpoetas, não mais se limitam às palavras, visto que a potência imaginativa ganha novos estímulos – visuais e sonoros – que, integrados ao próprio poema, proporcionam meios para sensações e leituras imaginativas do poema, agora não mais sugestionadas apenas pela imagem, sonoridade, sentidos e dimensão espacial das palavras numa folha.

No que diz respeito às cibernarrativas, os processos de leitura e escrita também se misturam nesse processo de interação do leitor, que se torna um potencial escritor pelas ferramentas presentes no suporte tecnológico do computador quando este se virtualiza configurando um ciberespaço.

As cibernarrativas como os ciberpoemas e os ciber-romances se tornam obras processo porque permanecem constantemente inacabadas e, portanto, abertas a interferências dos seus leitores que são potenciais escritores. De acordo com Falci e Jardim (2007, pp. 1-2), as cibernarrativas apresentam completudes, ainda que temporárias:

Entende-se aqui como processo de construção a narrativa que permeia essas obras, a forma como elas são “contadas” e as relações estabelecidas entre aqueles que criam tais narrativas e aqueles que lêem essas narrativas. Os processos de construção narrativa são, segundo Paul Ricoeur (1994), o que permite ao homem perceber o tempo e, dessa forma, conseguir falar sobre o tempo, categoria fundante da experiência. Isso se deve ao fato de que as narrativas permitem estruturar o tempo numa configuração em que os fatos aparecem ordenados de determinada maneira, de modo a poderem ser contados com um determinado sentido. Entretanto, as narrativas só se completam quando há a presença do leitor, que se confronta com a organização narrativa sugerida e a reconfigura segundo a sua própria percepção, o que confere a essa relação o caráter de intersubjetividade. Assim, o ato de criação de uma narrativa é também um ato baseado na criação de um processo que exige, em alguma medida, o contato de autores e leitores em partes e momentos distintos da mesma, para que a narrativa apresente completudes, mesmo que temporárias.

No caso das cibernarrativas, verificamos também um constante “movimento relacional” entre os atos da escrita e os atos da leitura tanto no que concerne à produção criativa dos seus autores como no que se

refere à maneira como ela se apresenta materialmente pelo suporte tecnológico de características interativas no ciberespaço.

Compreendemos, desse modo, que a literatura produzida por uma tecnologia que faz sua escrita simultaneamente digital e virtual possui a característica da instabilidade no processo de sua criação coletiva. Atualmente, encontramos inúmeras definições conceituais do que sejam os hipertextos e suas diferentes manifestações, como já citamos anteriormente, o ciber-romance, a ciber-poesia, bem como as cibernarrativas. (Falci & Jardim, 2007).

Nessas tentativas de definições, uma questão que emerge como preocupação em comum é a de se compreender como ocorre o processo de produção dessas obras considerando as intervenções, que o suporte tecnológico a priori já realiza subjetivamente no artista, no que tange ao modo como será construído o seu processo criativo. Sintetizando de outra forma, a questão que nos é apresentada seria a tentativa de compreender as consequências para a experiência formativa no tocante ao processo criativo do artista, quando em relação com um suporte tecnológico, que de antemão já determina alguns princípios para a expressão da sua técnica, termina por influenciar o processo de manifestação da sua subjetividade, redimensionando-a. De que modo o aparato técnico apresentado pelo ciberespaço redimensiona a subjetividade no ato da manifestação da criatividade dos artistas no momento em que estão produzindo a sua arte?

O questionamento por nós apresentado só pode ser problematizado se levarmos em consideração um elemento comum que permeia tais produções artísticas (cibernarrativas, ciber-poesia e ciber-romance) que são produzidas no ciberespaço, isto é, o fato de todas poderem ser consideradas obras em constante processo e, por isso, abertas, fluidas, destituídas de permanente totalidade.

A ciberarte e o seu imperativo categórico da comunicação universal

As obras artísticas produzidas no ciberespaço, ao se apropriarem das ferramentas tecnológicas que a internet proporciona, redimensionam tanto as técnicas utilizadas para a produção de suas obras, assim

como as suas formas. Esse redimensionamento, tanto das técnicas como das formas estéticas, termina também por atribuir características diferentes na esfera subjetiva da criatividade dos seus artistas. Nesse processo, percebe-se uma relação dialética entre a tecnologia e a criatividade do artista, nas quais esses dois polos constitutivos das obras de arte no ciberespaço ora se negam, ora se reafirmam em uma constante simbiose.

Tal relação é presente em todo o processo de criação de uma obra artística e não somente nas obras artísticas presentes no ciberespaço. Todavia, para refletirmos sobre essa relação, faz-se necessário levantar as peculiaridades do suporte técnico proporcionado pelo ciberespaço, como também as peculiaridades do ato criativo dos artistas que produzem arte nesse espaço e que, por conseguinte, são ativos no processo de edificação da cibercultura.

Lévy (1999) assinala que o artista do ciberespaço é aquele que opera com virtualidades, pois seu trabalho consiste em um movimento constante de criação virtual, no qual é preciso arquitetar os espaços de comunicação com suas diferentes características. Podemos considerar dois tipos de mundos virtuais: o que denominamos de *off-line* e o que denominamos de *on-line*. O mundo virtual *off-line* é considerado “fechado” porque é limitado e editado, como, por exemplo, os CD-ROMs, ao passo que o mundo virtual *on line* é possível de ser acessado através de uma infinita rede aberta à interação e com ela à transformação e também à conexão com outros mundos virtuais. Embora consideremos a existência desses dois “mundos” virtuais, nossa reflexão se debruça sobre o mundo virtual *on line*, que traz consigo algumas características específicas na produção de suas artes.

Uma das características mais constantes da ciberarte é a participação nas obras daqueles que as provam, interpretam, exploram ou lêem. Nesse caso, não se trata apenas de uma participação na construção do sentido, mas sim uma co-produção da obra, já que o “espectador” é chamado a intervir diretamente na atualização (a materialização, a exibição, a edição, o desenrolar efetivo aqui e agora) de uma sequência de signos ou de acontecimentos ... Tanto a criação coletiva como a participação dos intérpretes caminham lado a lado com uma terceira característica especial da ciberarte: a criação contínua. A obra virtual é “aberta” por construção. (Lévy, 1999. pp. 135-136)

Para além dessa questão da constante interatividade, uma central especificidade da ciberarte seria o que Lévy (1999) denomina de ausência da figura do autor e da gravação.

Tanto a ausência da figura do autor como a ausência da gravação são características iminentes das obras artísticas presentes no ciberespaço, estas se tornam possibilidades em função das ferramentas que o suporte tecnológico oferece, sobretudo, pela internet. O declínio da gravação e o da imagem de um autor se esfacelam em virtude da interatividade característica da produção artística no ciberespaço (Ferreira, 2005).

Todos os receptores das obras artísticas no ciberespaço são, em potencial, autores pela possibilidade que as tecnologias do computador oferecem a eles de, ao receberem uma mensagem, poderem reestruturá-las, o que perpetua um movimento constante de criação coletiva. Tal criação coletiva, por sua vez, por desencadear um processo de universalização da totalidade somente por momentos até que outra interação ocorra, desencadeia o processo de declínio da gravação que estaria relacionada à capacidade da obra se perpetuar como a mesma, ou seja, de se conservar através dos tempos.

Nesse raciocínio, a obra de arte do ciberespaço seria uma obra “aberta” pela possibilidade de estar se reinventando constantemente e, portanto, desprovida de totalidade de conservação, e seria também universal pela possibilidade do acesso à produção artística garantida pela interatividade. A ciberarte estaria “marcada” pela interconexão e pela inteligência coletiva:

Para a cibercultura, a conexão é sempre preferível ao isolamento. A conexão é um bem em si ... Este é o imperativo categórico da cibercultura ... Os veículos de informação não estariam mais no espaço, mas, por meio de uma espécie de reviravolta topológica, todo o espaço se tornaria um canal interativo. A cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato. (Lévy, 1999. p. 127)

O imperativo categórico da cibercultura pela universalidade da comunicação também ocorre na ciberarte. Nesse sentido, compreende-se

que a obra de arte interativa produzida no ciberespaço alcança a sua universalidade à medida que se apresenta onipresente na rede. Porém, não se trata apenas de uma universalidade ao acesso de contemplação das obras, mas ao acesso universal quanto à possibilidade de se tornar um artista e interferir criativamente na obra acessada. Nessa interação coletiva, as obras de arte se tornam “abertas” porque deixam de possuir um fechamento de sentido causado pelo autor e deixa de ser uma obra que se possa conservar porque se metamorfoseia com o passar do tempo na rede.

Pensando sobre a mimese e a racionalidade na produção artística de hipertextos

A arte para conseguir expressar-se, ou seja, para conseguir alcançar aquela linguagem imediata que permite a expressão daquilo que nenhuma linguagem consegue expressar, esta necessita da tensão entre os elementos miméticos e racionais inerentes a ela. O elemento mimético permite ao indivíduo o encontro com o natural, com o encantamento, efetuando a apresentação do irracional, isto é, fornece a possibilidade da expressão do inconsciente, das sensações, dos sentimentos, do afeto que o artista consegue demonstrar, quando em contato com o natural, encontra por meio do elemento racional, ou seja, com o seu momento criador e organizador, ou até diria, de planejamento, a possibilidade de transformar em linguagem toda a sua irracionalidade. Porém, para que esta linguagem se torne concreta, para tornar-se objetiva, faz-se necessária à presença da técnica como o meio para a consolidação da expressão racional do elemento irracional que é a mimeses. (Ferreira, 2005, pp. 8-9)

Toda expressão artística, independente da sua natureza e do tempo histórico na qual está inserida a sua produção, necessita de dois elementos que são imanentes à sua constituição: a mimese e a racionalidade. A mimese se refere diretamente à manifestação da subjetividade do artista e à racionalidade ao modo como ele organiza tecnicamente toda a sua irracionalidade. Nessa relação, a técnica se constitui o elemento de mediação entre a mimese e a racionalidade dos artistas no momento da produção de suas obras.

Conforme Adorno (1988), esses dois elementos constitutivos na produção de uma obra artística devem se manifestar em uma relação dialé-

tica de permanente tensão, ou seja, não deve imperar nenhum elemento de maneira absoluta sobre o outro para que a obra produzida consiga ser verdadeiramente expressiva.

A garantia da permanência da tensão dialética entre os elementos miméticos e racionais na produção de uma obra de arte se apresenta cada vez mais obstaculizada pela problemática social a que Adorno e Horkheimer (1985) denominaram de indústria cultural.

A categoria de análise “indústria cultural” se trata de um conceito que busca investigar sobre toda a problemática da cultura que se apresenta massificada. Além de trabalhar com a problemática da massificação da cultura, o conceito “indústria cultural” está indissociável do conceito de “semiformação cultural”. Para Adorno e Horkheimer (1985), a presença objetiva da indústria cultural produz, ao mesmo instante, uma consequência subjetiva que eles denominam de “semiformação cultural”. Nesse sentido, as categorias de análise (indústria cultural, semiformação cultural e formação cultural) são totalmente integradas de modo a impossibilitar suas definições de maneira separada, pois, ao se tentar explicar uma, faz-se necessária a menção às outras. Talvez alguns trechos da definição *Kulturindustrie* (indústria cultural), presente no livro *Palavras e Sinais* (1995, pp. 237-238), possam auxiliar na compreensão desta categoria:

Com o termo consumo chegamos ao cerne da concepção ... de indústria cultural: na sociedade contemporânea, as produções do espírito já não são apenas também mercadorias como o eram outrora, mas tornaram-se *integralmente* mercadorias, isto é, são inteiramente orientadas – da concepção à apresentação – pelo regime do lucro.

A indústria cultural, além de deformar a produção e a circulação do conhecimento, invade também a área da estética, apoderando-se da arte, criando o que Adorno (1996) considera como sendo um falso artístico. Os produtos da indústria cultural sempre se repetem e se renovam, de maneira padronizada e uniformizada, cristalizando o fiel estado de coisas. Em um processo de identificação com o coletivo, o indivíduo almeja sentir-se seguro por meio dos “aplausos” que recebe da dominante ideologia, descartando o que ele teme, que nada mais é do que o pensamento capaz de possibilitar manifestações advindas do outro, promovendo muito mais

um processo de identificação almejado pela ideologia do que de diferenciação dentro do coletivo.

Para Adorno (1996), a indústria cultural otimizada pela reproduzibilidade técnica analisada por Benjamin (1993) seria a face objetiva da face subjetiva a que ele denomina de “semiformação cultural”, que é o paradoxo da formação cultural. Adorno, no seu texto “Teoria da semicultura”, definiu a semiformação cultural como sendo o

símbolo de uma consciência que renunciou a autodeterminação, prendendo-se, de maneira obstinada, a elementos culturais aprovados. Sob seu malefício gravitam como algo decomposto que se orienta à barbárie. Isso tudo não encontra explicação a partir do que tem acontecido ultimamente, nem, certamente, como expressão típica da sociedade de massas, que, aliás, nada consegue explicar mesmo, apenas assinala um ponto cego ao qual deveria se aplicar o trabalho do conhecimento. Apesar de toda ilustração e de toda informação que se difunde (e até mesmo com sua ajuda), a semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual, o que exige uma teoria que seja abrangente. (Adorno, 1996, p. 389)

Como já relatado anteriormente, as obras de arte no ciberespaço, e em específico citamos a ciberpoesia, o ciber-romance e a cibernarrativa, possuem duas características centrais: a ausência do autor e a ausência da gravação. Para os adeptos e otimistas dessas produções – podemos destacar como expoente Pierre Lévy – autor e gravação estariam alojados no declínio da totalidade das referidas obras, o que seria, nessa perspectiva, motivo para que elas conseguissem alcançar o seu status de universalidade. Estamos diante de uma obra de arte que renuncia a autodeterminação da autoria e da gravação em seu ato criativo.

A universalidade da ciberarte é consumada por centrais motivos, a saber: o declínio do autor e com ele da gravação; a onipresença da rede e com ela do acesso; e, por fim, as infinitas possibilidades de atualização dessas obras. Tais atualizações ocorrem por meio da interação e da imersão:

Enfim, a interação e a imersão, típicas das realidades virtuais, ilustram um *princípio de imanência da mensagem ao seu receptor* que pode ser aplicado a todas as modalidades do digital: a obra não está mais distante, e sim ao alcance da mão. Participamos dela, a transformamos, somos em parte seus autores ... A imanência das mensagens aos seus receptores,

sua abertura, a transformação contínua e cooperativa de uma memória-fluxo dos grupos humanos, todas essas características atualizam o declínio da totalização ... Quanto ao novo universal, realiza-se na dinâmica de interconexão da hipermídia on-line, na divisão do oceano mnemônico ou informacional, na ubiquidade do virtual no seio das redes que o transportam. Em suma, a universalidade vem do fato de que nos banhamos todos no mesmo rio de informações, e a perda da totalidade, da enchente diluviana. Não contente de correr sempre, o rio Heráclito agora trasbordou. (Lévy, 1999 p. 151)

Levando em conta que o declínio da totalização na ciberarte é uma característica imanente, isto é, constitutiva dela, faz-se necessário pensar o que tal peculiaridade traz de repercussão para o seu leitor-escritor no que diz respeito à sua experiência formativa no âmbito da estética.

Adorno (1996) define a semiformação – a condição subjetiva a que o sujeito se encontra frente ao processo totalitário da indústria cultural – como uma consciência que renuncia à autodeterminação.

Com relação à produção de obras artísticas, independente dessas realizadas no ciberespaço, tal renúncia da consciência à sua autodeterminação se realiza de modo consciente e também de maneira inconsciente. Um exemplo de renúncia à autodeterminação consciente é quando o artista já produz a sua arte pensando nas condições para que ela seja consumida pelo mercado; e um exemplo de renúncia à autodeterminação de maneira inconsciente seria quando o artista não está preocupado em produzir uma obra para ser vendida, contudo, termina por produzir algo estandardizado, por já apresentar os seus sentidos regredidos pelas obras da indústria cultural, que tem contato no cotidiano de sua vida.

Na produção da ciberarte, encontramos um elemento que configura uma “nova” forma de renúncia à autodeterminação da consciência que já se estabelece a priori pelo aparato tecnológico que impossibilita ao seu artista a totalidade da sua criação. Estamos diante de um processo de produção artística - imposto primeiramente pelo aparato tecnológico - de criatividade fragmentada.

Os otimistas de tal processo de criação argumentam que o declínio de totalidade da ciberarte proporciona a possibilidade de todos serem artistas, entretanto, não problematizam o que todos esses artistas perdem

de racionalidade e de mimese nesse processo no qual o aparato tecnológico minimiza essa participação em pequenos episódios de criação.

A minimização dessa participação criativa e, portanto, fragmentada, exige do artista uma formação técnica menos sofisticada – o que é empobrecedor no que se refere ao elemento racional de organização da mimese. Outra questão é que a própria manifestação da mimese também se apresenta compactada em fragmentos de expressão. Temos um conjunto de subjetividades fragmentadas sendo materializadas em obras.

Não estamos defendendo um argumento tecnofóbico que transforme a arte em um processo a-histórico que negue as transformações a que a sociedade vem passando com a inserção das novas tecnologias, mas sim problematizando a dialética em que tais processos apresentam para a formação dos artistas. Esses processos podem auxiliar na regressão dos sentidos de tais artistas e colaborar para a fetichização da ciberarte.

Com essa exposição fica-nos clara a exigência que Adorno (2001) anuncia sobre a necessidade de rigor com relação à consciência técnica na produção de uma obra artística para que ela consiga oferecer resistência ao totalitarismo da indústria cultural e, com isso, consiga ser concreta e indissolúvel.

Temos a clareza de que os artistas, que fazem uso desse aparato tecnológico para a criação de obras no ciberespaço, podem ter na sua história de vida uma formação artística técnica que lhes ofereça a habilidade para criar uma obra em sua totalidade. Porém, nesse contexto da ciberarte, tal formação deixa de ser uma exigência. A exigência da tradição, condição para a formação, deixa de existir imposta pela própria técnica.

Em Adorno, e com ele concordamos, uma das condições essenciais para a formação é a tradição que, com sua perda ocasionada pelo “desencantamento do mundo” (expressão weberiana), desencadeia um estado de carência de imagens e formas incompatível com a formação, pois a autoridade, ainda que não tão bem, efetuava a mediação entre a tradição e os sujeitos.

Não se trata aqui de procurar uma solução para a generalização da semiformação no passado, com a tradição refutando todas as possibilidades de produzir arte proporcionadas pelas tecnologias atuais, mas sim de não negar todas as conquistas efetuadas pela formação para a pro-

dução de obras de arte até então, procurando uma resolução no futuro, retomando o conceito hegeliano denominado *Aufhebung*. Este, que é o conceito da ideia de conservar a transcendência, o que significa conservar o já absorvido por meio da tradição e devolver algo mais, desencadeando um confronto que no plano objetivo esclarece, pois tal conceito já é em si mesmo uma expressão de uma superação que preserva – dito de outro modo, conserva os contrários utilizando o elemento negativo para obter um resultado positivo. Nisto, segundo Zuin, Ramos-Oliveira e Pucci (2000), constitui o seu trajeto histórico.

A problemática que estamos pontuando é que as técnicas presentes no ciberespaço para o desenvolvimento de obras de arte, que sejam “abertas” a todos os leitores que desejem ser também autores, já carregam em si mesmas a negação da *Aufhebung*, isto é, a exigência de uma formação que seja capaz de conservar a transcendência. Tal negação ocorre no mesmo instante em que é oferecida ao leitor a possibilidade de ser autor. A negação da conservação da transcendência chega ao seu apogeu quando se elimina totalmente a figura do autor e, com ela, toda tradição – autoridade que estabelece a mediação entre o sujeito e a produção da sua obra de arte.

Para explicitar sua ideia de fragmentação causada pela semicultura com uma aparência de totalidade, Adorno (1996, p. 405) apoia-se na seguinte afirmação: “O semiculto dedica-se à conservação de si mesmo sem si mesmo”, ou seja, o indivíduo acredita que possui uma cultura e trabalha para mantê-la, quando, na verdade, não a tem, pois a semiformação nega a este indivíduo tanto a experiência como o conceito, formadores da subjetividade e, portanto, meios para uma formação cultural. Cria-se, então, um indivíduo sem memória.

A memória, que necessariamente passa por uma dimensão histórica e, portanto, de tradição, exige do indivíduo a experiência e não uma fragmentação imposta pela semicultura como totalidade, isto é, uma fragmentação que impõe um estado formativo pontual, que desencadeia o que Adorno (1996, p. 405) expressou como: “É isso sem julgamento”, caracterizado como isolado, agressivo e conformista, carregando um potencial destrutivo da cultura, na medida em que gera a figura do medíocre que não se aprofunda e nem permite que o outro se aprofunde. Sendo assim, Adorno posiciona-se alegando que:

A semiformação é uma fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação que realiza na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos. Não é por acaso que o semiculto faz alarde de sua má memória, orgulhoso de suas múltiplas ocupações e da consequente sobrecarga. Talvez todo esse barulho que a ideologia filosófica atual faz em torno do tempo resulte deste ter se extraviado para os homens e, por isso, deva ser conjurado. (1996, p. 406)

A fraqueza, com relação ao tempo e à memória, é realizada de maneira explícita nas obras de arte produzidas no ciberespaço quando ocorre o redimensionamento do conceito clássico de universalidade de arte para o conceito de universalidade baseado na concepção de acesso à produção.

A concepção clássica de universalidade da arte está fundamentada na concepção de que uma obra de arte se torna universal à medida que, em diferentes tempos históricos – ainda que sendo a mesma e, portanto, conservada – possa ser reinterpretada de diversas formas. A universalidade da arte nessa perspectiva clássica está relacionada com a capacidade que uma obra possui de fomentar inúmeras reflexões, em inúmeros lugares, em diferentes épocas. Nesse aspecto, discordamos com os defensores otimistas da ciberarte que afirmam que uma obra de arte portadora de totalidade – autor e gravação – negaria a possibilidade da sua universalidade.

O entendimento sobre universalidade, na produção dos hipertextos, passa por um redimensionamento que atribui a característica de universal às obras de arte produzidas no ciberespaço não pela possibilidade de atribuição de diferentes sentidos que se perpetuam durante os tempos, mas estaria alocada na possibilidade de acesso à interferência no processo criativo. Trata-se, portanto, de uma universalidade sem totalidade a que Lévy (1999) denomina de “completudes mesmo que temporárias”. No entanto, está na totalidade a possibilidade de resgate da tradição e da ideia de conservação da transcendência. Nesse sentido, a ausência de totalidade se torna uma fraqueza em relação ao tempo e à memória e, desse modo, carrega em si mesma a potência semiformativa.

Uma problemática como essa não é passível de afirmativas sociais generalizadoras, já que os sujeitos que utilizam tais técnicas no ciberespaço para a produção de obras de arte como a ciberpoesia, o ciber-romance

e a cibernarrativa podem tanto fazer uso delas de maneira intraestética como de maneira extraestética.

A técnica pode ser, por um lado, intra-estética ajudando a arte como um meio para efetivar a sua expressão, ou, por outro lado, tornando-se extra-estética, ou seja, um fim em si mesma, desencadeando a plena integração da obra de arte no seio da indústria cultural, rompendo a tensão entre os elementos miméticos e os elementos racionais, destruindo sua dialeticidade, isto é, acabando com a sua possibilidade de expressão e gerando tão somente uma manifestação artística que é interpretada ilusoriamente pela sociedade como sendo expressão, mas na realidade é tão somente uma manifestação que não consegue se expressar. (Ferreira, 2005, p. 9)

O redimensionamento da técnica para a produção de hipertextos – ciberpoemas, ciber-romances e cibernarrativas – produz também um redimensionamento do processo subjetivo de criação que, se antes se fundamentava na exigência pela totalidade do processo criativo, agora se fundamenta na fragmentação do processo criativo que, por consequência, também é uma fragmentação do processo subjetivo que é inerente a todo ato criativo. Tal fragmentação se assemelha ao trabalho fabril em série, no qual os escritores não conseguem se visualizar ao final do processo como autores.

Efetuamos as seguintes ponderações com relação às sínteses postuladas pelos otimistas da ciberarte na produção de hipertextos – ciberpoemas, ciber-romances e cibernarrativas – já anunciadas durante o nosso capítulo:

As técnicas que proporcionam a interatividade virtual, ao se declararem como o motivo das obras artísticas no ciberespaço serem “abertas” porque oferecem a possibilidade de todos serem escritores em potenciais, negam no mesmo instante essa “abertura” no momento em que o a priori técnico fragmenta o processo criativo antes da sua manifestação. O acesso é “fechado” e não “aberto”, como afirma ser no que diz respeito ao processo de criação, exatamente porque o constrange tecnicamente, fragmentando-o.

Ao tratarmos da universalidade na ciberarte, ela é entendida como a consequência advinda da destotalização que as técnicas possibilitam, à medida que podem ser constantemente modificadas por meio do fluxo

de constantes interações de leitores que se tornam no mesmo instante também escritores. Nessa compreensão, ao se tratar do conceito de universalidade da arte, ela é apresentada como acesso à interferência e não como a possibilidade de a arte conseguir perdurar ao longo do tempo, podendo ser reinterpretada de inúmeras formas, sendo universal pelos sentidos que lhe são atribuídos pelo transcorrer dos tempos, entretanto:

O relacionamento da obra de arte com o universal torna-se tanto mais profundo quanto menos a obra tenha a ver explicitamente com universalidades; quanto mais se impregne com seu próprio mundo em destaque, com seu material seus problemas, sua consistência, sua maneira de expressar-se. Apenas atingindo o ápice da individualização genuína, apenas obstinadamente seguindo os desideratos de seu concretizar-se é que a obra se torna verdadeiramente portadora do universal. (Adorno, 2001, p. 25)

Embora denunciemos que as técnicas interativas para a produção de hipertextos tenham em si mesmas uma característica semiformativa porque exige a fragmentação, tal afirmativa não pode ser generalizada sem levar em consideração o conhecimento da formação artística que seus autores possuem ao utilizarem tais técnicas, o que impele essa discussão para pesquisas de cunho antropológico de tipo estudo de caso para a investigação desses grupos de artistas. Porém, aceitar a síntese de que essas formas de fazer arte no ciberespaço, em virtude das suas técnicas interativas, se tornem portadoras da universalidade e de um processo criativo “aberto” porque “fluxo” à medida que é “destotalizável”, também se configura como uma ingenuidade epistemológica diante da realidade macrosocial no que toca ao estado semiformativo dos sujeitos participantes porque iguala de uma maneira simplificada o conceito à realidade.

Nesse sentido, para Adorno, em sua obra *Dialética Negativa* (2009, p. 129), a “Identidade é a forma originária da ideologia”, e tal linearidade argumentativa produz pseudossínteses que, enquanto ideologia, desconsidera a não identidade do conceito e a realidade como processo histórico. Essa não identidade é uma construção humana e é, portanto, fundamentada em constantes contradições, havendo, nesse aspecto, uma dependência entre conceito e realidade, o que garante uma duplicidade para tal conceito que é desconsiderada na gênese da sua própria elaboração, tornando-se, dessa forma, ideológica ao afirmar que conceito e

realidade se coincidem. Eis aqui o engodo de tais afirmativas realizadas pelos otimistas dessas técnicas utilizadas no ciberespaço para a produção dos hipertextos.

A negação das pseudossínteses é um esforço da dialética negativa em resgatar tudo o que não está submetido à totalidade, isto é, aos fatos observados, rejeitando, dessa maneira, uma leitura sistêmica da realidade para – por oposto que aparente ser – elaborar uma análise macro da sociedade sem, contudo, retirar o conflito entre o particular e o universal. Isso justifica a nossa problematização conceitual com relação a tais afirmativas otimistas na realização das técnicas presentes na produção de hipertextos, e a nossa proposição de não recair em críticas generalistas divulgando a necessidade de pesquisas empíricas com os referidos grupos de artistas, e que se busque identificar a formação que a priori esses sujeitos possuem em um processo formativo anterior à utilização dessas técnicas que lhes são apresentadas pelo ciberespaço e como se estabelecem a relação de tais sujeitos com elas.

Referências

- Adorno, T. W. (1988). *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70.
- Adorno, T. W. (1995). *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adorno, T. W. (1996). Teoria da semicultura. *Educação & Sociedade*, 12(56), 388-411.
- Adorno, T. W. (2001). A arte é alegre? In N. Ramos-Oliveira, A. A. S. Zuin, & B. Pucci (Orgs.), *Teoria crítica, estética e educação* (pp. 11-18). Campinas, SP: Autores Associados/ Unimep/Fapesp.
- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, W. (1993). *Magia e técnica, arte e cultura: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas, Vol. 1, 6ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Ferreira, I. F. (2005). A questão da arte e da educação na cibercultura. *Resafe: Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, 5. Acesso em 08 de outubro, 2015, em <http://periodicos.unb.br/index.php/resafe/issue/view/619>

- Falci, C. H. & Jardim, G. (2007). Configurações das cibernarrativas a partir do conceito de imersão. *Lumina: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, 1(2)*, 1-14.
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Mattozo, V. & Specialski, E. (2000). O Ciberespaço e as redes de computadores na construção de novo conhecimento. *Revista Brasileira de Informática na Educação, 1(6)*, 1-9.
- Pucci, B., Ramos-Oliveira, N., & Zuin, A. A. (2000). *Adorno: o poder educativo do pensamento crítico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Saldanha, L. C. D. (2001). *Escrita, leitura e saber na cibercultura e suas relações com a educação*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, SP.

Arte dos limites, limites da arte e releituras sobre identidade

Nancy Lamenza Sholl da Silva

Por algum motivo estranho ou desejo desconhecido para enfrentar o desafio de relacionar estas três palavras: mídia, cultura e arte, recorreremos a Lispector (1999). Não é propriamente uma citação, mas uma apropriação e reciclagem. São fragmentos que surgem como um novo texto. São reverberações. O trabalho com as palavras me faz supor que é em mim, como um representante de nós, que devo procurar fatos irreduzíveis, mas revolta irreduzível também, a violenta compaixão da revolta. Eu sou o outro. Eu quero ser o outro. Porque quero que venha uma justiça um pouco mais doída. Uma que levasse em conta que a fala humana falha, que às vezes o silêncio é tão bruto que sobra apenas o indizível. A violência é o indizível e somente uma justiça um pouco doída ajuda a lembrar que nossa grande luta é a do medo. Não quero as coisas que foram se tornando as palavras que me fazem dormir tranquila: quero o áspero.

Durante o período em que vivi na Cidade do México, experimentei algumas impossibilidades, fatos e revoltas irreduzíveis. Contudo, a grande descoberta foi o indizível. Não um indizível qualquer, desses que surgem porque você não domina outro idioma. Porém, no distanciamento cultural, o reconhecimento de que somos iguais. Descobri a violência que cala porque produz ativamente a inexistência e se alimenta do medo. Fiz um doutorado em Estudos Latino-Americanos e foi a primeira vez que senti o mal-estar da civilização encarnado em minha história. Comecei a indagar como o chamado processo civilizatório ou de civilização destruiu civilizações. Entretanto, a destruição não veio somente do extermínio, mas da produção de um selvagem. A maior violência foi ensinar a conviver com diferentes projetos civilizatórios apenas para validar o que poderíamos chamar de projeto civilizatório “eurocêntrico”. Mesmo correndo o risco de perder a complexidade do contexto, o eurocêntrico é retomado como uma metáfora estratégica para sinalizar a coexistência de outros projetos civilizatórios que levamos à deriva do inatural. Podemos usar recortes étnicos

ou geográficos para ressaltar as existências que foram transformadas em inexistências através da negação do outro: o projeto africano, indígena, asiático, árabe, indiano.

Só uma justiça muito doida para ajudar a encontrar o terreno, o lugar, o espaço, o local. O terreno foi esvaziado, mas o vazio pode ser produzido como ausência, carência ou o não dito. Este trabalho deseja compartilhar experiências que tentam fazer da consciência do vazio uma descoberta da potência do não dito que gera um dizer para além da subalternidade. Não posso garantir que são experiências hegemônicas, amplas, representativas. Posso afirmar que são experiências germinadoras. É dessas subjetividades rebeldes que lutam com sua alteridade conformista que desejo falar. Começaremos pelas narrativas dos artistas que compõem coletivos e associações artístico-culturais. Aqui serão privilegiadas as narrativas do Coletivo NeomuralistaNezaArtNel e da Associação Cultural Nós do Morro. O primeiro é um coletivo de artistas plásticos da periferia da Cidade do México, formados pelo Centro Nacional das Artes; o segundo é uma Associação que trabalha com teatro na favela do Vidigal, na zona sul do Rio de Janeiro, formado por moradores com percurso profissional no teatro.

Entre discursos e narrativas

Há narrativa quando as histórias conservam seu poder germinativo e são radicalmente incompatíveis com informações autoexplicativas. As narrativas guardam o poder do estranhamento, as informações guardam o poder dos esclarecimentos. Acompanharemos artistas que se nomeiam, de um lado, como executores de uma arte não protegida e, de outro, como multiplicadores. Tais nomeações falam de uma posição com relação à arte.

Esses remedos, imitações ridículas ou grosseiras de vanguardas que existem atualmente já não inovam mais, não têm um compromisso com a sociedade, o artista converteu-se num profissional da publicidade, da autopromoção, um profissional que gera coisas estranhas, aparentemente obscuras, aparentemente estranhas. Servem para esse fenômeno que se chama arte ...e é um instrumento que serve para ratificar status, para dividir o culto do popular, para que os ricos se sintam ricos e mais especiais comprando uma obra que somente eles entendem. Pobre da massa estúpida que não entende a arte, por isso tem bem merecido o que possuem, são pobres, são idiotas, são feios. (Silva, 2008,p. 166)

O Coletivo trabalha a partir de uma ideia de arte de bairro e apresenta uma crítica ao que denomina covardia e traição da origem, através da qual identificam um medo que alimenta um neoexotismo que revela uma atualização da vergonha do colonizado; covardia e traição da origem que revela uma tensão entre a globalização e o local, entre a homogenização e a alteridade, entre a diferença e a identidade, entre a colonização, a pós-colonização. Este repúdio à cultura anterior gerou uma banalização das raízes e um vazio referencial. Banalização que faz perguntar: **se não nos percebemos como possuidores de nenhuma riqueza cultural, nenhum valor social, como buscar a legitimação de si sem recorrer à negação de sua origem?**

A estratégia proposta é conceber o artista como um executor de uma arte não protegida porque é uma arte que se encontra na rua e tem por objetivo criar pontes entre a obra e o público que não visita galerias, nem vai a museus. “Pintamos na rua porque nos interessa a gente que passa por aqui, a gente do bairro.” (Silva, 2008, p. 166) A arte deve assumir um compromisso com a realidade que se vive, a arte e seu executor devem ser uma arte que possa sofrer intervenções, uma arte que possa ser apropriada. “Com que intenção? Porque Neza Arte Nel é um bastião da identidade, o que querem é retomar e dar importância à identidade e falar de seu bairro e de todos os bairros” (Silva, 2008, p. 166). O Coletivo Neza Arte Nel afirma desde um fora que é dentro. Desde este contexto defende uma estética que possui o propósito de negar a ausência de valor. Tal estética não pretende colocar o popular como um novo culto, mas uma ideia de local que afirma uma experiência estética de bairro. Não é suficiente ocupar o bairro e intervir no bairro esteticamente. A arte de bairro é uma estética que pode e deve ser transportada para diferentes territórios. O Coletivo identifica na forma de viver da periferia uma estética da qual se apropria.

Observamos que existe uma proposta estética que busca alcançar uma consistência, todavia ao mesmo tempo esta proposta estética vem marcada pela lógica de bairro. Seja porque os artistas se definem por sua origem, seja pela valorização das expressões do bairro, seja por ocupar espaços do bairro ou espaços populares. O bairro são as pessoas, o lugar e o valor a ser trabalhado. Entretanto, o bairro, como valor de referência, não é uma tarefa fácil. Tomar consciência de seu valor é um

processo através do qual se transparecem muitos outros conflitos entre arte e cidade.

Estes conflitos exigem uma arte na qual o artista sempre está em estado de luta e principalmente exige que cuide de um fenômeno que o Coletivo denomina “covardia da origem”, que surge de forma clara no fragmento abaixo:

Ela foi uma pessoa que me entendeu quando estávamos na Esmeralda, porém algo que tinha é que era uma menina “desclassada”, diria que pretendia estar numa “parada” que não estava, numa fantasia que desejava estar ... desprezava os demais, como uma espécie de covardia da origem. (Silva, 2008, p. 180)

A covardia de origem gera a autotraição como artista. É uma crença de que, para ser um artista reconhecido ou um artista que tenha a oportunidade de entrar no mercado de arte, fosse necessário desfazer-se de sua origem e transformar-se num remedo, ou numa imitação barata da elite. Este fenômeno acaba por produzir uma arte manietada, subjugada por questões comerciais, e uma arte que não gera conflitos porque está submetida à indústria cultural, às galerias, ao curador, ao crítico de arte. Tal sistema obedece à manutenção de uma série de clichês de classe, em que a liberdade de uma arte sem referenciais sociais na realidade alimenta um classismo.

Não é lamentável buscar outras coisas, isso é legítimo, é importante conquistar coisas para ter um melhor nível de vida, porém definitivamente não te coloca num melhor nível de vida você trair a si mesmo e trair a sua origem, ao contrário, produz uma qualidade inferior de vida, te transforma num ente mesquinho e pouco criativo, porque o que te move é o medo, o medo de estar bem ...a criatividade ocorre na segurança e a segurança é a identidade que garante, é o fato de ser você mesmo, é o fato de acreditar que pode gerar coisas. (Silva, 2008, p. 180)

Os referidos elementos conflituosos são elementos que atualizam a questão ainda presente do exótico-folclórico versus o autêntico. Este neoexotismo que tem como base o bairro, ou no caso brasileiro-Rio de Janeiro, a favela, parece estar relacionado a uma questão mais ampla, que seria a vergonha do colonizado, cito :

Começa a existir uma vergonha, existe um medo da origem, da pobreza, da colonização, da derrota que teve o indígena, essa vergonha segue sendo muito forte, da pobreza ...seu pai é operário ...seu pai é camponês, um índio, baixinho, desnutrido, débil, ignorante. Esse horror à origem gera um fenômeno muito nefasto de repúdio à cultura anterior. (Silva, 2008, p. 182)

Tal percepção dos efeitos nefastos do repúdio à cultura anterior reforça a hipótese de que a legitimação, o reconhecimento e a visibilidade exigem um posicionar-se, exigem um território de referência. Quando este território está sobredeterminado de denominações que desqualificam e classificam, o vazio produz a necessidade de gerar algo próprio. **Se a confrontação com o outro produz um desvalor ou a negação de si, a busca da identidade é a busca de outra alteridade.**

Você vinha de um lugar junto ao cu da cidade, ao lixão, a um dos lixões da cidade que se enchia de pó, que nas chuvas era um lamaçal, que nos tempos de seca era um lugar de rodamosinhos de pó constantemente; um lugar que fedia a lixo, era um lugar que significava tudo de mau e então a surpresa, se gera um fenômeno de identidade muito forte. Sinto que é essa consciência de vazio que de repente faz com que se comece a gerar símbolos ...dizem os sociólogos que a identidade surge da apropriação de um lugar. (Silva, 2008, p. 183)

Apropriar-se para desenvolver a autoridade, para dizer o que nos constitui e nos caracteriza e o que não nos expressa. Desenvolver uma autoridade para definir-se exige a capacidade de construir estratégias de luta contra a imposição de critérios que partem de cima. Apropriar-se é desenvolver a capacidade de exercer o poder de realizar-se. **Nesta realização que desfaz o vazio, nos confrontamos com uma arte que ora surge como arte dos limites e ora, como o limite da arte.**

A arte dos limites tensiona, brinca e cria a partir dos princípios da igualdade e diferença, como afirma Miguel:

A questão local é muito importante ...é este revestir-se, do que tu és, essa valentia, de assumir-se com tudo, com suas limitações e virtudes ...uma cura, um bálsamo contra esse ódio e também contra essa ira da origem e do lugar no qual te tocou estar e também acredito que é importante ...este autor-reconhecimento, de ver-se como diferente e de gozar-se nessa dife-

rença e de gozar as diferenças e de solidarizar-se com as diferenças e de estar contra as imposições. (Silva, 2008, p. 184)

O autorreconhecimento é uma cura que exige como objetivo que a produção tenha o poder de intervenção na representação do lugar, na percepção do lugar e na vivência do lugar. A arte associada à produção simbólica não pode significar um descolamento da realidade social, senão uma intervenção que possa ressignificar e re-orientar as relações sociais. Nas palavras do Coletivo: “Não poderíamos aportar se não tivéssemos os pés bem plantados no piso do que somos” (Silva, 2008, p. 193). É uma arte dos limites na medida em que ao coletivo **“não interessa ficar na marginalidade e tampouco se integrar e perder a identidade”** (Silva, 2008, p. 194), não deseja através da arte de bairro se encapsular, a intenção é **afirmar a partir da margem** como uma forma de se ver desde fora e o de fora desde dentro. É construir uma percepção desde a margem, sem utilizar de forma mercantil a marginalidade, a carência e a pobreza. O jogo que se realiza com a margem é para definir o território de luta. É um projeto estético e psicossocial, porque a transformação do marginal em uma lógica artística gera um posicionamento identitário e outra elaboração de determinados fenômenos sociais marcados pela lógica da exclusão. É afirmar:

Disso que dizem não haver nada ou ser a falta de outra coisa que deveria ser; desse lugar falamos. Falamos a partir do pincel reciclado, do muro do metro, da tinta vinílica. Falamos a partir desse lugar, não para confirmar a pobreza do material, mas a inteligência da improvisação ...falara partir da margem é sair do ideal mediano, da classe média que se mantém na forma de vida mediana ...o ideal médio é o mundo da mediocridade ...sem grandes compromissos, sem grandes esforços, sem grandes ideais. (Silva, 2008, p. 195)

Podemos considerar que depois de tantas narrativas cabe uma pergunta: a arte não tem limites?

Entramos nos meandros dos regimes de poder. O coletivo coloca que relacionar-se com diferentes regimes de poder é “operar conjunturas”, no Rio de Janeiro, a Associação Cultural Nós do Morro fala da multiplicação, uma espécie de sistema estratégico de replicação. Nesta zona de contato entre a arte dos limites e o limite da arte, há um dimensionamento do poder da arte. É uma zona de contato que revela condições desiguais de troca, através das quais se constituem resistências, rejeições, assimilações,

imitações, traduções, subversões, conflitos, tensões. O poder da arte se confronta com a arte de poder.

Eu acredito que a arte conforta. Conforta no sentido da atitude. É denúncia. Não denúncia como arma, mas uma denúncia através do divertimento, do entretenimento, da pesquisa, da busca. Ela serve de reflexão. Mas ela está longe de resolver esta guerra na qual vivemos. Muito longe. E nem é da sua competência ... Ela ajuda a sobreviver. Acredito que é nesse sentido. Ela te ajuda a manter-se vivo. Mas não soluciona ... Eu acredito que é enfrentar o inimigo sem arma. Porém, é a muito longo prazo. (Silva, 2008, pp. 112-113)

O diferencial, a grande mudança, a grande transformação através desse projeto é justamente a atitude ... Acredito que a grande mudança social que nós podemos fazer não é somente na questão de que você tem essa oportunidade e vai se dar bem na vida. Não é isso! É sua atitude diante da comunidade, diante do coletivo. (Silva, 2008, p. 128)

O diferencial é manter-se vivo e a transformação por meio de uma atitude. A atitude associada à ideia de multiplicadores são referências de base que orientam o trabalho a ser desenvolvido. O principal trabalho é constituir-se a partir de uma filosofia de vida. É uma filosofia de vida que surge para garantir projetos de vida. Dar acesso a quem não tem acesso, dar oportunidade a quem não tem oportunidade é a chave da multiplicação. Contudo, **não se está falando somente da democratização dos meios de produção, ou da democratização da cultura. É a multiplicação de uma filosofia de vida, que inclui uma reflexão sobre o eu no mundo, o eu no coletivo.**

“A arte é compreender como um saber que é uma investigação, um porquê” (Silva, 1998, p. 182). A investigação formal é uma investigação sobre a vida, tanto vida social, como vida vivida como pessoal. Uma investigação que pretende uma transformação. Ser artista não é pertencer a uma companhia de teatro, desenvolver uma carreira pessoal, entrar no mercado, pintar uma obra, escrever um livro, ter sucesso, conseguir reconhecimento pessoal. **Ser artista é transbordar-se.** Ser artista é estabelecer contato e expandir-se. É como se exigisse da arte uma vocação pública. Ser público, tornar público.

No entanto, constituir uma filosofia de vida é um processo a longo prazo e coletivo. E, nesse caminho, encontramos assimetrias de experi-

ências e vivências que necessitam de tempo e espaço para amadurecer, configurar e reconfigurar. É nesse contexto que aparece a função de **formar cidadãos**. A arte estaria associada ao exercício da cidadania a partir da compreensão de que as descobertas formais levam a uma percepção diferente do dia a dia, a uma abertura da visão de mundo, proporcionando subsídios para mudar a realidade vivida, porque amplifica o imaginário e a capacidade resignificar. A cidadania é associada a uma consciência dos problemas mais próximos e cotidianos, que gerariam uma percepção mais ampla e geral dos problemas. **Acredita-se que mediante experimentações estéticas se possibilita uma forma de romper com uma anestesia emocional e corporal que fortalece o sentimento de inferioridade. Os movimentos artístico-culturais parecem defender uma ideia de luta e militância que seja sustentada pela reorientação e resignificação do afeto**, compreendida como um método para produzir o contato, o encontro e o confronto. A arte parece ser o suporte para alcançar diferentes objetivos. Objetivos políticos, sociais, educativos, subjetivos e formais. A arte não fala somente da arte, fala do ser humano, fala da socialização, fala do exercício de poderes, fala de sobrepor o hábito, o instituído.

Nós temos que estar trabalhando todo o tempo na questão da diferença porque um vem sujinho, e o outro não quer colocar a mão. Porque outro tem dentes cariados, ou quase não tem dentes na boca, ninguém quer dar a mão, ninguém quer estar perto. (Silva, 2008, p. 122)

Este exercício de arte do poder e poder da arte, que faz misturar cidadão com artista, ajuda a retomar os efeitos da violência. As marcas do corpo sujo, maltratado, ferido, com mau cheiro, são mais do que imagens, são experiências concretas que às vezes são associadas à violência intra-familiar ou à violência da pobreza. Mas são compreendidas com maior frequência como signo do abandono do outro e de si mesmo. Todavia, poderíamos perceber tais experiências como uma espécie de anestesia que domina o corpo. Parece que a narrativa está falando de corpos submetidos, corpos que perderam o poder de expressar-se e se encontram como vítimas da ausência de sentido. A insistente associação entre pobreza, violência e falta de higiene nos remete a um corpo vazio, que apenas reage e incorpora uma percepção de não valor. Por outro lado, existe um corpo que brinca. Quando brincamos, também nos sujamos. Quando damos a mão para brincar a uma criança sujinha e sem dentes, presenciamos a

contradição de corpos submetidos e corpos brincantes. Através de jogos de corpo e jogos de cena, a linguagem teatral coloca o corpo como suporte e produz efeitos diretos que bagunçam as relações entre submetimento e brincadeira. Por isso, funciona como uma intervenção, mais do que um controle pelo pedagógico.

Nesta tensão entre um ato pedagógico e uma intervenção, surge como tema repetitivo a questão da autoestima. E, toda vez que este tema surge, também aparecem perguntas: **Por que a preocupação com a autoestima num projeto sociocultural? Para que serve trabalhar a autoestima num contexto que pretende formar cidadão? Como podem produzir autoestima estratégias estético-formais?** Auto-estima talvez não seja a melhor palavra, mas talvez revele a falta de palavra. Então, melhor buscar para onde nos leva o remedo de palavra que surge do indizível.

A violência já é a própria pobreza ...porque é triste que uma criança, um pai em dia de chuva tenha que colocar um plástico no pé (porque sua rua é pura lama) ... isso já cria uma violência nele(a) , que é a violência aonde ele está ... o local é pobre. O banheiro (da escola) é pobre, é deprimente. Isso inconscientemente vai gerar um pensamento, que empobrece ainda mais o espírito dessa criança. Ela vai crescer tendo que ir ao banheiro e não poder se sentar ... porque não está cuidado ... sai do banheiro da escola e entra na rua que não está asfaltada ... essa violência que é sair de casa para trabalhar e ver a cidade bonita e você tem que voltar para a lama. (Silva, 2008, p. 125)

A lama e a periferia são imagens muito recorrentes para descrever os espaços populares. Entretanto, a lama, quando atravessa a fronteira e transita pela cidade bonita nos pés e na roupa dos moradores, o que aparece é algo que a cidade bonita não reconhece como sua, mas como uma marca do indivíduo que a carrega.

Intervir neste corpo com lama é trazer a violência da pobreza do local para fora desse registro que se apresenta como mera tatuagem. O espaço não é algo que se ocupa, é uma experiência que gera pensamento. O espaço comunica, expressa e produz sentimentos, raciocínios, percepções. Desmecanizar as relações entre o corpo e o espaço é uma estratégia estético-formal, representada aqui nos jogos de corpo e jogos de cena que compõem o projeto de teatro, que em alguma medida produz um efeito sobre o crescer tendo que ir ao banheiro e não poder sentar porque está sujo, depredado e deprimente. Entre as estratégias estético-formais

e os comportamentos sociais, existe uma área de trabalho que faz mover a “pobreza de espírito”, que tenta colocar em questão o sentimento e a crença na inferioridade.

A lama fala da cidade, do local e de como estão estruturados os serviços. A lama pertence à cidade, o indivíduo com lama pertence a uma cidade que ainda tem lama e sujeira. O sujeito brincante, quando encontra com o colega sujo no jogo de cena e de corpo, traz uma identificação com aquele que está sujo. A brincadeira aproxima e também gera reconhecimento. Precisamos de encontro, desencontro, reconhecimento, aproximação, confronto e estranhamento.

O que as ações artísticas e o sujeito brincante podem produzir de diferencial é a introdução da criatividade no espaço, ou da relação ativa, afirmativa com o espaço, seja o espaço de si, o espaço social, o espaço do outro.

O outro, representado pelo companheiro de seu grupo ou pelo mundo no qual está inserido, aparece como peça fundamental para a **busca do sentido corporal** que atravessa a convivência social. O teatro oferece uma dinâmica onde atuar é ao mesmo tempo perceber, mostrar, pensar e fazer. É um fazer carregado de sentido. E neste sentido, tornar o corpo presente e expressivo, dar corpo a suas sensações e pensamentos, incorporar sentimentos é uma tarefa da vida que o teatro potencializa. A potência do **teatro surge enquanto ato público**. Tal experiência de ver-se a si mesmo atuando e compartilhar esta ação com outro que assiste ou atua é uma **ação de aproximação e distanciamento**. Movimentos que proporcionam acomodações e questionamentos, que podem reafirmar o já vivido ou podem reconfigurar o que se pensava sabido ou podem dar forma ao que não se sabe e ao não vivido.

Ainda persistem muitas perguntas: **será que a arte tem tanto poder de transformação? Podemos perceber que as intervenções produzidas parecem estar centralizadas em ações sobre o indivíduo. Será indivíduo ou identidade?**

O conceito de identidade em tempos de multiculturalismo e diferença não tem sido visto como um discurso atual e potente. Contudo, revido as narrativas dos artistas dos movimentos artístico-culturais entrevistados, nos encontramos diante da exigência de problematizar o que estão

falando quando falam da “autoestima”, da “necessidade de ser algo”, “autorreconhecimento”; “trair a si mesmo”; “afirmação identitária”; “bastião de identidade”. A partir desta convocação, gostaria de retomar algumas reflexões com as quais as narrativas poderiam dialogar: a concepção de estigma como manipulação da identidade deteriorada de Goffman (1975); a identidade como verbo, em que a relação entre a posição e a reposição de mim constitui um constante processo de identificação apresentado por Ciampa (2004); identidades subalternas que se ancoram num modo de produção de “diferenciação desigual” proposto por Sousa Santos (2004).

Num primeiro momento, fica a impressão de que as experiências que narram os efeitos do desvalor poderiam servir como um campo de análise que pudesse realizar uma releitura do conceito de estigma, desenvolvido por Goffman (1975). Na medida em que através dessas narrativas os artistas partem do princípio de que são percebidos socialmente como pessoas portadoras de características que não coadunam com o quadro de expectativas sociais exigidas a um indivíduo considerado “normal”, podemos dizer que estão falando que são estigmatizadas. Portanto, são narrativas que falam de estigmas: estigma da favela, estigma do favelado, estigma da periferia, estigma do indígena, estigma do operário ou camponês, estigma do pobre, estigma de classe. Todas estas características encontram-se sobrepostas aos artistas. São reduzidos a tais características e tal redução marca as relações sociais que estabelecem. Logo, antes de serem vistos como artistas são vistos como favelados ou pobres. Descrevem processos de manipulação de uma identidade deteriorada. Sua arte tem que sobrepor estas características para que seja concebida como arte. Descrevem um processo pelo qual passam a ter que se posicionar sobre sua “origem” a fim de serem “aceitos socialmente”. Os artistas em questão fazem desta exigência uma luta.

Porém, como ressalta o subtítulo do livro de Goffman (1975), sua análise está centrada na manipulação da deterioração. Goffman descreve muito bem como deterioramos uma identidade a partir de relações normativas que desvalorizam determinadas características classificadas como “anormais”. Inclusive explica como as pessoas portadoras dessa característica estigmatizada desenvolvem estratégias de aceitação social que passam por processos de correções diretas e indiretas do ego e ganhos secundários com o estigma. Porém, não podemos identificar nas

análises de Goffman (1975) por que determinadas características são deterioradas e desvalorizadas e outras não são alvo desta deterioração e desvalorização. Porque a deterioração e o desvalor recaem sobre o negro, o favelado, o pobre, a mulher, o indígena? Citando Martín-Baró (2007), o problema sobre a influência social ou a facilitação social consiste em nos perguntar o que se facilita e o que se dificulta em uma determinada sociedade ou grupo social num determinado momento histórico e numa determinada pessoa. Dito de outra maneira, as influências sociais não são interferências assépticas, mas impactos valorativos sustentados em atividades e interesses em jogo, ou seja, toda influência é concreta porque potencializa ou obstaculiza determinadas ações de acordo com regimes e estruturas de poder.

Nas narrativas existe, para além da denúncia da manipulação e da deterioração, uma busca urgente, necessária e indispensável de um posicionamento de si que não reafirme a marginalização, mas que potencialize um fazer e falar a partir da margem. Aqui passamos a dialogar com Ciampa (2004).

Na linguagem de Ciampa (2004), eles tomam a “posição-de-si” (o seu ser posto) não como uma identidade atemporal e abrem este sistema de nomear as coisas através de estratégias de re-posição, que revelam a objetividade social ou as relações concretas que mediatizam os nomes confirmando, negando ou afirmando novas possibilidades. A identidade pré-suposta não é algo dado, mas um processo de produção que é o próprio processo de identificação. Seriam estratégias para romper com processos de substancialização das posições-de-si, romper com a identidade como substância. **Ruptura que permite um exercício identitário como verbo na medida em que as relações são estabelecidas pelo agir, pela prática.** Ao invés de pressupor a identidade do pecador antes do pecar, diríamos que “é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo” (Ciampa, 2004, p. 64).

Por isso, é pertinente e necessário o movimento de “negação da negação”, princípio que orienta o projeto do Coletivo NeomuralistaNezaArt-Nel. Este princípio não fala somente da lógica de conservação e paralisação do processo de identificação que é gerado pela negação ativa do outro, mas ao mesmo tempo tenta produzir uma afirmação. Uma afirmação que não segue as estratégias sociais apontadas por Goffman (1975), porque

um dos pontos que nega é o uso do próprio estigma como alavanca para a superação. Não é o direito de produzir a partir de uma identidade não normal, mas criar uma nova normatividade a partir de sua “origem”. Não é suficiente reconhecer que toda sociedade constrói expectativas normativas, não basta denunciar o desacreditável agregado a determinadas características, não se trata de aceitação social. Estamos no território dos direitos sociais e culturais. Não é aceitar minha diferença cultural como uma substância que enriquece e diversifica a cultura. Falar desde seu lugar ou local não é um ato de correção do ego, nem ganho secundário, é disputa política pelo direito de expressão. É questionar o próprio sentido de sociedade no qual vivemos desde os diferentes modos de viver, é o desejo de construir um campo de validação e de referências a partir de um território diferencial, não de um território ideal. São estratégias por meio das quais a luta se baseia na capacidade de redimensionar os territórios referenciais que favoreçam outro sistema de validação identitária. Não é a mesmice de mim já dada permanentemente, mas uma relação ativa e criativa com o “outro do outro”, uma “alterização da minha identidade”.

Tal alterização da identidade estaria relacionada ao que Sousa Santos(2004) destaca como nova relação entre o respeito á igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença. A igualdade não pode ser homogeneização, nem a diferença exclusão. Todavia, explorar esta tensão entre igualdade e diferença no campo da identidade e no contexto histórico de um povo colonizado não é um exercício fácil. Não acredito que a discussão sobre colonialismo irá dar conta de toda a complexidade deste campo, mas é uma dimensão que ainda merece ser trabalhada. Aqui interessa, principalmente, articular o colonialismo do poder e a subalternidade a fim de compreender por que mediações concretas constituem, sustentam, reproduzem e rompem a posição-de-si desvalorizada.

O outro do outro no contexto da subalternidade associada à ideia de um pós-colonialismo desenvolvida por Sousa Santos (2004) ajuda a tornar mais complexa essa discussão. Segundo o autor, a identidade moderna ocidental é, em grande medida, produto do colonialismo. No entanto, em se tratando do colonialismo português, existiria uma especificidade, o colonialismo subalterno. Portugal combinaria traços de colonizador e colonizado, tendo em vista que é um país semiperiférico no sistema mundial capitalista e sua cultura é uma cultura de fronteira.

A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele, pois contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem ... A identidade do colonizador é duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado ... Pode-se, pois, concluir que a disjunção da diferença é bem mais complexa no caso do pós-colonialismo português - uma complexidade que paradoxalmente pode redundar em conjunções ou cumplicidades insuspeitas entre o colonizador e o colonizado ... Ao contrário do pós-colonialismo anglo-saxão, não há um outro ... O outro-outro (o colonizador) e o outro-próprio (o colonizador ele próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas nesse caso a alteridade está ...dos dois lados da margem. (Sousa Santos, 2004, pp. 18-19)

O autor, com base em tais premissas, avalia que, neste sentido, seria mais importante a questão do colonialismo interno do que o pós-colonialismo, porque a independência, no caso do Brasil especialmente, foi uma das mais conservadoras da América Latina. Esta foi caracterizada pela oligarquia, o que ele chama de representante da colonialidade do poder que dispensa um colonialismo externo na medida em que já foi instalado um colonialismo interno. Nesse contexto, “é crucial responder à pergunta sobre quem descoloniza o que e como.”(Sousa Santos, 2004, p. 23)

Este colonialismo interno possui algumas características a serem enfatizadas e problematizadas: a indecibilidade do colonialismo português e a incomensurabilidade das diferenças. **“As identidades são sempre relacionais, mas raramente são recíprocas ... quem tem o poder para declarar a diferença tem poder para declará-la superior às outras diferenças em que se espelha.”**(Sousa Santos, 2004, p. 23) A identidade é, conforme o autor, um modo de produção de poder que denomina: diferenciação desigual. As identidades subalternas seriam, então, uma combinação entre o poder de declarar a diferença e o poder para resistir a uma declaração que demarca uma inferioridade. “Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade ... A identidade dominante reproduz-se assim por dois processos distintos: pela negação total do outro e pela disputa com a identidade subalterna do outro”(Sousa Santos, 2004, p. 24). Pensar os modos de produção da identidade dominante é defrontar-se constantemente com a ambivalência, porque a

negação total do outro só existe através de uma produção ativa da inexistência do outro. O desejo do outro adquire a forma de uma ausência abissal, de uma carência insaciável.

Entretanto, também podemos imaginar que a produção ativa de uma ausência ou de uma carência acaba por abrir a possibilidade de criar formas de resistências nas quais se produza ativamente uma negação da ausência e da carência. Uma resistência afirmativa desde uma exterioridade dessa subalternidade.

Seria este o esforço dos movimentos artístico-culturais cujas narrativas aqui apresentamos? Produzir uma experiência de exterioridade radical que possa ir além da sobreposição da subalternidade e abrir o terreno para um outro dizer? Seriam estratégias para romper o silêncio do indizível e uma diferença que reclama por uma semelhança que não seja mesmismo, mas identificação e reconhecimento? O lugar do qual falam poderia ser o das chamadas subjetividades rebeldes que, em contraponto às reformistas, reivindicam uma dimensão emocional no conhecimento?

Estas perguntas demandam voltar a pensar sobre os limites da arte e o poder da arte. Os limites e as possibilidades da arte passam por interrogações que o próprio campo da arte tem feito a si mesmo desde que se propôs como um campo autônomo, porque não é uma janela da realidade, mas uma dimensão da realidade. Ou seja, não é possível tirar a arte da vida. Porém, a arte apresenta um problema: sua necessária vinculação com o sensível. A arte, por sua relação intrínseca com a matéria, não pode sustentar-se em bases idealistas. E, por outro lado, por estar associada necessariamente ao sensível, exige outra relação com o universal, porque esta necessidade a faz deter-se nas particularidades múltiplas da contingência.

Ferry (1994) fala da autonomia da arte. Autonomia que produziu extremas investigações de linguagem e gerou muitas discussões com relação ao realismo e ao abstracionismo. Este novo contexto impõem outros desafios: para que serve a arte? Qual é sua função? Qual é sua relação com o mundo?

Nesta discussão entre realismo e abstracionismo, é fundamental retomar a posição de Nunes (1989), que afirma que abstrair significa envolver-se com o mundo movido das formas que somos capazes de

fazer. “Abstrair não é afirmar uma existência separada do mundo. A vontade artística, plasmadora, com a liberdade que conquistou, exerce, em relação com o universo extremamente mutável em que vivemos, o papel de domar as contingências.” (Nunes, 1989, p. 122) A arte como participante da produção de formas concretas da vida social possui uma característica singular: a autonomia da arte como liberdade de expressão e experimentação está inserida num contexto de busca de uma libertação.

Entre nossos modernistas, a libertação pode ser identificada com outros nomes. Andrade (1978) defendia a necessidade de um des-recalque das forças étnicas e Andrade (2000) acreditava na proposta da utilidade da arte através da construção de um artista comum como resultado da pesquisa, da atualização e da consciência. Boal (1996), que desenvolveu o Teatro do Oprimido, defendia um combate estético que deveria ser transbordado para a vida fora do teatro por meio da multiplicação e extrapolação. Multiplicação e extrapolação que se fazia através do jogo entre identificação, reconhecimento e ressonância. É um processo de atos de libertação no mundo que colocam em disputa imagens e posições de si, imagens e relações como o outro, imagens e relações de mundo.

Os movimentos artístico-culturais trazidos neste texto por intermédio das narrativas selecionadas são germinadores porque ajudam a identificar, problematizar e acreditar em caminhos desde a margem, em estratégias de exterioridade à subalternidade. Compartilhar estas narrativas constitui uma tentativa de multiplicação, ressonância e transbordamento. O encontro com tais narrativas proporciona consciência de muitas coisas não ditas e coloca a responsabilidade do trabalho com as palavras. Atualmente, em tempos de produtivismo, autopromoção e carreirismo, cada vez mais sinto a necessidade e dificuldade de falar a partir do coração do pensamento. Não é especificidade dos movimentos artístico-culturais construir e possibilitar uma dimensão emocional do conhecimento, a universidade também tem em algum lugar este compromisso. Afinal, ela possui uma origem a qual precisa retomar: a legitimidade do conhecimento. A legitimidade é sustentada na relação com a comunidade, o lugar, a cidade, o espaço, o território, o terreno. A universidade deveria se confrontar com a covardia e traição a sua origem, assim como seu medo de estar bem, alimentado por uma subalternidade do mercado e da mídia do saber. Trazer a universidade para este campo da mídia, cultura e arte não

é uma provocação, é uma convocação. É a tal justiça um pouco doida que busca o terreno, não a casa.

E, como começamos buscando o áspero, termino virando a página e novamente reciclo, só que agora reciclo a poesia de Benedeti (1986, 1991).

Ahoratengo fecha
Las preguntas y dudas convocadas
Son formas de nacerenlonacido
Soylo que soy porque losotrosson
Hay una historiaen cada amanecer
yen cada transparenciadel crepúsculo
Sin volver esta página
Nadiepuede ser alguien
Para cruzarlo o para no cruzarlo
Ahí está elpuente
Enlaotraorillaalguién me espera
Conundurazno y un país
Nunca he traído tantas cosas
Nunca hevenidocontanpoco
No vayas a creerlo que te cuentandel mundo
Enrealidadel mundo es incontáble
En todo esprovincia de ti
Enel mundo el abismo es un vicio.

Referências

- Andrade, O. (1978). *Do pau brasil à antropofagia e as utopias: manifestos, teses de concursos e ensaios*. (2º ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Andrade, M. (2002). O movimento modernista. In L. M. Hühne (Org.), *A estética aberta de Mario de Andrade* (pp. 29-94). Rio de Janeiro: UAPÊ.
- Benedeti, M. (1986). *Preguntas al azar*. Ciudad de México: Nueva Imagem.
- Benedeti, M. (1991). *Las soledades de Babel*. Ciudad de México: Punto de Letras.
- Boal, A. (1996). *O arco-íris do desejo: método Boal de teatro e terapia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ciampa, A. C. (2004). Identidade. In S. T. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.

- Ferry, L. (1994). *Homo Aestheticus: a invenção do gosto na era democrática*. São Paulo: Ensaio.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lispector, C. (1999). *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Martín-Baró, I. (2007). *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador, El Salvador: UCA.
- Nunes, B.(1989). *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática.
- Sousa Santos, B. S. (2004). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In H. B. Hollanda (Org.), *Cultura e desenvolvimento* (pp. 10-73). Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Silva, N. L. S. (1998). Quando o desejo de contar histórias se transforma em histórias de desejos: o teatro e os “Terapêuticos”. In *Cadernos do IPUB/ Instituto de Psiquiatria da UFRJ*, 12, 173-186.
- Silva, N. L. S. (2008). *Cartografías de los Nombres y de la imágenes Sociales: Los Usos Sociales del Arte em los Movimientos Artísticos-Culturales de Brasil y México*. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Estudos Latino-Americanos, Cidade de México: Universidade Nacional Autônoma do México.

O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em Assistência Social¹

Katia Maheirie

Ao falarmos sobre arte, objetivações e práticas artísticas, é importante atentarmos para o lugar de onde falamos e as capacidades provisórias, parciais e sempre em devir que nossos lugares disciplinares nos permitem e possibilitam.

Minha aproximação com a pesquisa neste campo temático se inicia no doutorado em Psicologia Social na PUC/SP, sob a orientação da Prof^a. Dra. Bader Sawaia. Na época, pesquisei a música como uma linguagem afetivo-reflexiva capaz de se fazer mediadora na construção de identidades coletivas (Maheirie, 2001). A psicologia sócio-histórica, em especial Vigotski, e autores da Etnomusicologia foram meus principais interlocutores na construção do potente argumento que põe a estética na inteligibilidade dos fenômenos da vida. De lá para cá, ampliando conceitos e autores, por meio da aproximação do pensamento de Rancière, tenho me debruçado na tese de que há sempre uma estética na política, focando o olhar nas práticas artísticas como experiências sensíveis que podem possibilitar a construção do coletivo, assim como a transformação de modos de viver e interpretar o mundo.

Não raras vezes, as objetivações e práticas artísticas provocam rupturas no universo sensível, desconfigurando lugares e abrindo outras possibilidades. Sob esta ótica, as experiências estéticas são como experiências nas quais sujeitos e coletivos constroem visibilidades, audibilidades e pensabilidades, configurando-se em modos específicos de viver e compreender o universo do possível (Rancière, 2010). Para Rancière (2010), é a ruptura no universo sensível que cria a abertura de possibilidades em um mundo partilhado.

¹ Este trabalho é fruto do projeto intitulado “Experiências Coletivas em Contexto do SUAS: oficinas nos CRAS”, o qual teve financiamento do PROEX - Universidade Federal de Santa Catarina. Agradecemos imensamente às equipes dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) Saco dos Limões e Rio Tavares, do município de Florianópolis (SC), por terem acolhido e participado ativamente deste projeto.

É importante frisar que, em Rancière, a estética deve ser compreendida em seu sentido amplo, para além das objetivações e práticas artísticas, apontando para seu caráter sensível e presente em toda a forma de ver, ouvir, sentir, pensar e agir humanos. Toda pensabilidade, audibilidade, visibilidade e invisibilidade são permeadas por uma concepção de mundo, com suas regras, configurações e partilhas. Vale alertar, assim, que ela não pode ser considerada como emancipatória em si, mas antes, é a forma como se compreende um mundo e, justamente, por isso, pode ser pautada em acordo com as configurações da partilha ou na sua ruptura, podendo restringir ou ampliar o campo dos possíveis.

A política está pautada no mundo sensível, ou seja, está pautada na estética, pois “a estética e a política são maneiras de organizar o sensível” (Rancière, 2010, p. 3). Sendo assim, as práticas políticas só se configuram como tal quando reconfiguram a ordem do sensível, na produção de outros olhares, ouvires e pensares (Rancière, 1996; Maheirie et al., 2012).

A atividade política “é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto ... faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Rancière, 1996, p. 42). Como a política reconfigura a ordem do sensível, ela é ato que desnaturaliza as lógicas de dominação, perturba a ordem, deslocando os lugares da divisão da partilha.

A partilha do sensível, conceito fundamental e título de uma obra de Rancière (2009), deve ser compreendida em dois sentidos. Por um lado, significa que partilhamos de um mesmo sensível, aquele que determina formas de ver, de ouvir, de sentir, pensar e agir que, em geral, naturalizamos. Por outro lado, também pode significar a divisão: o grande sistema realiza a partilha de forma a pôr cada um no seu lugar, mostrando para cada qual a sua função e, assim, delimita um possível e um impossível de se ser no seio da comunidade. Conforme o autor, nesta divisão sempre haverá um dano e é a denúncia deste dano tendo a igualdade como princípio que caracteriza a política como dissenso.

Desse modo, política, na concepção de Rancière, nada tem a ver com formas de gestão, mas ao contrário, é exatamente a perturbação desta forma estabelecida que, ao ser questionada, gera fissuras e rupturas, denunciando um dano na divisão da partilha. Como ato precário, a política seria um ato raro, mas poderia acontecer em qualquer lugar, em

qualquer situação ou em relação a alguma questão que indicasse uma verificação da igualdade, a verificação da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante.

As conexões entre estética e política são muitas e múltiplas, todavia, segundo Rancière, é possível afirmar que, embora nem toda estética seja política, toda política é estética. Para ele, isto não significa “estetizar a política”, mas dar visibilidade à “política como uma forma de experiência” (2009, p. 16).

Como as práticas artísticas se constituem dizeres que podem vir a configurar dissensos e alimentar a polissemia de sua condição? A arte é política

pela maneira como configura um sensorium espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de ... enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência específica, em conformidade ou em ruptura com outras: uma forma específica de visibilidade, uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também, e antes de mais nada, formas de reunião ou de solidão. (Rancière, 2005, p. 2)

A fotografia, objetivação artística no campo visual, é trabalhada com diferentes objetivos nas pesquisas e intervenções da Psicologia, como bem já apontaram Neiva-Silva e Kohler (2002). Sua potência reside, dentre outras características, na capacidade de visibilizar formas e modos de existência (Tittoni, 2009), mostrando cenas da vida cotidiana que, fora dela, não teriam espaço de citação (Rancière, 2010). Sob esta ótica, a exposição pública aumenta sua potência, já que os códigos de apresentação a porão em contextos específicos, visibilizando-a no campo da arte.

Mas, antes da objetivação imagética ganhar o palco da exposição ao público, a experiência do fotografar possibilita o exercício e o estranhamento do olhar, por meio da apropriação técnica de seu fazer. Tal apropriação de saberes implica que estes sejam decompostos e recombinados pela imaginação, para que possam se objetivar (Vigotski, 1930/2009) no ato de fotografar, produzindo uma nova imagem e trazendo nela a polissemia que lhe é própria. O fotografar é ato de criação. É criação do olhar, do significar, do visibilizar, do cristalizar, do recombinar, do destacar.

Tittoni (2009) destaca que a fotografia recria espaços e exercita a fixação, jogando com “as impossibilidades do tempo” (p. 8) e assim é, ao mesmo tempo, conservação e criação, multiplicidade e foco, “resistência e criação” (p. 16).

Ancorada nesta potência do olhar e da produção de visibilidades, em 2013 convidei Caio Cezar Nascimento², fotógrafo profissional, para oferecermos uma oficina de fotografia em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da região sul do município de Florianópolis. O trabalho era uma atividade de estágio³ na ênfase curricular do curso de Psicologia, voltada a Processos Comunitários e Ações Coletivas, em parceria com o CRAS Saco dos Limões⁴. A oficina trabalhou com jovens em situação de escolarização e se revelou como uma importante experiência na construção de laços grupais e no aumento da potência de ação (Sawaia, 2009; Spinoza, 2014) daqueles jovens, no que se refere à visibilidade de seus olhares e fazeres.

A partir daí, trabalhamos uma nova oficina em 2014⁵ e resolvemos construir um projeto para a realização de três oficinas em 2015⁶, uma no CRAS Saco dos Limões, e ampliando duas delas para o CRAS Rio Tavares⁷. Na equipe deste projeto, além de um fotógrafo profissional e estagiários do curso de Psicologia da UFSC, participam a doutoranda Tatiana Minchoni e o doutorando Felipe Tonial, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta mesma universidade. Trata-se de um projeto de extensão, no qual realizamos algumas intervenções na direção da problematização de temas emergentes do contexto trabalhado, que emanam dos participantes da oficina ou mesmo da equipe do CRAS. Mas nosso fazer interventivo não o

² <http://www.caiocesar.com/contact.html>

³ As psicólogas Mariá Boeira Lodetti e Yasmin Sauer Machado eram as estagiárias que ministraram as oficinas junto ao fotógrafo.

⁴ O psicólogo da equipe do CRAS Saco dos Limões, Felipe Brognoli, acompanhou todos os encontros das oficinas, foi o supervisor local do estágio, apoiando e participando integralmente do projeto.

⁵ As estagiárias Alessandra Vieira Schetz e Caroline Zaneripe de Souza ministraram as oficinas junto ao fotógrafo.

⁶ Nas oficinas de 2015, participaram, ministrando as oficinas junto com o fotógrafo, as estagiárias Angela Benetti, Luísa Evangelista Vieira Prudêncio, Fernanda Lopes e o estagiário Ian Jacques no CRAS Rio Tavares. No CRAS Saco dos Limões, os estagiários Leandro Almir Aragon, Marcelo Brunière e a estagiária Maria Alice Echevarrieta.

⁷ O psicólogo da equipe do CRAS Rio Tavares, Manoel Mayerjr, acompanhou todos os encontros das oficinas, foi o supervisor local do estágio, apoiando e participando integralmente o projeto.

separa da pesquisa e, assim, no andamento desses trabalhos nos interessa saber de que forma a oficina de fotografia, compreendida como lócus de experiências estéticas, pode produzir dissensos e apontar para reconfigurações da partilha.

No Brasil, os CRAS se constituem como a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual é criado em 2004, no Governo Lula, por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Os CRAS são unidades de referência para os usuários, localizados em seu território e se ancoram no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na garantia de direitos, na promoção da autonomia e do protagonismo de sujeitos e coletivos. Como parte da equipe de assistência social, à psicologia cabe, em um trabalho interdisciplinar, a promoção do referido trabalho, focando na criação de laços e vínculos coletivos no enfrentamento da pobreza e da violência e na conquista por direitos (Maheirie & Minchoni, 2015)⁸.

Justamente pelo perfil do trabalho da psicologia na assistência social é que vimos uma potência em oficinas estéticas, em especial, em oficinas de fotografia, como dispositivos na construção de vínculos coletivos, para a promoção de autonomia – compreendida como capacidade concreta de pensar, sentir e agir - na ampliação do universo de possibilidades.

Ao se fazerem autores das imagens, os sujeitos se reconheciam no protagonismo de sua objetivação, na medida em que sentiam, pensavam e agiam, mediante os encontros que estabeleciam entre eles (Maheirie & Minchoni, 2015). Por meio desses encontros, percebíamos que aumentavam a sua potência de ação (Benetti, Lopes, & Prudêncio, 2015⁹; Lodetti & Machado, 2013¹⁰; Maheirie & Minchoni, 2015; Schetz & Souza, 2014¹¹) e o fortalecimento de si como sujeitos individuais e coletivos.

⁸ Maheirie, K. & Minchoni, T. (2015). *Desafios e Práticas na assistência social*. Trabalho não publicado. Mimeo. Florianópolis.

⁹ Benetti, A., Lopes, F., & Prudêncio, L. E. V. (2015) Olhares sobre um território: concepções e experiências em discussão. *Relatório de estágio em Psicologia - ênfase em Processos Comunitários e Ações Coletivas*. Florianópolis: UFSC.

¹⁰ Lodetti, M & Machado, Y. S. (2013) Oficinas de Fotografia no CRAS. *Relatório de Estágio em Psicologia - ênfase em Processos Comunitários e Ações Coletivas*. Florianópolis: UFSC.

¹¹ Schetz, A. & Souza, C. Z. (2014). Oficinas de fotografia com jovens no CRAS: novas atuações em perspectiva. *Relatório de estágio em Psicologia - ênfase em Processos Comunitários e Ações Coletivas*. Florianópolis: UFSC.

Das objetivações imagéticas produzidas na experiência que aqui trazemos, destaco uma revista digital¹², editada por Caio César e realizada de forma coletiva pelos participantes da oficina recém-concluída no CRAS Rio Tavares, contendo fotos e textos produzidos no contexto das mesmas. A revista ganhou o título de IRIVIR pelos sujeitos das oficinas, a partir da ideia de movimento pelo território.

Iniciada em março deste ano, a oficina acontece com um público composto por, predominantemente, um grupo de artesãos que já se reunia no CRAS, focado na construção de uma cooperativa. Seu interesse na oficina era aprender técnicas para fotografar seu trabalho e, simultaneamente, problematizar a região do sul da Ilha de Santa Catarina, marcada pela ambiguidade de sua condição frente à beleza do lugar e à crescente especulação imobiliária.

Iniciamos as oficinas na apropriação de técnicas de captura e produção de imagens, no trabalho de utilização de luz e sombra, enquadramento, autorretrato e no trabalho de macrofotografia. Nos encontros, buscávamos os olhares, as visibilidades e invisibilidades, os focos, a forma e o fundo das imagens produzidas e os processos psicossociais que indicavam, sobretudo, as relações intragrupais, suas objetivações e a sua relação com o território.

Dentre as técnicas trabalhadas, enfatizamos o exercício do *lightpainting*¹³, no qual os participantes experimentavam jogos de luz e sombra, fixando perfis e criando visibilidades. Tittoni (2009) esclarece que a fotografia amplia consideravelmente seu sentido, derivado do grego “grafia da luz”, frente aos recursos digitais que temos no contemporâneo. Os exercícios com *lightpainting* ampliam olhares, uma vez que a “luminosidade cria contornos, produz eixos de visibilidade e recria, com o auxílio dos recursos da técnica e da arte, os mundos e as realidades cotidianas” (p. 8). O olhar pode ver em perfis, perspectivas, cores, expressões, criar ficções, sombras e formas, na produção criativa de imagens realizadas com diferentes recursos e equipamentos e, assim,

¹² http://issuu.com/caiocezar/docs/irivir_issuu_final

¹³ “Técnica fotográfica na qual se mantém o obturador aberto por tempo suficiente para registrar o caminho que uma fonte de luz faz dentro do quadro fotografado, resultando em uma fotografia borrões ou desenhos de luz”. (Schetz & Souza, 2014, p. 13)

ao tratarmos do tema da fotografia, estamos tratando de um tema que condensa e expressa importantes aspectos do modo de vida contemporâneo: a imagem – e a ‘realidade’ – como produção, o registro como uma questão em um mundo de solidez e os jogos do tempo que tensionam o instantâneo da imagem com a possibilidade de sua duração. (Tittoni, 2009, p. 9)

No exercício dessa técnica, cabia a eles dirigir seu olhar para o outro e dar visibilidade a um aspecto de seu perfil, criando cores e imagens, inventando formas e abrindo possíveis. Parte de tais aspectos também tinham seu olhar na técnica do autorretrato, visando ao foco na forma como se mostravam e reconheciam o outro e a si mesmos. Criavam e recriavam a si e aos outros neste fazer.

Outra técnica importante apropriada por eles foi a macrofotografia, na qual destacavam um detalhe da imagem, focavam e ampliavam sua visualização. Seu exercício possibilitava, mais que a apropriação da técnica, uma apropriação diferente do espaço do território e dos objetos que o habitam, conhecendo detalhes e criando ficções na invenção de imagens. Implicados no movimento de fotografar, os sujeitos produziam imagens que davam visibilidade ao invisível, jogando com a releitura do território (Benetti, Lopes, & Prudêncio, 2015)¹⁴. Com isso, marcavam a invenção dos olhares, desnaturalizavam os modos de interpretação determinados pela partilha do sensível e reinventavam novos possíveis no campo da apropriação de seu território.

Um dos aspectos mais visíveis da macrofotografia é sua capacidade de enunciar ficções, desconstruindo a definição da fotografia como registro do real. Toda imagem fotográfica é um enunciado, no sentido bakhtiniano (Bakhtin, 2010; Brait & Melo, 2005). Mas, na macrofotografia, o exercício da interpretação marca de forma explícita as múltiplas vozes que atravessam escolhas no movimento de focar os detalhes. Na composição da foto, o invisível ganha destaque, permitindo a quem fotografa “uma forma de recriação a respeito do tema” (Maurense, 2009, p. 49), bem como no que se refere à autonomia do espectador, múltiplos sentidos podem ser produzidos, criando novas ficções no cenário da imagem.

¹⁴ Benetti, A., Lopes, F., & Prudêncio, L. V. (2015). Relatório de estágio na Ênfase em Processos Comunitários e Ações Coletivas. 25pgs. Relatório. Departamento de Psicologia. UFSC, Florianópolis, 2015.

Ao contarem sobre o contexto de suas imagens, os sujeitos produziam diferentes sentidos, uns mais singulares e outros que ali se produziam coletivamente, apontando a polissemia da objetivação fotográfica e a potência das respostas imagéticas para as questões que se levantavam nas oficinas anteriores ao ato de fotografar. As imagens eram produzidas por seus próprios celulares e se colocavam como respostas às consignas indicadas nos encontros das oficinas. Ao expô-las naquele coletivo, elas possibilitavam novas respostas, novos sentidos, pois “o relato verbal posterior sobre as fotos não seria um retorno à fala, mas uma fala também recriada, numa passagem de uma experiência particular a outra experiência particular” (Maurente, 2009, p. 49).

Quando falavam da imagem, mostravam o contexto do ato de fotografar, indicando uma dialogia (Bakhtin, 2011) com o que era invisível sobre ela mesma, mas que foi experienciado por quem a produziu. Ao mostrar e contextualizar os invisíveis, eles ampliavam a experiência sensível dos sujeitos que ali estavam, possibilitando uma visibilidade, audibilidade e pensabilidade para além da forma estereotipada que se costuma olhar, amparada na partilha imposta. O ato de fotografar, assim como o ato de visualizar as imagens, produz ficções e, com estas, criações de sentidos e abertura de outros possíveis.

Ao fotografar cenas do território, e estas cenas comporem a revista digital de acesso público, os sujeitos fotógrafos davam visibilidade a mundos e formas de vida, indicavam os possíveis dos lugares e suas ocupações, produziam imagens da comunidade e seu entorno, definiam e redefiniam o território. Definiam e redefiniam indivíduos e contextos, produzindo laços recíprocos e rupturas nos lugares destinados a eles na partilha, mostrando “que uma cena de rua ou a vida de qualquer pessoa tem direito de ser citada na arte” (Rancière, 2010, p. 5).

Além das imagens, os sujeitos produziram textos coletivos, escritos no contexto das oficinas. Três textos compõem a revista, os quais falam das imagens e dos encontros do território. A cidade, o urbano, o rural, a imagem litorânea e seus contrastes, a natureza, sua destruição, suas características e ambiguidades, compunham os textos e as imagens. Tais objetivações artísticas são aqui concebidas a partir da ideia de um regime estético, o qual compreende que estas objetivações trazem a eficácia do dissenso, justamente por nada impor do ponto de vista da significação

(Rancière, 2012). As imagens nos apontam para vários regimes de sensorialidade e com isso podem romper com a concepção de uma ordem natural das coisas.

Sobre seu impacto no contexto dos participantes da oficina, arrisco dizer que a atividade fotográfica foi um exercício do olhar que pode ter possibilitado uma experiência dissensual em relação aos lugares sociais destinados a eles. Usuários do Sistema Único de Assistência Social, estes sujeitos, ao definirem-se como artesãos, já não se encaixam no lugar de trabalhadores empregados e assalariados que a partilha lhes destinou. Sua meta é produzir seu próprio sustento e, com ele, sua própria forma de viver, o que já é importante do ponto de vista da dinâmica da emancipação.

Além disso, é importante mencionar que fotografar possibilita a produção de autorias (Dias, 2009; Maurente, 2009; Tiltoni, 2009), e da condição de sentir-se e fazer-se outro na objetivação de seu produto. Ao mesmo tempo que produzem a objetivação imagética, eles também são espectadores do próprio trabalho, de forma a coletivamente o ressignificarem, como o fizeram, por exemplo, na escolha das imagens na composição da revista.

Fotografar e ver-se autor das imagens na reciprocidade dos encontros com os outros no andamento dessas oficinas reafirma seu lugar no universo das práticas artísticas e alimenta sua “arte de viver na precariedade de uma condição e, ao mesmo tempo, no luxo do pensamento”¹⁵ (Rancière, 2014, p. 234, tradução minha). Fazer-se fotógrafo aponta regimes de sensorialidade que chocam com a ideia de uma atividade laboral que não valoriza o olhar que se distrai para poder focar. É preciso olhar e, para olhar, é preciso parar.

Os referidos artesãos são também artistas e sua produção fotográfica reafirma este lugar na produção de suas imagens, na sua capacidade de olhar e visibilizar regimes de sensibilidade dissensuais no jogo dos detalhes e das amplitudes, nos objetos e trajetos cotidianos, na materialização discursiva da imagem (Maurante, 2009) e na polissemia que daí decorre.

Os efeitos da visibilidade produzida pela circulação da revista IRIVIR ainda não é possível avaliar, mas, certamente, o espectador é ativo neste

¹⁵ “artes de vivir em la precariedad de una condición y a la vez em el lujo del pensamiento”.

processo e sua significação pode ser tão ampla quanto o número de átomos que existem no universo. Seu impacto escapa de seus criadores e sua existência ganha vida própria.

Neste aspecto, estamos sob o princípio da indeterminação, construindo “um pouco de espaço livre no meio deste jogo regulado”¹⁶ (Rancière, 2014, p. 241, tradução minha). Parafrazeando Rancière (2014), tais fotógrafos nos contam, por meio das imagens e dos textos da Revista IRIVIR, uma história possível e nós, na nossa leitura, a reinventaremos e construiremos nossa própria história, fazendo a nossa parte na experiência deste jogo.

Referências

- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da poética de Dostoiévski* (P. Bezerra, Trad., 5ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal* (P. Bezerra, Trad., 6ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Brait, B & Melo, R. (2005). Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In B. Brait, (Org.), *Bakhtin: conceitos-chave* (pp. 61-78). São Paulo: Contexto.
- Dias, D. D. (2009). A intervenção fotográfica no cotidiano do trabalho da assistência social. In J. Tittoni (Org.), *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções fotográficas* (pp. 74-108). Porto Alegre: Dom Quixote.
- Maheirie, K. (2001). *“Sete mares numa ilha”: a mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Maheirie, K., Hinkel, J., Groff, A. R., Müller, F. L., Gomes, M. A., & Gomes, A. H. (2012). Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In L. R. Castro, C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência do político no contemporâneo* (pp. 143-167). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Maurenate, V. (2009). Ver, conhecer e pensar por caminhos fotográficos. In J. Tittoni (Org.), *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções fotográficas* (pp. 46-55) Porto Alegre: Dom Quixote.
- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (2002). O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudo de Psicologia*, 7(2), 237-250.

¹⁶ “um poço de espacio libre em esse juego regulado”.

Maheirie, K. (2015). O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em...

Rancièrè, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

Rancièrè, J. (2005). *A política da arte*. Palestra. Acesso em 21 de julho, 2015, em www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/206.rtf

Rancièrè, J. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental Org.; Editora 34.

Rancièrè, J. (2010). A associação entre arte e política. *Revista Cult*, 139. Acesso em 21 de julho, 2015, em <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/>

Rancièrè, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.

Rancièrè, J. (2014). *El Método de la Igualdad- Conversaciones com Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão entre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

Spinoza, B. (2014). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.

Tittoni, J. (2009). Sobre psicologia e fotografia. In J. Tittoni (Org.), *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções fotográficas* (pp. 07-23). Porto Alegre: Dom Quixote.

Vigotski, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico* (Z. Prestes, Trad.) São Paulo: Ática. (Original publicado em 1930)

Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades

Zulmira Aurea Cruz Bomfim

Considerar as questões ambientais hoje não significa somente olhar o lado poético e idílico da relação das pessoas com o verde. Lidamos, na atualidade, com questões socioambientais que são produto de um modelo econômico e social que vai impactar nas emergências e desastres, já que estes são acentuados em consequência de vulnerabilidades socioambientais que impactam na gestão urbana. Não estamos querendo dizer com isso que não existam riscos decorrentes de emergências e catástrofes resultantes de fenômenos naturais, como no caso do Brasil, as inundações urbanas ou os deslizamentos, mas sim que tais fatores ambientais de risco afetam principalmente populações pobres em ambientes vulneráveis, ou seja, aquelas que estão submetidas ao que chamamos de sofrimento ético-político (Sawaia, 1999). Eventos naturais se convertem em desastres quando seres humanos vivem em áreas degradadas ou de risco, isto é, os fatores ambientais fazem parte da vida urbana, porém os danos ambientais decorrem da ação humana. Por isso, os impactos dos fenômenos naturais na sociedade são problemáticos pela forma como o solo urbano é ocupado, pelo tipo de qualidade de sua construção ou pela presença ou ausência de infraestrutura adequada.

Olhar as questões ambientais e os desastres tendo como foco o sofrimento ético-político pelo qual populações vulneráveis passam nestas situações é mudar a estratégia de compreensão, de ação e de análise, não só pela dimensão da natureza, mas também pela psicossocial. Para tanto, propomos pensar as políticas e questões ambientais trazendo a afetividade como categoria teórica em sua dimensão psicossocial e histórico-cultural a fim de compreender as relações pessoa-ambiente em situações de vulnerabilidade social e risco.

A cidade pode ser o lugar do encontro, das trocas simbólicas do medo, da ameaça e do risco (Bomfim, 2010). Pensar a sustentabilidade

na cidade hoje é, antes de tudo, pensar o bem-estar das pessoas. Nossas pesquisas no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Lócus) vão apontar para a importância dos sentimentos e das emoções e dos afetos como forma de avaliação das necessidades dos habitantes tendo o lugar como mediação, quer seja a cidade, o bairro ou a comunidade (Alencar, 2010; Bertini, 2006; Bomfim, 2010; Bomfim & Pol, 2005; Bomfim et al., 2013; Bomfim et al., 2014). Nossa proposta converge para uma visão de sustentabilidade na cidade que se pauta no espaço urbano como uma expressão da subjetividade dos seus habitantes, e para isso, elegemos a categoria da afetividade como uma forma de conhecimento, orientação e ética na cidade. A cidade não é, portanto, somente um conjunto de praças, ruas e prédios. Ela expressa a subjetividade dos indivíduos na forma de identificação (Proshansky, 1978) de processos de apropriação do espaço (Pol, 1996), de formação de uma identidade social urbana (Varela & Pol, 1994), e de uma memória do lugar (Jodelet, 2002). A afetividade na cidade também como expressão da subjetividade pode ser o palco para uma nova racionalidade, a ético-afetiva a partir da construção de lugares com calor (Sawaia, 1995), que promovam o bem-estar das pessoas e a implicação dos habitantes com esta.

Uma visão psicossocial, dialética da vulnerabilidade social e das questões ambientais na cidade

As cidades atuais são responsáveis pelo consumo de três quartos da energia mundial e provocam pelo menos três quartos de contaminação total. São lugares de produção e de consumo da maioria dos produtos industriais. As cidades se converteram em parasitas dentro da paisagem, grandes organismos que absorvem energia do planeta para sua manutenção. São consumidoras e agentes de contaminação incansáveis. Viver nas cidades hoje onde a metade da humanidade se concentra e trabalha, ou onde a maioria da população mundial vive, é, paradoxalmente, uma luta constante entre teses e antítese, concretizadas nos contrastes socioeconômicos. Quais são os desafios para a sustentabilidade e consequente diminuição das vulnerabilidades na cidade no século XXI? É possível uma cidade ser sustentável? Como integrar ambiente construído e natureza? Como integrar cidade sustentável com justiça social?

Como a vulnerabilidade do ambiente urbano está associada à vulnerabilidade social?

A relação entre vulnerabilidade social, risco, perigo e questões ambientais é fundamental para se compreender as grandes metrópoles da sociedade contemporânea (Maradola, 2009). Em pesquisa realizada na região metropolitana de Fortaleza, (Bernal et al., 2006) com base no Censo do IBGE de 2000, encontrou-se uma relação considerável entre violência e adensamento das moradias. O adensamento também afeta o aumento das áreas de risco ambientais quando as localidades estão situadas próximas a rios poluídos com existência de moradia em suas margens. Neste caso, tais indicadores mostraram também que há um grande desnível de investimento entre os bairros periféricos e aqueles que concentram mais renda. O apartheid urbano tem tanto dimensões geradoras da violência como de problemas associados aos riscos ambientais e à sustentabilidade. Neste caso, as vulnerabilidades e os riscos ambientais estão relacionados, sobretudo, à falta de políticas públicas urbanas e ambientais.

O grande desafio para a sustentabilidade das cidades é como prepará-las para enfrentar o crescimento urbano, oferecendo oportunidades e caminhos que não hipotéquem o seu futuro nem o das futuras gerações. Uma cidade sustentável significa: transportes públicos (mobilidade), reciclagem de material (economia solidária e educação ambiental), meio ambiente (respeito à biodiversidade e utilização de recursos renováveis), saúde, lazer, desporto, cultura e preservação do patrimônio histórico, bem-estar da população, relações afetivas de vizinhança, etc.

A verticalização das cidades modifica a radiação solar e a circulação do ar. O asfalto dificulta a absorção da água diferentemente de um bosque. A cidade aquece especialmente pelos gases emitidos pelos carros, indústrias, aquecedores, incêndios florestais e outras catástrofes naturais.

As soluções ecológicas e sociais se retroalimentam mutuamente para construir sociedades mais saudáveis, vivas e abertas. A visão de sustentabilidade cunhada pela ONU em 1982 foi importante para repensarmos o estilo de vida humano e constatação de que o ritmo de destruição levado pelo homem estava e ainda está culminando com a destruição do planeta. Vários planetas não dariam conta deste ritmo de destruição.

Todavia, este conceito precisa ser revisitado para que a emergência de novos paradigmas fomente a cooperação, a afetividade e a vida como centro, não somente que o paradigma antropocêntrico seja o dominante para a constituição de um mundo mais justo, e pulsante de vida. Um dos principais pontos nos debates da sustentabilidade é como conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza, os fatores sociais e ecológicos, os recursos vivos e não vivos; assim como as alternativas a longo e curto prazo.

James Lovelock (2006), cientista americano, trabalha com a noção de que o conceito de sustentabilidade precisa sair de uma visão antropocêntrica para uma ecocêntrica. Para ele, o planeta não é inanimado. É um organismo vivo. A terra, suas pedras, oceanos, atmosfera e tudo que é vivo constituem um grande organismo. Um sistema global e coerente de vida, autorregulado e que se transforma a cada momento.

Nesta mesma linha, Ferreira e Bomfim (2010) questionam a insustentabilidade do paradigma antropocêntrico para uma mudança efetiva nas ações ambientais no planeta. Propõem o paradigma biocêntrico como uma forma de percepção da existência que supera a dicotomia homem e natureza, apontando a ética biocêntrica como possibilidade de construção de uma sustentabilidade centrada na vida.

Esta mudança de paradigma na cidade converge para um movimento circular que amplia o terreno de possibilidades que não considera supremacias, e sim um movimento imanente que considera todas as formas de vida com a mesma importância, primando pela criação ou preservação de mais vida para todos, com igualdade e dignidade. A circularidade não se inclui no esquema consumista que tem os meios justificados pelos fins.

Neste sentido, Richard Rogers (2000) propõe o modelo da cidade compacta como um caminho para a autossustentabilidade. Tal modelo significa recuperar a cidade como habitat ideal de uma sociedade baseada na comunidade. Ademais, trata-se de um tipo de estrutura urbana que pode responder a uma variedade cultural. A cidade deveria responder, antes de tudo, às pessoas que moram nela, a comunicação, condensar o fomento de atividades humanas e gerar e expressar sua própria cultura. Quer seja em climas temperados ou extremos, em sociedades ricas ou pobres, a meta do desenvolvimento sustentável consiste em idealizar uma

estrutura flexível que seja possível uma comunidade sólida em um entorno saudável e sem contaminação.

A cidade compacta não vê somente o índice de prosperidade baseado em critérios econômicos, políticos e sociais, como foi avaliada, recentemente, Nova York, a cidade de melhor qualidade de vida. Neste critério são levadas em conta características como infraestrutura, relevância no cenário internacional, perspectivas de crescimento econômico e nível de bem-estar social dos habitantes. Junto com Nova York estão, entre as 10 primeiras, outras cidades cuja presença é obrigatória em índices como este: Londres, Paris, Tóquio e Berlim.

O conceito de cidade compacta não pode ser resumido por fórmulas e índices, e sim pensado de acordo com a realidade de cada metrópole. Contudo, Richard Rogers (2000) indica caminhos para serem adotados nas cidades rumo ao planejamento urbano que privilegie a sustentabilidade em termos de eficiência energética, ao mesmo tempo que diminua as vulnerabilidades sociais: (a) Espaços multiuso criativos; (b) Tudo no mesmo bairro; (c) Voltar a habitar o centro; (d) Emprego mais perto de casa; (e) Investir em corredores verdes; (f) incentivar o transporte que usa energia limpa e renovável; (g) Reforçar os laços comunitários.

O desafio é como grandes metrópoles podem tornar-se sustentáveis com grandes áreas territoriais e um grande número populacional. Como aplicar os conceitos de uma cidade compacta a São Paulo com uma população em torno de 11 milhões de habitantes na capital e 19 milhões na região metropolitana? É importante notar que São Paulo tem sido alvo de grandes vulnerabilidades ambientais na época das chuvas devido, principalmente, à forma como os rios foram tratados, aterrados, aumentando a impermeabilização do solo e o fluxo de água quando no período das chuvas.

Viver nas grandes cidades hoje, onde 80% da população mundial vive, é um grande desafio para a sustentabilidade, a convivência e a justiça social. Para isso, é necessário conviver com polaridades e contradições, onde os riscos e desastres, infelizmente, fazem parte do cotidiano. Viver nas contradições é também viver o sonho de uma cidade ideal que, conforme afirma Calvino (2000), não poderemos deixar de buscar como um parâmetro de reflexão analítica e sintética. A vida cotidiana na cidade baseada na historicidade e na construção de uma ética coletiva pode ser

feita no movimento da contradição, segundo Bomfim (2010, p. 43), “pensamos que a superação de teses e antíteses na cidade faz-se através do movimento entre a cidade ideal e a cidade real, a cidade como processo (passado-presente-futuro), cidade como qualidade e quantidade, cidade como experiência e como conhecimento, cidade como ordem e caos; e cidade local e global.”

Pensamos que a promoção da sustentabilidade na cidade, além das questões técnicas e ambientais, não pode prescindir de uma avaliação das reais necessidades de seus habitantes. Entendemos tais necessidades como afetivas. Como os afetos podem orientar a sustentabilidade na cidade? Como os sentimentos e as emoções podem avaliar e direcionar o bem-estar das pessoas na cidade rumo à sustentabilidade?

Cidade, afetividade e sustentabilidade

Os aspectos simbólicos são fundamentais para a construção da noção de sustentabilidade. E, dentre os aspectos simbólicos, destacamos os afetos como grandes reveladores das necessidades dos habitantes na cidade. Chamamos de afetividade todos os sentimentos e as emoções, sabendo-se a que a base afetivo-volitiva (Vygostsky, 1998) move o pensar e o agir em uma perspectiva histórico-cultural. Em nossas pesquisas no Laboratório de pesquisa em Psicologia ambiental, temos estudado a afetividade como uma categoria ético-política orientadora do encontro do indivíduo com a cidade.

Para compreender a mediação dos afetos na relação pessoa-ambiente, é preciso pensar a cidade como um ambiente que é organizado cognitivamente e afetivamente em um conjunto de imagens mentais. O ambiente é um território emocional (Corraliza, 1998). Conhecer a cidade pelos afetos não é negar a cognição nem a racionalidade, mas acessar dimensões da realidade cotidiana que comporão uma nova racionalidade, a ético-afetiva (Sawaia, 1995), distinta da ideia de que os afetos são o câncer da razão. Neste sentido, buscamos conhecer a afetividade como avaliação das necessidades de habitante na cidade.

Viver e deslocar-se na cidade pressupõe processos de percepção do entorno que possibilita o habitante transformar o desconhecido em co-

nhecido, ao transformar espaços em lugares, (Tuan, 1983). A ética aparece na cidade quando a convivência igualitária com o diferente torna a cidade um lugar de encontro.

Consideramos a afetividade definida por Sawaia (1999, p. 98) como: “O tom e a cor emocional que impregna a existência humana e que se apresenta como: (a) Sensação: reações moderadas de prazer e desprazer, que não faz referência a objetos específicos, (b) A emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado nos fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta”.

A afetividade na cidade pode ser compreendida pela implicação do habitante com ela; a forma como o habitante se implica na cidade já é um indicador de sua ação. Por isto, a afetividade é um indicador de ética e cidadania na cidade. O sentido da ação e transformação na cidade, pelo cidadão, depende do desenvolvimento de ações potencializadoras, em que a afetividade pode ser um grande eixo integrador (Bomfim, 2010).

Para acessar a afetividade, desenvolvemos um método denominado de mapas afetivos, uma forma de articulação de sentidos movidos pelos afetos: “Revela o conhecimento, orientação e ética na cidade pelos sentimentos dos habitantes e que facilita a superação das dualidades: subjetividade/objetividade, individual/coletivo e cognição/afeto.” (Bomfim, p. 223). Desta forma, as imagens da cidade e ambientes são acessadas com o objetivo de conhecer como os habitantes pensam e sentem as cidades.

O Instrumento que gera o mapa afetivo da cidade, denominado de IGMA, Instrumento Gerador do Mapa Afetivo (Bomfim et al., 2013), foi pensado para tornar tangível o intangível, visto que os afetos não são facilmente denominados; Desenhos e metáforas como recursos imagéticos. O desenho como deflagrador de emoções e sentimentos: as metáforas como recurso de síntese; Escrita como expressão da dimensão afetiva (subtexto).

Os resultados encontrados a partir do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos levaram a uma categoria psicossocial e dialética originada da perspectiva da Psicologia Ambiental de base transacionalista e da Psicologia Social histórico-cultural: a Estima de Lugar. Assim como as pessoas são estimadas, os lugares, no caso a cidade, pode ser estimada ou não por seus habitantes. Sentimentos agradáveis e de pertencimento geram uma

estima potencializadora, o que permite o desenvolvimento de relações comunitárias e o sentimento de bem-estar. As imagens de contrastes e de insegurança geram sentimentos despotencializadores que não promovem a implicação do indivíduo no lugar. Para que as pessoas se impliquem e participem, elas precisam sentir que o lugar é uma extensão de sua identidade, ou seja, desenvolvam sentimentos de pertencimento e de identificação.

A estima de lugar é estudada no âmbito da Psicologia Ambiental por sua perspectiva interdisciplinar, por estudar a interação das pessoas com seu entorno sócio-físico. A Psicologia Ambiental considera o meio urbano, os recursos naturais e o comportamento. Na vertente transacional da Psicologia Ambiental, o social e o ambiental não se limitam ao espaço que circunda o indivíduo, mas a visão de um ambiente enquanto construção simbólica, temporal e cultural. Na perspectiva histórico-cultural da Psicologia Social, a estima de lugar apreende a noção dialética e não dicotômica do subjetivo e do objetivo, do interno e do externo, do social e individual além de uma visão de que o lugar pode ser visto também como uma forma de emancipação humana. Tornar-se sujeito de sua história, o compromisso com homens concretos, sobretudo os dominados e explorados. O compromisso com seu lugar. Sua consciência como cidadão de uma metrópole, uma cultura da responsabilidade humana pelo respeito à vida (Lane, 1984).

Propomos então a estima de lugar como uma categoria social, que está na imbricação dos estudos da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, que acessa as necessidades de seus habitantes e, por intermédio do conhecimento dos afetos na cidade, avalia as potencialidades e vulnerabilidades apresentadas na relação pessoa-ambiente. Este conhecimento dos afetos dos habitantes com a cidade ou bairro é uma forma também de buscar caminhos para a sustentabilidade pautada na humanização e na vida no planeta.

As pesquisas realizadas desde 2003 com os mapas afetivos no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará tiveram como referência diversos tipos de ambiente como cidades, comunidades rurais e urbanas, bairros e espaços institucionais. A validação da categoria estima de lugar e seus indicadores mostrou a importância do afeto como uma categoria integradora da relação do indivíduo com o lugar, envolvendo vários tipos de ambiente em situações de vulnerabilidade social: escolas

públicas em bairros periféricos, filhos de catadores, jovens do semiárido, jovens em instituições com medidas socioeducacionais. Além da pesquisa, encontramos também, por intermédio da construção dos mapas afetivos do bairro, uma forma de intervenção para a formação de consciência crítica e ambiental.

Na pesquisa original sobre os indicadores afetivos de São Paulo e de Barcelona (Bomfim, 2003), em uma amostra de 200 alunos de graduação e de pós-graduação, de cursos de Psicologia, Arquitetura, Artes, Sociologia, Geografia em sua maioria de mulheres, encontraram-se imagens afetivas majoritariamente de contrastes. Esta imagem própria das grandes cidades reflete o que foi estudado pela escola de Chicago (Park, 1967), a tendência do cidadão a desenvolver uma atitude Blasé, que apresenta uma relação interpessoal mais utilitarista e individualista. Os contrastes mostram sentimentos antagônicos alegre/triste, amor/ódio, frieza/calor, individualista/proximidade, e/ou qualidades dos habitantes polarizadas poluída/limpa, pobre/rica, bonita/destruída. São sentimentos e qualidades próprias das cidades globais que refletem problemas sociais e ambientais. Tais sentimentos podem ser potencializadores ou despotencializadores em relação à ação do indivíduo na cidade.

Os respondentes também apontaram São Paulo e Barcelona como polos de atração, o que faz destas cidades lugares de oportunidades. A imagem de atração pode trazer qualidade de vida, mas não é tudo, pois se não estiver associada ao equilíbrio do uso de energias sustentáveis, pode exaurir os recursos naturais, como aconteceu em São Paulo, que vive atualmente o problema da falta de água, decorrente tanto da estiagem, bem como da má gestão e desperdício.

Por isso, a imagem de Destruição foi encontrada em grande parte em São Paulo onde a massificação, pobreza, solidão, impotência, tristeza e desânimo foram relatados. Muito cimento, poluição, falta de lugares verdes e insegurança também. Convivência com o medo e violência são as respostas recorrentes dos entrevistados. A imagem de destruição retrata a falta de ações de reponsabilidade ambiental tanto dos gestores como de seus habitantes.

Os desenhos, como parte do instrumento gerador dos mapas afetivos, podem retratar a estrutura física da cidade, assim como estados de

ânimo, o que chamamos de cognitivos e metafóricos, respectivamente. No caso de São Paulo, a Avenida Paulista é o grande ícone (Fig. 1). Barcelona, o centro antigo retrata a preservação do patrimônio histórico (Fig. 2). Duas estruturas de expansão urbana que tiveram formas distintas. São Paulo, a construção de uma cidade sobre a outra, e Barcelona, que se expandiu pela regeneração urbana. Pelas respostas dos respondentes, pode-se inferir que as diferentes gestões urbanas da cidade impactaram diretamente no que são as duas cidades hoje em termos dos desastres, riscos ambientais e/ou preservação.

Figura 1 São Paulo / Figura 2 Barcelona



A elaboração de metáforas a partir da fala dos respondentes também foi reveladora dos afetos na cidade pelo método que utilizamos. Considerando as metáforas como síntese, elas permitem o contato com a intimidade dos sentimentos (Ricoeur, 1992). Os sentimentos de contrastes foram reveladores quando um habitante de São Paulo, de 26 anos,

comparou-a com “um trem de metrô, por trazer contrastes próprios da modernidade, onde a velocidade e aglomeração são suas principais características”. Ou mesmo sendo comparada com um “Epicentro”, fazendo alusão às possibilidades de atração que são apresentadas pela cidade ou de destruição. Nota-se que, neste caso, a comparação de São Paulo com um Epicentro retrata uma catástrofe da natureza, que corresponde ao centro do abalo sísmico.

Com toda a agradabilidade sentida por seus habitantes e turistas, Barcelona, símbolo da cidade mundial de planejamento estratégico, é vista também por uma mulher de 32 anos, que morava há dois anos e meio na cidade, com “uma maçã vermelha com pontos de podridão, porque vê a contradição de viver o bem-estar e o mal-estar, ao ter que lidar com as desigualdades sociais. Neste caso, o verde, as praças e o desenho da cidade moderna do planejamento urbano não são suficientes para torna-la agradável, é necessário permitir a apropriação deste direito a todos.

A contradição pode também gerar pertencimento para os habitantes de São Paulo quando a comparam com uma cidade abacaxi. Uma mulher de 50 anos que vivia em São Paulo há 30 anos disse que esta era “uma cidade grande com muitos edifícios parecidos, poluída visualmente com muitos carros, ao mesmo tempo caótica e funcional”. Contudo, ela fala que o seu sentimento é de “pertencer apesar de tudo”! O sentimento de pertencimento foi encontrado em pessoas que diziam: “Apesar de tudo, amo São Paulo”.

As respostas ao instrumento gerador dos mapas afetivos tanto na parte qualitativa quanto na quantitativa, esta última chamada de indicadores afetivos, mostraram uma tendência de respostas a uma Estima de lugar mais despotencializadora em São Paulo e uma Estima de lugar mais potencializadora em Barcelona. A predominância das respostas de insegurança, destruição e contrastes em São Paulo, pouca ou quase inexistência de agradabilidade levam o morador a sentir-se menos implicado, mais insatisfeito e menos participante de atividades associativas e de grupos. Por outro lado, os habitantes de Barcelona mostraram mais respostas de agradabilidade e de pertencimento com maior possibilidade de envolvimento e participação cidadã. O que chama a atenção é que, apesar das diferentes respostas e tendências das duas cidades, ambas se destacam pelo sentimento de pertencimento de seus cidadãos.

Revertendo vulnerabilidades: a sustentabilidade nas políticas de afetividade

As pesquisas com a categoria afetividade têm assinalado a importância de conhecer os afetos em uma perspectiva emancipadora e de construção da cidadania. Quando aplicada à cidade e aos lugares, os afetos tornam-se mediadores da construção de sujeitos que sentem, pensam e agem partindo de uma racionalidade ético-afetiva. Falamos daquela racionalidade que está enraizada nos afetos, nas necessidades individuais e coletivas e que propiciam o encontro do indivíduo com a cidade. Tal racionalidade ético-afetiva como ideal pode estar presente nas metas da gestão e de planejamento urbano quando há a participação dos cidadãos, de maneira que estes são escutados diante de suas necessidades no cotidiano da cidade.

Reverter processos de riscos na cidade, associados às catástrofes ambientais, é considerar o vetor natureza não somente como o grande responsável por estas, mas destacar que os afetados são sempre aqueles submetidos a situações de vulnerabilidades sociais e ambientais.

Os indicadores afetivos da afetividade com a cidade, comunidade e bairro têm apontado, por intermédio das pesquisas, que a relação entre vulnerabilidade e sustentabilidade envolve ações concretas provenientes da ordem pública, individual e societal. Os indicadores afetivos de Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança, Destruição e Contrastes têm mostrado possíveis caminhos para a reversão de vulnerabilidades e de potencialização da sustentabilidade.

As cidades são agradáveis quando criam contato com a natureza, nos parques, nas ruas e nos locais de moradia. Andar a pé e de bicicleta, além de facilitar o exercício corporal, propicia outras formas de apropriação do espaço distinto do carro. O transporte público, como mobilidade urbana, permite uma visão coletiva e sensação de bem-estar quando diminui os longos deslocamentos e o tempo perdido no trânsito. A ocupação do espaço público a partir de intervenções urbanas sustentáveis propicia a criação de novas funções do mesmo, convivendo no mesmo lugar o antigo e o novo, o lazer e o trabalho e a integração intergeracional. Estas intervenções são indicadas como as mais agradáveis pelos habitantes. Ci-

dadões identificados com seu lugar (pertencimento) facilitam processos de apropriação do espaço, e conseqüente diminuição dos sentimentos de medo e insegurança na cidade, pois são estes últimos que distanciam o cidadão do espaço público e do contato com o diferente. Sentimentos de insegurança e de destruição são os mais facilmente encontrados em áreas degradadas e suscetíveis aos desastres e riscos. Os contrastes nas grandes cidades estressam seus habitantes, causando agonia, alienação e potência de padecimento. A potência de ação pode existir quando os contrastes se associam ao vínculo e pertencimento ao lugar.

Encontramos na dialética da afetividade uma forma de intervenção, ação e análise para o alcance da sustentabilidade ambiental ao superar as dicotomias tão próprias da racionalidade moderna: social e ambiental; racionalidade e afetividade; subjetividade e objetividade; individual e coletivo; e ação e reflexão.

Encontramos nas políticas de afetividade uma forma de integrar o desenvolvimento social e a sustentabilidade, para que possamos reverter processos de destruição dos últimos 50 anos que têm ampliado as catástrofes, os desastres naturais e a miséria. O modo de vida urbano chegou a um ponto máximo de destruição. Propomos o afeto como um caminho de humanização das políticas públicas urbanas, para a diminuição das vulnerabilidades socioambientais, assim como dos impactos causados pelas catástrofes e pelos desastres naturais.

Referências

- Alencar, H. F. (2010). *Participação social e estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos Mapas Afetivos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Bernal, C., Bomfim, Z. A. C., & Mudo, E. (2009). Vulnerabilidade, violência e pobreza na região metropolitana de Fortaleza. In E. Dantas & C. M. C. Lustosa (Orgs.), *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza* (pp. 245 a 271). Fortaleza: Edições UFC.
- Bertini, F. M. A. (2006). *Centro de Fortaleza, lugar de transformações: o idoso e os afetos implicados*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Bonfim, Z. A. C. (2015). Afetividade como potência de ação para enfrentamento das...

- Bomfim, Z. A. C. (2003). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bomfim, Z. A. C. & Pol, E. U. (2005). Affective Dimension of Cognitive Maps of Barcelona And São Paulo. *International Journal of Psychology*, 40(1), 37-50.
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC.
- Bomfim, Z. A. C., Alencar, H. F., Santos, W. S., & Silveira, S. S. (2013). Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da psicologia ambiental e social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In V. F. R. Colaço & A. C. F. Cordeiro (Orgs.), *Adolescência e juventude: conhecer para proteger* (pp. 317-341). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bomfim, Z. A. C., Nobre, B. H. L., Ferreira, T. L. M., Araújo, L. M. A., Feitosa, M. Z. S., Martins, A. K. S. et al. (2014). Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In R. Garcia-Mira & A. Dumitru (Eds.), *Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities* (1ª ed., pp. 131-148). A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoa Vicente Viqueira.
- Calvino I. (2000). *Las Ciudades Invisibles*. Madrid: Siruela.
- Corraliza, J. A. (1998). Emoción y ambiente. In J. I. Aragonés & M. Américo (Orgs.), *Psicología ambiental* (pp. 59-76). Madrid: Pirâmide.
- Ferreira, F. & Bomfim, Z. A. C. (2010). Sustentabilidade ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica. *Revista ambientalMENTEsustentable*, 9-10, 37-51.
- Jodelet, D. (2002). A cidade e a memória. In V. del Rio, C. R. Duarte, & P. A. Rheingantz (Orgs.), *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo* (pp. 31-43). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lovelock, J. (2006). *Gaia - cura para um planeta doente*. São Paulo: Cultrix.
- Maradola, E. & Hogan, D. J. (2009). Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 26(2), 161-181.
- Park, R. E. (1967). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O. G. Velho (Org.), *O fenômeno urbano* (pp. 29-72). Rio de Janeiro: Zahar.

- Pol, E. (1996). La apropiación del espacio. In L. Iñiguez & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio* (pp. 45-62). Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- Proshansky, H. M. (1978). The City and the self-identity. *Environment and Behavior*, 10 (2), 147-169.
- Ricoeur, P. (1992). *Processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento*. In S. Sacks (Org.), *Da Metáfora* (pp. 145-160). São Paulo: EDUC/Pontes.
- Rogers, R. (2000). *Ciudades para un pequeño planeta*. Barcelona: Gustavo Gil.
- Sawaia, B. B. (1995). O calor do lugar, segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, 9(2), 20-24.
- Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 96-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (L. Oliveira, Trad.). São Paulo: Difel
- Varela, S. & Pol, E. (1994). El Concepto de Identidad Social Urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *Anuario de Psicología. Universitat de Barcelona*, 62, 5-24..
- Vygotsky, L. S. (1998). *Pensamento e linguagem* (2ª ed.) São Paulo: Martins Fonseca.

Quilombos e conflitos territoriais no Brasil: o caso do Vale do Ribeira, SP

Gustavo Martineli Massola
Bernardo Parodi Svartman
Alessandro de Oliveira dos Santos
Luís Guilherme Galeão-Silva

Introdução

A escravidão negra na América constituiu um dos mais violentos episódios de deslocamento forçado já observados na História. No Brasil, comprova-se a existência de escravos a partir de 1531 (L. D. Silva, 2006). Privados da pátria, do território, da família, da língua, as multidões que aqui aportaram dão exemplos eloquentes de profundo desenraizamento e humilhação social (Gonçalves, 1998). O *banzo*, a saudade da África, deu cabo de muitos escravos. Outros se suicidavam comendo terra, enforcando-se ou envenenando-se (Freyre, 2002, p. 462). Seres realmente desenraizados podem cair “numa inércia de alma quase equivalente à morte” (Weil, 1996, p. 415). É possível desenraizar-se em seu próprio país, mas o desenraizamento atinge o grau mais alto quando há deportações maciças (Weil, 1996, p. 412).

O mundo indiferente, ao qual não dedicamos afeto, é chamado por Tuan (1983, p. 6) de *espaço*. À medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor, o espaço indiferenciado transforma-se em *lugar* (Cavalcante & Nóbrega, 2011, pp. 184–188). Definimos quem somos, em grande medida, por nossa relação com certos lugares (Proshansky, Fabian, & Kaminoff, 1983) – identificamo-nos com os lugares e nos apegamos a eles de tal forma que nossa própria definição identitária pode depender grandemente dos lugares onde nos encontramos, onde crescemos, etc. Em sociedades modernas, é quase unânime que o lar é o protótipo de lugar (Berger, 1976; Bosi, 1994; Lewicka, 2010) e, em que pese uma

crescente sensação de perda da importância do lugar nas sociedades modernas (Castells, 2007; Giddens, 1991; Ianni, 1997), a destituição do lar pode levar a uma profunda crise identitária, especialmente para crianças e idosos (Bosi, 1994). Em sociedades pré-modernas, porém, nas quais, segundo Giddens (1991), não há a vivência do espaço indiferenciado, a perda do lugar pode significar a destruição das tradições e, portanto, de toda a cosmovisão do povo. Os missionários salesianos entenderam bem que a melhor forma de converter os índios Bororo era fazê-los abandonar suas aldeias circulares por casas dispostas em linhas paralelas. Sem o substrato físico da aldeia, desorientados com relação aos pontos cardeais, privados do plano que fornece um argumento ao seu saber, os indígenas perdem rapidamente o senso das tradições (Lévi-Strauss, 1957, p. 231). A perda do lugar familiar por violenta coação pode imprimir sobre o indivíduo, sobre sua identidade, marcas indelévels.

Sob um ponto de vista, a maneira como Tuan (1983) apresenta sua discussão sobre o conceito de lugar aproxima-o da maneira como Deleuze e Guattari (2010) apresentam seu conceito de território, pois, em ambos os casos, a definição desses conceitos apoia-se na existência de um específico processo de *apropriação* (Cavalcante & Elias, 2011; Haesbaert, 2004a). “O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 323). Sob a perspectiva da Psicologia Ambiental, apropriação pode ser entendida como um processo psicossocial pelo qual o ser humano projeta-se no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu. Neste processo, também o introjeta. Lefebvre (1986, pp. 411–412), ao discorrer acerca do espaço, ressalta que seu valor de uso entra em conflito com o seu valor de troca, uma vez que o primeiro implica apropriação e o último, propriedade. A apropriação, mais subjetiva ou cultural-simbólica, funda-se sobre o tempo vivido dos usuários, tempo diverso e complexo, e distingue-se da dominação político-econômica, mais concreta e funcional (Haesbaert, 2004b, pp. 95–96).

O debate atual a respeito do caráter “desterritorializado” das sociedades contemporâneas indica a existência de profundas alterações na forma como as populações interagem com o território. A identificação que marcava as sociedades tradicionais deixa de existir, e mesmo o controle

centralizado do território pelo Estado, como se viu durante toda a modernidade, pode estar em franco declínio. A sociedade em que os fluxos comunicacionais e de deslocamento em rede impera (Castells, 2007) teria conduzido a uma perda da importância do território, ou a uma perda da importância do lugar. O indivíduo contemporâneo intercambia lugares de maneira quase indiferente – nem apego ao lugar, nem identidade. Há uma longa literatura sobre o assunto, que se tornou central para a compreensão do mundo contemporâneo (Haesbaert & Bruce, 2002; Haesbaert, 2004a).

Em uma sociedade desterritorializada, pode ser útil investigar as possibilidades de recriação dos vínculos com o mundo. Por inspiração de Deleuze e Guattari (2010), este processo pode ser chamado de *reterritorialização*. Os referidos autores defendem que não há desterritorialização que não seja, ao mesmo tempo, uma reterritorialização. Seu conceito amplo de território pode aplicar-se a contextos contraintuitivos (a mão cria um território na ferramenta), mas permite imaginar que as interpretações clássicas sobre o fenômeno do desenraizamento falham em perceber que as populações deslocadas estabelecem novos territórios (no sentido de espaço vivido), enraízam-se novamente, reterritorializam-se. As populações negras trazidas ao Brasil durante o período escravista constituem um caso muito importante para o teste de algumas das hipóteses acerca do fenômeno da territorialidade. Sob uma perspectiva contemporânea, a territorialidade é um problema central das populações negras no Brasil (Giacomini, 2009). Estudar a forma como se deu esta relação ao longo dos mais de 450 anos de presença negra no país pode ajudar a elucidar algumas dessas questões. O presente trabalho pretende defender a ideia de que o estudo da dinâmica histórica das populações negras no Brasil pode trazer contribuições relevantes para a compreensão dos fenômenos do território nas sociedades contemporâneas. Mais do que isso, sob a perspectiva de uma psicologia ambiental da etnicidade, este estudo poderia auxiliar no entendimento de fenômenos que permanecem obscuros, em grande medida, por não poderem ser rigorosamente conceituados em caráter universal. Ao contrário, apenas o esclarecimento de suas especificidades sociais e culturais permitirá encontrar conceitos aplicáveis a diversas realidades. Se tomarmos, por exemplo, a longa e até agora infrutífera discussão a respeito da relação entre apego ao lugar e participação política (Lewicka, 2010), veremos que, apenas com a compreensão rigorosamente contextualizada do que seja participação política, poderemos

chegar a avançar em sua elucidação. Por fim, a eleição das populações negras no Brasil (e na América Latina) como tema de estudo pode ser justificada por duas razões: a escravidão negra sempre teve como elemento estratégico para seu sucesso a promoção nos escravos de uma percepção de completa ausência de territórios. Ou seja, trata-se de uma população que permaneceu por 350 anos, *em caráter oficial*, “desterritorializada”. No Brasil, isso não se alterou profundamente exceto nos últimos 30 anos. Em segundo lugar, as formas de resistência negra à escravidão tiveram na busca por “territorializar-se” uma de suas características mais marcantes. Ao lutarem pelo direito a um lugar, os negros no Brasil criaram uma instituição que definiu grande parte da dinâmica social brasileira, pairou como uma perigosa ameaça sobre as cabeças dos senhores de escravos e, no presente momento, articula a luta pelo direito ao território dessas populações. Tal instituição, que existiu por toda a América Latina com algumas diferenças regionais, é chamada de *quilombo*.

A escravidão no Brasil

As análises sociológicas realizadas sobre o tema da escravidão no Brasil ao longo do século XX raramente enfatizaram o papel político dos homens e mulheres negros. Mera ferramenta de trabalho, objetos despossuídos de direitos, incapazes de participação política ativa, propriedades de seus senhores, os negros sempre foram considerados parte passiva dessa história. Seu processo de degradação teria sido tão brutal, a violência cometida contra eles teria sido tão avassaladora, que não teriam sobrado condições para sua inserção como agentes políticos no mundo social colonial brasileiro. Vítimas de um dos mais violentos processos de deslocamento forçado já observados em toda a história da humanidade, os escravos negros teriam chegado ao Brasil incapazes de relacionar o novo mundo com o qual travavam contato com a linguagem, os símbolos, criados para explicar o mundo que haviam perdido. Cardoso chegou a afirmar (1975, p. 112): “Em todo este processo, de ‘passagem’, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os ‘camponeses’, são os testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história.”

Foi somente a partir de meados do século XX que as pesquisas que voltavam sua atenção para as formas de resistência dos escravos negros à dominação branca começaram a ganhar corpo. Trabalhos pioneiros (Carneiro, 1958; Moura, 1959; Ramos, 1953), não apenas passaram a voltar sua atenção para ritos e comportamentos que anteriormente não eram considerados como formas de resistência, como o canto e a dança, mas também a revalorizar e reinterpretar as formas de resistência já classicamente estudadas, especialmente as revoltas e os quilombos. Sob esta perspectiva, o escravo, por suas ações de resistência, operou, como componente dinâmico, um contínuo desgaste no sistema escravista e contribuiu ativamente para seu desmoronamento. “O escravo, no entanto, se, de um lado, era apenas coisa, do outro lado, era ser. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana” (Moura, 1986, p. 8). A relação entre senhor e escravo era contraditória, compondo tais personagens polos dialéticos do regime escravista. “Estas duas classes fundamentais compõem basicamente a estrutura da sociedade escravista no Brasil... Mas esta estrutura não é estática” (Moura, 1986, p. 11).

Houve inúmeras formas de resistência negra durante o período colonial. Os cantos, as danças e a religião, por exemplo, trazidos pelos escravos como herança cultural africana ou desenvolvidos na América, expressavam formas mais ou menos sutis de resistência identitária, e tinham como consequência criar um contraponto ao tratamento legal e social como mercadoria, como coisa intercambiável, a que eram submetidos. Mas devemos destacar duas formas de resistência como as mais relevantes para os objetivos de nossa discussão: as revoltas e os quilombos.

De acordo com Reis (1996), as *revoltas negras* assemelharam-se às realizadas por muitos outros grupos oprimidos, tanto no contexto da escravidão nas Américas quanto em outros contextos. O fato de que não eram fenômeno típico do Brasil se evidencia observando os países ao redor. Revoltas negras aconteceram em toda a América. Seu principal exemplo talvez tenha sido a independência de Saint Domingue (futuro Haiti), a única revolução escrava bem-sucedida no Novo Mundo, ocorrida no início da década de 1790. As revoltas no Brasil tornaram-se mais frequentes a partir do final do século XVIII. Entre as causas para este fenômeno, podemos destacar algumas mudanças na estrutura demográfica brasileira que,

em decorrência do aumento do tráfico negreiro, era formada por uma proporção cada vez maior de escravos e, sobretudo, de escravos africanos. Revoltas proliferaram durante as lutas pela independência e mesmo durante a Guerra do Paraguai. Isso ao mesmo tempo mostra que o domínio sobre os escravos não era tão absoluto como alguns estudiosos imaginaram e que os escravos continuaram a desempenhar o papel de agentes políticos, avaliando a força e a fraqueza dos senhores e planejando o momento mais adequado para agir. Apenas na Bahia do século XIX, 25 conspirações foram planejadas e executadas com graus variados de sucesso. Também ocorreram às dezenas em praticamente todas as outras províncias.

A segunda forma de resistência são os *quilombos*. Se a revolta assemelhou-se a ações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, “o quilombo foi um movimento típico dos escravos” (Reis, 1996). A imagem socialmente difundida dos quilombos no Brasil é bastante conhecida: um grupo de escravos fugidos do cativeiro que se congregam em região erma, pouco habitada, e vivem no isolamento, organizando-se em torno de costumes parcial ou totalmente herdados de suas tradições africanas. Foram violentamente combatidos pelos senhores de engenho e, em alguns casos, foram capazes de resistir por dezenas de anos às investidas sistemáticas que visavam destruí-los. Os quilombos aparecem socialmente no Brasil como símbolo máximo da resistência negra.

A palavra “quilombo” tem origem na palavra *kilombo*, de língua mbundu, que designava originalmente uma associação de guerreiros, modelo adotado pelos exércitos jaga que habitavam a região do Congo no início do século XVII. Os jaga tinham por costume apropriar-se dos jovens e crianças dos povos derrotados, incorporando-os ao seu exército. O modelo se difunde quando príncipe Kinguli, que havia abandonado seu reino no Zaire em direção a Angola em virtude de disputas pelo trono, aliou-se aos jaga e adotou seu modelo de organização militar. Segundo Munanga (1996), a palavra quilombo “tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos”. Como tal, é uma instituição transcultural que recebeu

contribuições dos lunda, imbangala, mbundu, kongo, entre outros. Uma característica essencial dos membros do *kilombo* é, portanto, seu elevado grau de desenraizamento.

O rei de Portugal assim definiu o termo em 2 de dezembro de 1740, em resposta a uma consulta realizada pelo Conselho Ultramarino: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Tal definição traçada pela legislação permanece até hoje como uma imagem a confinar nossa interpretação sobre o fenômeno. Conforme Wagner (1999, p. 12), esta definição constitui-se basicamente de cinco elementos: (a) a fuga; (b) uma quantidade mínima de fugidos; (c) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” do que da chamada civilização; (d) moradia habitual, referida no termo “rancho”; (e) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz. Definidos assim, com a finalidade exclusiva de combater as fugas e as revoltas, os quilombos pareciam pontilhar todo o território nacional. É possível mesmo afirmar que o Brasil se converteu em um conjunto de quilombos (Moura, 1986, p. 16; Price, 1996, p. 168), que variavam em tamanho, em organização, em estabilidade e em duração. Inúmeros exemplos poderiam ser levantados, porém, para contrapor-se a esta definição – alguns quilombos localizavam-se a poucos metros da casa grande do senhor de escravos e houve casos de quilombos localizados dentro da própria senzala. De forma geral, portanto, os quilombos representavam fundamentalmente formas autônomas de produção dos escravos, que poderiam ocorrer em momentos específicos, sem passar pelo grande proprietário ou pelos senhores de escravos, e que não necessariamente implicavam uma oposição clara ao sistema escravista. A legislação, ao definir de maneira genérica e exterior o fenômeno, cumpria essencialmente seu papel repressivo. Os quilombos, porém, eram muito frequentes, a ponto de muitos escravos das senzalas terem em sua biografia uma ou mais passagens por quilombos (Reis, 1996).

Nem sempre se utilizou a palavra *quilombo* para designar este fenômeno. Durante muito tempo, a palavra utilizada foi *mocambo*. Sua substituição pode ter decorrido do fato de que o principal quilombo de todo o período colonial, Palmares, adotou o modelo quilombola para enfrentar o problema do desenraizamento de seus membros, muitos deles fugidos ou

recuperados das fazendas, e possuindo origens étnicas bastante variadas. Pode-se afirmar que o termo se consagrou para designar um reduto de escravos fugidos após sua adoção por Palmares (Reis, 1996).

Ao contrário da imagem propagada durante o período colonial, os quilombos não estavam isolados do restante da sociedade, mas constituíram amplas redes de apoio nas regiões onde se localizavam (Giacomini, 2009, p. 10). O tipo de rede dependia do tamanho e da estabilidade do quilombo, sendo mais intensa e organizada quando o quilombo possuía uma produção agrícola regular. O maior problema para o sistema escravista era justamente o fato de que os quilombos não eram comunidades isoladas e, embora protegidos, situavam-se em geral próximos a fazendas, vilas e cidades, mantendo contato com escravos, negros libertos e homens brancos, com os quais compartilhavam inúmeros interesses. Mesmo havendo quilombos isolados, os quilombolas em geral estabeleciam relações com variados grupos sociais, que não se restringiam àqueles excluídos socialmente, apesar de Moura (Moura, 1986, p. 31) dar a tais grupos maior importância. Isto porque, considerando que o comércio com os quilombos era proibido e que algumas vezes eles dedicavam-se a assaltar viajantes nas estradas ou cometer outros tipos de delitos, era comum que eles vendessem o produto de suas atividades para contrabandistas, constituindo uma rede ilegal de comércio. Em troca, eram informados sobre a aproximação das tropas e outras ameaças a sua segurança. Além disso, recebiam em suas fronteiras vários tipos de pessoas perseguidas e descontentes, não apenas escravos, como já mencionamos. Mas Reis (1996) menciona quilombos ao redor de Vila Rica no século XVIII, e quilombos no século XIX próximos a Recife, Olinda, Salvador, Cuiabá, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, todos mantendo relações de trabalho, amizade e parentesco com escravos, negros livres, mestiços e brancos, especialmente os comerciantes locais (Giacomini, 2009, p. 19). É a este fenômeno que Gomes (Reis & Gomes, 1996, p. 283) chama de *campo negro*: “Para além da formação de um campesinato negro, a partir das comunidades quilombolas e das comunidades das senzalas, podemos pensar a criação de um campo negro... Para a maioria dos senhores de escravos, a existência dessas redes de solidariedade representava uma ameaça permanente”. A metáfora do campo negro permite compreender que os quilombos não constituíam um elemento isolado na sociedade, fazendo parte de um conjunto de instituições, grupos e organizações cujas relações apresenta-

vam enorme complexidade e expressavam as contradições típicas de uma sociedade escravista e colonial, como a brasileira.

Após a abolição, os escravos deixaram de ocupar o centro das preocupações políticas, tomado agora por discussões a respeito dos imigrantes europeus e de como melhor planejar sua incorporação civilizatória à sociedade brasileira. Quanto aos quilombos, a sua continuidade foi ignorada pela legislação (Santilli, 2005, p. 197) e eles deixaram de constituir tema de debate e reflexão públicos (Valentim & Trindade, 2011).

Os quilombos após a abolição da escravatura – o Vale do Ribeira (SP)

Não que eles tivessem deixado de existir. Ao contrário, muitos quilombos permaneceram nas áreas onde se situavam e enfrentaram os graves problemas fundiários que marcaram a realidade brasileira no século XX. Outros viram seus moradores mudarem-se em busca de terras ou simplesmente desapareceram por motivos vários. Disputas pela terra, expropriações e graves violências marcaram essas comunidades, cuja luta desenvolveu-se, porém, em uma espécie de profunda obscuridade. Há inúmeras semelhanças entre os quilombos brasileiros, como sua localização e as dificuldades econômicas e fundiárias (Carril, 2002). As diferenças regionais entre os quilombos, todavia, permaneceram ou aumentaram, o que torna muito difícil estudar tais grupos em conjunto, como coisas homogêneas. A fim de tratar de maneira mais aprofundada e menos esquemática o tema da territorialidade quilombola neste período, iremos centrar nossa discussão em uma região conhecida como Vale do Ribeira e em uma comunidade localizada nesta região.

O Vale do Ribeira, localizado nos estados de São Paulo e Paraná, é uma região emblemática. Em contraposição ao seu rico patrimônio ambiental e cultural, o Vale do Ribeira apresenta os mais baixos indicadores socioeconômicos do estado de São Paulo, incluindo altos índices de mortalidade infantil (Sistema Único de Saúde, 2010), analfabetismo acima da média e sua mais baixa renda *per capita* (Romão, 2006, p. 11). A região também abriga uma das maiores concentrações de comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, e as mais de cinquenta comunidades ali existentes vivem basicamente da produção de subsistência (Pedroso, 2011, p. 2). Nesta região, localiza-se a comunidade de Ivaporunduva, à

margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape. Aproximadamente 80 famílias e 300 pessoas vivem na comunidade, cuja área é de cerca de 2800 hectares. O seu nome significa “rio de muita fruta” (*vaporú*) e ela é considerada a comunidade quilombola mais antiga e mais importante do Vale, tendo servido como núcleo para a formação de outras comunidades da região. É também a comunidade mais bem documentada da região.

Queiroz (2006) ressalta que, em 1908, o geólogo Cornélio Schimidt visitou a região e apontou em relatório a existência no local de uma comunidade negra. Segundo o geólogo, a tradição dizia que os escravos africanos mineravam o ribeirão da região há mais de 240 anos “a serviço de sua proprietária, sesmeira na localidade”, de nome Joanna Maria (Queiroz, 2006, pp. 41–43). Isso indica que os primeiros grupos de escravos chegaram à região no século XVII ou ainda no XVI, passando a ser mais povoada a partir de 1720. Estes escravos teriam construído por conta própria a capela do bairro (ainda existente), dedicada à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e inaugurada em 1791, e recebido de Joanna uma gleba de terras e sua liberdade. Após o esgotamento das lavras, ou por conta do envelhecimento de Joanna Maria, a proprietária parte para Portugal, vindo a falecer em 1802, tendo antes doado suas terras para a Igreja, integradas ao patrimônio da capela - ambos os atos, a doação aos escravos e à Igreja, eram práticas comuns no sistema escravista brasileiro (Pedroso, 2011, p. 6). Entregues à própria sorte, os escravos permaneceram na região praticando a agricultura de subsistência e atividades extrativistas. Apossaram-se de terras livres e isolaram-se em núcleos familiares que compunham um grupo mais extenso e igualitário, graças aos vínculos de solidariedade e sociabilidade inerentes às relações de parentesco, vizinhança e compadrio existentes entre os membros do povoado (Pedroso, 2011, p. 6). Construíram, assim, uma identidade própria calcada na existência de laços de solidariedade, na cor da pele e na história comum (Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 1998; Queiroz, 2006).

Pode-se afirmar que a questão quilombola permaneceu grandemente ignorada na região, ao menos nos documentos escritos, durante a maior parte do século XX. Mesmo os autores que se dedicaram a este tema até a década de 1970 o fizeram tratando os quilombos como uma instituição do passado (Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2002, p. 6). O já mencionado relatório de Cornélio Schimidt, citado por Queiroz

(2006), fala em comunidade negra, não em quilombo. Giacomini (2009, pp. 21–22) enfatiza que, até a promulgação da Constituição de 1988, a questão quilombola permanece invisível, e que no Brasil, até os anos 1970, “falar de remanescentes de quilombos era motivo de espanto”. O primeiro trabalho antropológico sistemático feito em Ivaporunduva, já na década de 1970 (Queiroz, 2006), não usa sequer uma vez a palavra “quilombo”, chamando os moradores da localidade de *caipiras* e a própria região de “bairro negro”. Aliás, na obra mencionada, a importância relativa da cor da pele na condição de vida dos moradores é tema de discussão, e o autor esforça-se por mostrar que a cor da pele pode ser uma explicação plausível para seu relativo isolamento social (Queiroz, 2006, pp. 23–27). Mas as principais causas de sua situação são creditadas a sua condição de camponeses, ou melhor, *sitiantes* (Queiroz, 2006, pp. 48–49). O autor também conta que as primeiras pessoas a quem indagou sobre a localização exata de Ivaporunduva reagiram com espanto, não conseguindo entender por que ele havia se interessado por um povoado de pretos, “gente simples, alguns até com seis dedos em cada mão” (Queiroz, 2006, p. 22).

Após a abolição da escravatura, os quilombolas do Ivaporunduva passam a ocupar-se do trabalho agrícola e organizam sua vida socioeconômica nos moldes do sitiante tradicional brasileiro. As terras por eles ocupadas eram devolutas (a serem incorporadas ao patrimônio do Estado), privadas ou pertencentes à Igreja. De maneira geral, boa parte do território por eles ocupado podia ser considerado fruto de *apossamento*. Sendo, assim, fruto de *apossamento*, os moradores de Ivaporunduva não possuíam título de propriedade sobre a terra. Esta situação é bastante comum nos quilombos brasileiros. Durante um longo período, a comunidade organizava-se em moldes não capitalistas, adotando formas produtivas e práticas rituais de distribuição de alimentos que podiam mesmo lembrar aquelas observadas em sociedades “primitivas” (Queiroz, 2006, p. 108). Ocupava uma região distante e isolada, sem canais de transporte e comunicação adequados, dependendo apenas do traçoeiro rio Ribeira de Iguape para seus deslocamentos, o que a manteve relativamente isolada de outras comunidades.

Mas tal situação começa a ser modificada em meados do século XX, inaugurando-se assim nova fase da vida do bairro. Desde a década de 1930, o governo do estado de São Paulo procurou criar programas de

incentivo à produção econômica na região, menos desenvolvida economicamente que o restante do estado, por meio de projetos de colonização da região, que ofereciam subsídios àqueles que se dedicassem à lavoura extensiva. A cultura escolhida pelo governo do estado foi a bananicultura, e hoje a região ainda é uma das maiores produtoras brasileiras desta fruta. A região torna-se alvo do interesse de proprietários que passam a ver ali um lugar atrativo para investimentos. Esta política elevou o preço das terras e foi acompanhada por grande expansão da pecuária bovina e pelo crescimento da propriedade privada sobre a mata nativa.

Tais projetos apresentam grande crescimento a partir da década de 1950, apoiados em benefícios fiscais e pesados investimentos. A propriedade privada sobre a terra cresce de forma vertiginosa, diminuindo abruptamente a extensão das terras públicas utilizadas coletivamente e essenciais para a manutenção do modo de vida da comunidade (Giacomini, 2009, p. 7). Os moradores começam a ser assediados por fazendeiros e empresários à procura das terras que se valorizam. Passa a ocorrer um progressivo “cercamento” das áreas de matas naturais, transformadas em propriedade privada por meios variados, como a compra, as fraudes documentais e a expulsão pura e simples dos posseiros.

As áreas ocupadas pelos “grandes posseiros” crescem rapidamente entre os anos 1960 e 1970. Ao lado desta forma fácil e rápida de tornar-se dono de extensas propriedades, a região do Vale do Ribeira ainda oferecia uma mão-de-obra disponível e barata, privada dos meios de produção tradicionais. Muitos moradores de Ivaporunduva alienaram neste período o direito de posse da terra. Houve até tentativas malsucedidas por parte de empresários locais de adquirir as “terras da Santa” (pertencentes à Igreja). Aliás, em muitos casos os moradores venderam suas terras e passaram a cultivar a terra da Igreja como forma de subsistência.

Entre as décadas de 1960 e 70, desenvolve-se também uma intensa atividade de extração de palmito. São construídas fábricas para o processamento do produto na região e muitos moradores passam a se dedicar a esta atividade. Por suas características, que exigem a permanência por várias horas na mata, ela ocasionou dispersão demográfica e abandono das roças e das criações, além de enfraquecer os padrões tradicionais de ajuda e solidariedade grupal. Além disso, subordinou toda a comunidade ao comprador do palmito e obrigou os moradores a comprarem os demais

produtos - aos poucos, o trabalho passa a ser assalariado, processo que se acelera a partir de 1975. Ao lado disso, passou-se a produzir em larga escala lenha e carvão. A derrubada da mata ocasionava o crescimento natural de pastagens, que eram ocupadas por rebanho bovino. As práticas modernas de produção deveriam condenar os pequenos posseiros à extinção, o que só pôde ocorrer, de fato, pelo uso da violência física (cercamento e expulsão dos posseiros) aliada a um processo de especulação do mercado fundiário que se iniciou ainda na década de 1930. As práticas tradicionais de produção coletiva (mutirão) lentamente desaparecem. Os moradores começam a necessitar de outros bens para sua existência, que só podem ser comprados por meio do salário. As práticas capitalistas inserem-se no tecido social da comunidade e substituem as formas tradicionais de sociabilidade. O problema fundiário torna-se crônico. O assédio de fazendeiros estranhos à comunidade constitui um dos tipos mais graves de conflitos entre os anos 1960 e 1970 na região. Torna-se frequente a existência de litígios e atritos pela compra das terras (Giacomini, 2009, p. 3 e p. 7; Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2002).

Na década de 1970, a região foi utilizada como esconderijo pela guerrilha que combatia o regime militar no Brasil. Em seguida, o governo passa a investir pesadamente na infraestrutura de transporte e comunicação da região e constrói uma estrada que faz a ligação com Ivaporunduva, rompendo o secular isolamento físico da comunidade. Mas neste momento, a comunidade já se encontra profundamente inserida no ciclo de produção capitalista que se impôs. A economia da região começa a apresentar sinais de crescimento. Se considerarmos o período que vinha do fim da mineração e se estendeu até os anos 1950, Ivaporunduva permaneceu relativamente isolado, fazendo uso de técnicas tradicionais de produção e organizando-se com base em formas não capitalistas de produção por aproximadamente 200 anos.

A partir de 1965, com a instituição do Código Florestal brasileiro, a extração do palmito torna-se uma atividade ilegal (Lei 4.471/1965). Os palmiteiros passam a sofrer vigilância estrita da polícia florestal. Também, a criação de áreas de proteção ambiental na região no ano de 1969, as quais se sobrepunham aos territórios ocupados pelas populações tradicionais, restringe severamente as práticas agrícolas desenvolvidas pelas comunidades residentes. Impedidos de exercer outras atividades pro-

dutivas, os habitantes se voltam para a extração ilegal de palmito, o que leva muitos à prisão. Este processo de privação do território, que em seu momento inicial se origina de propostas desenvolvimentistas do governo militar, passa a refletir agora o surgimento de novas preocupações políticas. Os atores políticos que surgem neste momento, entre as décadas de 1960 e 1970, são tanto fruto das condições sociais, políticas e econômicas vividas durante a ditadura militar no Brasil quanto catalisadores que irão, em pouco tempo, promover a dissolução do regime ditatorial. De maneira geral, surge um novo tema, que irá em breve definir a agenda política mundial - a crise ambiental (Gohn, 2007). Ademais, profundas mudanças políticas e culturais aos poucos deslocaram o tema do trabalho do centro das reivindicações políticas e aí posicionaram uma nova gama de exigências. O direito à identidade e ao reconhecimento, as lutas pelos direitos de gênero e de etnia, estas novas preocupações passam a se refletir nas obras de intelectuais como Foucault, Gorz e Habermas e reorganizam as lutas políticas tanto nos países centrais quanto nos periféricos (Offe, 1989). Este processo trará uma importante e inesperada reviravolta na região.

A partir da década de 1970, surgem em todo o mundo movimentos sociais que apresentam pautas reivindicatórias originais, baseadas na busca por reconhecimento (Honneth, 2003) de suas especificidades étnicas ou identitárias e não mais centradas no trabalho como elementos articulador do discurso político (Arruti, 1997; Offe, 1989). As mobilizações étnicas na América Latina e particularmente no Brasil ressoam e alimentam este processo, tornando-se fundamentais para definições políticas e teóricas ligadas às reivindicações formuladas pelos movimentos sociais que contestavam a ordem vigente, fundada, de maneira geral, no estabelecimento de governos militares por toda a região (Giacomini, 2009, p. 22). “Em síntese, os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80” (Gohn, 2007, p. 303). Sob tal perspectiva, durante a década de 1980, mesmo os autores que haviam trazido o tema dos quilombos para o debate público nas décadas de 1950 e 1960 pareciam conservadores - sua forma de entender os quilombos como fenômenos do período escravista, enquanto

importantes para a compreensão da sociedade atual e para a história do país, terminavam “cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil, além de caracterizarem-nos exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra” (Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2002, p. 6), e falhavam em reconhecer o mais importante: a identidade negra, tanto quanto a condição de sitiante, ou camponês, definia o campo de luta que inúmeros grupos espalhados pelo Brasil deveriam enfrentar *agora*. Conquanto falhassem neste ponto, era imperioso reconhecer que “a produção científica ainda atada a exegeses restritivas e pouco plásticas ... subsidiou a luta política em torno das reivindicações da população rural negra que, sofrendo expropriações incessantes, se colocava como um segmento específico no palco dos movimentos sociais” (Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2002, p. 7). A invisibilidade das populações negras, *na condição de populações negras*, passou a ser vista como resultado do escamoteamento das relações desiguais que imperavam no país (Giacomini, 2009, p. 22). As especificidades das populações negras começaram a parecer um tema premente de pesquisa, cujo valor não precisava ser demonstrado – as “comunidades negras rurais” começaram a parecer cada vez menos rurais e cada vez mais negras (Giacomini, 2009, p. 9 e p. 22). Em meados dos anos 1980, já era possível reconhecer claramente uma “efervescência intelectual ligada à construção de toda uma ideologia de autoafirmação racial nucleada na ideia de quilombo” (Pereira, 2006, p. 15). Da mesma forma, pareceu natural dizer que os “quilombos” do Vale do Ribeira tornavam clara a “identificação étnica de grande parte dos camponeses que, frente às pressões socioeconômicas, culturais e territoriais, remete-os à escravidão e à busca da história de ocupação de suas terras” (Giacomini, 2009, p. 3). Vale destacar que os conflitos continuavam na região. A titulação da terra parecia longe de ser obtida e a pressão de grupos nacionais e internacionais ligados ao agronegócio não dava sinais de arrefecimento. Além das pressões advindas da modernização econômica e da criação das áreas de proteção, projetos de infraestrutura que ameaçavam alterar completamente a geografia da região apavoravam os moradores. Entre eles, causava (e ainda causa) temor o projeto de construção de uma barragem no rio Ribeira cuja consecução levaria ao fim quase todos os quilombos da região (Carril, 2002; Giacomini, 2009; Instituto de Terras do Estado de

São Paulo, 2002; Nascimento, 2005). Em todo o Brasil, a forma básica pela qual o processo de expropriação se dá é parecido com esse: os quilombos ocupam áreas afastadas e sem interesse comercial. Quando há interesse econômico direto, grandes proprietários utilizam meios legais ou ilegais para expulsá-los. Se o interesse diminui, os camponeses podem voltar a ocupar a região com alguma segurança (R. M. C. Silva, 2006).

Os quilombos após a Constituição de 1988

Concomitantemente, os membros das comunidades que há séculos habitam a região passaram a organizar-se na década de 1980 com base em um discurso cada vez mais calcado em seus aspectos étnicos (Giacomini, 2009, p. 3). Durante este período, vivia-se também no Brasil a eferescência causada pelo processo de democratização formal que colocava fim à ditadura militar, e uma nova Constituição estava em franco debate. Movimentos sociais de diversos tipos organizavam-se para pressionar a Assembleia Constituinte, em um processo que resultaria na criação de uma carta legal fortemente marcada pela preocupação social (Gohn, 2007). Novas pesquisas eram produzidas nas universidades, pesquisadores acumulavam conhecimento sobre as origens históricas e as dinâmicas sociais dos diversos grupos étnicos e essas investigações reforçavam a adoção de um discurso fortemente marcado por referências à história colonial e a suas repercussões contemporâneas. Ao mesmo tempo, tais pesquisas levavam para a esfera da administração federal as conclusões a que chegavam, influenciando os debates na esfera pública governamental (Giacomini, 2009, p. 12). A caracterização dessas comunidades como “tradicionais” (Leite, 2000), operada nas décadas de 1930 e 1940, foi retomada e reelaborada. As referidas comunidades são consideradas tradicionais porque abrigam “um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, músicas e danças associadas à periodicidade das atividades de terra e de mar, de ligações afetivas fortes com o sítio e a praia” (Diegues, 2004, p. 23). O texto final da Constituição Federal traz, em seu artigo 68, enfim, a garantia tão desejada: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos, que estejam ocupando as suas terras, é reconhecida a propriedade

definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. A alteração semântica é perceptível. Essas comunidades passam a ser chamadas de “remanescentes”.

Isso gerou intensos debates acadêmicos, políticos e legais. Os bairros negros há muito tempo não utilizavam o termo “quilombo” para designarem-se. Giacomini (2009, p. 8) afirma que “estes grupos étnicos têm sido obrigados a ajustar-se a um conceito até então desconhecido para eles, o de quilombo, como estratégia política para garantir o direito de permanência em seus territórios”. Ao mesmo tempo, tal ajuste pode aparecer como um “último recurso na longa batalha para manterem-se em suas terras” (Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2002, p. 11). O sentido de “quilombo” também se alterou, perdendo sua conotação de isolamento geográfico e de fuga e ganhando um sentido que privilegia a existência de uma memória comum e da consciência de uma história compartilhada, “uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (Giacomini, 2009, p. 13). Ser remanescente implica a conjugação de três elementos, terra, etnia e território, este último entendido como a apropriação simbólica da terra, considerada substrato para a sobrevivência coletiva. Ao surgirem como remanescentes, esses grupos tornaram-se visíveis perante a política nacional. O Decreto 42.839, de 1998, tornou explícito que a caracterização de tais grupos seria feita por autoidentificação (o próprio grupo reconhece-se como remanescente) e por dados histórico-sociais a serem sistematizados em um relatório técnico-científico elaborado por órgão competente (a fim de dirimir as eventuais disputas judiciais por terra). Além disso, seu caráter “tradicional” permite argumentar que a expulsão dessas comunidades pela criação das áreas de proteção ambiental é uma injustiça histórica; que seu modo de vida tradicional apresentava baixo impacto sobre o ecossistema; que, ao contrário, foi a dissolução do modo de vida tradicional pelas forças do capital que pôs em risco o equilíbrio ecológico; e que, afinal, só há algo para preservar porque eles ali permaneceram por mais de dois séculos (Pedroso, 2011). Começaram a ser vistos como sobreviventes dos conflitos agrários, povos cuja existência continua ameaçada pelo fato de que suas terras ainda estão, em grande medida, alienadas por grandes proprietários ou pelo próprio Estado.

Conclusão: a situação quilombola contemporaneamente

O quilombo de Ivaporunduva obteve o reconhecimento de suas terras pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em 1997, por meio de relatório técnico-científico que atesta seu caráter de remanescente. Em 2000, suas terras foram reconhecidas pela Fundação Palmares. Em 2003, a comunidade recebeu do ITESP o título de parte de suas terras. Em 2009, é finalizado o processo de reconhecimento das terras e, em 01 de julho de 2010, a Associação Quilombo de Ivaporunduva obtém o registro da propriedade coletiva da terra em cartório (Americo & Padilha, 2011) – a primeira comunidade no estado de São Paulo a obtê-lo. Cada uma das comunidades da região encontra-se em um estágio diferente deste processo. A tomada das terras da região por grandes proprietários ainda ocorre e a legislação restritiva advinda da existência de amplas parcelas de terra sob o regime de proteção ambiental continua a ameaçar a existência das comunidades. Ainda tramita, além disso, o projeto de construção de barragens na região. Mas as comunidades organizam-se de forma cada vez mais articulada para lutar por seus interesses. Em 2011, após muitos anos de pressão política, as áreas de proteção do Vale do Ribeira foram transformadas em um mosaico ambiental, permitindo maior flexibilidade nas atividades econômicas dos moradores. No ano seguinte, o Ministério Público Estadual revogou a alteração devido a um problema formal e, em 2013, por pressão dos moradores, a área foi novamente convertida em um mosaico, com legislação específica para cada sub-região e maior liberdade para atividades econômicas. Apesar de haver diferenças importantes na história de cada núcleo comunitário, parece haver se tornada clara a existência de profundos vínculos sociais, políticos e culturais entre eles (algo que, em 1983, Queiroz, 2007, já havia defendido). Das quase 50 comunidades solicitantes do estado de São Paulo, 22 foram reconhecidas como remanescentes pelo ITESP e 6 receberam o título de domínio em caráter definitivo de suas terras.

As populações remanescentes no Vale do Ribeira passaram a exigir condições para o crescimento econômico e para o aumento de seu poder de consumo e de sua qualidade de vida. Em pesquisas iniciais realizadas na comunidade (Massola et al., 2012), alguns jovens de Ivaporunduva

relataram o desejo de deixar a comunidade em busca de integração aos modelos identitários que oferecem inserção nos padrões de consumo hegemônicos. As lideranças comunitárias mostram-se preocupadas com isso e buscam alternativas para dinamizar a economia local e oferecer atrativos para que os jovens permaneçam. Uma das possibilidades recentemente aventadas foi o desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária que abrangem vários quilombos e apresentam potencial para aumentar os rendimentos da comunidade, sem causar danos ao equilíbrio ecológico. Algumas comunidades construíram unidades para a industrialização de frutas. Todas, de alguma forma, buscam integrar com algum grau de autonomia a estrutura produtiva da região.

Para essas comunidades, território não significa apenas terra. Significa a possibilidade de integrar com autonomia o mundo social. Não significa separação, mas implica a possibilidade de manter suas características culturais e eventualmente transformá-las, sem que tal transformação signifique uma forma de subordinação às forças hegemônicas. Mas a luta pela terra foi assumida por essas comunidades, que exerceram verdadeiro protagonismo político nas três últimas décadas. Apesar de a terra não ser o elemento essencial de sua luta, sem a terra, entendem que não é possível obter o respeito aos seus direitos básicos. Ou seja, sem terra, parece não ser possível obterem território. Isso pode parecer contraditório com a literatura que argumenta pela perda da importância do território, contemporaneamente. A história dos quilombos pode talvez ajudar a compreender esta contradição. Toda a subjugação das referidas populações foi sustentada por certa relação com a terra: a ausência de terra foi uma das formas pelas quais se lhes negou território – era, enfim, uma das formas pelas quais se mantinha sua condição de submissão e sua exclusão da condição de cidadãos. Há 450 anos, as populações negras no Brasil vêm sendo submetidas a um brutal processo de desenraizamento. O combate a este processo sbe iniciou pelo direito à terra, que representou o direito a um lugar, um território. Não fossem também vítimas do preconceito de cor; não fossem também vítimas preferenciais da enorme desigualdade social no Brasil; não tivessem sua cultura, suas tradições, seu modo de vida vilipendiados – a terra talvez pudesse ser vista como aquilo que ela já é: símbolo da identidade, da cultura e do orgulho dessas populações.

Referências

- Americo, M. C. & Padilha, A. M. L. (2011). Quilombo Ivaporunduva: a dialética do processo histórico de aquilombolamento. In *Anais da 9ª Mostra Acadêmica UNIMEP*. Piracicaba, SP: Universidade Metodista de São Paulo.
- Arruti, J. M. A. (1997). A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, 3(2), 7–38.
- Berger, P. L. (1976). *Perspectivas sociológicas*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Cardoso, F. H. (1975). Classes sociais e história: considerações metodológicas. In *Autoritarismo e democratização* (p. 240). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carneiro, E. (1958). *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- Carril, L. F. B. (2002). Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombos no Brasil. *Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, 6(119). Acesso em 23 de agosto de 2015, em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-39.htm>
- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cavalcante, S. & Elias, T. F. (2011). Apropriação. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp. 63–69). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalcante, S. & Nóbrega, L. M. A. (2011). Espaço e lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp. 182–190). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo - capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34.
- Diegues, A. C. (2004). *A enciclopédia caiçara: história e memória caiçara*. São Paulo: HUCITEC, Nupaub.
- Freyre, G. (2002). *Casa-Grande & Senzala*. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San Jose: Allca XX.
- Giacomini, R. L. B. (2009). A territorialidade das comunidades de quilombos no Vale do Ribeira: do direito étnico à posse definitiva do território. In *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária* (pp. 1–33). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (5ª ed.). São Paulo: Unesp.

- Gohn, M. (2007). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (6ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Gomes, F. S. (2005). *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP; Polis.
- Gonçalves, J. M. (1998). Humilhação social – um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11–67.
- Guattari, E. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Haesbaert, R. (2004a). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: Editor.
- Haesbaert, R. (2004b). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. & Bruce, E. G. (2002). A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, 4(7). Acesso em 05 de julho de 2015, em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74/72>
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: 34.
- Ianni, O. (1997). *A sociedade global* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Instituto de Terras do Estado de São Paulo. (1998). *Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Ivaporanduva / Eldorado-SP*. São Paulo: Autor?? . Acesso em 20 de agosto de 2015, em http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Ivaporanduva.pdf
- Instituto de Terras do Estado de São Paulo. (2002). *Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Praia Grande / Iporanga-SP*. São Paulo: Autor. Acesso em 17 de agosto de 2015, em http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Praia_Grande.pdf
- Lefebvre, H. (1986). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Lei n. 4.471, de 15 de setembro de 1965. (1965). Institui o Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República.
- Leite, I. B. (2000). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, IV(2), 333–354.
- Lévi-Strauss, C. (1957). *Tristes trópicos*. São Paulo: Anambi.
- Lewicka, M. (2010). Place attachment: How far have we come in the last 40 years? *Journal of Environmental Psychology*, 31(3), 207–230.
- Massola, G. M., Svartman, B. P., Silva, L. G. G., Martins, A. B. M., Vidoto, D. G., & Santos, A. O. (2012). Pré-iniciação científica e o ensino de Psicologia para

- adolescentes por meio do projeto “Identidade, território e participação.” *Integración Académica em Psicología*, 1(2), 5.
- Moura, C. (1959). *Rebeliões na senzala*. São Paulo: Zumbi.
- Moura, C. (1986). *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense.
- Munanga, K. (1996). Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, 28, 56–63.
- Nascimento, L. K. (2005). Identidade cultural e territorialidade: impacto das políticas ambientais e dos projetos de barragens nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira- SP. In *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* (pp. 10019–10030). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Offe, C. (1989). Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(10), 3–4.
- Pedroso, F. G. (2011). *As experiências de desenvolvimento sustentável do quilombo de Ivaporunduva: um estudo de caso na perspectiva da agroecologia*. Eldorado. Acesso em 20 de agosto de 2015, em <http://acervo.novacartografiasocial.com.br:8088/xmlui/bitstream/handle/738738/192/Fabio%20Graf%20Pedroso.pdf?sequence=1>
- Pereira, J. B. B. (2006). Apresentação. In *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica* (2ª ed., pp. 17–19). São Paulo: EDUSP.
- Price, R. (Ed.). (1996). *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore: Johns Hopkins University Press .
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57–83.
- Queiroz, R. S. (2006). *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica* (2ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- Ramos, A. (1953). *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro.
- Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, 28, 14–39.
- Reis, J. J. & Gomes, F. S. (1996). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Romão, D. A. (2006). *Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- Santilli, J. (2005). Unidades de conservação da natureza, territórios indígenas e de quilombos: aspectos jurídicos. In A. V. V. Rios & C. T. H. Irigaray (Eds.),

- O direito e o desenvolvimento sustentável* (1ª ed., pp. 167–203). São Paulo: Peirópolis.
- Silva, L. D. (2006). João Fernandes Vieira e a guerra da liberdade divina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 167(430), 199–262.
- Silva, R. M. C. (2006). Identidade, territorialidade e futuro das comunidades rurais negras no Brasil. *Revista Jurídica*, 8(80). Acesso em 23 de agosto de 2015, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_80/artigos/Rene_rev80.htm
- Sistema Único de Saúde. (2010). *DATASUS - Banco de dados do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Acesso em 28 de novembro, 2010, em <http://www.datasus.gov.br>
- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.
- Valentim, R. P. F. & Trindade, Z. A. (2011). Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. *Psicologia Política*, 11(22), 295–308.
- Wagner, A. (1999). Os quilombos e as novas etnias. É necessário que nos libertemos da definição arqueológica. In S. Leitão (Ed.), *Documentos do ISA n. 5 - Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais* (pp. 11–18). Brasília, DF: Instituto Socioambiental. Acesso em 23 de agosto de 2015, em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10104.pdf
- Weil, S. (1996). O desenraizamento. In E. Bosí (Ed.), *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (pp. 407–440). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Investigación y política ambiental: el papel de la psicología ambiental

Ricardo García-Mira

Conectando la investigación y la política

Cuando uno piensa en la función que debe cumplir un psicólogo social, inmediatamente piensa en el trabajo con grupos sociales, con comunidades, con la sociedad, que es un trabajo político, donde hay muchos actores, y en donde surgen muchas dinámicas sociales y humanas que es necesario tomar en consideración. Nuestra responsabilidad como investigadores es transmitir a los profesionales de la psicología, pero también de la ciencia política, aquellas claves que han de contribuir a la acción, basada en los resultados de la investigación psicosocial. Pero cuando uno intenta conectar investigación y política, la primera cosa que uno advierte es que no es una tarea fácil. Pensar en términos de qué aplicación práctica puede tener un descubrimiento científico, no es difícil inicialmente para el investigador que diseña su experimento o ejecuta sus análisis y exploración de la realidad social. Lo que es difícil es comenzar el proceso de implementación, a través del que los resultados de investigación lleguen a ser una contraparte de la inversión en investigación que hacen los ciudadanos a través de sus impuestos. Ellos esperan el retorno de esa inversión en forma de acciones concretas, en forma de aprendizaje, o en forma de guías y recomendaciones para la acción política.

Los políticos y administradores públicos necesitan de la existencia de un fuerte vínculo entre investigación y política. De otro modo, la acción política es más compleja y llega a hacer difícil alcanzar las metas de responsabilidad social que dan lugar a la mejora del bienestar de los ciudadanos. No nos referimos a un vínculo retórico, sino a un vínculo real en forma de implicación práctica, considerando que la acción política debería estar enraizada en el conocimiento basado en la ciencia social, y reconocer, por un lado, la necesidad de basar las decisiones en la in-

vestigación de cómo funciona la comunidad, y por otro, la necesidad de considerar la contribución que la propia sociedad civil –en sus muchas formas de organizarse y manifestarse-, hacen para generar una base de conocimiento.

Existen varios argumentos para explicar los problemas que las universidades y centros de investigación sufren y que constituyen verdaderas barreras a la implementación de resultados de investigación. Por un lado, problemas socioambientales, que para ser abordados en toda su amplitud, deben ir más allá del análisis disciplinar especializado, que va en detrimento de un análisis inter o transdisciplinar. Por otro, si los problemas son multidimensionales, las soluciones también lo deben ser. Así, para transferir resultados de investigación e implementarlos en la práctica social, urbana, y en la política ambiental, así como la explotación de los recursos públicos requiere una estrategia integral y no sólo centrada en una única fuente de obtención de conocimiento.

La conversión de resultados de investigación en resultados prácticos y útiles en los distintos contextos de la vida cotidiana, plantean un cuestionamiento del sistema educativo en el ámbito de las universidades y centros de investigación de do maneras: (a) En primer lugar, el problema subraya la necesidad de un programa transversal para aprender a trabajar bajo un modelo inter y/o transdisciplinar; (b) Además, se necesita un nuevo paradigma de desarrollo de conocimiento, que comienza a partir de metodologías que integran al ciudadano, al usuario, al político y a las personas de interés dentro de un sistema integral de cogeneración de conocimiento. En relación con el primer punto, esto se refiere a reconectar la ciencia con su objetivo primario, que es la generación sistemática de conocimiento bien estructurado, a través de la observación, el razonamiento y la experimentación a partir de disciplinas que trabajan en cooperación e intentando explicar el funcionamiento de los fenómenos via hipótesis, leyes, teorías y sistemas. Se enfatiza aquí que el elemento transdisciplinaridad se refiere al trabajo conjunto que genera conocimiento nuevo y que va más allá de una disciplina específica. En relación con el segundo punto, el énfasis es puesto sobre la cogeneración de conocimiento; sin embargo, no a partir de disciplinas, sino a partir de entidades y personas implicadas e interesadas en aplicar y obtener beneficios sociales a partir de los resultados de una investigación.

Aprender a investigar juntos: de la multidisciplinaridad a la transdisciplinaridad

En general, como señaló R athzel (2008), el mundo acad mico ha adoptado enfoques disciplinares (por ej., disciplinas acad micas especializadas), multidisciplinarios (por ej., disciplinas especializadas que trabajan en equipo pero mantienen independencia en su contribución a la solución de un problema real a través de *input* de sus propios conceptos y métodos disciplinares), o enfoques interdisciplinarios (por ej., mezclas de disciplinas). Esto quiere decir que normalmente cada disciplina trabaja de una manera auto-contenida y aunque hay un intento de compartir e integrar, sólo a través de la transdisciplinaridad el foco se mueve hacia la integración en un nivel disciplinar que crea conocimiento nuevo (integrando probablemente perspectivas legas), perspectivas y reflexiones.

Aunque no hay consenso sobre el significado de transdisciplinaridad, podemos identificar, sin embargo, algunas características en la investigación transdisciplinar que nos permiten caracterizar este enfoque. Como señalan Lawrence y Després (2004) y Després (2005), la *transdisciplinaridad*, como modo de producción de conocimiento:

- *Reta la fragmentación del conocimiento.* Afronta problemas de investigación y sistemas de organización que se definen a partir de dominios complejos y heterogéneos.
- *Se caracteriza por su naturaleza híbrida, no-lineal, por su reflexividad, trascendiendo cualquier estructura disciplinar acad mica.*
- *Acepta contextos de investigación locales e incertidumbre; es una negociación de conocimiento específica de contexto.*
- *Es el resultado de un proceso de investigación* que incluye el razonamiento práctico de los individuos con la restricción y oferta de la naturaleza de los contextos comunitarios, organizativos y materiales.
- *Está orientada a la acción.* Con frecuencia afronta problemas del mundo real y genera conocimiento que no sólo aborda el problema sino que también contribuye a su solución. Uno de sus objetivos es hacer un puente entre el conocimiento derivado de la investigación y los procesos de adopción de decisiones en la comunidad.

Veamos cómo afrontar dificultades que otros autores han encontrado al abordar, por ejemplo, el estudio de la sostenibilidad en el ambiente urbano o el ambiente organizacional de un modo transdisciplinar.

Aprendiendo a generar conocimiento juntos

La coproducción de conocimiento incorporando el conocimiento de ciudadanos, políticos y personas y organizaciones de interés implica un cambio en la configuración de la política hacia un enfoque diferente conceptualmente, orientado a la adopción de decisiones, e incorpora la innovación social como elemento clave. Entre las características más importantes, podemos mencionar que: (a) Implica un trabajo conjunto con actores que tienen diferentes opiniones, agendas, lenguajes y expectativas; (b) Demanda la creación de un espacio adecuado de innovación y participación social, donde la innovación social transformadora pueda emerger, como resultado de procesos creativos que surgen del encuentro de distintos actores; (c) Demanda un consenso en los modelos de gobernanza, descartando aquellos que son guiados por criterios de *experiencia*, en favor de modelos que están comprometidos con la implementación de mecanismos participativos para construir políticas comunitarias. En estos, la integración de miembros de la comunidad y de la sociedad civil, representantes, académicos, organizaciones no gubernamentales y ciudadanos, es el *patrón común*, y el trabajo conjunto para establecer nuevos modos de gobernanza que aumenten la responsabilidad política, *la meta*.

Crear nuevos espacios en los que investigadores, políticos, organizaciones no gubernamentales y ciudadanos establezcan términos de referencia comunes y un lenguaje compartido llega a ser absolutamente necesario. Pero quizás de mayor importancia, además del lenguaje compartido, es también compartir la idea de que la política social y ambiental, basada en el conocimiento de las ciencias sociales, puede contribuir a mejorar la comunidad. Este aspecto no siempre dio lugar a suficiente acuerdo entre científicos y políticos. Pero es, sin embargo, un tema que afecta al prestigio de las ciencias sociales en general, y de la psicología social y ambiental en particular, para llegar a ser considerado como la base de la toma de decisiones.

Hay una dificultad clave que surge de lo anterior, como una barrera a la integración del conocimiento científico en las políticas concretas que dan lugar a la acción social: (a) La ausencia de interés de los políticos en la investigación en general. Parecen más interesados en conocimiento basado en la experiencia que en conocimiento apoyado científicamente; (b) La ausencia de interés entre muchos investigadores en el posible impacto que su investigación pueda tener en la arena política (normalmente prefieren limitarse a publicar su trabajo en la revista respectiva, y nada más); y (c) La ausencia de una comunicación efectiva (y bidireccional) para construir puentes entre lenguajes, agendas e intereses.

Las organizaciones de la sociedad civil están actualmente creando conocimiento. Su contacto con la realidad de los temas sociales y ambientales está guiado por valores y principios que son su razón de existencia, y agrupados bajo una única identidad para sus miembros. Están por tanto menos conectadas con intereses especulativos que pueden estar lejos del interés social y ambiental. Su papel, por tanto, no debería infraestimarse. Los procesos políticos deberían enriquecerse incorporando el conocimiento que estas organizaciones son capaces de aportar como contribución.

El impacto de la psicología en la adopción de decisiones ambientales

En las recientes décadas, en Europa y América, ha habido un impacto más bien modesto de la psicología sobre la toma de decisiones ambientales. Algunas razones para esto ya han sido discutidas por Stern and Oskamp (1987) y por Vlek (2000). Entre ellas, podemos mencionar que muchos políticos son más optimistas a favor de lo tecnológico y prefieren datos “duros”, mientras que las conclusiones de la investigación psicológica son a menudo demasiado “blandas” y parecen menos fiables que los informes técnicos o de ingeniería. Por ejemplo, en el ámbito de la psicología ambiental, entre las contribuciones que hemos desarrollado en el ámbito de la investigación básica, podríamos mencionar las siguientes:

El estudio de la percepción espacial y ambiental

Un aspecto aplicado de esta investigación tiene que ver con cómo el público en general percibe los problemas socioambientales y sus posibles

soluciones. Se llama percepción pública. Este tipo de investigaciones, en los contextos urbanos, han recibido especial atención. Nuestra propia investigación (García Mira & Dumitru, 2014; García Mira & Goluboff, 2005) parte del problema que genera el hábito creciente respecto a la utilización del coche en las ciudades, fortalecido por la dimensión de estatus que proporciona y por la mayor seguridad asociada al traslado de niños y mayores (Björklid, 2002; Francis y Lorenzo, 2002; Harden, 2000). Otro factor tiene que ver con la “adultización” de la infancia debida a la necesidad de llenar el tiempo de los niños con actividades programadas por los adultos como, por ejemplo, música o deportes ((Francis y Lorenzo, 2002; Rissotto, 2002), o la creencia de los padres de que no hay otra alternativa, de que viven lejos del entorno escolar o la comodidad de llevarlos en coche al tiempo que uno se desplaza a trabajar (Gatersleben, 2002). Como consecuencia, estos aspectos han contribuido a un mayor uso del automóvil, que a su vez a traído consigo una desconexión de los niños de su experiencia con el entorno urbano, con la consiguiente privación de la capacidad de explorar libre y autónomamente el ambiente (Rissotto y Tonucci, 2002), en detrimento del desplazamiento a pie, y produciendo un impacto medible sobre la adquisición del conocimiento ambiental, así como sobre la oportunidad de vivenciar el ambiente e integrarlo cognitivamente.

El comportamiento humano en el ambiente físico es un comportamiento esencialmente espacial Stea, Elguea, y Blaut, (1997). Se trata de un comportamiento que consiste en la elaboración de mapas cognitivos, importante para incrementar nuestro conocimiento del entorno, así como para orientar nuestra acción. Esta capacidad de elaboración de mapas en los niños se desarrolla en estadios tempranos (véase Blades et al., 1998; Stea et al., 2002). En nuestra investigación, intentamos averiguar cómo la gente percibía el ambiente espacial y ver cómo los niños estructuraban este tipo de información espacial, diferenciando entre aquellos que caminan y aquellos que se desplazan en coche por la ciudad para ir a la escuela. El enfoque consistió en comparar los mapas cognitivos de cada niño, prestando atención al análisis de las coordenadas y a cómo correlacionan con las coordenadas de un mapa real. Comprobamos que los niños que caminan a la escuela llegan a tener una conciencia más detallada del espacio urbano. Cuando dibujaban sus mapas, reflejaban la presencia de tiendas, árboles, casas de sus amigos, y en general, una representación más rica y elaborada llena de elementos caracterizando el paisaje urbano.

Los que se desplazaban en automóvil, sin embargo, mostraban las calles como en un continuum, con elementos ocasionales del paisaje urbano, rara vez etiquetados. La comparación de las distancias estimadas y las distancias reales mostró algunas características diferenciales también. A partir de la comparación de los mapas cognitivos, se constató que los niños que caminaban se aproximaban más en sus dibujos a los mapas reales que los niños que se desplazaron en automóvil, cuyos mapas mostraron diferentes configuraciones de lugares cuando se comparaban con los mapas de distancias reales.

Los resultados de este experimento nos proporcionaron información sobre dos tipos de experiencias distintas, una conciencia espacial que parte de una experiencia percibida desde el interior de un vehículo privado, y otra conciencia espacial que es fruto de la experiencia percibida de alguien que camina a la escuela. La representación mental del espacio y la forma en que los chicos y chicas entienden su experiencia personal difiere de acuerdo al modo de viajar que utilicen. En el estudio llevado a cabo por García Mira y Goluboff (2005) y García Mira y Dumitru (2014) se constató también que el uso de técnicas de escalamiento multidimensional para generar estas representaciones mentales en forma de mapas cognitivos muestra que hay diferentes formas de conceptualizar el mismo espacio dependiendo del modo de transporte que se utilice. Así, los niños que caminaron a la escuela conceptualizaron el espacio urbano diferente que aquellos que se desplazaron en coche, percibiendo los diferentes lugares incluidos en el estudio como formando parte de un continuum, recordando más elementos del paisaje urbano recorrido, y demostrando mayor habilidad para estructurar el espacio. Por otro lado, los niños que se desplazaron en coche tuvieron una percepción más pobre del espacio, mostraron una tendencia a agrupar lugares diferentes, y mostraron un grado menor de estructuración y ausencia de cualquier impresión de continuidad. Los hallazgos sugieren que la ciudad tiene que ser experimentada si deseamos promover una mayor conciencia del entorno; esto será el primer pas hacia el desarrollo de una actitud favorable hacia el medio ambiente. Si consideramos que esto es importante, y que viajar por la ciudad a pie es también importante, dadas las consecuencias para la interacción y la cognición espacial que se derivan de ello, la forma en que la ciudad esté organizada debería tener esto en cuenta, en términos tanto de distancia como de accesibilidad. Estos hallazgos sugieren también la necesidad

de instrumentar programas participativos para niños en los que puedan aprender a explorar sus alrededores, como resultado de un proceso de interacción, por ejemplo entre profesores y urbanists, animándoles a tener interés activo en su ambiente local y tomando nota de sus iniciativas en un contexto participativo que implique a la comunidad, niños incluidos.

La importancia de la comunicación y la participación en los asuntos ambientales

Las políticas ambientales desarrolladas a nivel global por parte de las agencias nacionales o internacionales y no explicadas de una manera eficiente, son a menudo malentendidas o ignoradas por la población local. En los niveles locales y regionales, un malentendido puede dar lugar incluso a una actitud de oposición, manifestada en conducta antiambiental, si la gente sólo ve las desventajas de la conducta proambiental que afecta a su vida cotidiana. La importancia de la participación pública en las decisiones ambientales ha sido reconocida en muchos ámbitos (World Commission on Environment and Development, Agenda 21). A nivel europeo, la directiva 85/337/EEC, enmendada por la 97/11/EC, del Consejo Europeo reglamenta la implicación pública con carácter previo a la implementación de cualquier proyecto (Johnson & Dagg, 2003).

Existe un acuerdo tácito sobre la necesidad de mejorar la participación pública, incluso entre los que toman decisiones, pero existe menos acuerdo acerca de los principios que deberían servir como guía de esa participación. Por ejemplo, la representación de todas las comunidades y grupos de interés, para que puedan contribuir y hacer preguntas, adoptando decisiones, bajo una lógica de honestidad, basadas tanto en conocimiento científico como en conocimiento social (Johnson & Dagg, 2003; McCool & Guthrie, 2001). Sin embargo, se reconocen también las dificultades prácticas que pueden surgir para conseguir el objetivo de una participación efectiva. En primer lugar, hay conflictos de interés entre distintos actores (administradores, científicos, industria y ciudadanos) que pueden ser evitados. Por otro lado tanto los fenómenos ambientales como las comunidades normalmente manifiestan cuatro características principales: complejidad, incertidumbre, grandes escalas temporales y espaciales, y (en el caso del medio ambiente) irreversibilidad (Van den Hove, 2000). Hay, por tanto, un fuerte componente de resolución de conflicto en los en-

foques de participación en la toma de decisiones política sobre el medio ambiente a nivel de las comunidades y entidades grandes.

La creciente conciencia ambiental de los ciudadanos en todas partes ha promovido considerable demanda de participación en la adopción de decisiones en el ámbito político, y no siempre en la dirección señalada por el gobierno. Nuestra tesis básica es que la participación y la colaboración son imposibles sin una comunicación bidireccional. Con respecto a asuntos ambientales, la participación siempre implica comunicación y la comunicación siempre implica participación (Wisner, Stea, & Kruks, 1991).

El caso del desastre del Prestige

El caso del desastre del petrolero “Prestige” a 200 millas de la costa de Galicia (Noroeste de España) en 2002 (García-Mira, 2013; García-Mira et al., 2005, García-Mira et al., 2006) constituye un claro ejemplo de cómo decisiones políticas poco informadas pueden tener importantes implicaciones sociales y ambientales, y por supuesto políticas, y cómo la escala del problema puede variar considerablemente dependiendo de la efectividad con la que se gestione la información y la comunicación. Obtuvimos interesantes hallazgos en un amplio estudio de campo que implicó el apoyo público en la adopción de decisiones y en las políticas resultantes a la crisis desde el hundimiento del petrolero. El desastre fue seguido por una intensa fractura social, además de los impactos evidentes sobre los ecosistemas costeros y marinos. Hubo varias cuestiones claves en este estudio, que estuvieron relacionadas con (a) La identificación del nivel de escala de adopción de decisiones (*local versus regional versus nacional*), y (b) las diferentes conceptualizaciones del problema por parte de ciudadanos por un lado y políticos y administradores públicos por otro.

Con respecto al nivel de escala de adopción de decisiones, el problema pudo haberse resuelto a un nivel más bajo (*local*). Sin embargo, la decisión de enviar el petrolero lejos de la costa, combinado con la necesidad resultante de afrontar peores condiciones temporales, dio lugar al hundimiento del barco y a una marea negra, aumentando así el nivel de escala de la crisis. Esto requirió la participación ciudadana a gran escala, que incluyó un flujo de voluntarios que acudieron desde distintos puntos de Europa, sí como la implicación de organizaciones sociales de nivel mayor (por ejemplo, la Unión Europea, organizaciones multinacionales,

compañías del sector privado). Nuestros resultados mostraron también que los ciudadanos evaluaron el problema como un problema de gran escala, tanto temporal como espacialmente, coincidiendo en que el problema tardaría varios años en resolverse.

Con respecto a las diferentes conceptualizaciones del problema, mientras los ciudadanos identificaron rápidamente el alcance del desastre, el gobierno estatal, preocupado por otras cuestiones de interés local (como las elecciones a pocos meses del desastre), decidió minimizar el riesgo y negar la evidencia del peligro. Así, el gobierno ordenó al petrolero dañado alejarse de la costa, sin considerar que esta decisión podría resultar en una ampliación del riesgo de mareas negras, potencialmente afectando a otros países (como de hecho ocurrió con la costa oeste de Francia). Denegar el riesgo tuvo otro impacto: no se adoptó por parte del gobierno medida efectiva alguna para mitigar las consecuencias del accidente hasta que surgió la protesta social. Nuestros propios resultados apoyaron esta visión, indicando la evaluación de los entrevistados de las respuestas a la gestión de crisis por parte del gobierno como pobre. Las consecuencias del desastre fueron tanto políticas como económicas.

En primer lugar, el daño a las áreas costeras, seguido por la presión social y la protesta, dio lugar a la aprobación de inversiones en las zonas afectadas de apoyo a la población, principalmente pescadores. En segundo lugar, dio lugar a cambios a nivel europeo afectando a las regulaciones sobre Sistemas de Transporte Internacional para cargas peligrosas. Las consecuencias sociales de estas iniciativas fueron igualmente claras en nuestros resultados cuantitativos, con evaluaciones menos negativas un año después de la crisis que inmediatamente después. Al utilizar dos momentos para evaluar el impacto social, se constató que en la primera ola de entrevistas la población realizó evaluaciones similares a las de los voluntarios que participaron en las tareas de apoyo y limpieza. Tanto los voluntarios como la población local compartieron visiones pesimistas del problema. Sin embargo, en la segunda ola de encuestas las respuestas de la población cambiaron claramente, volviéndose su evaluación más optimista respecto a la situación un año después. Estos resultados mostraron un movimiento significativo en la evaluación hecha entre 2002 y 2003. Dado que en 2003, el vertido apenas se había limpiado y las consecuencias ecológicas eran todavía evidentes, tal cambio en las evaluaciones de

los entrevistados pudo ser debido no sólo a la eliminación o reducción de las consecuencias del accidente un año después, sino además, a la política de compensaciones y subsidios llevada a cabo por el gobierno sobre la población afectada.

El impacto de la psicología: la conducta y el acto de participar en la toma de decisiones

La aplicación del conocimiento ambiental a la política ambiental tiene que ver con la efectividad de la participación pública. Generar conocimiento ambiental entre ciudadanos y organizaciones o personas de interés, así como con políticos no es nada fácil a menos que se promueva un proceso de participación pública. La participación juega un papel en la gestión de los recursos naturales (e.g. Johnson & Dagg, 2003; McCo-ol & Guthrie, 2001; Stern & Oskamp, 1987; Van den Hove, 2000), y en la definición de las políticas ambientales. En el caso de desastres, cuya aparición es casi siempre impredecible, el “antes” implica preparación y mitigación del impacto; el “después” consiste en esfuerzos para reparar el daño ambiental y humano producido. Un ejemplo de esto es el enfoque de las entidades gubernamentales locales y nacionales, ciudadanos y profesionales que reducen el daño resultante del desastre (García-Mira, 2013; García-Mira et al., 2005; García-Mira et al., 2006; García-Mira et al., 2007).

La participación es efectiva cuando la comunicación que implica llega a ser activa, dentro de un proceso recíproco, en el que la información proporcionada por participantes y la respuesta de los profesionales es clara e inequívoca. Desafortunadamente, no siempre puede garantizarse una acción y consideración desde la parte de las instituciones. La participación se dice que es efectiva cuando da como resultado acción a nivel político.

Algunas lecciones aprendidas del desastre del *Prestige* incluyen:

1. Los enfoques de Arriba-Abajo hacia la solución de problemas ambientales a menudo son contraproducentes. Como estrategias aisladas, tales enfoques pueden incluso elicitar resistencia entre miembros de la población. En el caso del desastre del *Prestige*, la comunicación pobre y poco coordinada entre gobierno y ciudadanos dio lugar a desconfianza. La confianza en las organizaciones públicas

y las fuentes de información disminuye el riesgo percibido y aumenta los beneficios percibidos (Frewer, 2004).

2. La comunicación entre políticos y el público no es normalmente un proceso bidireccional, sino más bien (y bastante a menudo) unidireccional y de Arriba-Abajo. Las consecuencias de una estrategia así, durante el desastre del Prestige, debido a su gravedad e impacto internacional, tuvo especial relevancia para los administradores públicos. La psicología ambiental puede jugar un papel clave en el área de la participación pública, y más específicamente, en la introducción de estrategias participativas. A nivel global, las políticas ambientales de agencias nacionales e internacionales son frecuentemente desconocidas (o malentendidas) por la mayor parte del público si no se explican con claridad. A niveles más locales o regionales, tales malentendidos pueden resultar incluso en oposición pública. A nivel local la promoción de competencia ambiental entre ciudadanos es crítica para el desarrollo de patrones de conducta responsable (véase Losada & García-Mira, 2003).

3. La minimización del riesgo afecta a la forma en que los ciudadanos afrontan las amenazas. La respuesta del gobierno en el caso del Prestige incluyó medidas diseñadas para reducir la intensidad de la protesta social, para debilitar las redes de apoyo social emergentes y para fragmentar la unanimidad de la respuesta comunitaria, para minimizar el impacto político del desastre. Tal acción es exactamente lo opuesto de lo que debería haberse hecho. Las redes de apoyo social son de los componentes más importantes en el proceso de comunicación y recuperación de un desastre. Si están debilitadas o fragmentadas reducen también su capacidad para afrontar amenazas actuales o futuras.

4. La percepción del riesgo por parte de la población es un indicador clave para la dirección y gestión de la crisis. El enfoque basado en la teoría de la "amplificación social del riesgo" (Renn et al., 1992) ajusta bien el caso del *Prestige*. En este enfoque los impactos sociales y económicos de un desastre vienen determinados no solo por las consecuencias directas del evento, sino también por la interacción de procesos psicológicos, culturales, sociales e institucionales, que aumentan o disminuyen, intensifican o atenúan, la experiencia pública del riesgo y, consecuentemente, la respuesta pública y los impactos

socioeconómicos finales. La percepción de riesgo depende tanto de la exposición como de la gestión del riesgo y la respuesta pública depende tanto de la exposición como de la percepción. El desastre del *Prestige* subrayó la necesidad de una “comunicación de riesgo” apropiada que aumente la confianza percibida en el gobierno y reduzca el desacuerdo entre políticos, expertos y el público.

5. Las indemnizaciones son importantes catalizadores de la percepción pública de los problemas. Esto es especialmente así cuando los factores socioeconómicos (por ej. desempleo, pobreza y delincuencia) juegan un papel en la crisis. Las indemnizaciones pueden afectar a la percepción del riesgo (Moffatt et al., 2003) y a la confianza pública. En el caso del *Prestige*, la pobreza y el desempleo fueron aliviados por las compensaciones económicas –aparentemente un resultado positivo- y las preocupaciones ambientales fueron así reducidas. Con el paso de un año, el público fue menos crítico, explicado en parte por la dispensación de indemnizaciones. Muchos de los pescadores fueron compensados recibiendo incluso más dinero que sus ingresos habituales. Cuando los signos visibles de la contaminación desaparecen y las rocas y playas vuelven a parecer limpias y con vida de nuevo, es fácil minimizar o incluso olvidar lo ocurrido (García-Mira et al., 2006). La percepción positiva de indemnizaciones da lugar a que parezca una recuperación psicosocial satisfactoria (Bolin, 1988), manifestada en aumento de complacencia por parte del público en relación con la situación. Aunque la ayuda institucional fuera percibida como negativa o inadecuada, el impacto psicosocial puede ser diferente. La gestión de las consecuencias de un desastre debería incluir servicios de apoyo que integren estrategias tanto económicas como psicológicas o sociales.

6. Los hallazgos de la evaluación del impacto social y ambiental del desastre del *Prestige* apuntan hacia la necesidad de establecer canales de comunicación entre ciudadanos y el gobierno, y hacia el fortalecimiento de la colaboración entre científicos y políticos. La colaboración de científicos, políticos, medios de comunicación, asociaciones loales, grupos ecologistas y otras organizaciones de la sociedad civil, pueden producir material útil para investigación sobre la percepción pública del riesgo ambiental, y al mismo tiempo, prevenir la divulgación de análisis y conclusiones pobremente apoyados.

En conclusión, la complejidad de trabajar con políticos implica la dificultad de equilibrar simultáneamente puntos de vista y preferencias de ciudadanos y de aquellos que diseñan las decisiones en el ámbito político. Sin embargo, un funcionamiento apropiado de las sociedades democráticas modernas requeriría la creación de espacios para la participación social efectiva, la búsqueda del conocimiento a partir de una investigación-acción participativa informada y del establecimiento de un proceso de implementación para responsables políticos y ciudadanos que promueven el interés público.

Entendiendo la sostenibilidad: el análisis de la vida cotidiana

El problema de la sostenibilidad, entendida como un conjunto de acciones que contribuyen al desarrollo de un sistema social y económico, equilibrado con la naturaleza, requiere hacer algunas asunciones básicas. Por una parte, es preciso un análisis desde una perspectiva transdisciplinar, basado en la generación de conocimiento nuevo, propuestas y enfoques que informen distintos campos científicos, así como varios grupos desde el Gobierno, Organizaciones de la Sociedad Civil, y ciudadanos en general. Por otra, se requiere una identificación y análisis del conflicto de intereses en el uso de los recursos naturales existentes, tanto entre diferentes grupos como entre los individuos y el marco social (Breiting & Mogensen, 1999). Este análisis nos permite ver cómo la sostenibilidad responde a la construcción de la realidad social y espacial, que comienza desde un conjunto de marcos interpretativos, construidos en respuesta a la acción de diversos agentes que influyen en el mantenimiento de ese estado de representaciones que favorecen sus propios intereses, relacionados con el territorio el uso del suelo y la explotación de los recursos naturales. No es correcto hablar sobre el problema de la sostenibilidad como un problema ambiental; debería hablarse más precisamente sobre un problema social. Es un problema humano por naturaleza y existe en la sociedad. Además tiene que conceptualizarse como social, con muchas implicaciones disciplinares. No es significativamente diferente de otros problemas, ya que su origen se basa en la conducta y en las prácticas humanas. Por esta razón, enfoques teóricos, analíticos y metodológicos a la cuestión son compartidos por otros campos del conocimiento cuyo foco de interés es

la conducta humana en su más amplio contexto social y espacial. Lawrence y Després (2004) y Uzzell (2008) indicaron, no obstante, algunas razones para explicar las dificultades que emergen en el estudio de la sostenibilidad: (a) su complejidad; (b) la compartimentalización del conocimiento científico y profesional; (c) la división sectorial de responsabilidades en la sociedad contemporánea; (d) la creciente naturaleza diversa de los contextos sociales en los que vive la gente; y (e) la ausencia de colaboración efectiva entre científicos, profesionales y políticos que ha dado lugar a un vacío en lo que respecta a su aplicabilidad en los sectores que afrontan tanto el ambiente natural como el ambiente fabricado por el hombre. Dentro de este contexto, podemos preguntarnos de qué modo pueden contribuir los psicólogos en este proceso transdisciplinar de integración del conocimiento y aplicación a los problemas reales de la vida cotidiana.

El análisis de las prácticas y la conducta humana en la vida cotidiana, por ejemplo, ha sido un tema que ha atraído creciente interés y que ha ocupado la agenda de investigación de un buen número de científicos sociales. Las rutinas y las prácticas automáticas que son repetidas continuamente en nuestra conducta son y han sido tópicos que han atraído interés. En el estudio de estas prácticas se ha enfatizado la conducta en el hogar (reciclaje, uso de energía...), con poca atención a otros contextos importantes en la vida de una persona. En el proyecto LOCAW, financiado por el programa FP7 de la Comisión Europea, se abordó el estudio del lugar de trabajo como área relevante de la vida cotidiana y se analizaron aquellos factores que caracterizaron la transición hacia patrones de producción y consumo sostenible en organizaciones a gran escala.

El proyecto LOCAW

El proyecto LOCAW tuvo por objeto la identificación de los determinantes complejos de las prácticas habituales en el lugar de trabajo, así como las formas en que las prácticas de un dominio vital influyen en otro, para ser capaces de proporcionar una explicación de las barreras y motores de transición hacia prácticas sostenibles en organizaciones. El énfasis se puso en tres categorías de prácticas, escogidas por su relevancia para alcanzar reducciones de emisiones de gases de efecto invernadero: (a) consumo de materiales y energía; (b) generación y gestión de residuos; y (c) movilidad relacionada con el trabajo. El proyecto se centró en el estu-

dio de los determinantes estructurales, organizacionales e individuales de las prácticas y cómo interactuaban para crear contextos específicos que apoyan prácticas sostenibles o crean situaciones específicas de bloqueo que reducen las posibilidades de llevar a cabo de manera efectiva prácticas sostenibles. Si realizó el análisis en diferentes tipos de organizaciones a gran escala: 2 organizaciones de la industria pesada, 2 organizaciones del sector público, y 2 proveedores de servicios del sector privado. Además, las conclusiones de la investigación empírica fueron luego utilizadas para desarrollar simulaciones de las organizaciones de los estudios de caso en las que los efectos de los escenarios diseñados para las transiciones hacia prácticas sostenibles fueron probados para el año 2050. Estos escenarios se construyeron utilizando enfoques de desarrollo de escenarios de *back-casting* participativo, con trabajadores de las organizaciones objeto de estudio, y formalizando teóricamente y empíricamente las conclusiones sobre los factores que influyeron en las transiciones hacia prácticas cotidianas en las organizaciones. Los escenarios incluyeron trayectorias políticas que fueron probadas con un enfoque de modelado basado en agentes. El modelado basado en agentes se utilizó tanto para probar las asunciones derivadas de la investigación empírica como también para probar dinámicamente las políticas que podrían contribuir al cambio efectivo en las prácticas habituales. Se probaron políticas distintas, poniendo a prueba su efectividad. Las políticas se probaron separadamente, en combinación, aisladas en el tiempo y mantenidas durante el tiempo.

Algunos de los principales resultados de LOCAW nos permitieron también observar, mediante escalamiento multidimensional, las diferencias entre la conducta ambiental observada en las organizaciones, con respecto a la importancia que le otorgan tanto los políticos como los trabajadores. Los resultados subrayan la influencia también de dinámicas organizacionales implícitas y explícitas hacia las prácticas sostenibles. Los factores externos, como la legislación y la reglamentación, así como su nivel de estandarización de procedimientos y reglas para la toma de decisiones juegan un papel clave en la promoción o bloqueo de un compromiso serio con la sostenibilidad en las organizaciones. La reputación organizacional y la existencia de un contexto interno que apoye la visibilidad de las iniciativas sostenibles y la conducta, la adecuación de un sistema de recompensas que vaya más allá de las distinciones vacías, la priorización verdadera de objetivos ambientales a través de su inclusión en las descrip-

ciones del puesto de trabajo, las decisiones económicas y la organización económica del trabajo, son todos ellos elementos potenciadores clave de las prácticas sostenibles en las organizaciones. Además, ir más allá de los enfoques de Arriba-Abajo y de las políticas que restringen la autonomía de los trabajadores es también de importancia clave en la integración de objetivos sostenibles en las actividades cotidianas de las organizaciones. Los trabajadores no son participantes pasivos de la vida organizacional, y si se motivan adecuadamente, pueden iniciar y llevar a cabo acciones de cambio hacia la sostenibilidad. Un ambiente organizacional adecuado motivaría a los trabajadores a iniciar prácticas sostenibles y a dar sugerencias valorables para transformar el proceso de producción, al mismo tiempo que se asegura que las sugerencias lleguen al nivel de gestión de manera efectiva. La satisfacción laboral y el empoderamiento son elementos clave para la motivación que deben mantenerse. Nuestra investigación muestra que si los trabajadores están motivados para hacer sugerencias e implementar cambios, así como para iniciar conductas sostenibles en el lugar de trabajo, esas conductas pueden luego trasladarse a otros dominios de la vida, tales como el hogar. La ejecución consciente de conductas proambientales fortalece la autoidentidad ambiental y la autoeficacia y eficacia de resultados, que son también potenciadores de conductas sostenibles. Nuestros análisis de las políticas potenciales para alcanzar la transición hacia la sostenibilidad demostraron que para ser exitosos, la política organizacional debe fortalecer la participación y la autonomía del trabajador a todos los niveles de toma de decisiones, debe ser sostenida a lo largo del tiempo y debe combinar diferentes medidas de intensidad media para el cambio de conducta, en lugar de políticas aisladas de alta intensidad. Finalmente, nuestros resultados mostraron que las políticas deberían tener en cuenta que la alta influencia de redes sociales y normas sociales en el lugar de trabajo y deben aprovechar los procesos de participación de abajo hacia arriba que incluyen a los trabajadores, los sindicatos y los administradores para convertirse en conductores positivos de las prácticas cotidianas sostenibles a través de medidas que se basan en un buen conocimiento del funcionamiento de estas redes. La realización de ejercicios conjuntos de visionado es una buena manera de asegurar la participación y las aportaciones del trabajador creativo, el compromiso con las metas y los menores costos para el cumplimiento de comportamiento con las políticas de sostenibilidad de la organización.

Transición hacia la coproducción de conocimiento

Todos estos resultados nos invitan a reflexionar sobre cómo la psicología ambiental ha cumplido sus objetivos científicos. En su larga carrera en busca de un conjunto específico de teorías que proporcionen la base sólida que necesita, la psicología ambiental ha abordado una serie de cuestiones en los últimos 40 años, muchos de ellos originalmente formulados desde los enfoques de la psicología social aplicada, mientras que otros han sido formulado a partir de un trabajo conjunto con otras disciplinas, como la arquitectura, la sostenibilidad, la planificación social, la geografía y la inteligencia artificial, lo que permite la combinación tanto de teorías como de metodologías, de tal manera que la distancia multidisciplinar inicial se está convirtiendo en un viaje hacia un enfoque común de cambio de paradigma en la producción de conocimiento.

Otro desafío para hacer las transiciones asequibles y posibles, a partir del trabajo conjunto con economistas, ecólogos industriales y científicos políticos, es el desarrollo de modelos que hacen la generación y aplicación de la teoría a las nuevas economías y los sistemas de producción más fácil, hacia una evolución social hacia estilos de vida sostenibles, en donde las prácticas y comportamientos más sostenibles sean la norma social.

El Proyecto GLAMURS

Con este objetivo en mente, se está desarrollando el proyecto GLAMURS (también financiado por el Séptimo Programa Marco de la Unión Europea, dentro de su estrategia de promoción de estilos de vida sostenibles y economía verde en Europa. El objetivo general de GLAMURS (*Green Lifestyles, Alternative Models and Up-scaling Regional Sustainability*) es desarrollar una comprensión, fundamentada teórica y empíricamente, de los principales obstáculos y perspectivas de las transiciones hacia estilos de vida sostenibles y una economía verde en Europa, así como el medio más eficaz de acelerarla e implementarla. El objetivo es explorar las complejas interacciones entre los factores económicos, sociales, culturales, políticos y tecnológicos que influyen en los estilos de vida y transformaciones sostenibles hacia una economía verde. El proyecto intenta desarrollar modelos integrales de los cambios de estilo de vida en ámbitos clave

de sostenibilidad, así como evaluarlos en términos de sus efectos económicos y ambientales, con el objetivo de ofrecer recomendaciones sobre los mejores diseños y las combinaciones de políticas más apropiadas para una transición suficientemente trepidante con la sostenibilidad.

La CE dice explícitamente que para que las transiciones sean posibles es necesario afrontar la demanda, reevaluar los modelos de crecimiento y encontrar formas apropiadas para producir cambios de estilo de vida y cambios de paradigma económico. El resultado será el desarrollo, pruebas y evaluación de varias vías integradas para la transición a una sociedad baja en carbono. En otras palabras, el desarrollo y las fases de transición de pruebas para varios dominios y actores sociales, con puntos de inflexión y bucles de retroalimentación que conduzcan a políticas eficientes de coste y empoderantes socialmente. El enfoque de GLAMURS respecto a los estilos de vida es conceptualizar cómo los patrones de uso del tiempo, que tendrá lugar en determinados lugares que han sido asociados a prácticas de consumo. Se considera que la comprensión de los patrones de distribución del tiempo y su relación con el consumo es clave para: (a) la identificación de patrones de estilo de vida alternativos, y (b) la definición de combinaciones de políticas para las transiciones hacia una economía verde. GLAMURS intenta desarrollar teoría, modelos y pruebas sobre los obstáculos y las perspectivas para la transformación hacia economías estilos de vida verde en Europa. Lo hace a través de investigación multi-escala, multi-región de investigación integrado que incluya psicólogos, economistas, ecólogos industriales y expertos en políticas que estudian nivel individual y social, junto con el modelado de impacto ambiental de los efectos de escenarios y políticas de intervención sobre el estilo de vida y las transiciones económicas. La investigación involucra a responsables políticos y a otras personas y organizaciones de interés a escala europea y regional, estudiando la vida cotidiana de los ciudadanos en el presente, así como a iniciativas emergentes: *early adopters* de prácticas de estilo de vida y comportamientos más sostenibles. El proyecto proporcionará recomendaciones sobre los mejores diseños y combinaciones de políticas para lograr una transición lo suficientemente rápida en Europa en línea con los objetivos establecidos en la Estrategia Europa 2020 y la *Iniciativa Emblemática de la Eficiencia de Recursos*. Estas recomendaciones de políticas serán útiles para la definición de una tercera vía para las sociedades

europeas que va más allá de las dicotomías tradicionales entre público y privado, el interés personal y objetivos de la sociedad y el egoísmo y el altruismo como orientaciones fundamentales de los valores humanos.

Los métodos de modelización incluyen el desarrollo de modelos (a) micro-económicos de la conducta individual que rige la elección de estilo de vida; (b) el estudio de las interacciones y la dinámica a través de la modelización macroeconómica; y (c) las simulaciones de procesos micro y macro utilizando el modelado basado en agentes. GLAMURS está involucrando a administradores, políticos y organizaciones a nivel europeo y regional, con una mentalidad coproducción de conocimiento. Se están promoviendo reuniones con grupos de interés locales, legisladores y activistas de las 7 regiones de estudios de caso, donde GLAMURS evalúa el contexto que el proyecto crea para entender cómo los ciudadanos, los investigadores, las organizaciones interesadas y los responsables políticos llegan a saber qué es lo que tienen que hacer para llevar a cabo de forma individual, social, ambiental y económica una vida sostenible. Coproducción de conocimiento es también una condición básica para el surgimiento de la innovación social transformadora, que requiere asociaciones creativas entre los diferentes actores sociales, incluidos también los actores sociales no convencionales -los que provienen de fuera del estado y las instituciones de mercado, y a veces incluso de fuera del tercer sector organizado. Todavía estamos lejos de comprender plenamente el papel de la innovación social y el emprendimiento social en la solución de problemas acuciantes como el cambio climático, el urbanismo insostenible o el aumento de la desigualdad. Tenemos que seguir desarrollando teoría sobre cambios y transformaciones de los roles tradicionales, así como de qué determina el éxito de la innovación social.

Conclusión

Para empezar a formular una conclusión, podría decirse que el papel de la Psicología Ambiental en dar respuestas a los retos sociales clave es cada vez más ampliamente reconocido en el ámbito más amplio de Ciencias Ambientales. Sin embargo, todavía debe hacerse más para mejorar la coproducción de conocimiento y la colaboración a través de enfoques transdisciplinarios. Hemos aprendido que varias áreas de in-

investigación han demostrado ser muy útiles tanto en la prestación de marcos conceptuales para la comprensión de los aspectos clave de los problemas globales, como de metodologías para la exploración de las interacciones hombre-ambiente: (a) La investigación sobre la experiencia, el sentido y la gestión del espacio urbano y organizacional, con sus implicaciones políticas; (b) El desarrollo de modelos de participación pública para la toma de decisiones en la planificación y gestión de la sostenibilidad, los nuevos modelos de organización de la toma de decisiones y el comportamiento ecológicamente responsable también ha recibido consideración; (c) El análisis de los factores humanos involucrados en las transiciones hacia sociedades sostenibles, el análisis de riesgo ambiental y el estudio de los procesos psicológicos implicados en el comportamiento humano situado espacial y temporalmente, ha sido una cuestión importante en la psicología ambiental europea en la última década. Mediante el análisis de estas diferentes tendencias de la investigación en un contexto europeo, donde hemos tenido una participación activa, se ha proporcionado una visión general de algunos de los proyectos que están contribuyendo a la construcción de marcos teóricos que permitan el avance del conocimiento sobre la sostenibilidad. Este avance debe reforzar la conexión entre científicos y responsables políticos a nivel local, regional y europeo. Esto requiere el apoyo y la colaboración de las instituciones y organizaciones europeas, un vínculo de gran alcance para proporcionar el impacto internacional necesario. Todo este trabajo es una parte del desarrollo de la investigación sobre sostenibilidad en Europa, destacando algunas de las contribuciones que nuestros consorcios, que integraron a varios grupos de investigación de psicología ambiental europeos, están haciendo para el abordaje de aspectos teóricos y metodológicos del cambio hacia la sostenibilidad. Se ha pretendido mostrar tanto la creciente necesidad como también algunas de las ventajas de la colaboración inter y transdisciplinar en la solución de los múltiples problemas del cambio climático. Se intentan también mostrar, por un lado, algunas iniciativas de psicología ambiental que se desarrollan en un fresco y estimulante diálogo no sólo con otras ciencias sociales (economía, sociología, etc.), sino también con otras ciencias más duras (por ej. las ingenierías), abordando cuestiones de la sostenibilidad desde diferentes perspectivas. Por otro, se trata de mantenerse como parte de las ciencias que participan con otros actores sociales relevantes en la producción de soluciones pertinentes, abiertas y

democráticas a estos problemas. Estos diálogos inter y trans-disciplinaria requieren reflexión sobre cuestiones de poder en la producción de conocimiento, con implicaciones normativas de cómo debe estructurarse la búsqueda de soluciones. Quizá los ejemplos proporcionados aquí ilustren bien cómo estos temas se están llevando a cabo dentro de la agenda de investigación europea, con sus implicaciones sociales y políticas.

Referencias

- Björklid, P. (2002). Parental restrictions and children's independent mobility from the perspective of traffic environmental stress. En R. García Mira, J. M. Sabucedo, & J. Romay (Eds.), *Culture, quality of life and globalization. Proceedings of the 17th Conference of IAPS* (pp. 760-761). A Coruña, España: AGEIP-IAPS.
- Bolin, R. (1988). Response to natural disasters. In M. Lystad (Ed.), *Mental health responses to mass emergencies: Theory and practice* (pp. 22-51). Nueva York: Bruner/Mazel.
- Blades, M., Blaut, J. M., Darvizeh, Z., Elguea, S., Sowden, S., Soni, D. et al. (1998). A cross-cultural study of young children's mapping abilities. *Trans-national Institute of British Geographers*, 23, 269-277
- Breiting, S. & Mogensen, F. (1999). Action competence and environmental education. *Cambridge Journal of Education*, 29(3), 349-353.
- Després, C. (2005). Understanding complexity in people-environment research: Theoretical considerations. Loosing sight of complexity in people-environment research? *Bulletin of People-Environment Studies (IAPS Bulletin)* 27, 10-12.
- Francis, M. & Lorenzo, R. (2002). Seven realms of children's participation. *Journal of Environmental Psychology*, 22(1-2), 157-169.
- Frewer, L. J. (2004). *Consumers, Food, Trust and Safety. The need for collaboration between the social and natural sciences*. Wageningen, Netherlands: Wageningen Universiteit.
- García-Mira, R. (2013). *Readings on the Prestige Disaster: Contributions from the Social Sciences*. A Coruña, Spain: Institute for Psychosocial Studies and Research.
- García-Mira, R. & Dumitru, A. (2014). Experiencing the urban space. A cognitive mapping approach. *Journal of the Korean Housing Association*, 25(2), 63-70.

- García-Mira, R. & Goluboff, M. (2005) The perception of urban space from two different viewpoints: pedestrians and automobile passengers. In R. García-Mira, D. Uzzell, J. E. Real, & J. Romay (Eds.), *Housing, space and quality of life* (pp. 7-16). Aldershot, UK: Ashgate Publishing.
- García-Mira, R., Real, J. E., Uzzell, D., San Juan, C., & Pol, E. (2006). Coping with a threat to quality of life: the case of the 'Prestige' disaster. *Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, 56(1), 53-60.
- García-Mira, R., Real, J. E., Uzzell, D., Blanco, G., & Losada, M. D. (2005). Exploring cognitive representations of citizens in areas affected by the Prestige disaster. In B. Martens & A. Keul (Eds.), *Exploring Social Innovation: Planning, Building, Evaluation* (pp. 137-145). Göttingen, Alemania: Hogrefe & Huber.
- García-Mira, R., Stea, D., Real, J. E., Coreno, V., & Elguea, S. (2007). Psychology, participation and environmental policymaking: The case of the Prestige disaster. 21st Century Society. *Journal of the Academy of Social Sciences*, 2(3), 275-286.
- Gatersleben, B. (2002). Sustainable school travel: what is the potential for change? In R. García-Mira, J. M. Sabucedo, & J. Romay (Eds.), *Culture, quality of life and globalization. Proceedings of the 17th Conference of IAPS* (pp. 764-765). A Coruña: AGEIP-IAPS.
- Harden, J. (2000) There's no place like home: the public/private distinction in children's theorising of risk and safety. *Childhood*, 7(1), 43-59.
- Johnson, D. E. & Dagg, S. (2003). Achieving public participation in coastal zone environmental impact assessment. *Journal of Coastal Conservation*, 9(1), 13-18.
- Lawrence, R.J. & Després, C. (Eds.). (2004). Futures of transdisciplinarity *Futures*, 36(4), 397-526.
- Losada, M. D. & García-Mira, R. (2003). Action competence in environmental education. In R. García-Mira, J. M. Sabucedo, & J. Romay (Eds.), *Culture, Environmental Action and Sustainability* (pp. 71-84). Göttingen, Alemania: Hogrefe & Huber.
- McCool, S. F. & Guthrie, K. (2001). Mapping the dimensions of successful public participation in messy natural resources management situations. *Society and Natural Resources*, 14, 309-323.
- Moffatt, S., Hoeldke, B., & Pless-Mulloli, T. P. (2003). Local environmental concerns among communities in North-East England and South Hessen, Germany: the influence of proximity to industry. *Journal of Risk Research*, 6(2), 125-144.

- Räthzel, N. (2008), Theoretical approaches. In N. Räthzel, P. Cohen, L. Back et al. (Eds.), *Finding the way home: young people's stories of gender, ethnicity, class, and places in Hamburg and London* (pp. 31-40). Göttingen, Alemania: V&R Unipress.
- Renn, O., Burns, W. J., Kasperton, J., Kasperton, R., & Slovic, P. (1992). The Social Amplification of Risk, Theoretical Foundations and Empirical Applications. *Journal of Social Issues*, 48(4), 137-160.
- Rissotto, A. (2002). Projects and policy for childhood in Italy. In R. García-Mira, J. M. Sabucedo & J. Romay (Eds.), *Culture, Environmental Action and Sustainability* (pp. 299-313). Göttingen, Alemania: Hogrefe & Huber.
- Rissotto, A. & Tonucci, F., (2002) Freedom of Movement and environmental knowledge in elementary school children. *Journal of Environmental Psychology* 22(1-2) 65-77.
- Stea, D., Elguea, S., & Blaut, J. M. (1997) Desarrollo del conocimiento del espacio a la escala macroambiental entre niños muy jóvenes. Una investigación transcultural (Development of space knowledge at a macro-environmental scale among very young children. A cross-cultural research). *Interamerican Journal of Psychology*, 31(1), 141-147.
- Stea, D., Elguea, S., LeFebre, M., Pinon, M., & Blaut, J. M. (2002), Teoría ecológica, mapeo universal y cognición ambiental aplicada. In R. García-Mira, J. M. Sabucedo, & J. Romay (Eds.), *Psicología y Medio Ambiente: Aspectos Psicosociales, Educativos y Metodológicos* (pp. 85-109). A. Coruña, España: Asociación Galega de Estudios e Investsigaición Psicosocial.
- Stea, D., Wisner, B., & Kruks, S. (1991). Participatory and action research methods. In E. Zube & G. Moore (Eds.), *Advances in Environment, Behavior, and Design* (Vol. 3, pp. 271-295). Nueva York: Plenum.
- Stern, P. C. & Oskamp, S. (1987). Managing scarce environmental resources. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 1043-1088). Nueva York: Wiley.
- Uzzell, D. (2008). Challenging Assumptions in the Psychology of Climate Change, *InPsych, Bulletin of the Australian Psychological Society*, 30(4), 10-13.
- Van den Hove, S. (2000). Participatory approaches to environmental policy-making: the European Commission Climate Policy Process as a case study. *Ecological Economics*, 33(3), 457-472.
- Vlek, C. (2000), Essential psychology for environmental policy making. *International Journal of Psychology*, 35(2), 153-167.

Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Porque só pode haver qualidade de vida para diferentes populações se para elas houver, também, lugar para o sonho e a esperança (Martins, 2001).

No início do século XXI, Albuquerque (2001) destacava que a American Psychological Association (APA) já havia editado várias revistas de Psicologia dedicadas a estudos no “ambiente rural”, mas que, em sua maioria, apresentava uma visão urbana que não levava em conta onde nasceram as pessoas, como estabeleceram as regras sociais, crenças, atitudes e valores em função desse ambiente.

No Brasil, Leite e Dimenstein (2013) revelam que a Psicologia (e Psicologia Social) ainda não efetivou a entrada no debate sobre processos sociais e culturais no “meio rural”. Leite, Macedo, Dimenstein e Dantas, (2013) lembram que as produções mais expressivas de nossa área no Brasil estiveram ligadas aos contextos urbanos, com uma tímida contribuição de trabalhos relacionados à “questão da terra” – que preferimos nomear como debate a respeito da “questão rural”¹ – cujos aportes teóricos e metodológicos vieram de três campos: (a) Psicologia Social e Psicologia Comunitária (identidade, atividade, consciência, processos comunitários de organização, participação e emancipação); (b) Educação Popular (alfabetização de jovens e adultos, tomada de consciência dos mecanismos de exploração dos agricultores familiares); (c) Direitos Humanos (direitos de acesso à terra, violação de direitos, permanência e reconhecimento do território).

¹ Adotamos aqui a definição dada por Wanderley (2010), para quem a questão rural na atualidade pode ser entendida como a tensão e os conflitos constituídos em torno do projeto de integração plena, seja espacial quanto social, do mundo rural à modernidade, isto é, que forças sociais aderem ou atuam no sentido inverso a esse projeto e que recursos (naturais, econômicos, culturais, jurídicos, políticos) são acionados em uma ou outra direção.

De modo bem esquemático, podemos descrever o seguinte cenário para a Psicologia e Psicologia Social: são poucos estudos realizados no “campo” – entendido como espaço empiricamente observado (Biazzo, 2008) – e pouca contribuição teórico-metodológica acerca da questão rural e do “mundo rural” – entendido como um lugar de vida (Wanderley, 2010).

Entretanto, com a expansão das vagas em instituições de nível superior e, conseqüentemente, dos cursos de Psicologia em todo o país, muitas universidades sofreram um processo de interiorização, ou seja, não estão apenas centradas em grandes centros urbanos, mas passaram a existir em municípios de médio porte (50 a 100 mil hab.), pequeno porte 1 (menos de 20 mil hab.) e pequeno porte 2 (entre 20-50 mil hab.)². Com isso, estudantes, professores e profissionais estão tendo que lidar com situações que trazem à tona a ligação entre rural/ urbano, visto que os limites concretos e visíveis da cidade são menores, e que não chegavam aos centros formadores tradicionais de psicólogos (Leite et al., 2013). Descobre-se, portanto, que a formação não tem trazido elementos suficientes para pensar e agir em tais contextos, uma vez que tradicionalmente a Psicologia tem constituído uma ciência e profissão baseadas e pensadas para a população urbana (Albuquerque, 2002).

Em razão desse processo de interiorização do ensino e da profissão, os psicólogos têm tido que lidar com as questões rurais, sejam elas vivenciadas no campo, sejam na cidade. Assim, apesar da produção ainda ser pouco expressiva, já há alguns marcos recentes importantes em nossa área a respeito do mundo rural. Entre esses, destacamos: as propostas metodológicas de pesquisas, a partir da Psicologia Social, na “zona rural” (Albuquerque, 2001) e nas “comunidades ribeirinhas” (Calegare, Higuchi & Forsberg, 2013); a coletânea de Leite e Dimenstein (2013), cujos trabalhos foram realizados com populações nos “contextos rurais”, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas; as referências técnicas para atuação dos psicólogos em “questões relativas à terra” do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013). Na América Latina,

² Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), do total de municípios brasileiros, 70% são de pequeno porte 1 e, incluindo os de pequeno porte 2, esse número sobe para 89%, correspondendo a 6148 municípios, onde vivem 43% do total da população brasileira.

se está caminhando no mesmo sentido da produção brasileira e, nessa linha, ressaltamos: a coletânea de Quintanar (2009), que também trata de contribuições da Psicologia e Psicologia Social no “ambiente rural”; e a coletânea de Landini (2015), com trabalhos desenvolvidos em toda a América Latina, que, mais do que se referir apenas ao espaço onde estes foram realizados, traz a proposta de configuração de uma nova área, a saber, a “Psicologia Rural”.

Como se pode notar, ainda há falta de clareza quanto ao novo local de atuação do psicólogo: ambiente rural, meio rural, contexto rural, zona rural, área rural, etc. Mais além: o que é o rural? Por que alguns acadêmicos têm falado em ruralidades? Seria mero capricho semântico definir tais termos, ou devemos ter cuidado com as palavras, por carregarem concepções e visões de mundo que são proferidas nos discursos e, dessa forma, (re)produzem uma realidade muitas vezes criticada? Com o objetivo de qualificar a discussão e ampliar os horizontes de estudos e atuação dos psicólogos, neste texto nos propomos trazer uma sucinta e esquemática revisão a respeito do: (a) crescente interesse pelo rural e urbano; (b) entendimento clássico de rural/ urbano; (c) discussão dos estudos rurais no Brasil; (d) novas leituras acerca da ruralidade. Pretendemos, com isso, ter melhores subsídios para trabalhar com atores sociais que fazem do mundo rural seu lugar de vida, de trabalho e de cidadania, que estabelecem com seu território a construção de sua história, das identidades, das produções de subjetividade e dos engajamentos em lutas políticas (Leite & Dimenstein, 2013).

Por que falar do rural e urbano?

O interesse pelo rural e urbano tem ganhado destaque cada vez maior por uma série de motivos. Um destes é o êxodo rural que tem marcado o mundo desde o advento da revolução industrial e vem ganhando mais força no século XX e início do XXI: em 1950, 30% da população mundial residia em áreas urbanas; em 2007, foi o marco divisório ultrapassando os 50%; em 2014, tal número passou para 54%; a estimativa para 2050 é de 66%. Em toda a América Latina, esse limiar dos 50% foi superado ainda nos anos 1960. Em 2014, o Brasil já possuía 85% de sua população residindo em áreas urbanas (UN, 2014).

Apesar dessa migração crescente às áreas urbanas, em muitos países, nas últimas duas décadas, têm havido retração do êxodo rural, acompanhado de movimento de revitalização do mundo rural. Em termos numéricos, no Brasil a taxa de crescimento da população rural tem sido similar àquela da população total (Carneiro, 2012). Além disso, atualmente o campo tem abrigado famílias pluriativas e atividades não agrícolas, tais como comércio, indústria e prestação de serviços pessoais, lazer, preservação do ambiente ou auxiliares das atividades econômicas, todas resultantes de uma nova dinâmica populacional nesse âmbito e que implicam em novas relações entre rural e urbano (Silva, 1997). Alguns têm chamado essa transformação de “novo rural”, que não significa apenas a reconfiguração das atividades agrárias – aspecto central caracterizando o mundo rural, segundo interpretações clássicas (Martins, 2001) – mas a reconfiguração de relações sociais inerentes à vida na cidade e no campo. Mais adiante aprofundaremos esse ponto.

Logo, falar em rural e urbano remete a uma gama ampla de significados. De acordo com suas interpretações, tais significados se traduzem em ações para o planejamento territorial e para o desenvolvimento de ações políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais, etc. De um lado, há trabalhos técnicos, pragmáticos e também acadêmicos que tratam os referidos termos como categorias operatórias, isto é, servem como imagens da realidade que dão base empírica de referência à ação: o rural é igualado ao campo e à agricultura, enquanto o urbano é igualado à cidade, indústria, comércio e serviços. Por meio de tal perspectiva, políticas, projetos, programas e ações são delineados, por tomar rural e urbano como formas concretas compondo os espaços produzidos pela sociedade³. Essa compreensão se aproxima daquela popular, em que uma pessoa distingue rural de urbano tomando como critério esses elementos associados, observados

³ Por exemplo, o IBGE faz levantamento dos domicílios conforme sua localização pela lógica setorial, ou seja, se situados no perímetro urbano (área urbanizada de vila ou cidade; área não urbanizada de vila ou cidade; área urbana isolada) ou fora dele, isto é, na área rural (de extensão urbana; povoado; núcleo; outros aglomerados; exclusive aglomerados). Segundo essa localização, o poder público cobra tributos, como, por exemplo, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) ou o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) (Garcia, 2010). Em 2000, esse instituto reviu as unidades territoriais onde os domicílios estão localizados, trazendo novas classificações setoriais: áreas especiais (unidades de conservação e terras indígenas); aglomerados subnormais (favelas e similares); aglomerados rurais (extensão urbana, isolados); aldeias indígenas; bairros e similares; áreas urbanizadas; áreas não urbanizadas (IBGE, 2000).

empiricamente na paisagem⁴. De outro lado, há a tentativa de outras correntes acadêmicas que buscam tratar rural e urbano enquanto categorias analíticas, de modo que elas sirvam para construções teóricas e análises generalistas de conteúdos e significados de práticas sociais (Biazzo, 2008). Adiante nos aprofundaremos nesses aspectos recém-levantados.

Interpretação clássica de rural/ urbano

Por que temos a tendência de pensar rural e urbano como elementos separados? O entendimento dicotômico entre ambos deve ser visto, inicialmente, como mais uma das fragmentações produzidas pelo pensamento da modernidade e que continua a dicotomizar elementos, como se estivessem radicalmente separados: sujeito/ objeto, homem/ natureza, teoria/ prática, ciência/ senso comum, religioso/ profano, corpo/ alma, civilizado/ selvagem, entre muitos outros exemplos (Calegare, 2010).

Retomando mais especificamente a dimensão histórica do entendimento de rural e urbano, Froehlich e Monteiro (2002) enfatizam que a ideia de modernidade esteve acompanhada da ideia de urbanização impulsionada pela revolução industrial. Pela perspectiva de eficácia e operacionalidade inerente à racionalidade tecnocientífica ligada à industrialização, tal ideia de urbanização se caracterizava pela concentração em determinados espaços (as cidades) dos recursos técnicos e tecnológicos (equipamentos urbanos) gerados e geridos nesse processo. Dai que o “urbano aparece, na modernidade, como o espaço por excelência, destino de todas as construções humanas a acompanhar a marcha das conquistas civilizatórias” (p. 02). Pela lógica da sociedade burguesa industrial europeia, o campo era o *locus* de produção de alimentos e matéria-prima necessários à cidade, local de residência e trabalho, onde se encontravam conforto e lazer necessários e esse processo modernizantes (Carneiro, 2012). Mais do que um mero corte geográfico, urbano passou a ser identificado com novo e progresso industrial, enquanto rural com velho e atrasado, por representarem conflitos entre classes sociais diferentes,

⁴ “É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (Bertrand, 2004, p. 141).

a primeira em ascensão e a segunda em declínio, que contribuíam ou se opunham para o fortalecimento do capitalismo europeu do século XVII (Silva, 1997).

Segundo Calegare e Silva (2011), essa perspectiva de o espaço citadino e a vida urbana serem sinônimos de avanço civilizatório está ligada à ideia de progresso, que compreende haver um estágio inferior (atrasado, primitivo, selvagem e incivilizado) que dará lugar a um estágio superior (evoluído, sublime e civilizado), após um processo de melhorias graduais que caminha passo a passo. Com o advento da revolução industrial e expansão do capitalismo à sociedade global, passou-se a igualar progresso com desenvolvimento e com crescimento econômico, representados concretamente pelo avanço das cidades. Nesse aspecto, Wanderley (2012) aponta que o atraso atribuído ao mundo rural deveria ser superado pela sua transformação no sentido das “expressões mais evidentes do progresso: a industrialização – isto é, o domínio da técnica – e a urbanização – isto é, o predomínio das relações salariais. Através da modernização, pretendia-se que a agricultura encontrasse, enfim, sua vocação moderna” (p. 15). A agricultura, tida como um dos elementos centrais à caracterização do mundo rural, deveria ser submetida à racionalidade industrial, pela introdução de sua lógica produtiva, trabalho assalariado e das máquinas e insumos industriais.

Desse modo, a partir da metade do século XIX, a sociedade industrial estimulou a migração cada vez mais intensa de pessoas que viviam no campo para as cidades, reforçada pelo imaginário de deixar miséria e pobreza, para encontrar as promessas de bem-estar e segurança da modernidade. E para reforçar concretamente essa construção do imaginário, havia distribuição desigual do acesso a serviços, bens e direitos sociais em tais espaços. Isso tudo promoveu o desinteresse e ocultamento das referências camponesas, situando à margem da sociedade a diversidade cultural, os valores e modos de vida entre citadinos e camponeses, as expressões distintas de compreensão de mundo, de modo de (re)produção socioeconômica e de relação com o entorno físico-social.

Nas primeiras décadas do século XX, a discussão do que é rural e urbano passou a ser do interesse acadêmico quando a Sociologia Rural inaugurou reflexões sobre o conceito e sentido das relações rurais-urbanas. Para Silva e Rocha (2011), houve duas tendências diferentes dentro

desse campo sociológico: a norte-americana e a francesa. Na primeira, essa disciplina acadêmica emergiu num momento de crise, decorrente da urbanização do campo e pelo seu despovoamento em função da migração à cidade. Com isso, despreendeu-se da Sociologia Geral para estudar objetos e fenômenos próprios às particularidades do mundo rural, com explicações específicas da organização social inerentes às sociedades e comunidades rurais: tipo de povoamento, demarcação de terras, sistemas agrícolas e traços culturais, condições ocupacionais características da vida rural (prioritariamente a agricultura), modo de socialização peculiar, etc. Por buscar diferenciar-se da disciplina geral, inicialmente a Sociologia Rural trouxe à tona a dicotomia rural-urbano, definindo o mundo rural como seu campo de estudos, em contraposição aos fenômenos do mundo urbanos. Essa visão que colocava em contraposição os mundos rural e urbano – especialmente pelas atividades agrícolas e industriais – foi defendida, por exemplo, por Sorikin, Zimmerman e Galpin (1981 citado por Biazzo, 2008), em trabalho publicado em 1930. Em seguida, em trabalhos como os de Redfield (1956 citado por Silva & Rocha, 2011), tratou-se de romper com tal contraposição, focando-se na noção de um *continuum* espacial e social entre os polos rural e urbano, em que haveria gradientes e interferência recíproca entre as lógicas inerentes a essas polaridades.

De qualquer modo, tais compreensões inspiraram políticas norte-americanas de modernização e inovação por novas tecnologias voltadas ao campo, difundidas pelos serviços de extensão rural. Entre os anos 1940 e 1960, os norte-americanos elaboraram estudos para aperfeiçoar os métodos de intervenção junto à população rural, buscando saber como os agricultores respondiam às novas técnicas de produção agrícola, utilizando-se da “*social psychological-behaviorist approach*” (Silva & Rocha, 2011, p. 14). E as práticas de extensão rural com esse mesmo caráter continuam existindo até o presente nas políticas públicas não só norte-americanas, como nas brasileiras.

Já a tendência europeia vinculou o estudo de um conjunto de aspectos da vida rural relacionados à visão global da sociedade, dando mais ênfase ao campo de ação/aplicação do que a proposições teóricas originais. Para tanto, abriu espaço para a pesquisa interdisciplinar, em que a Psicologia também teve sua parcela de contribuição. Nesta perspectiva,

há também entendimento do *continuum*, em que há transitoriedade entre rural e urbano. Um representante desse pensamento europeu é Solari (1971 citado por Silva & Rocha, 2011), o qual postula que, em função do grau de descontinuidade e ruptura da paisagem campestre decorrente do grau de urbanização e industrialização, há uma estrutura sociocultural local particular. Para o referido autor, há uma escala multidimensional entre o *continuum* e a dicotomia rural/ urbano, isto é: nos países com elevado grau de urbanização, o *continuum* é mais evidente por serem mais claros os gradientes da mescla entre os polos rural e urbano, como, por exemplo, pela fuga da população dos centros das cidades para as franjas citadinas, ou pelo uso do campo para lazer; enquanto que, em países com mais pessoas no campo, a dicotomia rural/ urbano é mais clara e parece evidenciar a existência de dois mundos distintos.

Em suma, o mito fundador da Sociologia Rural instaurou uma oposição entre campo e cidade, considerando-os como realidades espaciais descontínuas. Entre as muitas abordagens e estudos a respeito do rural, colocou-se a agricultura como aspecto central à organização da vida social no campo. Com o processo de urbanização, tido como natural e inevitável da modernização da sociedade, o mundo rural tenderia a desaparecer, por estar em relação de subordinação ao mundo urbano. Ou seja, o desenvolvimento do campo ocorreria segundo os parâmetros daquele incidente na cidade, resultando na expansão e generalização do padrão de vida urbano. No momento em que esse processo tivesse se consumado por completo, tal área do conhecimento não teria mais razão de existir (Carneiro, 2012).

De um ponto de vista crítico, Martins (2001) aponta que a Sociologia Rural esteve comprometida com o projeto de modernização econômica sinônima de modernização social e bem-estar das populações rurais. E isso resultou num contra-desenvolvimento expresso por formas perversas de miséria, dismantelamento de estruturas sociais, desorganização de comunidades e degradação da população. Nesse sentido, uma reorganização necessária à disciplina seria para resgatar o compromisso com a dignidade humana, qualidade de vida e libertação das carências e miséria do Homem. Isso se daria por meio da compreensão dos processos sociais que geram degradação e marginalização, do protagonismo e da criatividade, do modo de ser e de fazer das populações rurais.

Estudos rurais no Brasil

No Brasil, a onda de modernização do campo iniciou-se com a introdução do transporte ferroviário (metade do século XIX), chegando nos anos 1970, com maior intensidade, pela introdução da mecanização e quimificação da produção agrícola (Froehlich & Monteiro, 2002) – movimento que continuou até o presente pelas frentes do agronegócio.

A respeito dos estudos rurais, Carneiro (2012) salienta que houve outros elementos no Brasil e na América Latina para além da interpretação clássica de rural e urbano decorrente do contexto europeu dos países capitalistas avançados que realizaram a revolução burguesa. Retomando a obra de Sérgio Buarque de Holanda, a autora argumenta que o Brasil se caracterizou por ser uma civilização de raízes rurais, cuja organização social baseada no poder do proprietário fundiário (chefe da empresa agrícola e patriarca da família) ultrapassou as fronteiras do campo e ruralizou as cidades brasileiras com a “mentalidade da casa grande”. De tal feita, a cidade não era oposta ao campo, mas sua extensão, estabelecendo-se uma relação de dependência tanto material (alimentos) quanto ideológica (relações sociais). Nas fazendas e engenhos, as condições sociais se pautavam na escravidão, o que implicava em não atribuir valor ao trabalho, estabelecendo-se uma lógica do favor e de relações de dependência pessoal que tinha sua expressão máxima na figura do patriarca-proprietário. E esse patriarcalismo se estendia à vida política de governantes e governados. Como resume Freyre (1982), tratava-se de uma civilização regional predominantemente rural dominada pela monocultura, pelo latifúndio e pelo trabalho escravo, mas com toques de urbanidade que se estendiam aos “viveres ecologicamente rurais” (p. 12).

O resultado desse Brasil escravocrata foi produzir um agricultor destituído da propriedade da terra, que se tornou um lavrador sem terra, sem casa e sem cidadania – havendo até o presente indícios de relações sociais no campo permeadas pela mentalidade do favor e da dependência pessoal (Carneiro, 2012). Na primeira metade do século XX, a situação dos trabalhadores rurais brasileiros veio se agravando paulatinamente, sobretudo porque a partir dos anos 1930, como lembra Wanderley (2011), a sociedade brasileira assume uma nova fase

do processo de desenvolvimento, marcada pela hegemonia do caráter urbano-industrial. A bandeira era superar o dualismo entre o Brasil rural (atrasado e não capitalista) e o urbano (moderno e capitalista), procurando-se integrar as questões agrárias nos planos de desenvolvimento da economia e sociedade brasileira. E isso veio acontecendo por meio da modernização da agricultura, estimulada por políticas elaboradas para tal finalidade.

No período do desenvolvimentismo brasileiro protagonizado nos anos 1950 e 1960, Wanderley (2011) menciona que as formas adotadas de modernização da agricultura reforçaram a concentração fundiária e a consolidação dos complexos agroindustriais, o que levou à expropriação e marginalização dos trabalhadores rurais das fazendas e dos engenhos. No bojo desse processo de modernização é que muitos estudos rurais foram produzidos até meados dos anos 1970. Alguns enfatizando a condição da população do campo, que possuía cultura, modo de vida, forma particular de tratamento do solo, de produção de alimentos e de (re)produção familiar (Welch et al., 2009). Outros trazendo à tona a emergência do trabalhador assalariado (o trabalhador rural, o camponês) nesse processo de modernização e proletarianização, isto é, a implicação da venda da força de trabalho sob as novas dinâmicas estabelecidas no campo. E outros ainda apontando para a compreensão do campesinato e das lutas sociais das classes subalternas diante das condições adversas que vinham enfrentando (Wanderley, 2011).

Como exemplo, podemos citar Queiroz (1963/2009), que argumentou a respeito da coexistência no Brasil de uma economia de mercado e de uma economia fechada, esta última típica da realidade rural brasileira e marcada por um “gênero de vida” caracterizado pela ajuda mútua no trabalho, pela solidariedade vicinal, pela atividade agrícola de subsistência, pela ocupação do solo peculiar (sitiantes). Outro exemplo é a discussão de Velho (1969/2009) acerca de uma teoria geral da estrutura de classe rural brasileira, que versa sobre a noção de camponês (pequenos agricultores autônomos) em contraposição à de proletário rural (burguês rural que manifesta a expansão agrícola modernizante da sociedade brasileira) – e desse *continuum* se manifestam os casos particulares do campesinato. Vale assinalar que os muitos estudos a respeito do campesinato se utilizavam de tal categoria para designar não apenas o modo de vida e

formas de (re)produção econômica, mas davam ênfase às estratégias de luta política de resistência e adaptação frente às tentativas de subordinação do capital (Wanderley, 2011).

Outros exemplos são trazidos por Julião (1962/2009) e Andrade (1963/2009), que trataram de explicar o surgimento das Ligas Camponesas, oficialmente em 1955, movimento organizado pelos trabalhadores rurais do Nordeste que reivindicavam não apenas direitos legais, mas a reforma agrária. Cabe destacar que, tendo em vista a modificação dos processos de produção tradicionais e a adoção de estratégias de refreamento do movimento camponês de reivindicação à propriedade da terra, o Estado criou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), como forma de garantir os direitos do trabalhador rural (agora um assalariado e que pode se organizar em sindicatos) e orientar as políticas agrícolas (Wanderley, 2011).

E destacamos também as críticas de Freyre (1982) ao desenvolvimentismo brasileiro – cujos exemplos máximos são a construção de Brasília e da transamazônica –, que seguia um modelo de modernização do país no sentido de sua industrialização e urbanização, pois considerava o campo e os valores rurais como arcaicos. Dessa forma, foram propostas soluções complexas socioeconômicas, psicossocioculturais e de ocupação de espaços, mas que não tiveram sucesso porque abordaram os problemas apenas do ponto de vista da “engenharia física”, sem a ajuda da “engenharia humana” e “engenharia social”, isto é, dos cientistas sociais, ecologistas, geógrafos, historiadores, etc. Nesse sentido, sua defesa foi da *rurbanização*, que significa “um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo, ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos” (p. 57). Para o autor, essa proposta rejeita tanto a absoluta urbanização, marcadamente de origem exógena, quanto a conservação de formas arcaicas rurais de vida, dando lugar a construções que integrem o ritmo moderno de convivência, o espaço teluricamente brasileiro e o ambiente psicossociocultural também brasileiro. Em suma, “a solução rurbana diz basta às urbanizações absolutas para juntar ao que é urbano a sobrevivência do teluricamente rural” (p. 16).

De acordo com Wanderley (2012), paradoxalmente os estudos rurais no Brasil, que buscavam compreender o significado do mundo rural no interior da sociedade nacional e suas relações com o mundo urbano, deixaram de ser foco de atenção dos estudiosos entre os anos 1970 e 1990. Isso ocorreu devido à interpretação clássica que se dava ao mundo rural, cuja agricultura estava passando pelo processo de modernização mais intensa nesse período. Assim, os estudos nesse momento de esfriamento acadêmico se focavam na rapidez ou lentidão da disseminação desse processo de urbanização do rural, negando-se a diversidade das realidades locais e da pertinência teórica da categoria “rural” – o que não instigava novas frentes de investigação.

Por outro lado, Wanderley (2011) argumenta que, do final dos anos 1980 em diante, o tema da agricultura familiar passou a ganhar destaque nos debates sobre agricultura. Apontou-se que tais unidades de produção familiar eram capazes de alcançar novos patamares tecnológicos, traduzidos em maior oferta de produtos, rentabilidade dos recursos utilizados e valorização do trabalho. Essa atividade ganhou reforço pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, que facilitou o acesso ao crédito aos produtores e agricultores rurais. Os censos agropecuários de 1996 e 2006 revelaram que a maioria dos estabelecimentos agropecuários era composta pelos referidos estabelecimentos familiares. Em 2006, foi promulgada a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/06), trazendo definições dessas categorias. Com isso, diluiu-se o conteúdo histórico-político da palavra “camponês”⁵, para consolidar a “agricultura familiar”, propondo-se a estabelecer o novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável – seja este entendido segundo as potencialidade agrícolas, seja pela reafirmação do campo como espaço com relações econômicas, sociais, políticas e culturais particulares.

A partir dessas novas contingências e dinâmicas no campo, os estudos rurais no Brasil deram um salto, impulsionado por alguns fatores: pela crítica ao modelo produtivista da modernização da agricultura, com seus

⁵ Conforme Wanderley (2015), os camponeses são “produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança” (p. S031). Desse modo, para a autora, os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser entendidos, atualmente, como equivalentes.

efeitos no ambiente (uso predatório de recursos), na sociedade (exploração do trabalho e marginalização de produtores) e na economia (concentração de propriedade); pela consolidação dos movimentos sociais, que expressavam suas demandas e formulavam seus projetos; pela crise nos paradigmas das ciências sociais. Com isso, o salto qualitativo apontou para a revalorização da dimensão espacial, isto é, a compreensão do mundo rural na relação com a cidade e da vida local com a globalização, bem como para a centralidade do conhecimento dos sujeitos rurais, em sua diversidade e complexidade (Wanderley, 2011).

Mas a retomada dos estudos rurais aconteceu de fato no final do século XX por dois motivos principais (Wanderley, 2012). O primeiro concerne ao desencanto ou esgotamento das promessas do progresso e modelo modernizador: a indústria e a agricultura moderna são poluidoras e exploradoras dos trabalhadores; ainda há escravidão de trabalhadores agrícolas; o esvaziamento do campo é uma tragédia pessoal e familiar; as cidades têm trazido dificuldades e afetam a qualidade de vida dos moradores. O segundo tange à democratização crescente do país, cujos movimentos sociais do campo e da cidade têm reivindicado novas visões de desenvolvimento, apoiados em visões teóricas e políticas que exigem respeito ao ambiente. Rompeu-se com a identificação de rural com agrícola, para dar lugar à identificação de rural com a ressignificação de natureza e de cultura na sociedade contemporânea, em que não há diluição simbólica e espacial da aproximação do campo pela cidade e vice-versa (Carneiro, 2012).

Além desses dois, mais outro motivo deve ser considerado: ao contrário da tendência que se imaginava, o mundo rural não só continuou existindo, como tem se transformado, sido revalorizado e repensado – recebendo a rotulação de “novo rural” (Alentejano, 2000). Segundo Silva (1997), o “antigo” rural estava baseado nas atividades agropecuárias, enquanto que o “novo” foi originado não apenas pela industrialização da agricultura, mas pelo transbordamento do mundo urbano no espaço tradicionalmente definido como rural, o que resultou em uma nova gama de atividades. Dessa maneira, esse “novo rural” caracteriza-se pela multifuncionalidade e pelas pluriatividades exercidas pela população do campo e por aquela da cidade no campo, que congregam tanto atividades agrícolas tradicionais (de subsistência e da agricultura familiar) quanto as não agrícolas, relacionadas à prestação de serviços, comércio e indústria: a agroin-

dústria no campo (agronegócio), as atividades relacionadas à urbanização do campo (moradias, turismo, lazer, preservação do ambiente e outros serviços) e a proliferação de sítios de recreio e chácaras.

Diante dessas questões desafiadoras oriundas da transformação do cenário, Carneiro (2012) aponta duas direções dos estudos brasileiros mais atuais a respeito da relação rural-urbano. A primeira trata de esclarecer o sentido do rural no contexto atual por meio de leituras que reforçam a dualidade espacial cidade/ campo, cujo foco é verificar as características imutáveis e persistentes que caracterizam o rural. Isso serve para dar especificidade ao rural, tido enquanto categoria genérica e universal de classificação, mas que não leva em conta seu conteúdo relacional. Por tal perspectiva, entender o “novo” no rural significa entender as novas atividades no campo – aquelas não agrícolas – até então típicas da cidade. Essa primeira direção se baseia na compreensão de dois aspectos centrais: (a) o *continuum* rural-urbano, pelo qual se podem entender situações empiricamente observáveis que escapam à especificidade estrita de compreensão do que é rural ou urbano – ou seja, a realidade é ambígua, contendo elementos de um ou outro polo; (b) a pluriatividade das famílias rurais, que não mais praticam unicamente a agricultura, mas uma série de outras atividades – o que tem como aspecto central a esfera econômica e não as relações sociais entre os atores envolvidos.

A segunda direção remete a uma requalificação do olhar acerca das novas dinâmicas da ruralidade, em que não se busca mais definir as fronteiras empíricas entre rural e urbano, mas compreender os significados de práticas sociais que se proliferam tanto no campo (pluriatividade, atividades não agrícolas) como na cidade (cultura *country*), a partir do olhar dos atores sociais. Isto é, o foco não é no espaço empiricamente observável, mas nas experiências e relações sociais que se estabelecem em um território, com seus aspectos geofísicos, econômicos e culturais que estabelecem referências para a construção de identidades e para representações sociais do que é rural e urbano. Assim, pode-se compreender melhor como e por que relações sociais rurais se manifestam em espaços citadinos, ou aquelas urbanas nos espaços campestres.

Mediante essas compreensões atuais, estratégias de desenvolvimento que buscam resolver a questão rural brasileira são pensadas e colocadas em prática, grosso modo: a da urbanização plena do campo, que sig-

nifica a concretização do projeto de modernidade; a do desenvolvimento rural sustentável, que implica na valorização e fortalecimento do mundo rural na dinâmica global, salvaguardando suas especificidades. Como esse debate é amplo e escapa ao escopo do presente texto, deixamo-lo para outro momento.

Ruralidades

A definição do que é rural e urbano está calcada em uma tradição normativa hegemônica, que reproduz visões antiquadas sobre a realidade e que se traduz em políticas públicas, bem como em formas de classificação e ordenação do espaço utilizado pelas agências de estatísticas brasileiras: urbano igualado com presença de indústria, comércio, infraestrutura e serviços básicos (saneamento básico, asfalto, energia elétrica, etc.), enquanto rural igualado com agricultura e localizado fora dos limites urbanos. Todavia, os estudos rurais têm apontado cada vez mais para uma nova leitura: compreender a ruralidade pelo seu caráter territorial e não setorial (Anjos & Caldas, 2008).

Entende-se que ruralidade é “um conceito territorial que pressupõe homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano” (Saraceno, 1996 citado por Vale, 2005, p. 16016). Por essa leitura, haveria diferentes dinâmicas para cada espaço e em diferentes escalas constituindo as distintas territorialidades, que englobam características comuns, mas difíceis de serem definidas. Assim, “tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural” (Saraceno, 1996 citado por Vale, 2005, p. 16017). Ou seja, a ruralidade deve ser compreendida pela noção de territorialidade e pensada na relação com a cidade, e não pela sua oposição.

Nesse sentido, Biazzo (2008) faz uma crítica ao uso indiscriminado de rural e urbano, em geral utilizado como categoria operatória para designar os espaços do campo e da cidade, com diferenças de atividades econômicas e modos de vida ligados a estes. Já tendo superado o pareamento entre rural/ agricultura e urbano/ indústria, o autor sugere que se deva fazer também a separação entre rural/ campo e urbano/ cidade.

Seu argumento é que cidade e campo são sistemas de objetos, materialidades, formas, fixos, espaços empiricamente observados, que se concretizam em paisagens e infraestruturas contrastantes. Já rural e urbano são sistemas de ações, fluxos, representações sociais, relações sociais, práticas sociais, que modelam universos simbólicos e o convívio social. Dessa forma, rural e ruralidade, como também urbano e urbanidade, se igualam enquanto categorias analíticas que se prestam para examinar práticas sociais na sociedade. Então, as expressões das ruralidades não se restringem ao campo, podendo manifestar-se também na cidade – e vice-versa com as urbanidades.

Moreira (2005) lembra que as ruralidades se referem a uma especificidade das relações humanas posta para as análises científicas. Portanto, compreender as ruralidades implica em novas leituras do modo particular de utilização do espaço e da vida social de atores sociais construindo novas identidades, resultantes de novas relações campo/ cidade – visto que as diferenças espaciais e sociais na sociedade atual não apontam para o fim do mundo rural. Essas novas identidades podem remeter tanto à imagem do rural mais tradicional quanto a novas formas de compreender os contornos (espaço ecossistêmico), especificidades (lugar onde se vive) e representações (lugar onde se vê e se vive o mundo) dessa imagem. Além disso, é preciso também entender as relações entre local e global da pós-modernidade e da globalização, que reconfiguram o mundo rural e, conseqüentemente, as ruralidades. Em síntese, as novas ruralidades remetem às distintas significações do mundo rural, a novos atores e novas disputas discursivas em jogo.

E temos as reflexões de Carneiro (2012), para quem as ruralidades nas sociedades contemporâneas expressam as novas configurações socio-espaciais (novos atores sociais no campo, novas atividades econômicas) e as novas identidades que emergem dos conflitos da disputa por imagens e interesses distintos sobre esse espaço. A autora entende que a ruralidade é “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (p. 50). Tal processo implica movimento em duas direções: reaproximação de elementos da cultura local segundo releitura possibilitada pela emergência de novos códigos; reaproximação de bens culturais e naturais do mundo rural pela cultura urbana, que possibilita alimentar a sociabili-

dade e reforçar os laços com a localidade. Disso resultam também expressões culturais singulares que representam a síntese ou a combinação dos universos culturais distintos, sustentadas em noções de espaço e tempo sociais diferentes entre si.

Conforme a aurora, essa compreensão da ruralidade baseia-se na superação da dicotomia espacial entre campo e cidade, por meio do resgate da noção de território, entendido segundo uma não correspondência a espaços limitados fisicamente, mas a imagens e representações sociais que alimentam e são alimentadas por uma rede de relações sociais, fruto do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais. Também se resgata a noção de localidade, por não designar especificamente campo ou cidade, mas que implica na pluralidade de fronteiras que se entrecortam e formam núcleos de sociabilidade distintos, às vezes sem comunicações entre si, apesar de os atores sociais compartilharem do mesmo espaço físico. Desse modo, deve-se levar em conta a flexibilidade de tais fronteiras e a mobilidade física, pois, em função do pertencimento a determinado território – e os deslocamentos entre territórios – forjam-se representações sociais sobre a localidade, interferências nas relações e práticas sociais, dinâmicas de ocupação da área e construções de identidades. Essas noções serviriam para compreender melhor por que pessoas expressam vínculos com um determinado território, mesmo estando fora dele. Resumindo, o espaço não designa propriedades empiricamente observadas (campo ou cidade), mas representações sociais da localidade e/ou território.

Por fim, em revisão dos textos brasileiros a respeito das ruralidades, Moraes e Vilela (2013) sinalizam que os estudos apontam para dois campos discursivos complementares: (a) um espaço não mais exclusivamente marcado pelas atividades agrícolas, mas pela inclusão da pluriatividade, da multifuncionalidade, das novas formas de organização e desenvolvimento agrícola no campo, do lazer, da preservação ambiental, da aproximação com diferentes sistemas culturais; (b) reflexões sobre populações rurais com aproximações teóricas entre campesinato e agricultura familiar, povos tradicionais, capitalismo e emergência de um novo nominalismo. Esses estudos têm indicado para manifestações de ruralidades expressas por novas identidades socioculturais, seja no campo, seja na cidade, presentes nas dimensões: econômicas (práticas agropecuárias, turismo,

commodities, economia camponesa), políticas (mercado internacional e subsídios agrícolas, políticas públicas, movimentos sociais camponeses, multifuncionalidade dos agricultores familiares) e culturais (reaproximação da natureza, cultura *country*, revitalização de festividades, religiosidade, gastronomia, políticas culturais) – e idem para as manifestações de urbanidades nessas mesmas dimensões.

Em suma, ruralidades e urbanidades são vistas como “conteúdos sociais de práticas socioculturais e políticas, incorporadas no curso da vida dos atores sociais, nas instituições, nos agentes coletivos. Ambas ... são tomadas como representações de diferentes universos simbólicos de indivíduos e grupos” (Moraes & Vilela, 2013, p. 67), que se combinam em distintos recortes espaciais e territoriais.

Finalmente, pretendeu-se neste texto trazer esclarecimentos do que se compreende por rural e urbano no debate clássico, bem como apontar como os estudos rurais brasileiros têm caminhado para o entendimento das ruralidades. Por meio de tais discussões, espera-se colaborar para o aprofundamento das pesquisas em Psicologia Social (e Psicologia), para que estas não sejam apenas realizadas no campo, mas que busquem compreender as ruralidades.

Referências

- Albuquerque, F. J. B. (2001). Aproximación metodológica desde la Psicología Social a la investigación en zonas rurales. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 191(1), 225-233.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1) 37-42.
- Alentejano, P. R. R. (2000). O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*, 15, 87-112.
- Andrade, M. C. (2009). As tentativas de organização das massas rurais: as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In C. A. Welch, E. Malagodi, J. S. B. Cavalcanti, & M. N. B. Wanderley (Orgs.), *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (Vol. 1, pp. 73-96). São Paulo: Unesp; Brasília, DF: NEAD. (Original publicado em 1963)
- Anjos, F. S. & Caldas, N. V. (2008). O rural brasileiro: velhas e novas questões. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*, 17(1), 49-66.

- Bertrand, G. (2004). Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *RA'É GA*, 8, 141-152.
- Biazzo, P. P. (2008). *Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária* [Trabalho completo]. In *4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP* (pp. 132-150). São Paulo, SP. Acesso em 25 de setembro de 2015, em http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf
- Calegare, M. G. A. (2010). *Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., & Forsberg, S. S. (2013). Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 571-580.
- Calegare, M. G. A., & Silva, N. (2011). Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 24, 39-56.
- Carneiro, M. J. (2012). Do 'rural' como categoria de pensamento e como categoria analítica. In M. J. Carneiro (Org.), *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 23-50). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra*. Brasília, DF: Autor.
- Freyre, G. (1982). *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana.
- Froehlich, J. M. & Monteiro, R. C. (2002). Reconstrução social do espaço rural no contexto de transição para a sustentabilidade [Trabalho completo]. In *I Encontro da ANPPAS* (pp. 1-12). Indaiatuba, SP. Acesso em 25 de setembro, 2015, em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Rosa%20Cristina%20Monteiro.pdf
- Garcia, A. F. (2010). Rural e urbano. Tentando entender as responsabilidades legais e definições [Trabalho completo]. In *XVI Encontro Nacional dos Geógrafos* (pp. 1-11). Porto Alegre, RS. Acesso em 25 de setembro, 2015, em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAAahUKEwjLw-6tyZLIAhWGDZAKHTByBco&url=http%3A%2F%2Fwww.agb.org.br%2Fevento%2Fdownload.php%3FidTrabalho%3D3215&usg=AFQjCNF2BCb29XVyl1quiaWjDGS7ANB6sw&sig2=4d5goGz_bkpJzGMP97RkNg&cad=rja

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. (2010). *XI Recenseamento geral do Brasil. Manual de delimitação dos setores de 2000*. Brasília, DF: Autor.
- Julião, F. (2009). Que são as Ligas Camponesas? In C. A. Welch, E. Malagodi, J. S. B. Cavalcanti, & M. N. B. Wanderley (Orgs.), *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (Vol. 1, pp. 271-297). São Paulo, SP: Unesp; Brasília, DF: NEAD. (Original publicado em 1962)
- Landini, F. (Coord.). (2015). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2013). Apresentação. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 17-25). Natal: EDUFRN.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). Natal: EDUFRN.
- Martins, J. S. (2001). O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*, 15(43), 31-36.
- Moraes, M. D. C. & Vilela, S. L. O. (2013). Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. *Revista FSA*, 10(1), 59-85.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Queiroz, M. I. P. (2009). Uma categoria rural esquecida. In C. A. Welch, E. Malagodi, J. S. B. Cavalcanti, & M. N. B. Wanderley (Orgs.), *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (Vol. 1, pp. 57-72). São Paulo: Unesp; Brasília, DF: NEAD. (Original publicado em 1963)
- Quintanar, C. S. (2009). *Psicología en ambiente rural*. México, DF: Plaza y Valdez.
- Silva, C. A. & Rocha, F. G. (2011). Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. *Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía*, 20(2), 9-19.
- Silva, J. G. (1997). O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, 7(1), 43-81.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights* [CD ROM Edition]. New York: Autor.
- Vale, A. R. (2005). A delimitação rural/urbano, as relações cidade-campo e a nova ruralidade: reflexões sobre o espaço rural brasileiro [Trabalho completo]. In *10º Encontro de Geógrafos da América Latina* (pp. 16015-16027). São Paulo, SP. Acesso em 25 de setembro, 2015, em <http://webcache>.

[googleusercontent.com/search?q=cache:o9uZ7hYq6F4J:observatoriogeoograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/42.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://www.googleusercontent.com/search?q=cache:o9uZ7hYq6F4J:observatoriogeoograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/42.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

- Velho, O. G. A. C. (2009). *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro*. In C. A. Welch, E. Malagodi, J. S. B. Cavalcanti, & M. N. B. Wanderley (Orgs.), *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (Vol. 1, pp. 89-96). São Paulo, SP: Unesp; Brasília, DF: NEAD. (Original publicado em 1969)
- Wanderley, M. N. B. (2010). A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *Revista Alasru*, 5, 17-44.
- Wanderley, M. N. B. (2011). *Um saber necessário: estudos rurais no Brasil*. In C. A. Welch, E. Malagodi, J. S. B. Cavalcanti, & M. N. B. Wanderley (Orgs.), *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (pp. 89-96). São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD.
- Wanderley, M. N. B. (2012). Prefácio. In M. J. Carneiro (Org.), *Ruralidades contemporâneas – modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 15-17). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj.
- Wanderley, M. N. B. (2015). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, 52(Supl.1), 25-44. Acesso em 25 de setembro, 2015, em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>
- Welch, C. A., Malagodi, E., Cavalcanti, J. S. B., & Wanderley, M. N. B. (2009). Introdução – estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato. In C. A. Welch, E. Malagodi, J. S. B. Cavalcanti, & M. N. B. Wanderley (Orgs.), *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (Vol. 1, pp. 23-42). São Paulo: Unesp; Brasília, DF: NEAD.

Psicología Social y desarrollo rural: actualidad y desafíos en América Latina

Fernando Pablo Landini

Introducción

Por múltiples razones, la psicología tradicionalmente ha prestado escasa atención a las problemáticas de las poblaciones rurales (Quintanar, 2009). Más aún, ha supuesto que éstas no tenían diferencias significativas con las de aquellas que viven en las ciudades, asumiendo, posiblemente a causa de prejuicios positivistas, que la subjetividad humana es independiente del contexto en el que se desarrolla la vida (Landini, 2015a). Así, las características propias de las poblaciones rurales, así como las especificidades de sus dinámicas de vida, han tendido a quedar ocultas a los ojos de la psicología. Claramente, esto no ha sucedido en el contexto de otras ciencias sociales, en las cuales es frecuente abordar las especificidades rurales, con en la antropología, la sociología o la economía, en las cuales áreas como la antropología rural, la sociología rural o la economía agraria se encuentran fuertemente consolidadas. En contraste, en psicología resulta extraño, incluso carente de sentido, hablar de una psicología rural como área de interés específico. No obstante, en los últimos años se observa un creciente interés en América Latina por abordar los procesos psicosociales que acontecen en contextos rurales (véase por ejemplo Landini, 2015b; Leite & Dimenstein, 2013; Quintanar, 2009). De hecho, es recién en el año 2015 que aparece en la literatura académica internacional una definición de psicología rural, entendida no como una subdisciplina psicológica sino como:

Un ‘campo de problemas’ en los que se articula psicología y ruralidad. Es decir, como un conjunto de temas, problemas o hechos para los cuales resulta relevante considerar tanto su dimensión rural como su dimensión psicológica o psicosocial, ya que sin la consideración de una de ellas nuestra posibilidad de comprensión y/o intervención se vería limitada en aspectos relevantes. (Landini, 2015a, p. 28)

En particular, un elemento propio de los ámbitos rurales que ha despertado gran interés en el contexto de las ciencias sociales han sido las intervenciones orientadas a generar procesos de desarrollo rural, partiéndose del supuesto de que una mejor comprensión de estos procesos ayudaría a fortalecer sus impactos en términos de reducción de la pobreza y desarrollo. Landini, Benítez, y Murtagh (2010) han señalado que, pese a que los trabajos académicos en psicología rural son escasos a nivel global, los estudios orientados a profundizar en el desarrollo y las prácticas productivas agropecuarias constituyen el área más frecuente. Siguiendo con este interés Roberti y Mussi (2014) han sistematizado los contenidos de diferentes publicaciones aparecidas entre 1985 y 2012 buscando echar luz sobre la articulación entre psicología y desarrollo rural territorial. Finalmente, nuestro equipo recientemente ha argumentado la necesidad de generar un abordaje específico de los procesos de desarrollo rural desde la psicología (Landini, Leeuwis, Long, & Murtagh, 2014) y ha propuesto un marco conceptual para ello (Landini, Long, Leeuwis, & Murtagh, 2014).

No obstante, la posibilidad de intervenir en el contexto de procesos de desarrollo rural resulta hoy algo impensado para la amplia mayoría de los psicólogos y psicólogas. A la vez, también resta dar forma al rol que nuestra disciplina podrían jugar en estos procesos. Así, en este trabajo, a partir de una revisión bibliográfica y de la presentación de resultados clave de diferentes investigaciones e intervenciones llevadas adelante en América Latina, se buscará visibilizar y discutir los ámbitos de intervención de la psicología en el contexto de la extensión rural.

La complejidad de los procesos de desarrollo rural y el abordaje orientado al actor

Antes de profundizar en la extensión rural y el rol de la psicología se buscará aportar a la comprensión de la complejidad del desarrollo rural y la extensión rural (García, 1993; Leeuwis & Aarts, 2011; Van Woerkum, Aarts, & Van Herzele, 2011), con el fin de evitar explicaciones lineales o psicologicistas (Freitas, 1994; Landini et al., 2010; Martín Baró, 1986), como sucede cuando se usan modelos de psicología social psicológica (es decir, con énfasis en lo individual) para comprender fenómenos multiterminados (véase por ejemplo el trabajo del Banco Mundial 2015).

Adoptando un enfoque orientado al actor (Long, 2007), es decir, uno que destaca el rol de los actores en el contexto de las restricciones estructurales, en un trabajo reciente propuse un esquema gráfico para visualizar la articulación de los procesos psicosociales con otros de naturaleza sociopolítica, biofísica y económica (ver Figura 1). En ese esquema se parte de asumir lo que en realidad es obvio: que no sólo los seres humanos tienen poder para influir sobre las dinámicas que influyen en su propia vida, sino que también lo hacen factores ubicados a distintos niveles, tanto humanos como no humanos, lo que en el contexto de la sociología de Bruno Latour ha sido conceptualizado como ontología simétrica (Ocampo, 2015). En concreto, se parte de asumir cuatro niveles de determinación: psicosocial, sociopolítico, biofísico y económico. A nivel psicosocial se parte de que las personas son portadoras de agencia, es decir, de capacidad para comprender y dar sentido a la realidad en la que viven a partir de procesos de construcción social, y capacidad para actuar buscando alcanzar sus propias metas, elaborando estrategias para alcanzarlas en contextos sociales, políticos, institucionales, económicos y materiales específicos. En contrapartida, se asume que los procesos sociopolíticos, la realidad biofísica y las dinámicas económicas tienen poder para influir en la vida y la subjetividad de las personas, en decir, en el nivel psicosocial.

Figura 1. Agencia humana y multi-determinación



Fuente: Landini, Long et al. (2014)

Focalizando en los procesos de desarrollo rural, se observa que las subjetividades y las acciones humanas pueden transformar (a) el ambiente material, por ejemplo generando procesos de desertificación por prácticas productivas no sustentables, (b) la realidad económica, a partir de los productos que cultiva la familia y se venden en el mercado y (c) en el marco sociopolítico, influyendo sobre el diseño o la dinámica de implementación de políticas públicas. A la inversa, (a) la realidad biofísica puede influir en las subjetividades y los procesos psicosociales, por ejemplo los impactos de sequías o las consecuencias de la aptitud productiva de la tierra, (b) la económica a partir de los precios de los productos que venden los agricultores, y (c) la sociopolítica, a partir de diferentes intervenciones orientadas al desarrollo.

Así, se observa la necesidad de tomar conciencia de la complejidad de los procesos de desarrollo rural, de incorporar el nivel de determinación psicosocial (Long, 2015) y de evitar explicaciones simplistas que nieguen el rol de los sujetos o, al contrario, que pretendan explicar el desarrollo únicamente en términos de subjetividades individuales, haciendo responsables a los sujetos de su situación de pobreza y desamparo (Landini et al., 2014).

Evolución histórica y actualidad de la extensión y la asesoría rural

No constituye el objetivo de este trabajo hacer una revisión histórica detallada del concepto de extensión rural ('rural advisory services' en inglés y 'assistência técnica e extensão rural' [ATER] en portugués). No obstante, una reconstrucción acotada resultará de utilidad para orientar a los lectores no familiarizados con el término y para delimitar las dimensiones de la extensión rural que contienen un fuerte componente psicosocial.

La extensión rural ha sido definida de múltiples maneras a lo largo del tiempo (Leeuwis, 2004). No obstante, a nivel general hoy tiende a describírsele como "la acción por medio de la cuál actores sociales, en general provenientes de las ciencias agrarias, brindan apoyo técnico-productivo, socio-organizativo o comercial a pequeños productores agropecuarios" (Bianqui, Mathot, Vázquez, & Landini, 2015, p. 251). En América Latina, la extensión rural cobra fuerza hacia mediados del siglo pasado con el apoyo de los Estados Unidos en tanto práctica orientada a la transferencia de las

tecnologías generadas por los investigadores a los productores del campo (Schaller, 2006). Este enfoque fue denominado ‘difusionista’ (Rogers, 1962), ya que ponía el foco en la difusión de tecnologías de expertos a productores, y si bien se trata de una perspectiva hoy conceptualmente superada, evidencia reciente sugiere que se trata del abordaje más frecuente a nivel latinoamericano (véase por ejemplo Landini, 2012, 2015c, 2015d¹; Landini y Bianqui, 2014a). En este contexto, la psicología aparecía como una disciplina que podía explicar las razones de la limitada adopción de tecnologías por parte de los productores (Landini et al., 2010).

Discutiendo con este enfoque pero sin cambiar el nivel de análisis, a fines de los 60’ Paulo Freire (1973) criticó este abordaje por establecer una relación jerárquica de poder-saber en el vínculo técnico-productor, abogando por el establecimiento de vínculos horizontales centrados en el diálogo y la co-construcción. Un poco más tarde, los trabajos de Robert Chambers (1983) llevaron a visibilizar la necesidad de generar procesos de extensión participativos. Pensada así, la extensión rural requiere de un perfil totalmente diferente de psicólogos, ahora con un enfoque más crítico, orientado a la facilitación de vínculos horizontales, la construcción conjunta, y la gestión de procesos endógenos de carácter participativo.

Hacia fines del siglo pasado y principios de este, se consolida una visión que amplía el conjunto de actores considerados en el contexto de los procesos de extensión rural. Por un lado, el enfoque territorial de la extensión y el desarrollo rural (INTA, 2004) destaca el rol de la articulación de actores locales (productores, instituciones, consumidores, extensionistas, etc) como elemento catalizador de procesos de innovación (Acunzo, Pafumi, Torres, & Tirol, 2014; Ortiz, Rivera, Cifuentes, & Morrás, 2011) y de la creación de plataformas interinstitucionales como vía para hacerlo (Christoplos, 2010). En paralelo, el abordaje de sistemas de innovación explica la innovación a partir de los procesos colaborativos de articulación y aprendizaje social que se dan en el vínculo entre actores, organizaciones e instituciones con experiencias y conocimientos diferentes (Klerkx, Van Mierlo, & Leeuwis 2012; Leeuwis & Aarts, 2011). Así, en este nuevo contexto, que no niega la importancia del vínculo entre técnicos y productores sino que amplía el campo de análisis de la extensión rural, el marco

¹ Landini, F. (2015d). Análisis de la extensión rural salvadoreña a partir de la mirada de sus extensionistas. *Interações*, 16(2) [páginas pendientes de asignación].

de acción de nuestra disciplina se incrementa, destacándose la posibilidad de facilitar espacios de articulación interinstitucional, de acompañar y potenciar procesos de aprendizaje social, y de aportar al desarrollo creativo de innovaciones.

Así, se observa que la psicología adquiere diferentes roles posibles en el contexto de los múltiples enfoques de extensión rural.

Tomando el punto de vista de los extensionistas rurales latinoamericanos

En una investigación realizada recientemente por nuestro equipo se indagó, en muestras de extensionistas provenientes de 10 países latinoamericanos, los problemas que éstos enfrentaban en su práctica, sus concepciones de extensión rural y sus expectativas sobre la psicología. Recuperar estos resultados permitirá aportar a la reflexión respecto del rol que nuestra disciplina puede adoptar en estos procesos. Los países incorporados al estudio fueron Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Ecuador, El Salvador, México, Paraguay, Perú y Uruguay. En total se realizaron 589 encuestas, las cuales incluyeron tanto preguntas cerradas como abiertas. Los distintos temas abordados en las respuestas fueron categorizados y la cantidad de entrevistas en las que aparecían cuantificada.

Problemas enfrentados en el trabajo de extensión rural por los extensionistas

La amplia mayoría de los extensionistas que trabajan en América Latina son profesionales de las ciencias agrarias (Landini y Bianqui, 2014b), lo que enmarca su perspectiva. Sólo en Argentina y Uruguay respondieron a la encuesta psicólogos con título universitario, y en una muy baja proporción. Tomando como base el promedio de las veces en que cada problema fue mencionado en los distintos países, se identificaron los cinco más frecuentes (véase Landini, en prensa). Entre paréntesis se indica el promedio que surge de considerar todas las muestras nacionales:

1. Individualismo, desconfianza y falta de asociaciones de productores (45,3%)
2. Tecnologías o manejos productivos inapropiados (34,6%)

3. Problemas para comercializar (28,9%)
4. Actitud asistencialista, oportunista o pasiva (28,7%)
5. Resistencia al cambio y a la adopción de tecnologías (27%)

Resulta interesante observar que varios de estos problemas tienen un nivel de articulación psicosocial claro. Más todavía, un análisis detallado también muestra que todos ellos pueden beneficiarse de las contribuciones de la psicología, especialmente en su vertiente socio-comunitaria. El primer problema focaliza en las dificultades para generar iniciativas de tipo asociativo o cooperativo entre pequeños productores, dada la utilidad que éstas tienen para mejorar su capacidad de negociación con otros actores del mercado. Aquí los psicólogos pueden contribuir a facilitar y consolidar el trabajo asociativo y el cooperativismo (véase Landini, 2007). El segundo problema focaliza en la existencia de prácticas productivas que no se adecuan a las recomendaciones técnicas, mientras que el quinto interpreta esta situación en términos de una suerte de ‘resistencia’ de los productores al cambio. Más allá de los supuestos difusionistas que subyacen a este enfoque (tema que será abordado más adelante), resulta evidente que la psicología puede trabajar con la cuestión del cambio actitudinal y la transformación de las prácticas, tanto en estos términos como en su articulación con procesos de aprendizaje.

El tercer problema refiere a los problemas para comercializar. A primera vista esto parecería ser ajeno a los alcances de nuestra disciplina. No obstante, hay que tener en cuenta que el fortalecimiento de las organizaciones de agricultores y el desarrollo de las capacidades de los productores para interactuar con compradores y consumidores constituyen estrategias destacadas de intervención. Así, nuevamente, la dimensión psicosocial de estos problemas queda al descubierto. Por último, ante la problemática de la actitud pasiva u oportunista de los productores frente a diferentes iniciativas de extensión y desarrollo rural también vuelve a quedar a la luz el nivel de determinación psicosocial y el interés de generar contribuciones desde la psicología.

Enfoques de extensión rural de los técnicos encuestados

En la investigación también se abordaron los elementos que dan forma a las concepciones de extensión rural con las que los técnicos exten-

sionistas guían sus prácticas (Landini, 2015e²). A continuación se enumeran y comentan los cinco más mencionados:

1. Gestión de grupos, conflictos y fortalecimiento de vínculos (49,2%)
2. Cambio de mentalidad o transferencia/adopción de tecnologías. (46,7%)
3. Capacitar, enseñar y formar al productor. (37,9%)
4. Valorar la participación y tener en cuenta las necesidades, intereses, cultura y racionalidad campesina en el trabajo de extensión (37,7%)
5. Expectativa de visión y práctica empresarial (22,2%)

Tomando el primer componente, en paralelo con el análisis de problemas se observa la importancia que tiene para los extensionistas la gestión de procesos grupales y el fortalecimiento de vínculos entre productores, lo que evidencia no sólo la pertinencia sino también la necesidad de un mayor compromiso de la psicología con estos procesos. El segundo elemento muestra la persistencia de un enfoque tradicional de la extensión rural que la identifica con el cambio de mentalidad de los productores y con la difusión de tecnologías. En este caso, desde un enfoque tecnocrático podría pensarse en una psicología que se comprometa con estos procesos. No obstante, retomando la perspectiva ético-política crítica de la psicología social latinoamericana (Montero, 2004), puede señalarse el interés de que los psicólogos contribuyan no a alcanzar los fines que se proponen los extensionistas, sino a aportar a la reflexión y discusión referida a los supuestos que subyacen a este enfoque, con el fin de permitir una definición activa conciente respecto de los valores que se usan para guiar la práctica.

Respecto de la importancia de la formación y capacitación de los productores, queda claro que los profesionales de las ciencias agrarias necesitan incorporar herramientas psicosociales relacionadas con el aprendizaje para llevar adelante estos procesos. Por su parte, con respecto a la importancia dada a la implementación de dinámicas participativas, de nuevo queda clara la limitación de los extensionistas provenientes de las

² Landini, F. (2015e). *Concepción de extensión rural en 10 países latinoamericanos*. Manuscrito enviado para publicación.

áreas técnicas para gestionar estos procesos (Landini, 2013; Landini, Murtagh, & Lacanna, 2009) y la pertinencia de una psicología con orientación socio-comunitaria para apoyarlos.

Por último, respecto de la expectativa de que los productores desarrollen un enfoque y una práctica empresarial, debería realizarse un análisis más minucioso desde una perspectiva crítica para evaluar hasta qué punto resultaría valioso aportar a que los agricultores readequen su lógica al funcionamiento del mercado (Landini, 2011) o si lo mejor sería contribuir al desarrollo de capacidades para una economía alternativa.

Expectativas de los extensionistas sobre la psicología

También se preguntó a las 589 extensionistas encuestados cuáles eran las contribuciones que la psicología podría hacer a su trabajo (véase Landini, 2015f). A continuación se presentan las cinco más mencionadas:

1. Capacitar a productores, y manejar grupos y procesos participativos (54,1%).
2. Apoyar el proceso de cambio mentalidad y de adopción de tecnologías de de los productores (32,4%).
3. Capacitar, asesorar y dar herramientas sociales a los extensionistas (32,2%).
4. Generar compromiso, apropiación y motivación de los productores con respecto a los proyectos de desarrollo (29,7%).
5. Incrementar la autoestima de los productores (27,1%).

Analizando las expectativas de los extensionistas no se observan grandes sorpresas, salvo en el caso de la última. Las posibilidades de generar aportes en torno al manejo de grupos y la gestión de procesos participativos ya había sido apuntada. No obstante, en este caso también aparece la posibilidad de ‘capacitar’ a los productores, estableciéndose aquí un paralelo con lo que sería su propia práctica como extensionistas y lo que esperarían que hagan los psicólogos. Respecto del apoyo a procesos de adopción de tecnologías y de cambio de mentalidad de los productores, vuelve a aparecer la necesidad de aportar a la elaboración crítica de esta expectativa para no adoptar un enfoque tecnocrático que tome a los productores como objeto y no como sujeto de cambio y transformación.

En tercer lugar aparece la expectativa de que los psicólogos y psicólogas formen, asesoren y den herramientas a los extensionistas para abordar su trabajo, en el contexto de la conciencia de que sus capacidades técnico-productivas no son suficientes para llevar adelante la complejidad de su trabajo (Landini et al., 2009). Indudablemente, esta es una expectativa de gran interés, ya que abre la posibilidad de generar espacios de trabajo entre extensionistas y psicólogos en los que puedan darse dinámicas reflexivas y de análisis crítico sobre la práctica, con el fin de generar nuevas comprensiones sobre su trabajo y sobre los problemas que tienen que enfrentar.

En relación a la generación de compromiso, apropiación y motivación por parte de los productores, sin duda la formación y el apoyo en la gestión de procesos participativos puede ser una herramienta de gran interés, junto con un cambio de visión de la extensión para orientarla más a procesos de construcción conjunta que a la transferencia de tecnologías.

Por último, lo que sí llama la atención es el pedido de ayuda para aumentar la autoestima de los productores, lo que se relaciona con la percepción que los técnicos tienen de la falta de confianza de los productores en torno a su capacidad para salir adelante y cambiar sus condiciones de vida. Aquí, la psicología comunitaria latinoamericana puede jugar un importante papel.

Experiencias y prácticas de intervención con extensionistas

Con el fin de ampliar pero a la vez concretizar las contribuciones de la psicología al trabajo de extensión rural, en este apartado se presentan dos experiencias llevadas adelante en Paraguay, la primera con financiación de la Fundación española Acción Contra el Hambre (ACH) y la segunda de la Agencia Alemana de Cooperación Internacional (GIZ).

Formación reflexiva y crítica para extensionistas en el Departamento de Caazapá

Con el fin de identificar los problemas a los que se enfrenta la extensión rural implementada por la Dirección de Extensión Agraria (DEAg) del Ministerio de Agricultura y Ganadería de Paraguay se llevó adelante

un trabajo de consultoría que involucró la realización de entrevistas con productores, extensionistas y autoridades institucionales, y la realización de talleres con productores. A partir de este análisis pudieron identificarse como problemas clave la formación insuficiente de los extensionistas y la implementación de un modelo de extensión rural tradicional de tipo difusionista, que indirectamente estaba fomentando que los productores adoptaran un posicionamiento pasivo frente al apoyo recibido (Landini, 2012). Luego de esto se realizó una encuesta a nivel nacional para identificar necesidades formativas específicas, complementándose esto con un análisis de los conocimientos que los extensionistas necesitarían para enfrentar los problemas de su práctica y con las competencias necesarias para llevar adelante sus funciones (Landini, 2013), lo que llevó a considerar numerosas áreas de formación del ámbito de las ciencias sociales.

Respecto de la necesidad de aportar a un cambio en las concepciones de extensión de los técnicos de la institución, se tomó conciencia de que un enfoque de extensión centrado en el diálogo y la construcción horizontal no podía ser generado a partir de la 'transferencia' de un modelo de extensión alternativo, ya que esto implicaría reproducir aquello que se necesitaba transformar. Así, se generó una propuesta de formación reflexiva en la que el proceso de análisis crítico grupal tendría un lugar fundamental (Landini, Bianqui, y Russo, 2013), siguiendo el enfoque de concientización propuesto por Freire (Cerullo & Wiesenfeld, 2001). En este contexto, de ideó un proceso de formación taller compuesto por ocho módulos, cada uno con una duración de dos días, en los que se abordarían diferentes temas, tanto del ámbito social como productivo. A la vez, se diferenció entre el rol de capacitador, definido como responsable de presentar los contenidos de formación en las diferentes áreas, y el de facilitador, encargado de dinamizar y acompañar el proceso reflexivo grupal.

El esquema de trabajo se dividió en ocho momentos:

1. Identificación de problemas prácticos relacionados con el tema de capacitación del módulo y de las áreas específicas en las que se esperaba recibir capacitación (para que los expositores pudieran llevar su presentación a lo que realmente interesaba a los participantes). Esto se hacía antes de la implementación del módulo.
2. Análisis de problemas relacionados con el tema de formación del módulo

3. Presentación de contenidos de la capacitación en el área temática seleccionada buscando responder a los problemas de la práctica y a los contenidos de interés identificados por los participantes
4. Identificación y consolidación de los conocimientos de mayor interés (una suerte de síntesis generada por los participantes)
5. Construcción de propuestas basadas en los contenidos de la capacitación y la experiencia de los participantes para enfrentar los problemas identificados y mejorar el trabajo de extensión
6. Operativización de las propuestas
7. Evaluación participativa del módulo
8. Seguimiento de la implementación de propuestas y análisis de problemas surgidos en el proceso de puesta en práctica (durante el módulo siguiente)

Luego de terminado el último módulo y de varios meses de finalizado el curso se realizaron diferentes actividades de evaluación del impacto de la propuesta, destacándose un cambio en la forma de pensar los procesos de extensión rural: cuando antes se consideraba que ser extensionista significaba dar indicaciones técnicas correctas a los productores, ahora se lo pensaba como un proceso participativo de construcción conjunta, lo que implicaba un cambio subjetivo muy fuerte (para ampliar sobre el caso ver Landini et al., 2013).

Diseño de un esquema de gestión de la calidad de la extensión rural

En el año 2014, con financiación de la GIZ y en acuerdo con la Dirección de Extensión Agraria se implementó un proceso participativo para construir estándares de calidad para guiar el trabajo de extensión de la institución. En este contexto, se analizaron las expectativas de los productores, las recomendaciones sobre buenas prácticas indicadas en la literatura académica y el punto de vista de extensionistas y autoridades institucionales. A partir de esto se identificaron 12 estándares que fueron ajustados y validados en un taller nacional que involucró a las autoridades nacionales de la DEAg y a los responsables de los Centros de Desarrollo Agropecuario que ésta tiene en todo el país.

Luego de esto, en mayo de 2015 la GIZ encomienda la construcción de una propuesta al autor de este texto para generar un sistema de gesti-

ón de la calidad en la DEAg a partir de los estándares. A la vez, solicita a la institución la conformación de un Grupo de Trabajo para evaluar y ajustar la propuesta. La construcción de la propuesta estuvo guiada por múltiples principios dentro de los cuales se destacan:

- Carácter participativo
- Pertinencia contextual
- Aprendizaje horizontal
- Innovación institucional

En este contexto, en diálogo con el Grupo de Trabajo designado por la institución se ajustaron los estándares y se identificaron cinco niveles de cumplimiento para cada uno de ellos. A nivel operativo, se sostuvo que la implementación del sistema de gestión de calidad requería del armado de un Grupo Facilitador (provisoriamente podría ser el Grupo de Trabajo) que se encargara de impulsar la iniciativa, la cual tendría como base la autoevaluación del grado de cumplimiento de los estándares en las diferentes reparticiones de la institución encargadas de gestionar tareas vinculadas con ellos. Se propuso un esquema de autoevaluación para cada estándar en el contexto del cual las diferentes reparticiones de la institución deberían reunirse para analizar las dificultades que limitaban el cumplimiento de los estándares, identificar su grado de cumplimiento actual y generar propuestas para implementar a distintos niveles para poder avanzar con su cumplimiento. Así, la propuesta incluye un intercambio de visiones y experiencias en las distintas agencias y departamentos en los que organiza la institución para generar aprendizajes horizontales y construir acciones superadoras.

A la vez, también se propuso que el Grupo Facilitador sistematizara las planillas de análisis que generaran las distintas unidades de autoevaluación con el fin de plantear requerimientos a las distintas instancias que pudieran dar respuesta a los problemas identificados, a la vez que construir un plan de mejora, con el fin de generar procesos de cambio, es decir, de innovación institucional, pero no desde de arriba hacia abajo sino a partir de procesos reflexivos desde las bases. A agosto de 2015 la propuesta ha sido validada en una reunión con autoridades nacionales y está pendiente de aprobación formal y de implementación a nivel de prueba piloto.

Aquí, se observa que el rol del psicólogo, recuperando su conocimiento de extensión rural, implicó la gestión de un proceso social complejo orientado a la planificación y facilitación de procesos endógenos.

Áreas de intervención y desafíos futuros

Atendiendo a lo desarrollado, queda claro que el trabajo de extensión rural, sea cual sea el enfoque que se adopte, puede enriquecerse con las contribuciones de la psicología, especialmente de un enfoque socio-comunitario. No obstante, es evidente que las contribuciones específicas esperadas, e incluso las más pertinentes en los diferentes contextos, dependerán de los enfoques de extensión que adopten los extensionistas y sus instituciones.

Dentro de las áreas destacadas de interés que surgen del análisis del punto de vista y de las expectativas de los extensionistas cabe mencionar el apoyo a la gestión de procesos grupales y asociativos, la facilitación de vínculos tanto entre productores como en espacios de articulación interinstitucional, y la dinamización de procesos participativos a distintos niveles. Ahora bien, queda claro que la psicología y los psicólogos deben reflexionar críticamente respecto de los pedidos que reciben de los extensionistas para no caer en abordajes tecnocráticos que posicionen a los productores en el lugar de objetos de intervención. En esta línea, y como muestran las experiencias de intervención descritas, resulta sumamente importante que los propios psicólogos y psicólogas puedan generar propuestas desde su conocimiento de la disciplina que vayan más allá de lo esperado y pensado por los propios extensionistas, lo que requiere un mayor conocimiento del campo en el que se debe intervenir, algo totalmente desconocido para la mayoría de los profesionales de nuestra ciencia.

En este sentido, el conjunto de aspectos analizados en este trabajo sugieren el interés de que los psicólogos y psicólogas contribuyan facilitando procesos de reflexión crítica sobre la práctica de extensión y aportando al cambio y a la innovación en los procedimientos institucionales. A la vez, si bien no han sido mencionados, también existen otras áreas de acción que podrían tener una interesante potencialidad como la construcción y aplicación de un instrumento para la evaluación de concepciones de extensión rural (véase Landini, Bianqui y Crespi, 2013), y el estudio y

el diseño de entornos institucionales que faciliten procesos de aprendizaje horizontal entre extensionistas. Visto de esta manera, el trabajo de los extensionistas estaría más orientado a pensar el nivel institucional y a trabajar con los extensionistas que a hacerlo con los productores. No obstante, la principal limitación que se observa pareciera estar relacionada con el desconocimiento de los profesionales de la psicología de la potencialidad de su disciplina para aportar a los procesos de extensión y desarrollo rural. Así, la sensibilización y formación de los psicólogos y psicólogas en relación al área también aparece como una línea de trabajo de gran importancia.

Referencias

- Acunzo, M., Pafumi, M., Torres, C., & Tirol, M. (2014). *Communication for rural development*. Roma: FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación).
- Banco Mundial. (2015). *World Development Report 2015. Mind, society and behavior*. Washington: Autor.
- Bianqui, V., Mathot, M., Vázquez, L., & Landini, F. (2015). Reflexiones en torno a un campo posible: psicología, extensión y desarrollo rural. In F. Landini (Ed.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 251-267). Buenos Aires: CLACSO
- Cerullo, R. & Wiesenfeld, E. (2001). La concientización en el trabajo psicosocial comunitario desde la perspectiva de sus actores. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, 10(2), 11-26.
- Chambers, R. 1983. *Rural development. Putting the last first*. Nueva York: Longman.
- Christoplos, I. (2010). *Cómo movilizar el potencial de la extensión agraria y rural*. Roma: FAO.
- Freire, P. 1973. *¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Freitas, M. (1994). Prácticas en comunidad y psicología comunitaria. In M. Montero (Coord.), *Psicología social comunitaria. Teoría, método y experiencia* (pp. 139-166). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- García, R. (1993). *From planning to evaluation. A systems approach to agricultural development projects* (Reporte N° 0431). Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola.

- INTA - Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. (2004). *El INTA que queremos. Plan Estratégico Institucional 2005 – 2015*. Buenos Aires: Autor.
- Klerkx, L., Van Mierlo, B., & Leeuwis, C. (2012). Evolution of systems approaches to agricultural innovation: Concepts, analysis and interventions. In I. Darnhofer, D. Gibbon, & B. Dedieu (Eds.), *Farming systems research into the 21st century: The new dynamic* (pp. 457-483). Dordrecht, Holanda: Springer.
- Landini, F. (2007). Prácticas cooperativas en campesinos formoseños. Problemas y alternativas. *Revista de la Facultad de Agronomía*, 27(2), 173-186
- Landini, F. (2011) Racionalidad económica campesina. *Mundo Agrario*, 12(23) [versión electrónica]. Acceso em 24 de agosto, 2015, em <http://www.sciebo.org.ar/pdf/magr/v12n23/v12n23a14.pdf>
- Landini, F. (2012). Problemas en la extensión rural paraguaya: modelos de extensión en la encrucijada. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 9(69), 127-149.
- Landini, F. (2013). Necesidades formativas de los extensionistas rurales paraguayos desde la perspectiva de su función, sus problemas y sus intereses. *Trabajo y Sociedad*, 20, 149-160.
- Landini, F. (2015a). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In F. Landini (Ed.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 21-32). Buenos Aires: CLACSO.
- Landini, F. (Ed.) (2015b). *Hacia una psicología rural latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO.
- Landini, F. (2015c). Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. *Ciência Rural*, 45(2), 371-377.
- Landini, F. (2015f). *Contributions of community psychology to rural advisory services: An analysis of Latin American rural extensionists' point of view. American Journal of Community Psychology*, 55(3), 359-368.
- Landini, F. (en prensa). Problemas de la extensión rural en América Latina desde el punto de vista de los extensionistas. *Perfiles Latinoamericanos*, 47.
- Landini, F., Benítez, M., & Murtagh, S. (2010). Revisión de los trabajos realizados por la psicología sobre pequeños productores agropecuarios. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología*, 17(1), 221-229
- Landini, F. & Bianqui, V. (2014a). La extensión rural en Ecuador desde el punto de vista de sus extensionistas. *Revista de la Facultad de Agronomía*, 31, 433-454.
- Landini, F. & Bianqui, V. (2014b). Socio-demographic profile of different samples of Latin American rural extensionists. *Ciência Rural*, 44(3), 575-581.

- Landini, F. P. (2015). Psicología Social y desarrollo rural: actualidad y desafíos en América Latina
- Landini, F., Bianqui, V., & Crespi, M. (2013). Evaluación de las creencias sobre extensión rural de los extensionistas paraguayos. *Psiencia*, 5(1), 3-14.
- Landini, F., Bianqui, V., & Russo, M. (2013). Evaluación de un proceso de capacitación para extensionistas rurales implementado en Paraguay. *Revista de Economía e Sociología Rural*, 51(Supl.1), 09-30
- Landini, F., Leeuwis, C., Long, N., & Murtagh, S. (2014). Towards a psychology of rural development processes and interventions. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 24(6), 534-546.
- Landini, F., Long, N., Leeuwis, C., & Murtagh, S. (2014). Theoretical guidelines for a psychology of rural development. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 11(74), 125-147.
- Landini, F., Murtagh, M., & Lacanna, M. (2009). *Aportes y reflexiones desde la psicología al trabajo de extensión con pequeños productores*. Formosa, Argentina: INTA.
- Leeuwis, C. 2004. *Communication for rural innovation. Rethinking agricultural extension*. Oxford: Blackwell Science.
- Leeuwis, C. & Aarts, N. (2011). Rethinking communication in innovation processes: Creating space for change in complex systems. *Journal of Agricultural Education and Extension*, 17(1), 21-36.
- Leite, J. & Dimensteinm, M. (Org.) (2013). *Psicología e contextos rurais*. Natal: Universidade Federal de Rio Grande do Norte.
- Long, N. (2007). *Sociología del desarrollo: Una perspectiva centrada en el actor*. México, DF: CIESAS.
- Long, N. (2015). Acercando las fronteras entre la antropología y la psicología para comprender las dinámicas de desarrollo rural. In F. Landini (Ed.), *Hacia una psicología rural Latinoamericana* (pp. 77-96). Buenos Aires: CLACSO.
- Martín Baró, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, 219-231.
- Montero, M. (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: Una respuesta latinoamericana. *Psykhé*, 13(2), 17-28.
- Ortiz, R., Rivera, O., Cifuentes, I., & Morrás, E. (2011). *Estudio de sistematización de buenas prácticas de extensión en Guatemala*. Guatemala: FAO.
- Ocampo, S. P. (2015). La posición epistemológica del constructivismo simétrico de Bruno Latour. *Cinta de Moebio*, 52, 91-103.
- Roberti, J. & Mussi, G. (2014). El desarrollo rural y las contribuciones de la psicología: un estado de la cuestión. *Mundo Agrario*, 15(28) [versión elec-

- trónica]. Acesso em 23 de agosto, 2015, em <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/5016/5585>
- Rogers, E. (1962). *Diffusion of innovations*. Nueva York: Free Press.
- Quintanar, C. S. (Ed.) (2009). *Psicología en ambiente rural*. México, DF: Plaza y Valdés.
- Schaller, N. (2006). *Extensión rural: ¿Hacia dónde vamos?, ¿hacia dónde ir?* El Colorado, Argentina: INTA.
- Van Woerkum, C., Aarts, N., & Van Herzele, A. (2011). Changed planning for planned and unplanned change. *Planning Theory*, 10, 144-160

Comunidades indígenas nas áreas rurais de Mato Grosso do Sul

Sonia Grubits

Estudos com crianças, mulheres e famílias indígenas na região Centro Oeste do Brasil, desde 1993, evidenciam e demonstram, nas diferentes pesquisas e intervenções, a diversidade social e cultural destes povos. Analisamos desenhos de crianças Guarani/Kaiowá, Kadiwéu e Terena. Nas duas últimas pesquisas, abordamos questões de gênero e a participação das mulheres nas áreas de saúde, educação e políticas públicas. Ultimamente nossas atenções estão voltadas para a questão ambiental, entendendo a urgência e a necessidade da participação de referidas populações nas ações de preservação da flora, fauna, rios e nascentes. Assim, estamos dando seguimento a comparações e reflexões importantes sobre a situação das diferentes populações em cada área.

O Estado de Mato Grosso do Sul, no centro oeste brasileiro, onde encontramos as três etnias, possui um grande número de comunidades indígenas na área rural e uma grande quantidade de pessoas denominadas “sem-terra”, grupos organizados que lutam pela reforma agrária, enfrentando sérios problemas de disputa de terras, saúde e educação. Nas reivindicações, discussões com órgãos governamentais, as ações não ocorrem em conjunto, tendo em vista a natureza das demandas. Os sem-terra querem a reforma nas áreas rurais. Os índios querem voltar ou permanecer nas terras onde viveram originalmente e onde estão os cemitérios de seus ancestrais.

Nossa intenção neste capítulo é reunir uma série de informações, fruto das referidas pesquisas, tentando refletir acerca das grandes diferenças que efetivamente existem entre grupos indígenas brasileiros e que muitas vezes são desconsideradas pela população de um modo geral.

Nossos trabalhos situam-se na Etnopsicologia, área do conhecimento que vem integrando teorias e estudos referentes às questões étnicas, assim como na Psicologia Social, numa forma mais ampla e geral, quando

tratamos da busca e configuração da identidade dos componentes de seus diferentes grupos indígenas, reflexões sobre gênero, oferecendo subsídios para outras áreas como Ambientalismo, Direito e Educação.

Adotamos também a Psicosemiótica, ou seja, Semiótica aplicada à Psicologia, disciplina que explica os fenômenos resultantes do mundo natural: hipoteticamente, ação e significado, atos somáticos, e atos discursivos. A mencionada disciplina tem sido nosso referencial teórico para a análise da produção artística (Grubits & Darrault-Harris, 2009).

Cultura e ambiente

Para os semioticistas, a identidade não tem definição e opõe-se ao conceito de alteridade, sendo que a identificação permite decidir sobre traços ou conjuntos de traços comuns, entre dois ou mais objetos, enquanto que a distinção é a operação pela qual se reconhece a sua alteridade. O par, porém, é interdefinível, pela relação de pressuposição recíproca, e é indispensável para fundamentar a estrutura elementar da significação (Grubits & Darrault-Harris, 2009).

Segundo a Agier (2001), de acordo com a abordagem contextual, não existe definição de identidade em si. Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo. Dito de outra forma, o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros, é o que torna problemática a cultura e acaba transformando-a. O mesmo ocorre com relação à mudança em um mesmo contexto local.

O estudo da relação identidade/cultura, quando distingue na análise, sem separar os determinantes sociológicos da identificação e o trabalho da criação cultural, permite recolocar em questão a ilusão de uma transparência, isto é, o a priori de um continuum natural entre uma cultura, uma sociedade, um espaço e um indivíduo, tal como foi desenvolvido por certo modelo holista da identidade na etnologia tradicional (Agier, 2001).

A compreensão da identidade é enriquecida quando se analisam as narrativas a partir de traços culturais. O que deve ser preservado é sua diferenciação em relação às outras culturas, ou seja, as fronteiras, e essas

são traçadas por elementos que têm origem cultural. O processo de transmissão de uma tradição diz respeito a uma reprodução social que convive com a mudança, a variação inerente ao ato de repetição (Cohn, 2001).

Campos-de-Carvalho (2008) fala sobre identidade de lugar considerando o ambiente físico como um contexto dinâmico para a vida humana, porque modifica o comportamento, afeta pensamentos, sentimentos, interações sociais e bem-estar físico. Para a psicologia ambiental, estudos sobre a identidade de lugar, apego a lugar e temas relacionados, como, por exemplo, efeitos restauradores do ambiente, são necessários tanto para o bem-estar psicológico dos indivíduos quanto para a preservação de ambientes e comunidades saudáveis.

Os Guarani/Kaiowá, Kadiwéu e Terena

Torna-se importante esclarecer as especificidades culturais e ambientais dos referidos grupos as quais, independentemente dos movimentos indígenas atuais, apontam para situações antigas envolvendo poder e tradição.

Desenvolvemos atualmente nossos trabalhos de campo nas aldeias da região de Dourados (RID – Reserva Indígena de Dourados). A população é de aproximadamente doze mil pessoas, em 3.475 hectares. A RID foi criada pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, em 1917, pelo Decreto Estadual 401 de 1917, com 3.600 ha. O título definitivo da área, legalizada como patrimônio da União, foi emitido em 1965 (Pereira, 2014). Esta área foi, inicialmente, reservada aos índios da etnia Kaiowá, que já ocupavam o local e suas imediações.

Antes da ocupação das frentes agropastoris na região, toda a região, hoje compreendida pelos atuais municípios de Dourados, Rio Brillhante, Maracaju, Douradina e Fátima do Sul, compunha um único território ampliado. *Ka'aguy Rusu* era o nome desse território, ou *tekoha guasu* ou *te'yi jusu*, como é designado na língua Guarani (Vietta, 2007).

Na RID, a desnutrição infantil é muito divulgada na mídia por indicar graves problemas sociais, aparecem também a falta de espaço físico relacionada à superpopulação, índices elevados de violência, falhas no

programa das escolas que não contempla dados da cultura do grupo e que deveriam determinar aspectos importantes na sua organização, água potável, saneamento, entre outros.

As lideranças demonstram preocupação com a violência, drogadição, alcoolismo, mas as soluções sempre esbarram em dificuldades em contar com o necessário apoio das instituições estatais, questões políticas e burocráticas.

Tudo isso aponta para a falta de uma política que proponha ações efetivas e adequadas junto aos povos indígenas. Quanto aos jovens, tornam-se necessárias ações relacionadas com a formação, ocupação e geração de renda. Os índices do suicídio de jovens e adultos jovens permanecem muito altos. Todos estes fatores não impedem o crescimento elevado da população.

Cabe ressaltar as questões familiares e de gênero, em relação à saída do homem da aldeia, retomamos as informações de Schaden (1974) quanto a um fenômeno antigo, desde a época em que a economia, deixando de ser autossuficiente, obrigava o homem a sair da aldeia ou reserva e trabalhar nos ervais (cultura de erva-mate), hoje substituídos pelas usinas de álcool e novas culturas como milho, arroz, etc. das fazendas da região.

A situação dos Kadiwéu, por outro lado, é muito diferente no que tange ao ambiente espaço. O grupo está numa reserva, na Bodoquena, com uma área de cerca de 538.000 ha., sendo que 158.000 estão atualmente em litígio com fazendeiros da região. A área é de muito difícil acesso e dista 48 km da cidade mais próxima, também denominada Bodoquena. Sua população é de aproximadamente 2010 habitantes. A notável exuberância da flora e fauna e sua preservação têm sido observadas por ecologistas e ambientalistas.

A economia Kadiwéu se organiza, hoje em dia, principalmente em torno da obtenção dos recursos provenientes do arrendamento dos pastos¹, atualmente proibido, atividades agrícolas, de criação de gado bovino e equino e, em menor escala, de caça, pesca e coleta, além da realização

¹ As terras indígenas, segundo dispõe o inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal, pertencem à União, cabendo aos índios o seu usufruto exclusivo. A prática de arrendamento de terras indígenas é proibida e configura crime, conforme o artigo 2º da Lei nº 8.176/91.

de empreitadas e a venda de força de trabalho nas fazendas vizinhas à reserva e junto aos próprios arrendatários. Todas essas tarefas são basicamente masculinas, excetuando-se a coleta. As mulheres são as principais produtoras de artesanato para a venda, gerando recursos razoáveis para a economia familiar.

Podemos, portanto, entender a cultura e a identidade Kadiwéu intimamente ligadas à grande área preservada onde habitam e as possibilidades de deslocamento, movimentação por toda região, sendo que a caça, a pesca e a pecuária ainda são as atividades predominantes. Acrescentamos a tudo isto o difícil acesso aos meios de comunicação e cidades mais próximas. (Grubits & Darrault-Harris, 2009).

Apesar da pequena população, os Kadiwéu têm muito prestígio entre os diferentes grupos indígenas. O enfermeiro Kadiwéu Hilário da Silva foi indicado para a coordenação do distrito sanitário especial indígena (DSEI), unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), com o apoio de todas as lideranças dos diferentes grupos indígenas de Mato Grosso do Sul.

Os Terena, juntamente com o grupo Guarani/Kaiowá, constituem a maior nação indígena em Mato Grosso do Sul, por volta de vinte e cinco mil pessoas, de um total ao redor de cinquenta mil que habitam o estado. Os Terena pertencem ao povo Aruak e vieram pelo alto Rio Negro, sendo que as hipóteses levantadas sobre sua origem são de que partiram das planícies colombianas e venezuelanas. Recentemente, surgiu a hipótese da origem no Equador. Da mesma forma que outros grupos, os Terena entraram no território sul-matogrossense a partir do século XVIII.

Estão atualmente assentados em doze reservas num total de cerca de dezenove mil e dezessete hectares de terra, localizados sobretudo na Bacia do Rio Miranda. Existe também um contingente vivendo em fazendas e na cidade, denominados desaldeados numa aldeia urbana, em Campo Grande, chamada Conjunto Marçal de Souza (Cabrera, 2006).

Todas as comunidades Terena são semelhantes nos aspectos econômico, político e cultural, sendo que cada aldeia possui uma organização com uma política própria, ou seja, possui um Cacique (chamado de capitão pelos índios), que, através de votação, é eleito, tendo como função defender os direitos da comunidade, como, por exemplo, reunir homens

de cada família para discutir assuntos e problemas do grupo numa espécie de conselho.

A comunidade da aldeia Bananal, onde realizamos atualmente nossas pesquisas, fica a 75 km do Município de Aquidauana, na região Oeste de Mato Grosso do Sul. Na aldeia, o ponto de referência é a Escola General Rondon, de ensino fundamental, localizada no centro ao lado do posto indígena *PIKIH* (um dos fundadores da aldeia Bananal). Foi criada também outra escola de segundo grau, que serve aos Terena e moradores não índios da região. Os Terena consideram muito importante preparar os jovens para serem independentes, mas valorizando a sua identidade, sua cultura e língua materna. Algumas comunidades Terena estão perdendo rapidamente ou já perderam o uso da sua língua.

Um elemento relevante para desenvolvermos uma proposta de pesquisa na área de psicologia social e identificação do Terena como um povo ligado à agricultura, de índole pacífica, muitas vezes submetidos por outras nações e aceitando com facilidade as regras do dominador. Tal fato é apontado como causa da eventual transformação do grupo, apesar de indicações de que os Terena ainda são capazes de manter elementos culturais profundos que lhes dão coesão (Mangolim, 1999).

No final da década de 90, este quadro começou a se transformar com os movimentos políticos envolvendo a retomada de terras que pertenciam no passado aos Terena, além de outras reivindicações na área de educação e saúde.

Sempre demonstraram disposição para contatos pacíficos com a população da região, participando da comercialização de produtos agrícolas, principalmente milho, mandioca, batata-doce, abóbora, etc. Também no artesanato trabalham com a cerâmica, basicamente atividade feminina, ficando para os homens a cestaria, caça e pesca. Atualmente, observou-se que sua aproximação com os moradores das regiões onde estão assentados é cada vez maior buscando trabalho na comunidade e cidades.

Embora haja uma tentativa de resgate cultural através do ensino da língua Terena nas escolas das aldeias (bem como em muitas outras aldeias do país), este resgate, na maioria das vezes, não se torna eficaz à medida que seu foco se restringe às crianças e aos adolescentes estudantes.

Diferente do que percebemos em outros grupos, verificamos aqui que a escola tem assumido o papel de socializador e transmissor cultural na comunidade estudada, papel que a família deveria desempenhar, mas que se perdeu de forma mais evidente na transição da geração dos atuais avós para a geração dos atuais pais. As crianças conhecem de sua cultura pouco mais do que aprendem na escola, o que nos faz pensar na necessidade de um resgate em conjunto, para que em futuras gerações certos hábitos e costumes Terena sejam algo corriqueiro, mas consciente (Cabrera, 2006).

Contribuição dos estudos com desenhos

Não poderíamos deixar de enfatizar a grande contribuição dos estudos de desenhos de crianças e jovens das três etnias para o conhecimento e análise da situação social, psicológica, cultural e ambiental dos três grupos.

Identificamos muitas semelhanças entre as crianças das três etnias estudadas, no que concerne a desenvolvimento mental e aspectos emocionais, na análise semiótica de trabalhos de expressão artística, porém, notamos que o fenômeno construção identidade se dá de forma diferente entre os Guarani/Kaiowá, Kadiwéu e Terena.

As crianças Guarani/Kaiowá revelaram, na sua produção, um ponto em comum entre si. Uma trajetória na busca da identidade semelhante, começando num conflito entre as duas culturas, isto é, Guarani/Kaiowá e sociedade não índia, passando por momentos de representação muito individualizada de suas casas, família ou pessoas significativas, mas também com indicadores altamente importantes para nossas conclusões e discussões, a busca por alguns da identidade de indivíduos da cidade.

As crianças Kadiwéu, do grupo estudado, por outro lado, representam, desde seus primeiros trabalhos, sua própria cultura, ambiente, relação com a flora, a fauna, sendo que seus signos e significados têm uma grande homogeneidade.

Quanto aos Terena, sempre indicaram nos seus trabalhos a proximidade da sociedade nacional, o que corresponde ao que já vem sendo

observado com a frequência dos Terena nas universidades, trabalho nos órgãos públicos, principalmente FUNAI, entre outros.

Procuramos então analisar alguns dados culturais, ambientais ou mesmo populacionais ou de localização, que, juntamente com a produção das crianças estudadas, podem indicar os fatores importantes para a diferença na trajetória das populações infantis na configuração de suas respectivas identidades. Os detalhes dos referidos estudos com crianças Guarani/Kaiowá e Kadiwéu estão na obra de Grubits e Darrault-Harris (2009). *Identité et representation; Créations plastique des Guarani et des Kadiwéu du Brésil*. Quanto aos desenhos Terena, estão no artigo a expressão da cultura nos desenhos de crianças Kadiwéu e Terena, de Grubits e Sordi, aguardando avaliação.

Considerações finais

Os Kadiwéu são muito diferentes dos Guarani/Kaiowá no tocante à história, hábitos, uso do espaço e relação com a natureza. Cabe uma comparação e uma reflexão sobre a produção artística das crianças das duas reservas, para entender a construção e busca da identidade dessas nações nos seus respectivos contextos ambientais, socioeconômicos e culturais.

Enquanto os Guarani/Kaiowá, na sua produção artística, revela grande influência da sociedade nacional, além da sua própria cultura, o grupo Kadiwéu, diferentemente, evidenciou uma trajetória homogênea, apenas com representações da natureza e cultura Kadiwéu, desde o início das atividades de expressão artística.

Os Guarani/Kaiowá representam principalmente o céu, as águas e a flora. Quanto aos Kadiwéu, toda a produção infantil, desenhos, pinturas, modelagens, até agora analisados, simbolizam o ambiente natural, flora e fauna, com intensidade de cores diversificadas e a cerâmica, conhecida e divulgada nos meios acadêmicos e mesmo na mídia nacional e internacional.

Ressaltamos aqui a hipótese de que a cor, os desenhos e os objetos da cerâmica, trabalhos em couro e desenhos corporais constituem uma verdadeira marca, ou signo Kadiwéu, acompanhando a construção da

identidade deste povo, presente em diferentes formas, não só nos trabalhos infantis, como na decoração da fachada da escola, camiseta dos alunos e mesmo já difundidos por todo o Estado de Mato Grosso do Sul, não só os desenhos e pinturas, como também os nomes Kadiwéu e Guaicuru, denominação dada ao grupo na guerra.

Tais fatos apontam para a exuberância e o potencial da referida cultura e, portanto, sua influência determinante na autoestima deste povo e de sua população infantil.

A mulher Guarani/Kaiowá revela uma tendência para assumir o papel de guardiã da cultura, permanecendo na reserva, representando a cosmologia Guarani, buscando a identificação com sua etnia, enquanto os homens, saindo da reserva para procurar trabalho e meio de sobrevivência, vão construindo uma identidade de homem da cidade, conforme os trabalhos de expressão artística das crianças.

Nas representações das crianças Kadiwéu, percebemos que todos vão configurando a identidade de acordo com a etnia, todavia refletem a divisão do masculino e feminino segundo a cultura, os homens caçadores, cuidando do gado, as mulheres como ceramistas, conforme seus desenhos e demais atividades artísticas.

Os dois quadros abaixo indicam pontos importantes de cada etnia, mostrando especificidades tanto no ambiente como no desenvolvimento de cada grupo de um modo geral. No primeiro quadro, apresentamos dados sobre ambiente, aspecto socioeconômico e cultural. No segundo, aparece o que foi revelado nos três estudos anteriores com desenhos.

Quadro 1

Etnias	Guarani/Kaiowá	Kadiwéu	Terena
Área Ocupada	3.594 ha.	380.000.000 ha.	6334 ha.
População Aproximada	12000 habitantes	2008 habitantes	4600 habitantes
Distância da cidade mais próxima	Periferia da cidade de Dourados	48 km	75 km

Acesso à cidade mais próxima	Está na periferia da cidade	Difícil	Fácil
Atividades tradicionais	Agricultura	Pecuária, caça, pesca e cerâmica	Agricultura
Meio ambiente	Vegetação de cerrado, com poucos recursos ambientais	Mata atlântica, com fauna flora e águas abundantes e preservadas	Vegetação de cerrado, com características das comunidades rurais do estado
Fatos mais divulgados na mídia	Suicídios de jovens e violência	Cerâmica conhecida mundialmente, preservação ambiental	Atuação política e inserção na sociedade não índia

Cabe ressaltar também que, nas pesquisas, a Semiótica vem nos propiciando um recurso de análise da trajetória das referidas crianças, que nos conduziu a importantes conclusões sobre todo o processo proposto e nossas técnicas. Avaliamos produções artísticas, empregamos técnicas expressivas, observamos comportamentos, gestos, mímicas, verbalizações, ou seja, a Semiótica na Psicologia ou Psicosemiótica.

Quadro 2

Etnias	Guarani/Kaiowá	Kadiwéu	Terena
Contato com a cidade	Frequente	Escasso	Frequente
Meios de comunicação	Presentes	Razoáveis, apesar de eventuais dificuldades pela localização	Presentes
Representações mais frequentes nos desenhos infantis	Ora da importância da cultura e cosmologia guarani, ora do ambiente da cidade	Flora, fauna, ambiente da aldeia e cerâmica	Cidade e aspectos semelhantes aos desenhos de crianças das comunidades rurais.

Cores	Variadas	Muito intensas, com influência dos traçados e cores das cerâmicas principalmente nos desenhos das meninas	Variadas
Atividades tradicionais	Agricultura	Pecuária, caça, pesca e cerâmica	Agricultura
Tendências	Ora identidade indígena, ora identidade não índia	Identidade Kadiwéu	Identidade indígena em transformação

Nas conclusões referentes às investigações com as crianças Guarani/Kaiowá, um fato relevante, percebido no final de nossas análises semióticas, a questão de identidades opostas, isto é, ora de um indivíduo da cidade, ora de um indivíduo Guarani/Kaiowá, na linguagem semiótica, alguns querem, podem e sabem ser Guarani/Kaiowá, outros querem, podem e sabem ser indivíduos da cidade.

Em relação aos Kadiwéu, sem conflitos ou divergências, individualmente ou em grupo, configuram a identidade de sua própria etnia. Os Terena passam por transformações, buscando contato cada vez mais frequente com os não índios.

Referências

- Agier, M. (2001). Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7(2), 7-33.
- Cabrera, D. S. P. (2006). *Cotidiano das famílias Terena: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.
- Campos-de-Carvalho, D. S. P. (2008). A metodologia do experimento ecológico. In J. P. Queiroz & H. Gunter (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 11-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cohn, C. (2001). Culturas em transformação: os índios e a civilização, *Perspectiva*, 15(2), 36-42.

- Grubits, S. & Darrault-Harris, I. (2009). *Identité et Représentation : Créations plastiques des Guarani et des Kadiwéu du Brésil.*, Limoges, France: Lambert-Lucas.
- Mangolim, O. (1999). *Da escola que o branco faz à escola que o índio necessita e quer: uma educação indígena de qualidade.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.
- Pereira, L. M. (2014). A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. In *38º Encontro Anual da Anpocs- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.* Caxambu, MG: ANPOCS. Acesso em 20 de setembro, 2015, em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8809&Itemid=456
- Schaden, E. (1974). *Aspectos fundamentais da cultura Guarani.* São Paulo: EPU / Edusp.
- Vietta, K. (2007). *Histórias sobre terras e xamãs kaiowá.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Reestruturação produtiva à brasileira: as condições concretas de vida dos trabalhadores

Odair Furtado

Já se passaram 40 anos do início do que se convencionou chamar de 3ª Revolução Industrial. Sabemos todos que não há uma data inaugural e que os 40 anos mencionados representam apenas uma maneira de dimensionarmos o tempo percorrido até os dias de hoje pela prática da reestruturação produtiva. Sabemos também que o santo desse milagre foi a automação e que, até que a humanidade invente uma nova forma de processar informações, esta será a dinâmica do processo produtivo por um bom tempo.

O impacto da automação na linha de produção tornou o chão de fábrica uma estrutura maleável, flexibilizando o processo produtivo e exigindo uma administração mais dinâmica desse processo. Máquinas mais inteligentes e menores substituem o trabalhador nas operações da manufatura em todos os setores e passam a exigir dele uma nova qualificação. Tal processo ocorre inicialmente nos países mais ricos, mas paulatinamente atinge todos os países industrializados do planeta. Cria novos nichos produtivos em países com pouca tradição industrial, desestabiliza outros, fortalece outros mais que já apresentavam infraestrutura desejável. Do ponto de vista geopolítico, vimos o grupo dos oito países mais ricos se transformar em sete, com a saída da Rússia, e o crescimento da China transformando-se na segunda economia do mundo. Vimos também a definição de um clube mais amplo, que inclui países que ingressaram no circuito produtivo mundial: o clube dos vinte¹. O acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) representa a composição de países que ganharam expressão econômica no circuito produtivo como grandes produtores e exportadores/importadores.

¹ O circuito produtivo mundial, na verdade, atinge praticamente a totalidade dos países do planeta. Se não produzem artefatos industrializados, consomem esses artefatos e fornecem matéria-prima. Estamos nos referindo, neste caso, aos 20 países mais industrializados e com o maior PIB que foram incluídos na agenda das decisões da economia mundial, mas, mesmo assim, marginalmente ao grupo dos sete.

Retratando dessa forma a reestruturação produtiva, temos a impressão de que se trata de um processo elaborado e organizado pelo mundo capitalista de maneira planejada e eficiente, mas a famosa frase de Marx & Engels no Manifesto Comunista “tudo o que é sólido desmancha no ar” nunca esteve tão atual. No final da década de 1970, temos o início de um período de crises econômicas que perduram até o presente momento e se tornam mais agudas, complexas e fortes. A mais recente tem início em 2008, atinge o coração do capital e o mundo não conseguiu superá-la até o presente momento. Vive-se no ano de 2015 um estado recessivo mundial com um crescimento vegetativo na Europa ocidental e EUA e somente a China escapa de tal condição, mesmo assim, diminuindo seu ritmo de crescimento.

A própria China representa um paradoxo nessa história. Um país comunista, considerado por muitos analistas marxistas como um país de capitalismo de estado ou, como aponta Mészáros, como economia pós-capitalista, que se abre para o mercado, se industrializa de forma impressionante e atrai a produção dos países ricos com a oferta do baixo custo da mão-de-obra. Nesse sistema híbrido que associa o controle centralizado da economia com a livre iniciativa, produz milionários chineses da noite para o dia (no período de definição do modelo) e vai constituindo uma classe média consumidora. Para alguns, um modelo de transição do capitalismo para o socialismo e, para outros, a derrocada de um projeto que sucumbiu ao mercado.

Essa breve introdução serve para dizer que o desenvolvimento do capitalismo não é promissor, como imaginavam os promotores do Consenso de Washington, em 1989, época em que o neoliberalismo ganha força e se torna hegemônico entre os economistas burgueses. Passa a ser a tábua de salvação da economia mundial e é adotado pelas maiores economias como alternativa de crescimento. A pedra de toque é a diminuição de estado e essa política joga uma pá de cal no welfare state. Somam-se ao que era preconizado pela nova organização das relações de trabalho e suas reengenharias flexibilização de contratos, desregulamentação de direitos trabalhistas, como se fossem irmãos siameses. Evidentemente, são fatores históricos que produzem essa combinação, na medida em que a reestruturação produtiva era exigência tecnológica e o neoliberalismo, a reorganização do capitalismo para enfrentar suas crises. Mas como se

deram bem essas estratégias, como fossem feitas uma para a outra. O modelo toyotista de administração da produção e das relações de trabalho navegou com tranquilidade na desregulamentação dos direitos trabalhistas como maneira de impor a flexibilização do trabalho dos operários na linha de produção.

Um dos elementos intrínsecos do toyotismo é a rapidez do sistema produtivo e a diminuição da planta industrial. Fazer mais em menos tempo em espaços reduzidos. Essa nova estratégia permite a reconfiguração do chão de fábrica para se adaptar à demanda do mercado. O resultado disso é ter uma planta que possa se ampliar ou diminuir conforme o que se está produzindo num determinado momento. Por exemplo, a GM de São José dos Campos trabalhava, no final da década de 1990, com a produção do modelo Corsa, mas se fosse necessário, passava a produzir caixa de câmbio para exportar para o mercado alemão (para a fábrica alemã da GM). Os operários deveriam ter a qualificação necessária para passar de uma linha de produção para a outra e a planta da fábrica ter as condições de adaptação rápida de um produto para o outro. A decisão estratégica obedecia à mundialização da produção dessa montadora e ao mercado. Se estivesse sobrando Corsa, entrava a produção de caixa de câmbio, e se o mercado estabilizava, voltava-se à produção do automóvel. Para tanto, operários metalúrgicos, antes superespecializados, agora devem ter habilidades flexíveis que permitam o remanejamento sem demissões e novas contratações. Mesmo assim, alguns não seriam aproveitados na produção de caixa de câmbio e, neste caso, o ideal para a montadora seria a sua dispensa temporária, com suspensão dos salários, para que retornassem mais adiante. A tecnologia possibilita a mudança da planta com eficiência e rapidez e a política neoliberal desregulamenta os contratos de trabalho.

Esta pauta permanece viva até o presente momento e está sendo discutida no Congresso Brasileiro enquanto este texto está sendo escrito.

Quando recortamos planos e estratégias de sobrevivência do capital, corremos o risco de perder o que define sua essência e que é a base de sua estrutura. Desde a análise que Marx faz nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844/2008), passando pelo *Para a crítica da economia política* (1858/1982) e chegando ao *O Capital* (1867/2013), sabemos que o capitalismo promove uma inversão na relação de produção-consumo, rompendo com o processo dialético e centrando sua lógica no consumo

e descolando a noção de produção de riqueza da relação trabalho-produção. Mészáros (2002) assim se refere a tal relação, quando aponta que a humanidade passou a ver na riqueza a finalidade da produção:

Para tornar a produção da riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca e, portanto, poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela. (p. 606)

E conclui, mais adiante:

Esta é a verdade nitidamente óbvia que, contudo, é completamente (e convenientemente) ignorada pelos apologistas do sistema do capital. Pois este sistema não pode controlar como sucesso o sociometabolismo a menos que torne *permanentes* todas aquelas separações artificiais que constituem os *pressupostos necessários* do seu próprio *modus operandi*, postulando-os como determinações que emanam da própria e inalterável “*natureza humana*”. (p. 608)

Ora, não poderíamos esperar nada mais da reestruturação produtiva e de sua associação ao neoliberalismo do que mais do mesmo e, no caso, muito mais do mesmo. A lógica permanece intacta e permanecerá até a sua exaustão. E essa é a questão! Não se produz hoje com o objetivo de atender à demanda da humanidade, às suas necessidades, mas à demanda do próprio capital de garantir a sua multiplicação. Tudo é transformado em mercadoria e tem seu preço. Desde a força de trabalho que desumaniza trabalhadores aos produtos de arte, que geralmente são produzidos artesanalmente, nada escapa da lógica imperativa da mercadoria. As necessidades são produzidas artificialmente e naturalizadas, como apontou Mészáros acima, e nada ou ninguém escapa do circuito da produção de riqueza.

Alguns analistas estão demonstrando que a distribuição de riqueza no mundo, a justificativa dos economistas burgueses para esse sistema de exploração, vem, na realidade, acentuando a diferença entre pobres e ricos. Assim, o suposto pilar da produção de mais igualdade, na lógica da

produção de riqueza, não é mais que a possibilidade de maior acúmulo de capital na mão dos ricos. É o que defende Thomas Piketty (2014a; 2014b) e François Bourguignon (2015) que destacam com muita clareza e informações precisas os fatores de crescimento da renda do segmento mais rico nos países da Europa ocidental e EUA.

Bourguignon (2015) fala do processo de globalização que internacionaliza definitivamente o capital, inclusive chegando agora à África, como é o caso da exploração do petróleo em Angola, do processo desigual e assimétrico da expressão do desenvolvimento capitalista de região a região, discutindo a crise dos países da América Latina na chamada década perdida de 1980 e do crescimento, com as mesmas características, depois de 1990 e como essa assimetria atinge diferentes países no mundo. Desse modo, apesar da pobreza ter diminuído mundialmente a partir de 1990, a desigualdade aumentou. Pobres menos pobres, mas ainda pobres.

Ao mesmo tempo, o processo desigual de desenvolvimento e o esgarçamento das fronteiras promovem mobilidade que levam legiões de trabalhadores a buscar alternativas de trabalho nos países vizinhos. Algumas vezes motivados pelas oportunidades de trabalho e outras pela fuga dos conflitos locais, como está ocorrendo na Síria e zonas de conflitos étnicos na África subsaariana.

Na América do Sul e particularmente no Brasil, o foco é o crescimento e o grande problema é a pobreza de nossa população. O Brasil é um caso crônico com um contingente insuportável de pessoas pobres.² O esforço realizado nos últimos anos é louvável e tirou o Brasil do *Mapa da Fome* elaborado pela ONU. Tarefa fundamental e importante que, na realidade, aponta para sua próxima etapa, que é a busca da equidade de renda. Entretanto, o Brasil não está fora do circuito mundial e vive sob a

² De acordo com notícia publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* de 24/09/2015, o Banco Mundial altera o padrão de renda mínima conhecido como paridade do poder de compra de US\$ 1,25 para US\$ 1,90. Quando foi lançado em 1990, esse valor era de US\$ 1 ao dia. Considerando o câmbio atual, esse valor no Brasil passa a aproximadamente R\$ 8,00. Uma pessoa será considerada abaixo da linha da pobreza se tiver rendimento mensal menor que R\$ 240,00. Acrescenta que o objetivo do Banco Mundial é a erradicação da extrema pobreza em todo o mundo até 2030. Ainda segundo o Banco Mundial, divulgado pelo jornal *El País* em 23/04/2015, o Brasil praticamente erradicou a extrema pobreza entre 2001 a 2013, passando de 10% a 4% da população nesta condição.

mesma lógica do que Mészáros (partindo de Marx) chama de produção de riqueza. Assim, neste período de diminuição importante do contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza e com possibilidade de erradicação total da miséria, a concentração de renda cresceu no Brasil. Conforme Medeiros, Souza e Castro (2014), a concentração de renda entre os mais ricos passou de 40% a 44% de 2006 a 2012. Exatamente o período em que aumentou o rendimento dos mais pobres. Por esse estudo, 5% dos mais ricos detêm 44% da renda, 1% mais rico fica com 25% e o 0,1% fica com 11% da renda. A renda anual desses segmentos é a partir de R\$ 57,6 mil para a faixa dos 5% mais ricos, R\$ 203,1 mil para 1% e R\$ 871,7 mil para o 0,1%. Notem que são consideradas ricas as pessoas que têm renda mensal acima de 5 mil reais, equivalente, na época, a 8 salários-mínimos. Completando tais informações, o Datafolha, do Jornal Folha de São Paulo, em novembro de 2013 publica uma pesquisa na qual revela que 66% das famílias brasileiras têm renda mensal abaixo de R\$ 2.034,00, sendo que 46% recebem até R\$ 1.356,00.

Não é necessário fazer a decupagem dos 46% mais pobres. A pirâmide cresce em direção à base. Estamos falando de um pouco mais de 26 milhões de famílias, segundo o Censo de 2010, e de uma renda familiar que equivale a um salário mínimo e meio. Considerando três pessoas por família, teremos uma renda *per capita* de R\$ 452,00 reais no limite superior do segmento mais pobre. Dessas famílias, 13 milhões são atendidas pelo Programa Bolsa Família e dependem do referido rendimento para escapar da faixa da miséria absoluta.

O quadro é desolador e ao mesmo tempo é possível vislumbrar que o Brasil encontrou um caminho para a sua superação, ainda que de forma lenta e gradual. No momento em que este texto está sendo escrito, vivemos uma crise que irá derrubar em parte os índices de diminuição da desigualdade social, mas acreditando que o processo desencadeado é irreversível e a crise passageira.

O quadro aponta para a inadequação de chamarmos o contingente de pessoas que submergem da linha da pobreza de classe média ou nova classe média brasileira. Márcio Pochmann (2012; 2014) e Jessé de Souza (2010) demonstraram e analisaram o fenômeno, evidenciando que estamos falando de classe trabalhadora e que a segmentação dos trabalhadores por extrato de renda, considerando o rendimento médio como

rendimento de classe média, é uma abstração. A classe média, do ponto de vista de uma divisão de classes,³ encontra-se no segmento superior da pirâmide entre os 5% mais ricos ou, por outro critério, entre os 13% das famílias com rendimento entre R\$ 3.390,00 e R\$ 13.560,00. Um corte que conta com certa aleatoriedade frente a uma realidade cruel da distribuição do rendimento.

Nas palavras de Pochmann (2014), a questão acima é assim apresentada:

Tal como observado nos países de capitalismo avançado no segundo pós-guerra, parcela importante da classe trabalhadora foi incorporada no consumo de bens duráveis, como televisão, fogão, geladeira, aparelho de som, computador, entre outros. Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento de classe média.

Trata-se, fundamentalmente, da recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo. (p. 71)

Qual a possível conclusão a partir das condições exibidas? Somos um país com população pobre que é a sétima economia do planeta⁴. A perspectiva de mudança com o incremento da renda dos trabalhadores brasileiros esbarra no nosso mercado de trabalho que é altamente precário, com uma produção de baixa qualidade. Estudos como o organizado por Ricardo Antunes e Maria A. Silva (2004), Antunes (2006) e a análise de Ruy Braga (2012) sobre a política do precariado (termo que une proletariado à precarização) buscam demonstrar essa condição. O economista Gustavo Gonzaga (1998) assim definiu o trabalho precário:

Em geral, caracteriza-se um emprego como de má qualidade quando ele tem baixa produtividade e, portanto, oferece baixa remuneração. Além disso, em geral, maus empregos também tendem a oferecer péssimas condições de trabalho a seus ocupantes. (p. 121)

³ Evidentemente sabemos que não é adequado estabelecer esse padrão para uma análise que tenha como critério as classes sociais, mas cedemos a um tipo de estratificação comum e muito difundida para tentar superar o equívoco das análises que se utilizam desse último critério.

⁴ Talvez oitava ou nona com a atual desvalorização do dólar, mesmo assim, ainda é muita coisa.

Bem, não precisamos ir muito adiante para relacionar a precariedade do mercado de trabalho brasileiro com o baixo nível de rendimento dos nossos trabalhadores e a uma industrialização que está hoje por volta de 13% do PIB e já foi 25% na década de 1980. Dessa forma, vivemos um processo de desindustrialização, que pode representar ajustamento com o ingresso de novas tecnologias (como vem ocorrendo no mundo industrializado) e o crescimento do setor agrário e do setor de serviço.

Aprofundando tais dados, o portal Plataforma Política Social divulga artigo de Clemente Ganz Lúcio (2014), diretor técnico do DIEESE, ressaltando que a divisão por setor de atividade no Brasil estava, em 2013, dividida percentualmente da seguinte maneira:

Agropecuária	14,2%
Indústria	13,5%
Construção Civil	9,2%
Comércio e reparação de veículos	17,8%
Serviços	45,3%

São 96 milhões de trabalhadores ocupados e, desses, 83 milhões em atividades urbanas, sendo 44 milhões no setor de serviços. Nas atividades urbanas e não agrícolas, o setor de serviços representa 53% dos postos de trabalho.

Ademais, quando verificamos a divisão por seguimento dos trabalhadores ocupados, temos o seguinte quadro:

Trabalhadores assalariados com carteira assinada	40,2%
Servidores públicos e militares	7,4%
Assalariados sem registro em carteira	14,7%
Empregados domésticos	6,7%
Autônomos e trabalhadores por conta própria	20,7%
Autoconsumo ou não remunerados	6,5%
Empregadores	3,8%

Os trabalhadores formais (empregados com carteira assinada, trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores) significavam 60,3% da força de trabalho ocupada.

O quadro mostra que o Brasil melhora quando se trata da formalização do mercado de trabalho, mas ainda enfrentamos enormes dificuldades e fragilidades. Representamos um elo da cadeia produtiva mundial e estamos num segmento intermediário da reprodução das relações de produção. Com algumas exceções, não somos polo de desenvolvimento tecnológico e nossa cadeia produtiva agrega pouco valor.

Não obstante, pesquisadores, como é o caso de Márcia de Paula Leite (2003), já demonstraram com muita precisão que a reestruturação produtiva não veio para melhorar a vida dos trabalhadores. Afirma a autora que, nas empresas líderes do processo, as condições tecnológicas, de fato, apresentam condições mais favoráveis de trabalho (para os que ficaram), mas a terceirização e o redimensionamento da cadeia produtiva aumentam a pressão, o ritmo e degradam as condições de trabalho, que são acompanhadas da desregulamentação dos direitos trabalhistas com a desculpa da adequação a novas demandas do processo produtivo. Diz a autora comentando a ocorrência do fenômeno na sua escala mundial:

Neste sentido, essas tendências vêm impondo uma dinâmica ao mercado de trabalho em seu conjunto em que *o trabalho tem se tornado cada vez mais escasso na ponta virtuosa, de onde vem sendo expulso, para se expandir para a ponta precária*. Elas são, portanto, responsáveis por vários aspectos da precarização do trabalho que impera nos elos mais frágeis das cadeias produtivas: aumento do trabalho informal, a expansão do trabalho por tempo determinado e em tempo parcial, a difusão dos baixos salários. (p. 57)

O setor de serviços, que em países avançados cresce em função do deslocamento da produção industrial para países com força de trabalho mais barata (China, Taiwan, Índia, Singapura, México, Brasil, entre outros), aqui se apresenta com um misto de atendimento às exigências do segmento mais privilegiado da população, que demanda serviços que antes eram realizados no lar (comida pronta, lavanderias, pequenos reparos) e que agora contam com serviços especializados do sistema bancário moderno e informatizado à terceirização de serviços nas empresas. Parte do

setor abriga trabalhadores não especializados, embora alguns segmentos deste setor sejam muito sofisticados tecnologicamente.

O setor abriga desde as telecomunicações, serviços de informática, agências de notícias e serviços audiovisuais, que incluem as redes de TV. Também inclui toda a hotelaria, a alimentação e atividades recreativas e culturais, todo o setor de transporte (de carga, metroviário, ferroviário, rodoviário de passageiros e de carga, o aquático e o aéreo). Além disso, nele está o maior empregador do país: os Correios. Aí se encontram os serviços de vigilância, segurança, transporte de valores, limpeza em prédios e domicílios, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, as incorporadoras de imóveis e imobiliárias, aluguel de veículos, manutenção de veículos, manutenção em geral, limpeza urbana, serviços gerais de manutenção e corretagem de seguros e previdência privada.

O setor se especializou em oferecer serviços para a terceirização das atividades dos outros setores e os serviços de limpeza são os mais demandados.

Nosso maior empregador privado no momento é o Grupo Pão de Açúcar, que reúne o supermercado e a rede de varejo de móveis e eletrodomésticos, com cerca de 160 mil trabalhadores. A rede Walmart tem por volta de 75 mil e o Carrefour, 70 mil. Há pouco tempo estava nesta lista a rede de *fast food* MacDonal'd's. Entre público e privado, o maior empregador é a Empresa de Correios e Telégrafos. Faz parte da lista o grupo frigorífico JBS.⁵

Então, temos uma massa de trabalhadores com baixa remuneração, uma oferta de postos de trabalho que não são sofisticados o suficiente para demandar trabalhadores qualificados, uma economia atraente para o capital internacional que se satisfaz com os aproximadamente 30 milhões de consumidores com maior potencial de consumo (a parte de cima da pirâmide) e explora a parte de baixo dessa pirâmide com trabalho degradante.

⁵ Se compararmos a olho nu os maiores empregadores dos EUA e os brasileiros, aparentemente há uma tendência semelhante. Os maiores lá estão representados pelas Forças Armadas, pelo Walmart etc. Ocorre que nos EUA a produção industrial está em parte realocada em outros países, mas os royalties são carreados para lá sustentando um setor de serviços que chega a 80% do PIB. Vive-se bem às custas da exploração dos proletários de todo o planeta. Os países ricos e produtores de tecnologia seguem em menor escala essa lógica.

Por fim, para encerrar esse momento da análise, uma pequena digressão sobre a educação no Brasil. Há um mantra entoado pelos liberais em todo o mundo e, evidentemente, também aqui entre nós: o da necessidade de garantir formação aos nossos trabalhadores. Evidentemente, a defesa de uma educação pública de qualidade, universal e equitativa, que contribua na construção da cidadania, é reivindicação dos trabalhadores e de todo o setor progressista da sociedade. Entretanto, não é essa a base da crítica liberal, iniciando com o seu interesse pela privatização do ensino.

O que almejam os liberais? Uma mão-de-obra qualificada para ocupar os postos de trabalho mais especializados. Frequentemente vemos a imprensa especializada repercutir a falta dessa mão-de-obra e a eventual importação de técnicos para supri-la (desde que não sejam médicos cubanos).

Ocorre que tal expectativa não coincide com a demanda. Hoje temos o Ensino Fundamental universalizado, 98% das nossas crianças estão matriculadas no primeiro ciclo do EF. Porém, temos uma perda importante e somente 54% concluíram o Ensino Médio até 2013, de acordo com o Plano Nacional de Educação (MEC). Na universidade, essa quebra é maior ainda e nossa taxa líquida de matrículas no ensino superior não chega a 17%.⁶ O que ocorre com esse enorme contingente de estudantes que abandonam a possibilidade de maior qualificação e melhores empregos? Agregue nessa análise o fato de que o ensino fundamental e médio é predominantemente público e o superior é predominantemente privado.

Acontece que o segmento pobre, os 26 milhões de famílias que mencionamos acima, não pode esperar o tempo exigido para a sua qualificação. Abandona a escola para trabalhar e isso se dá desde o término do primeiro ciclo do EF, quando tais crianças estão com 10 anos e se acentua até o nono ano quando ela, caso não tenha sido retida em nenhuma série, deverá estar com 15. Evidentemente, essa quebra não é igual em todos os estados do país. Os 46% da média nacional se expressam no Estado de São Paulo através de uma taxa próxima dos 70%.

⁶ Taxa bruta considera todos os matriculados, independente da idade, e a líquida, somente os que estão entre 18 e 24 anos, a idade considerada padrão internacionalmente para o estudo universitário.

Provavelmente, do ponto de vista dos nossos liberais, os pobres abandonam a escola por não gostarem de estudar, mas a realidade é outra. Em primeiro lugar, a exigência imperativa da sobrevivência e as famílias suportam seus filhos na escola (inclusive com a boa exigência do benefício da bolsa família nesse sentido) até o momento em que eles ganham autonomia. A partir desse momento, a busca por rendimento o coloca no mercado de trabalho. Que mercado é esse? O mais desqualificado possível, geralmente informal, que não acrescenta nenhuma esperança futura. Daí em diante, a escola passa a ser um fardo! É preciso reconhecer que o esforço pela universalização do ensino fundamental, e mais recentemente do ensino médio (há expectativa de universalizá-lo nos próximos anos e a obrigatoriedade pode ser uma estratégia para isso), somados à diminuição da pobreza, traz novas perspectivas para a atual geração de alunos destas séries. No entanto, os trabalhadores que já se encontram no mercado de trabalho viveram uma outra realidade.

Para estes, o abandono dos bancos escolares e o ingresso no mercado de trabalho eram uma condição naturalizada, havia expectativa com relação a tal momento, tanto do estudante quanto da família. O momento em que a menina de 16 anos abandonava uma região na qual o maior salário, no único empregador da região – o mercadinho – não passava de 200 reais e ia para um centro urbano trabalhar como empregada doméstica, dormindo no emprego. Seu salário, provavelmente de um e meio salário mínimo, garantia seus interesses de consumo e a ajuda à família. O garoto de 12, 13 anos de idade passava a ajudar os pais na lida da agricultura familiar ou o pai pedreiro nas empreitadas nos bairros populares. Adultos compõem o contingente mencionado por Chico Buarque em sua música e que são garçons, bilheteiros, babás, porteiros e que se viram tão bem que já nem se lembram do Brejo da Cruz.

Comparem essa condição com o fato de o setor de serviços representar os maiores empregadores e, nesse setor, o trabalho de faxina ser um dos mais requisitados. Para um contingente enorme de trabalhadores, basta a condição de ser alfabetizado. E mesmo assim, a leitura não é uma condição exigida no cotidiano do seu trabalho. Qual o retorno que a sociedade brasileira oferece a tais trabalhadores? Somente a desesperança de uma vida dura e sofrida em que se ganha o suficiente para se manter vivo e gerar filhos que serão outros trabalhadores em condição semelhan-

te. Forma-se um círculo vicioso cruel que desanima professores, muitos sem a formação necessária, e consolida a desesperança como dimensão subjetiva para as nossas crianças e de suas famílias. Parte da justificativa para o analfabetismo funcional – o dos alfabetizados que perderam essa habilidade – vem dessa condição cruel. A falta de uma condição concreta do uso da leitura no cotidiano, desde a condição precária de vida em suas casas e de postos de trabalho que não exigem essa habilidade, embrutece nossos trabalhadores. Ao contrário do que pensam os liberais, não são eles que não se preparam, é a condição de vida que lhes é imposta que rouba sua cidadania, sua esperança, sua vida.

Estamos estudando, no presente momento, com a contribuição de orientandos do mestrado e doutorado na PUC-SP, esse quadro de uma forma mais detalhada. Em um dos casos, estudantes de cursos de curta duração, chamados de tecnológicos, com até dois anos de duração e, particularmente, os direcionados à formação de técnicos para o setor de recursos humanos das empresas. Bem, os jovens matriculados nos mencionados cursos não se sentem em condição financeira e intelectual (preparação para enfrentar a grade curricular, dado o preparo obtido no ensino médio) para frequentar cursos profissionalizantes (com duração de quatro anos) e ao mesmo tempo querem chegar rapidamente ao mercado de trabalho. Além disso, conta o investimento que precisam fazer para pagar o curso que invariavelmente é oferecido pelo ensino privado. Sem escolha, acabam ingressando nesses cursos que não têm prestígio junto aos empregadores, que não oferecem chancela de curso universitário (eles não obtêm diploma universitário), e assim trabalhando em postos menos exigentes. Na verdade, são vítimas de um mercado de vagas universitárias que busca potencializar a ocupação de cadeira nas suas salas de aulas ociosas. É o mercado aproveitando-se do jovem que escapou da pobreza, mas ainda não chegou lá.

Falando de forma mais específica do mercado de trabalho e da precariedade das suas condições, vamos focar dois casos exemplares de alternativas oferecidas tanto aos jovens supracitados, quanto ao segmento mais pobre e que não conseguiu ir além do ensino fundamental.

Aqui podemos assinalar que tanto Antunes quanto Braga, nas obras citadas, apontam o telemarketing como trabalho de baixíssima qualidade e acréscimo, a partir da pesquisa de mestrado de Rodrigues (2015), os

trabalhadores no corte de cana. Tanto um caso como o outro são exemplares quando falamos de baixos salários e de péssima qualidade do trabalho executado.

A utilização dessas duas condições de trabalho, uma que se utiliza de tecnologia atual e outra que nos remete aos tempos coloniais, ao banguê descrito por José Lins do Rego, não se trata de coincidência ou citação aleatória. Estamos falando de uma prática laboral, o corte de cana, que pouco evoluiu desde os primeiros engenhos construídos no Brasil, e outra atividade que cresceu enormemente depois da automação da telefonia e o ingresso dos computadores nas mesas de trabalho dos operadores desse sistema. Ambas exigem pouca qualificação dos seus trabalhadores. Os cortadores de cana precisam apenas dos seus corpos e aprendem a atividade na lida diária com os colegas mais experientes e a evitar o acidente de trabalho conforme vão sofrendo os cortes e as lacerações em seus corpos.

São trabalhadores pobres e, no caso estudado por Rodrigues, vivem no norte do Paraná em cujo terreno acidentado e montanhoso não é possível a mecanização. Várias das pequenas cidades vivem da monocultura da cana-de-açúcar e outras, próximas, da plantação de morangos. Os trabalhadores se revezam, conforme a época da safra, entre uma colheita e outra. Algumas vezes vêm para o Estado de São Paulo para a colheita de laranjas. São trabalhadores rudes, que trabalham duramente e enfrentam os riscos de uma atividade brutal. São vítimas ora de cobras e outros animais peçonhentos que se abrigam nos canaviais, são vítimas dos cortes produzidos pelas folhas duras e afiadas depois da queimada, são contaminados pela fuligem dessas queimadas e são, por fim, vítimas de amputações graves quando escapa a ferramenta de corte. Trabalham com metas brutais e com quantidades de peso estimadas pelas usinas. São descartáveis e, se não atingem as metas, são demitidos ou trabalham por tarefa e não são mais contratados. O transporte é precaríssimo e saem de casa em plena madrugada, percorrendo longas distâncias até o local do corte.

Trabalho desumano! Um dos piores que se tem notícia e sobrevive através de uma lógica muito conhecida em nosso país. Por época da luta pela libertação dos escravos, os proprietários de terra (e de pessoas!) argumentavam que libertar os escravos significaria colocá-los em con-

dição de vida precária para viver por sua própria conta. A manutenção do regime escravocrata era visto como benesse para homens e mulheres sequestrados e traficados para cá para trabalhar cativo. Agora, o argumento para não mecanizar é o que acontecerá com pessoas que não sabem fazer outra coisa se não cortar a cana. E numa região que não há outra oportunidade de emprego, o que farão? O mesmo argumento e o mesmo cinismo!

Os operadores de telemarketing são jovens sem experiência no mundo do trabalho, que são treinados na situação de trabalho (passam por um “curso” de uma semana no qual são selecionados e aprendem o uso do gerundismo) e fazem uma ligação atrás da outra controlados pelo cronômetro dos supervisores. Um trabalho extenuante, que exige habilidade de quem frequentou bancos escolares ao menos até o Ensino Médio. Eles fazem, como todos sabemos, vendas pelo telefone ou orientação aos consumidores. Geralmente ligam para um número de telefone cujo usuário foi localizado através de um cadastro bem orientado. Tem de 12 a 30 segundos para descobrir se há possibilidade concreta de venda e ganham comissão por venda efetuada. Assim, precisam de habilidade comunicativa, de convencimento para vender um serviço ou produto (como cartão de crédito) que o desavisado consumidor não está interessado. Ficam sentados por seis horas em frente a uma tela de computador com fone nos ouvidos. O controle é tanto que as visitas ao banheiro são limitadas na frequência e no tempo de permanência. Não é preciso ir longe para saber que infecções urinárias estão entre as intercorrências na saúde desses trabalhadores.

Ricardo Antunes chama esse tipo de serviço de um produtivismo de cunho fordista. Significa que se trata de uma atividade na qual o corpo do trabalhador, principalmente sua voz, e sua capacidade intelectual precisam operar a venda ou contornar a reclamação de um consumidor. O que produz tensão é que o trabalhador tem sua atividade laboral controlada segundo a segundo.

Finalizando, nosso objetivo foi o de discutir a reestruturação produtiva nas condições ocorridas no Brasil e que, evidentemente, está ainda em processo. A tese defendida é que não podemos discutir a reestruturação produtiva sem considerar a realidade concreta das condições gerais de trabalho em nosso país e das condições sociais, das condições de clas-

se e da exploração dos trabalhadores pela forma como se desenvolveu o capitalismo aqui. Que historicamente nosso país faz parte de um circuito mundial de produção e de consumo, levando em conta seu tamanho e seu desenvolvimento, que o coloca em situação privilegiada do ponto de vista do capital, mas em condição precária quando se trata da condição de vida de nossos trabalhadores. Que não é possível falar de avanço tecnológico sem falar da condição de vida da população pobre e de sua condição de trabalho e sobrevivência. Os fenômenos – desenvolvimento tecnológico e pobreza – estão entrelaçados e são dependentes. Do ponto de vista da vida concreta, considerando a dificuldade enfrentada pelos trabalhadores no caminho de sua emancipação de classe, a alternativa imediata é alçar a população pobre a uma condição melhor de trabalho e, quando analisamos tais condições, vemos que elas não contemplam uma vida digna como gostaríamos. Saímos da precariedade absoluta, da miséria, para a exploração de nossos corpos e de nossa subjetividade, mas com a complacência do ingresso na possibilidade do consumo. Aqui Mézáros nos ajuda a compreender o fenômeno que transforma a força de trabalho em mercadoria e conduz o trabalhador ao estranhamento do que ele produz. Elabora-se o hiato necessário para a consumação da captura de nossa subjetividade e o resultado é o amortecimento da capacidade de crítica que nos submete, com laivos de felicidade, a uma exploração que nos entorpece, nos adoece, nos consome, mas garante os *gadgets* do momento.

Referências

- Antunes, R. (Org.). (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. & Silva, M. A. M. (Orgs.). (2004). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.
- Bourguignon, F. (2015). *Pauvreté et développement dans un monde globalisé*. Paris: Collège de France/Fayard.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Gonzaga, G. (1998). Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. *Revista de Economia Política*, 18(1),120-140.
- Leite, M. P. (2003). *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- Lúcio, C. G. (2014). *Portal Plataforma Política Social*. Acesso em 30 de setembro, 2015, em <http://plataformapoliticasocial.com.br/trabalho-e-emprego-em-2013-no-brasil-ii-distribuicao-dos-ocupados/>
- Marx, K. (1982). *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1858)
- Marx, K. (2008). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1844)
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1867)
- Medeiros, M., Souza, P. H. G. F, & Castro, F. A. (2014). *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006- 2012*. Acesso em 29 de setembro, 2015, em <http://ssrn.com/abstract=2479685>
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Piketty, T. (2014a). *Economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Piketty, T. (2014b). *Capital in the twenty-first century*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Pochmann, M. (2014). *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.
- Rodrigues, L. F. (2015). *O trabalhador no corte de cana no norte pioneiro do Paraná: o fim da atividade e os sentidos do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Souza, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Sobre os autores

Aluisio Ferreira de Lima é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio pós-doutoral na mesma instituição. É professor Adjunto IV do Departamento de Psicologia do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: aluisiolima@hotmail.com

Alessandro de Oliveira dos Santos é doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. É professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: alos@usp.br

Bárbara Eleonora Bezerra Cabral é doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo e docente do Colegiado de Psicologia e dos Programas de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

E-mail: barbaraebcabral@gmail.com

Benedito Medrado é doutor em Psicologia Social pela PUC/SP. Realizou Pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e em Psicologia social pela Universidad Autónoma de Barcelona - Espanha. Professor Associado do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: beneditomedrado@gmail.com

Bernardo Parodi Svartman é doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Tem experiência docente na área de Psicologia com ênfase em Psicologia Social Comunitária e Psicologia do Trabalho.

E-mail: bernardo@usp.br

Candida de Souza é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília.

E-mail: didasouza@gmail.com

Daniele Nunes Henrique Silva é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde e Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento da Universidade de Brasília.

E-mail: daninunes74@gmail.com

Deborah Christina Antunes é doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professora Adjunta de Psicologia Social da Universidade Federal do Ceará e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da mesma universidade.

E-mail: deborahantunes@gmail.com

Domenico Uhng Hur é doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: domenicohur@hotmail.com

Esther Maria Magalhães Arantes é doutora em Educação pela Boston University, com estágio pós-tutorial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

E-mail: arantes@puc-rio.br

Fernando Lacerda Júnior é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e professor Adjunto da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: fernando_lac@yahoo.com.br

Fernando Pablo Landini é doutor em psicologia pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires. Investigador do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* - CONICET e da *Universidad de la Cuenca del Plata*.

E-mail: landini_fer@hotmail.com

Flavia Cristina Silveira Lemos é doutora em História Cultural pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. É professora adjunta IV na graduação e no Programa de pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Pará.

E-mail: flavialemos@ufpa.br

Gustavo Martineli Massola é doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: gustavomassola@usp.br

Hugo Vezzetti é professor Titular da Universidade de Buenos Aires e investigador do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* - CONICET, Argentina.

E-mail: hugo.vezzetti@gmail.com

Isabella Fernanda Ferreira é doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

E-mail: isabella.ferreira@ufms.br

Jaqueline Gomes de Jesus é doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília e Pós-Doutora pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

E-mail: jaquebrasil@gmail.com

Jefferson de Souza Bernardes é doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor Adjunto do Instituto e do Mestrado em Psicologia Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: jbernardes.ufal@gmail.com

Katia Maheirie é doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com estágio pós doutoral na Universidade Campinas. É professora Associada do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: maheirie@gmail.com

Luciana Lobo Miranda é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professora do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: lobo.lu@uol.com.br

Luís Guilherme Galeão-Silva é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor de Psicologia social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: luisgaleao@usp.br

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare é doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. É professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: mgacalegare@gmail.com

Marcos Ribeiro Mesquita é doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: marcosmesquita@hotmail.com

Maria Juracy Filgueiras Toneli é doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora titular do Departamento de Psicologia e do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: juracy.toneli@gmail.com

Nancy Lamenza Sholl da Silva é doutora em Estudos Latino Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México. É professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: nancylamenza@gmail.com

Odair Furtado é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: odairfurtado@pucsp.br

Omar Alejandro Bravo é doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor visitante - pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do *Departamento Estudios Psicológicos, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, Cali, Colombia*.

E-mail: omarlakd@gmail.com

Pedrinho Arcides Guareschi é pós-doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Wisconsin e pela Universidade de Cambridge. Atualmente é professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Conferencista Internacional.

E-mail: pedrinho.guareschi@ufrgs.br

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho é doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor Associado do Instituto de Psicologia, do Programa de pós-graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: ppbicalho@ufrj.br

Ricardo García Mira é PhD em Psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela e professor Titular de Psicologia Social e Ambiental na Universidade da *Coruña (España)*.

E-mail: ricardo.garcia.mira@udc.es

Silvio Benelli é doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Professor Assistente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de pós-graduação em Psicologia da UNESP - Assis, São Paulo.

E-mail: benelli@assis.unesp.br

Simone Maria Huning é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professora Adjunta IV do Curso de Psicologia e docente pesquisadora do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: simonehuning@yahoo.com.br

Sônia Grubts é doutora pela Universidade Estadual de Campinas e pela Universidade Paris 8, Sorbonne. Realizou estágio pós-doutoral em Saúde Mental no Trabalho pela Universidade Católica de Campinas. Atualmente é professora titular da Universidade Católica Dom Bosco.

E-mail: sgrubits@uol.con.br

Wiliam Siqueira Peres é doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com estágio pós-doutoral em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidade de Buenos Aires. É professor de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

E-mail: pereswiliam@gmail.com

Zulmira Bomfim é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade da Coruña-Espanha. Atualmente é professora do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: zulaurea@gmail.com